UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA

ROBERTA HENRIQUES RAGI CORDEIRO

Quatro Séculos de Gramaticografia Quéchua

Emergência e Desenvolvimento da Categoria de Caso Nominal em Perspectiva Historiográfica

(Versão Revisada)

São Paulo

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA

Quatro Séculos de Gramaticografia Quéchua

Emergência e Desenvolvimento da Categoria de Caso Nominal em Perspectiva Historiográfica

(Versão Revisada)

Roberta Henriques Ragi Cordeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção de doutoramento em Linguística.

Orientadora Dra. Maria Cristina Fernandes Salles Altman

São Paulo

2014

Ao povo quéchua, símbolo da resistência
e da identidade sul-americana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financiou esta Pesquisa durante todo o período de sua execução, de maio de 2010 até o término dos trabalhos previstos. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu uma Bolsa de Doutorado Sanduíche (PDSE), junto à Universidade de Vigo (CUVI), na Espanha, de março a julho de 2013, com a qual pude aprimorar meus levantamentos bibliográficos e minhas leituras no campo da Historiografia Linguística. À *Japan Society for Promotion of Sciense* (JSPS), por financiar-me, de janeiro a maio de 2010, outro estágio de pesquisa, junto à *Tokyo University of Foreign Studies* (TUFS), onde participei da Sexta Conferência Internacional de Linguística Missionária.

Agradeço, especialmente, à Dra Cristina Altman, por despertar, em mim, desde muito cedo, interesse particular pelas produções linguísticas periféricas, não canônicas, que representam, todavia, parte significativa da identidade linguística e cultural sul-americana. Ao Dr. Joaquín Sueiro Justel, por me receber na Espanha e me garantir boas condições de investigação. E aos professores do Departamento de Língua Espanhola e de Língua Portuguesa, na Universidade de Vigo, notadamente à Dra. Inmaculada Báez Monteiro e à Dra. Mônica Heloane, pela recepção prestativa e calorosa.

Certamente - e isto a Historiografia Linguística nos ensina - a produção acadêmica organiza-se por uma rede de colaboradores que dividem - em meio à complexidade própria de suas atividades intelectuais - temas, projetos, êxitos e frustrações - elementos sem os quais nenhum pesquisador é capaz de traduzir, no plano individual, uma prática de natureza essencialmente coletiva. Nesse sentido, meus

sinceros agradecimentos a todos os colegas do Centro de Documentação em Historiografia Linguística da Universidade de São Paulo (CEDOCH-USP) e àqueles que, por afinidade ou apreço, partilharam, comigo, ideias, textos e pontos de vista que fundamentam muitas análises aqui apresentadas: à Dra. Mercedes Hackerott, pelas relevantes sugestões; ao Dr. Alessandro Beccari, pelas leituras e discussões comuns; e ao querido amigo Pedro Pantaleão - historiador de primeira linha -, por abrir-me as portas de uma *nova* (velha) *história*, pelas mãos de Lucien Febvre, Marc Block, Carlo Ginzburg, Peter Burke, Serge Gruzinski e Laura de Mello e Souza.

Aos professores Dr. Wilmar D'Angelis e Dra. Olga Coelho, que participaram da minha Banca de Qualificação, meu grato reconhecimento pelo apoio e pela contribuição efetiva que prestaram a este Projeto.

Por fim, meu agradecimento especial a todo o povo quéchua, que representa, a despeito da enorme violência que lhe foi (e lhe é) imposta, um caminho autêntico no sentido da resistência e da renovação sul-americana.

RESUMO

O objetivo geral deste Trabalho, contextualizado no campo da historiografia linguística, é proceder a um estudo sistemático sobre a emergência e o desenvolvimento da produção gramatical quéchua, em âmbito hispano-americano, entre os séculos XVI e XIX. Para tanto, buscamos examinar os *domínios contextuais/institucionais*, *documentais* e *metodológicos* que organizam as práticas linguísticas, nesse contexto, em perspectiva historiográfica.

Tencionamos, ainda, de maneira específica, mapear a sistematização da metalinguagem gramatical relativa à categoria de *caso nominal* nos *nomes substantivos*, na língua andina, observando as continuidades e descontinuidades das perspectivas linguísticas que enquadram tal categoria no plano metodológico. Os autores considerados nesta Investigação são os seguintes: Santo Tomás (1560), Anônimo (1586), González Holguín (1607), Huerta (1616), Torres Rubio (1619), Roxo Mexia y Ocón (1648), Aguilar (1690), Melgar (1691), Nieto Polo (1753), Mossi (1857), Montaño (1864), Nodal (1872), Anchorena (1874), Mossi (1889), Paris (1892) e Grimm (1896).

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia Linguística; Epistemologia Linguística; Linguística Missionária; História da Gramática; Quéchua.

ABSTRACT

The general objective of this report, contextualized in the field of linguistic historiography, is to carry out a systematic study about the emergence and development of Quechua grammar production, in Spanish-American context, between the sixteenth and nineteenth centuries. To this end, we seek to examine the *contextual / institutional, documentary and methodological* areas that organize linguistic practices in historiographical perspective.

We also intended, on a specific way, to map the systematization of grammatical metalanguage related to the category of *nominal case* at the *nouns names,* in the Andean language, observing the continuities and discontinuities of linguistic perspectives that fits in this category on the methodological plane. The authors considered in this research are the following: Santo Tomás (1560), Anônimo (1586), González Holguín (1607), Huerta (1616), Torres Rubio (1619), Roxo Mexia y Ocón (1648), Aguilar (1690), Melgar (1691), Nieto Polo (1753), Mossi (1857), Montaño (1864), Nodal (1872), Anchorena (1874), Mossi (1889), Paris (1892) and Grimm (1896).

KEYWORDS: Linguistic Historiography; Linguistic Epistemology; Missionary Linguistics; History of Grammar; Quéchua.

Sumário

CAPÍTULO I 27

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E LINGUÍSTICA MISSIONÁRIA CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MÉTODOS DE ANÁLISE 27

1.1 O multiperspectivismo historiográfico e o parâmetro da circularidade como metodologia de análise histórica 27

1.2 Delineamento de um modelo historiográfico 36

1.3 O problema da metalinguagem 46

1.3.1 Koerner - os princípios da contextualização, da imanência e da adequação 46

1.3.2 Auroux - a metalinguagem na Teoria das Partes do Discurso 49

1.3.2 Swiggers - a terminologia e a terminografia da linguística 55

CAPÍTULO II 60

ESTABELECIMENTO DOS MÉTODOS DE ANÁLISE 60

2.1 Periodização 60

2.2 Busca e seleção do material de análise 65

2.3 Fixação dos parâmetros de análise 74

2.3.1 Parâmetros linguísticos (internos) de análise 78

2.3.1 Parâmetros não linguísticos (externos) de análise 87

CAPÍTULO III 92

DOMINICANOS, JESUÍTAS E REPUBLICANOS NO CONTEXTO POLÍTICO E CULTURAL DA GRAMATICOGRAFIA QUÉCHUA 92

3.1 A herança dominicana 93

3.1.1 A etapa insular da conquista castelhana e a inquietação moral de Antonio de Montesinos 95

3.1.2 A revolta dos *encomenderos* e a resistência dominicana na primeira fase da conquista 101

3.1.3 Bartolomé de Las Casas – patrono dos povos americanos 105

3.1.4 A Polêmica de Valladolid 107

3.2. A herança jesuítica 108

3.2.1 Padre José de Acosta e o Terceiro Concílio Limenho 112

3.2.2 A Polêmica de *Auxiliis* – a última contenda entre dominicanos e jesuítas nos séculos XVI e XVII 115

3.2.3 A Rebelião de Tupac Amaru e as ideias libertárias do século XVIII 116

3.2.4 A Real Cédula de 1768 e a educação no Século das Luzes 119

3.3 A herança republicana 122

3.3.1 Humboldt e a reinvenção da América 126

3.3.2 Humboldt e a filologia comparativa do século XIX 129

CAPÍTULO IV 135

A HISTÓRIA QUE CONTAM OS TEXTOS PREFACIAIS DAS GRAMÁTICAS QUÉCHUAS PRODUZIDAS ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX - POLÍTICA LÍNGUÍSTICA E DISCURSO GRAMATICAL 135

4.1. Textos prefaciais da fase dominicana - o primeiro prólogo de Santo Tomás (1560) 136

4.1.1 A gramática dominicana e a construção moral e política do homem e da língua ameríndia 141

4.1.2 Las Casas e Santo Tomás em defesa do nativo americano 147

4.2 Textos prefaciais da fase dominicana - o segundo prólogo de Santo Tomás (1560) 152

4.3 Textos prefaciais da fase jesuítica 156

4.3.1 O *prohemio*, a *provision real* e o prólogo da gramática anônima de 1586 162

4.3.2 A tipologia de sinais de Acosta 167

4.3.3 A retórica jesuítica por oposição à retórica dominicana 172

4.3.4 González Holguín (1607) 177

4.3.5 Torres Rubio (1619) 183

4.3.6 Roxo Mexia y Ocón (1648) 184

4.3.7 Aguilar (1690) 186

4.3.8 Melgar (1691) 186

4.3.9 Nieto Polo (1753) 187

4.4 Textos prefaciais da fase republicana 190

4.4.1 O Estado Universal na perspectiva do cientificismo do século XIX 193

4.4.2 Mossi (1857) 196

4.4.3 Montaño (1864) 200

4.4.4 Nodal (1872) 202

4.4.5 Anchorena (1874) 205

4.4.6 Mossi (1889) 209

4.4.7 Paris (1892) 218

4.4.8 Grimm (1896) 219

4.5 Consideraçõe finais 222

CAPÍTULO V 226

EMERGÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DAS TÉCNICAS GRAMATICAIS E DO TRATAMENTO DA CATEGORIA DE CASO NOMINAL NO OCIDENTE 226

5.1 Antiguidade Clássica 228

5.1.1 Platão (séc. IV a.C.) 228

5.1.2 Aristóteles (séc. IV a.C.) 231

5.1.3 Dionísio de Trácia (séc I a.C.) 237

5.1.4 Apolônio Díscolo (séc. II d.C.) 245

5.2 Idade Média 253

5.2.1 Tomás de Erfurt 258

5.3 Renascimento 263

5.3.1 Nebrija (1488) 269

5.3.2 Nebrija (1492) 278

5.3.3 Sánchez de las Brozas (1587) 286

5.4 Idade Moderna - Século das Luzes 300

5.5 Idade Contemporânea 303

5.5.1 Noboa (1839) 304

5.5.2 Hjelmslev (1978) 306

5.6 Considerações finais 313

CAPÍTULO VI 316

A PRODUÇÃO GRAMATICAL QUÉCHUA E O CASO DOS NOMES SUBSTANTIVOS EM PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA 316

6.1. Quatro séculos de gramaticografia quéchua - informações iniciais 317

6.1.1 Santo Tomás (1560) 319

6.1.2 Anônimo (1586) 329

6.1.3 González Holguín (1607) 334

6.1.4 Huerta (1616) 345

6.1.5 Torres Rubio (1619) 349

6.1.6 Roxo Mexia y Ocón (1648) 352

6.1.7 Aguilar (1690) 356

6.1.8 Melgar (1691) 359

6.1.9 Nieto Polo (1753) 362

6.1.10 Mossi (1857) 365

6.1.11 Montaño (1864) 369

6.1.12 Nodal (1872) 376

6.1.13 Anchorena (1874) 389

6.1.14 Mossi (1889) 397

6.1.15 Paris (1892) 408

6.1.16 Grimm (1896) 413

6.2 Considerações finais 418

CONCLUSÃO 426

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 439

ANEXOS 469

ANEXO 1 470

FICHA DESCRITIVA - SANTO TOMÁS (1560) 470

ANEXO 2 473

FICHA DESCRITIVA - ANÔNIMO (1586) 473
ANEXO 3 475
FICHA DESCRITIVA - GONZÁLEZ HOLGUÍN (1607) 475
ANEXO 4 481
FICHA DESCRITIVA - HUERTA (1616) 481
ANEXO 5 483
FICHA DESCRITIVA - TORRES RUBIO (1619) 483
ANEXO 6 485
FICHA DESCRITIVA - MEXIA Y OCÓN (1648) 485
ANEXO 7 489
FICHA DESCRITIVA - AGUILAR (1690) 489
ANEXO 8 491
FICHA DESCRITIVA - MELGAR (1691) 491
ANEXO 9 494
FICHA DESCRITIVA - NIETO POLO (1753) 494
ANEXO 10 496
FICHA DESCRITIVA - MOSSI (1857) 496
ANEXO 11 499
FICHA DESCRITIVA - MONTAÑO (1864) 499
ANEXO 12 501
FICHA DESCRITIVA - NODAL (1872) 501
ANEXO 13 503
FICHA DESCRITIVA - ANCHORENA (1874) 503
ANEXO 14 505
FICHA DESCRITIVA - MOSSI (1889) 505
ANEXO 15 507
FICHA DESCRITIVA - PARIS (1892) 507
ANEXO 16 510
FICHA DESCRITIVA - GRIMM (1896) 510

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste Trabalho, contextualizado no campo da historiografia linguística, é proceder a um estudo sistemático sobre a emergência e o desenvolvimento da produção gramatical quéchua, em âmbito hispano-americano, entre os séculos XVI e XIX. Para tanto, fixam-se, aqui, os seguintes objetivos específicos:

1º - disponibilização e tratamento de fontes para a historiografia linguística, no que diz respeito à gramaticografia quéchua produzida entre os séculos XVI e XIX, segundo as diretrizes que alimentam os Projetos *Documenta gramaticae et historiae, projeto de documentação linguística e historiográfica - séculos XVI-XIX* (Altman, 2006-2009) e *Documenta grammaticae et historiae - Português. Projeto de tratamento historiográfico de gramáticas da língua - séculos XVI a XIX* (Coelho, 2010-2014);

2º - descrição das diferentes estratégias linguísticas que enquadram cada texto gramatical - fixado como material específico de análise - em um dos quatro *programas de investigação* definidos por Swiggers (2004), por meio do estabelecimento da *visão*, da *focalização* e da *técnica* que organizam cada um desses textos gramaticais, em seu contexto metodológico particular;

3º - mapeamento das descrições linguísticas, verificadas na produção gramatical em questão, tendo em vista os três domínios principais determinados por Swiggers (2004) na apreensão da mudança histórica: o *domínio metodológico*, o *domínio documental* e o *domínio contextual/institucional*.

4º - mapeamento da emergência, do desenvolvimento e da sistematização da metalinguagem gramatical relativa à categoria de *caso nominal* nos nomes substantivos, em quéchua, observando as continuidades e as descontinuidades das perspectivas linguísticas que enquadram tal categoria em âmbito metodológico.

Como estabelecer estudos historiográficos sobre produções linguísticas desenvolvidas em outras épocas e sob outras orientações epistemológicas e metodológicas? As relações entre a história sobre o conhecimento da linguagem e das línguas e a historiografia proposta por um analista podem ser tomadas como isomórficas? De que maneira proceder ao registro historiográfico das continuidades e descontinuidades evidenciadas em práticas gramaticais, no eixo histórico? Essas são algumas perguntas que conduzem, a princípio, a Investigação ora apresentada, sobre a produção gramatical quéchua desenvolvida entre os séculos XVI e XIX.

De fato, como destaca Altman (2004), o vínculo entre a história e a historiografia da linguística organiza-se de forma obrigatoriamente assimétrica:

> História e historiografia da Linguística têm [...] estatutos e dimensões diferentes. Principalmente não são co-extensivas. Suas relações são comparáveis àquelas existentes entre uma gramática descritiva e a língua que ela descreve [...] Assim como a gramática não esgota (e nem pretende esgotar) a língua sob descrição em toda sua complexidade, a historiografia também efetua um recorte sobre a história. (Altman, 2004, p. 29)

Desse modo, pelo recorte, seleção e hierarquização de dados linguísticos complexos, manipulados pelo historiógrafo em perspectiva histórica, emerge um tipo de historiografia que se reconhece, necessariamente, como parcial, como uma interpretação possível para os contextos examinados. Nesse mesmo sentido, Swiggers (2010a; 2012) descreve a historiografia linguística como um tipo de saber interdisciplinar do curso histórico do conhecimento sobre a linguagem e as línguas - orientado por fatores

intradisciplinares e extradisciplinares -, segundo o qual se estabelecem interpretações de como o *know-how* linguístico foi obtido e implementado (cf. Swiggers, 2010a). Desse ponto de vista, certamente, a historiografia linguística não se resume - como se observa na crônica histórica - à confecção de listas bibliográficas ou à datação de acontecimentos e publicações específicas:

> Se há algum consenso entre aqueles que, nos últimos anos, têm se debruçado sobre a atividade historiográfica em Linguística, é que um trabalho de tal natureza não pode se resumir a uma simples compilação de datas, fatos, títulos e nomes relacionados com o estudo das línguas e da linguagem. Historiografias não são "crônicas", ou seja, listas de nomes, datas, títulos e eventos ligados às línguas e à linguagem, no caso [...] Não que crônicas sejam trabalhos desnecessários, ao contrário. Principalmente na historiografia da linguística brasileira, seria extremamente desejável que tivéssemos boas crônicas disponíveis (Altman, 2004, p. 28)

Sem descartar o papel da crônica no contexto dos estudos historiográficos, é fundamental assinalar, por outro lado, as tarefas críticas relacionadas à função do historiógrafo na apreciação dos estudos do presente. Temos, aqui, uma diretriz central na reflexão de Altman (2004), para quem a historiografia linguística não deve ser tomada como um campo de investigação estanque, devotado, de maneira exclusiva, às reconstituições da produção do conhecimento linguístico determinado historicamente. Ao contrário, segundo a percepção da autora, o historiógrafo deve estar atento às práticas linguísticas contemporâneas:

> [...] negar o que tradições anteriores carrearam para o atual estágio de desenvolvimento de um campo científico [...] não parece razoável. O fato de a produção do conhecimento não resultar da simples acumulação de conquistas passadas, progressivas, em uma mesma direção, não implica obrigatoriamente que tenha havido só rupturas. O passado informa continuamente o presente. E, se uma das tarefas da historiografia linguística é (re)estabelecer os pressupostos (nem sempre explicitados) que os linguistas do passado assumiram em suas práticas, bem como as consequências das suas proposições para o desenvolvimento do conhecimento que produzimos sobre a linguagem e as línguas, a investigação sistemática das condições passadas de produção e recepção do conhecimento linguístico é um passo importante para nosso melhor entendimento dos traços constitutivos da(s)

> ciência(s) da linguagem contemporânea(s), e de suas metodologias. (Altman, 2004, p. 32)

De forma semelhante, Auroux (1992) identifica todo tipo de conhecimento como uma "realidade histórica". Para o historiógrafo, o saber, constituído em qualquer campo da experiência humana, apresenta um horizonte de retrospecção, assim como um horizonte de prospecção:

> O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina ou o idealiza, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber. (Auroux, 1992, pp. 11-12)

Desse modo, os estudos historiográficos, no âmbito da linguística, devem ser capazes de contextualizar, para os leitores de nosso tempo, as espessuras históricas do conhecimento sobre a linguagem, em diálogo constante com as práticas do presente:

> Quien tiene en sus manos una gramática acadêmica tiene derecho a saber que su método, estructura, terminología y, en ocasiones, estilo proceden de las gramáticas greco-latinas. Quien estudia la obra de Saussure, presentado como el gran revolucionario de la lingüística, ha de saber que son muy escasas las auténticas innovaciones saussureanas: el doble aspecto del signo lingüístico es, en cierta medida, tan viejo como la historia de la lingüística; la mutabilidad e inmutabilidad del signo es cuestión de puro sentido común, observada ya muchos siglos antes; el estudio paradigmático y sintagmático está en la base de las gramáticas tradicionales, etc. Quien lee a Chomsky ha de tener en cuenta que algunos de los planteamientos generativistas pueden rastrearse en los modistae, en el Brocense, en la *Grammaire* de Port-Royal y en la obra de Humboldt (y que buena parte de los méritos de Chomsky se debe a su reacción contra las insuficiencias del estructuralismo estadounidense). (Tusón, 1982, p. 12)

Com efeito, as perspectivas historiográficas e epistemológicas, conforme explicita o fragmento supracitado, são essenciais na condução de uma linguística que se quer crítica e renovada. Nesse sentido, há 18 anos, em 1994, instaurava-se, junto ao Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, o Centro de Documentação em Historiografia Linguística (CEDOCH), cujo principal objetivo era a implantação e o

desenvolvimento de uma nova linha de pesquisa no Brasil, dedicada ao campo da historiografia linguística. Desde então, o grupo de pesquisadores relacionados ao CEDOCH, coordenados pela professora Dra. Cristina Altman (CEDOCH/DL-USP), levou a cabo dezenas de trabalhos monográficos na área, com investigações que se detinham em práticas linguísticas contextualizadas no século XX (cf. Batista 2007; Coelho, 1998; Christino 2002; França, 1998; França, 2003; Morales 2009), mas, sobretudo, no exame historiográfico de trabalhos linguísticos produzidos entre os séculos XVI e XIX (cf. Adamo, 2003; Batista, 2002; Coelho, 2003; Christino, 2007; Cruz, 2005; Gimenes, 1999; Gimenes, 2005; Lima, 2009; Parada, 2002; Polachini, 2013; Praxedes, 2008; Ragi, 2009; Tashiro, 2003).

Cumprindo seu papel como Centro de Documentação, o CEDOCH deu início, no ano de 2006, ao Projeto *Documenta gramaticae et historiae, projeto de documentação linguística e historiográfica – séculos XVI-XIX* (Altman, 2006-2009), visando à construção e à disponibilização de *corpora* representativos da tradição gramatical ibérica e sul-americana. Num primeiro momento, organizou-se, como projeto-piloto, a documentação relativa à tradição gramatical do tupinambá (sécs. XVI-XIX), a partir de uma base de dados eletrônicos constituídos por meio de imagens, textos originais e bibliografia secundária produzida sobre a língua tupi[1]. Mais recentemente, o *Documenta* alcançou a língua portuguesa, com o Projeto *Documenta grammaticae et historiae - Português. Projeto de tratamento historiográfico de gramáticas da língua (Séculos XVI a XIX)*. Nessa segunda fase, coordenada por Coelho (2010-2014), mantém-se o objetivo inicial de tratamento e disponibilização de fontes para a historiografia linguística.

[1] Os dados relativos a essa base eletrônica organizada sobre a tradição gramatical tupi (sécs. XVI-XIX) dem ser acessados em http://www.fflch.usp.br/dl/documenta/.

A proposta aqui apresentada, no contexto dos trabalhos do CEDOCH e do Projeto *Documenta*, prevê a expansão gradual da documentação e do tratamento historiográfico das gramáticas sul-americanas, notadamente no que se refere à língua quéchua (sécs. XVI-XIX), a partir do exame da metalinguagem. Trata-se, consequentemente, de investigar os processos de produção e recepção da gramaticografia quéchua, no período indicado; de avaliar as continuidades e descontinuidades das opções metodológicas verificadas nesse período; de examinar a sistematização e o desenvolvimento da metalinguagem gramatical que sustenta os trabalhos linguísticos em questão.

A produção gramatical quéchua teve início em 1560, quando Domingo de Santo Tomás (1499-1570), em Valladolid, publicou *Grammatica o arte de la lengua general de los incas de los reynos del Peru*. A segunda gramática quéchua, publicada em 1586, embora anônima, surgiu como resultado das atividades do jesuíta José de Acosta (1530-1598) à frente do Terceiro Concílio Limenho (1582-1583). Ambas estão contextualizadas no período renascentista, em que se concretiza a gramatização massiva dos vernáculos europeus ao mesmo tempo em que se dá a gramatização de boa parte das línguas indígenas americanas (cf. Auroux, 1992). Seguem-se, a Santo Tomás e ao texto anônimo, os trabalhos de González Holguin (1607), Alonso de Huerta (1616), Torres Rubio (1619), Olmos (1633), Roxo Mexia y Ocon (1648), Juan de Aguilar (1690) e Sancho de Melgar (1691), no século XVII. Nos séculos XVIII e XIX, emergem, ainda, outros textos gramaticais sobre o quéchua: Nieto Polo (1753), Honorio Mossi (1857), Manuel María Montaño (1864), José Fernández Nodal (1872), José Dionisio Anchorena (1874), Miguel Angel Mossi (1889), Julio Paris (1892) e Juan María Grimm (1896).

Observe-se, inicialmente, que parte significativa da gramaticografia quéchua concentra-se entre os séculos XVI e XVIII, período determinado pela colonização

espanhola na América do Sul. Na percepção de Bustamante (1987), em artigo publicado na segunda metade do século XX - *Las lenguas amerindias: una tradición española olvidada* -, as gramáticas coloniais compõem uma "tradição esquecida", dado o número escasso de trabalhos voltados à análise desses numerosos documentos.

Para se ter uma medida da significativa produção linguística hispano-americana no período colonial, os dados informados por Altman (2009) são pertinentes: no século XVI, registram-se 212 trabalhos de missionários - 30 sobre línguas sul-americanas, 27 sobre línguas da América Central e 155 sobre o México, com 92 trabalhos sobre o náhuatl; no século XVII, encontram-se mais de 250 trabalhos sobre línguas americanas; no XVIII, 210. Isso, claro, sem levar em conta a produção linguística, nesses mesmos séculos, sobre as línguas asiáticas. A autora menciona, ainda, na mesma linha de raciocínio, o *Catálogo*, de 1800, do jesuíta Lorenzo Hervás (1735-1809). O *Catálogo* faz referência a:

> [...] 218 designações diferentes, relativas a línguas e a dialetos que hoje situaríamos no território sul-americano [...] Em três séculos, a empresa missionária colonial acumulara informação sobre a diversidade linguística americana o suficiente para notar o quanto poderia haver de 'afinidade' e de 'divergência' entre as línguas [...]" (Altman, 2009, p. 119).

No século XXI, percorridas mais de duas décadas a partir da reflexão de Bustamante (1987), o problema persiste. A despeito da organização de uma subdisciplina da historiografia linguística nomeada como Linguística Missionária (cf. Zwartjes & Hovdhaugen, 2004; Zwartjes & Altman, 2005; Zwartjes, James & Alonso, 2007; Zwartjes, Marín & Smith-Stark, 2009), constata-se, ainda, em muitos contextos, uma resistência efetiva na condução de investigações orientadas para a produção linguística colonial (cf. Zimmermann, 2004). No que diz respeito às gramáticas

quéchuas produzidas no século XIX, a situação é ainda mais dramática, dada a escassez absoluta de trabalhos historiográficos que levem em conta esses materiais.

O problema talvez se tenha construído historicamente: para muitos pesquisadores do século XX, o escopo das ciências da linguagem deveria ser fixado, no máximo, a partir do século XIX. É o que se infere da argumentação saussureana, transcrita a seguir:

> A linguística propriamente dita, que deu à comparação o lugar que exatamente lhe cabe, nasceu do estudo das línguas românicas e das línguas germânicas. Os estudos românicos, inaugurados por Diez - sua *Gramática das Línguas Românicas* data de 1836-1838 -, contribuíram particularmente para aproximar a Linguística do seu verdadeiro objeto. (Saussure, [1916]1995, p. 11)

Para Saussure (1857-1913), a primeira fase constituída pelos estudos da linguagem foi caracterizada pela *Gramática*, saber normativo totalmente desprovido de rigor descritivo e cientificidade:

> Começou-se por fazer o que se chamava de "Gramática". Esse estudo, inaugurado pelos gregos, e continuado principalmente pelos franceses, é baseado na lógica e está desprovido de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua; visa unicamente a formular regras para distinguir as formas corretas das incorretas; é uma disciplina normativa, muito afastada da pura observação e cujo ponto de vista é forçosamente estreito. (Saussure, [1916]1995, p. 7)

Como frisa Altman (2009, pp. 119-120), no contexto brasileiro, outro grande linguista, Mattoso Câmara Jr. (1904-1970), descarta a produção gramatical missionária do horizonte de retrospecção da linguística local. Em sua *Introdução às línguas indígenas brasileiras* ([1965]1977), o autor rechaça o trabalho linguístico jesuítico que compôs, segundo ele, o tupi missionário, variante artificial e simplificada do tupi original cuja estrutura havia sido depurada aos moldes da língua latina. Para Mattoso (1977), as gramáticas coloniais resultam de uma metodologia destituída de objetividade

e isenção, características essenciais ao trabalho linguístico de cunho verdadeiramente científico. No mais, nessa perspectiva, as implicações políticas do trabalho missionário invalidam-no em conjunto.

O impacto da opção de Mattoso foi, sem dúvida, determinante: o autor é reconhecido como pai do Estruturalismo no Brasil, tido, à época, como a primeira ciência linguística objetiva e desinteressada em seus propósitos (cf. Mattoso Câmara Jr. [1965]1977, p. 101). É de se perguntar, entretanto, passadas mais de três décadas da publicação de Mattoso ([1965]1977), no que consistiria, efetivamente, uma postura desinteressada, no âmbito da ciência.

De todo modo, em oposição às perspectivas estruturalistas dadas acima, os pontos de vista que encaminham esta proposta de investigação afinam-se menos com a tendência de relacionar o nascimento das ciências da linguagem com as práticas da gramática comparativa do século XIX e, mais, com a orientação que reconhece, na herança linguística colonial-missionária, etapa determinante na construção do conhecimento linguístico. Desse modo, reafirma-se, aqui, com Altman (2009):

> Estabelecer o escopo das ciências da linguagem, e sua historiografia, a partir do trabalho de Schlegel (1808), ou de Saussure (1916), ou de Bloomfield (1933), ou mesmo de Chomsky (1957), é reduzir preconceituosamente o conhecimento da linguagem e das línguas à designação da disciplina que uma certa tradição de estudos nomeia, fazendo *tabula rasa* de mundos intelectuais diferentes daqueles em que nos espelhamos, que existiram em outros tempos, e que certamente ainda existem em outros lugares. (Altman, 2009, pp. 116-117)

Opinião semelhante expressa Hovdhaugen (1996, *apud* Cuevas Alonso, 2011) sobre o processo de gramatização das línguas ditas ‘exóticas’, a partir do modelo greco-latino:

> [...] opening the mind to new possibilities of linguistic categorization and presentation of information. The history of basic concepts like *ergative*, *polysynthesis*, *local cases*, etc., as well as of morphology and phonetics

> cannot be written without taking this material onto account […] Furthermore, missionaries have had in many language societies a profound influence on language normalization and language policy and the number of orthographies - many of them in daily use - designed by missionaries run into hundreds […] (Hovdhaugen, 1996, p. 20, *apud* Cuevas Alonso, 2011, p. 8)

Por fim, Esparza Torres (2010), de modo similar, corrobora, uma vez mais, com a argumentação anterior, de que as práticas linguísticas missionárias são decisivas para o desenvolvimento da historiografia linguística:

> [...] no se puede dudar de que los trabajos lingüísticos de los misioneros se han incorporado de manera definitiva a los estudios sobre la historia de la lingüística [...] no es ya posible plantear una historia de la lingüística sin la referencia a las obras de los misioneros [...] (Esparza Torres, 2010, p. 202)

Com efeito, o projeto ora apresentado tenciona: de um lado, contribuir para a preservação documental do patrimônio linguístico sul-americano, relativamente à língua quéchua, preparando fontes para o trabalho linguístico de cunho historiográfico; de outro lado, busca avaliar de que maneira a gramaticografia quéchua, empreendida entre os séculos XVI e XIX, propõe questões pertinentes ao campo da historiografia linguística, de modo geral, e da linguística missionária, em particular.

Nessa perspectiva, justificam-se algumas das perguntas centrais que estruturam as diretrizes desta Investigação:

1ª) quais condições históricas, sócio-políticas e institucionais organizam o contexto de produção e recepção da gramaticografia quéchua, no período indicado?

2ª) qual a percepção de *língua*, *linguagem* e *variação linguística* que sustenta a descrição gramatical em cada fonte analisada?

3ª) como se apresentam as continuidades e descontinuidades metodológicas que sistematizam o trabalho gramatical empreendido sobre a língua quéchua nesse período? há superação do modelo greco-latino de referência entre os séculos XVI e XIX?

4ª) tendo em vista, fundamentalmente, a esfera da morfossintaxe, como se comporta a metalinguagem gramatical relativa à categoria de *caso nominal* em quéchua, no contexto dos materiais selecionados?

Em busca de respostas para os questionamentos acima e considerando os objetivos específicos fixados para esta Investigação, dividimos o Trabalho, aqui desenvolvido, em seis capítulos distintos.

Capítulo I - *Historiografia Linguística e Linguística Missionária - Contextualização dos Métodos de Análise.*

Nesse primeiro capítulo, traçam-se as diretrizes metodológicas gerais, no campo da historiografia linguística e da linguística missionária, que organizam o exame da produção gramatical quéchua selecionada para este contexto. O Capítulo tem início com algumas considerações sobre o multiperspectivismo historiográfico típico do campo da Nova História (cf. Burke, 1992), segue com análises de modelos científicos e historiográficos, relacionados ao estudo da constituição e ao desenvolvimento do conhecimento sobre a linguagem, e está concluído por uma avaliação da proposta de Swiggers (2004), no que diz respeito à apreensão da mudança histórica em perspectiva linguística.

Capítulo II - *Estabelecimento dos Métodos de Análise*.

Nesse Capítulo, explicita-se a metodologia empregada, por meio da descrição e contextualização das gramáticas sob exame e pela definição do *corpus* e dos parâmetros (linguísticos e extralinguísticos) de análise a serem utilizados.

Parte I (composta pelos Capítulos III e IV): Capítulo III - *Dominicanos, Jesuítas e Republicanos no Contexto Político e Cultural da Gramaticografia Quéchua*; Capítulo IV - *A História que contam os Textos Prefaciais das Gramáticas Quéchuas Produzidas entre os Séculos XVI e XIX - Política Línguística e Discurso Gramatical*.

Nessas seções, delimitadas pelos Capítulos III e IV, estão analisados, essencialmente, os textos prefaciais que servem aos trabalhos linguísticos selecionados no período em questão. Inicialmente (no Capítulo III), apresentam-se informações específicas do contexto político, institucional e cultural que contextualizam os materiais examinados. Os objetivos, nesse caso, estão relacionados, por um lado, à justificação da periodização estabelecida e, por outro, à introdução de interpretações dos processos históricos que fundamentam as análises subsequentes. No Capítulo IV, de maneira particular, são estudados os prólogos gramaticais indicados a partir dos parâmetros extralinguísticos de análise definidos no Capítulo II.

Parte II (composta pelos Capítulos V e VI): Capítulo V - *Emergência e Desenvolvimento das Técnicas Gramaticais e do Tratamento da Categoria de Caso Nominal no Ocidente*; Capítulo VI - *A Produção Gramatical Quéchua e o Caso dos Nomes Substantivos em Perspectiva Historiográfica*.

Sintetizam-se, nas primeiras seções da Parte II (Capítulo V), em perspectiva longitudinal, alguns pontos de vista linguísticos fundamentais que mobilizam a produção teórica e metodológica relativamente aos estudos da linguagem no Ocidente, tendo em vista a emergência e o desenvolvimento das técnicas gramaticais e do conceito de caso nominal, sobretudo no domínio espanhol. No Capítulo VI, por seu turno, são examinados, sistematicamente, os projetos gramaticais dos autores (segundo a *visão*, a

focalização e a *técnica* que os definem) e o tratamento descritivo da categoria de *caso nominal*, na língua andina, a partir dos parâmetros linguísticos de análise selecionados.

Na conclusão deste Trabalho, estão integradas as abordagens da Parte I - sobre política linguística e discurso gramatical - e da Parte II - sobre programas de investigação (cf. Swiggers, 2004) e a categoria de caso nominal nos substantivos -, de maneira que se evidenciem, a partir dos critérios de Swiggers (2004), as mudanças metodológicas, documentais e institucionais que alcançam a produção gramatical quéchua entre os séculos XVI e XIX.

CAPÍTULO I

CAPÍTULO I

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E LINGUÍSTICA MISSIONÁRIA CONTEXTUALIZAÇÃO DOS MÉTODOS DE ANÁLISE

Neste primeiro Capítulo, objetiva-se estabelecer uma contextualização dos referenciais metodológicos a serem empregados neste Trabalho, a partir do desenvolvimento de algumas diretrizes gerais - relacionadas aos métodos da Nova História (cf. Novais & Silva, 2011) - e de modelos científicos e historiográficos - associados ao estudo da constituição e desenvolvimento do conhecimento sobre as línguas e a linguagem.

1.1 O multiperspectivismo historiográfico e o parâmetro da circularidade como metodologia de análise histórica

Do ponto de vista metodológico, duas diretrizes gerais orientam esta Investigação: a primeira diz respeito ao multiperspectivismo historiográfico típico do campo da Nova História (cf. Burke, 1992; Novais & Silva, 2011); a segunda, à opção pelo parâmetro da *circularidade*, em oposição aos critérios de análise ortodoxos, pautados por abordagens dicotômicas de natureza estática.

Segundo Burke (1992, p. 10), a Nova História "é a história escrita como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional", representado pelo grande historiador alemão Leopold Von Ranke (1795-1886). A história rankiana, interessada, sobretudo, nos temas da política, marginalizava, em grande medida, outros tipos de aportes historiográficos, como a história da arte, da ciência e da cultura, fixando-se na perspectiva objetiva e positivista dominante no século XIX. De outro modo, a Nova História, moldada, em boa medida, pelo relativismo e pela fragmentação, busca,

constantemente, novos pontos de vista e novos objetos que multipliquem o conhecimento histórico, admitido, nessa metodologia, como parcial: no lugar da narrativa dos acontecimentos, a análise estrutural dos dados históricos; no lugar da história vista de cima (da história dos grandes estadistas), a história vista de baixo (constituída por pessoas comuns, das classes subalternas) (cf. Sharpe, 1992, pp. 39-62); no lugar da presunção objetivista e neutra, o multiperspectivismo como instrumento de aproximação historiográfica.

Permitimo-nos, aqui, o registro de um manifesto de Lucien Febvre (1878-1956) - co-fundador da *Escola dos Annales*[2] ao lado de Marc Block (1886-1944), morto, este último, pelos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nos fragmentos a seguir, extraídos do manifesto de Febvre ([1952]2011) - *Contra o vento: manifesto dos novos Annales* -, o autor, retrospectivamente, apresenta-nos a proposta historiográfica da Nova História, lançada no ano de 1929:

> O mundo está acabado [...] Perdemos tudo, ou quase, de nossos bens materiais. Mas nada teremos perdido caso nos reste o espírito. Expliquemos o mundo ao mundo. Pela história. Mas que história? Aquela que "romanceia" a vida de Maria Stuart? Que tira a limpo tudo sobre o cavaleiro d'Eon e seus saiotes? [...] Nada disso! Nós não temos mais tempo. Muitos historiadores, e dos bem formados e conscientes, o que é pior, muitos historiadores se deixam ainda perder [...] Ah, eles trabalham muito bem! Eles fazem história do mesmo modo que suas avós se dedicavam à tapeçaria. Pontinho por pontinho. Eles são aplicados. Mas quando lhes perguntamos por que esse trabalho todo, a melhor resposta que conseguem dar, com um sorriso de criança, é a palavra cândida do velho Ranke: "Para saber exatamente como é que as coisas aconteceram". Com todos os detalhes, naturalmente. (Febvre, [1952]2011, p. 82)

Por meio de uma retórica loquaz e expressiva, típica do gênero "manifesto", Febvre ([1952]2011) explicita, no fragmento em questão, sua perspectiva

[2] A *Escola dos Annales* é o nome dado à nova tendência historiográfica introduzida, na França, por Lucien Febvre e Marc Block, no ano de 1929, cujas ideias, em torno da *Nova História*, seguiam divulgadas, sobretudo, pelo periódico *Annales d'histoire économique et sociale*, lançado quinze meses antes da Grande Depressão, a partir de outubro de 1929. Hoje o periódico é conhecido apenas como *Revue des Annales*.

historiográfica, no contexto de ruínas que o cerca como consequência da Segunda Grande Guerra: fazer a história nova é negar o ponto de vista rankiano, recusar-se aos detalhes ou às curiosidades pouco significativas, expurgar o positivismo que se imagina imparcial. Nesse sentido, o trabalho historiográfico não é uma "lição a ser aprendida no café da manhã", como uma narração objetiva e verdadeira dos fatos (como quer o modelo positivista), mas uma interpretação particular dos processos históricos, que nos permite "viver com outros reflexos" da experiência humana:

> Fazer história sim. Na medida em que a história é capaz e é a *única* capaz - de nos permitir, num mundo em estado de instabilidade definitiva, viver com outros reflexos além do medo, da obrigação de nos refugiarmos nos porões, quando todo esforço humano se reduz a aguentar por algumas horas, acima de nossas cabeças vacilantes, os telhados arrebentados, os tetos eviscerados. A história que não une os homens. A história que não obriga ninguém a nada. Mas sem a qual nada se faz de sólido. (Febvre, [1952]2011, p. 83)

E continua:

> A **[história]** que compreende e que faz compreender. A que não é uma lição a ser aprendida a cada manhã, com devoção - mas, sim, aquela que é de fato uma condição permanente da atmosfera. O que ela sempre foi, aqui, para Marc Bloch e para mim [...] A história, resposta às perguntas que o homem de hoje necessariamente se faz. Explicação de situações complicadas, em meio as quais ele se debaterá menos cegamente caso conheça sua origem. (Febvre, [1952]2011, p. 83. Os grifos são nossos.)

De fato, tal como Braudel ([1958]2011), para quem "o tempo de hoje data simultaneamente de ontem, de antes de ontem e de outrora" (Braudel, [1958]2011, p. 99), Febvre ([1952]2011) aposta nas práticas historiográficas como instrumento concreto para responder às perguntas do presente, por meio do conhecimento do passado, e, certamente, como veículo a inspirar o futuro:

> Peço aos historiadores, quando vão ao trabalho, que não o façam como se fossem de encontro a Magendie: Magendie, mestre de Claude Bernard, precursor da fisiologia, que sentia tanto prazer em deambular, com as mãos nos bolsos, através de fatos raros e curiosos e, como o trapeiro - assim dizia

> ele -, através dos dejetos. Eu lhes peço para ir ao trabalho como Claude Bernard, com uma boa hipótese em mente. E que jamais se comportem alegremente como colecionadores de fatos, como antes, quando bancavam os caçadores de livros às margens do Sena. Que nos deem uma História, Não uma História automática, mas, sim, problemática. (Febvre, [1952]2011, p. 84)

Com efeito, da perspectiva do autor, o historiógrafo, orientado por um horizonte de projeção, deve buscar a história problemática - aquela pautada por hipóteses, que dialoga com o presente - e não se contentar, apenas, com a história automática, que coleciona e acumula fatos, sem jamais interpretá-los ou submetê-los a uma metodologia de análise crítica.

Por fim, destacamos, a seguir, outra diretriz fundamental da *Escola dos Annales* relacionada à ampliação do campo do documento histórico, segundo registro de Le Goff ([1978]2011):

> A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substitui a história [...] essencialmente baseada em textos e em documentos escritos, por uma história fundamentada numa ampla variedade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos iconográficos, resultados de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme ou, quando se trata de um passado mais longínquo, vestígios de pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são documentos de primeira ordem para a história nova. (Le Goff, [1978]2011, p. 133)

De modo semelhante, a historiografia da produção gramatical quéchua (sécs. XVI-XIX), ora apresentada, busca contribuir para o conhecimento histórico sobre a língua andina - do ponto de vista político, institucional e linguístico -, tomando por base documentos que, até então, foram consideravelmente negligenciados pela linguística oficial, sobretudo no que diz respeito às gramáticas quéchuas do século XIX. Por outro lado, na esteira da reflexão de Febvre ([1952]2011), reconhecemos a natureza parcial e enviesada das interpretações que logramos constituir neste contexto, pelas opções metodológicas específicas assumidas por esta pesquisadora. Dentre essas opções, de

fato, rechaçamos, com os autores mencionados anteriormente, a dimensão positivista, cumulativa, teleológica e objetiva das práticas historiográficas, segundo as perspectivas da história rankiana.

A segunda diretriz metodológica geral que organiza nossas atividades está centrada no parâmetro da *circularidade*, por oposição às abordagens dicotômicas de natureza estática. Braudel ([1958]2011), na transcrição a seguir, posiciona a questão, do ponto de vista historiográfico:

> [...] é inútil insistir demais nas palavras *sincronia* e *diacronia*; elas se definem por si mesmas, ainda que seu papel, num estudo concreto do social, não seja tão fácil de delimitar quanto parece. De fato, na linguagem da história (tal como a imagino), não há como existir sincronia perfeita: uma parada instantânea, suspendendo todas as durações, é em si quase absurda ou, o que dá no mesmo, muito fictícia; do mesmo modo, uma descida pela encosta do tempo só é concebível sob a forma de uma multiplicidade de descidas pelos diversos e incontáveis rios do tempo. (Braudel, [1958]2011, p. 104)

Com efeito, o multiperspectivismo historiográfico - combinado a interpretações complexas, não dicotômicas (afeitas ao parâmetro da *circularidade*) - é um recurso metodológico importante, na ótica do autor, na condução de reconstruções históricas significativas. Sem desconsiderar as múltiplas contribuições dos modelos marxistas e estruturalistas que dominaram parte significativa da atividade intelectual desenvolvida no século passado, busca-se, neste contexto, refutar as abordagens essencialmente estáticas que caracterizaram os domínios marxistas e estruturalistas mais ortodoxos, na tentativa de fugir aos maniqueísmos e evitar análises polarizadas e estanques, que pouco contribuem para a apreensão dinâmica das continuidades e descontinuidades efetivadas no eixo histórico.

Ginzburg ([1976]1987) representa o modelo da *circularidade*. Inspirado no trabalho de Bakhtin ([1965]1999), o historiador italiano postula um relacionamento

circular, feito de influências mútuas, entre a cultura popular e a cultura erudita, como forma de proceder à reconstrução histórica no contexto da Europa pré-industrial. Bakhtin ([1965]1999), examinando a obra de François Rabelais (1494-1553), tem por objetivo compreender a influência da cultura cômica popular na produção literária do erudito escritor francês. A partir da reflexão de Bakhtin ([1965]1999), Ginzburg ([1976]1987), pelo artifício da microhistória[3], demonstra como um moleiro pobre da região de Friuli (Itália), perseguido, julgado e condenado pela Inquisição do século XVI, representa, de maneira efetiva, um universo cultural popular perpassado por traços distintivos da cultura letrada dominante. Ambos (Ginzburg e Bakhtin) mostram-se distanciados da orientação marxista ortodoxa que pregava absoluta autonomia, continuidade e independência para a cultura popular frente à cultura erudita. Pautados pela ideia de *circularidade*, substituem, dessa maneira, um ponto de vista estático e binário por outro, dinâmico e complexo.

De fato, no prefácio à edição italiana de *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, Ginzburg ([1976]1987) justifica seu trabalho historiográfico:

> No passado, podiam-se acusar os historiadores de querer conhecer somente as "gestas dos reis". Hoje, é claro, não é mais assim. Cada vez mais se interessam pelo que seus predecessores haviam ocultado, deixado de lado ou simplesmente ignorado. "Quem construiu Tebas das sete portas?" - perguntava o "leitor operário" de Brecht. As fontes não nos contam nada daqueles pedreiros anônimos, mas a pergunta conserva todo seu peso. (Ginzburg, [1976]1987, p. 15)

Na sequência, o historiador problematiza as relações entre a cultura popular e a cultura erudita, no âmbito oficial das ciências humanas:

[3] A microhistória é um gênero historiográfico desenvolvido por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, no qual a análise histórica se desenvolve por uma delimitação temática bastante específica, frequentemente associada à exploração exaustiva de fontes, às temáticas do cotidiano, às biografias ligadas à reconstituição de microcontextos.

> A existência de desníveis culturais no interior das assim chamadas sociedades civilizadas é o pressuposto da disciplina que foi aos poucos se autodefinindo como folclore, antropologia social, história das tradições populares, etnologia europeia. Todavia, o emprego do termo *cultura* para definir o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico é relativamente tardio e foi emprestado da antropologia cultural. Só através do conceito de "cultura primitiva" é que se chegou de fato a reconhecer que aqueles indivíduos outrora definidos de forma paternalista como "camadas inferiores de povos civilizados" possuíam *cultura*. A consciência pesada do colonialismo se uniu assim à consciência pesada da opressão de classe. (Ginzburg, [1976]1987, pp. 16-17)

E arremata:

> Dessa maneira foi superada, pelo menos verbalmente, não só a concepção antiquada de folclore como mera coleção de curiosidades, mas também a posição de quem distinguia nas ideias, crenças, visões de mundo das classes subalternas nada mais do que um acúmulo desorgânico de fragmentos de ideias, crenças, visões de mundo elaborados pelas classes dominantes provavelmente vários séculos antes. A essa altura começa a discussão sobre a relação entre a cultura das classes subalternas e a das classes dominantes. Até que ponto a primeira está subordinada à segunda? Em que medida, ao contrário, exprime conteúdos ao menos em parte alternativos? É possível falar em **circularidade** entre os dois níveis de cultura? (Ginzburg, [1976]1987, p. 17. Os grifos são nossos.)

Com efeito, por meio de uma contextualização histórica para a emergência e o desenvolvimento das ideias de cultura popular e cultura erudita, Ginzburg ([1976]1987) lança mão do critério da *circularidade* como recurso para compreender as relações estabelecidas entre esses dois níveis da experiência humana. Ao final de seu trabalho, ao apresentar a tese que fundamenta sua obra, o autor não deixa dúvidas quanto à necessidade de reconhecer as intrincadas correlações que aproximam a cultura das classes subalternas àquela vivenciada pela classe dominante:

> Muitas vezes vimos aflorar, através das profundíssimas diferenças de linguagem, analogias surpreendentes entre as tendências que norteiam a cultura camponesa que tentamos reconstruir e as de setores mais avançados da cultura quinhentista. Explicar essas semelhanças como uma mera difusão de cima para baixo significa aderir à tese - insustentável - segundo a qual as ideias nascem exclusivamente no âmbito das classes dominantes. Por outro lado, a recusa dessa tese simplista implica uma hipótese muito mais

> complexa sobre as relações que permeavam, nesse período, as duas culturas: a das classes dominantes e a das classes subalternas. É mais complexa e, em parte, impossível de demonstrar. O estado da documentação reflete, é óbvio, o estado das relações de força entre as classes. Uma cultura quase exclusivamente oral como a das classes subalternas da Europa pré-industrial tende a não deixar pistas, ou então deixar pistas distorcidas. (Ginzburg, [1976]1987, p. 230)

A conclusão do historiador, portanto, à luz da reflexão de Bakhtin (1992; [1965]1999) rejeita perspectivas dicotômicas e estáticas em favor de uma metodologia que se fundamenta pela ideia de circularidade, segundo a qual existe, inequivocamente, influência mútua entre a cultura popular e a cultura erudita. Argumento semelhante estabelece Hjelmslev (1978), no campo estrito da teoria da gramática, em seu estudo clássico sobre a categoria de caso nominal. Por suas palavras:

> Este estudio **[de la categoria de los casos]** servirá para mostrar nuestra forma de entender la gramática general. En nuestra opinión, se impone abandonar la distinción entre morfología y sintaxis, así como la división de la lingüística en una parte comparativa y una parte general. Hay que abarcar, mediante un sintético modo de hacer, el conjunto de los hechos. De esta forma la <gramática general> servirá para elucidar los problemas evolutivos que en el dominio <sintáctico> quedaron inexplicados por el método clásico. En adelante la lingüística indoeuropea se fundará sobre la lingüística general, y la lingüística evolutiva sobre la lingüística sincrónica. (Hjelmslev, 1978, p. 9; os grifos são nossos)

O excerto demonstra, com clareza, a perspectiva metodológica do autor e o propósito subjacente à análise da categoria de caso nominal: abandonar as dicotomias que incompatibilizam as abordagens sincrônicas e diacrônicas, os estudos morfológicos e sintáticos, a linguística geral e a evolutiva, em nome de uma abordagem complexa, dinâmica, a única adequada, do ponto de vista de Hjelmslev, à análise da categoria gramatical de caso (cf. Hjelmslev, 1978, pp. 93-103). De fato, no horizonte do autor, os métodos da gramática geral devem servir para "elucidar os problemas evolutivos que permanecem sem solução no domínio sintático". Por outro lado, as abordagens morfológicas devem ter em vista, essencialmente, os contextos sintáticos, de maneira

que ambos os domínios (o morfológico e o sintático, ampliados pela morfossintaxe) saiam enriquecidos por tal viés metodológico.

Do mesmo modo, assumimos, nesta Investigação, em oposição a Mattoso Câmara ([1965]1977), que a descrição linguística colonial estabeleceu, com a tradição gramatical greco-latina, um diálogo de mão dupla: de um lado, o modelo descritivo greco-latino de referência emprestou, às línguas ditas exóticas, as ferramentas teórico-metodológicas que acomodaram as novas estruturas linguísticas ao padrão gramatical europeu; de outro, a cultura gramatical greco-latina viu-se, com o tempo, transformada, ela mesma, pela experiência empírica dos missionários na América, na África e na Ásia. É coerente adotar, portanto, neste contexto, a hipótese da *circularidade*, dada por influências recíprocas entre a cultura gramatical europeia, de tradição greco-latina, e a cultura gramatical missionária, a luz dos trabalhos de Ginzburg ([1976]1987). Como afirma Hovdhaugen (1996, *apud* Cuevas Alonso, 2011, p. 8), sem a experiência descritiva colonial, conceitos como *ergatividade*, *polissíntese* e *casos locais* seriam inimagináveis na linguística contemporânea.

Da mesma maneira, contestamos a rejeição, em bloco, às gramáticas coloniais, e mesmo às gramáticas do século XIX, por expressarem, unicamente, como às vezes se imagina, o autoritarismo político europeu (traduzido nas relações da metrópole com a colônia), ou, simplesmente, a materialização de conteúdos normativos "forçosamente estreitos", tal como anuncia Saussure ([1916]1995, p. 7). Uma análise mais atenta do contexto político e institucional da primeira gramática quéchua (1560), escrita pelo dominicano Domingo de Santo Tomás (1499-1570), pode evidenciar, por exemplo, um projeto humanista, no primeiro momento da colonização peruana, deflagrado em conjunto com Bartolomé de Las Casas (1543-1575), que, muitas vezes, desafiou a coroa espanhola em favor dos direitos dos nativos americanos. Outro ilustre gramático

quéchua, o jesuíta Diego González (c. 1552-1618), acumulou experiência empírica no trato com a língua geral andina por 25 anos, compondo um monumental trabalho linguístico de descrição do idioma, muito distanciado da perspectiva estreita e normativa a que se referiu Mattoso Câmara ([1965]1977), citado anteriormente. Esses são dados que, por si só, sugerem a complexidade e a não linearidade da produção intelectual nessa tradição descritiva. E o fato de reconhecê-los não implica, certamente, que tenhamos de renunciar a críticas pertinentes e difíceis de refutar, no que diz respeito à conformação autoritária e conservadora que contextualiza a maior parte dos projetos gramaticais em questão, em perspectiva política e institucional.

De qualquer forma, consideramos, neste contexto, que aproximações analíticas de natureza binária dificultam, na prática, um trabalho historiográfico dedicado a reconstruir aspectos históricos complexos e multifacetados. A contextualização histórica da produção gramatical quéchua pode demonstrar essa hipótese à farta, como veremos nos capítulos subsequentes. Matizes importantes do contexto político e institucional, e mesmo do contexto metalinguístico gramatical em questão, sofreriam demasiado caso nossos referenciais analíticos estivessem pautados por metodologias ortodoxas e polarizadas a despeito da conformação não linear e dinâmica dos dados de análise.

1.2 Delineamento de um modelo historiográfico

As diretrizes metodológicas gerais de Ginzburg ([1976]1987) e Hjelmslev (1978), descritas anteriormente, aproximam-se, em vários aspectos, ao proposto por Rorty (2005) sobre o trabalho historiográfico em filosofia. Segundo Rorty (2005), há um tipo de historiografia, dita *contextual*, orientada basicamente pelos fatos históricos. Nesse tipo de trabalho historiográfico, o pesquisador examina as proposições, os

conceitos e as orientações metodológicas do autor estudado, levando em conta, exclusivamente, o contexto próprio de criação e produção que cerca o autor no ato de publicação de sua obra. Esse modelo historiográfico em particular não se ocupa, especificamente, do diálogo do passado com o presente, uma vez que o papel central do pesquisador, nesse caso, é reconstruir a sistematização de um determinado autor, devidamente contextualizado em seu método e em seu repertório intelectual próprio.

Outro tipo de historiografia, aquela que Rorty (2005) nomeia como *racional*, orienta-se, diferentemente da primeira, por uma reconstrução racionalista de determinados conceitos dispersos no tempo histórico. Nessa outra perspectiva, um autor do presente pode servir-se de conceitos e autores do passado, deixando um tanto de lado a sistematização própria de tais conceitos no contexto em que são constituídos. Para Rorty (2005), esse tipo específico de trabalho historiográfico tem a vantagem de encorajar formas diversificadas de diálogo dos autores do presente e do passado, possibilitando, aos primeiros, reconstruções criativas que potencializem seus trabalhos intelectuais.

O tipo de historiografia idealizada por Rorty (2005), todavia, não é a de orientação exclusivamente *contextual* ou *racional*. Rorty (2005) defende um fazer historiográfico que denomina *geistesgeschichte*, pelo qual as práticas de autojustificação *racionais* possam estar fundamentadas pelas práticas de reconstrução *contextuais* (Rorty, 2005, pp. 315-322). A necessidade de pesquisadores do presente buscarem diálogo com autores do passado e, a partir desses diálogos, empreenderem reconstruções de caráter *racional*, que visam à autojustificação do autor do presente, constitui, segundo Rorty (2005), o movimento típico da tarefa intelectual que se quer renovada. Não obstante, é preciso que o trabalho de reconstrução *contextual* garanta "a honestidade das reconstruções racionais" (Rorty, 2005, p. 335). Dessa maneira, a

geistesgeschichte, a reconstrução ideal, segundo Rorty (2005), mantém aberto um diálogo mais rico e complexo com os autores do passado:

> [...] precisamos da *Geistesgeschichte*, dos diálogos de autojustificação. A alternativa é a tentativa que Foucault certa vez prenunciou, mas da qual espero que tenha desistido – a tentativa de não ter uma face, de transcender a comunidade de intelectuais europeus e aparentar um anonimato sem contexto, como os personagens de Beckett que desistiram da autojustificação, do diálogo e da esperança. (Rorty, 2005, p. 338)

Por oposição a Foucault (1994), no texto *Qu'est-ce qu'un auteur?*, que flexibiliza o conceito de autoria, a identidade do trabalho intelectual, na visão de Rorty (2005), está dada, em grande medida, pela *geistesgeschichte*, pelo diálogo racional significativo e devidamente contextualizado que mantemos com os autores do passado. Prescindir desse diálogo é, pelas palavras de Rorty (1994), perder a "face" num "anonimato sem contexto".

As respostas e soluções dadas pelos autores do passado não são, necessariamente, piores que as do presente. São, antes, diferentes, respondem a necessidades diferentes. Do mesmo modo, as distintas reconstruções *racionais* dos autores do presente não são melhores nem piores em si, obrigatoriamente. Há diferentes reconstruções *racionais* possíveis do passado e diferentes modos de estabelecer o diálogo do passado com o presente, a exemplo da perspectiva pluralista do fazer científico, segundo Lakatos (1999), para quem "o pluralismo teórico é melhor do que o monismo teórico" (1999, p. 80). De todo modo, há que se considerar ainda, nesse contexto, como estabelecer a apreensão da mudança histórica, problema central na atividade historiográfica.

Com efeito, Kuhn ([1962]2005) foi um autor pioneiro nesse sentido. Contrapondo-se a uma percepção cumulativa e teleológica sobre a produção do conhecimento científico, o físico estadunidense propõe a incomensurabilidade entre

modelos distintos da ciência, como resultado de diferentes perspectivas assumidas diante do objeto.

Em *A estrutura das revoluções científicas* ([1962]2005), o autor fala-nos da "ciência normal", aquela marcada pela hegemonia e estabilidade de um determinado paradigma científico, caracterizado, por sua vez, pelo domínio de uma teoria particular. Nos estágios correntes da "ciência normal", os cientistas admitem, amplamente, soluções modelares para os problemas instituídos pela teoria vigente, de tal forma que, nesses períodos, assistimos a uma uniformização rigorosa das diretrizes teóricas e metodológicas acolhidas nesses contextos. Por outro lado, a "ciência normal" é incapaz de propor soluções alternativas para anomalias surgidas, com o tempo, no interior dos paradigmas científicos, o que resulta, na perspectiva de Kuhn ([1962]2005), em crises episódicas que desestabilizam a teoria dominante.

O acúmulo de anomalias, no interior de um paradigma específico, gera, por fim, a "revolução científica", responsável por fixar um novo paradigma - incomensurável em relação ao anterior - no qual serão adotadas novas estratégias metodológicas, em outro contexto teórico, como forma de resolução para os problemas emergentes. Dessa maneira, pela sucessão de paradigmas científicos incomensuráveis, efetiva-se o desenvolvimento da ciência, por "revoluções científicas" consecutivas, no modelo de Kuhn ([1962]2005). Apenas nos momentos de "ciência normal" os pesquisadores podem gozar de estabilidade. As etapas de crise, de passagem de um paradigma a outro, são dadas por rupturas incontornáveis, do ponto de vista teórico-metodológico.

De fato, a apreensão da mudança histórica, no contexto da produção do conhecimento, segundo as proposições kuhnianas, não deixa espaço para a ideia de continuidade do fazer científico. Nesse sentido, foram muitos os pensadores que se

levantaram em oposição ao critério de incomensurabilidade, tal como descrito por Kuhn ([1962]2005). O filósofo e matemático húngaro Imre Lakatos (1922-1974) foi um deles.

Em resposta às descontinuidades intrínsecas às práticas científicas, evidenciadas nas premissas kuhnianas, Lakatos (1999) afirma a continuidade relativa das práticas teórico-metodológicas, verificadas historicamente:

> Esta exigência de desenvolvimento contínuo é a minha reconstrução racional da exigência amplamente reconhecida de 'unidade' ou 'beleza' da ciência. (Lakatos, 1999, p. 102)

Mesmo considerando que o núcleo duro de uma teoria possa ruir e, com ele, toda a teoria, consequentemente, Lakatos (1999) defende a exigência da multiplicidade teórica, paralelamente à necessidade de continuidade do fazer científico. Assim, nenhum programa de investigação iniciante deve ser desconsiderado apenas pelo prestígio institucional de um programa já estabelecido. Lakatos (1999) reclama, diferentemente, a pluralidade e a coexistência de programas científicos com orientações diversas. Os fatos interpretados de determinado ponto de vista, numa dada orientação teórica, podem, perfeitamente, ser reinterpretados de modo diverso, em outros contextos. Outrossim, além de reinterpretar novos fatos, estaríamos gerando fatos diferentes, à medida que deslocássemos nossas diretrizes metodológicas. Dialogando com o modelo de desenvolvimento científico descrito por Kuhn ([1962]2005), Lakatos (1999) afirma o seguinte:

> Infelizmente, é esta a posição que Kuhn tende a defender: de facto, o que ele chama "ciência normal" não é mais do que um programa de investigação que obteve o monopólio. Mas, na realidade, os programas de investigação só raramente obtiveram o monopólio completo e, nesses casos, só por períodos relativamente curtos, a despeito dos esforços cartesianos, newtonianos e bohrianos. A história da ciência tem sido e devia ser uma história de competição entre programas de investigação (ou, se se preferir, "paradigmas"), mas não tem sido e não se deve transformar numa sucessão

> de períodos de “ciência normal”: quanto mais cedo se inicia a competição, melhor para o progresso. (Lakatos, 1978, p. 80)

De fato, em crítica à posição kuhniana, para quem a “ciência normal” desenvolvia-se num paradigma teórico-metodológico exclusivo, Lakatos (1999) reivindica, da posição anárquica que assume, o pluralismo teórico. Kuhn ([1962]2005), contrariamente, admite, como ressaltamos anteriormente, que o desenvolvimento científico organiza-se por rupturas: um determinado programa de investigação entra em crise, frente às anomalias não previstas pelo sistema, e perde produtividade, abrindo espaço para uma reconfiguração nova, em teoria e em método. Dessa forma, no lugar do primeiro paradigma, surge outro, mais coerente e elaborado. Da perspectiva de Lakatos (1999), todavia, o modelo kuhniano é redutor e diz pouco sobre aquilo que verdadeiramente se observa da história da ciência, feita também e, sobretudo, por continuidades teórico-metodológicas sustentadas por diferentes grupos de investigação científica em perspectiva histórica.

Altman (2004, pp. 27-56) e Swiggers (2004, pp. 113-145), a exemplo de Lakatos (1999), sustentam que as ciências, sobretudo as ciências da linguagem, se fazem por continuidades e descontinuidades e reconhecem, para o campo da historiografia linguística, movimentos de ruptura e de unificação:

> [...] o conhecimento que produzimos em ciência(s) da linguagem ocorre não só por rupturas e descontinuidades, mas também por acumulação e continuidades. Ou seja, há momentos de divergência e diversificação, como também há os de convergência e unificação, e ambos parecem ser igualmente importantes para o refinamento do conhecimento produzido no âmbito da disciplina. No mínimo precisamos admitir que a questão do desenvolvimento da Linguística, e da sua historiografia, é mais complexa do que a simples sucessão cronológica de paradigmas concorrentes. (Altman, 2004, pp. 38-39)

Considerando as continuidades e descontinuidades no desenvolvimento das ciências da linguagem, Altman (2004) e Koerner (1989) mantêm a coexistência dos programas de investigação científica. Por outro lado, afirma-se, nesse contexto, que o conhecimento histórico tem o poder de auxiliar a flexibilidade intelectual do trabalho científico: deve-se considerar a verdadeira relatividade das teorias e de seus métodos particulares, evitando-se, dessa forma, os excessos provocados pela mistificação dos agentes e dos produtos científicos, o que pode levar o cientista a uma atitude mais competente, no que diz respeito ao fazer teórico e prático da ciência (Koerner, 1989, p. 47). Para Koerner (1989), como consequência desse ponto de vista, o conhecimento da história da linguística torna-se produtivo para a linguística como um todo, tal como, para Kristeller (1964 *apud* Koerner, 1989, p. 47), a história da filosofia é positiva para a filosofia como um todo.

De modo semelhante, a reflexão de Zimmermann (2004) amplia essa questão no campo da linguística missionária. Discutindo os objetos e as tarefas desse campo de investigação científica, o autor propõe o conceito de "diferenciação agregativa", processo pelo qual as ciências da linguagem desenvolvem-se e diferenciam-se:

> [...] propongo otro modelo que ve en las ciencias del lenguage un conjunto de subdisciplinas como resultado de invenciones autónomas en diferentes momentos de la historia. Lo característico de este modelo es el hecho de que la historia de las ciencias del lenguaje no es una de la sustitución de disciplinas ('sustituición de paradigmas' como lo propuso Kuhn 1962) sino una *diferenciación agregativa* a partir del estabelecimiento de nuevos paradigmas, que a su vez surgieron a partir del descubrimiento de aspectos del lenguaje y de las lenguas antes no suficientemente reconocidos como relevantes o imposibles de analizar. Estos nuevos paradigmas no invalidaron las que existieron y por ello no los sustituyeron sino muchas veces los enriquecieron. Este proceso podría llamarse diferenciación agregativa. (Zimmermann, 2004, pp. 19-20)

Em seguida, Zimmermann (2004) reivindica, para a linguística missionária, o estatuto de ciência, no modelo geral caracterizado, antes, pela "diferenciação

agregativa". Para o autor, a linguística missionária tem objetos e métodos próprios e está incluída no campo da linguística aplicada:

> Si es justificado clasificar lo que hicieron los lingüistas misioneros como Lingüística Aplicada, especialmente como lingüística dedicada a la enseñanza de lenguas según nuestra sistemática de las ciencias del lenguaje hoy en día cabría decir que representa una subdisciplina con un desarollo propio (con influencias de las otras subdisciplinas de las ciencias del lenguaje y de otras ciencias). Negar a la Lingüística Aplicada el estatus de ciencia sólo por tener otro objeto y otros métodos resultaría epistemológicamente inadecuado. Por ello podermos concluir: La LM no es parte de una 'prehistoria' de la lingüística como dicen los autores, sino, al contrario, es *parte esencial de la historia de las ciencias del lenguaje y especificamente de la lingüística aplicada*. (Zimmermann, 2004, p. 20)

De fato, refutando a argumentação de Oesterreicher y Schmidt-Riese (1999 *apud* Zimmermann, 2004), Zimmermann, na transcrição anterior, rejeita a ideia de que a linguística missionária situar-se-ia na pré-história dos estudos da linguagem, como precursora da linguística comparativa do século XIX. Contrariamente a seus oponentes, o autor concebe, para os objetos e métodos da linguística missionária, um tipo de fazer científico mais próximo daquilo que reconhecemos hoje como linguística aplicada, dirigida, especificamente, nesse caso, ao ensino das línguas, da leitura e da escrita.

Com efeito, pensar em continuidades e descontinuidades do fazer científico, desse ponto de vista (cf. Altman, 2004; Koerner, 1989; Zimmermann, 2004), remete ao modo próprio da conformação histórica dos programas de investigação no campo específico dos estudos da linguagem. Admite-se, nessa perspectiva, que as práticas linguísticas do presente dialogam, inevitavelmente, com a *práxis* do passado, em movimentos descontínuos que, todavia, observados no contexto geral, garantem, ainda, a continuidade renovada das ideias linguísticas no percurso histórico.

Do ponto de vista de Zimmermann (2004, p. 18), os gramáticos missionários recriaram (e ampliaram) métodos de elicitação de dados linguísticos - na representação

gráfica e na análise fonético-fonológica, morfológica, sintática e léxica de línguas autóctones originais - que, mais tarde, seriam reinterpretados pela linguística descritiva e estrutural.

Os gramáticos missionários moveram-se, certamente, impulsionados por imperativos didáticos, num contexto político agressivo e opressor. A competência do trabalho linguístico realizado garantiu, assim, em grande parte, o sucesso da empresa colonial ibérica. Se os gramáticos missionários tivessem simplesmente "inventado" as línguas gerais, impondo normas linguísticas, aos nativos, que em nada se adequassem às línguas originais, o êxito da conquista teria sido, no mínimo, prejudicado. O projeto imperialista colonial foi, com certeza, mais sutil e mais elaborado que isso. Desde o início, os conquistadores reconheceram a necessidade de manipular as técnicas de descrição linguística como meio de impor sua propagada "superioridade". Aqui, como de resto em todo o desenvolvimento do capitalismo posterior, a ciência e as técnicas, os métodos e as observações empíricas sistematizadas, estiveram a serviço do controle do capital e das riquezas naturais americanas. Podemos afirmar que vivemos, hoje, situação totalmente diversa?

Desconsiderar o caráter científico do trabalho linguístico missionário, desqualificando a eficácia e a adequação de suas descrições, revela, sem dúvida, profunda ingenuidade intelectual. Ao contrário, reposicionados, hoje, os objetos e métodos dessas tarefas descritivas, desenvolvidas séculos atrás, temos a oportunidade de produzir conhecimento renovado sobre as línguas ameríndias, sobre a história da linguística e, finalmente, sobre etapa importante da conquista e colonização americana.

Desse modo, buscando registrar continuidades e descontinuidades na produção linguística realizada sobre o quéchua, entre os séculos XVI e XIX, analisaremos os trabalhos gramaticais selecionados e suas motivações políticas e institucionais

específicas. Quais as principais ideias linguísticas que mobilizam os projetos gramaticais sob exame? Como estão caracterizados seus contextos de produção e recepção? De que maneira podemos alcançar a mudança histórica no tratamento dos dados linguísticos formalizados para a língua andina no período indicado?

Em busca de respostas para essas questões (tendo em vista o multiperspectivismo e a circularidade como parâmetros gerais de análise historiográfica), assumimos, nesta Investigação, o modelo de Swiggers (2004) - apresentado no *IV Congreso Internacional de la Sociedad Espanõla de Historiografía Lingüística* (SEHL) - segundo o qual a produção do conhecimento linguístico, no eixo histórico, materializa-se de forma complexa e multifacetada. Contrariamente à posição de Kuhn ([1962]2005), Swiggers (2004) propõe que a sucessão de teorias, em linguística, seja dada de maneira dinâmica, como resultado de continuidades e descontinuidades entre três domínios principais que se apresentam à atividade do historiógrafo: o domínio teórico/metodológico, o domínio documental e o domínio contextual/institucional. O domínio teórico/metodológico diz respeito à concepção geral de língua e linguagem que alinha os referenciais teórico-metologógicos das práticas linguísticas em questão. O domínio documental refere-se ao tipo de documentação, de línguas, de dados e de fontes que entram em cena no trabalho historiográfico. E o domínio contextual/institucional, por sua vez, corresponde aos contextos biográficos, sociopolíticos e institucionais em que se desenvolvem as práticas linguísticas concretas. Uma abordagem complexa desses domínios, em perspectiva historiográfica, possibilita, do nosso ponto de vista, uma apreensão crítica da mudança histórica no contexto gramatical a que nos dedicamos. Por essa razão, os três domínios descrito por Swiggers (2004) compõem os parâmetros de análise fundamentais que organizam este Trabalho e, nesse sentido, serão retomados e ampliados no Capítulo subsequente.

1.3 O problema da metalinguagem

Como parte substancial desta Pesquisa está relacionada ao problema da metalinguagem, em perspectiva historiográfica, desenvolvemos, nesta seção, algumas reflexões sobre o tema, a partir de autores específicos.

1.3.1 Koerner - os princípios da contextualização, da imanência e da adequação

Em texto publicado em 1996, sob o título *O problema da metalinguagem em Historiografia Linguística*, Koerner (1996) dedica-se ao problema da metalinguagem, no contexto das práticas historiográficas. Como motivação inicial para seus desenvolvimentos, o autor considera:

> [...] lidar com estas questões **(questões que envolvem o tratamento da metalinguagem no campo da historiografia linguística)** se tornou um assunto mais do que necessário, urgente, a fim de que se evitem os reiterados preconceitos em relação ao trabalho pré-século XIX, ou os relatos enviesados que julgam as contribuições anteriores à luz do interesse do presente. (Koerner, 1996, p. 97. Os grifos são nossos.)

Segundo o autor, é legítimo, e mesmo necessário, que o historiógrafo, no exercício de suas atividades, torne acessível, ao linguista do presente, a produção do conhecimento sobre a linguagem elaborada no passado. Todavia, para que isso seja realizado a contento, o pesquisador deve evitar distorções da intenção e do significado original de seus materiais de análise, ocupando-se, fundamentalmente, da problemática da metalinguagem.

Com efeito, pontuando as diferenças entre a metalinguagem empregada no texto-objeto, em sua sistemática própria, e a metalinguagem utilizada pelo analista do presente, Koerner (1996) propõe três princípios metodológicos para o campo da

historiografia linguística: o princípio da contextualização, o princípio da imanência e o princípio da adequação.

Pelo princípio da contextualização, o historiógrafo deve sempre estabelecer o "clima de opinião" geral do período em que foi produzida a obra sob análise:

> [...] as idéias linguísticas nunca se desenvolvem independentemente de outras correntes intelectuais do período, o que Goethe chamou de *Geist der Zeiten* ["o espírito da época"] sempre deixou suas marcas no pensamento linguístico (Koerner, 1996, p. 114).

Certamente, questões sociais, econômicas e políticas também devem ser levadas em conta para o estabelecimento do princípio da contextualização, uma vez que a produção científica e a produção de conhecimento em geral respondem sempre a circunstâncias materiais dadas no processo sócio-histórico objetivo.

Pelo segundo princípio, o princípio da imanência, o historiógrafo da linguística deve estabelecer um "entendimento completo, tanto histórico quanto crítico, talvez até filológico, do texto linguístico em questão" (Koerner, 1996, p. 114). Por esse parâmetro, o pesquisador deve abstrair-se de sua formação de linguista do presente, e da metalinguagem própria que a constitui, para poder considerar o objeto de análise em sua especificidade: "o quadro geral da teoria sob investigação, assim como a terminologia usada no texto, devem ser definidos internamente, e não em referência à doutrina linguística moderna" (Koerner, 1996, p. 14).

Finalmente, o terceiro princípio, o princípio da adequação, depois de considerados os dois anteriores, permite, ao historiógrafo, operar aproximações entre seu próprio vocabulário técnico e o vocabulário empregado pelo texto-objeto. Para tanto, será necessário que o pesquisador esteja "alerta para o fato de que as aproximações terminológicas foram introduzidas por ele; em outras palavras, deve explicitar e precisar sobre o que na verdade está falando" (Koerner, 1996, p. 115).

A tese do autor é assim enunciada:

> Se, e somente se, estes três princípios, isto é, a contextualização histórica e intelectual, a análise do texto em seu próprio quadro de trabalho [...] e uma descrição clara das ferramentas empregadas na tentativa de fazer o texto mais facilmente acessível ao linguista moderno estão sendo adequadamente levados em conta, é que se pode esperar que distorções sérias das ideias e intenções dos linguistas, dos filósofos da linguagem, ou dos gramáticos do passado possam ser evitadas (Koerner, 1996, p. 115).

Desse modo, o estudo da metalinguagem, ou do vocabulário técnico de maneira geral, não pode estar desvinculado do que "estes conceitos e termos realmente querem dizer no seu quadro cognitivo e no seu cenário histórico-epistemológico" (Koerner, 1996, p. 115). À luz dessa proposição, Koerner (1996) critica os gramáticos transformacionalistas, dos anos sessenta e setenta, que se interessaram pelo conceito de "elipse" formalizado por autores de séculos anteriores, em trabalhos como o de Sanctius, por exemplo (cf. Sánches de las Brozas, [1587]1976). Do ponto de vista de Koerner (1996), os transformacionalistas desconsideraram o contexto epistemológico próprio dos autores do passado para justificar os desenvolvimentos da sintaxe contemporânea.

Há que se indagar, entretanto, se existe, efetivamente, produção intelectual significativa que deixe de dialogar e reposicionar conceitos e ideias já formalizadas em outros contextos. Se é verdade que os princípios de Koerner (1996) são mesmo essenciais para os trabalhos em historiografia linguística, por preservarem a espessura histórica do real, não é menos verdade que a reflexão intelectual viva é de natureza essencialmente dialógica, movendo-se na conformação polêmica típica que caracteriza a produção do conhecimento. Sem deslizamentos metalinguísticos (de forma e de conteúdo), não há condições objetivas para a produção do saber.

1.3.2 Auroux - a metalinguagem na Teoria das Partes do Discurso

No Apêndice 1 (*A teoria das partes do discurso*) da obra *A revolução tecnológica da gramatização*, Auroux (1992a) discute o problema da metalinguagem no contexto da gramática ocidental. O texto tem início com a afirmação da evidente estabilidade metalinguística, nesse contexto, dada pela Teoria das partes do discurso:

> Entre todas as disciplinas, a gramática é sem dúvida a que possui o *vocabulário teórico próprio* mais estável e mais antigo: trata-se das categorias gramaticais e, mais especialmente, das classes de palavras ou partes do discurso [...] (Auroux, 1992a, p. 101)

Segundo Auroux (1992a), a Teoria das partes do discurso repousa sempre sobre uma análise da cadeia falada, cuja unidade essencial é a *palavra*, análise esta que pode se verificar por dois movimentos lógicos distintos. O primeiro deles é caracterizado pela "decomposição linear", na qual a cadeia da fala é decomposta em frases, as frases em sujeito e predicado e o sujeito em *palavras*. Nesse caso, a união das partes obtidas pela "decomposição" resulta numa "expressão linguística". O segundo movimento lógico a que se refere Auroux (1992a) verifica-se pela "repartição das partes em função de propriedades imbricadas", isto é, pela categorização, pela classificação das unidades de diferentes níveis, dada, essencialmente, pelo recurso lógico das oposições dicotômicas. Nesse segundo caso, a união das partes de mesmo nível (leia-se: a união das palavras de mesma classe gramatical) resulta na identificação da "classe superior" e não numa "expressão linguística" (cf. Auroux, 1992a, p. 101).

Fixada a classificação das palavras em propriedades categoriais, "é possível enunciar as regras válidas para um conjunto não-finito de formas" (Auroux, 1992a, p. 101). Na interpretação do autor, é esse, justamente, o procedimento original que sistematizou os domínios da gramática no Ocidente.

Segundo Auroux (1992a), nesse modelo, autores que se ocuparam em defender a monocategorização, isto é, a ideia de que uma mesma forma pertença sempre a uma mesma categoria, fizeram uso de dois recursos distintos: a *elipse*, que permitiu conservar a unicidade categorial (/um sábio/ /um/ /homem/ /sábio/); e a *homonímia*, que assegurou que duas formas pertencentes a categorias diferentes não fossem identificadas como a mesma entidade linguística (‘que’ – pronome relativo; e ‘que’ – conjunção integrante) (cf. Auroux, 1992a, p. 102).

De toda maneira, da perspectiva do autor, as estratégias empregadas pela gramática tradicional partiram, sempre, da decomposição da linguagem em *palavras*. As *palavras*, nesse contexto, devem obedecer a três exigências distintas:

1º - as palavras são signos, isto é, possuem significação; não se confundem, portanto, com outros elementos linguísticos, como as letras, os sons e as sílabas;

2º - as palavras são “os átomos da expressão linguística” (cf. Auroux, 1992a, p. 102), preservam certa autonomia, umas em relação às outras, e são responsáveis pela composição da cadeia linguística;

3º - qualquer alteração formal das palavras, necessária a um arranjo específico de uma dada expressão linguística, é considerada como uma modificação *interna* à própria palavra.

Para Auroux (1992a), a última dessas exigências enquadra o fenômeno da *flexão*, compreendida como variação interna ao paradigma organizado pela *palavra*, fato que denota a forte correlação, na tradição ocidental, entre o conceito de *classes de palavras* e as ideias de *flexão* e *derivação*:

> [...] há uma correlação muito forte na tradição ocidental entre o papel das classes de palavras e a oposição flexão/derivação: Singh & Ford notam que um morfema é uma flexão (e não um afixo derivacional) se ele é membro de um paradigma de formas que serve para caracterizar uma parte de discurso.

> Uma parte do discurso corresponde, quanto a ela, a possibilidades flexionais próprias. (Auroux, 1992a, p. 103)

É por isso que, na gramática antiga, pelas palavras do autor, "[...] o particípio é concebido como uma parte do discurso distinta do nome e do verbo [...]" (Auroux, 1992a, p. 103), por apresentar propriedades flexionais próprias. Esse mesmo fato explica, igualmente, que *substantivos* e *adjetivos* pertençam a uma mesma *classe de palavras*, nesse contexto, a *classe dos nomes*, uma vez que *nomes substantivos* e *nomes adjetivos* revelam propriedades flexionais idênticas.

Na sequência de sua exposição, Auroux (1992a) reconhece as dificuldades impostas pelo modelo gramatical do Ocidente, o modelo das partes do discurso, à descrição de línguas tipologicamente distintas do latim:

> A categoria da palavra não é das mais cômodas para tratar das línguas aglutinantes ou polissintéticas, e os gramáticos ocidentais vão ter muita dificuldade em tratar as línguas ameríndias a partir do modelo ocidental do dicionário de palavras. (Auroux, 1992a, p. 1003)

Entretanto, a despeito dessas dificuldades, o autor reafirma a importância da teoria das partes do discurso para o desenvolvimento da gramática ocidental:

> [...] atrás da teoria das partes do discurso, é preciso reconhecer algo que é a propriedade essencial da linguagem humana e que podemos enunciar como sendo sua *natureza categorial*: uma expressão linguística não corresponde simplesmente à concatenação de unidades indiferenciadas, isto é, a linguagem humana não é simplesmente um monóide livre. Trata-se aí de uma descoberta essencial (podemos atribuí-la a Platão e ver em Aristóteles seu primeiro teórico) para a história científica da humanidade, algo de tão importante quanto o são no domínio das matemáticas os teoremas de Tales ou Pitágoras. (Auroux, 1992a, p. 103)

Desse modo, foi a *Téchnē Grammatikḗ*, de Dionísio de Trácia ([séc. I a.C.]2002), e as revisões propostas a ela pelos gramáticos latinos que disponibilizaram os instrumentos metodológicos e metalinguísticos essenciais através dos quais se deu o

empreendimento massivo da gramatização (cf. Auroux, 1992, pp. 65-99), a partir do Renascimento, com a teoria das partes do discurso. Todavia, "se o nome e o número das partes do discurso permanecem relativamente estáveis, as estruturas de classificação e as definições [...] vão variar largamente no curso dos séculos" (Auroux, 1992a, p. 104). Os critérios que regulamentam as variações das classificações e definições metalinguísticas das partes do discurso, nesse contexto, podem ser agrupados, segundo o autor, da seguinte maneira (cf. Auroux, 1992a, pp. 104-108):

Morfológicos – critérios morfológicos estruturais, como na oposição *palavra declinável* vs *palavra indeclinável*, por exemplo;

Semânticos – critérios dados pela relação entre elementos linguísticos e elementos não-linguísticos, que podem ser de natureza psicológica, ontológica ou semiológica:

B.1. Psicológica – quando a propriedade destacada relaciona-se às faculdades do espírito, como em "parte do discurso que indica as diferentes afecções da alma" - definição de interjeição por Alvarez (cf. Auroux, 1992a, p. 104);

B.2. Ontológica – quando a propriedade em questão relaciona-se com a estrutura do mundo ou com os objetos do pensamento, como denota a oposição categorial *substância* vs *qualidade*;

B.3. Semiológica – a propriedade diz respeito a elementos definidos enquanto signos de uma espécie ou de outra, fundando-se mesmo na função do signo: *nomear*, *indicar*, *pronunciar* etc.; como exemplo o autor cita a classificação de *palavra conotativa* vs *palavra denotativa*, na gramática de Port-Royal;

Funcionais – critérios que caracterizam os fenômenos linguísticos pela sua inserção em níveis de análise superiores; podem ser lógicos, sintáticos e distribucionais:

C.1. Lógicos – a propriedade classificatória ou definitória relaciona-se à disciplina nomeada Lógica, como se observa na utilização de termos como *sujeito*, *cópula*, *predicado*, *atributo* etc.;

C.2. Sintáticos – a propriedade em questão faz referência a uma cadeia linguística mais longa que o elemento linguístico a ser definido ou classificado, como se observa na oposição *principal* vs *acessório* e em termos como *antecedente*, por exemplo;

C.3. Distribucionais – propriedade que concerne, segundo o autor, à substituabilidade e à co-ocorrência; essa propriedade diferencia-se como paradigmática ou sintagmática:

C.3.1. Paradigmática – quando o nível de análise superior considerado não é da natureza da cadeia linguística, como denotam proposições como *este nome pertence a um inventário finito* ou *pertence a um inventário aberto*;

C.3.2. Sintagmática – quando a propriedade é fundada na co-ocorrência de dois itens lexicais da cadeia linguística, tal como se observa em proposições como *o adjetivo acompanha o nome* ou *o advérbio acompanha o verbo*;

D. Metalinguísticos – critérios que definem ou classificam categorias linguísticas fazendo referência ao próprio enunciado linguístico; esses critérios dividem-se em dois tipos, comunicacionais e metagramaticais:

D.1. Comunicacionais – quando a referência ao enunciado está relacionada à situação de interlocução;

D.2. Metagramaticais – quando a referência ao enunciado está relacionada à própria metalinguagem gramatical; o autor identifica três tipos dentre os critérios metagramaticais de definição e/ou classificação:

D.2.1. Parafrástico – quando a propriedade corresponde a uma paráfrase estruturada a partir dos nomes de outras classes de palavras, como em proposições como *o advérbio é equivalente a uma preposição seguida de um nome*;

D.2.2. Etimológico – quando a propriedade faz uso da etimologia na definição/classificação de uma classe de palavra, como se observa na definição clássica do *substantivo* justificada pelo fato de que essa classe de palavras carrega a *substância* própria dos nomes, ou na definição clássica dos *pronomes* como aquela classe de palavra que *substitui* o nome;

D.2.3. Didático – quando a propriedade diz respeito à atividade específica do gramático, como se vê em proposições como *palavra de que nos servimos para dar a conhecer os casos*.

As variações observadas nas definições e classificações das partes do discurso, tal como apresentadas na tipologia acima, obedecem, por fim, segundo o autor, a certa *funcionalidade epistemológica*, isto é, sistematizam diferentes motivações epistêmicas que levam os gramáticos a suas escolhas, e é dessa perspectiva que tais variações devem ser analisadas. Não se pode simplesmente compreendê-las como desvio em relação a um modelo estrutural que, na verdade, é incapaz de organizar-se de modo rígido:

> Os linguistas modernos criticaram fortemente a teoria tradicional [...] mas vendem barato um certo número de características que asseguraram durante vinte séculos e até hoje, a despeito das críticas, o sucesso desse modo de apreensão da linguagem. Inicialmente o caráter de termos teóricos que revestem as classes de palavras permite a formulação econômica de um grande número de informações gramaticais [...] Em seguida, sua variabilidade permite uma importante flexibilidade de utilização [...] Enfim, a relativa estabilidade de seus termos teóricos assegura à gramática uma incontestável unidade no quadro descritivo e, por conseguinte, não é preciso conceber este quadro como uma estrutura rígida, um conjunto de leis intangíveis como o acreditaram certos teóricos da gramática geral: trata-se de uma estrutura unificadora nas ciências da linguagem, mas se não é, de modo algum, uma 'estrutura mole', é ao menos uma estrutura de dimensões variáveis". (Auroux, 1992a, p. 108)

De fato, a *Teoria das partes do discurso*, ou *das partes da oração*, como modelo de descrição gramatical tradicional do Ocidente, organiza, de ponta a ponta, a produção

linguística efetivada sobre a língua quéchua, no domínio hispano-americano, como veremos nos Capítulos posteriores. Trata-se de um instrumental teórico-metodológico vigoroso, que serviu, a partir do Renascimento, à descrição de línguas ameríndias, africanas e asiáticas, no contexto da primeira mundialização, e permaneceu, durante o século XIX, como estratégia descritivo-normativa dos idiomas nacionais. As palavras, "os átomos da expressão linguística" (cf. Auroux, 1992a, p. 102), nesse contexto, mantêm-se como unidade essencial de análise e sistematizam as estruturas básicas do discurso (ou da oração).

1.3.2 Swiggers - a terminologia e a terminografia da linguística

Por fim, apresentamos, nesta seção, as proposições de Swiggers (2010) - no texto *Le métalangage de la linguistique: reflexions à propos de la terminologie e de la terminographie linguistiques* - cujo objetivo central é encaminhar uma sistematização para os estudos sobre terminologia e terminografia, no campo da linguística, e, mais especificamente, da historiografia linguística.

O autor admite, inicialmente, que o campo da terminologia e da terminografia linguística gozam de uma complexidade metodológica considerável e elenca três fatores que contribuem para esse fato: 1º- os estudos, nesse campo, entram numa "cascata semiótica" de "meta-nível" (Swiggers, 2010, p.1), isto é, compreendem uma rede de termos metalinguísticos organizada em diferentes níveis, de maneira complexa; 2º- o campo está determinado por uma ciência humana, a linguística, caracterizada por uma multiplicidade interpretativa que turva os objetos de análise; 3º- o campo constrói-se por uma dinâmica sutil de "transgressões e interseções disciplinares" (Swiggers, 2010, p. 2).

Na sequência, procurando organizar e tipificar as metodologias de análise no campo da terminologia e da terminografia linguística, o autor propõe as seguintes definições:

- *terminologia* – estudo de conjuntos de "entidades lexicais" usadas como "formas designativas técnicas" (Swiggers, 2010, p.3) em relação a um campo de objetos;
- *terminografia* – trabalho reflexivo, de natureza sistematizante, realizado sobre um *corpus* terminológico;
- *vocabulário* – conjunto de termos, de procedimentos e de definições que representam o quadro teórico de uma abordagem particular (de um autor, de uma escola, de uma disciplina etc.);
- *metalinguagem* – estudo da *terminologia* e do *vocabulário*, em relação a seu campo de aplicabilidade e seu funcionamento sintático, empregado na análise de um campo de objetos específicos;
- *metassemiótica* – estudo da *metalinguagem* enriquecida de seu funcionamento pragmático e de suas dimensões contextuais.

Definidos esses campos de análise, o autor dedica-se ao exame da *constituição* e da *construção* da terminologia linguística. Do ponto de vista da *constituição*, Swiggers (2010) afirma que a terminologia linguística pode ser resultado de uma *evolução espontânea* ou o resultado de um *processo de interferência* (um termo empregado em determinado modelo descritivo é incorporado por outro, por exemplo). Do ponto de vista da *construção*, são reconhecidos três tipos específicos: as *construções* que se submetem a *constrições metodológicas*, observando elementos como a sistematicidade, a economia, a transparência e a adequação, por exemplo; as *construções* que priorizam a descrição da *substância linguística*, por meio de decalques, empréstimos ou novas

criações terminológicas; e as *construções* de caráter *semântico-pragmático*, que se ocupam da apresentação, recepção e comunicação terminológica.

Em relação à *definição* de metatermos, Swiggers (2010) estabele a seguinte tipologia:

- *definições com determinação ôntico-epistêmica*, organizadas, evidentemente, segundo parâmetros ontológicos e epistemológicos;
- *definições submetidas às condições do público visado*, que privilegiam aspectos pragmáticos relativos ao contexto de produção e recepção;
- *definições constituídas por uma oposição de base*, formalizadas a partir de oposições sistêmicas formais estruturadas por um quadro metodológico particular.

O autor afirma, ainda, que a *definição terminológica*, em linguística, não se sustenta na dimensão específica da lógica, mas corresponde, sim, a uma opção deliberada por identificar: *a coisa em si* (definição da substância ou do fenômeno linguístico, de maneira intrínseca); *a própria designação* (definição da palavra utilizada como termo técnico); ou *o procedimento definitório* (tipo de definição que privilegia o procedimento empregado nas construções terminológicas).

Para Swiggers (2010), a *definição* é sistematizada por traços classêmicos que podem ser mapeados segundo os seguintes critérios: conteúdo, incidência (ou aplicação da definição), aspectos heurísticos, interdisciplinares, macro-científicos e culturais. Da perspectiva das correlações lógicas que organizam uma *definição*, um termo de uma rede terminológica concreta poderá ser definido por correlações: de subordinação ou subsunção; de não-interseção ou justaposição; por interseção ou recobrimento; por contradição ou exclusão; por contrariedade ou oposição.

Por fim, o autor ocupa-se da *calibragem de termos*, em estudos historiográficos, no campo da linguística. A *calibragem de termos* consiste, justamente, na análise,

descrição e interpretação contextualizada dos fatores constitutivos da organização e sistematização de um quadro terminológico definido. Para o exame da *calibragem terminológica* dos autores, o historiógrafo deverá observar a distinção entre termos de caráter mais geral, relacionados à teoria da gramática, e termos de caráter mais operatório, relacionados a uma descrição linguística objetiva. As meta-noções (como 'objeto' e 'relação') e as noções-tipo (como 'complemento' e 'relacionante') são aquelas de caráter mais geral, oriundas da teoria da gramática. As noções orientadas (como 'complemento verbal' e 'relacionante de dois lugares') e os conceitos operatórios (como 'objeto indireto' e 'preposição') apresentam caráter mais específico e destinam-se às descrições linguísticas concretas.

O estudo da *calibragem terminológica*, pelo historiógrafo, inclui, finalmente, no contexto de trabalhos linguísticos objetivos: a identificação da rede relacional dos termos em estudo; a datação e a crítica hermenêutica dessa rede relacional de termos; a inserção de época dos termos - no sentido da contextualização histórica da produção terminológica sob análise; o mapeamento das mudanças que organizam as definições, os exemplos, e os procedimentos metodológicos associados à constituição, construção e à manutenção de uma terminologia específica.

Com efeito, as proposições de Koerner (1996), Auroux (1992a) e Swiggers (2010), tal como apresentadas nesta seção, organizam o horizonte metodológico desta Pesquisa, sobretudo no que diz respeito ao estudo da categoria de caso nominal na língua andina. No Capítulo a seguir, passamos à descrição específica de nossos parâmetros de análise, à luz dos autores aqui examinados.

CAPÍTULO II

CAPÍTULO II

ESTABELECIMENTO DOS MÉTODOS DE ANÁLISE

O objetivo deste Capítulo é explicitar a metodologia empregada, neste Trabalho, por meio da descrição e contextualização das gramáticas sob exame e pela definição do *corpus* e dos parâmetros (linguísticos e extralinguísticos) de análise a serem utilizados.

2.1 Periodização

Tal como o Projeto *Documenta* (Altman, 2006-2009; Coelho, 2010-2014), esta Investigação ocupa-se do período circunscrito entre os séculos XVI e XIX, período de emergência e desenvolvimento da produção gramatical quéchua no âmbito próprio da gramática tradicional, segundo objetivos descritos anteriormente. Nesse contexto, temos os seguintes trabalhos gramaticais produzidos sobre a língua geral andina, conforme levantamentos efetuados por esta pesquisadora:

1) 1560 - *Grammatica o arte de la lengua general de los Indios de los Reynos del Peru*, de Fray Domingo de Santo Tomás (1499-1570);
2) 1586 - *Arte, y vocabulario en la lengua general del Peru llamada Quichua, y en la lengua Española: el mas copioso y elegante que hasta agora se ha impresso*, texto anônimo, editado por Antonio Ricardo (1532-1605/1606);
3) 1607 - *Gramatica y Arte de la lengua general de todo el Peru, llamada lengua Qquichua, o lengua del Inca*, de Diego González Holguín (c. 1552-1618);
4) 1616 - *Arte breve de la lengua quechua*, de Alonso de Huerta (?-1640);
5) 1619 - *Arte de la lengva qvichva*, de Diego de Torres Rubio (1547-1638);

6) 1633 - *Gramática de la lengua general del Cuzco*, de Fray Diego de Olmos (s.d.);

7) 1648 - *Arte de la Lengva General de los Indios del Perv*, de Ivan Roxo Mexia y Ocón (s.d.);

8) 1690 - *Arte de la lengua quichua general de Indios del Peru*, de Juan de Aguilar (s.d.);

9) 1691 - *Arte de la lengua general del Ynga llamada Qquechhua*, de Esteban Sancho de Melgar (s.d.);

10) 1753 - *Breve instruccion o Arte para entender la lengua comum de los indios segun se habla en la Provincia de Quito*, de Tomás Nieto Polo (s.d.);

11) 1857 - *Gramática de la lengua general del Perú llamada comunmente quichua*, de Honorio Mossi (1819-1895);

12) 1864 - *Compendio de la gramatica quichua*, de Manuel María Montaño (s.d);

13) 1864 - *Contributions towards a grammar and dictionary of Quichua*, de Clements Markham (1830-1916);

14) 1872 - *Elementos de gramática quichua ó idioma de los Yncas*, de José Fernández Nodal (1822-?);

15) 1874 - *Gramática Quechua ó del Idioma del Imperio de los Incas*, de José Dionisio Anchorena (s.d.);

16) 1883 - *Das Land der Inca, in seiner bedeutung für die urgeschichte der sprache und schrift*, de Rudolf Falb (1838-1903);

17) 1884 - *Die Ketchua-Sprache*, de Jakob Von Tschudi (1818-1889);

18) 1886 - *Grammaire et dictionnaire français-quichua*, de Enrique Onffroy de Thoron (s.d.);

19) 1889 - *Manual del idioma general del Perú. Gramática razonada de la lengua qíchua; comparada con las lenguas del antigo continente*, de Don Miguel Angel Mossi (1819-1895);

20) 1889 - *Compendio de gramática quichua*, de Antonio Carli (s.d.);

21) 1890 - *Worterbuch des Runa Simi oder Keshua Sprache*, de Ernst W. Middendorf (1830-1908);

22) 1892 - *Ensayo de gramática de la lengua quichua tal como se habla actualmente entre los indios de la República del Ecuador*, de Julio Paris (s.d.);

23) 1894 - *Breves nociones gramaticales concernientes al idioma quichua*, de Luis Cordero (1833-1912).

24) 1896 - La lengua quichua: (dialecto de la República del Ecuador), de Juan María Grimm (s.d.)

Os quatro séculos que contextualizaram os textos gramaticais supracitados registraram, certamente, mudanças históricas profundas, no plano social, político e institucional.

A emergência da gramaticografia quéchua, em 1560, constituiu-se como instrumento de apoio efetivo à colonização sul-americana, depois da conquista do Peru, de 1531 a 1533, e da Revolução Pizarrista, de 1544 a 1548. De 1551 a 1552, desenvolveu-se, na cidade de los Reyes, o Primeiro Concílio Limenho, dirigido pelo dominicano Jerónimo de Loaysa O. P. (1543-1575). O Segundo Concílio Limenho, também dirigido por Loaysa, estendeu-se de 1567 a 1568. Esses dois primeiros Concílios marcaram, em Lima, os primórdios da política linguística espanhola para a América, traduzida na gramática quéchua de Domingo de Santo Tomás O. P., única gramática dominicana registrada sobre a língua geral andina.

O Terceiro Concílio Limenho (1582-1583), dirigido por Santo Toribio de Mogrevejo (1538-1606), alterou, substancialmente, a política linguística da coroa espanhola para as colônias americanas. Formalizado a partir das rígidas sanções do Concílio Tridentino (1545-1563), o fórum estabeleceu, em Lima, a liderança dos jesuítas no enquadramento das novas práticas linguísticas previstas para o período. Os preceitos do manuscrito *De procuranda indorum salute*, do Padre José de Acosta S. J. (1539-1600), publicado originalmente apenas em 1588, serviram de ordenamento geral para as tarefas catequéticas nesse novo contexto.

Desse modo, podemos evidenciar, no século XVI, dois momentos distintos marcados por políticas linguísticas específicas para o Peru colonial: o primeiro, de herança dominicana, encontrou um paralelo na Polêmica de Valladolid (1550-1551), na qual Bartolomé de Las Casas O. P. (1543-1575) e Ginés de Sepúlveda (1490-1573) disputaram o estatuto jurídico do nativo americano; o segundo, de herança jesuítica, encontrou seu paralelo nas discussões finais promovidas pela Polêmica de Auxiliis (1528-1604), em que Luis de Molina, S. J. (1535-1600) e Domingo Bañez, O. P. (1528-1604) confrontaram-se sobre o problema do livre-arbítrio relativamente ao tema da redenção humana.

Como produto da herança dominicana, vimos emergir a gramática de Santo Tomás, tal como se afirmou anteriormente. Como produto da herança jesuítica, sob os auspícios do Terceiro Concílio Limenho, vimos eleborarem-se novas gramáticas: Anônimo (1586), González Holguín (1607), Alonso de Huerta (1616), Torres Rubio (1619), Olmos (1633), Roxo Mexia y Ocón (1648), Juan de Aguilar (1690), Sancho de Melgar (1691) e Nieto Polo (1753). Em 1767, o soberano espanhol Carlos III (1716-1788) publicou a *Pragmática Sanción*, segundo a qual restaram proibidas as publicações de quaisquer gramáticas de línguas indígenas em terras coloniais.

As gramáticas quéchuas ressurgiram, então, apenas no século XIX, no contexto da independência americana. Embora a América do Sul não se tenha envolvido diretamente no contexto do neocolonialismo do século XIX, que, como se sabe, voltou-se para conquistas de terras na África e na Ásia, foi possível registrar, nesse período, no continente sul-americano, um bom número de expedições europeias que dariam a medida do novo modelo político-econômico vigente a partir de então: o capitalismo industrial, conhecido também como o segundo processo de mundialização (ou globalização). Nesse período, no quadro naturalista e cientificista que animou os expedicionários europeus, destacaram-se importantes viagens a regiões sul-americanas, das quais resultaram reflexões significativas sobre a língua geral andina: a viagem de Alexander Von Humboldt (1769-1859), de 1799 a 1804; a viagem de Jakob Von Tschudi (1818-1889), em 1838; e a de Clements Markham (1830-1916), de 1852 a 1853.

Com efeito, tendo em vista esse contexto geral (a ser explicitado nos Capítulos posteriores), estabelecemos, como critério de periodização dos nossos materiais de análise, três períodos fundamentais que, do nosso ponto de vista, circunscrevem o contexto de produção e circulação das fontes primárias selecionadas:

1º - o primeiro período corresponde aos primeiros movimentos do colonialismo espanhol sobre a América, marcado pela herança dominicana e pelos dois primeiros Concílios Provinciais Limenhos;

2º - o segundo período está circunscrito pelas atividades do Terceiro Concílio Limenho, de um lado - representado pela herança jesuítica do colonialismo espanhol - e, de outro, pelos processos de independência das colônias sul-americanas, a partir do século XIX;

3º - o terceiro período corresponde ao contexto do neocolonialismo e da segunda mundialização, no século XIX, caracterizado, na América do Sul, pelas lutas de independência e pela organização dos estados nacionais americanos.

Embora a periodização aqui estabelecida possa indicar, à primeira vista, uma linearidade ininterrupta dos contextos de produção e circulação das gramáticas quéchuas, editadas entre os séculos XVI e XIX, lembramos, uma vez mais, que a metodologia empregada nesta Investigação postula, fundamentalmente, a complexidade e a não linearidade como forma de apreensão da mudança histórica (cf. Swiggers, 2004). Assim, na gramática do padre italiano Honório Mossi (1857), por exemplo, observa-se, ainda, no contexto republicano, a recorrência de um discurso providencialista que remonta, certamente, ao período colonial, tal como demonstraremos nos Capítulos posteriores. A despeito das profundas transformações sociais e políticas vivenciadas no século XIX, há que se reconhecer uma continuidade significativa, nesse caso, de certa retórica salvacionista, dominante desde o século XVI, matizada, nesse novo período, por valores republicanos e liberais.

De qualquer maneira, a periodização aqui determinada organiza-se a partir dos três períodos descritos anteriormente, nos limites de nossas opções metodológicas direcionadas pela hipótese da c*ircularidade* e pelo multiperspectivismo historiográfico.

2.2 Busca e seleção do material de análise

Com o propósito de contextualizar a produção gramatical quéchua, no período em questão - em perspectiva sócio-histórica e linguística -, procedemos, inicialmente, a um levantamento de fontes primárias que constituem materiais informativos gerais, aqui

denominados como materiais assistemáticos de análise. Desse levantamento introdutório constam dicionários, relatos de viagem, crônicas, cartas e textos oficiais, dentre outros, consultados, fundamentalmente, na *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* (UNMSM), em Lima, tal como se registram a seguir, em ordem cronológica:

Quadro 1: levantamento preliminar de fontes primárias, editadas entre os séculos XVI e XIX, sobre a língua quéchua - material informativo geral

Data 1ª edição	Autor	Título	Data edição consultada	Local	Editora	Páginas de interesse específico para esta Investigação
1550	CIEZA DE LEON, Pedro	*El señorío de los Incas*	1967	Lima	Instituto de Estudios Peruanos	Todas
1552	LAS CASAS, Bartolomé	*Brevísima relación de la destrucción de las Indias*	1993	Madrid	Ediciones Cátedra	Todas
1552	LAS CASAS, Bartolomé	*Fray Bartolomé de Las Casas, disputa o controversia com Ginés de Sepúlveda contendiendo acerca de la licitud da las conquistas de las Indias*	2007	Alicante	Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes	Todas
1553	CIEZA DE LEON, Pedro	*La crônica del Peru*	1962	Madrid	Espasa-Calpe, S.A.	Todas
1560	SANTO TOMAS, Fray Domingo de	*Lexicón o vocabulario de la lengua general del Perv*. Edición facsimilar, con prólogo de Raúl Porras Barrenechea	1951	Lima	lmprenta Santa María	Todas
1576	BARZANA, Alonso de	*Carta anua al Provincial.* In: ACOSTA, José de. Obras. Biblioteca de Autores Españoles	1954	Madrid	Ediciones Atlas	266-268
1582	ALBORNOZ Cristóbal de	*Instrucción para descubrir todas las guacas del Pirú y sus camayos y haziendas.* Edición de DUVIOLS, Pierre. *Albornoz y el espacio ritual andino prehispánico.* In: R. Andina, Nº 3	1984	Cuzco	Revista Andina	169-222

1583	ANÔNIMO	*Tercero cathecismo y exposicion de la doctrina christiana, por sermones. Para que los curas y otros ministros prediquen y enseñen a los yndios y a las demas personas. Conforme a lo que en el sancto Concilio Prouincial de Lima se proueyo*	1583	Lima	Por Antonio Ricardo (ed.)	Todas
1586	ACUÑA, Francisco de	*Relación fecha por el Corregidor de los Chunbibilcas.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. RGI, Tomo I	1965	Madrid	Ediciones Atlas	310-325
1586	CANTOS DE ANDRADA, Rodrigo de	*Relación de la Villa Rica de Oropesa y minas de Huancavelica.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. RGI, Tomo I	1965	Madrid	Ediciones Atlas	303-309
1586	CARBAJAL, Pedro de	*Descripción fecha de la provincia de Vilcas Guaman.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. RGI, Tomo I	1965	Madrid	Ediciones Atlas	205-219
1586	DAVILA BRICEÑO, Diego	*Descripción y relación de la provincia de los Yauyos toda, Anan Yauyos y Lorin Yauyos.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. RGI, Tomo I	1965	Madrid	Ediciones Atlas	155-165
1586	MONZON, Luis de	*Descripción de la tierra del Repartimiento de Atunsora.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. RGI, Tomo I	1965	Madrid	Ediciones Atlas	220-225
1586(a)	MONZON, Luis de	*Descripción de la tierra del Repartimiento de San Francisco de Atunrucana y Laramati.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. RGI, Tomo I	1965	Madrid	Ediciones Atlas	226-236

1586(b)	MONZON, Luis de	*Descripción do la tierra del Repartimiento de los Rucanas Antamarcas de la Corona Real.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. RGI, Tomo I	1965	Madrid	Ediciones Atlas	237-248
1586	ULLOA MOGOLLON, Joan de	*Relación de la provincia de los Collaguas.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. RGI, Tomo I	1965	Madrid	Ediciones Atlas	326-333
1588	ACOSTA, José de	*De Procuranda Indorum Salute*	1984	Madrid	CSIC	Todas
1590	ACOSTA, José de	*Historia natural y moral de las Indias* (com prólogo de Edmundo O' Gorman)	1961	México / Buenos Aires	Fondo de Cultura Económica	Todas
1590	MURUA, Fray Martín de	*Historia general del Perú, origen y descendencia de los Incas [...].* Introducción y notas de Manuel Ballesteros-Gabrois. 2 Vols.	1962	Madrid	Bibliotheca Americana Vetus	Todas
1594	ANÔNIMO (Blas Valera?)	*Relación de las costumbres antiguas de los naturales del Pirú.* In: *Crónicas peruanas de interés indígena.* Biblioteca de Autores Españoles	1968	Madrid	Ediciones Atlas	153-189
1598	ORE, Luis Gerónimo de	*Symbolo Catholico Indiano*	1598	Lima	Antonio Ricardo, editor	Todas
1603	BERTONIO, Ludovico	*Arte de la lengua aymara.* Publicada de nuevo por Julio Platyzmann en edición facsimilar	1879	Leipzig	B. G. Teubner	Todas
1609	GARCILASO DE LA VEGA, Inca	*Comentarios reales de los Incas*	1985	Lima	Biblioteca Peruana	Todas
1612	BERTONIO, Ludovico	*Vocabulário de la lengva aymara.* Edición facsimilar baseada en la de 1956	1984	Cochabamba	Ediciones CERES	Todas

1613	SANTA CRUZ PACHACUTI YAMQUI, Joan de	*Relación de antigüedades deste reyno del Perú*. En: *Crónicas peruanas de interés indígena*. Edición y estudio preliminar de Francisco Esteve Barba. Biblioteca de Autores Españoles	1968	Madrid	Ediciones Atlas	281-319
1614	GUAMAN POMA DE AYALA, Felipe	*El primer nueva corónica y buen gobierno*. Edición crítica de John V. Murra y Rolena Adorno. Traducción y análisis textual del quechua por Jorge L. Urioste. 3 Vols.	1980	México	Siglo Veintiuno	Todas
1631	PEREZ BOCANEGRA Juan	*Ritval formvlario e institvcion de cvras*	1631	Lima	Gerónimo Contreras, editor	Todas
1638	CALANCHA, Antonio de la	*Crônica moralizada*. Transcripción, estúdio crítico, notas bibliográficas e índices de Ignacio Prado Pastor. Vol. IV	1977	Lima	Imprenta de la UNMSM	Todas
1644	CARRERA, Fernando de la	*Arte de la lengua yunga*. Edición de Radames A. Altieri	1939	Tucumán	Publicaciones especiales del Instituto de Antropologia, Universidad Nacional de Tucumán	Todas
1648	AVILA, Alonso de	*Tratado de los Evangelios, qve nvestra Madre la Iglesia propone em todo el año [...] em las lenguas Castellanas, y general de los Indios deste Reyno del Perù [...]*	1648	Lima	por Florián Sarmiento Rendón	Todas
1648	AVENDAÑO Fernando de	*Sermones de los misterios de nvestra sancta fe catolica, en lengva castellana y la general del Inca*	1648	Lima	Iorge López de Herrera, Impressor	Todas
1649	MOLINA, Diego de	*Sermones de la Quaresma en Lengua Quechua*. Edición partial de ROMERO, Carlos A.: *Un libro interesante.* In: Revista Histórica, IX: 1	1928	Lima	Edición parcial de Carlos A. Romero	51-87

1653	COBO, Bernabé	*Historia del Nuevo Mundo*. Estudio preliminar y edición del P. Francisco Mateos. 2 Vols.	1956	Madrid	Ediciones Atlas	Todas
1732	MACHONI DE CERDEÑA, Antonio	*Arte y vocabulario de la lengua lule y tonocoté*	1732	Madrid	Herederos de J. García Infanzón	Todas
1748	DE LA MATA, Pedro	*Arte de la lengua cholona.* In: Inca, 1: 3	1923	Trujillo	por Julio Tello	690-750
1781	MOSCOSO Y PERALTA, Juan Manuel de	*Carta del Obispo del Cuzco al Visitador General D. José Antonio Areche*. Publicada por el Comité Arquidiocesano del Bicentenario Túpac Amaru	1983	Lima	EDUBANCO	270-278
1787	VELASCO, Juan de	*Vocabulario de la lengua índica.* In: Número Especial de Llacta, 6: 22	1964	Quito	Instituto Ecuatoriano de Antropología y Geografía y Biblioteca Ecuatoriana "Aurelio Espinoza Polit"	Todas
1789	VELASCO, Juan de	*Historia del Reino de Quito en la América Meridional*	1946	Quito	Imprenta de Gobierno	Todas
1825	HUMBOLDT, Alexander Von & BONPLAND	*Relation historique du voyage aux régions équinoxiales du nouveau continente*	1825	Stuttgart	F. A. Brockhaus	Todas
1856	MARKHAM, Clements Robert	*Cuzco: a journey to the ancient capital of Peru; with an account of the history, language, literature, and antiquities of the Incas*	1856	Londres	Chapman and Hall	Todas
1874	WIENER, Charles	*Essai sur les institutions politiques, religieuses, économiques et sociales de l'empire des Incas*	1874	Paris	Maisonneuve	Todas
1880	WIENER, Charles	*Pérou et Bolivie. Récit de voyage suivi d'études archéologiques et ethnographiques et de notes sur l'écriture et les langues des populations indiennes*	1880	Paris	Hachette & Cie	Todas

1930	MEDINA, José Toribio	*Bibliografía de las lenguas quechua y aymará*	1930	Nova York	Museum of the American Indian, Heye Foundation	Todas

A partir desse levantamento inicial, realizado sobre fontes primárias que organizam o material informativo geral sobre a língua andina, deu-se a fixação do material específico de análise, composto, finalmente, por 16 gramáticas quéchuas, tal como descreve o Quadro 2, a seguir:

Quadro 2: gramáticas quéchuas, editadas entre o século XVI e XIX, fixadas como material específico de análise

Data 1ª edição	Autor	Título original	Local da edição original	Editora	Localização edição original
1560	SANTO TOMÁS, Fray Domingo de	*Grammatica o arte de la lengua general de los Indios de los Reynos del Peru*	Valladolid	Imp. por Francisco Fernandez de Córdova	Disponível em http://archive.org/details/grammaticaoarted00domi. Acesso em 17 de janeiro de 2014
1586	ANÔNIMO	*Arte, y vocabulario en la lengua general del Peru llamada Quichua, y en la lengua Española: el mas copioso y elegante que hasta agora se ha impresso*	Espanha	Ed. por Antonio Ricardo	Disponível em http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?application=DIGITOOL3&owner=resourcediscovery&custom_att_2=simple_viewer&pid=185020. Acesso em 17 de janeiro de 2014
1607	GONZÁLEZ HOLGUÍN, Diego	*Gramatica y arte nveva dela lengva general de todo el Peru, llamada lengua Qquichua, o lengua del Inca*	Ciudad de los Reyes del Peru	Imp. por Francisco del Canto	Disponível em http://www.archive.org/details/gramaticayartenu00gonz Acesso em 17 de janeiro de 2014
1616	HUERTA, Alonso de	*Arte breve de la lengua quechua*	Lima	Imp. por Don Francisco del Canto	Microfilme do CEDOCH
1619	TORRES RUBIO, Diego de	*Arte de la lengua quichua*	Lima	Con licencia del Virrey Príncipe del Esquilache	1) Microfilme do CEDOCH 2) Disponível em http://archive.org/details/artedelalenguaqu04torr. Acesso em 17 de janeiro de 2014

1648	MEXIA y OCÓN, Ivan Roxo	*Arte de la Lengva General de los Indios del Perv*	Cuzco	Por Iorge Lopez de Herrera	Disponível em http://www.archive.org/details/artedelalenguage00roxo. Acesso em 17 de janeiro de 2014
1690	AGUILAR, Juan de	*Arte de la lengua quichua general de Indios del Peru*	Tucumán	Por Radames Altieri (edição facsimilar)	Microfilme do CEDOCH
1691	MELGAR, Estebán Sancho de	*Arte de la lengua general del Yinga llamada Qquechhua*	Lima	Por Diego de Lyra	Disponível em http://www.archive.org/details/artedelalenguage00melg. Acesso em 17 de janeiro de 2014
1753	NIETO POLO, Tomás	*Breve instruccion o Arte para entender la lengua comum de los indios segun se habla en la Provincia de Quito*	Lima	Imprenta de la Plazuela de San Christoval	Disponível em http://archive.org/details/breveinstruccion01niet. Acesso em 17 de janeiro de 2014
1857	MOSSI, Honorio	*Gramática de la lengua general del Perú llamada comunmente quichua*	Sucre	Imprenta de Lopez	Biblioteca da UNMSM (Lima) Faculdade Letras e C. Humanas WPM .6303 M6
1864	MONTAÑO, Manuel María	*Compendio de la gramatica quichua*	Santiago de Chile	Imprenta Católica de Manuel Infante	Biblioteca Central da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* (UNMSM) Fundo Reservado - Col. F. 341 / 2 (Colección de Folletos Antiguos - material deteriorado)
1872	NODAL, José Fernández	*Elementos de gramática quichua ó idioma de los Yncas*	Cuzco	En el depósito del autor	Biblioteca Central da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* (UNMSM) Fundo Reservado - PM6303.F38 Disponível em https://archive.org/details/elementosdegramt00fern Acesso em 17 de janeiro de 2014
1874	ANCHORENA José Dionisio	*Gramática quechua ó del idioma del imperio de los Incas; compuesta por el Dr. José Dionisio Anchorena, abogado de los Tribunales de Justicia de la Republica*	Lima	Imprenta del Estado	Disponível em http://archive.org/stream/quechuagramatica/quechua_gramatica#page/n19/mode/2up. Acesso em 17 de janeiro de 2014
1889	MOSSI, Don Miguel Angel	*Manual del idioma general del Perú. Gramática razonada de la lengua qíchua; comparada con las lenguas del antigo continente*	Córdoba	Imprenta La Minerva de A. Villafañe	Biblioteca da UNMSM (Lima) Biblioteca Central Nivel 0 PM6303 M81

1892	PARIS, Julio	*Ensayo de gramática de la lengua quichua tal como se habla actualmente entre los indios de la República del Ecuador*	Quito	Imprenta del Clero	Biblioteca Central da *Universidad Nacional Mayor de San Marcos* (UNMSM) Fundo Reservado - PM6303.P26
1896	GRIMM, Juan María	*La lengua quichua: (dialecto de la República del Ecuador*	Friburgo de Brisgovia	B. Herder	Disponível em http://archive.org/details/lalenguaquichuad00grim. Acesso em 17 de janeiro de 2014

Com efeito, as 16 fontes primárias enumeradas no Quadro 2 (acima) constituem o material sistemático de análise a partir do qual está fixado o *corpus* deste Trabalho. Os critérios utilizados em tal seleção incluem as gramáticas quéchuas escritas originalmente em espanhol, em concordância com o critério geral do *Documenta* (cf. Altman, 2006-2009; Coelho, 2010-2014), que privilegia a documentação da produção gramatical ibérica e sul-americana. Esses critérios permitiram excluir, nesta fase, os trabalhos originais de Markham (1864), Falb (1883), Tschudi (1884), Onffroy de Thoron (1886) e Middendorf (1890), escritos em inglês, alemão ou francês.

Os textos gramaticais de Diego de Olmos (1633), Luis cordero (1894) e Antonio Carli (1889), por sua vez, foram igualmente descartados desta Investigação: o primeiro, segundo informações de Porras Barrenechea (1999), está desaparecido; o segundo, até o presente momento, permanece não localizado; e o terceiro, *Compendio de gramática quichua*, publicado em Santiago do Chile, na *Imprenta Católica de Manuel Infante*, foi localizado na Biblioteca Nacional do Chile (sob a numeração 000329863), mas o acesso à obra esteve inviabilizado durante visita desta pesquisadora à Instituição.

Registre-se, ainda, que todas as gramáticas quéchuas fixadas como material específico (sistemático) de análise - notadamente aquelas para as quais não encontramos versão eletrônica anterior - encontram-se digitalizadas e disponíveis nos acervos do

Centro de Documentação em Historiografia Linguística da Universidade de São Paulo - CEDOCH/DL-USP (cf. Huerta, 1616; Aguilar, 1690; Mossi, 1857; Montaño, 1864; Mossi, 1889; Paris, 1892)[4]. A descrição da estrutura e do contexto de produção e circulação dessas 16 gramáticas pode ser encontrada nas Fichas Descritivas, elaboradas para cada um desses materiais, dispostas nos Anexos deste Trabalho. Tais Fichas, organizadas a partir de modelo proposto no Projeto *Documenta* (cf. Altman, 2006-2009), contêm as seguintes informações: acesso à obra; nome e datas do autor; percurso vital do autor; título original da obra; dados da 1ª edição; dados da edição consultada; reedições localizadas; sumário da obra.

2.3 Fixação dos parâmetros de análise

Com vistas à descrição dos parâmetros linguísticos e extralinguísticos de análise fixados nesta Investigação, apresentamos, a seguir, algumas proposições de Swiggers (2009), autor que tem se ocupado, sistematicamente, do tema da metahistoriografia no campo da linguística.

Com efeito, no texto *La historiografia de la lingüística: apuntes y reflexiones*, publicado na *Revista Argentina de Historiografía Lingüística*, Swiggers (2009) tem por objetivos principais definir e organizar o campo da historiografia linguística, examinar o trabalho do historiador/historiógrafo da linguística em suas diversas fases (análise,

[4] Do mesmo modo, no período entre março e agosto deste ano, durante estágio de pesquisa realizado por esta investigadora junto à Universidade de Vigo, na Espanha, foram coletados e/ou digitalizados, dezenas de textos situados no campo da historiografia linguística, agora acessíveis, para ampla consulta do público em geral, nos arquivos do CEDOCH/DL-USP, em versão eletrônica. Dentre eles, destacam-se, no âmbito da historiografia praticada sobre a língua portuguesa, os seguintes: Assunção (2002); Borges Neto (2010); Cavaliere (2010); Coelho (2010); Coutinho (2010); Favero (2010); Kemmler (2007); Kemmler (2010); Leite (2010); Schäfer-Prieβ (2002); Torres (2010). Os textos digitalizados no âmbito da historiografia produzida sobre a língua espanhola, de interesse mais imediato para este Trabalho, serão mencionados nos Capítulos subsequentes.

interpretação e exposição) e, finalmente, considerar as principais tarefas relativas aos subcampos da metahistoriografia e da epihistoriografia.

Por linguística, o autor compreende "o *corpus* global de conhecimentos e reflexões em relação ao fenômeno antropológico da linguagem e ao fato histórico das línguas" (Swiggers, 2009, p. 68); por historiografia (de uma determinada disciplina), "o processo de descrição e compreensão dos produtos assim como das práticas que constituem e caracterizam a (história da) disciplina em questão" (Swiggers, 2009, p. 68). Desse modo, a historiografia abarca uma documentação (bio)bibliográfica específica, em forma de apoio documental (epihistoriografia), e, sobretudo, uma tarefa descritiva e interpretativa que, objetivamente, constitui-se de maneiras variadas, dependendo do tipo de material sob análise, da disposição do historiador, da perspectiva e da metodologia escolhidas em cada caso. Essa variação típica do trabalho do historiógrafo marca, segundo o autor, as opções metahistoriográficas que influem diretamente na relação entre o historiador e seu objeto de descrição. Assim, a historiografia estará submetida, em quaisquer circunstâncias, a duas bases: uma documental (epihistoriografia); outra teórica (metahistoriografia).

Destacando a complexidade própria do campo da historiografia linguística, dada sua natureza interdisciplinar, Swiggers (2009) enumera as tarefa sob responsabilidade do historiógrafo: "descrever, interpretar e explicar segmentos da história da Linguística" (Swiggers, 2009, p. 70). O primeiro problema que se apresenta ao historiador, nesse contexto, é o da disponibilidade e acessibilidade dos textos-fontes. Inserem-se, nessa perspectiva, os trabalhos em tradução e edição de textos antigos, de modo a organizar a base documental, epihistoriográfica, necessária ao desenvolvimento da historiografia[5].

[5] Para uma abordagem sobre o trabalho epihistoriográfico e sua contribuição à Historiografia Linguística, ver: GÓMEZ ASENCIO, José J. 2007. *La edición de textos clásicos y su contribución al desarrollo de la Historiografía Lingüística*. In: DORTA, Josefa; CORRALES, Cristóbal; CORBELLA, Dolores (eds.).

Na sequência, o autor destaca os parâmetros que orientam as tarefas (descrição, interpretação e explicação) do historiógrafo: a *cobertura*, a *perspectiva* e a *profundidade da análise*. Por *cobertura*, entende-se o período, a região geográfica e a temática assumida pelo investigador. Para Swiggers (2009), o parâmetro da *cobertura* põe em relação o tipo de documentação estudada e o viés de análise interdisciplinar imposto pelos próprios materiais selecionados. No parâmetro nomeado como *perspectiva*, o autor distingue dois tipos básicos de historiografia: uma *interna*, "que analisa as ideias e práticas linguísticas em si mesmas" (Swiggers, 2009, p. 70); outra *externa*, focalizada no "contexto (político, sociocultural e institucional) em que surgem ideias e práticas linguísticas" (Swiggers, 2009, p. 70). Pelo parâmetro *profundidade da análise*, Swiggers (2009) reconhece historiografias "mais voltadas para a apresentação de dados e textos", outras "interessadas em analisar, pelo ponto de vista histórico-crítico, ideias e práticas linguísticas" e outras, ainda, destinadas a examinar "os grandes processos de evolução na história da Linguística" (Swiggers, 2009, p. 70). Esse último parâmetro de análise é determinado pelas preferências mais ou menos teóricas do historiógrafo e, muitas vezes, imposto pelos próprios materiais selecionados.

Do mesmo modo, são enumerados os critérios que organizam a exposição dos resultados obtidos pelo historiógrafo, em três dimensões: a do *formato de exposição*, a dimensão da *intencionalidade do historiógrafo*, e a dimensão do *programa cognitivo*. Quanto ao formato de exposição, cabe ao historiador decidir por um formato *sequencial* de apresentação de dados, de caráter basicamente narrativo; por uma forma *tópica* de apresentação, focalizada no tema de análise; ou por uma forma *combinatória* de exposição, em que são correlacionados os aspectos contextuais do desenvolvimento das

---

Historiografía de la Lingüística en el ámbito hispánico. Fundamentos epistemológicos y metodológicos. Madrid: Arco Libros, pp. 479-499.

idéias linguísticas e questões específicas examinadas nos textos-fontes. A dimensão da *intencionalidade do historiógrafo* encaminha quatro tipos básicos de historiografia: a historiografia *taxonômica ou classificadora*; a historiografia *polêmica ou apologética*; a *teleológica*; e a de caráter *exegético-crítico*. A dimensão do *programa cognitivo*, por sua vez, define o "perfil intelectual dos produtos historiográficos" (Swiggers, 2009, p. 71) e está determinada tanto pelos objetos de estudo e pela documentação disponível quanto pelas opções teórico-metodológicas do historiógrafo, por seus interesses e aspirações.

Em relação a esse último parâmetro, organizado pela dimensão do *programa cognitivo*, o autor identifica quatro perfis distintos de historiografia: a historiografia *atomística*, enquanto "apresentação analítica de acontecimentos e fatos da história da Linguística"; a historiografia *nocional-estrutural*, enquanto "análise estrutural de conjuntos de ideias linguísticas"; a historiografia *arquitetônico-axiomática*, que leva em conta a "estrutura lógica de teorias e modelos como sistemas de axiomas e enunciados", que orientam o exame dos objetos de análise do historiador; e a historiografia *correlativa*, que busca relacionar "pontos de vista linguísticos a contextos sócio-culturais, políticos e institucionais" (cf. Swiggers, 2009, p. 71).

Por fim, Swiggers destaca a importância do campo da historiografia linguística, de um modo geral, e da metahistoriografia, em particular. Segundo o autor, são três as principais tarefas da metahistoriografia em apoio ao trabalho historiográfico objetivo: a tarefa *construtiva*, que "consiste na elaboração de um modelo historiográfico e na construção de uma linguagem historiográfica"; a tarefa *crítica*, que consiste em "avaliar os discursos historiográficos e seus desenvolvimentos metodológicos e epistemológicos" (Swiggers, 2009, p. 71); e, finalmente, a tarefa *metateórica*, responsável por sistematizar a reflexão sobre os objetos e a natureza desse campo de investigação em particular, propondo-lhe parâmetros de análise específicos.

Pois bem, à luz da reflexão metahistoriográfica empreendida por Swiggers (2009), assumem-se, neste contexto de Trabalho - a partir da base documental descrita anteriormente -, parâmetros linguísticos (internos) e não linguísticos (externos) de análise como forma de proceder a um tipo de historiografia interessada em examinar, pela perspectiva histórico-crítica, as principais ideias e práticas linguísticas adotadas na gramaticografia quéchua desenvolvida entre os séculos XVI e XIX em territórios ibéricos e sul-americanos (cobertura). Em particular, interessa-nos avaliar, por meio de uma exposição tópica, a emergência e a sistematização da categoria de *caso nominal* para os nomes substantivos, no período indicado.

2.3.1 Parâmetros linguísticos (internos) de análise

Com efeito, na esteira das proposições metodológicas de Swiggers (2004; 2009; 2009a; 2009b; 2010; 2012), definimos, nesta seção, as diretrizes que orientam os parâmetros de análise linguísticos empregados neste contexto. A primeira delas diz respeito aos programas de investigação identificados pelo autor na história dos estudos da linguagem. Para Swiggers (2004, pp. 129-131), um programa de investigação organiza-se como um sistema conceitual dado por aproximações que compartilham uma mesma *visão*, uma mesma *focalização* e uma mesma *técnica*. Nesse contexto, o historiógrafo identifica quatro programas de investigação no campo dos estudos linguísticos, a saber: o programa de correspondência, o programa descritivista, o programa sócio-cultural e o programa de projeção.

O programa de correspondência tem como objetivo geral (*visão*) estabelecer correlações entre a língua, o pensamento e a realidade. Tem-se, nesse modelo, uma concepção instrumentalista da linguagem segundo a qual as línguas são responsáveis

pela articulação do pensamento e pela formação das ideias. Por outro lado, verifica-se, em tal contexto, pouco ou nenhum interesse pela diversidade cultural ou pela dimensão histórica da linguagem. Os estudos linguísticos de Platão (428/427- 348/347 a. C.), de Aristóteles (384-322 a. C.), dos estoicos (século III a. C.- século II d. C.), dos modistas medievais – como Tomás de Erfurt (século XIV) –, dos gramáticos filosóficos dos séculos XVII e XVIII – como Arnauld (1612-1694) e Lancelot (c. 1615-1695) – e de Noam Chomsky, por exemplo, constituem-se como representantes típicos desse programa. Quanto à *focalização,* o programa de correspondência, na descrição de Swiggers (2004), prioriza a análise das relações entre as estruturas morfossintáticas e conteúdos ou processos mentais, fazendo uso de uma *técnica* que prima pela semantização das estruturas gramaticais, por meio do estabelecimento de classes lógico-semânticas que operam correlações entre processos mentais e regras gramaticais.

No programa descritivista, as línguas são consideradas como conjuntos de dados formais que podem ser ordenados de maneira sistemática. A *visão* central que caracteriza esse programa parte da ideia de que as formas linguísticas organizam um campo autônomo de investigação, fundamentado sobre princípios de autorregulação e autossuficiência, em que dados linguísticos concretos podem ser interpretados à luz da estrutura linguística global. Swiggers (2004, p. 130) identifica duas orientações metodológicas distintas nesse contexto: uma de natureza formalista, que se limita à taxonomia ou à estruturação das formas; outra de caráter funcionalista, que relaciona a estruturação linguística formal a conjuntos de funções comunicativas. Como representantes dessa vertente analítica, encontram-se os gramáticos sânscritos, alexandrinos e românicos, devotados a tarefas descritivo-normativas que animam obras de cunho essencialmente filológico. Do mesmo modo, agrupam-se, nesse modelo, os vernaculistas do Renascimento – como Antonio de Nebrija (1444-1522) e João de

Barros (c. 1496-1570) – e as gramáticas escolares, além dos comparatistas, estruturalistas e funcionalistas dos séculos XIX e XX, trabalhando em diacronia ou sincronia. No que diz respeito à *focalização*, o programa descritivista prioriza abordagens linguísticas formais e/ou funcionais com finalidades contrastivas ou comparativas, desenvolvendo *técnicas* como a segmentação, a comutação e o estabelecimento das relações entre dados linguísticos e contextuais.

O terceiro programa de investigação elencado por Swiggers (2004) é o programa sócio-cultural. Nesse contexto, parte-se da *visão* de que as línguas são expressão da variabilidade dos fatos sociais e culturais. Tal variabilidade linguística é associada a fatores de natureza externa, o que redunda, nesse modelo, no exame de variações diastráticas (relativas a diferentes estratos sócio-culturais), diafásicas (dadas por diferentes contextos situacionais e comunicativos), diacrônicas (referentes a mudanças no eixo temporal, histórico) e diatópicas (relativas a alterações de contextos geográficos). Quanto ao critério da *focalização*, observa-se, nesse programa, uma incidência significativa de abordagens metodológicas que buscam determinar os usos linguísticos e as competências comunicativas como expressão de variações sociolinguísticas ou de conformações culturais de determinado grupo social. A *técnica* empregada para isso, na descrição de Swiggers (2004, p. 131), é denominada integrativa ou sintética, justamente por integrar fatos linguísticos a análises teóricas orientadas por parâmetros de estratificação e/ou evolução social e cultural. Como representantes desse programa de investigação, podem ser citados os estudos da Escola Idealista humboldtiana e dos sociolinguistas contemporâneos.

Finalmente, destaca-se, no programa de projeção, uma *visão* da linguagem verbal como conjuntos de fragmentos lógicos, *visão* essa que resultada da transferência de modelos da lógica formal para o tratamento de dados linguísticos concretos. Nesse

contexto, negligenciam-se aspectos relativos à história e à diversidade social das línguas naturais, com privilégio para uma *focalização* de temas gramaticais como tempo e modo verbal, determinação nominal e índices dêiticos. A *técnica* verificada nesse modelo busca traduzir estruturas linguísticas específicas em linguagem formalizada. As investigações em âmbito do que se conhece como Linguística Matemática e Computacional contextualizam-se no programa de projeção.

O quadro a seguir apresenta uma síntese dos quatro programas de investigação propostos por Swiggers (2004):

Quadro 1: síntese dos programas de investigação (Swiggers, 2004, pp. 129-131)

Programa de Correspondência
Visão – concepção de língua como estrutura universal correlacionada ao pensamento e/ou à realidade. --- *Focalização* – estruturas morfossintáticas relacionadas a processos mentais. --- *Técnica* – semantização das estruturas gramaticais em correlação aos processos mentais.
Programa Descritivista
Visão – concepção de língua como estrutura descritivo-normativa de caráter regulador e/ou autônomo. --- *Focalização* – formas e funções gramaticais tomadas em contextos contrastivos e comparativos. --- *Técnica* – segmentação, comutação, estabelecimento de relações entre formas linguísticas e funções comunicativas.
Programa Sócio-Cultural
Visão – concepção de língua como fato social e cultural. --- *Focalização* – usos linguísticos em contextos sócio-culturais diferenciados, competência comunicativa, variação sociolinguística. --- *Técnica* – técnica dita integrativa ou sintética (integração dos fatos linguísticos a análises teóricas orientadas por parâmetros de estratificação e/ou evolução social e cultural).

Programa de Projeção
Visão – concepção de língua como conjunto de fragmentos lógicos.
Focalização – temas gramaticais como tempo e modo verbal, determinação nominal e índices dêiticos.
Técnica – tradução de estruturas linguísticas em linguagem formalizada.

De maneira similar ao proposto por Swiggers (2004), Borges Neto (2004, pp. 44-49) identifica, em linhas gerais, duas perspectivas distintas para os estudos linguísticos estabelecidos anteriormente ao século XIX: a perspectiva nocional e a perspectiva filológica. Na opção nocional, representada por Platão, Aristóteles, pelos estoicos e pelos modistas medievais, por exemplo, são destacadas as relações entre som e sentido, num quadro teórico universalista em que a linguagem é compreendida como representação do mundo (ou do pensamento) e as línguas são examinadas a partir de modelos lógico-filosóficos. Na opção filológica, por outro lado, representada por Prisciano (século V) e pelos vernaculistas do século XV e XVI, concebe-se a linguagem por um viés normativo-descritivo. Nesse contexto, pretende-se preservar formas linguísticas clássicas, de maneira a registrar um passado monumental documentado, sobretudo, nos textos literários. Para Borges Neto (2004, p. 46), as opções nocionais e filológicas não podem ser tomadas de maneira exclusiva: a opção nocional adota, em alguma medida, diretrizes normativas, enquanto a opção filológica, por sua vez, não descarta métodos descritivos e, por vezes, perpassados por matizes universalistas. De todo modo, são mais ou menos evidentes, para o autor, deslizamentos teóricos e/ou metodológicos em uma ou outra direção: a perspectiva nocional alinha-se a disciplinas como a lógica, a metafísica e a epistemologia; a filológica, a áreas como a retórica e a literatura.

De fato, a orientação nocional (também denominada filosófica ou especulativa), na classificação de Borges Neto (2004), ajusta-se ao programa de correspondência, na tipologia instituída por Swiggers (2004). Da mesma forma, a perspectiva filológica, identificada em Borges Neto (2004), enquadra-se no programa descritivista, na denominação empreendida por Swiggers (2004). Nesse ponto, situa-se o primeiro parâmetro de análise linguístico desta Investigação: examinar, a partir das diretrizes nocionais (programa de correspondência) e filológicas (programa descritivista), tal como apresentadas anteriormente, a *visão*, a *focalização* e a *técnica* desenvolvidas em cada gramática quéchua selecionada para este Trabalho. Trata-se, aqui, de determinar a visão geral de língua, os principais objetivos e métodos que organizam cada produção linguística, em sua especificidade, tomando como modelo, *a priori*, tratamentos de dados linguísticos constituídos a partir dos vieses nocionais e filológicos, com destaque especial para as obras de Sánchez de las Brozas (1523-1600) - em sua *Minerva o de la propiedad de la lengua latina* ([1587]1976) - e de Antonio de Nebrija (1444-1522) - em suas *Introduciones latinas contrapuesto el romance al latín* ([1488]1996) e em sua *Gramática castellana* ([1492]1992).

Como segundo parâmetro linguístico de análise - concluído o exame da *visão*, da *focalização* e da *técnica* que estruturam cada gramática quéchua em seu contexto particular -, adotam-se, para esta Pesquisa, outros referenciais metodológicos sugeridos por Swiggers (2004), no que diz respeito à apreensão das continuidades e descontinuidades observadas nos estudos da linguagem em perspectiva histórica. Com efeito, refutando, de um lado, o modelo positivista e teleológico rankeano (cf. Burke, 1992; 1992a) e, de outro, as hipóteses descontinuístas radicais de Thomas Kuhn (1922-1996) em sua interpretação das revoluções científicas (cf. Kuhn, [1962]2005) - discutidas no primeiro Capítulo deste Trabalho -, Swiggers (2004, pp. 133-136) propõe

uma abordagem complexa para a apreensão da mudança histórica, em Linguística, apoiada no exame de três *domínios* principais que se apresentam à atividade do historiógrafo: o *domínio teórico/metodológico*, o *domínio documental* e o *domínio contextual/institucional*[6]. O *domínio teórico/metodológico* diz respeito à concepção geral de língua e linguagem que alinha os referenciais descritivos/explicativos das práticas linguísticas em questão. O *domínio documental* refere-se ao tipo de documentação, de línguas, de dados e de fontes que entram em cena no trabalho historiográfico. E o *domínio contextual/institucional*, por sua vez, corresponde aos contextos biográficos, sociopolíticos e institucionais em que se desenvolvem as práticas linguísticas concretas. Uma abordagem dinâmica desses *domínios*, em perspectiva historiográfica, possibilita, do ponto de vista de Swiggers (2004), uma compreensão mais efetiva da mudança histórica no contexto da produção linguística:

> La dinámica que se puede observar en la historia de las ciencias se explica por cambios de "superposición" entre las capas **(domínios)** (se puede producir una evolución en una capa **(domínio)**, mientras que en las otras capas no hay cambio conceptual o técnico), así como por cambios que se producen en varias capas [...] El historiador debe ser sensible al aspecto discursivo del proceso científico: en general, los cambios "conflictuales" dentro de una capa o a través de varias capas se acompañam de una "retórica de ruptura". (Swiggers, 2004, p. 134. Os negritos são nossos.)

Com a expressão "retórica de ruptura", também empregada por Murray (1994), Swiggers (2004) destaca os aspectos discursivos que acompanham a atividade científica em contextos de descontinuidade, envolvendo os *domínios* identificados. Dessa forma, em tese, podem-se distinguir mudanças linguísticas históricas parciais, quando recaem sobre um ou outro *domínio*, ou radicais, quando afetam todos os *domínios* indiscriminadamente. Esse segundo caso, pela argumentação do autor, suscita o

[6] O termo *domínio*, para indicar, em português, as três dimensões designadas por Swiggers na apreensão da mudança histórica, foi utilizado, pela primeira vez, em texto de Coelho & Hackerott (2012), *Historiografia Linguística*, publicado pela Editora Mercado de Letras.

problema da incomensurabilidade entre teorias, problema que o historiógrafo enfrenta com as seguintes observações (cf. Swiggers, 2004, pp. 135-136):

1ª – é possível, em realidade, que exista incomensurabilidade entre conjuntos de conceitos sistematizados por diferentes teorias; entretanto, sempre se poderá identificar certa continuidade, no âmbito da Historiografia da Linguística, dada pela materialidade dos fatos linguísticos concretos;

2ª – a ideia de incomensurabilidade não implica que teorias linguísticas do passado sejam inacessíveis ou que haja incompreensão ou incomunicabilidade entre teorias: sempre haverá certa "zona de intercâmbio" (Swiggers, 2004, p. 135), entre teorias distintas, organizada, sobretudo, pela adoção de uma metalinguagem transversal, resultante de deslizamentos e empréstimos metalinguísticos de uma teoria a outra;

3ª – é verdade que a metalinguagem empregada por uma determinada teoria não pode ser avaliada como complementar ou simétrica a outra (ademais, há casos em que se verifica uma radical inovação terminológica entre repertórios teóricos particulares); de todo modo, o historiador sempre poderá construir uma metalinguagem suficientemente abrangente, capaz de confrontar diferentes teorias e conceptualizações.

Dessa forma, acatando que sempre se poderá detectar certa "zona de intercâmbio" entre teorias - o que viabiliza uma efetiva comparação entre elas -, mas, ao mesmo tempo, valorizando as descontinuidades objetivas que circunscrevem conjuntos de métodos e conceitos distintos entre teorias diversas, estabelecem-se, aqui, como segundo parâmetro linguístico de análise, os *domínios* identificados por Swiggers (2004) - o *domínio teórico/metodológico*, o *domínio documental* e o *domínio contextual/institucional* - como maneira de apreensão da mudança linguística sistematizada pela gramaticografia quéchua entre o século XVI e o XIX.

Por fim, como terceiro conjunto de parâmetros linguísticos de análise, elenca-se, para este Trabalho, aquele a ser empregado no exame da categoria de *caso nominal* em quéchua no período selecionado. Destaque-se que não é objetivo desta Investigação empreender uma abordagem comparativa da referida categoria nos limites da linguística histórica. De outro modo, busca-se, aqui, mapear as diretrizes epistemológicas que viabilizam as descrições sob análise. Por outras palavras: tenciona-se determinar, neste contexto, por meio dos métodos da historiografia linguística (expostos na sequência), as perspectivas epistemológicas e metodológicas que fundamentam o surgimento e o desenvolvimento da metalinguagem gramatical relativa à categoria *de caso nominal* em quéchua para os materiais apresentados. Admitem-se, nesse sentido, como critérios gerais de análise, as reflexões de Koerner (1996) e Auroux (1992), discutidas no primeiro Capítulo deste Trabalho, no que diz respeito ao problema da metalinguagem, em historiografia linguística, e ao nascimento da metalinguagem nos estudos linguísticos ocidentais, respectivamente. Como critérios específicos de análise, por outro lado, assumem-se, neste contexto, ainda uma vez, as proposições de Swiggers (2009; 2009a; 2010), no que tange ao exame da *calibragem terminológica* da metalinguagem designativa da categoria gramatical em questão.

Com efeito, para Swiggers (2010, pp. 19-24), a *calibragem terminológica* é um problema incontornável, no campo da Historiografia Linguística, que consiste, justamente, na análise, descrição e interpretação contextualizada dos fatores constitutivos da organização e sistematização de um quadro terminológico definido. O estudo de *calibragem terminológica*, pelo historiógrafo, inclui, no contexto de trabalhos linguísticos objetivos: a identificação da rede relacional dos termos em estudo; a datação e a crítica hermenêutica dessa rede relacional de termos; o mapeamento das mudanças que organizam as definições, os exemplos, e os procedimentos

metodológicos associados à constituição, construção e à manutenção de uma terminologia específica.

No que diz respeito ao exame da categoria de *caso* nos *nomes substantivos*, adotamos, neste contexto, dois parâmetros extraídos do conceito de *calibragem terminológica*, tal como formulado por Swiggers (2010): o parâmetro denominado *conteúdo focal* e o parâmetro de *incidência*. Com o primeiro, buscamos o significado específico assumido pelo metatermo examinado (bem como pela rede relacional de metatermos que o enquadra) em seus contextos particulares. Nesse sentido, são considerados os metatermos *caso, nominativo, acusativo, dativo, genitivo, ablativo, vocativo e efetivo*. Relativamente ao parâmetro de *incidência*, examinamos a atualização da rede terminológica sob exame no projeto gramatical que a sistematiza em cada caso, observando se as ocorrências objetivas dos metatermos em questão situam-se predominantemente em seções gramaticais dedicadas à sintaxe ou à analogia (estudo das partes da oração). Desse modo, estaremos em condições de mapear eventuais mudanças que atingem as definições, os exemplos e os procedimentos metodológicos que estruturam o tratamento metalinguístico da categoria de *caso nominal* em quéchua, em perspectiva historiográfica.

2.3.1 Parâmetros não linguísticos (externos) de análise

Enquanto os parâmetros linguísticos (internos), descritos acima (*visão, focalização* e *técnica*), permitem examinar o *domínio metodológico* em que se enquadram cada um dos projetos gramaticais em questão, os parâmetros não linguísticos (externos) de análise possibilitam, neste contexto, avaliar as condições sociopolíticas e institucionais em que se desenvolvem as gramáticas selecionadas,

propiciando-nos, dessa maneira, um exame objetivo do *domínio contextual/institucional* em que se inserem os textos indicados.

Nesse sentido, estabelecemos três conjuntos de parâmetros extralinguísticos de análise que servem a esta Investigação: o primeiro diz respeito à política linguística, em âmbito colonial e republicano, que organiza a produção gramatical dos autores; o segundo, à imagem da língua e do homem quéchua que se verifica em cada discurso gramatical específico; o terceiro, ao tratamento da variação linguística sistematizado em cada caso.

Para tanto, são considerados, nesse contexto, os prólogos que introduzem os discursos gramaticais dos autores, como local privilegiado para deflagrar as diferentes intencionalidades discursivas observadas, ainda que, em algumas situações, possam ser avaliadas outras seções gramaticais, de forma assistemática, com o objetivo de esclarecer pontos de vista específicos. Os textos prefaciais em questão reúnem-se em três grupos distintos, à luz da periodização estabelecida neste Trabalho: aqueles que representam a fase dominicana, entre o Primeiro e o Segundo Concílios Limenhos (1551-1552 e 1567-1568, respectivamente); aqueles enquadrados na fase jesuítica, no período colonial posterior ao Terceiro Concílio Limenho (1582-1583); e aqueles produzidos no contexto republicano, após a independência das nações sul-americanas.

Com o objetivo de delinear, minimamente, o discurso gramatical e a intencionalidade enunciativa formalizada pelos autores, submetemos os prólogos selecionados a categorias analíticas clássicas da linguística da enunciação e da semântica discursiva, por meio de conceitos como inferência (pressupostos e subentendidos), seleção lexical e valor afetivo dos vocábulos, debreagem enunciva e enunciativa, efeito de objetividade e subjetividade, dentre outros (cf. Fiorin, 1999; Firon, 2004; Fiorin, 2005; Levinson, 2007).

Concluídas as análises dos três domínios descritos anteriormente, pela aplicação objetiva dos parâmetros linguísticos e extralinguísticos de análise aqui fixados, estaremos em condições de avaliar, na conclusão deste Trabalho, de que maneira efetiva-se a mudança histórica no contexto das práticas gramaticais produzidas sobre o quéchua entre os séculos XVI e XIX.

PARTE I

CAPÍTULO III

CAPÍTULO III

DOMINICANOS, JESUÍTAS E REPUBLICANOS NO CONTEXTO POLÍTICO E CULTURAL DA GRAMATICOGRAFIA QUÉCHUA

Neste terceiro Capítulo, apresentamos algumas informações - do contexto político, institucional e cultural - que abarcam a produção gramatical empreendida sobre o quéchua entre os séculos XVI e XIX. Os objetivos, aqui, caminham em duas direções: de um lado, pretendemos, mediante as observações relatadas, justificar a periodização estabelecida para este Trabalho; de outro, propomo-nos a introduzir, nas seções subsequentes, parte da interpretação dos processos históricos que fundamentam as análises desenvolvidas no Capítulo posterior.

De fato, reconhecemos, para os materiais selecionados nesta Investigação, três etapas distintas que organizam diferentes objetivos para os projetos gramaticais sob exame: a primeira, de herança dominicana, representa o ideário messiânico e milenarista que anima a primeira geração de missionários mendicantes nas colônias espanholas sul-americanas; a segunda, de herança jesuítica, figura no contexto do Terceiro Concílio Limenho (1582-1583), fruto acabado do Concílio Tridentino (1545-1563), e impõe, às colônias de Castela, importantes alterações políticas e institucionais; a terceira, por sua vez, na fase liberal e republicana posterior aos movimentos de independência, caracteriza-se por rearranjos específicos das propostas linguísticas dos autores, que assumem, em terras libertas do domínio direto dos espanhóis, finalidades distintas para seus projetos gramaticais.

As três etapas aqui apresentadas associam-se a diferentes políticas linguísticas e a distintas maneiras de integrar o nativo americano ao convívio sociocultural, dominado pela elite branca europeia, na fase colonial, e pelos *criollos*, na fase republicana. Os

desenvolvimentos a seguir esclarecem essas questões. Destacamos, por fim, que as leituras aqui organizadas - relativamente às heranças dominicanas e jesuíticas, no século XVI - foram tomadas de Pesquisa anterior, apresentada como dissertação de mestrado à Universidade de São Paulo no ano de 2009 (cf. Ragi, 2009).

3.1 A herança dominicana

Para compreendermos a retórica dominicana, traduzida por Santo Tomás (1560), na primeira gramática produzida sobre o quéchua, no século XVI, é necessário retomar o discurso messiânico e milenarista que fundou as bases do Estado Moderno.

De fato, pelos argumentos de Gruzinski (1999):

> Tudo se passa como se esse fim de século **[séc. XV]** fosse favorável a construções religiosas e intelectuais que explorassem a linguagem do milenarismo e do messianismo para expressar novas realidades políticas, conferindo-lhes pretensões universais. Como se o nascimento do Estado moderno só pudesse ser verbalizado numa linguagem antiga e aparentemente intemporal (Gruzinski, 1999, p. 44. Os grifos são nossos).

Com efeito, em 28 de junho de 1493, o papa Alexandre VI (1431-1503) publicou a bula *Inter Coetera*, segundo a qual os Reis Católicos, Fernando II de Aragão (1452-1516) e Isabel I de Castela (1451-1504), assumiram plenos direitos sobre todos os territórios descobertos em direção às Índias, além de uma linha imaginária situada a cem léguas a oeste dos Açores e de Cabo Verde. Fernando e Isabel foram responsáveis, como se sabe, pela unificação dos reinos ibéricos que constituiriam a Espanha. O rei de Portugal, todavia, protestou contra a decisão papal e conseguiu a reabertura das negociações que culminaram com o Tratado de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494. Pela interpretação de Gruzinski (1999), esse tratado - que dividiu o mundo de acordo

com critérios geográficos - foi, "sem a menor dúvida, a certidão de nascimento da globalização" (Gruzinski, 1999, p. 31).

Ocorre que o próprio título outorgado pelo papa a Fernando e Isabel (Reis Católicos) conferiu-lhes estatuto universal e messiânico: os monarcas espanhóis, num gesto imperialista referendado pela autoridade máxima da Igreja, estenderam a fé católica a todas as partes do mundo. Esse entusiasmo messiânico, associado à ciência dos sábios ibéricos e à sede de poder dos soberanos, foi imprescindível, da perspectiva de Gruzinski (1999), para concretizar tal decisão de "alcance planetário" (Gruzinski, 1999, p. 31). A retomada de Granada aos mouros, em 1492, a expulsão dos judeus e as descobertas além-mar traduziam o clima da época. "Os Reis Católicos faziam uma cruzada, tanto quanto uma política de expansão militar" (Gruzinski, 1999, p. 28).

Certamente, o messianismo e o milenarismo figuravam no ideário dominicano europeu à época. Giovanni Nanni, também conhecido como Annius de Viterbo (1432-1502), foi um bom exemplo disso. O dominicano, especialista em Anticristo, influente no pontificado de Alexandre VI e Sisto IV (1414-1484), foi autor de obra intitulada *Dos futuros triunfos dos cristãos contra os turcos e os sarracenos*, de 1480, espécie de *best-seller* em seu gênero, com oito edições no final do século XV. O tratado afirmava que os turcos eram a Besta do Apocalipse e Maomé, o Anticristo. Nanni criticava, de forma veemente, os cismas que haviam dividido a igreja e as heresias que proliferavam. O dominicano profetizava, ainda, a derrota dos maometanos, a ressurreição universal e a regeneração da Igreja com a construção de um novo Reino de Deus sobre a Terra. Outro religioso, contemporâneo de Nanni, assumiu o discurso messiânico e milenarista em nome dos dominicanos na Europa renascentista. Savonarola (1452-1498), monge da cidade de Florença, acreditava ser o encarregado de uma missão divina e aterrorizava seus interlocutores com a destruição da Itália. Com seus sermões, predizia o juízo final e

conquistava a admiração de vários humanistas do período, como Pico della Mirandola (1463-1494) e Marsílio Ficino (1433-1499). Para Savonarola, Florença era a cidade escolhida por Deus para ser a nova Jerusalém, capital da renovação da cristandade. Carlos VIII (1470-1498), nas visões do dominicano, era o monarca destinado a apoiar Florença em sua missão cristã.

De fato, como atesta Gruzinski (1999), o milenarismo e o messianismo do final do século XV, início do século XVI, foram instrumentos políticos importantes para a expansão imperialista conduzida pela Península Ibérica. As interpretações messiânicas e os ímpetos conquistadores eram basicamente os mesmos, em toda a Europa, variando apenas a formatação política, conforme a coroa em exercício e seus interesses dinásticos. É preciso admitir, portanto, nesse contexto, que os velhos códigos místicos e religiosos, que remontam à Idade Média, continuam construindo significados e projetando o emergente Estado Capitalista em suas buscas hegemônicas no Novo Mundo.

3.1.1 A etapa insular da conquista castelhana e a inquietação moral de Antonio de Montesinos

A primeira tentativa castelhana de conquista e colonização do Atlântico deu-se nas Ilhas Canárias, ocupadas nas décadas de 1480 e 1490. Esse arquipélago, além de representar um excelente potencial exploratório em si mesmo, inspirava, aos monarcas ibéricos, sonhos de incursões à Costa Africana e ao Mar Atlântico. Para viabilizar, no entanto, projetos dessa magnitude, foi preciso movimentar bem mais do que os insuficientes recursos da coroa de Castela.

De fato, na leitura de Elliott (1998), a ocupação das Canárias, como etapa inicial da empresa colonial espanhola, ilustrou, com perfeição, a aproximação dos interesses públicos e privados que já haviam caracterizado o sucesso castelhano nas guerras da reconquista do século XV. Diante dos desafios da conquista ultramarina, poderosos mercadores europeus associaram-se aos planos reais de Castela numa conjunção de forças que marcou, segundo Elliott (1998), as bases do Estado Moderno e do emergente capitalismo comercial. Boa parte do financiamento que garantiu as condições materiais necessárias à conquista da América foi garantida por influentes companhias genovesas e sevilhanas, segundo informações de Elliott (1998).

Para assegurar o interesse real, conforme explicita Elliott (1998), eram assinados contratos formais, as *capitulaciones,* entre os comandantes das expedições e a coroa castelhana, pelos quais se reservava o direito da coroa sobre os territórios conquistados ao mesmo tempo em que se afiançavam, aos comandantes e seus financiadores, privilégios e recompensas específicas. Nesse contexto, o genovês Cristóvão Colombo (1448-1506) persuadiu os Reis Católicos a patrocinarem sua primeira expedição em 1491. Essa campanha inicial de Colombo trouxe informações inéditas sobre novas ilhas e novos povos e compeliram os Reis Católicos a reconsiderarem o problema da conquista: como tratar as terras recém-descobertas? Colonizar ou simplesmente extrair delas todas as riquezas possíveis sem posse efetiva dos territórios? Quais estratégias utilizar com as populações indígenas?

Tal como informa Elliott (1998), a segunda expedição de Colombo, em 1493, fundou *Hispaniola*, a primeira tentativa concreta de colonização das Antilhas. No entanto, as esperanças de obter ouro em grandes quantidades, a partir do simples escambo com os índios, fracassaram rapidamente, e o explorador genovês viu-se em grandes dificuldades para justificar os investimentos feitos por Castela. Nesse contexto,

Colombo apelou, então, para uma saída que lhe pareceu coerente: enviar índios caraíbas, para a coroa castelhana, como escravos.

A opção de Colombo, uma vez mais, reposicionou o problema gerado pela conquista: que fazer com a população indígena de além-mar? Segundo prescrições do Direito Romano, à época, qualquer "bárbaro", tomado aqui como "estrangeiro", podia ser escravizado. Na Idade Média, "bárbaro" era concebido, muitas vezes, como "infiel". A situação nova desencadeada por Colombo, entretanto, pedia uma nova interpretação. Com efeito, em 1500, Isabel, influenciada por ilustres teólogos da época, principalmente por seu confessor, o franciscano Jiménez de Cisneros (1436-1517), declarou que os índios eram livres e, portanto, não podiam e não deviam ser escravizados. O raciocínio era o seguinte: "bárbaros" podem ser escravizados, porque rejeitam a fé cristã, são infiéis por opção. Os índios não são infiéis, são pagãos, à medida que desconhecem totalmente os preceitos do evangelho. Logo, não devem ser escravizados, devem ser convertidos à fé e à "verdade" cristã. A máxima de Francisco López de Gómara (1511-1566?) sintetiza, à maestria - em *História general de las Indias*, publicada no ano de 1554 -, o espírito que conduzia as decisões de Isabel, a esse respeito: "Sem colonização não há uma boa conquista, e se a terra não é conquistada, as pessoas não serão convertidas" (Gómara, [1554]1852, p. 181).

De acordo com Elliott (1998), entretanto, essa deliberação da coroa castelhana não era nem segura nem simples. Em 1503, os Reis Católicos permitiram que Nicolás de Ovando (1460-1518) utilizasse mão-de-obra indígena para trabalhos nas minas e nos campos de *Hispaniola*. Ovando, nomeado governador de *Hispaniola* em 1501, recebeu a difícil tarefa de reconstituir o equilíbrio da região, desestabilizada por uma população de colonos em conflito, dada a escassez de alimentos e de mão-de-obra. O assim chamado *repartimiento* viabilizava a distribuição de indígenas como força de trabalho

nas lavouras e nas minas e exigia que os colonos beneficiários protegessem e instruíssem na fé os índios postos a seu dispor. Em consequência do *repartimiento*, surgiram as *encomiendas*, com características muito diferentes das costumeiras *encomiendas* espanholas. As *encomiendas* do Novo Mundo não previam doações de terras aos colonos, que se tornavam meros depositários (*encomenderos*) de uma concessão estatal que incluía terras e reserva de mão-de-obra indígena. Embora responsáveis pelo bem-estar e pela conversão dos índios que lhes cabiam por outorga real, os *encomenderos*, na maior parte dos casos, submetiam os indígenas a condições desumanas extremas. Também por isso, *Hispaniola*, depois de assistir a um suposto avanço dos objetivos coloniais europeus, mergulhou em profunda desordem social causada, sobretudo, pela crise demográfica que atingira as populações indígenas locais.

Assim, nativos americanos, expostos a todo tipo de desvarios, morriam por trabalhos excessivos, por maus tratos sistemáticos e, principalmente, por doenças diversas, trazidas pelos invasores. Em 20 anos, conforme assinala Elliott (1998), a primeira experiência colonizadora no Novo Mundo sucumbia mediante a escassez de alimentos e mão de obra. *Hispaniola* - o grande laboratório espanhol que guiaria a empresa da conquista americana no continente, não resistiria à violência e à presença dos colonizadores castelhanos. Outros índios, de outros povos que habitavam ilhas vizinhas, eram levados para a ilha, numa tentativa desesperada de pôr fim ao dilema. Mas todas as estratégias eram rapidamente frustradas e as mortes permaneciam em escala crescente.

Com efeito, o declínio progressivo da população de *Hispaniola* produziu duas reações importantes, na leitura de Elliott (1998): os movimentos de conquista em direção ao continente, que atingiram o Peru e o México, e a inquietação moral que

ficaria explicitada, por exemplo, na prática religiosa dos dominicanos. O principal movimento de indignação moral, relacionado à primeira fase da conquista castelhana,

> [...] foi liderado pelos dominicanos, horrorizados com as condições que encontraram na ilha à sua chegada em 1510. Seu maior expoente foi Antonio de Montesinos que, num sermão proferido em Santo Domingo no domingo anterior ao Natal de 1511, denunciou os maus tratos infligidos aos índios e recusou a comunhão aos *encomenderos*, que ele considerava os maiores responsáveis pela situação (Elliott, 1998, pp. 153-154).

De fato, o frei dominicano Antonio de Montesinos (1480?-1540) influenciou outro célebre dominicano, Las Casas, que, em 1514, renunciou a sua *encomienda* em *Hispaniola* para dedicar-se à defesa da população indígena do Novo Mundo. Profundamente marcado pelo desastre demográfico vivido nas Ilhas do Caribe, Las Casas sintetizou o ideário dominicano, pelo qual se moveram muitos missionários mendicantes da primeira geração, no Peru, como veremos a seguir. Segundo Barnadas, o dominicano

> Lutou como padre secular, como frade, como bispo, como conselheiro da corte, como polemista, como historiador e como representante dos índios. Aliou-se à coroa para anular os privilégios dos colonos; exerceu pressão sobra a consciência dos frades para que deixassem de absolver os *encomenderos* [...] profetizou a destruição da Espanha em castigo pelas crueldades que infligira a índios inocentes. É verdade que aquiesceu na importação de escravos africanos para impedir a escravização de nativos americanos [...] Sua grandeza, entretanto [...] está na forma com que denunciou o processo histórico do qual fazia parte [...] (Barnadas, 1998, p. 536)

Afastado geograficamente dos horrores incitados pela conquista, Fernando II, na velha Europa, gozava de um *patronato* universal concedido à coroa castelhana por Roma, a partir de uma série de bulas papais. O *patronato* garantia, aos Reis Católicos, o direito de indicar pessoas interessadas em participar da colonização e da administração das terras americanas, em troca da evangelização dos nativos. Na realidade, a coroa de Castela dispensou, efetivamente, pouco empenho para conter o massacre indígena em

Hispaniola. Com Carlos V (1500-1558), neto dos falecidos Reis Católicos, o colapso demográfico da ilha tendia a ser contornado pela escravidão dos negros. O primeiro carregamento de negros chegou a *Hispaniola* em 1505, pelo que informa Elliott (1998), mas foi a partir de 1518 que o comércio de homens africanos tornou-se um negócio lucrativo para a coroa castelhana em terras americanas.

De qualquer forma, o período insular da conquista, entre os anos de 1492 a 1519, foi de grande importância para os desdobramentos históricos subsequentes. Os erros e acertos cometidos nas ilhas caribenhas prepararam o terreno para as novas conquistas espanholas no continente:

> [...] toda a experiência de *Hispaniola*, sua população destruída e seus recursos devastados em busca do ganho imediato surgiam como um aviso assustador dos efeitos de uma mentalidade de *conquistador*, não refreada por escrúpulos morais ou controle institucional [...] A menos que se conseguisse associar a colonização à conquista de um modo mais bem sucedido do que nos primeiros anos da conquista espanhola da região caribenha, as expedições que agora se dirigiam para o continente americano iam conquistar apenas para pilhar (Elliott, 1998, pp. 157-158).

Seguramente, é possível dizer que os fracassos da experiência colonial em *Hispaniola* influenciaram, profundamente, os primeiros desdobramentos continentais da conquista de Castela sobre a América. A forte herança dominicana, nesse período, é igualmente tributária dessa fase insular da conquista. Nesse contexto, a oposição dominicana à ganância dos primeiros exploradores e colonizadores do Novo Mundo garantiu, em boa medida, a manutenção do poder monárquico, como veremos a seguir.

3.1.2 A revolta dos *encomenderos* e a resistência dominicana na primeira fase da conquista

Entre 1528 e 1530, Francisco Pizarro (1457-1541) esteve pessoalmente na Espanha, formalizando acordos com a coroa sobre a governadoria de terras que prometia conquistar na região onde hoje se localiza o Peru. Contando com 180 homens, partiu do Panamá, em 1531, em sua expedição de conquista. Tal como Hernán Cortés (1485-1547), Pizarro soube habilmente explorar os conflitos internos entre grupos indígenas peruanos, na interpretação de Elliott (1998), conflitos esses que estavam em fase exacerbada quando o militar chegou à região.

De fato, o Império Inca, incrustado nos territórios andinos, tinha uma organização sólida e bastante centralizada. Os *ayllus*, pequenos grupos étnicos das aldeias, constituíam a base da mão de obra do Império e submetiam-se a longos períodos de trabalho em benefício da casta inca reinante. Muitos desses grupos, segundo Elliott (1998), guardavam ressentimentos variados contra o imperador, fato particularmente verdadeiro na região de Quito, recém-conquistada no período da chegada dos espanhóis. Pizarro utilizava a seu favor essas cisões internas entre os incas, jogando umas comunidades contra as outras e aprofundando as divergências já existentes. Em 1527, quando morreu o imperador inca Huayna Cápac, iniciou-se uma luta sucessória entre seus dois filhos, Huascar e Atahualpa. Este último já se erguia como imperador vitorioso dos incas quando Francisco de Pizarro e Diego de Almagro (1475-1538) iniciaram a conquista peruana, compreendida nos anos de 1531 a 1533.

Posteriormente ao assassinato de Atahualpa, a cidade de Cuzco, centro vital do império, foi rendida, em 15 de novembro de 1533. A estrutura do Império Inca, entretanto, foi conservada na medida dos interesses dos conquistadores, segundo Elliott

(1998): o meio-irmão de Atahualpa, Manco Inca, foi chamado a sucedê-lo e os caciques que lideravam os *ayllus* foram igualmente seduzidos, pelas forças espanholas, de forma a manter o controle da mão de obra, agora sob a liderança dos pizarristas.

Os conflitos de interesses, certamente, jamais deixaram de existir em quaisquer contextos históricos, muito menos na América do século XVI, quando todos - soldados, religiosos, burocratas e indígenas - pareciam, de algum modo, insatisfeitos com os rumos dos acontecimentos. Os soldados debatiam-se quanto à partilha dos espólios incas e à falta de reconhecimento objetivo e material para seus esforços. Os religiosos sofriam com a alteridade americana: as tarefas evangelizadoras eram sentidas, muitas vezes, como um fardo acima de suas possibilidades práticas. Os burocratas, em nome da coroa, julgavam sempre insuficientes as divisas alcançadas no Novo Mundo e temiam, com razões inúmeras para tanto, perder o controle político da empresa da conquista para seus próprios militares ou para aventureiros de outras cortes europeias. Aos índios, que constituíam, sem dúvida, o elo mais frágil da corrente, restava a opção de se ajustarem bem ou mal ao domínio dos invasores, ou afastarem-se deles, buscando, na acolhida habitual das montanhas, um refúgio para sonhar o isolamento como resistência imediata possível.

Foi justamente nesse contexto marcado pela fragmentação que a coroa castelhana teve de enfrentar a conhecida revolta dos *encomenderos*, liderada por Gonzalo Pizarro (1502-1548), irmão mais novo de Francisco Pizarro. Era notório que os europeus que chegavam à América, nos séculos XV e XVI, concebiam as tarefas manuais como degradantes e indignas de suas pretensões senhoris. O poder real, todavia, mostrava-se, relutante em aceitar a mão de obra indígena. Devido aos desastres experimentados na fase insular da conquista, a coroa hesitava, ainda, quanto à adoção

do sistema de *encomiendas* no Peru e no México, sistema esse que muitos julgavam, principalmente os dominicanos, como o principal motivo da decadência de *Hispaniola*.

De qualquer maneira, entretanto, amadureceu-se, com o tempo, um novo modelo de *encomienda* para o continente ocupado: os *encomenderos* deveriam defender o país, garantindo a segurança dos territórios conquistados e zelando pelas boas condições de vida material e espiritual dos nativos. Temendo os efeitos catastróficos vivenciados nas Antilhas, o poder monárquico preocupava-se em assegurar um tipo mínimo de bem-estar, aos indígenas, que garantisse a manutenção da empresa colonial.

De fato, na década de 1540, segundo dados de Elliott (1998), já havia cerca de 600 *encomenderos* no México e 500 no Peru. Os *encomenderos* foram escolhidos basicamente entre os soldados que participaram da conquista, mas, diferentemente do que acontecia na Europa, não tinham direitos hereditários de posse sobre os territórios concedidos, o que obrigava seus familiares a restituírem as terras, à coroa, em caso de morte do depositário. Com tais precauções, objetivava-se evitar a formação de feudos e a constituição de uma nobreza privilegiada em terras americanas, centralizando, desse modo, o poder real, na esfera econômica, política e administrativa.

Foi nesse contexto, no ano de 1542 - quando as Leis Novas instituíam a não perpetuidade das *encomiendas*, que deveriam ser devolvidas à coroa em caso de morte do *encomendero* - que Blasco Núnez Vela (1490-1546), primeiro vice-rei do Peru, foi obrigado a enfrentar a conhecida rebelião dos *encomenderos*, liderada por Gonzalo Pizarro. Núnez Vela, designado vice-rei, foi enviado ao Peru pela coroa espanhola para fazer cumprir as Leis Novas e coibir os abusos cometidos contra indígenas pelos *encomenderos*. Aterrorizava à coroa, nesse caso, duas grandes temeridades: reduplicar, no continente, a experiência catastrófica do colapso demográfico vivido nas Antilhas; e,

por outro lado, perder o controle político e econômico dos territórios americanos, agora em mãos dos conquistadores.

Com efeito, Gonzalo Pizarro que, durante quatro anos, foi senhor e governador do Peru liderou um exército, na *Batalla de Añaquito*, próxima à cidade de Quito, em 18 de janeiro de 1546, e derrotou Núnez Vela, morto e decaptado, em seguida, pelos pizarristas. Foi somente em 1548 que Gonzalo Pizarro foi derrotado e executado, por traição à coroa, pelo licenciado Pedro de La Gasca (1494-1565), sacerdote e militar espanhol. Bacharel em Direito licenciado em Salamanca, La Gasca foi enviado pelo rei Carlos I, às Índias, como pacificador do território peruano. Após derrotar os pizarristas, o militar conseguiu restabelecer as Audiências, importantes instituições burocráticas de comando da coroa espanhola sobre a América.

Como decorrência dos movimentos de pacificação empreendidos por La Gasca, as Leis Novas foram finalmente impostas, ainda que com dificuldade, ao Peru. Observemos, a esse respeito, que tal legislação - cujo objetivo central era regulamentar a vida social, política e econômica das colônias espanholas na América - foi o resultado prático de uma junta de juristas convocada por Carlos V para discutir a controvérsia entre missionários, notadamente dominicanos, e *encomenderos* do Novo Mundo. O bispo Bartolomé de Las Casas que, em 1514, renunciou, como dissemos, a sua *encomienda* em *Hispaniola*, para dedicar-se à defesa da população indígena americana, foi o maior ícone dessa disputa e representa, nesse contexto, o ideário dominicano na primeira fase da conquista sobre o Peru.

Tal como acontecera com as Leis de Burgos, sancionadas em 27 de dezembro de 1512, também as Leis Novas, de 1542, sofreram grande influência dos dominicanos e de seus projetos de colonização para a América. Não por acaso a escravidão indígena foi fortemente rechaçada nessas duas legislações. Segundo Elliott (1998), o real desafio

da coroa, em terras peruanas, nos anos que compreenderam a primeira metade do século XVI, foi conter as ambiciosas intenções dos ricos *encomenderos* pizarristas, que desafiavam a centralidade do poder real. Desse modo, o ideário dominicano constituiu-se em um instrumento retórico-político modelar, nas mãos da coroa, que, por justificativas morais, teológicas e filosóficas, beneficiava-se de um ponto de vista humanista que vinha ao encontro de suas expectativas concretamente materiais no Novo Mundo.

3.1.3 Bartolomé de Las Casas – patrono dos povos americanos

Foram três as etapas do percurso vital lascasiano, segundo Castelló (1986), em defesa dos índios do Novo Mundo: na primeira, prevaleceram fatores políticos e econômicos; na segunda, critérios teológicos e morais; na terceira, direitos civis e políticos.

Circunscrita, aproximadamente, pelos anos de 1514 a 1522, a primeira dessas etapas foi caracterizada pela luta pelos direitos econômicos e políticos dos nativos, mediante a implantação progressiva de um sistema de comunidades mistas, constituída por lavradores índios e espanhóis, que suplantaria, aos poucos, o modelo das *encomiendas*. Las Casas imaginava que essa era a única maneira de construir um sistema social equilibrado, que garantisse sustentabilidade econômica e política aos nativos, aos espanhóis e à coroa.

Com efeito, o dominicano recorreu, nesse contexto, a projetos de formação profissional e humana dos indígenas, desenvolvendo campanhas de capacitação dos autóctones, nas quais se ensinavam técnicas europeias de agricultura, pecuária e mineração. O objetivo de Las Casas, conforme explicita Castelló (1986), era promover a

emancipação dos nativos, no sentido da propriedade e do progresso. Em território da atual Venezuela, o dominicano chegou a pôr em prática seu modelo de colonização, a partir do sistema das comunidades mistas, como forma de provar, empiricamente, e eficácia de seus projetos: aos colonos espanhóis que aceitavam participar da empreitada, anunciava êxito e prosperidade econômica; à coroa, garantia, em médio e longo prazo, rendimentos insuperáveis. As técnicas de repovoamento de Las Casas tinham, sem dúvida,

> [...] una concepción optimista y progresista de la riqueza, de la naturaleza humana (de indios e españoles) y de la convivencia económica social y política entre ambos os mundos (Castelló, 1986, p. 87).

O dominicano estava convencido de que certo desenvolvimento econômico-social do indígena, que lhe garantiria autonomia, liberdade e resistência frente aos espanhóis, era condição prévia para a verdadeira adoção do cristianismo.

Na segunda etapa de seu percurso como defensor dos nativos americanos, Las Casas desenvolveu boa parte do trabalho intelectual e evangélico que conhecemos. Nesse período, compreendido entre os anos de 1522 a 1547, o dominicano forjou a obra de traços fundamentalistas da fase episcopal, nos termos de Castelló (1986, p. 90). Como autor fundamentalista, Las Casas contribuiu para a sedimentação da conquista militar inicial: "O missionário muitas vezes teve sucesso onde o soldado fracassou" (Elliott, 1998, p. 176). Munidos da espada do evangelho e da disciplina, os dominicanos concorreram - no primeiro momento da pós-conquista peruana - para solidificar as bases da estabilização colonial.

A terceira e última etapa do percurso lascasiano compreendeu o período entre 1547 e 1566, segundo dados de Castelló (1986, p. 93). Essa fase foi marcada pelo embate decisivo do dominicano em favor dos direitos políticos e civis dos ameríndios,

frente a Juan Ginés de Sepúlveda (1490-1573), jurista, historiador e filósofo espanhol, na chamada Polêmica de Valladolid, desenvolvida nos anos de 1550 e 1551.

3.1.4 A Polêmica de Valladolid

A Junta de Valladolid é o nome dado ao célebre debate travado entre Las Casas e Sepúlveda, defensores de posições antagônicas sobre o estatuto político e civil do nativo americano, a escravidão indígena e os rumos a serem tomados pela empresa colonial espanhola. A polêmica parte de bases teológicas: discutia-se se os autóctones americanos eram seres humanos, com alma, ou selvagens, suscetíveis de serem domesticados como animais. O propósito final da discussão era, como se sabe, formalizar um discurso teológico e jurídico seguro, pelo qual se poderiam conduzir os problemas incitados pela colonização das populações indígenas. A tese de Sepúlveda implicava na escravização dos ameríndios, considerados bárbaros e incapazes de governarem-se a si próprios. O canibalismo e os sacrifícios a falsos deuses eram outros indícios, na perspectiva de Sepúlveda, da natureza inferior dos povos americanos que deveriam, assim, submeter-se, ainda que pela força, à vontade e ao jugo do homem branco europeu.

Contrariamente a seu opositor, Las Casas demonstrava a racionalidade dos indígenas através das grandes civilizações americanas, sobretudo as civilizações inca e asteca: a arquitetura, a organização hierárquica, social e política, a cultura e as artes dos ameríndios sinalizavam, desse ponto de vista, indícios de sua humanidade. Os povos do Novo Mundo, portanto, não deveriam ser escravizados. O dominicano rechaçava, ainda, o uso da força para a conversão dos nativos: a evangelização não era, fundamentalmente, uma obrigação dos espanhóis, mas um direito dos indígenas.

Convém assinalar que, na prática, ambas as posições justificavam o domínio castelhano. Todavia, também é inegável que as duas teses desencadeavam modelos distintos de colonização para os territórios conquistados. Segundo atestam os historiadores, o ideário lascasiano saiu fortalecido da Polêmica de Valladolid (cf. Elliott, 1998). Entretanto, em poucos anos, controladas as ambições temerárias dos *encomenderos*, consolidados os movimentos de pacificação entre colonos e indígenas peruanos, o humanismo utópico e milenarista tipicamente dominicano parecerá excessivo, como veremos a seguir, aos olhos da monarquia espanhola.

De qualquer forma, as questões suscitadas pela Junta de Valladolid e as teses defendidas por Bartolomé de Las Casas - em relação ao estatuto político e jurídico do nativo americano - constituem o cenário discursivo a partir do qual a retórica dominicana alcança a gramática de Santo Tomás, no primeiro momento da pós-conquista peruana.

3.2. A herança jesuítica

A política conciliar do Peru colonial, com três Concílios Limenhos celebrados durante o século XVI, é bastante representativa da oposição entre uma herança dominicana e uma herança jesuítica nesse período.

De fato, o primeiro Concílio Limenho (a partir de agora 1CL) foi celebrado entre 1551 e 1552. Jerónimo de Loaysa (1543-1575), da ordem dos dominicanos, primeiro arcebispo de Lima, convocou-o para a Páscoa de 1551. Em janeiro de 1552, segundo García (1986, p. 172), aprovou-se, nesse Concílio, uma série de 40 constituições relativas aos índios e, no mês seguinte, 82 capítulos referentes aos espanhóis. A organização do 1CL deu-se pouco depois da rebelião dos *encomenderos* contra a coroa

castelhana, em um momento ainda bastante tenso nas relações entre os colonos europeus e a monarquia de Castela. Por outro lado, o Concílio de Trento (1545-1563), ainda não concluído nesse período, não pôde alcançar plenamente, como veremos acontecer nas experiências conciliares posteriores, as deliberações do 1CL, fato que o consagra como um evento bastante particular.

O Segundo Concílio de Lima (a partir de agora 2CL), por sua vez, igualmente convocado por Loaysa, O. P., desenvolveu-se entre 1567 e 1568, com a participação decisiva de Santo Tomás, autor da primeira gramática quéchua, dada sua larga experiência no trato com os índios e com a língua geral. O 2CL, entretanto, não anulou seu antecessor: modificou-lhe algumas decisões, mas manteve muitas das normas gerais instituídas anteriormente. Pelo que afirma García (1986, p. 175), em 28 de outubro de 1565, Loaysa apresentou, solenemente, o texto do Concílio Tridentino na Catedral de Lima; em 2 de março de 1567, o dominicano reuniu as autoridades competentes, dando início às reuniões conciliares, e, em 21 de janeiro de 1568, concluiu as atividades do 2CL, com a aprovação de 132 capítulos dedicados preferencialmente aos espanhóis e 122 constituições dirigidas aos nativos.

Com efeito, os primeiros concílios provinciais limenhos foram dirigidos por dominicanos, que também estiveram à frente da fundação da Universidade de São Marcos, com frei Tomás de San Martín O. P. (1482-1555), em 1551, na cidade de Lima. Com o 2CL, os decretos do 1CL foram ampliados e, segundo Agnolin (2007, p. 372), definidas as diretrizes da doutrina a ser ensinada aos nativos: desde que rejeitassem todas as suas crenças, consideradas idolátricas, os índios, reunidos sob o jugo de uma única fé, poderiam e deveriam ser considerados como súditos diretos do Império. Além disso, em conformidade com os decretos tridentinos, o 2CL enfatizava a uniformidade do ensino e da catequese indígena com a adoção de um único catecismo. O jesuíta

Acosta (1539-1600), sensível às orientações de Trento, dedicou-se, em 1576, à redação de dois catecismos: um breve, visando à memorização pelos indígenas, e um mais longo, voltado às necessidades dos evangelizadores.

De qualquer maneira, se boa parte dos decretos do 1CL foram ampliados pelo 2CL, como afirma Agnolin (2007), com o Terceiro Concílio Limenho (a partir de agora 3CL), desenvolvido entre os anos de 1582 e 1583, o 1CL é anulado, sob a justificativa de apresentar pouca legitimidade e tratar de maneira inadequada algumas questões religiosas:

> [...] lo que los estatutos de los synodos pasados que se han celebrado en esta provincia se deva guardar, y sea de obligación, primeramente lo que está statuydo en el synodo y Junta primera, que se hizo en esta ciudad de los Reyes en el año mill quinientos y cinquenta y dos no avrá obligación de guardarlo de aqui adelante, ni en toda la provincia, ni en esta diócesis, así por no tener tan cumplida autoridad como se requiere, como por haberse ordenado después mejor muchas cosas, que allí se trataron [...] (García, 1986, p. 173)

A questão do batismo dos índios em perigo de morte constituía, nesse período, uma das questões mais controversas do 1CL, a partir das teses do jesuíta Acosta, reconhecido, pelos historiadores, como o maior líder espiritual e organizacional do 3CL. Acosta rechaçou, vigorosamente, em seu livro *De procuranda indorum salute*, editado em Salamanca no ano de 1588, a constituição 5 do 1CL, pela qual não se parecia exigir fé explícita no dogma da Trindade e da Encarnação para se proceder ao batismo de um índio em perigo de morte. Tal constituição, revista pelo 2CL, segundo informações de García (1986, p. 174), indicava que apenas uma crença implícita nos dogmas cristãos era suficiente para salvar a alma do nativo, em risco de morte, da escuridão. Ainda sobre os argumentos defendidos pela constituição 5 do 1CL, García informa-nos o seguinte:

> Casualmente esta teoría guardaba cierta semejança con ideas defendidas por el dominico Fr. Francisco de la Cruz, procesado y quemado por la Inquisición de Lima en un famoso proceso en el que Acosta tomó parte. En

> el *De procuranda* refuta con vehemencia los errores de Fr. Francisco de la Cruz, sin mencionarle nominalmente (García, 1986, p. 174).

Como se vê, os dois primeiros Concílios Limenhos, celebrados no pontificado de Loaysa, estiveram marcados pelo milenarismo e pelo messianismo, de traço dominicano, fortemente enraizados na figura do dominicano Francisco de la Cruz (1529?-1572?), morto por um processo inquisitorial, em Lima, com a participação de Acosta. Com a morte de Loaysa, Santo Toribio de Mogrovejo (1538-1606) foi nomeado, pelo Papa Gregório XIII (1502-1585), como segundo arcebispo de Lima, em 1579, passando a presidir, então, as reuniões conciliares do 3CL.

Antes, porém, de examinarmos especificamente o 3CL, detenhamo-nos um pouco mais no fragmento a seguir, que apresenta um cotejo entre o 2CL e o 3CL, tomado de Mateos (1947):

> [...] creemos que el concilio de Loaysa supera al de Santo Toribio en profundidad teológica; los preámbulos que preceden a la parte dispositiva suelen contener magníficas síntesis de exposición dogmática, y le aventaja además en que por ser anterior, rotura el terreno y realiza el primer ensayo en grande del derecho canónico indiano; los padres de 1583 hallan ya el terreno preparado y les es más fácil perfilar y pullir. Además es más humano y menos riguroso que el del Santo, pero enérgico y un si es no es escrupuloso. Mogrevejo, que salpica sus decretos de excomuniones y penas pecuniarias, varias de las cuales parecieron excesivas en Roma y fueron moderadas por la Sagrada Congregación. En cambio, el Concilio de 1583 es más breve y más práctico; su obra es menos teológica y didáctica, pero mucho más legislativa; por lo que, aprobado por la Sede Apostólica y robustecido com la confirmación de Felipe II, tuvo la fortuna de regir la disciplina eclesiástica americana durante tres siglos, hasta el Concílio plenario de 1900 (Mateos, 1947, pp. 523-524, *apud* García, 1986, pp. 177-178).

De fato, mais legislativo, prático e breve que o 2CL, o 3CL manteve-se muito mais ajustado aos interesses da empresa colonial espanhola na segunda fase da colonização peruana. Na leitura de Mateos (1947, *apud* García, 1986), o 2CL é mais humano e menos rigoroso, opondo-se ao caráter certamente mais punitivo do 3CL,

salpicado de “decretos de excomuniones y penas pecuniarias, varias de las cuales parecieron excesivas en Roma y fueron moderadas por la Sagrada Congregación”.

3.2.1 Padre José de Acosta e o Terceiro Concílio Limenho

A herança dominicana registrada pela visão humanista e utópica dos primeiros missionários mendicantes foi rapidamente substituída, pelo ideário pragmático dos jesuítas, que chegaram à América em 1568. No contexto jesuítico, segundo interpretação de Elliott (1998), as concepções idealizadas - tipicamente dominicanas - acerca da capacidade espiritual e intelectual dos nativos cederam espaço, rapidamente, “a um senso não menos exagerado de sua incapacidade” (Elliott, 1998, p. 189).

Sem dúvida, padre José de Acosta foi o jesuíta mais influente nesse contexto:

> Los biógrafos de Acosta están prácticamente de acuerdo en que él fue el autor o por lo menos el principal redactor del texto conciliar de 1582-83. Esto me parece cierto en el sentido de que él fue el principal inspirador (García, 1986, p. 206).

De todo modo, Acosta foi o teólogo e o escritor central das atividades desenvolvidas pelo 3CL:

> [...] Acosta tuvo con este libro *De procuranda* la fortuna infrecuente de ver asumidos sus principales puntos de vista en las constituciones de un concilio importante como el de Lima de 1582-83, que estuvo en vigor hasta 1900, de suerte que ambos textos (libro y concilio) se potenciaron mutuamente por cuanto a su impacto se refiere (García, 1986, p. 205).

De fato, segundo informações de García (1986), conforme explicita o fragmento anterior, a obra *De procuranda indorum salute*, publicada em Salamanca, no ano de 1588, sintetiza as diretrizes políticas e doutrinárias do pensamento de Acosta, diretrizes essas que estruturam, ainda, os decretos finais do 3CL.

Na leitura de Agnolin (2007, p. 373), o 3CL pôs fim ao período da conquista e consolidou a hegemonia espanhola sobre a América, fazendo uso da Igreja como instrumento político-institucional e do Cristianismo como instrumento ideológico. Nesse sentido, o rigor e o racionalismo dos jesuítas, conforme assinala Echevarría (2003) - em oposição ao humanismo tipicamente dominicano (Mateos, 1947, *apud* García, 1986) - foi, sem dúvida, muito mais adequado e produtivo aos interesses da coroa espanhola, na segunda fase da colonização peruana. Com os primeiros concílios provinciais limenhos, assistimos à elevação do ideário político e missionário de Las Casas, nomeado bispo de Chiapas em 1544. A política de reconhecimento da humanidade dos indígenas e da consequente proteção de seus direitos foi levada a cabo, pelo dominicano, desde então, o que lhe garantiu colaboradores abnegados - como o primeiro gramático quéchua, Domingo de Santo Tomás -, mas, também, adversários impetuosos, dentre os colonos, conquistadores e *encomenderos* espanhóis.

Enfim, quando, em 1582, afirmou-se o *ius connubbii*, isto é, o reconhecimento da "função humana [...] das missões que desenvolviam uma obra ao mesmo tempo evangélica e civilizadora" (Agnolin, 2007, p. 375), o objetivo nuclear da empresa colonial era corrigir os costumes inaceitáveis dos nativos, elevando-os ao nível de uma verdadeira civilização. Nesse contexto, o 3CL propôs-se a censurar, energicamente, os excessos cometidos pela primeira geração de missionários no Peru colonial (o que incluía os dominicanos). Tratava-se, agora, de responsabilizar os nativos por sua integração ao modelo eurocêntrico de civilidade. Os missionários, é claro, cumpririam com suas tarefas evangelizadoras, auxiliando e orientando os nativos no que fosse necessário, mas, ao indígena, caberia renunciar, em grande parte, à sua cultura e às suas crenças.

Por outro lado, do ponto de vista linguístico, segundo argumentação de Lagorio (2003), o 3CL representou um reordenamento das práticas missionárias e instituiu novas bases para a política linguística na América espanhola. Elaboram-se, nesse Concílio, prescrições linguísticas que levaram à escolha de uma língua geral. Em meio às inúmeras diversidades dialetais registradas, o 3CL sugeriu, pelo que apresenta Lagorio (2003), que se encontrasse uma língua indígena regional, de fácil compreensão e capaz de traduzir os dogmas cristãos de maneira adequada. Após minuciosos levantamentos da dialetologia quéchua, com anotações e observações fonológicas, sintáticas, morfológicas, lexicais e até retóricas, os decretos do 3CL foram competentes em fixar uma nova norma linguística para o Peru colonial:

> [...] a composição do modelo arquetípico da língua quechua se fez a partir da variante cusquenha, que ideologicamente é representada como a língua do centro de poder ou das elites. Porém, devia passar por um processo de depuração das 'esquisitices', formas arcaizantes e obscuridades. Assim, o processo de planejamento produziu uma língua escrita que não se identificava totalmente com qualquer das línguas faladas pelos povos andinos. Entretanto, era uma língua que podia ser lida tanto pelos setores 'ilustrados' do clero quanto pelas autoridades, e ainda por índios ladinos: a leitura era compreendida ao longo de todo o extenso território (Lagorio, 2003, p. 50).

Com efeito, a normatização linguística operada sobre o quéchua, a partir do 3CL, teve longa vigência durante o período colonial. Trechos dos decretos do 3CL, analisados no capítulo posterior, traduzem como isso se deu, efetivamente.

De toda maneira, o 3CL marca, pelo que expusemos até aqui, um momento de virada no processo de colonização da América espanhola, em que a retórica dominicana, de proteção incondicional ao indígena - no ideário lascasiano - é substituída por um discurso jesuítico muito mais pragmático, austero e inflexível, tal como se observa na produção de Acosta.

3.2.2 A Polêmica de *Auxiliis* – a última contenda entre dominicanos e jesuítas nos séculos XVI e XVII

No final do século XVI (início do século XVII), a Polêmica *de Auxiliis* foi uma célebre controvérsia dogmática entre a ordem dominicana e a ordem jesuítica envolvendo Luis de Molina S. J. (1535-1600) e Domingo Bañez O. P. (1528-1604).

De fato, segundo o filósofo e tradutor espanhol Echevarría (2003), essa luta dogmática encobria uma disputa por prestígio e poder entre dois institutos religiosos: o dominicano, já consolidado, e o jesuíta, em crescente ascensão. Paralelamente a esse enfrentamento de caráter mais mundano, Echevarría (2003) indica oposições teológicas objetivas entre as ordens, notadamente no que diz respeito à concepção do livre-arbítrio humano e à atuação da graça divina. Na interpretação de Echevarría, a obra de Molina representa uma luta pela liberdade:

> El hombe debe ser libre. Esta es una necesidad práctica que, frente al fatalismo luterano, implica una limitación de la omnipotencia de Dios e introduce una racionalidad en el mundo, que ya no aparecerá a merced de los vaivenes de la voluntad divina. Así pues, la lucha por la libertad es una necesidad práctica y racional (para los jesuitas), porque Lutero no podia tener razón (Echevarría, 2003, pp. 15-16).

Com efeito, refutando a teologia fatalista de Lutero, que submete a vontade e a ação humanas à vontade e à providência divina, os jesuítas acentuam a importância do livre-arbítrio humano na conquista da graça e da vida eterna. O homem será salvo, desde que sua liberdade individual trabalhe para isso. A racionalidade humana é, nesse modelo, condição essencial para que o homem avalie e escolha os rumos do seu próprio destino.

Certamente, a Polêmica *de Auxiliis* contextualiza, na passagem do século XVI ao XVII, o cenário político e teológico no qual se inserem dominicanos e jesuítas envolvidos na produção gramatical quéchua:

> [...] los jesuitas, con Molina a la cabeza, siguieron los pasos que ya les marcara el fundador de su orden, San Ignacio, así como el propio emperador Carlos V [...] es evidente que estas discusiones no fueron gratuitas, ni puramente especulativas, sino que fueron el tema de su tiempo, el siglo XVI, en el que la teologia fue un pilar fundamental del Império católico español (Echevarría, 2003, p. 16).

Sem a pretensão de nos aprofundarmos nos aspectos teológicos e filosóficos que marcam a Polêmica de *Auxiliis*, recuperamo-la, aqui, como mais uma evidência entre as oposições que marcam o ideário dominicano e o ideário jesuítico no período que contextualiza a emergência da tradição gramatical quéchua. Respondem os textos gramaticais examinados a essas oposições históricas, políticas e filosóficas que dividem dominicanos e jesuítas nos séculos XVI e XVII? Da perspectiva linguística, podemos identificar modelos gramaticais distintos, nos dois casos? Os capítulos subsequentes detêm-se nessas indagações.

3.2.3 A Rebelião de Tupac Amaru e as ideias libertárias do século XVIII

Durante o século XVIII, observa-se, na sociedade colonial peruana, um fenômeno cultural que Rowe (1954) batiza como “movimento nacional inca”. Para o autor, tal movimento, liderado pela nobreza incaica e empenhado na ressignificação das tradições do império inca - por meio de expressões artísticas como o teatro e a pintura -, trouxe como consequência a Rebelião de Tupac Amaru, iniciada em novembro de 1780 e concluída em abril de 1781, com a morte de seu líder - José Gabriel Condorcanqui (1740-1781).

Com efeito, Condorcanqui conclamando-se bisneto do último imperador inca - Tupac Amaru (1545-1572), assassinado pelos espanhóis na primeira fase da conquista continental - mudou seu nome para Tupac Amaru II, influenciado pelas ideias iluministas do século XVIII com as quais teve contato como aluno da Universidade de São Marcos, no Peru. O líder revolucionário organizou o movimento emancipacionista (Rebelião de Tupac Amaru) que contou, inicialmente, com o apoio da elite *criolla*: em pouquíssimo tempo, milhares de mestiços, indígenas, escravos e colonos empobrecidos decidiram desobedecer às exigências tributárias da coroa castelhana, promovendo uma forte insurreição em terras sul-americanas.

Ainda que sufocada a Rebelião e assassinados milhares de seus seguidores, as ideias libertárias, por ela desencadeadas, espalharam-se pelo Alto Peru fazendo com que os espaços quéchuas e aymarás estivessem convulsionados até 1782, segundo informações de Prado (2003, p. 27). Diante da aristocracia branca limenha, a Rebelião de Tupac Amaru propôs um programa estruturado por três pontos centrais: a expulsão dos espanhóis e de toda sua organização administrativa; a restituição do império inca e da aristocracia incaica local; a transformação da economia, pela supressão da *mita* indígena[7] e pela liberdade do comércio (cf. Prado, 2003, p. 27).

De fato, a insurreição indígena destruiu, com violência inédita, propriedades espanholas e símbolos variados da dominação, sem distinguir entre os ricos, fossem eles peninsulares ou *criollos*:

> A derrota da rebelião deixou marcas profundas. De um lado, entre os *criollos*, um verdadeiro terror diante da possibilidade de novas rebeliões. Da parte dos índios, os resultados foram devastadores: desde 1782 se suprimiram os títulos de nobreza incaica e determinou-se a explícita proibição entre as populações indígenas de qualquer tipo de manifestação que pudesse servir para reviver as tradições incas. Os indígenas foram até mesmo proibidos de se auto-identificarem como incas quando falavam os

[7] A mita indígena era uma espécie de trabalho compulsório herdado dos incas pelos espanhóis.

> seus nomes. Os nobres incaicos terminaram política e economicamente derrotados. Restou apenas a esperança messiânica indígena, com sentimentos populares que persistiram mesmo que de maneira subterrânea. (Prado, 2003, p. 27)

Daí em diante, como afirma Prado (2003, p. 27), seriam os *criollos* que se encarregariam da tarefa de exaltar o passado do Império Inca, reproduzindo suas tradições e seus símbolos, como estratégia retórica durante o período da independência. Segundo informações da autora, o argentino Manuel Belgrano (1770-1820) e o venezuelano Francisco de Miranda (1750-1816) chegaram mesmo a propor, embora sem repercussão, a constituição de um regime monárquico incaico, depois de efetivada a independência (cf. Pardo, 2003, p. 27).

Com efeito, Juan Pablo Viscardo y Guzmán (1748-1798) foi o primeiro *criollo* a defender, de maneira direta, a independência das colônias espanholas em relação à sua metrópole. O jesuíta peruano, exilado na Itália desde 1767, abandonou a Ordem de Inácio de Loyola e radicou-se na Inglaterra, onde faleceu, antes de completar 50 anos. Entre 1791 e 1792, escreveu a importante *Carta dirigida aos espanhóis-americanos*, editada por Francisco de Miranda, em Londres, no ano de 1801 (cf. Simmons, 1983, pp. 79-94). Nesse texto, fez crítica arrasadora à coroa castelhana e à burocracia colonial - como o vice-rei do Peru, Francisco de Toledo (1515-1584) -, considerando-o um tirano impiedoso no trato com os incas. Denunciou, veementemente, a opressão, o despotismo e a violência dos colonizadores espanhóis de seu tempo. Uma frase da *Carta* tornou-se famosa - entre os rebeldes independentistas do século XIX - sobre os abusos da coroa castelhana em terras americanas: "Nossa história pode ser expressa em quatro palavras: ingratidão, injustiça, servidão e desolação" (Simmons, 1983, p. 121). Em outubro de 1782, escreveu ao governo britânico propondo o envio de uma expedição à América com a finalidade de reconstituir o trono dos incas. Em referência à Rebelião de Tupac

Amaru, Viscardo y Guzmán condenou a brutalidade da execução de suas lideranças, argumentando que os verdadeiros e legítimos donos dos territórios americanos eram os incas (cf, Prado, pp. 25-26).

Prado (2003) cita, igualmente, outros *criollos* sul-americanos que, durante os movimentos independentistas desse período, foram responsáveis por produzir textos políticos em defesa da soberania das colônias espanholas: é o caso do advogado, jornalista e militar argentino - José Bernardo Monteagudo (1789-1825) - em seu *Diálogo entre Atahualpa e Fernando VII nos Campos Elíseos*, de 1809 (cf. Pardo, 2003, pp. 15-34). De qualquer forma, as ideias iluministas, fortalecidas com a Revolução Francesa (1789-1799), e a insurreição peruana, levada a cabo com a Revolta de Tupac Amaru (1780-1781), foram ingredientes centrais na consolidação do processo da independência e no surgimento dos Estados Nacionais, durante o século XIX.

3.2.4 A Real Cédula de 1768 e a educação no Século das Luzes

Registre-se, por fim, no que confere ao século XVIII, a importante redefinição da política linguística colonial espanhola, ordenada por Carlos III (1716-1788), com a Real Cédula de 23 de junho de 1768.

De fato, segundo informa Sueiro Justel (2002; 2002a), a estrutura político-administrativa, na Espanha, no decurso do Século das Luzes, seguia o modelo francês a partir da Casa de Bourbon, com o estabelecimento de um estado uniforme, do ponto de vista cultural, político e linguístico. Desse modo, a política linguística imposta às colônias americanas era um reflexo daquela praticada na Península:

> Así, una Real Cédula de 23-6-1768 de Carlos III ordena que la enseñanza primaria y secundaria se impartiese en toda España en el idioma *general*, al

> mismo tiempo que ordenaba que las sentencias de la Audiencia de Barcelona, que se dictaban hasta entonces en latín, se redactaran en adelante en español. Además de este decreto nos podemos encontrar con otros tan ilustrativos como uno de 1772 que impone el castellano en la contabilidad pública, o una Real Cédula de 1801 que prohibe las apresentaciones teatrales en cualquier lengua que no sea el español. Estamos, pues, ante una política que busca la uniformidad linguística. (Sueiro Justel, 2002a, pp. 59-60)

A uniformidade linguística objetivada pela Coroa de Castela impunha-se, sobretudo, no campo educacional. As escolas destinadas aos nativos americanos eram utilizadas como instrumento ideológico de destruição linguística e cultural (cf. Sueiro Justel, 2002a, p. 60). Ademais, o sistema educativo vigente não estabelecia ensino de igual qualidade para todos:

> Los mismos religiosos que trataban de llegar a las capas más amplias de la población en su lengua educaban de forma diferente a las clases dirigentes. A los hijos de los reyes, señores principales y caciques se tendía a darles una educación más completa, se les recogía como internos en colegios, se les enseñaba gramática (lengua y literatura latinas), retórica, poética, lógica, filosofía, medicina, lengua castellana y lengua general, con amenazas de sanciones para aquellos caciques que no escolarizasen a sus hijos en castellano [...] Mientras, las escuelas destinadas al resto de la población son desatendidas o sufren un deterioro paulatino dada la escasez de recursos que se les dedica. (Sueiro Justel, 2002a, p. 60)

Como se sabe, a educação alcança, no Século das Luzes, um papel muito mais importante no cenário político e institucional. Mészáros, em texto publicado em 2008 - *A educação para além do capital* - discute o papel das Instituições de ensino, no decurso da perspectiva liberal, herdeira da Ilustração.

Com efeito, para construir seu argumento, o autor confronta dois posicionamentos distintos, em relação à finalidade dos sistemas educacionais modernos: o primeiro do revolucionário José Martí (1853-1895) - político, pensador, jornalista e filósofo nascido em Havana, criador do Partido Revolucionário Cubano (PRC) e combatente pelas guerras de independência de Cuba, no século XIX; o segundo do

filósofo inglês e ideólogo do liberalismo, John Locke (1632-1704), cuja obra representa, em boa medida, o empirismo de linha britânica, nos séculos XVII e XVIII.

Martí concebe a educação de uma perspectiva crítica, denunciando, abertamente, o caráter conservador e autoritário das Instituições de Ensino modernas:

> Se viene a la tierra como cera, - y el azar nos vacía en moldes prehechos. - Las convenciones creadas deforman la existência verdadera [...] Las redenciones han venido siendo formales; - es necesario que sean esenciales [...] La libertad política no estará asegurada mientras no se asegura la libertad espiritual. [...] La escuela y el hogar son las dos formidables cárceres del hombre. (Martí, *Obras Completas*, *apud* Mészáros, 2008, p. 24)

Contrariamente a Martí, Locke encontra, na educação, uma estratégia para o combate à corrupção dos hábitos e ao relaxamento da disciplina, com o intuito de manter os pobres no trabalho, afastados da libertinagem:

> [...] o crescimento do número de pobres [...] nada mais é do que o relaxamento da disciplina e a corrupção dos hábitos; a virtude e a diligência são como companheiros constantes de um lado, assim como o vício e a ociosidade estão de outro. Portanto, o primeiro passo no sentido de fazer os pobres trabalhar [...] deve ser a restrição da sua libertinagem mediante a aplicação estrita das leis estipuladas [por Henrique VIII e outros] contra ela. (Locke, *Memorandum on the reform of the poor law*, *apud* Mészáros, 2008, p. 40)

E continua:

> Os filhos das pessoas trabalhadoras são um corriqueiro fardo para a paróquia, e normalmente são mantidos na ociosidade, de forma que geralmente também se perde o que produziriam para a população até eles completarem doze ou catorze anos de idade. Para esse problema, a solução mais eficaz que somos capazes de conceber, e que portanto humildemente propomos, é a de que, na acima mencionada lei a ser decretada, seja determinado, além disso, que se criem escolas profissionalizantes em todas as paróquias, as quais os filhos de todos, na medida das necessidades da paróquia, entre quatro e treze anos de idade... devem ser obrigados a frequentar. (Locke, *Memorandum on the reform of the poor law*, *apud* Mészáros, 2008, p. 42)

De fato, saltam aos olhos as diferenças das posições examinadas: Martí ocupa-se da educação essencial (não formal), libertária, emancipatória, *para além do capital*, pelas palavras que intitulam o ensaio de Mészáros (2008); Locke, por outro lado, contempla, na educação, um instrumento coercitivo no sentido da profissionalização e da restrição do vício e da ociosidade. Certamente, o liberalismo econômico de Locke condiz com a necessidade crescente de formação de mão de obra no contexto do capitalismo global. Tais preocupações - como demonstraremos no Capítulo posterior - apresentam-se, de forma semelhante, na argumentação de alguns gramáticos quéchuas do século XIX, como Nodal (1872) e Anchorena (1874). A produção gramatical quéchua, na fase republicana, espelha, em boa medida, a perspectiva liberal no campo da educação, por meio do ensino da língua geral andina aos cidadãos da América independente.

De qualquer maneira, no século XVIII, em decorrência, de um lado, da imposição do espanhol e, de outro, da proibição do ensino das línguas indígenas, pela Real Cédula de 1768, assistiremos, em terras americanas, a uma visível contenção da produção gramatical quéchua. De fato, inexistem gramáticas produzidas sobre a língua geral andina após a Cédula de 1768: a última Arte quéchua colonial foi escrita por Nieto Polo, em 1753. A primeira gramática quéchua da etapa republicana é elaborada por Mossi, no ano de 1857.

3.3 A herança republicana

Uma pequena revisão da historiografia sobre a independência das colônias espanholas da América, segundo Prado (2003), é essencial para que nos aproximemos, de modo mais cuidadoso, dessa intrincada problemática:

> Consensualmente, apenas se pode afirmar que a independência é vista como momento da quebra da dominação política exercida pela metrópole e do nascimento dos Estados Nacionais. Tema, ainda, atravessado por paixões político-ideológicas, tanto da parte daqueles que defendiam uma perspectiva oficialista e ufanista, que no século XIX elegeram os heróis que comporiam os panteões nacionais, como da parte de uma historiografia crítica, que em particular nos anos 1960 e 1970 entendeu a independência como um movimento destituído de significativa relevância, pois não teria propiciado a ruptura das grandes estruturas que continuariam a manter a dependência do continente. (Prado, 2003, p. 15)

De fato, da perspectiva de Prado (2003), existem duas correntes na historiografia sobre a independência americana que, de maneira oposta, defendem, ambas, concepções extremistas para tal processo histórico que atravessa o século XIX. De um lado, estão os oficialistas e os ufanistas, que entendem o fenômeno como um marco decisivo na emancipação americana, coordenado por legítimos heróis da independência, como Simón Bolívar (1783-1830) e José de San Martín (1778-1850). De outro, encontra-se parte da historiografia crítica, notadamente desenvolvida nas décadas de 60 e 70, segundo a qual os movimentos independentistas do período seriam desprovidos de quaisquer significados relevantes, uma vez que não teriam feito mais do que manter - ou mesmo aprofundar - a dependência dos americanos em relação aos europeus.

Com efeito, Dalfré (2001), identificando essas mesmas correntes mencionadas por Prado (2003), destaca a importância da historiografia de 60 e 70 na desconstrução de um discurso mítico associado aos "heróis da independência", sem deixar de reconhecer, entretanto, o viés maniqueísta dessa historiografia crítica - que não leva em consideração aspectos regionais, sócio-econômicos e culturais relacionados aos indígenas, mestiços, mulatos e negros, todos co-partícepes do processo histórico em questão (cf. Dalfré, 2001, p. 2). Opinião semelhante encontra-se em Ianni (1988), ao postular a necessidade de uma interpretação mais atenta para a questão nacional, na

América Latina, que leve em conta as distintas peculiaridades regionais, culturais e econômicas, em cada contexto particular (cf. Ianni, 1988, p. 5).

Como alternativa a essas duas perspectivas da historiografia - marcadas, igualmente, por leituras apaixonadas sobre o processo da independência sul-americana - Prado (2003) sugere uma abordagem historiográfica receptiva à multiplicidade de aspectos políticos e culturais representativos do processo em questão. De modo semelhante, partiremos, no Capítulo posterior, da análise dos prólogos dos textos gramaticais quéchuas editados no período da pós-independência, para avaliar, de um ponto de vista político e cultural, os posicionamentos dos autores em relação ao projeto republicano vigente em cada contexto.

Segundo leitura de Prado (2003), de qualquer forma, os processos de independência, na América Latina, sublinham uma etapa na história do continente em que a utopia e o desejo de mudança alcançam a todos, letrados e parcelas empobrecidas da população:

> Para concluir, penso que o movimento de independência abriu possibilidades diversas para os que viveram naquele período. Tempos de sonhos, tempos de escolha. Sonharam os letrados ilustrados que expressaram suas utopias em escritos como aquele que leva por título: "Soñava el Abad de San Pedro y yo también se soñar", do guatemalteco José Cecílio Del Valle que, em 1822, propunha a unidade americana. A mesma unidade idealizada por Simón Bolívar, que acreditara que a liberdade faria a América Meridional desabrochar e florescer. Sonharam os mais pobres, que alimentaram expectativas de mudança da ordem existente, de uma inversão da realidade. Ao começar o século XIX, vários murais limenhos, um deles atribuído ao pintor popular Pancho Fierro, retratava a imagem do "mundo ao contrário": o réu aparecia aguardando o juiz, o usurário exercendo a caridade, os touros provocando o toureiro. (Prado, 2003, pp. 31-32)

Com efeito, idealizando o "inverso da realidade" - como imagem do "mundo ao contrário" - os pobres do continente americano - índios, negros e mulatos - sonharam, ao lado de homens letrados, com as possibilidades que se abriam com o advento da

independência e da proclamação das repúblicas locais. A história, entretanto, testemunhou, para os povos da América, uma desilusão comparada à de Bolívar, que, 15 dias antes de morrer, afirmara: "fazer a revolução na América do Sul é arar no mar" (cf. Prado, 2003, p. 32).

De fato, Prado (2003) menciona líderes independentistas americanos que, com as dificuldades e as limitações reais do processo emancipatório, entregaram-se à políticas autoritárias típicas do notável caudilhismo sul-americano. Segundo Prado (2003), Simón Bolívar e José Bernardo Monteagudo (1789-1825) são bons exemplos disso: contrariando uma juventude devotada a projetos democráticos e genuinamente progressistas, em nome dos povos da América, ambos os revolucionários sucumbiram, na maturidade, frente a práticas despóticas, de caráter antidemocrático, que marcaram, profundamente, o fim de suas atividades políticas. Relativamente a Monteagudo, Prado (2003) afirma o seguinte: "Sua trajetória política seria, desafortunadamente, um modelo precursor de tantos outros revolucionários latino-americanos, nos séculos XIX e XX, que deixaram de sonhar e de ter esperança" (Prado, 2003, p. 32).

Nesse contexto republicano, carregado de sonhos, desilusão e, efetivamente, poucas possibilidades, assistiremos ao renascimento da produção gramatical quéchua, agora com interesses diversos, voltados, sobretudo, para a integração das populações nativas marginalizadas, tendo em vista, essencialmente, a formação de mão de obra para a burocracia e a institucionalização emergente dos Estados Nacionais recém-constituídos. A língua e a cultura andina, nesse novo contexto, assumem, aqui e ali, representações diferenciadas, especialmente se tomadas em paralelo com as simbologias próprias do período colonial.

Com efeito, Friedrich Heinrich Alexander, Barão de Humboldt (1769-1859), é uma das figuras centrais na criação de novas imagens para o continente americano,

durante o século XIX. Alexander von Humboldt, como era mais conhecido, é irmão mais jovem do ministro e linguista prussiano - Wilhelm von Humboldt (1767-1835). Como naturalista e explorador alemão, Alexander von Humboldt desenvolve-se e especializa-se em diversas áreas. Foi etnógrafo, antropólogo, físico, geólogo, mineralogista, botânico, vulcanólogo e humanista, tendo lançado as bases de ciências como a geologia, a climatologia e a oceanografia. Humboldt é responsável, ainda, como veremos na sequência, pela "reinvenção da América", naquilo que Gerbi (1960) denomina como "a disputa pelo Novo Mundo".

3.3.1 Humboldt e a reinvenção da América

Cristóvão Colombo (1451-1506) chegou à América em 1492. Três séculos depois, em 1799, chega, à mesma região, Alexander von Humboldt. O primeiro buscava os domínios do Grande Khan, de que falava Marco Pólo (1254-1324). O segundo chegava a um mundo já conhecido pelos cientistas e classificado, por alguns pensadores, como Buffon (1707-1788) e De Pauw (1739-1799), como imaturo. Distintas concepções de mundo motivavam esses dois viajantes: Colombo tinha por modelo as viagens de Marco Pólo às Índias; Humboldt, as românticas e evasivas aventuras de Emílio, de Rousseau (1712-1778), e de Werther, de Goethe (1749-1832). O primeiro era motivado pela coroa espanhola a buscar ouro, prata e especiarias. O segundo, mandado à América pelo mesmo reino de Espanha, era movido pelo espírito científico da modernidade. Humboldt e seu companheiro de viagem, Aimé Bonpland (1773-1858), ficam no continente americano de 1799 a 1804. Nesse período, estudam detalhadamente vários aspectos da diversidade física, geográfica e humana, das regiões por onde passam. A rota dos dois viajantes inicia-se em Cumaná, na atual Venezuela, e

estende-se por Caracas, Llanos, Orenoco, Amazonas, Cuba, Chimborazo, Cajamarca e Nova Espanha (México). *Relation historique du voyage aux régions équinoxiales du nouveau continente*, publicada originalmente em 1805, é a obra que resume todas as descobertas científicas feitas por Humboldt e Bonpland na América (cf. Humboldt & Bonpland, 1825).

Segundo Ventura (1991), em *Estilo Tropical*, firmaram-se, desde os anos quinhentos, diferenças fundamentais entre as representações do Velho e do Novo Mundo, no que tange à sua formação natural e humana. No entanto, se o viajante do século XVI responde à égide da moral cristã, o explorador do século XVIII e XIX busca por novos conhecimentos que alimentem suas concepções filosóficas e científicas.

Muitos especialistas reconhecem, a partir do final do século XVIII, início do XIX, um segundo movimento expansionista, uma segunda redescoberta da América, fundamentada por interesses ligados ao Iluminismo europeu. Pela análise de Gerbi (1960), por exemplo, essa fase caracteriza aquilo que o autor denomina como a "disputa do Novo Mundo":

> Essa disputa, ao seu ver, dividiu-se em dois momentos: o primeiro lança as teses da 'debilidade' ou 'imaturidade' natural do continente americano com a Histoire Naturelle, Générale et Particulière, de conde de Buffon. As idéias desse naturalista francês, bem como as de seus maiores interlocutores, os abades Cornellius de Pauw e Guillaume Raynal, alicerçam os marcos inaugurais da controvérsia, ao defenderem a imagem da inferioridade e da debilidade da terra e do homem americano, de degradação irreversível, como uma das 'regras mais importantes deste primeiro passado humano do Novo Mundo'. [...] A segunda etapa é sinalizada pelo surgimento de novas interpretações da natureza e do 'selvagem' americano, em que se procura dissolver os argumentos depreciativos. Enquanto a Europa impõe o seu papel de propulsora das Luzes, o cenário da polêmica aumenta com o nascimento dos Estados Unidos, o movimento Sturm und Drang, o processo de independência política das colônias e o Romantismo europeu. (Lisboa, 1999, pp. 56-57)

Humboldt sintetiza, nesse contexto, a inversão da imagem negativa do continente americano, nessa segunda etapa da "disputa pelo Novo Mundo", como

sugere Gerbi (1960). As observações empíricas dos objetos da natureza motivam, em Humboldt e Bonpland, o questionamento das abordagens de Buffon e De Pauw, sobretudo no que diz respeito à juventude do novo continente e à imaturidade e insalubridade de sua natureza. A relevância da obra de Humboldt reside, ainda, no fato de atribuir a essa natureza americana a qualidade de objeto de pesquisa científica, dado inédito até aquele momento.

Entretanto, Gerbi (1960) também chama atenção para algumas teses decadentistas de Humboldt, pelas quais os povos americanos seriam descendentes de um passado muito mais glorioso e de uma civilização superior. Essas teses decadentistas do naturalista alemão indicam um juízo de valor que está pressuposto no trabalho de Humboldt: é preciso reconhecer e hierarquizar culturas melhores e piores, mais ou menos estruturadas, superiores e inferiores.

Humboldt é frequentemente reconhecido como um dos veículos pelos quais o pensamento eurocêntrico (agora determinado, em grande parte, pelo cientificismo e pelo empirismo do século XIX) chega à América, imbuído pelos sonhos expansionistas do redescobrimento. Todavia, os processos históricos e sociais são de natureza complexa: se, de um lado, Humboldt abre espaço para a penetração europeia direcionada por anseios neocolonialistas, por outro, inspira americanos em seus projetos de independência. São conhecidas, por exemplo, as relações entre Humboldt e Simón Bolívar. Há cartas que confirmam um contato considerável entre os dois e a admiração de Bolívar em relação a Humboldt. Por atacar moralmente a escravidão, praticada em terras americanas, e divulgar, por toda a Europa, as belezas e potencialidades do Novo Continente, Humboldt representava, a certa altura, para Bolívar, um modelo de homem sábio e progressista.

Desse modo, a expedição de Humboldt e Bonpland, de 1799 a 1804, marca profundamente a consciência americana. Mas, mais do que isso: inaugura uma nova visão europeia sobre a América, a partir, inclusive, de análises e observações feitas pelos próprios americanos e incorporadas, nem sempre a contento, por Humboldt, em seus trabalhos:

> Cuando Humboldt vino en 1803 a estudiar a México, se encontró con que los propios mexicanos ya lo habían empezado a estudiar, conforme a un método científico, y aprovechó cuanto dato pudo reunir en menos de un año para hacer su magnífico *Ensayo Político sobre la Nueva España*. Esta obra es una sistematización de los datos para lograr el conocimiento de México en una síntesis general. Ciertamente es la obra de un alemán, que aplica el método y el rigor de la disciplina germánica. Su visión de México es la de un europeo, pero es de justicia hacer notar que en esa obra han colaborado secretamente los sabios mexicanos del siglo XVIII a quienes Humboldt, sin citarlos, debe mucha información sobre diversas cuestiones que trata en su libro. (Samuel Ramos, *Historia de la filosofía en México*, *apud* Ortega Y Medina, 1960, p. 7)

3.3.2 Humboldt e a filologia comparativa do século XIX

Seguramente, as publicações de Alexander von Humboldt contribuíram para popularizar as idéias de seu irmão mais velho - Wilhelm von Humboldt -, durante o século XIX. Os trabalhos de Wilhelm von Humboldt fundamentaram um projeto científico que constituiu as bases da antropologia e da linguística comparativa praticadas à época. Segundo argumentação do linguísta prussiano, o *gattungscharakter* da humanidade, isto é, o caráter da humanidade como espécie, realiza-se, historicamente, "em uma variedade quase ilimitada de *nationalcharaktere* (caracteres nacionais) ou *volkscharaktere* (caracteres de povos) que, por sua vez, refletem-se diretamente nos costumes, nas crenças, nas línguas e nas artes de cada povo e época" (Frank, 2005, p. 565). A partir desse pressuposto, o linguista propõe que se estudem os condicionamentos metafísicos do espírito humano, por meio da observação empírica

dos inúmeros elementos culturais, linguísticos e ambientais ligados à existência de diferentes povos. Essa observação empírica, holística e não reducionista, recairá, inevitavelmente, sobre os *nationalcharaktere*, sobre os *volkscharaktere* e sobre contextos históricos e sociais distintos. Entretanto, para o pensamento de Humboldt, por trás de toda essa diversidade, de toda essa complexidade, o verdadeiro cientista é aquele capaz de reconhecer o *gattungscharakter* da humanidade, onde quer que ele desenvolva sua pesquisa (cf. Frank, 2005).

Tal orientação metodológica fundamenta a obra *Kosmos*, de Alexander von Humboldt - um tratado sobre ciência e natureza, resultado de uma série de aulas do explorador alemão na Universidade de Berlim, publicado em cinco volumes entre 1845 e 1862. Nesse texto, o autor procura provar que tudo está inter-relacionado, por uma força unificadora singular da natureza. *Kosmos* é a última obra de Humboldt, uma obra de síntese, na qual o naturalista alemão dedica-se a promover o aperfeiçoamento da humanidade, procurando disseminar o *know-how* técnico e disponibilizar, a todas as nações, os benefícios da ciência (cf. Humboldt & Bromme, 1845).

Como a compreensão do caráter da humanidade só pode ser acessada pelo estudo comparativo dos caracteres nacionais de povos distintos, a antropologia e a linguística comparada ganham uma importância central nesse modelo. Tudo interessa ao pesquisador: dados sobre o contexto físico e cultural, aspectos ligados à lingua e à mitologia, observações relativas à Geografia, à Mineralogia, à Etnografia etc. Todas as especificidades guardam o universal. Sem a investigação comparada sobre o particular, não se chega à unidade que liga todas as coisas e define o *gattungscharakter* da humanidade[8].

[8] Sabe-se que a orientação epistemológica que direcionava os trabalhos dos irmãos Humboldt, no século XIX, atrairá N. Chomsky, no século XX: a busca do universal no específico, do geral no particular.

As ideias dos irmãos Humboldt lançaram as bases para a exploração americana pelos naturalistas europeus, no século XIX. Impressionam a quantidade de assuntos tratados e a abordagem minuciosa desses assuntos em *Relation historique du voyage aux régions équinoxiales du nouveau continente* (cf. Humboldt & Bonpland, 1825). A pesquisa detalhada e atenta de aspectos fisícos e culturais múltiplos está plenamente justificada pelo modelo científico em questão, no qual a filologia e a antropologia comparadas jogam papel fundamental na busca pelo caráter da humanidade como espécie.

Como membros da classe dos *Bildungsbürgertum* - burguesia de educação ou de formação na Alemanha da época - os Humboldt acreditam na ciência como motor para o desenvolvimento da humanidade:

> A principal característica da classe foi, é claro, a sua Bildung, conceito que no alemão da época significava muito além de 'educação formal'. Na realidade, o Bildungsideal visou em relação a ela e de maneira central o aperfeiçoamento sistemático (consciente e constante) da Seele (alma, espírito) de cada um de seus integrantes, via o trabalho dedicado, o estrito autocontrole (disciplina, austeridade) e os estudos continuados (leitura) nos campos tanto das ciências (principalmente filosofia e história) como da poesia – ideal considerado plenamente pelos grandes filósofos-poetas alemães do século XVIII (de Lessing a Goethe). Filosoficamente idealista, politicamente liberal e humanista no que dizia respeito ao ético-moral, os Bildungsbürger entenderam-se como elite não em contraste com o 'povão', mas em função dele. (Frank, 2005, pp. 563-564)

De fato, o cientificismo humboldtiano está fortemente marcado, como vimos, por um pensamento universalista, holístico. Com o avanço do capitalismo mundial, a ciência, sobretudo a ciência de caráter empírico, alcança um poder e uma influência jamais vistos até então. A institucionalização do conhecimento científico, organiza, a partir daí, o eixo mesmo dos principais modos de produção e da escalada capitalista internacional, estimulando o segundo movimento de globalização empreendido pela

Europa, nesse contexto: a globalização de caráter industrial e neo-colonialista do século XIX.

Movido entre a ciência e o romantismo, entre a investigação empírica e a poesia, Alexander von Humbldt será o responsável pela inversão da imagem negativa da América, sustentada, até aquele momento, pelas idéias de Buffon e De Pauw, tal como indicamos anteriormente. Nesse sentido, Humboldt reinventa a América. As proclamadas riquezas do Novo Continente vão estimular, paradoxalmente, os ímpetos de liberdade de homens americanos, assim como os interesses econômicos e expansionistas europeus. Daí a complexidade sempre presente na obra e na biografia do naturalista alemão.

No que diz respeito à produção gramatical quéchua desenvolvida no século XIX, demonstraremos, no Capítulo IV, a seguir, que as perspectivas universalistas e comparatistas dos irmãos Humboldt ressoam, por exemplo, na obra do missionário italiano Don Miguel Angel Mossi (1819-1895) - *Manual del idioma general del Perú. Gramática razonada de la lengua qíchua; comparada con las lenguas del antigo continente* - publicada em Córdoba, na Argentina, no ano de 1889. Assim como os Humboldt, Mossi (1864) acredita no "farol da filogogia" como estratégia linguística contrastiva eficiente na busca pelos elementos universais da linguagem verbal (cf. Mossi, 1864, p. 21).

Por outro lado, tendo em vista, principalmente, os textos prefaciais das gramáticas quéchuas selecionadas para esta Investigação, avaliaremos, nas seções posteriores, quais retóricas assumem os autores examinados, no século XIX: alinham-se a Buffon e a De Pauw, destacando a imaturidade e a decadência do continente americano? Ou, a exemplo de Humboldt, exaltam as riquezas e as potencialidades do

Novo Continente, ainda que num quadro idealista perpassado pela ideia de hierarquização das culturas e das línguas?

Além de Humboldt - em viagem pela América entre os anos de 1799 e 1804 - outros destacados exploradores europeus, como Jakob Von Tschudi (1818-1889) e Clements Markham (1830-1916), visitaram terras sul-americanas: o primeiro em 1838 e o segundo de 1852 a 1853. Tschudi é citado textualmente no projeto gramatical de Anchorena (1874); Markham, por sua vez, produz uma gramática e um vocabulário quéchua (cf. Markham, 1864), depois de documentar, em texto de 1856, aspectos da história, da língua, da literatura e da cultura inca, como resultado das observações empreendidas durante sua expedição (cf. Markham, 1856).

De todo modo, neste Estudo, consideraremos o ideário de Humboldt, apresentado sinteticamente, neste Capítulo, como critério para examinar a imagem que os gramáticos quéchuas do século XIX constroem para o homem e a língua andina. Humboldt marcou, em boa medida, a consciência americana, ajudando a construir novos caminhos da modernidade em terras além-mar. A compreensão do século XIX, principalmente no que se refere à linguística a à antropologia, é devedora da presença e da penetração dos Humboldt no cenário científico mundial.

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO IV

A HISTÓRIA QUE CONTAM OS TEXTOS PREFACIAIS DAS GRAMÁTICAS QUÉCHUAS PRODUZIDAS ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX - POLÍTICA LÍNGUÍSTICA E DISCURSO GRAMATICAL

Depois da pequena contextualização desenvolvida nas seções anteriores, objetiva-se, neste quarto Capítulo, examinar os prólogos que servem à gramaticografia quéchua fixada para esta Investigação. Tais prólogos foram reunidos em três grupos distintos, tendo em vista, fundamentalmente, a periodização estabelecida neste contexto: aqueles que representam a fase dominicana, entre o Primeiro e o Segundo Concílios Limenhos; aqueles enquadrados na fase jesuítica, no período colonial posterior ao Terceiro Concílio Limenho; e aqueles produzidos no contexto republicano, após a independência das nações sul-americanas.

Tal como explicitamos no segundo Capítulo, são três os conjuntos de parâmetros que servem à análise dos textos prefaciais em questão: o primeiro diz respeito à política linguística, em âmbito colonial e republicano, que orienta a produção gramatical dos autores; o segundo, à imagem da língua e do homem quéchua que emerge em cada discurso gramatical específico; o terceiro, ao tratamento da variação linguística evidenciado em cada caso.

Como metodologia de trabalho, operamos, neste quarto Capítulo, com categorias analíticas clássicas da linguística da enunciação e da semântica do discurso, como os conceitos de inferência (pressupostos e subentendidos), seleção lexical e valor afetivo dos vocábulos, intencionalidade enunciativa, debreagem enunciva e enunciativa, efeito de objetividade e subjetividade, dentre outros, de modo a flagrar os objetivos centrais dos diversos enunciadores em seus contextos discursivos e gramaticais próprios (cf. Fiorin, 1999; Firon, 2004; Fiorin, 2005; Levinson, 2007)

Em ordem cronológica, apresentamos, a seguir, os resultados obtidos de nossas análises.

4.1. Textos prefaciais da fase dominicana - o primeiro prólogo de Santo Tomás (1560)

O primeiro dos prólogos da gramática de 1560 inicia com uma dedicatória a Felipe II (1527-1598):

> A LA S.M. DEL REY NUESTRO SEÑOR DON PHILIPPE (segundo deste nombre) En el qual el Maestro Fray Domingo de Sancto Thomás, de la Ordem de Sancto Domingo, le dirige y offresce la Grammatica o Arte, que ha compuesto de la lengua general de los Indios del Perú. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 5)

Na sequência, identificados os principais atores da enunciação que se prenuncia, segue-se uma justificativa moral para o trabalho linguístico desenvolvido:

> EL armonía y orden, V.M., que Dios nuestro señor puso en las cosas dende que las crió (ocupando cada una en su officio, de tal manera que unas a otras se ayudassen y todas sirviessen a la máchina del universo) nos enseñan que ninguno de los hombres ha de estar occioso ni occupado en sola su utilidad privada sino también en la de su próximo y república. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 5)

De fato, o parágrafo introdutório da gramática dominicana, na transcrição anterior, organiza-se por uma proposição de caráter moral: o enunciador afirma que nenhum homem deve permanecer ocioso, ou ocupado apenas com seus interesses pessoais; ao contrário, à semelhança do que ocorre com a natureza, o homem deve tomar seu lugar na "máquina do universo" de tal forma que, por seu ofício, contribua com os desígnios de Deus, resistindo, dessa maneira, às ambições de ordem estritamente pessoais e dedicando-se à construção coletiva.

Com efeito, o enunciador, por essas palavras introdutórias, enceta-nos a construção do *ethos* enunciativo que dará suporte a seu projeto gramatical. A gramática quéchua, ora apresentada ao rei, é fruto do trabalho de um sujeito que não cede aos impulsos de suas necessidades privadas, mas, antes, ocupa-se das carências de seus semelhantes. O enunciador constrói, desse modo, para si mesmo, uma imagem de retidão, de honradez, de lisura, bem conforme à moral cristã com a qual se identifica.

Em contrapartida, a presença do vocativo do tipo apelativo, "V.M.", segundo a classificação apresentada por Levinson (2007, p. 87), retoma o destinatário privilegiado nesse contexto. O pronome de tratamento utilizado marca a dêixis social (Levinson, 2007, p. 110), codificando os papéis assumidos pelos participantes dessa situação comunicativa concreta.

Dois argumentos de autoridade dão seguimento à constução do *ethos* do enunciador:

> Y de aquí vino a dezir el gran philósopho Eurípides que lo mismo quería dezir hombre occioso que mal ciudadano. Y el divino / [fol. IIv.] Platón dezía que el que passava la vida sin emplearla en utilidad de la república bivía en balde. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 5)

Tomando como exemplo Eurípides e Platão, o enunciador condena o homem ocioso, que é, também, no seu ponto de vista, mau cidadão. As referências às duas autoridades reforçam e realçam a imagem de integridade do enunciador. A oposição entre ócio e trabalho, evidenciada nesses fragmentos, resolve-se na elaboração da própria gramática, como símbolo da atividade, da ação humana, em detrimento da inércia e da passividade. No ideário religioso cristão - que serve como horizonte doxológico, nesse contexto - a gramática de Santo Tomás ([1560]1995) é apresentada como produto do trabalho e da disposição moral do enunciador.

Concomitantemente à construção do *ethos* enunciativo, vemos estruturar-se o *pathos* enunciativo. Felipe II, interlocutor declarado nesse primeiro prólogo, é identificado com a imagem do triunfo e da misericórdia divina:

> […] ¿quién podrá dezir parte de la grandeza natural que a V.M. cabe, de ser hijo de tan grande y singular príncipe, como fue el emperador vuestro padre (de gloriosa memoria) cuyos triumphos, aún no se han acabado de escrivir en las historias, y están y estarán perpetuos & inmortales por todo el universo? Llena está Francia, Italia, toda Alemania, Turquía, y el Nuevo Mundo de las Indias (¿y dónde no?) de sus triumphos. Nunca se olvidarán sus singulares tropheos. Ninguna antigüedad los podrá quitar de la memoria de los mortales. Y lo que no se / [fol. III] puede pensar ni dezir (sin gran admiración) es que no dexando peligro, ni trabajo de mar, ni tierra a que no se pusiesse, y porque no passasse experimentándolo todo, a nada desto le movió ambición de interesse proprio, sino sólo desseo del augmento de su república christiana. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 7)

De fato, a imagem construída para o enunciatário é a de um homem vitorioso, reconhecido por todos, na França, na Itália ou nas Índias. O poder real, segundo a cosmovisão do período, é tido como resultado da grandeza e da ascendência natural do monarca. Nenhum mortal poderá apagar a memória de Felipe II da história. Ninguém poderá questionar seu poder e sua glória. Não obstante, toda a empresa real é movida por ambições outras, para além dos interesses particulares do monarca. O *pathos* enunciativo é construído de modo que as ações do soberano coincidam com os desígnios de Deus: Felipe II move-se na construção do reino de Deus na Terra, na edificação da "república christiana".

Nesse contexto, o gramático afirma utilizar o "don de las lenguas" para "utilidad de la iglesia y república christiana" (Santo Tomás, [1560]1995, p. 6). Nada é mais digno de repreensão que ocultar ou desconsiderar um talento natural, na argumentação do enunciador. Após quinze anos de contato com a língua geral peruana, esse dom natural divino viabiliza a produção da primeira gramática quéchua, que terá como função primordial subsidiar as tarefas apostólicas:

> […] luego comencé a tractar de reducir aquella lengua a arte para que no solamente yo pudiesse en ella aprovechar en aquella nueva iglesia, enseñando y predicando / [fol. III] el Evangelio a los indios, pero otros muchos que, por la difficultad de aprenderla, no emprendían tan apostólica obra, viéndola ya en arte, y que fácilmente se podía saber, se animassen a ello, y con facilidad la aprendiessen, como se començó a hazer. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 6)

Entretanto, além dessa motivação explícita apresentada para o texto gramatical dominicano - amparar as práticas catequéticas e missionárias no Peru colonial - o prólogo dedicado a Felipe II destaca outra intenção reconhecida como "principal":

> Mi intención, pues, principal, S.M., [al] ofresceros este artezillo ha sido, para que por él veáis muy clara y manifiestamente quán falso es lo que muchos os han querido persuadir ser los naturales de los reynos del Perú bárbaros & indignos de ser tractados con la suavidad y libertad que los demás vassalos vuestros lo son. Lo qual claramente conoscerá V.M. ser falso, si viere por este arte la gran poli / [fol. Vv] cía que esta lengua tiene, la abundancia de vocablos, la conveniencia que tienen con las cosas que significan, las maneras diversas y curiosas de hablar, el suave y buen sonido al oído de la pronunciación della, la facilitad para escrivirse con nuestros caracteres y letras; quán fácil y dulce sea a la pronunciación de nuestra lengua el estar ordenada y adornada con propiedad de declinación, y demás propriedades del nombre, modos, tiempos, y personas del verbo (Santo Tomás, [1560]1995, p. 8).

Em evidente debreagem enunciativa (Fiorin, 1999), investindo-se da primeira pessoa, do tempo do "agora" e do espaço do "aqui", o enunciador, de forma subjetiva, rechaça os falsos argumentos de seus opositores, que buscam convencer a autoridade real de que "los naturales de los reynos del Perú" são "bárbaros & indignos de ser tractados con la suavidad y libertad" dispensada aos demais súditos da coroa.

Pelo que afirma Cerrón-Palomino (1995, p. xv), a Arte de Santo Tomás ([1560]1995) foi confeccionada antes de 1550. Sua publicação ocorre, portanto, pelo menos dez anos depois de iniciadas as experiências indianas do dominicano. A Polêmica de Valladolid desenvolve-se de 1550 a 1551, o que nos garante que as

discussões entre *encomenderos* e dominicanos estavam no auge quando da produção da primeira gramática quechua. De fato, o primeiro prólogo de Santo Tomás ([1560]1995) retoma, no fragmento supracitado, a célebre Polêmica travada entre *encomenderos* e dominicanos, sobre o estatuto moral e político do nativo das Américas.

Tal como destacamos no Capítulo anterior, a tese dos *encomenderos*, defendida por Juan Ginés de Sepúlveda (1490-1573), assumia a necessidade da escravização indígena, justificada pela inferioridade moral e espiritual dos índios do Novo Mundo. Em oposição a esse ponto de vista, o enunciador, nesse primeiro prólogo, mantém a natureza civilizada dos nativos americanos, que merecerão, dessa maneira, o amparo real dispensado a qualquer outro súdito da coroa. O principal argumento utilizado na defesa desse ponto de vista é o argumento linguístico: a língua quéchua, assim como a espanhola ou a latina, possui "propiedad de declinación, y demás propriedades del nombre, modos, tiempos, y personas del verbo". A escolha lexical operada pelo enunciador para qualificar a língua andina é, igualmente, um bom índice de sua postura ideológica. A língua nativa está associada a adjetivos como "suave", "dulce", "ordenada" e "adornada". O aparato linguístico do indígena americano parece ser suficiente para negar sua condição de bárbaro, pela argumentação do enunciador.

Em continuidade à construção da imagem dos nativos, o dominicano afirma:

> Lengua pues, S.M., tan polida y abundante, regulada y encerrada debaxo de las reglas y preceptos de la latina como es ésta (como consta por este arte) no bárbara, que quiere dezir (según Quintiliano, y los demás latinos) llena de barbarismos y de defectos, sin modos, tiempos, ni casos, ni orden, ni regla, ni concierto, sino muy polida y delicada se puede llamar. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 9).

De fato, o adjetivo *bárbara*, nesse contexto, circunstanciado pelo advérbio de negação, exalta a natureza do homem quéchua, em franca refutação aos argumentos de

Sepúlveda. A língua andina é descrita, assim, como *polida*, *abundante* e *regulada*, índice maior da dignidade e civilidade do indígena americano:

> Y si la lengua […] lo es **(polida, abundante e regulada)**, la gente que usa della, no entre bárbara sino con la de mucha policía la podemos contar: pues según el philósopho en muchos lugares no ay cosa en que más se conozca el ingenio del hombre que en la palabra y lenguaje que usa, que es el parto de los conceptos del entendimiento. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 9. Os grifos são nossos)

Em referência implícita às proposições de Aristóteles (cf. Aristóteles 1988a; 1988b; 2006) Santo Tomás apresenta-nos, nesse excerto, sua concepção de linguagem, como "parto dos conceitos do entendimento". Pela linguagem, nesse modelo, é possível reconhecer o "ingenio" humano e flagrar a racionalidade que distingue os homens dos demais seres vivos, na esteira do que Aristóteles desenvolve em *De anima* (2006). Como falantes de uma língua não *bárbara*, marcada pela "policía", os indígenas do Novo Mundo são considerados, pelo dominicano, como seres civilizados, por oposição ao que diziam os *encomenderos*, que justificavam a escravização dos nativos por sua natureza bárbara e desumana.

4.1.1 A gramática dominicana e a construção moral e política do homem e da língua ameríndia

Interrompemos, a esta altura, o exame dos textos prefaciais de 1560, para examinarmos - em outras seções da gramática em questão - o estatuto moral e político do nativo americano.

Com efeito, no último capítulo de Santo Tomás ([1560]1995), às páginas 170 e 171, conserva-se, ainda, o argumento linguístico favorável à civilidade do homem e da língua quéchua, tal como descrevemos relativamente ao prólogo dedicado a Felipe II:

> Y assí advierto a los que no tienen noticia de otras lenguas, si viere que ésta no va conforme a la española, ni suena como ella, no les parezca lengua bárbara o girigonça. Porque, aunque tiene la misma sentencia, no guarda el mismo orden en el dezirla, como tampoco lo guarda la latina, griega, ni las demás. Y si alguno, bolviendo la lengua griega en la latina o la latina en española, guardase la misma orden en la latina [el] que ay en lo griego, o en la española el que ay en latín, no solamente no estaría tan elegante, pero sería casi inintellegible y algaravía: lo que es evidente a los que tienen noticia de las lenguas, y para el que no la tiene se podría dar fácil el exemplo, si no fuesse salirme de la matéria. (Santo Tomás, [1560]1995, pp. 170-171)

Observe-se que o vocábulo *bárbara*, nesse contexto, associa-se, pela mediação do advérbio de negação, à língua ameríndia, em comentário à natureza sintática e à disposição das palabras na sentença quéchua. Segundo Cerrón-Palomino (2003, p. 289), o quéchua pertence às línguas do tipo SOV, isto é, de acordo com a ordem preferencial dos elementos composicionais da sentença, segue a disposição sujeito-objeto-verbo, a exemplo do japonês e do turco, na classificação de Greenberg (1966). O espanhol, como sabemos, é uma língua do tipo SVO, e o latim, uma língua flexional de ordem muito mais livre, segundo Lehmann (1973), dada sua sistematização específica a partir da categoria de caso. Assim, o objetivo do dominicano, nesse fragmento, é alertar seus interlocutores da necessidade de compreendermos e aceitarmos as particularidades sintáticas de cada língua e não considerá-las, *a priori*, *bárbaras*, por distanciarem-se do padrão latino ou europeu.

De fato, para a sensibilidade linguística da maioria dos missionários da época, público-alvo da gramática quéchua de 1560, a tipología sintática da língua andina poderia sugerir barbárie e algaravia. Santo Tomás ([1560]1995), então, coerente com o projeto evengelizador dominicano que impulsiona a elaboração de sua gramática, chama atenção para o fato de que também o grego, o latim e o espanhol tornar-se-iam praticamente incompreensíveis caso prescindissem de suas estruturas sintáticas próprias.

No capítulo de número 24, *De algunas figuras generales y modos de hablar particulares que ay en esta lengua*, o dominicano define *barbarismo*:

> Assí los indios usan de nuestros términos para significar nuestras cosas, de que ellos carescían, v.g. antes que nosotros fuéssemos allá no tenían el misterio de la missa, no tenían confessión, no tenían noticia de gracia, ni de las demás cosas de nuestra fe, ni de otras muchas cosas. Y assí para las tales, ni tenían nombres ni verbos para significarlas: aprovéchanse de nuestros nombres, declinándolos como los suyos, lo qual en la lengua latina sería **barbarismo**, y assí ellos dizen *iglesiaman rini missacta oyangaypac*, que es dezir 'voy a la iglesia a oír missa'. (Santo Tomás, [1560]1995, pp. 149-150. O grifo é nosso)

Na sequência, o autor julga o emprego do *barbarismo* pelos nativos americanos:

> De la misma manera generalmente usan de todos los demás nombres y verbos, que significan nuestras cosas, que antes no tenían y al presente tienen. Y assí también dizen: *cauállocta frenassac*, que es dezir 'enfrenaré el cavallo', *mulacta sillarcani*, que es dezir 'ensillé la mula', donde nombres y verbos son nuestros, declinación y conjugación suya, y assí en todos los demás comúnmente usan, y han hecho este hurto de nuestra lengua, sin averles nadie impuesto en ello, y hazen estos provechosos **barbarismos**, dignos de muy justa escusa y alabança, tanto más quanto, como digo, ellos de suyo lo han sacado, por la necessidad que tienen de términos para significar las cosas que antes no tenían y de que al presente usan. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 150. O grifo é nosso)

Descrito como recurso proveitoso, digno de desculpas e aprovação, o *barbarismo* é compreendido como um fenômeno linguístico produtivo, eficiente, uma vez que garante, ao indígena, a expressão de conceitos e ideias ainda ausentes em sua organização cultural. Apenas por meio do *barbarismo*, os nativos poderiam professar a fé cristã. Sendo assim, há que se reconhecer a função dessa figura de linguagem, ao invés de criminalizá-la, fato que distancia Santo Tomás ([1560]1995) da definição de *barbarismo* imputada a Quintiliano, transcrita na página 9 do prólogo dedicado a Felipe II, pela qual uma língua *bárbara* é aquela plena de *barbarismos*, defeitos, "sem modos, tempos, casos, ordem, regra nem concerto".

Do mesmo modo, relativamente ao tema da variação linguística, mantém, o dominicano, a mesma assertiva eufórica como estratégia para examinar as variantes fonético-fonológicas da língua-objeto. O segmento transcrito é longo, mas esclerecedor:

> [...] es de notar una sola cosa que me parece ser necessaria advertir a los lectores y auditores nuevos, que al principio comiençan a aprenderla y tratarla **[a língua quéchua]**, porque no estando los tales advertidos en ello podríanse engañar y tener unos términos por otros, por la distincta pronunciación que en algunos dellos suele aver: por tanto, es de notar que muchos términos los pronuncian los indios de una provincia distinctamente que los de otra. Exemplo: unos indios de una provincia dizen *xámuy* que significa 'venir'; otros en otra provincia dizen *hámuy* en la misma significación; unos en una provincia dizen *çára*, que significa 'trigo'; otros en otra dizen *hára* en la misma significación; unos en una provincia dizen *xúllull*, que significa 'en verdad'; en otra dizen *súllull*, que significa lo mismo; unos dizen *póri*, que significa 'andar'; y otros en otras provincias dizen *póli* en la misma significación [.] *Cóai* dizen unos, que significa 'dame'; otros dizen *cómay*,que significa lo mismo. Item dizen en unas provincias los naturales delas *macáuay*, que significa 'hiéreme', pronunciando aquella *u* vocal; otros en otras dizen *macámay* en la misma significación. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 18. O grifo é nosso)

De fato, segundo Cerrón-Palomino (1995, p. XXIV), o trecho circunscreve a primeira informação, ainda que imprecisa em termos geográficos, sobre a situação dialetal do quéchua. As variações observadas pelo dominicano são todas de ordem fonética e caracterizam, na análise de Cerrón-Palomino (2003, p. 85), alguns aspectos típicos de variantes dialetais do quéchua colonial:

- a existência de três sibilantes – a apical /ŝ/ (cf. *sullull*); a dorsal /s/ (cf. *çara*); e a palatal /š/ (cf. *xullull*);

- a mudança de /š/ em /h/, possivelmente através de uma etapa intermediária em /s/ (cf. *xámuy* frente a *hámuy*);

- a passagem de /s/ a /h/ (cf. *çara* frente a *hára*);

- e, finalmente, a mudança de /r/ em /l/ (cf. *póri* frente a *póli*).

De qualquer modo, interessa-nos demonstrar, aqui, que a retórica dominicana - em coerência com as argumentações desenvolvidas no prólogo dedicado a Felipe II -

encontra estratégias metodológicas e descritivas favoráveis à construção de uma imagem positiva que se quer fixar para o homem e a língua quéchua, nesse contexto:

> Y lo mismo se dize de otros muchos términos, que siendo los mismos los pronuncian y profieren / [fol. 2] con diversas letras y en diversa manera, no porque sean distinctos ni de distincta significación sino por la distincta manera de pronunciarlos; lo qual procede de un defecto general y común en todas las naciones y lenguas del mundo, donde vemos que una misma lengua hablada de diversas naciones y gentes, cada uno la habla y pronuncia conforme a la pronunciación de la suya propria materna, como vemos en la lengua latina: que el de nación portugues[a], la pronuncia de una manera, y de otra el castellano; y de distincta que ambos el francés; y assí de todas las demás naciones que la pronuncian cada uno a su manera, no porque ella sea en sí distincta sino porque cada nación, como está dicho, la profiere y pronuncia conforme a la pronunciación de la suya. Lo mismo acontesce acá en esta lengua general de los indios, que quando la hablan los indios de las provincias (a quien ésta no es natural) muchos nombres y términos della los pronuncian y profieren cada uno conforme a la pronunciación de su propria materna y natural lengua; pero, aunque se pronuncie assí distinctamente, toda es una y de una misma significación. (Santo Tomás, [1560]1995, pp. 18-19)

Com efeito, a advertência do dominicano dirige-se aos auditores novos da língua andina, ou seja, àqueles que tencionam compreendê-la ou utilizá-la sem dominá-la, ainda, minimamente. É significativo observar que Santo Tomás ([1560]1995) descreve como "defecto general y común" as diferentes pronúncias observadas para uma mesma palavra da língua-objeto. O dominicano parece conceber as variações alofonéticas, aproximando-se de seu mestre Nebrija ([1488]1996), como um efeito comum propiciado pelo acidente de letra *parentesco*. Segundo Nebrija ([1488]1996), os acidentes da letra são cinco: nome, figura, poder, *parentesco* e ordem (cf. Nebrija, [1488]1996, p. 96). Por *parentesco*, Nebrija ([1488]1996) compreende:

> Una cercanidad por la qual vna **[letra]** se muda en otra: o por interpretacion, como de *'lida', 'leda'*; o por deriuacion, como de *cubrir*, *cobertura*; o por composicion, como de *amigo*, *enemigo*; o por declinacion, como de *hago*, *hize*. (Nebrija, [1488]1996, p. 96. O grifo é nosso)

De fato, está ciente, o humanista sevilhano, de que as letras podem mudar, no interior das dicções, em outras letras aparentadas, próximas, por meio da interpretação, da derivação, da composição ou da declinação. Nos exemplos dados por Nebrija ([1488]1996), observa-se, nesse sentido, a mudança do /i/ em /e/, no par /lida/ e /leda/, que identifica fonemas distintos em cada caso.

A diferença, no contexto dominicano, é que as alterações apresentadas em vocábulos como *xámuy* e *hámuy*, por exemplo, remetem a variações alofonéticas do quéchua colonial e não indicam, portanto, mudança de significado por substituição de fonemas.

De qualquer modo, a influência da língua materna - como justificativa para explicar as variações linguísticas apresentadas - enseja um tipo de argumentação que se avizinha do conceito de *parentesco*, tal como enunciado por Nebrija ([1488]1996), para naturalizar o evento linguístico em destaque, tratando-o como "un defecto general y común en todas las naciones y lenguas del mundo". Certamente, imbuído de seu projeto de legitimar a elevada condição moral do nativo peruano, Santo Tomás ([1560]1995) necessita de uma abordagem adequada para o tema da corrupção linguística, na primeira gramática produzida sobre o quéchua. Assim, de forma coerente com a retórica introduzida no prólogo a Felipe II, opta, o missionário, por assumir a ideia de proximidade, de familiaridade entre as *letras*, descartando, desse modo, uma avaliação disfórica para a problemática linguística em questão. Nessa perspectiva, pode-se, enfim, afirmar que "una misma lengua hablada de diversas naciones y gentes, cada uno la habla y pronuncia conforme a la pronunciación de la suya propria materna".

4.1.2 Las Casas e Santo Tomás em defesa do nativo americano

O exame do primeiro prólogo da gramática de 1560, ratificado pelos argumentos expressos nos fragmentos supracitados, evidencia uma descrição específica da língua e do homem quéchua como estratégia persuasiva, dirigida a Felipe II, contra o ideário de Sepúlveda e dos *encomenderos*, defensores da escravidão indígena. Conquanto Santo Tomás ([1560]1995) não cite textualmente Las Casas ou Sepúlveda, salta aos olhos a semelhança da argumentação efetuada, nesse primeiro prólogo, com aquela empreendida por Las Casas contra o jurista e defensor dos *encomenderos* peruanos. Na retórica lascasiana, os indígenas não deveriam ser considerados *bárbaros*, o que podemos constatar a seguir, na oitava réplica de Las Casas a Sepúlveda, nos textos produzidos a partir da Polêmica de Valladolid:

> A lo que repite de bárbaros: lo que repetir al doctor no conuenia [...] Los yndios son de tan buenos entendimientos y tan agudos de ingenio: de tanta capacidad y tan dociles para qualquiera sciencia moral y especulatiua doctrina: y tan ordenados por la mayor parte proueydos, y razonables en su policia, teniendo muchas leyes justissimas [...] quanto nacion en el mundo se hallo despues de subidos los Apostoles al cielo y oy se hallaria [...] Dexo de dezir el admirable aprouechamiento que en ellos ha auido en las artes mechanicas y liberales como leer y escreuir y musica de canto y de todos musicos instrumentos: gramatica y logica y de todo lo demas que se les ha enseñado y ellos han oydo. Y pues Dios priuo al doctor Sepulueda de la noticia de todo esto. (Las casas, [1552]2007, pp. 112-114)

Tal como Santo Tomás, Las Casas exalta as habilidades inatas dos indígenas - aptos a manejarem a gramática e a lógica, a música e o canto, as artes mecânicas e liberais - delineando, assim, a retórica dominicana, que marca o primeiro momento da colonização sobre o Peru. Assim como Nanni e Savonarola, citados no Capítulo anterior, Las Casas repudia a ação tirânica e catastrófica daqueles que se movem contra o ideal de Roma, em terras americanas. Em *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*, de 1552, o dominicano faz uma das mais incisivas denúncias sobre a devastação

do Novo Mundo. Igualmente dedicada a Felipe II, príncipe da coroa castelhana à época, essa pequena narrativa tem por objetivo alertar os monarcas de Castela sobre o massacre empreendido contra os indígenas da América, metaforizados, na obra, como "ovejas mansas" (Las Casas, 1993, p. 77). Diante da brutalidade dos conquistadores e colonos espanhóis, Las Casas não se furta a profetizar o fim da hegemonia castelhana, caso persista a matança generalizada dos nativos:

> Fue inducido yo, Fray Bartolomé de las Casas o Casaus, fraile de Sancto Domingo, que por la misericordia de Dios ando en esta corte de España, procurando echar el infierno de las Indias, y que aquellas infinitas muchedumbres de ánimas redimidas por la sangre de Jesucristo no perezcan sin remedio para siempre, sino que conozcan a su criador y se salven; y por compasión que he de mi patria, que es Castilla, no la destruya Dios por tan grandes pecados contra su fe y honra cometidos. (Las Casas, [1552]1993, p. 174)

De fato, por meio de debreagem enunciativa, Casaus, frei de Santo Domingo, apresenta-se como instrumento da misericórdia divina, destinado a controlar o inferno imposto às Indias e a proteger o Estado castelhano da fúria divina, em consequência dos pecados cometidos por Castela contra os desígnios cristãos. Desse modo, Las Casas, herdeiro da retórica messiânica e milenarista europeia, vaticina, na metade do século XVI, a possibilidade de queda do Estado espanhol mediante os horrores cometidos nas fases da conquista e pós-conquista americana.

Certamente, o vaticínio lascasiano compromete a recepção da crônica dominicana no contexto espanhol: *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* conhece, em território castelhano, apenas uma edição no século XVI, a de Sevilha, em 1552. A segunda edição espanhola do texto de Las Casas é feita apenas em 1646, em Barcelona, com outros seis tratados lascasianos. Por outro lado, os inimigos declarados dos espanhóis souberam utilizar, com maestria, as críticas formuladas por Las Casas aos conquistadores e funcionários da coroa de Castela: as edições holandesas da *Brevísima*

relación de la destrucción de las Indias, apenas no século XVI, datam de 1578, 1579 e 1596. No século XVII, a Holanda é responsável por mais 12 edições da obra. No caso inglês, podemos enumerar uma edição da crônica dominicana, em 1583, e mais três edições da obra no século seguinte.

De qualquer forma, o projeto dominicano dos missionários de primeira geração, sobretudo no Peru, gozou, sem dúvida, de prestígio e influência no primeiro momento da conquista continental. Esse fato é atestado, pelo que observamos no Capítulo anterior, pelos dois primeiros concílios de Lima, dirigidos pelo dominicano Jerónimo de Loaysa (1543-1575). Em consonância com a natureza "mais humana" e "menos rigorosa" do 1CL e do 2CL (Mateos, 1947, pp. 523-524, *apud* García, 1986, pp. 177-178), Las Casas afirma que a predicação do evangelho deveria acontecer de forma doce, amorosa e pacífica:

> E ya prouamos en la Apologia [...] no pertenecer a la yglesia la punicion de la ydolatria ni de outro qualquiera peccado cometido en sus tierras apartadas dentro de los terminos de su infidelidad por los infieles que nunca recibieron la fee [...] y los Reyes son obligados por los medios proporcionables comunes y christianos a conseguir: esto es: la honra y gloria del diuino nombre y plantacion de la fee y saluacion de todas aquellas animas por la predicacion del Euangelio dulce, amorosa y pacifica. (Las Casas, [1552]2007, p. 105)

De fato, no horizonte doxológico em que se move Las Casas, tanto a Igreja quanto a coroa são responsáveis pela edificação do reino de Deus na Terra. Porém, na cosmovisão lascasiana, à diferença do que vemos acontecer com os jesuítas, a Igreja não deve se ocupar da punição da idolatria entre os índios americanos, uma vez que, para Las Casas, os nativos eram seres ainda não cristianizados, logo, desconhecedores da palavra divina, o que impedia que fossem punidos como hereges comuns.

Por sua vez, a gramática de Santo Tomás ([1560]1995), fruto da política conciliar dominicana, corrobora a retórica messiânica e apocalíptica de Las Casas. Os

períodos conclusivos do prólogo dedicado a Felipe II mantêm o discurso de proteção incondicional ao nativo americano:

> Y, entendiendo esto, V.M. la resciba y tenga debaxo de su amparo **(a gente peruana)**, como los de / [fol.VIv.] más vassallos suyos, y los tracte como capazes del mismo tractamiento que a ellos y con mayor regalo y favor, pues es gente más flaca y más nueva en vuestro servicio y en el yugo de Christo nuestro señor. Y assí entenderán que tenemos buen Dios y rey christiano. Con protestación que hago a V.M. si no lo haze, en breve se despoblará la mayor parte del mundo: en lo qual perderá V.M. su hazienda y vassallos, y Dios sus ánimas. El qual, pues ha dado a V.M. tanta parte del señorío deste mundo (que se ha de acabar) le dé el del cielo, que ha de durar para siempre, Amén. (Santo Tomás, [1560]1995, pp. 9-10. Os grifos são nossos.)

Observemos, aqui, a forte manipulação que o enunciador desfere sobre o enunciatário, figurativizado por Felipe II, levando-o a reconhecer e acatar a argumentação desenvolvida até então. Em outras palavras, o enunciador leva o enunciatário a querer-fazer: por sedução, sugere que Felipe II reconheça os nativos peruanos como súditos diretos da coroa. Se o enunciatário agir conforme as prescrições do enunciador, sofrerá uma sanção positiva: será respeitado, pelos indígenas peruanos, como um bom "rey christiano".

Na sequência, o enunciador estabelece outra manipulação, agora por intimidação: se o destinatário não reconhecer a natureza civilizada dos índios peruanos e desobrigar-se de protegê-los, em pouco tempo a Terra estará despovoada, o monarca perderá seu poder e seus vassalos e Deus perderá suas almas. A morte em massa dos índios americanos, na etapa insular da conquista, pesa, evidentemente, sobre a intimidação operada pelo enunciador. Nesse contexto, contribui, de fato, para a argumentação desenvolvida, o clima religioso europeu, perpassado pela retórica milenarista de traço dominicano.

A oposição vida *versus* morte, no nível das estruturas fundamentais (cf. Fiorin, 2004), organiza, por sua vez, a semântica elementar do prólogo. O elemento vida é

sensibilizado euforicamente, enquanto o elemento morte é sensibilizado disforicamente. No nível discursivo, o elemento vida está tematizado por valores como: a defesa dos direitos do nativo peruano; a destituição do sistema de *encomiendas* que previa a escravização indígena; a valorização da língua quéchua; a manutenção da empresa colonial espanhola no Peru; e a vida espiritual eterna. Ao contrário, o elemento morte está associado, discursivamente, a temas como: a legalização da mão de obra escrava indígena; a manutenção do sistema escravocrata de *encomiendas*; a desvalorização da língua e da cultura quéchua; a destruição do império colonial espanhol no Peru; e a perdição das almas dos nativos americanos.

No programa narrativo de base, nesse prólogo, o enunciador, assumindo papel de destinador-manipulador, provoca o enunciatário a entrar em conjunção com um determinado objeto de desejo. O sujeito do percurso narrativo é levado a um querer-fazer e, depois, a um dever-fazer: enquanto sujeito, deve reconhecer os nativos americanos como seus vassalos diretos, coibindo, assim, interesses desmedidos de *encomenderos* que, por puro individualismo, submetem os indígenas à morte e à escravidão. A sanção prevista pelo enunciador ao enunciatário é clara. Caso o sujeito da ação fracasse na obtenção do objeto de valor indicado, perdem, simultaneamente, a coroa espanhola e a própria divindade:

> Con protestación que hago a V.M. si no lo haze, en breve se despoblará la mayor parte del mundo: en lo qual perderá V.M. su hazienda y vassallos, y Dios sus ánimas. (Santo Tomás, [1560]1995, pp. 9-10)

Utilizando debreagem enunciativa, o enunciador expõe, com efeito de subjetividade, seu principal objetivo nesse primeiro prólogo da gramática quéchua: convencer Felipe II da validade de seus argumentos e da necessidade de proteger o indígena peruano. A debreagem actorial em 1ª pessoa, aliada ao tempo da

concomitância, do “agora”, e ao espaço do “aqui” garantem, ao enunciador, uma presença subjetiva no enunciado. O enunciador opta por expressar, abertamente, seu envolvimento com os temas propostos no texto, inspirado pelo humanismo apocalíptico que animava a ordem dominicana.

4.2 Textos prefaciais da fase dominicana - o segundo prólogo de Santo Tomás (1560)

No primeiro prólogo da gramática de 1560, como demonstramos nas seções anteriores, o interlocutor privilegiado é o monarca espanhol; no segundo, a interlocução recai, basicamente, sobre os demais missionários relacionados ao trabalho catequético. O ideário constitutivo do primeiro prólogo permanece e organiza, como um pano de fundo, a enunciação que se desdobrará no segundo.

De fato, concluídas as manipulações a Felipe II, o enunciador sente-se à vontade para dirigir-se a seus pares:

> Y porque, como se há tocado, este arte se haze para ecclesiásticos que tienen noticia de la lengua latina va conforme a la arte della. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 10)

Com efeito, dado que a Arte gramatical, ora apresentada, destina-se a eclesiásticos conhecedores da língua latina, Santo Tomás ([1560]1995) anuncia que desenvolverá seu trabalho seguindo os referenciais metodológicos da tradição gramatical clássica. Está o dominicano, portanto, ciente dos leitores potenciais de seu texto e a eles se dirige, nesse segundo prólogo.

É significativa a mudança de tom nessa segunda enunciação. O acento sedutor e cerimonioso do primeiro momento abre espaço para um tom muito mais informal, nesse

outro contexto. O enunciador prepara seus interlocutores para os possíveis enganos e imperfeições que possam encontrar em sua gramática:

> BIEN entiendo christiano lector, quán sobre mis fuerças es el negocio y obra que al presente tomo sobre ellas, en querer redduzir la lengua general de los reynos del Peru a arte, queriéndola encerrar debaixo de preceptos y cánones porque una de las cosas más difficultosas que en esta vida humana se halla es el componer y ordenar arte de hablar perfecta y congruamente alguna lengua, aunque sea muy entendida y usada. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 13)

Reconhecendo a dificuldade de "redduzir la lengua general", a língua quéchua, à "arte", ou seja, admitindo os diversos obstáculos que se colocam para aqueles que se dedicam a elaborar uma gramática de uma língua qualquer, ainda que "muy entendida y usada", Santo Tomás([1560]1995) encontra, nesse segundo prólogo, outros adjetivos para qualificar seu objeto de estudo: "esta lengua del Perú, tan estraña, tan nueva, tan incógnita, y tan pergrina a nosotros" (Santo Tomás, [1560]1995, p. 14).

A escolha lexical operada pelo enunciador, no segundo prólogo, em referência à língua quéchua, é, portanto, bastante diversa. A interlocução, dirigida basicamente aos pares, nos domínios eclesiásticos, e a necessidade de defesa prévia em relação a qualquer censura futura, levam o enunciador a adotar, nesse momento, descrições menos positivas da língua ameríndia: ela é qualificada, agora, como "estranha", "nova", "incógnita" e "peregrina".

Observemos que os valores eufóricos conferidos ao objeto língua, no primeiro prólogo, são, aqui, atenuados. Anteriormente, o enunciador valoriza a língua quéchua como prova cabal da racionalidade do homem americano. Descreve-a como similar à latina e à espanhola. Vê, nela, um indício certo da humanidade e do valor moral do povo quéchua. Neste segundo momento, entretanto, o enunciador, em diálogo com os demais missionários interessados no trabalho catequético que utiliza as línguas gerais

do Peru, expõe a dificuldade da descrição gramatical e desculpa-se, com antecedência, pelos possíveis erros observados. De um modo geral, podemos dizer que essa segunda enunciação enunciada cumpre com as funções habituais do gênero aí instituído: explicitar, no mais das vezes, métodos e objetivos procedimentais utilizados, tendo em vista o uso concreto da Arte na alfabetização e conversão dos nativos.

O *ethos* um tanto beligerante do primeiro prólogo, que anuncia o fim do mundo e a perda de milhares de almas, caso o enunciatário não cumpra com as instruções do enunciador-manipulador, reveste-se, no segundo prólogo, de um *ethos* de natureza mais expositiva. Santo Tomás ([1560]1995), nesse segundo momento, narra, a seus irmãos de religião, as dificuldades encontradas no trabalho linguístico empreendido e reflete sobre a natureza do objeto descrito:

> [...] que como lo principal de las lenguas consista en la imposición de los términos de los que primero los impusieron a significar, y de la acceptación, aprovación y uso de los que después delos vinieron y cobraron reputación de sábios en ello. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 13)

Deixando emergir o contexto discursivo do século XVI, em que as Artes gramaticais eram orientadas pelo uso, pela tradição, pela "acceptación, aprovación" dos primeiros falantes das línguas, o enunciador, nesse fragmento, expõe, ainda, sua compreensão sobre a função social dos códigos linguísticos. No contexto histórico em que se insere esse discurso, não podemos determinar oposição entre ciência e arte, tal como veremos acontecer mais à frente, com os desdobramentos da Modernidade. As técnicas, de um modo geral, dentre elas as técnicas ou Artes gramaticais, eram orientadas, na retórica humanista, segundo o padrão normativo tradicional utilizado pelos falantes eruditos de uma determinada língua.

A heterogeneidade mostrada (cf. Fiorin, 1999), explicitada pelo enunciador ao referir-se ao "christiano lector", nesse segundo prólogo, deixa transparecer, igualmente,

o contexto histórico do século XVI e o ideário cristão que anima as tarefas missionárias. A interdiscursividade, também aqui, nessa outra enunciação enunciada, a exemplo do primeiro prólogo, constitui uma das bases da construção do sentido manipulada pelo enunciador. Reportando-se, no primeiro prólogo, a Felipe II e, no segundo, aos missionários envolvidos nos trabalhos catequéticos, o enunciador dialoga com os atores e com o contexto histórico de seu tempo.

Dessa maneira, mais que a simples defesa do índio peruano e de suas capacidades linguísticas, a intencionalidade enunciativa presente nesses textos prefaciais remete à defesa de um modelo de colonização para a América espanhola que descarte o sistema de *encomiendas* e a escravização indígena e aproxime os interesses reais à lógica de Roma, imprimindo, à conquista de Castela, um caráter nitidamente cristão.

Entretanto, as contradições permeiam o ideário dominicano. Sabe-se, por exemplo, que a escravidão de negros africanos era um fato aceito e mesmo sugerido por muitos religiosos da ordem, como solução para o problema da mão de obra escassa, diante da impossibilidade da escravização indígena (Barnadas, 1998, p. 536). Estamos diante de uma idealização da figura do indígena que atravessa o Romantismo e chega até os nossos dias, certamente transmutada, transfigurada. Não deixa de ser significativo, por outro lado, que, contemporaneamente, figuras como Las Casas e Santo Tomás sejam lembradas como ícones da defesa dos direitos indígenas no contexto americano.

Com efeito, sem a pretensão de esgotar ou solucionar problemas históricos complexos que dividem especialistas até hoje, é preciso reconhecer que, da pena de Santo Tomás ([1560]1995), desenha-se e desdobra-se toda a situação conflituosa da

pós-conquista peruana. A interdiscursividade e o dialogismo que marca de ponta a ponta os prólogos aqui analisados atestam essa leitura.

4.3 Textos prefaciais da fase jesuítica

Cerrón-Palomino (2003, p. 85) aponta os textos do 3CL como fonte importante para a reorganização da política linguística do período colonial. A *Doctrina christiana y catecismo para instruccion de los indios* (a partir de agora, *Doctrina*), primeiro livro impresso no Peru e na América do Sul, por Antonio Ricardo, em 1584, fruto dos trabalhos do 3CL, registra importantes dados da variação dialetal relativos à diferenciação fonológica, gramatical e léxica no interior do quéchua do século XVI. A citação é longa, mas significativa; faz parte das "Annotaciones" aos textos conciliares originais:

> La imperfecciõ o barbariedad, q ay en los q hablã corruptamẽte la lẽgua Quichua, no esta tãto en la cõnexiõ de las dicciones, quãto en la variedad de los vocablos, q son differẽtes de los q se vsan en el Cuzco, y algo toscos, tomados de sus idiomas particulares, o del vso q comunmẽte rescebierõ todos los q se llamã Chinchaysuyos. Como son, *Tamyan* por *parã*, llueue, *Pachiã* por *tocyã* [...], *Chiquiac* por *comer*, verde, *Pistani* por *lluchuni* desollar reses [...] O accẽtuando contra el vso del Cuzco en las vltimas, o antepenultimas, como quiere que lo ordinario sea en la penultima, o hablando con un sonsonete de rusticos y agenos de policia. Item está en algunas frases, y modos que son toscos, como en la transición de segunda, y tercera persona a primera dizen *ma* por *hua*, como *Ricumanqui* por *ricuhuanqui*. *Villamã* por *villahuan*. *Cumay* por *cohay*, y tambien que no guardan a vezes la perfecta construccion de las partes de la oracion, antes cometen algunos solecismos. Itẽ en muchas prouincias, y aun en las que se habla con perfection se vsan de participios pasivos por verbos activos, como *Micuscacani* por *Micarcani*. Y tambien de sinalephas, o sincopas, como *Micuscani*, por *micuscacani*. *Micurcay*, *micurqayqui*, por *micurcani micurcanqui* [...] (*Doctrina Christiana*, 1584, pp. 83r-83v)

Doctrina, pelas afirmações de Cerrón-Palomino (2003, p. 85), foi elaborada por uma equipe seleta de religiosos da Companhia de Jesus, coordenados por Acosta, a

quem coube a redação do texto castelhano. A revisão dos textos em quéchua ficou sob o encargo do também jesuíta Blas Valera (1545-1597).

No excerto que se segue, como vimos acontecer com o anterior, mantém-se a mesma apreciação negativa para as variações observadas, agora na seção sobre "Accentos, pronunciacion, y orthographia":

> Item se aduierte que los que hablã corruptamente esta lengua mudan la *ca, qui,* en *ga, gui,* como *Inga, ringui,* por *ynca, rinqui*: la *r* en *l,* como *chilin* por *chirin* haze frio. La *t,* en *r,* o en *l,* como *capti, capri,* vel *capli*: La *j* en *l*[*l*], como *llallini, yallini* o la *ç,* en *h,* como *coha* por *coça,* la *ll* en *l.* como *lacta* por *llacta* (*Doctrina Christiana*, 1584, p. 83v)

Os substantivos, adjetivos e advérbios que estão associados à descrição das variantes mencionadas são esclarecedores: "imperfecciõ", "barbariedad", "corruptamẽte", "toscos". Descritas como vícios de linguagem, pelo uso de metatermos gramaticais como "solecismos", "sinalephas" ou "sincopas", as formas variantes são tidas como imperfeitas, bárbaras e grosseiras. No fragmento "hablando con un sonsonete de rusticos y agenos de policia", encontramos uma posição oposta àquela assumida por Santo Tomás ([1560]1995): aqui, os sons do quéchua são classificados como "agenos de policia", enquanto o sevilhano afirma ser a língua ameríndia plena de "gran policía" (Santo Tomás, [1560]1995, p. 8).

De forma semelhante, nas *Preliminares* de *Predicación del Evangelio en las Indias*, Acosta ([1577]1999), ao contrário do que relatamos no contexto dominicano, não se furta a descrever o nativo americano como bárbaro. Apresentando, ao leitor, os livros e os temas desenvolvidos na obra, o jesuíta afirma o seguinte:

> Queriendo, pues, confiar a las letras esta mi opinión, he repartido toda la materia en seis libros que declaran el modo completo y universal de ayudar al bien espiritual de los indios. El Libro I explica de modo común y general la esperanza que hay de la salvación de los indios, las dificultades de ella y cómo hay que superarlas, y cuán grande sea el fruto del trabajo apostólico.

> Luego en el Libro II se trata de la entrada del evangelio a los **bárbaros**, [...] y del oficio del predicador evangélico. (Acosta, [1577]1999, *Preliminares*. O grifo é nosso)

De fato, o caráter rústico e bárbaro da língua quéchua é corroborado, ainda, pela demonização do indígena peruano. Segundo Mello e Souza (1992), Acosta "ilustra magistralmente a tendência em demonizar as práticas religiosas do Novo Mundo" (Mello e Souza, 1992, pp. 93-94), o que pode ser demonstrado por vários títulos de sua *Historia natural y moral de las Indias* (a partir de agora, *Historia*), publicada em Sevilha, no ano de 1590. Dentre esses títulos, poderíamos citar os seguintes, todos pertencentes ao livro quinto de *Historia* (cf. Acosta, [1590]1961): *Que la causa de la idolatría ha sido la soberbia y invidia del demônio* (capítulo 1); *De los monasterios de religiosos que tiene el demonio para su superstición* (capítulo 16); *De las penitencias y asperezas que han usado los indios por persuasión del demonio* (capítulo 17); *De los sacrificios que al demonio hacían los indios, y de qué cosas* (capítulo 18); *Cómo el demonio ha procurado remedar los sacramentos de la santa Iglesia* (capítulo 23); *De algunas fiestas que usaron los del Cuzco, y cómo el demonio quiso también imitar el misterio de la Santísima Trinidad* (capítulo 28).

Da perspectiva de Mello e Souza (1992), a ideia de idolatria variou bastante entre os etno-demonólogos da América:

> Diferentemente de um Las Casas, para quem ela **(a idolatria)** acabava preparando o ameríndio à recepção da fé católica, Acosta achava que, apesar de aptos a receberem a fé, os índios se entregavam a idolatrias demoníacas: era assim o demônio, e não a torre de Babel, que explicava a diversidade das divindades e dos cultos. 'Expulsos pela chegada do Cristo, o demônio se refugiou nas Índias, delas fazendo um de seus bastiões. A idolatria não é, pois, apenas uma forma errônea de religião natural. Ela não é natural, mas diabólica'. Subscreve, desta forma, a definição bíblica segundo a qual a idolatria é o começo e o fim de todos os males (Mello e Souza, 1992, p. 94. O grifo é nosso).

Com efeito, opondo o ideário dominicano ao jesuítico, Mello e Souza (1992) chama nossa atenção, no fragmento anterior, para as diferentes concepções de idolatria que nortearam o trabalho missionário no Novo Mundo. Do ponto de vista dominicano, a idolatria era "natural", fruto da dispersão, da diversificação vivida em consequência à Torre de Babel. Por outro lado, do ponto de vista jesuítico, a idolatria era prática "não natural", danosa, e deveria, por isso mesmo, ser extirpada com rigor, uma vez que se configurava como resultado da ação diabólica típica em terras americanas.

Destaquem-se, a esse respeito, as diferenças entre o tratamento dispensado por Acosta - em relação às variações linguísticas e à fixação de uma norma padrão para a língua quéchua - e aquele empregado por Alfonso X, relativamente à temática da corrupção linguística.

De fato, o tema da corrupção linguística - largamente difundido pelo pensamento linguístico medieval - é de basilar importância para o exame das gramáticas quéchuas produzidas no contexto da colonização espanhola. Segundo informam as populares narrativas bíblicas do Gênesis, a língua adâmica era, como se sabe, a língua original do homem, falada por Adão e Eva, no Paraíso, com a qual se haviam nomeado, à perfeição, todos os seres e objetos resultantes do labor divino. Com o advento da Torre de Babel, entretanto, esses homens foram divididos e espalhados pelo mundo e a "confusão das línguas" resultou-lhes imposta, como forma de castigo divinal. Essa justificativa mítica para a diversidade étnica e linguística, corrente na reflexão medieval sobre a linguagem, trouxe, como consequência, a ideia da corrupção linguística, uma vez que as línguas derivadas da protolíngua adâmica perderam a capacidade inicial de desvelar a essência natural das coisas denominadas. Nesse contexto, o hebraico era considerado como a língua mais pura, dentre as demais, por sua maior proximidade histórica com a língua original, seguido de perto pelo latim, língua litúrgica oficial do período.

Para exemplificar, de maneira mais objetiva, a ideia de corrupção linguística, tal como formalizada na ambiência medieval, tomemos o exemplo do pensador Alfonso X (1221-1289), o Sábio, rei de Castela e Leão, entre os anos 1252 e 1284, primeiro autor, na Alta Idade Média, a utilizar-se de idiomas modernos (castelhano e galego) no lugar do latim (cf. Niederehe, 2008, p. 15). De acordo com Niederehe (1983), Alfonso X desenvolve uma teoria dos signos, à semelhança de Santo Agostinho, pautada por uma ética linguística segundo a qual o homem, em seu livre-arbítrio, em conformidade com sua valoração moral, interfere diretamente no uso particular que faz das línguas:

> Lengua non la puso Dios tan solamiente al omne para gostar mas aun para fablar e mostrar su razon con elle; et bien asi como le dió sentido en el gostar para departir las cosas sabrosas de las otras que lo non son, otrosi gelo dió en las palabras para fazer departimiento entre la mentira que non es sana e complida, de la verdad e lealtad de que se paga el entendimiento del home bueno et ha grant sabor con ellas. (*General Estoria - Parte II*, *apud* Niederehe, 1983, p. 224)

Para Alfonso X, conforme explicita o fragmento em questão, a linguagem é um ato da disposição humana indispensável à expressão racional. Os homens bons fazem uso adequado e verdadeiro dela, demonstrando sua lealdade e seu caráter moral. Os homens maus, diferentemente, usam-na de maneira inadequada, disseminando a mentira e a fugacidade. Pela leitura de Niederehe (1999, p. 94), a obra do rei de Castela representa o panorama completo da linguística europeia do século XIII. Observadas as perspectivas de Alfonso X, a linguagem humana assume um caráter arbitrário, como consequência dos fatos bíblicos descritos no episódio da Torre de Babel, uma vez que apenas a língua adâmica (original) sustenta-se por uma relação natural (essencial) entre o signo e o assinalado. Por outro lado, as distintas línguas faladas pelos homens apresentam, ainda, uma dimensão convencional, dado que o uso concreto do aparato linguístico (oral ou escrito) prevê normatizações específicas, estabelecidas socialmente,

como maneira de regular o bom emprego da linguagem. Os usos não convencionados das línguas são justamente aqueles pautados pela ideia de corrupção linguística (cf. Niederehe, 1983, pp. 225-229).

Pois bem, se levarmos em conta as diferenças entre a retórica dominicana e a retórica jesuítica, em relação à temática da corrupção linguística, poderemos delinear, certamente, posicionamentos bastante distintos - ou mesmo opostos - para o tratamento da questão no Peru do século XVI. De fato, tal como observamos, nas seções anteriores, Santo Tomás ([1560]1995), em vários capítulos de sua gramática, esforça-se por demonstrar que a língua andina não deve ser caracterizada como bárbara e que as variações linguísticas detectadas devem ser tomadas como naturais, a exemplo do que se verifica, igualmente, com o espanhol e demais línguas europeias. Nesse sentido, ratificando a leitura proposta por Mello e Souza (1992), é possível dizer que o dominicano, assim como Alfonso X, concebe o problema da corrupção linguística a partir do episódio da Torre de Babel: as estratégias normativas de Santo Tomás ([1560]1995) preveem, nesse contexto, fixar usos convencionados para a língua-objeto, sem que isso represente, de fato, a condenação das formas variantes como bárbaras.

Bem ao contrário, os textos da lavra de Acosta (cf. [1590]1961; [1577]1999) - incluindo, certamente, aqueles destinados a sua supervisão (cf. *Doctrina Christiana*, 1584; *Tercero Cathecismo y Exposicion de la Doctrina Christiana, por Sermones*, 1583; Anônimo, 1583) - aferram-se à índole bárbara das variantes examinadas, como demonstramos nos excertos anteriores (cf. *Doctrina Christiana,* 1584, pp. 83r-83v; Acosta, [1577]1999, *Preliminares*). Como assevera Mello e Souza (1992), a retórica de Acosta - líder inconteste dos jesuítas e do 3CL, na segunda etapa da colonização do Peru - não subscreve como errônea a religião dos nativos, ao contrário: a idolatria, nesse contexto, é tida como diabólica, como não natural, e, por essa razão, deve ser extirpada

com rigor. Da mesma maneira, a corrupção linguística, na retórica jesuítica, é examinada como sintoma de barbárie e sofre, por isso mesmo, um tratamento muito mais coercitivo e rigoroso, nos tratados oriundos do 3CL.

Com efeito, concebendo o ameríndio como um ser propenso à influência demoníaca, Acosta, em seus trabalhos do 3CL, fará, da excomunhão, da penitência e das penas pecuniárias, pontos centrais do novo modelo missionário a ser seguido nas Américas. Observemos como isso se concretiza no *prohemio* e na *provision real*, textos introdutórios à segunda gramática produzida sobre o quéchua no século XVI.

4.3.1 O *prohemio*, a *provision real* e o prólogo da gramática anônima de 1586

Assinado por Antonio Ricardo, "impressor de libros", e dedicado "al excelentissimo señor Don Fernando de Torres y Portugal, Conde de Villar, Virrey Gouernador, y Capitã General de los Reynos del Piru", o *prohemio* que introduz a edição da gramática anônima, disponível na Biblioteca Digital Hispânica, desenvolve-se da página 3 à página 6. Em primeira pessoa, o enunciador manifesta, nesse exórdio, os objetivos que o levaram à publicação dos decretos do 3CL:

> [...] he procurado imprimir los decretos del Concilio Prouincial que vuo en esta Ciudad de Lima el año passado, de mill y quinientos y ochenta y tres. En el qual se ordeno que para el aumento destos Naturales en la fee, y buenas costumbres, y el eprouechamiento delos Curas dellos que no estan muy expertos en la lengua Indica se hiziesse vna Cartilla, y Cathecismo, Confessionario y Sermonario, com todo lo concerniente y necessário, para el entendimiento de todo ello, assi en las lenguas Indicas, Quichua y Aymara, como en la lengua Espeñola para que los Naturales pudiessen yr aprendiendo nuestra lengua, y los Españoles juntamente aprendiessen la dellos. (Anônimo, 1586, p. 4-5)

Tendo em vista a educação dos naturais na fé cristã e nos "bons costumes", o enunciador do *prohemio*, em debreagem enunciativa, comum nesse gênero discursivo,

declara a importância da aprendizagem das línguas quéchua a aymará no projeto missionário castelhano. Do mesmo modo, informa-nos que a aprendizagem das línguas ameríndias constituiria uma etapa necessária para que os naturais aprendessem o espanhol. Bem se vê que a língua espanhola continua guardando papel central nos investimentos religiosos junto à população indígena.

Nesse mesmo excerto, o enunciador enumera, ainda, os materiais publicados em decorrência do 3CL: uma cartilha, um catecismo, um confessionário e um sermonário. Em seguida, anuncia a publicação tardia do vocabulário quéchua, obra que tornaria inteligíveis todas as anteriores escritas na língua ameríndia:

> Todo lo qual se ha puesto hasta agora en essecucion restaua solamente el Vocabulario en las dichas lẽguas, para declaracion y entendimiẽto de todo lo suso dicho, y para q los ygnoran com facilidad aprendiessen [...] lo que cada vocablo y phrasis contenido en las dichas obras significaua. El qual al presente esta acabado, copiolo cõforme a la necessidad que las dichas obras del tenian, y sin el qual estan como mancas, y poco intelligibles. (Anônimo, 1586, p. 5)

Na sequência do vocabulário quéchua/espanhol, encontramos, portanto, a gramática anônima de 1586. O texto gramatical desenvolve-se com numeração de páginas distintas, de 1r a 40v, enquanto o vocabulário ocupa as páginas de número 17 a 367, na edição eletrônica utilizada (cf. Anônimo, 1586).

Datada de 12 de agosto de 1584, *a provision real*, desenvolvida da página 7 à página 13, redigida por Joan Ramos de Gavna (s.d.), escrivão da Câmara de Sua Majestade, em nome do próprio Felipe II, enumera, inicialmente, as diversas regiões governadas pelo soberano: Castela, Aragão, Navarra, Granada, Toledo, Valência, Galícia, Sevilha e Córcega, dentre outras. Reafirmados os domínios e o poder do monarca, em clara manipulação por sedução, o enunciador faz referência ao 3CL,

ordenado pela coroa em defesa dos naturais do Novo Mundo. Pelas palavras de Gavna, Felipe II teria decidido que:

> [...] se juntasse, y celebrasse el Concilio prouincial [...] por decreto del sagrado Concilio de Trento [...] como cosa tan necessária para la doctrina, y conuersion de los dichos naturales, y reformacion de los sacerdotes, q los hã de doctrinar, y para q en lo vno, y en lo outro se diesse orden tã cierta, y uniforme, como la experiencia avta mostrado que conuenia, y era necessario para el aprouechamiento, y bien spiritual de los dichos naturales. Porq de no se auer fecho hasta agora assi, se auian representado muchos daños, & inconuinientes. (Anônimo, 1586, p.7)

De fato, o dialogismo constitutivo desse fragmento é evidente: assim como o Concílio de Trento, o 3CL tem por propósito, contrariamente a seus antecessores, dar ordem "certa" e "uniforme" quanto à doutrina e conversão dos índios e à reformação dos sacerdotes que devem doutriná-los. O discurso, aqui, é o de ruptura, em relação aos discursos conciliares do 1CL e 2CL, que, na argumentação do enunciador, resultaram em muitos danos e inconvenientes à evolução espiritual dos nativos. Sem mencioná-los nominalmente, o enunciador refere-se aos missionários mendicantes da primeira geração, principalmente aos dominicanos, que estiveram à frente das duas primeiras atividades conciliares no Peru. Note-se, ainda, no excerto em questão, a maior rigidez e austeridade dos jesuítas no que diz respeito às tarefas catequéticas, comparadas às propostas dirigidas por Loaysa, em nome dos dominicanos.

Com efeito, o objetivo da *provision real* é dar licença, a Antonio Ricardo, para a impressão dos decretos do 3CL, incluindo-se, aí, o Vocabulário e a gramática anônima de 1586. Uma condição, entretanto, é bastante destacada na carta da *provision real*: que não se vendam os livros impressos sem a devida correção pelos responsáveis, fato que resultaria no maior controle do conteúdo das edições a serem, posteriormente, distribuídas aos sacerdotes:

> Y mandamos que antes, y primero que los dichos libros se vendã por el impressor, a cuyo cargo han de estar para dar cuenta dellos, y de su procedido, no pueda vender ni venda algunos dellos sin que primero este corregido con el original [...] (Anônimo, 1586, p. 12)

Atento à tradução e à uniformidade dos decretos conciliares, o enunciador nomeia os responsáveis pela correção e revisão das edições realizadas:

> [...] padre Rector, o del padre Joseph de Acosta de la dicha Compañia de Jesus, a los quales, y a cada uno dellos los nombramos por correctores de la dicha impression, para que vean si esta conforme al original firmado del dicho Concilio como esta dicho, y com esto y no de otra manera se puedan vender y repartir y usar dello, en todos los dichos nuestros Reynos del Piru [...] (Anônimo, 1586, p. 12)

Nomeados pelo 3CL, o padre reitor do Colégio da Companhia de Jesus e o padre José de Acosta são os corretores oficiais das impressões dos textos conciliares. Sem que um deles desse o aval necessário, nada se poderia vender, divulgar ou repartir, em nome do 3CL.

Finalmente, ainda no texto da *provision real*, encontramos recomendações quanto aos arquivos dos documentos conciliares e às sanções pecuniárias a serem impostas a todos aqueles que descumprissem as normas do 3CL:

> [...] y no se use de otro alguno para la doctrina, y conuersion de los dichos Naturales, en sus lenguas en manera alguna, y que el original de donde fueren sacados, o impressos se ponga en el Archibo de la Sancta Yglesia Metropolitana de la dicha ciudad de los Reyes, y uno de los dichos libros corregidos, y authorizados se ponga en cada uno de los Archibos de las nuestras Audiencias y Chancillerias Reales de los dichos nuestros Reynos del Piru, y de las Yglesias Cathedrales dellos. Lo qual assi se cumpla so pena de la nuestra merced, y de mill pesos de oro para nuestra camara y fisco a cada uno que lo contrario hiziere. (Anônimo, 1586, p. 12)

O fragmento supracitado, tal como observa García (1986), denuncia o maior rigor do 3CL, notadamente no que diz respeito à questão da tradução e da divulgação dos decretos nele implementados. Como pena àqueles que transgredissem às normas

conciliares, o texto da *provision real*, que introduz a gramática anônima e o vocabulário quéchua de 1586, prevê multa de mil pesos em ouro, ao fisco da coroa espanhola, fato bastante revelador da natureza dos decretos do Concílio, principalmente quando considerado como informação introdutória a um trabalho de natureza eminentemente linguística.

Por sua vez, o prólogo destinado "al lector", disposto às páginas de número 14 a 16, expõe os objetivos da edição do vocabulário quéchua:

> Considerando [...] la necessidad que en estos reynos auia para la buena doctrina de los Naturales, y declaracion del Cathecismo Confessionario y Sermonario, que por decreto del Sancto Concilio Prouincial se hizo en esta ciudad, he hecho este Vocabulario el mas copioso que se pudo en la lengua Quichua y Española, con animo de hazer otro en la lẽgua Aymara q falta. El qual será muy vtil para todo genero de gẽtes, assi Curas d yndios, como otras personas ecclesiasticas y seglares q vuierẽ d tratar cõ los yndios en poblado [...] (Anônimo, 1586, p. 15)

Demonstrando a aspiração de elaborar outro dicionário em língua aymará, o enunciador anônimo do prólogo novamente destaca a importância da obra frente às necessidades de curas, índios e eclesiásticos. Na sequência, dá-se a continuidade do argumento que justifica a elaboração do vocabulário:

> Sera tambiẽ de mucho prouecho, el q comiença en la lengua yndica para los q oyen cõfessiones, por q con el podra atreuerse a oyr los penitentes con medianos principios, y el q comiença en la lengua Española, seruira a los que hazen platicas y sermones a los yndios: para hablar y cõponer con liberalidad lo que quisieren (Anônimo, 1586, p. 16)

De fato, considerados como "penitentes de medianos princípios", os indígenas americanos constituem a motivação primeira da obra: com a intenção de viabilizar a tarefa missionária, o enunciador pretende que o vocabulário e também a pequena gramática que encerra a obra tornem-se instrumentos facilitadores na evangelização dos nativos.

Nesse contexto, os textos introdutórios ao vocabulário e à gramática quechua de 1586 configuram o contexto especialmente normativo, regulador e punitivo que caracteriza a produção desses trabalhos linguísticos. Os jesuítas foram, sem dúvida, os principais articuladores dessa nova política missionária, que tem lugar com o 3CL e consolida a presença espanhola no Peru colonial.

4.3.2 A tipologia de sinais de Acosta

Com o objetivo de analisar argumentos providencialistas, entre dominicanos e jesuítas, em favor de modelos distintos de colonização para o Peru do século XVI, passemos, nesta seção, a examinar a tipologia de sinais de Acosta em um capítulo específico de *Historia*:

> Las letras se inventaron para referir y significar inmediatamente las palabras que pronunciamos, así como las mismas palabras y vocablos, según el filósofo, son señales inmediatamente de los conceptos y pensamientos de los hombres. Y lo uno y lo otro (digo las letras y las voces), se ordenaron para dar a entender las cosas: las voces a los presentes; las letras a los ausentes e futuros. (Acosta, [1590]1961, p. 284)

O excerto anterior transcreve a introdução de Acosta ao capítulo *Que ninguna nación de indios se ha descubierto que use de letras*, no sexto livro de *Historia*, publicado no ano de 1590. Nesse Fragmento, o jesuíta enuncia que as palavras são sinais dos pensamentos e dos conceitos dos homens e ordenam-se para dar a entender as coisas às quais elas se referem. A asserção de Acosta, somada ao contexto religioso que constitui seu percurso vital, evidencia o modelo de linguagem ao qual o missionário filia-se. De fato, a idéia de que a linguagem é capaz de traduzir o pensamento, de que as palavras são a materialização da racionalidade humana, é recorrente, pelo menos, desde

Aristóteles, e perpassa toda a Idade Média. Nos trechos iniciais do tratado *Da interpretação*, o estagirita afirma o seguinte:

> Os sons emitidos pela fala são símbolos das paixões da alma, [ao passo que] os caracteres escritos [formando palavras] são os símbolos dos sons emitidos pela fala. Como a escrita, também a fala não é a mesma em toda a parte [para todas as raças humanas]. Entretanto, as paixões da alma, elas mesmas, das quais esses sons falados e caracteres escritos (palavras) são originalmente signos, são as mesmas em toda parte [para toda a humanidade], como o são também os objetos dos quais essas paixões são representações ou imagens. (Aristóteles, 2005, p. 81)

Tomando por modelo Aristóteles, Acosta identifica, na palavra falada, sinais da racionalidade humana e da representação das coisas do mundo. Por seu turno, a palavra escrita, tal como indica o filósofo grego, é, para o missionário espanhol, representação dos sons da fala. Assim como seus irmãos de religião, Acosta compreende a linguagem verbal como expressão "de los conceptos y pensamientos de los hombres", como manifestação da regularidade universal e racional que singulariza a essência humana, na esteira do que os modistas[9] já afirmavam séculos antes.

O jesuíta diferencia, entretanto, *sinais verbais* de *sinais não verbais*, como a *pintura*, por exemplo:

> [...] señales que no se ordenan de próximo a significar palabras sino cosas, no se llaman ni son en realidad de verdad letras, aunque estén escritas, así como una imagen del sol pintada no se puede decir que es escritura o letra del sol, sino pintura. (Acosta, [1590]1961, p. 284)

Além da *pintura*, Acosta identifica outro tipo de *sinal não verbal*, as *cifras*, espécie de índices memoriais:

> [...] otras señales que no tienen semejanza con la cosa, sino solamente sirven para memoria, porque el que las inventó no las ordeno para significar palabras, sino para denotar aquella cosa, estas tales señales no se dicen ni son propriamente letras ni escritura, sino cifras o memoriales, como las que

[9] Sobre os modistas, desenvolvem-se maiores informações no Capítulo posterior.

> usan los esferistas o astrólogos para denotar diversos signos o planetas de Marte, de Vênus, de Júpiter, etc. (Acosta, [1590]1961, p. 284)

Com efeito, em continuidade a sua distinção entre *cifras* e *letras*, o jesuíta afirma o caráter genérico das primeiras em oposição à sistematização específica inerente às segundas:

> [...] son cifra y no letras, porque por cualquier nombre que se llame Marte, igualmente lo denota al italiano, y al francés y al español, lo cual no hacen las letras, que aunque denoten las cosas, es mediante las palabras y así no las entienden sino los que saben aquella lengua. (Acosta, [1590]1961, p. 284)

Assim, diferenciando *letras*, *pinturas* e *cifras*, Acosta apresenta-nos um esboço de uma tipologia dos sinais, com intenção clara de introduzir-nos seu conceito de *escritura*. Vale relembrar que o título do capítulo em que são feitas essas considerações, *Que ninguna nación de indios se ha descubierto que use de letras*, procura demonstrar que apenas europeus fazem uso da palavra escrita. A tipologia dos sinais descrita por Acosta constitui o eixo central da argumentação que se desenha nesse capítulo. E o autor conclui da seguinte maneira: "escritura y letras solamente las usan los que con ellas significan vocablos, y si inmediatamente significan las mismas cosas, no son ya letras ni escritura, sino pintura y cifras" (Acosta, [1590]1961, p. 284).

O jesuíta reconhece, portanto, diferentes sinais utilizados como registro das relações entre os homens e as coisas do mundo. Para os europeus, esse registro está condicionado, fundamentalmente, às *letras*, à *escritura*; para os americanos, à *pintura*. Em nossos termos, equivale dizer que, nesse capítulo de *Historia*, vemos confrontados dois tipos básicos de linguagem: a primeira é estruturada pela mediação do signo verbal escrito, que representa o referente e o conceito. Para esse tipo de linguagem, a racionalidade humana tem papel preponderante - "palabras y vocablos, según el filósofo, son señales inmediatamente de los conceptos y pensamientos de los hombres".

O segundo tipo de linguagem, entretanto, é essencialmente referencial. Nesse caso, referente e signo não verbal, *pintura* ou *cifra*, são como duas faces de uma mesma moeda e prescindem ambos de uma racionalização muito elaborada – "señales que no se ordenan de próximo a significar palabras sino cosas, no se llaman ni son en realidad de verdad letras".

Diante de tal argumentação, perguntamo-no: quais seriam as intencionalidades de Acosta ao esboçar essa tipologia de sinais? De que maneira as teses do missionário, no tocante à linguagem, manifestariam uma concepção sobre a natureza do indígena americano?

Pelo que se descreveu até aqui, para o jesuíta, a palavra é sinal da razão, indígenas e europeus utilizam-na indistintamente, logo, ambos são seres dotados de habilidades racionais. Todavia, no modelo de Acosta, o que distingue europeus de americanos não é o uso da palavra falada, mas o uso da palavra escrita. Enquanto europeus usam *letras* para remontar à palavra falada e organizar a memória do vivido, indígenas usam *pintura*. A escrita alfabética, de caráter essencialmente fonológico, marca a peculiaridade europeia frente aos costumes americanos.

Na interpretação de Acosta, os sinais do tipo *pintura*, ou do tipo *cifra*, remetem às coisas, aos objetos do mundo, sem a representação da linguagem verbal. São sinais de caráter marcadamente referencial. Por outro lado, o jesuíta demonstra perceber certa organicidade própria do *sinal verbal*, quando o compara às *cifras*, e vê, nessa organicidade, uma garantia da racionalidade típica da linguagem verbal humana. Assim, quando os astrólogos utilizam *cifras* ou outros signos para designar o planeta Marte, ou o planeta Júpiter, por exemplo, são compreendidos por italianos, franceses e espanhóis. Mas quando um falante nativo espanhol fala a um falante nativo italiano, eles não se entendem mutuamente, a menos que tenham estudado as línguas um do outro.

Com efeito, a organicidade própria dos *sinais verbais*, portanto, permite a eles que se constituam como a linguagem do pensamento. Assim como as *vozes* - sons a que as *letras* estão intimamente ligadas -, as letras ordenam-se para indicar os "conceptos" humanos. Essa capacidade de "ordenação" assegura às letras, e às palavras, consequentemente, o grau de sistematicidade que falta à *pintura* ou à *cifra*. Estas últimas não estruturam um conjunto orgânico. Referem-se, isoladamente, a um dado do mundo, incapazes que são de relacionarem-se de modo ordenado umas com as outras.

Num vocábulo próprio da nossa experiência como linguistas, diríamos que Acosta reconhece um *sistema* que ordena os sinais verbais. Não confundamos, entretanto, *sistema*, tal como intuído por Acosta, com o conceito de *sistema* vindo da linguística saussureana. Aqui, *sistema* designa a organicidade típica da razão humana, que, traduzida em palavras, comunica o pensamento.

De fato, o indígena americano utiliza *sinais verbais* em sua conversação ordinária; mas faz uso da *pintura*, nos seus registros formais. O europeu, por sua vez, utiliza *sinais verbais*, como o nativo americano, para falar; mas mantém toda sua racionalidade nos *registros escritos* distintivos de sua cultura. Pela tipologia de sinais de Acosta, as *letras* apresentam uma superioridade inequívoca em relação à *pintura*. Desse modo, o homem europeu apresentará, também, uma capacidade maior de racionalização sobre o mundo. A maior capacidade racional do europeu, frente ao indígena americano, constitui um dos argumentos de Acosta, como veremos a seguir, em defesa de um modelo específico de colonização sobre o Peru.

4.3.3 A retórica jesuítica por oposição à retórica dominicana

É necessário observar, de saída, que tanto dominicanos quanto jesuítas desenvolviam argumentos providencialistas para justificar a colonização americana empreendida pelos espanhóis. Consideremos, inicialmente, o seguinte excerto de Acosta em *História*:

> Quiero dar fin a esta historia de Indias con declarar la admirable traza com que Dios dispuso y preparo la entrada del Evangelio en ellas, que es mucho de considerar para alabar y engrandecer el saber y bondad del Creador. Por la relación y discurso que en estos libros he escrito, podrá cualquiera entender que así en el Pirú como en la Nueva España, al tiempo que entraron los cristianos, habían llegado a aquellos reinos a lo sumo, y estaban en la cumbre de su pujanza; pues los ingas poseían en el Pirú desde el reino de Chile hasta pasado el de Quito, que son mil léguas; y estaban tan servidos y ricos de oro y plata, y todas riquezas. Y en México, Montezuma imperaba desde el mar Oceano del Norte, hasta el mar del Sur, siendo temido y adorado, no como hombre, sino como dios. A este tiempo juzgó el Altísimo que aquella piedra de Daniel, que quebranto los reinos y monarquias del mundo, quebrantase también los de este outro Mundo Nuevo; y así como la ley de Cristo vino, cuando la monarquia de Roma había llegado a su cumbre, así también fué en las Indias Occidentales. (Acosta, [1590]1961, pp. 373-374)

Da perspectiva de Acosta, os reinos do Peru e da Nova Espanha, depois de terem atingido o ápice, estavam, agora, com a chegada dos espanhóis, sendo reconstruídos sob a palavra do evangelho. Como principal argumento desse ponto de vista, o jesuíta utiliza o episódio do profeta Daniel, do Antigo Testamento, que, na Babibônia, interpreta o sonho de Nabucodonosor, em seu segundo reinado[10]. No sonho do soberano, uma enorme pedra destruía por completo uma estátua imponente, feita de ouro, prata, cobre, ferro e barro. Daniel revela, então, a Nabucodonosor, que o ouro, a prata, o cobre, o ferro e o barro, que constituíam a enorme estátua, representariam reinos futuros, que

[10] Relativamente ao sonho de Nabucodonosor, interpretado por Daniel, consultamos a versão de 1974, da Bíblia Católica: *Bíblia Sagrada*. Nova edição papal traduzida das línguas originais com uso crítico de todas as fontes antigas pelos missionários capuchinos. Charlotte, North Carolina, U.S.A.: C. D. Stampley Entreprises, Inc., pp. 889- 909.

seriam totalmente extintos pela força e pelo poder de outro reino, o reino de Deus, que governaria sobre a Terra eternamente. Assim como prediz Daniel, Acosta vê na destruição dos impérios inca e asteca a preparação para a construção do reino de Deus na Terra, pela revelação da palavra cristã. Esse fato, certamente, evidencia uma leitura providencialista da conquista americana segundo a cosmovisão jesuítica.

Observe-se, por outro lado, a distância que separa dominicanos e jesuítas em suas respectivas leituras da conquista americana. Podemos flagrar, em Las Casas ([1552]1993), como assinalamos anteriormente, uma das denúncias mais contundentes das barbaridades cometidas contra os nativos americanos pelos conquistadores europeus. Sobre a destruição do Peru, Las Casas ([1552]1993), diferentemente de Acosta ([1590]1961), diz o seguinte:

> Si se hobiesen de contar las particulares crueldades y matanzas que los cristianos en aquellos reinos del Perú han cometido y cada día hoy cometen, sin Duda, ninguna serían espantables y tantas, que todo lo que hemos dicho de las otras partes se escureciese y pareciese poco, según la cantidady gravedad della (Las Casas, [1552]1993, p. 164).

Contestando a retórica lascasiana, que predominou no primeiro momento da colonização - quando a sedimentação da conquista e a pacificação dos nativos eram de vital importância para a coroa espanhola -, a argumentação de Acosta assume um tom racionalista e contribui para um maior controle político-administrativo do Novo Mundo.

Com efeito, ao apresentar-nos sua tipologia de sinais, no livro sexto de *Historia*, o jesuíta pretende fundamentar a tese de que a conquista americana passa, necessariamente, pelos desígnios de Deus. O Criador enviou os espanhóis e, com eles, os missionários mendicantes, para a reconstrução do reino de Deus na Terra. Ora, para isso, é providencial que os europeus sejam homens superiores, ao menos no aspecto racional. Os conquistadores, por dominarem a *escrita*, têm mais condições de

ascenderem aos livros sagrados e à cultura clássica que constituem a base da cultura ocidental. Os índios, ainda que investidos de razão, desconhecem a palavra oculta na obra do Criador. São incapazes, ainda, de manipular a *escrita*, meio pelo qual, durante toda a Idade Média e início da Idade Moderna, os cristãos puderam conhecer e manter viva a palavra de Deus.

Desse modo, uma das missões da Igreja Romana no Novo Mundo é, pelo que deduzimos de Acosta, desenvolver a racionalidade indígena, já que a razão, nesse contexto, é vista como um recurso da fé. A confecção de gramáticas e dicionários nas línguas indígenas segue a mesma lógica: ascender à palavra *escrita* é condição *sine qua non* para chegar à palavra de Deus. Os espanhóis são, nesse sentido, os instrumentos da misericórdia divina incumbidos da catequização do índio americano. A conquista representa, portanto, nesse modelo, um processo de evolução natural comandado por homens que sabem, com propriedade, dominar a palavra *escrita* e a racionalidade específica do pensamento, que, inevitavelmente, levará à salvação.

Os capítulos quinto e sexto, em *Historia*, por sua vez, fazem referência aos modos de registros dos chineses. O'Gorman (1961) afirma que tais capítulos consistem em uma digressão de Acosta que, afinal, tem por objetivo, nesse livro, contar a história das Índias, e não da China. Na nossa leitura, não se trata de digressão: movido pela comprovação do argumento linguístico de que os povos possuidores de *escritura* são superiores aos povos que não a utilizam, buscando sedimentar sua interpretação providencialista para a conquista da América, Acosta procura mostrar, nesses capítulos, que todo o entusiasmo, à época, em torno da pretensa escrita chinesa é um exagero. Desse modo, desqualifica a *escrita* chinesa enquadrando-a na mesma categoria das *cifras* e das *pinturas* americanas:

> Las escrituras que usan los chinas, piensan muchos y aún es comum opinión, que son letras como las que usamos en Europa; quiero decir, que con ellas se puedan escrebir palabras o razones, y que sólo difieren de nuestras letras y escrituras en ser sus caracteres de outra forma, como difieren los griegos de los latinos, y los hebreos y caldeos. Y por la mayor parte no es así; porque ni tienen alfabeto ni escriben letras, ni es la diferencia de caracteres, sino en que principalmente su escrebir es pintar e cifrar, y sus letras no significan partes de dicciones como las nuestras, sino son figuras de cosas, como de sol, de fuego, de hombre, de mar, y así de lo demás. (Acosta, [1590]1961, p. 285)

Contrariamente ao que afirma O'Gorman (1961), não reconhecemos nenhuma digressão aqui. Observe-se, afinal, que esse capítulo quinto apresenta um desdobramento do argumento linguístico iniciado no capítulo anterior. Em comentário à suposta *escritura* dos chineses, Acosta desqualifica aqueles que supervalorizam o que é, certamente, outro tipo de *pintura* ou *cifra*. Está claro, pois, que a tipologia de sinais de Acosta, em *Historia*, serve a um modelo de colonização eurocêntrico, racionalista e cristão. Coerente com o tom austero que marca os decretos do 3CL, tal como constatamos, nas seções anteriores deste Capítulo IV, pela análise do *prohemio* e da *provision real* que antecedem o vocabulário e a gramática quechua de 1586, a cosmovisão jesuítica de Acosta, em *Historia*, mantém uma desqualificação do homem e das línguas americanas frente ao europeu.

Por outro lado, os argumentos linguísticos dominicanos utilizados como justificativa para a colonização do Novo Mundo encaminham direção distinta. Tomamos como exemplo, ainda uma vez, o prólogo de Santo Tomás, dedicado a Felipe II:

> […] esta lengua tiene, la abundancia de vocablos, la conveniencia […] con las cosas que significan, las maneras diversas y curiosas de hablar […] y demás propriedades del nombre, modos, tiempos, y personas del verbo. Y, brevemente, en muchas cosas y maneras de hablar tan conforme a la latina y española; y, en el arte y artificio della, que no paresce sino que fue un pronóstico que españoles la avían de poseer. (Santo Tomás, [1560]1995, pp. 8-9)

De fato, encontra-se, aqui, tal como demonstramos para a retórica dos jesuítas, uma leitura providencialista para a conquista e colonização do Peru: uma vez constatato o fato de que a língua quéchua é similar à latina e à espanhola, composta, como as línguas europeias, por todas as propriedades dos nomes, modos, tempos e pessoas verbais, é natural inferir que não foi senão um prognóstico divino que tornou possível a "descoberta" do Novo Mundo. A diferença da retórica dominicana em relação à jesuítica está em afirmar positivamente a natureza do homem e da língua americana, no nosso caso, do homem e da língua quéchua.

Tal valorização da natureza moral e espiritual do ameríndio é tributária, como destacamos no Capítulo anterior, da cosmovisão idealista lascasiana, que defendia um modelo de colonização para as Américas baseado em colônias mistas, formadas por europeus e indígenas, ambos integrados, de maneira harmoniosa, às normas produtivas e econômicas estabelecidas pela coroa e igualmente protegidos como súditos diretos do rei.

Nesse ponto, firmamos uma das teses principais desta Investigação, que sustenta, do nosso ponto de vista, a periodização estabelecida, neste contexto: a emergência da tradição gramatical quéchua, no século XVI, reflete interesses distintos da empresa colonial no Peru, antes e depois do Concílio Tridentino e do 3CL. No primeiro momento, no contexto em que dominam a retórica e os projetos dominicanos, vemos emergir uma gramática que exalta e idealiza a natureza e a capacidade linguística própria do ameríndio, alçado à condição de ser racional e apto a adotar o modelo cristão de civilidade. No segundo momento, atravessado pela austeridade da retórica jesuítica que domina o Peru a partir do 3CL, o índio e as línguas americanas são, principalmente, objeto de contensão: devem sujeitar-se a normas e penalidades rígidas de maneira a uniformizar as práticas missionárias e a extirpar as variedades linguísticas tidas como

bárbaras em território peruano. A análise dos textos introdutórios às duas primeiras gramáticas produzidas sobre o quéchua e dos excertos da obra de Las Casas e Acosta atestam essa leitura. Paralelamente à descrição linguística empreendida, os discursos gramaticais de 1560 e 1586 ajustam-se a lógicas e ideários específicos, que acenam, ambos, para projetos político-religiosos distintos para o Peru colonial.

4.3.4 González Holguín (1607)

O projeto missionário jesuítico para as terras espanholas sul-americanas estendende-se, de fato, por todo o período colonial posterior ao 3CL, sem alterações significativas (pelo menos até a Real Cédula de 1768), como indicam os demais prólogos gramaticais a serem examinados neste Capítulo.

Com efeito, dada a longa vitalidade das decisões conciliares do 3CL - que vigora até o ano de 1900 (cf. Mateos, 1947, pp. 523-524, *apud* García, 1986, pp. 177-178) - as gramáticas produzidas sobre o quéchua, depois do texto anônimo de 1586, respondem às imposições sancionadas pelo terceiro concílio de Lima, formalizadas entre 1582 e 1583.

A gramática de González Holguín (1607) é a primeira, no início do século XVII, a retomar os estudos linguísticos, sobre a língua andina, e o faz em grande estilo: o jesuíta, depois de 25 anos de pesquisas empíricas em território peruano (cf. González Holguín, 1607, p. 4r - *El avtor al pio lector*), elabora um importante tratado gramatical com inúmeras informações e análises da língua-objeto que repercutem até os dias de hoje (cf. Calvo Pérez, 1993, p. 17; Cerrón-Palomino, 2003, p. 93). Do ponto de vista linguístico, portanto, a obra de Holguín (1607) contribui, efetivamente, para o avanço do conhecimento sobre o quéchua colonial, com propostas inéditas para a descrição da

categoria de caso dos nomes substantivos - como o tratamento objetivo para o fenômeno da subdeclinação, a ser explorado em Capítulo posterior. Examinado, entretanto, em perspectiva política, o projeto gramatical de 1607 mostra-se conservador: preserva, de maneira rigorosa, as deliberações impostas pelo 3CL, notadamente em relação à variante linguística selecionada - o dialeto cuzquenho, empregado pelo jesuíta na Arte de 1607 e no vocabulário de 1608.

De todo modo, o missionário, como seus predecessores, assume as tarefas apostólicas locais como determinantes para a salvação dos nativos:

> Todos culpan alos yndios, que aun son ydolatras hechizeros, que no tienen fee, que son incestuosos, y borrachos mas pocos les ayudan con la predicacion, y Dios creo no ha de echar tãta culpa a ellos como a nosotros que no les predicamos [...] Mas las ocupaciones vanas aca son las cadenas con que esta atada la palabra de Dios [...] (González Holguín, 1607, p. 3r - Dedicatoria)

De fato, reproduzindo uma argumentação corrente entre os religiosos de seu tempo, González Holguín (1607) considera menos culpados os indígenas, tidos como idólatras, que os sacerdotes entregues a vãs ocupações. Do ponto de vista do jesuíta, os cuidados com a predicação apostólica dirigida aos nativos eram menosprezados, fato que justifica, nesse contexto, a publicação de sua Arte:

> Por lo qual Señor viendo yo y considerando este daño delas almas, y que era necessario que ayudassemos a su reparo todos, me he movido a componer esta Arte endereçada no tãto a enseñar a los curas para confessar, que para esse bastaua la que auia, sino para ayudar alo que tanto desseo que reparemos, que es la predicacion euangelica y apostolica, porque con esta Arte con sus adiciones de copia y elegancia con solo querer estudiar por si aunque sin maestro podran los curas saber para predicar y perder el miedo que tienẽ los que no tienen copia ni saben la elegancia [...] (González Holguín, 1607, p. 3v - Dedicatoria)

Observemos que, pelas palavras do autor, sua gramática - mais do que ensinar os curas a predicar em língua geral - prevê o aprofundamento da compreensão, sobre o

idioma andino, desconhecido, em boa medida, pelos párocos da época. De fato, segundo o que informa o missionário - no prólogo *El avtor al pio lector* -, o projeto linguístico de 1607 está dividido em quatro livros: a Arte gramatical, propriamente dita, desenvolve-se nos dois primeiros, com "todo lo necessario para saber bien la Lengua y todo lo que pertenece a grammatica"; os dois últimos livros, por sua vez, apresentam adições de "copia y elegancia" para aqueles interessados em alcançar "erudicion y perfeccion enla Lengua" (González Holguín, 1607, p. 4r - El avtor al pio lector).

O terceiro e o quarto livros do projeto gramatical de 1607 demonstram, certamente, o empenho redobrado do autor, no período colonial, em estabelecer muito mais do que uma Arte quéchua destinada ao auxílo das práticas evengélicas. Tais livros sistematizam, de fato, importantes análises descritivas sobre a língua-objeto, como indicamos anteriormente, propondo bem mais do que uma simples exposição normativa das estruturas linguísticas em questão.

De qualquer forma, os sucintos textos prefaciais de González Holguín (1607) desconhecem o tipo de empenho político e ideológico observado no contexto dominicano. O objetivo aqui é outro, de natureza técnica e científica:

> Aquel Diuino Theologo San Dionisio Areopagita, entre todas las Artes que han salido a luz y pueden salir, dio la prima y la palma en dignidad a la arte y ciencia de saber reduzir las almas a su criador de sus errores y mala vida [...] Y en buena consequencia lo que mas ayudare a esta tan preciosa y prouechosa ciencia, sera tambien cosa preciosa y estimada enlos ojos de Dios: y esto es el saber las lenguas, que tan necessarias son para la conuersion delas almas. (González Holguín, 1607, p. 3v - El avtor al pio lector)

Com efeito, referindo-se a São Dionísio Areopagita (sécs. V-VI d.C.) - teólogo bizantino cujos escritos exerceram decisiva influência na moral cristã da Idade Média -, o missionário considera, nesse excerto, o conhecimento aprofundado das línguas como

estratégia fundamental para a conversão das almas. A criatividade linguística do autor assegura que o projeto gramatical de 1607 seja, de fato, notável, com impressionantes investimentos nas abordagens de natureza sintática, incomuns para esse contexto. Afastado das polêmicas vividas entre jesuítas e dominicanos (polêmicas que, certamente, Holguín testemunhou), o autor privilegia, desse modo, suas tarefas linguísticas, o que justifica, sem dúvida, o tom mais técnico de seus textos prefaciais. A imagem do homem e da língua quéchua, que daí se depreende, erige-se - sem os apelos apaixonados anteriores - pela nessecidade absoluta da investigação atenta e verticalizada da língua-objeto, capaz de extrair das trevas as almas americanas.

4.3.4 Huerta (1616)

O peruano huanuquenho Alonso de Huerta foi o primeiro *criollo* a produzir uma gramática sobre o quéchua, publicada no ano de 1616. Huerta - mestre em artes e teologia, cura e capelão em diversas igrejas limenhas e catedrático na língua geral andina - foi quem empregou, originalmente, o termo *quechua*, substituindo a variante *i* pela *e*, por oposição às designações anteriores (*quichua*, no Anônimo, 1586; *qquichua*, em González Holguín, 1607) (cf. Cerrón-Palomino, 1985, p. 89; Porras Barrenechea, 1999, p. 170).

No prólogo à gramática de 1616, referindo-se a Bartolomé Lobo Guerrero[11] (1546-1622), arcebispo de Lima entre 1609 e 1622, o gramático exalta as qualidades morais de seu superior:

[11] Bartolomé Lobo Guerrero, como dissemos, foi o terceiro arcebispo de Lima, de 1609 a 1622. O primeiro arcebispo da *Ciudad de los Reyes* foi Jerónimo de Loaysa (1543-1575), da ordem dos dominicanos, que presidiu o Primeiro e o Segundo Concílios Limenhos. O segundo arcebispo de Lima foi Santo Toribio de Mogrovejo (1538-1606), que esteve à frente do 3CL, tal como destacamos, no Capítulo anterior.

> [...] fue promovido **[Bartolomé Lobo Guerrero]** a la ciudad de México en la Nueva España, (a) donde pasó diez y siete años de su edad siendo fiscal e inquisidor apostólico en aquella Santa Inquisición, haciendo apartar y apartando la mala semilla y cizaña de la buena [...] como lo mostró en aquel famoso Auto de Fe, que celebró el año de 1596, en que castigó muchos culpados en el judaísmo y observancia de la ley muerta de Moisés [...] que por todo fueron sesenta y ocho personas, cizaña que estaba entremetida entre la buena mies. (Huerta, [1616]1993, pp. 8-9. Os grifos são nossos)

Com efeito, Lobo Guerrero é nomeado fiscal do Tribunal da Inquisição, no México, em 1580, e promovido a inquisidor real em 1593. Como terceiro arcebispo de Lima - em substituição a Santo Toribio de Mogrovejo (1538-1606) - o religioso insiste no cumprimento das resoluções do 3CL, celebrado por seu antecessor, particularmente na necessidade do emprego das línguas indígenas como forma de viabilizar as tarefas apostólicas no Novo Mundo (cf. Moya, 1993, p. XXX). No fragmento anterior, Huerta saúda as façanhas de Lobo Guerrero como inquisidor no conhecido Auto de Fé levado a cabo na cidade do México, em 8 de dezembro de 1596, em que foram torturados e julgados 80 hereges, dentre eles 25 por práticas judaizantes (cf. Barnadas, 1998, p. 540).

De fato, os textos prefaciais da gramática de 1616 - dedicada a Bartolomé Lobo Guerrero, protetor de Huerta na Catedral de Lima (cf. Moya, 1993, p. XXX) - persiste na exaltação das qualidades espirituais do temido inquisidor:

> Y aunque pudiera mostrar el amor grande que [...] tiene **[Bartolomé Lobo Guerrero, arzobispo del Pirú]**, con muchas cosas en particular referiré solas dos; la una el deseo grande con que procura el buen servicio de su iglesia [...] La segunda razón es el cuidado grande que tiene en procurar el bien espiritual de las almas de estos pobres índios naturales de este reino [...] (Huerta, [1616]1993, p. 9. Os grifos são nossos)

E arremata:

> [...] mediante su favor **[favor de Bartolomé Lobo Guerrero, arzobispo del Pirú]** obtuve la cátedra de la lengua de esta insigne universidad, donde la

> enseño con gran claridad para cuyo efecto tengo hecho un Arte Breve de la dicha lengua y deseando hacerle imprimir, para que todos puedan gozar de él(,) no me atreví a que saliese en público, sino fuese gozando de la protección y amparo de vuestra señoría a quien suplico la favorezca para que habiendo yo ayudado con este pobre trabajo pueda tener efecto el deseo de vuestra señoría de que todos sepan la lengua [...] (Huerta, [1616]1993, p. 10. Os grifos são nossos)

Bem se vê, pelos fragmentos supracitados, a rigidez com que os Tribunais Inquisitoriais espanhóis tratavam as dissenções religiosas na América. O Tribunal Inquisitorial de Lima foi fundado em 1570 e o do México em 1571, ambos posteriores à publicação da gramática dominicana, em 1560, ainda que, segundo Barnadas (1998, p. 540), a Inquisição espanhola, instalada na Península Ibérica por Fernando II e Isabel I de Castela, tenha sido tranferida para terras americanas em 1519, de modo assistemático, inicialmente. De qualquer forma, seguindo rigorosamente as diretrizes do 3CL, Huerta compõe sua Arte quéchua em benefício dos párocos espanhóis que estavam obrigados, nesse contexto, a predicar na língua nativa. Na Catedral de Lima, onde o *criollo* mantinha a respeitável posição de catedrático em quéchua, as celebrações religiosas eram feitas, em língua ameríndia, do átrio da igreja maior aos indígenas que se encontravam na praça (cf. Porras Barrenechea, 1999, p. 219-220).

Com efeito, Huerta, acolhido e amparado pelos jesuítas, descarta a gramática dominicana ao referir-se, à página 18 de seu projeto gramatical, aos demais trabalhos linguísticos já elaborados sobre o quéchua:

> [...] mediante el favor de Dios hemos de tratar y enseñar en este presente arte, que aunque hay otros dos impressos ya; el uno es tan corto, que le faltan muchas cosas que en éste van añadidas, y la claridad y distinción que éste tiene; y el otro es tan abundoso y amplio, que no es para principiantes, que se podrán aprovechar de él los que quisieren después de haber aprendido éste, porque entenderán de él algunas cosas que no podrán entender no sabiendo los princípios que en éste se enseñan. (Huerta, [1616]1993, p. 18)

As duas outras Artes mencionadas pelo *criollo* são a do Anônimo, de 1586, e a de González Holguín, de 1607, ambas da lavra jesuítica. A primeira, pelas palavras do

autor, é excessivamente curta, e peca, ainda, pela falta de clareza dos temas apresentados. A segunda, por sua vez, é demasiadamente longa, o que dificulta a aprendizagem daqueles que se iniciam na língua andina. Desse modo, o texto gramatical de Huerta, sob os benefícios do terceiro arcebispo de Lima, encontra espaço e divulgação entre os eclesiásticos espanhóis de seu tempo.

A imagem da língua quéchua, nesse contexto, está condicionada, certamente, à austeridade da política linguística vigente. De fato, Huerta identifica, em sua gramática, dois modos distintos de falar, na língua andina: um muito "pulido y congruo", identificado com a variante cuzquenha (Incasuyo); outro "corrupto, sin pulicía y congruidad", associado às províncias ao sul de Huamanga (Chinchaysuyo) (cf. Huerta, [1616]1993, p. 18). De qualquer maneira, ainda que assuma a inferioridade da variante Chinchaysuyo, o catedrático peruano permite-se apresentar algumas estruturas linguísticas desse dialeto, confrontando-o com as formas da variante de prestígio.

4.3.5 Torres Rubio (1619)

Padre Diego de Torres Rubio nasce em Alcazar de Consuegra, hoje Comunidade Autônoma de Castilha-La Mancha, na Espanha, em 1547. Vem ao Peru em 1577 e é enviado a Potosí, onde estuda em profundidade o aymará. Torna-se reitor do Colégio de Potosí e, posteriormente, em Chuquisaca (atual Bolívia), ensina o aymará até a idade de 91 anos (cf. Porras Barrenechea, 1999, pp. 177-178). Em Lima, o jesuíta publica, em 1616, uma Arte da língua aymará e, em seguida, em 1619, outra sobre a língua quéchua. Em 1627 sai à luz outra Arte do autor, agora sobre o guarani. Segundo Portugal (2009, p. 113), Torres Rubio goza de grande prestígio em sua época, notadamente por seus conhecimentos linguísticos, acumulando riqueza considerável em seu tempo.

Detentor de um estilo sucinto e claro, o jesuíta concentra seu prólogo, à gramática quéchua de 1619, no único enunciado transcrito a seguir:

> Con los preceptos y reglas generales, que van en este Arte de la lengua Quichua, puede vno aprẽder a hablar congruamente lo suficiente y necessario, que es menester para cathequizar, confessar y predicar. Y como en las reglas generales, de ordinario, ay excepciones, no se puede comprehender todo caualmente (sic). Y por esso solamente vã reglas por las quales, con breuedad y claridad se puede aprender lo congruo y suficiente. Y con esto, y con el vso y cuydado se aprenden frasis y modos de hablar, y assi saberse la lengua mas perfecta y elegantemente. (Torres Rubio, 1619, Prologo)

De fato, o objetivo expresso do gramático, no excerto em questão, detém-se exclusivamente no amparo às atividades catequéticas, no Novo Mundo, por meio do tratado linguístico apresentado. De maneira objetiva, Torres Rubio (1619) afirma examinar apenas o "congruo y suficiente", na língua-objeto, para que estejam garantidas a confissão e a predicação. As exceções e particularidades das estruturas linguísticas quéchuas devem ser atingidas, por seus pares, por meio do uso e do trato direto com a língua nativa.

Certamente, a gramática de 1619, em sua economia descritiva (e discursiva), afasta-se do modelo gramatical distendido observado, por exemplo, em González Holguín (1607). De todo modo, ainda nesse contexto, persistem as diretrizes normativas impostas pelo 3CL, que organizam, com base na retórica e no ideário jesuítico, o tratamento dispensado ao homem e à língua andina, na América colonial.

4.3.6 Roxo Mexia y Ocón (1648)

Outro *criollo*, natural de Cuzco, cura e reitor da Igreja Paroquial de São Sebastião, em Lima, e catedrático em quéchua pela Universidade de São Marcos - Ivan

Roxo Mexia y Ocón -, é responsável por elaborar a sexta gramática quéchua no contexto colonial, publicada na *Ciudad de los Reyes* (Lima), no ano de 1648.

Como seus antecessores, o enunciador, em texto prefacial à gramática indicada, mostra-se fiel e agradecido a seus governantes, responsáveis por assegurar os bens materiais dos súditos da coroa:

> Nacemos todos (dize el Principe de la christiana Eloquẽcia, el Apostol de Antiochia Chrisostomo) con obligaciõ precissa de ser agradecidos a los Principes, que nos gouiernan [...] Porque empleados en el bien de sus subditos, cuydã de solo ampararles, y assegurarles sus bienes, y haziendas [...] (Roxo Mexia y Ocón, 1648, A SV EXCELENCIA. EL AVTOR)

De fato, mantendo a retórica jesuítica instituída pelo 3CL - segundo a qual a pureza da variante cuzquenha mostra-se essencial para a predicação do evangelho e a salvação dos nativos - o autor critica os curas de almas que conhecem apenas "dois nominativos" e "uma única oração mal sabida":

> Hablar la lengua, siendo tantos los Barbarismos, que se dizen, como las razones que se pronuncian: no es hablar Lengua. Si, echar aperder a los que con bárbaro lenguaje enseñan. Quantos con daño eterno suyo, y de las Almas, que trataron en esta vida aurã experimentado en la otra, esta verdad! Pues assi pretenden ser Curas de Almas, y Predicadores de Indios, con dos Nominatiuos, y una oracion mal sabida [...] (Roxo Mexia y Ocón, 1648, AL LECTOR)

Nesse contexto, Roxo Mexia y Ocón condena os barbarismos empregados pelos "predicadores de índios", acomodados em seu desconhecimento da língua andina:

> Porque medrosos de hablar lengua de que apenas saben los primeros Elementos, y pereçosos (despues de acomodados) en estudiarla, o no predican; y si predican, no saben lo que predican. Fatal ruyna de las Almas de estos pobres, y desdichados Indios. (Roxo Mexia y Ocón, 1648, AL LECTOR)

Com efeito, diante da necessidade de resgatar da ruína as almas dos pobres indígenas americanos, a gramática de 1648 surge como instrumento basilar para a

continuidade do projeto linguístico do 3CL, dado, efetivamente, pela elevação da variante cuzquenha frente ao latim e ao espanhol:

> Para que pues cõ mas facilidad, y prouecho en adelante se aprenda, he compuesto este Arte, con todos los preceptos de que necessita; assi para hablarla con propriedad, como para traducir en ella, qualquiera oracion Latina. Hijo de la elegancia de la cortesana Lengua del Cuzco, donde naci, y naturalmente la hablè, como la Española (Roxo Mexia y Ocón, 1648, AL LECTOR)

4.3.7 Aguilar (1690)

Pouquíssimas informações encontram-se disponíveis sobre Juan de Aguilar (s.d.) - autor da *Arte de la lengua quíchua general de Indios del Peru*, publicada em Lima, no ano de 1690 - tanto mais pelo fato da Arte em questão prescindir de quaisquer textos prefaciais.

Segundo Mannheim (1991), em *The language of the Inka since the european invasion*, Aguilar era cura da Catedral de Lima no momento em que publica sua gramática. De toda maneira, sob a vigência do 3CL e a proteção do arcebispado de Lima - à época dirigido pelo arcebispo Melchor de Liñán y Cisneros (1629-1708) - a Arte de 1690 mantém os preceitos de suas antecessoras e a posição de destaque para a variante cuzquenha, eleita como variante padrão pelos decretos conciliares impostos entre 1582 e 1583.

4.3.8 Melgar (1691)

Esteban Sancho de Melgar (s.d) publica em Lima, no ano de 1691, a *Arte de la lengua general del Yinga llamada Qquechhua*. Melgar era, como Roxo Mexia y Ocón, *criollo*, natural de la *Ciudad de los Reyes*, catedrático em quéchua pela Igreja

Metropolitana de Lima. A Arte de Melgar é dedicada a Don Francisco de Oyagve (s.d), cavaleiro da Ordem de Santiago e dirigente do Hospital de Santa Ana, em Lima:

> Deben a V. m, los Yndios de nuestra America en el grande sino mayor, Hospital de mi *Señora Santa Anna* los piadosos oficios de vn Abrahan hospedero, y padre de pobres y no pudiendo ellos con tan cultos panegyricos como los que se merece esta caridad, regraciarlos en su idioma sale a suplir esta Arte, que enseña, sacrificando su lengua al pregon de sus alabanzas (Melgar, 1691, *A Don Francisco de Oyagve cauallero del Orden de Santiago, Contador, Oficial Real del Tribuna mayor de cuentas, Mayordomo del Hospital Real de mi Señora Santa Ana*)

De fato, a Arte quéchua representa, aqui, no tom cerimonioso e reverente típico desse gênero textual (dedicatória), um reconhecimento laudatório dispensado ao alto oficial da coroa espanhola. Reproduzindo, ainda, outro argumento recorrente dos textos prefaciais do período colonial, Melgar (1691), no "Prologo al Letor", condena os desvios linguísticos operados relativamente ao quéchua padrão (cuzquenho) e oferece sua gramática como instrumento para corrigir tais "defeitos", de forma sucinta e didática:

> Sentia yo (Lector amigo) ver deformado, por falta de preceptos, vn idioma tan elegante. Lamentaua el defecto, al passo que se me ofrecia imposible el (?), que embargaua el comum desden de artes dilatados. Dura empressa se representaua a mi rudo talento auer de dezir mucho en poço (Melgar, 1691, Prologo al Lector)

4.3.9 Nieto Polo (1753)

Longo espaço de tempo separa a Arte de Melgar (1691) da Arte de Nieto Polo (1753). "Con licencia de los superiores en Lima" e editada na "Imprenta de la Plazuela de San Christoval", a *Breve instruccion o Arte de la lengua comum de los indios segun se habla en la Provincia de Quito*, como o próprio nome indica, dedica-se, em apenas 60 páginas, a uma pequena descrição do dialeto equatoriano:

> Pesada tarea hà sido siempre, ò Lector, el aprender Idiomas estrangeros, y mucho mas penosa, quando no hay Arte, por quien governarse para su perfecta inteligencia [...] Y assi parte por considerar el grande trabajo, que havia, parte por superior orden, me dedique à componer este Arte de la Lengua comum de los Indios de estas partes de Quito, y Maynas, para cuya composicion, me informe primero de alguno otro, que avia estado en Maynas, de algunas cosas particulares, y dignas de apuntarse para los que desean ir por allà, llevados de su zelo, y fervor. (Nieto Polo, 1753, AL LECTOR)

Sem dúvida, observa-se, no projeto gramatical de Nieto Polo (1753), um importante reposicionamento das diretrizes conciliares de 1582 e 1583, segundo as quais se desautorizavam as produções linguísticas que não focalizassem a variante cuzquena. No contexto das gramáticas produzidas a partir do 3CL, Nieto Polo (1753) é o primeiro autor a apresentar um trabalho todo desenvolvido sobre o dialeto equatoriano, elaborado sobre a língua comum de Quito e Maynas, diferentemente da proposta de Huerta (1616), por exemplo, que descreve a variante Incasuyo (variante cuzquenha), como variante de prestígio, e toma, de maneira comparativa, algumas estruturas do dialeto Chinchaysuyo (variante das províncias ao sul de Huamanga), como antimodelo gramatical (cf. Huerta, [1616]1993, p. 18).

Com efeito, poucos anos antes da Rebelião de Tupac Amaru (1780-1781), o projeto gramatical de Nieto Polo (1753) atesta, do ponto de vista institucional, considerável flexibilização das prescrições do 3CL, que obrigavam, como já anunciamos, o uso do dialeto de Cuzco nos contextos oficiais da vida política e cultural das colônias americanas. De 1746 a 1759, governa a Espanha Fernando VI (1713-1759), representante da Casa de Bourbon, seguido por Carlos III (1716-1788), cujo reinado estende-se de 1759 a 1788. Nesse período, é sancionada a Real Cédula de 23 de junho de 1768, que torna ilegais quaisquer publicações de gramáticas ameríndias no Novo Mundo, com vistas a uma maior unificação do Estado espanhol, dentro e fora da

Península. Para Sueiro Justel (2002; 2002a), esse momento representa uma evidente exasperação da política linguística castelhana, com franco prejuízo para as línguas indígenas da América, tal como informamos em Capítulo anterior.

Como reação a essas políticas restritivas - que se impunham do ponto de vista político, econômico, cultural e linguístico - os revolucionários de Tupac Amaru, inspirados pelo ideário iluminista do século XVIII, organizam-se, a partir de novembro de 1780, para exigir a expulsão dos espanhóis (e de todas as suas instituições burocráticas e administrativas), a restituição do império inca e a supressão da mita em favor da liberdade do comércio. De qualquer forma, a gramática quéchua de Nieto Polo (1753), a última a ser publicada no contexto colonial sul-americano (anteriormente à Real Cédula de 1768), simboliza o esforço derradeiro dos missionários-linguistas espanhóis em seu projeto apostólico para a América, perpassado, fundamentalmente, pelo ensino-aprendizagem das línguas nativas do Novo Mundo. É nesse contexto que o jesuíta Nieto Polo propõe-se a estabelecer, ainda uma vez, uma Arte breve, clara e objetiva sobre a variante equatoriana da língua andina:

> Puse especial cuydado, en que fuesse breve, clara, y que en poças ojas enseñasse, lo que aun dilatados Volumenes no suelen algunas veces instruir, ò por confusos, ò por tener muchas superfluidades, que mas molestan, que atrahen à su estudio [...] (Nieto Polo, 1753, AL LECTOR)

De todo modo, no plano das estruturas semânticas fundamentais, permanece, no Século das Luzes, a oposição vida *versus* morte, como estratégia para significar o discurso gramatical missionário: o enunciador, nesse contexto, construído discursivamente pelos valores associados à vida, à salvação e à moralidade, é o responsável por guiar os indígenas pelos caminhos da fé, conduzindo-os, assim, para a redenção. No século XIX, como veremos a seguir, observam-se consideráveis alterações

dessas estruturas semânticas fundamentais no discurso gramatical quéchua. Vamos a elas.

4.4 Textos prefaciais da fase republicana

Pomer (1981) inicia sua pequena obra sobre as independências na América Latina com duas perguntas objetivas:

> Por que se insurgem as colônias da Espanha? Será porque os grandes latifundiários (habitualmente produtores para a exportação), os proprietários de minas, os donos de milhões de índios e os poderosos mercadores de além-mar foram seduzidos pelos filósofos franceses e alguns pensadores liberais espanhóis? (Pomer, 1981, p. 10)

A provocação de Pomer (1981) é clara: sem deixar de assumir a influência das ideias iluministas no contexto da independência americana, no século XIX - fato especialmente válido, segundo o autor, para compreender o percurso histórico e ideológico de Simón Bolívar (1783-1830) -, Pomer (1981) destaca como essenciais as motivações econômicas e políticas que despertaram os *criollos* da América para a questão independentista:

> Havia chegado o momento de afastar um sócio incômodo: o poder da Coroa espanhola. Incômodo ou muito mais que isso, porque dificultava as transações mercantis, opunha restrições ao desenvolvimento de determinados setores produtivos, entregava o comércio com o além-mar a um grupo de monopolistas privilegiados, confiscava para si uma parte considerável do excedente econômico produzido pelo trabalho dos índios, limitava o acesso de *criollos* aos postos fundamentais da administração pública, e no cume da hierarquia social nem sempre conseguiam instalar-se os que aspiravam a isso em virtude de seu grande poder econômico. (Pomer, 1981, p. 10)

De fato, no Capítulo anterior, mencionamos como a historiografia oficial sobre a independência americana opõe interpretações distintas para o fenômeno histórico em questão (cf. Dalfré, 2001; Prado, 2003). Do mesmo modo, Pomer (1981), nos excertos

transcritos, questiona a perspectiva historiográfica segundo a qual as ideias, sobretudo as ideias iluministas do século XVIII, seriam as maiores responsáveis pelos processos históricos de independência na América Latina. Sem descartar o ideário iluminista como um elemento a mais a impulsionar os movimentos libertários do período, Pomer (1981) defende, entretanto, uma explicação de caráter mais materialista para os processos examinados:

> E as ideias francesas? E o Contrato Social de Rousseau? Bem, não há que exagerar. Ninguém nega que em toda a América espanhola houve intelectuais, com ou sem batina, que se deixaram seduzir pelo enlevo de uma sociedade democrática, livre, não dogmática. Não se pode negar que tenham tido maior ou menor influência na redação de documentos, nas campanhas dos jornais, na elaboração de Constituições. Mas daí a serem capazes de influir numa mudança das estruturas mais profundas da sociedade há um mundo de distância. (Pomer, 1981, p. 13)

E complementa:

> Muitos morreram desenganados ou acabaram aceitando as coisas tal como vinham. E se alguma vez chegaram a associar a injustiça social ao poder do rei, ao autoritarismo e ao dogmatismo, terminaram compreendendo que a coisa se originava em outra parte e que o poder da Coroa podia muito bem ser eliminado sem que se modificasse o restante. Foi o que aconteceu. O latifúndio, a servidão, a escravidão, e outros males prolongaram-se após a independência. Está claro que com livre comércio, com *criollos* governando e um novo senhor desenhando-se à vista de todos: [...] a Inglaterra. E, o que é pior, um senhor muito mais poderoso que o de antes, que não demorou a engendrar meios para ficar com uma parte considerável da riqueza produzida pela sociedade. E tudo isto sem a necessidade de manter uma administração colonial, pagar exércitos e ditar leis incômodas. (Pomer, 1981, pp. 13-14)

Com efeito, com os processos conservadores de independência dos países americanos, eliminou-se o poder da coroa espanhola sem que se modificasse, substancialmente, o restante: os *criolllos*, instituídos, desde então, como os novos burocratas do capitalismo local, seriam os responsáveis pela manutenção dos privilégios da elite agrária e comercial americana frente à Inglaterra. Nesse novo contexto, segundo

avaliação de Sueiro Justel[12], assistiremos a um ataque vertiginoso às línguas e às culturas indígenas sul-americanas, dadas as exigências de unificação linguística, política e cultural impostas pela nova ordem capitalista. Pela interpretação do historiógrafo da linguística, o século XIX inaugura, definitivamente, um período de imposição sem precedentes do espanhol em detrimento das línguas nativas locais.

É necessário reconhecer, entretanto, tal como sublinha Prado (2003, pp. 31-32), que o processo de independência, na América Latina, foi um processo marcado, igualmente, pela utopia e pelo desejo de mudança. Pelas palavras de Pomer (1981):

> E os povos? Lutaram pela independência? Digamos que onde os chefes levantaram bandeiras de redenção social ou, mais modestamente, de melhores condições de vida, os povos lutaram. Mas, entenda-se bem, mais que pela independência, lutaram pela terra, pelo pão, e pela liquidação do servilismo. Com Artigas no Uruguai, com Hidalgo e Morelos no México, levantaram armas contra a Coroa [...] Mas é preciso insistir: foi uma luta social. Na melhor das hipóteses, quando se proclamaram em favor da independência foi porque associaram-se à sua redenção. (Pomer, 1981, p. 14)

De fato, sob bandeiras de militares [como José Gervasio Artigas (1764-1850), líder independentista uruguaio] ou de religiosos [como Miguel Hidalgo y Costilla (1753-1811) e José María Teclo Morelos y Pavón (1765-1815), porta-vozes da independência mexicana], parcelas empobrecidas da população americana ousaram lutar, no contexto independentista do século XIX, por melhores condições de vida, por maior distribuição de renda, pelo fim da servidão. No entanto, a despeito da força simbólica e representativa desses movimentos de resistência, o modo violento como foram esmagados seus líderes dão uma boa medida da reação autoritária e conservadora por eles produzida: Morelos, sacerdote católico de ideologia republicana, foi julgado

[12] A avaliação de Sueiro Justel foi expressa inúmeras vezes no decorrer do curso *Historia da linguística española*, ministrado na *Facultade de Filoloxía e Tradución*, no segundo semestre de 2013, durante estágio de pesquisa realizado por esta pesquisadora junto à Universidade de Vigo (Espanha), entre os meses de março a julho do referido ano.

como traidor e executado pelo Santo Ofício em San Cristóval, em 22 de dezembro de 1815; Hidalgo, com formação jesuítica liberal, conhecedor do nahuatl, do otomí e do tarasco, foi declarado, dez anos antes (1810), como herege, apóstata e cismático, e fuzilado pelo Santo Ofício em 30 de julho de 1811.

4.4.1 O Estado Universal na perspectiva do cientificismo do século XIX

Do ponto de vista de Todorov (1993), outra importante característica do século XIX repousa sobre o ideário cientificista do período em busca de um Estado Universal (cf. Todorov, 1993, pp. 41-49). Com efeito, tal como assinalamos, no Capítulo anterior, Alexander e Wilhelm von Humboldt protagonizam, nesse momento, uma das vertentes evolucionistas, do cientificismo europeu, encarregada da "reinvenção da América", pelas palavras de Gerbi (1960). Na perspectiva dos irmãos Humboldt, as imagens negativas do continente americano - divulgadas por Buffon e De Pauw - sobretudo no que diz respeito à imaturidade e à insalubridade da terra e do homem das Américas, deveriam ser reposicionadas no contexto universalista que enquadra o conceito de *gattungscharakter* da humanidade, isto é, o caráter da humanidade como espécie: o bom cientista é aquele capaz de reconhecer o *gattungscharakter* da humanidade, onde quer que ele desenvolva sua pesquisa empírica, a despeito das inúmeras conformações nacionais (*nationalcharaktere*) ou étnicas (*volkscharaktere*) desse caráter universal (cf. Frank, 2005).

De modo semelhante, segundo relato de Todorov (1993), o enciclopedista e matemático francês, marquês de Condorcet (1743-1794), preconiza, no século anterior (Século das Luzes), a transformação do mundo de um aglomerado de países em um Estado único, transformação essa ao mesmo tempo desejável e inevitável. Com efeito,

para demonstrar a validade de seu postulado, Condorcet parte de uma dupla argumentação: de um lado, afirma que a natureza humana é sempre a mesma, em qualquer parte, traduzida por uma capacidade racional distinta e universal; de outro, assegura que apenas a razão é capaz de distinguir o justo do injusto, fato que traz como consequência uma apreciação igualmente universal para os princípios que devem direcionar as leis sociais. Assim, para Condorcet, o direito natural torna-se o direito racional, guiado por diretrizes universalistas (cf. Todorov, 1993, pp. 41-42):

> Como a verdade, a razão, a justiça, o direito dos homens, o interesse da propriedade, da liberdade, da segurança são os mesmos em todas as partes, não há motivo para que todas as províncias de um Estado, ou mesmo todos os Estados, não tenham as mesmas leis criminais, as mesmas leis civis, as mesmas leis de comércio etc. Uma boa lei deve ser boa para todos os homens, como uma proposição verdadeira é verdadeira para todos. (Observations de Condorcet sur le vingt-neuvième livre de l'*Esprit des lois*, *apud* Todorov, 1993, p. 42)

De fato, para o ilustrado francês, a ciência - como encarnação mais alta da razão - começa a ditar, no contexto da mundialização liberal do século XVIII, as decisões políticas e intitucionais em âmbito global.

De maneira similar, segundo informações de Todorov (1993), move-se o Conde de Saint-Simon (1760-1825), filósofo e economista francês fundador do socialismo utópico. Saint-Simon, pela interpretação de Todorov (1993, p. 43), transforma ciência em religião e propõe a unificação da Europa dilacerada pelas guerras napoleônicas:

> Quero investigar se não existe uma forma de governo boa por sua própria natureza, fundada em princípios seguros, absolutos, universais, independentes dos tempos e dos lugares. (Saint-Simon em *De la réorganization de la société européenne*, I, 4, p. 275, *apud* Todorov, 1993, p. 43)

E arremata:

> Não é verdade, como acreditava Montesquieu, que cada nação precise de uma forma de governo que lhe seja própria (já que só pode haver uma boa, pelo simples fato de que só há um método de bem raciocinar). (Saint-Simon em *De la réorganization de la société européenne*, I, 6, p. 285, *apud* Todorov, 1993, p. 43)

Certamente, o que se desenha, pela reflexão de Condorcet e de Saint-Simon, quer pela perspectiva liberal, quer pelo viés do socialismo utópico, é a idealização de um Estado Universal legitimado pela verdade incontestável da razão. De qualquer forma, ao examinar as relações entre o Estado unificado europeu e o resto do mundo, Saint-Simon não parece demonstrar "problemas de consciência", tal como sublinha Todorov (1993):

> Povoar o globo com a raça européia, que é superior a todas as outras raças de homens; torná-lo viajável e habitável como a Europa, eis a tarefa através da qual o parlamento europeu deverá continuamente exercer a atividade da Europa, e mantê-la sempre. (Saint-Simon em *De la réorganization de la société européenne*, II, 5, p. 293, *apud* Todorov, 1993, p. 44)

Com efeito, o eurocentrismo, traduzido, agora, pelo ideário típico da globalização moderna - no final do século XVIII e início do século XIX -, mantém, a despeito dos movimentos independentistas americanos, neste mesmo período, os projetos imperialistas da velha Europa sobre o Novo Mundo, a partir dos postulados de Saint-Simon.

Por fim, em referência a Augusto Comte (1798-1857), Todorov (1993) menciona um último exemplo dessa proposta de um Estado Universal, da perspectiva do positivista francês. De fato, para Todorov (1993), o positivismo de Comte representa, da mesma forma, o cientificismo próprio do século XIX, segundo o qual, com a ajuda da ciência, a boa constituição não tardaria a se impor a todos os povos do globo, suplantando diferenças nacionais e raciais:

> As leis fundamentais da evolução humana, que formam a base filosófica do regime final, convêm necessariamente a todos os climas e a todas as raças, ressalvando-se certas desigualdades de velocidade (Comte em *Système de politique positive*, I, p. 390, *apud* Todorov, 1993, pp. 44-45)

Do ponto de vista de Comte, conforme atesta o fragmento supracitado, a humanidade transformar-se-á, com o passar do tempo, em uma sociedade global. O papel do positivismo, nesse contexto, única doutrina verdadeiramente universal, é auxiliar os homens nesse caminho, fazendo-os avançar com segurança e maior velocidade. Por essa razão, na leitura de Todorov (1993), Comte consagra numerosas páginas à descrição do processo de unificação, não apenas porque ele seja desejável, mas, sobretudo, porque é nessa direção que a humanidade já evolui (cf. Todorov, 1993, p. 45):

> Comte acredita no determinismo integral reinando sobre o mundo, na necessidade de submeter a ética e a política à ciência e finalmente de fazer desta uma religião. É por isso que em vez de se contentar em descrever com agudeza o surgimento de uma sociedade universal, ou pelo menos, sua preparação, coloca-se como guia de um movimento e se lança a fantasias pueris. Sua obra mostra, de maneira ainda mais abundante do que a de Condorcet e de Saint-Simon, que a idéia do Estado universal decorre naturalemente do projeto cientificista. E é preciso se entregar a um trabalho verdadeiramente acrobático para liberar Comte de seu positivismo, outro nome do cientificismo. (Todorov, 1993, pp. 48-49)

Vejamos, nas seções a seguir, como os prefácios das gramáticas quéchuas produzidas no contexto do republicanismo do século XIX dialogam com as perspectivas cientificistas, tal como descritas por Todorov (1993).

4.4.2 Mossi (1857)

A gramática quéchua de 1857, de autoria do missionário italiano Honorio Mossi, está dedicada a José María Linares Lizarazu (1808-1861), presidente da Bolívia de 1857 a 1861:

> El ocho de Setiembro en Oruro no es un hecho que marcarán las historias con el carácter índeleble de la inmortalidad? Qué consecuencias, qué brillante y lustroso porvenir no se promete Bolivia por un hecho tan retumbante? La voz de LINARES se hace sentir por toda Bolivia, ella se complace en tal nombre, le venera, le respeta; cual si el estampido de un rayo que se estrella en el duro peñasco, la voz de LINARES retumba al oido de las mas distantes provincias y el eco fiel transmite sin mengua la impresion constante que vibrara en su seno la festiva aclamacion de, VIVA LINARES! (Mossi, 1857, *El Su Excelencia el Sr. Dr. D. José Maria Linares Presidente actual de la República Boliviana*)

Observe-se, de início, o tom eloquente empregado pelo enunciador em franca exaltação ao caudilho boliviano, responsável por assinar o tratado segundo o qual a Espanha reconhece, oficialmente, a independência da Bolívia. O dia oito de setembro de 1857, em Oruro, referenciado no fragmento em questão, marca a data da posse de Linares como presidente provisório da Bolívia. No mesmo ano, não por acaso, sai a público a gramática quéchua de Mossi, como instumento político responsável por simbolizar os "ricos archivos del Idioma de los Incas":

> [...] he aqui el objeto de mis trabajos! he aqui el obsequio que ofrezco á Su Escelencia! un nuevo estímulo á su corazon piadoso para conservar los documentos históricos de su patria, de su nacion, depositados en los ricos archivos del Idioma de los Incas, restaurar la piedad cristiana, y propagar la fé del Santo Evangelio en el âmbito espacioso de su dominacion es lo que le ofrece este su muy humilde y atento Capellan. (Mossi, 1857, *El Su Excelencia el Sr. Dr. D. José Maria Linares Presidente actual de la República Boliviana*)

De fato, a despeito do contexto republicano em que é editada a gramática de 1857, a missionação apostólica, enquanto recurso para a redenção dos nativos americanos, mantém-se como justificativa fundamental para o projeto linguístico ora apresentado:

> Cuantos individuos de esta casta miserable no saben formar ni la señal de la Santa Cruz! Viven ignorantes, y mueren desconocidos como la flor del campo que la planta indiscreta del pasagero pisa y aniquila sin apercebirse de su hermosura! Catorce años empleados en el ministerio apostólico me han

> hecho tocar con la mano desgracia tan lastimosa aun en pueblos que se creen ilustrados; ¿y qué será de los que no sean tales? ah! Lastima el corazon el ver que mozos y mozas en la edad que naturaleza destina al vínculo sagrado del matrimonio ignoren hasta lo mas sagrado de su religion los rudimentos de la doctrina cristiana! Conmueve, hiere el alma, toca á la conciencia hallarlos en el mismo tribunal de la penitencia incapaces de absolucion por una completa y absoluta ignorancia, hasta de los misterios mas necesarios para nuestra salvacion [...] (Mossi, 1857, *El Su Excelencia el Sr. Dr. D. José Maria Linares Presidente actual de la República Boliviana*)

Com efeito, pelos argumentos de Mossi (1857), observa-se, claramente, que o conhecimento do evangelho - dos mistérios necessários para a salvação - permanece, nesse contexto - de modo semelhante ao que se registrou para o período colonial -, como fundamentação nuclear para o desenvolvimento do trabalho linguístico do missionário. A imagem que se constrói dos nativos americanos, nos textos prefaciais de Mossi (1857), tal como sugere o excerto examinado, pode ser depreendida da seleção lexical operada pelo enunciador: ainda que os indígenas sejam identificados com a "formosura das flores do campo", adjetivos como "ignorantes" e "incapazes" denunciam a natureza inepta dos ameríndios, que sequer podem "formar o sinal da cruz" ou alcançar os "rudimentos da doutrina cristã". Torna-se imprescindível, nesse contexto enunciativo, que a evangelização imponha-se como instrumento objetivo de civilidade, aproximando os nativos dos valores ideais dos homens verdadeiramente "ilustrados".

Note-se que o termo "ilustrados", no fragmento em questão, remete ao modelo prototípico de urbanidade, no ideário moderno, representado, em boa medida, pelo viés universalista de pensadores como Condorcet e Saint-Simon, tal como apresentados em seção anterior. De fato, a cultura europeia mantém-se, nesse contexto, como um padrão universal e exemplar de socialização a ser divisado pelo trabalho missionário. A perspectiva universalista de Mossi estará muito mais desenvolvida em seus trabalhos posteriores, como a gramática de 1889. De qualquer forma, são evidentes, no texto de

1857, os pontos de vista eurocêntricos e evolucionistas que balizam o discurso gramatical do autor.

No que se refere à variante linguística empregada pelo italiano, podemos afirmar que o dialeto privilegiado por Mossi (1857) é o dialeto cuzquenho:

> El Idioma Quichua no se conocia fuera de la provincia de los *Qquechuas*, pero la dominacion ilimitada de los Incas lo hizo tan general que se podia casi llamar Idioma Sud-Americano; y á pesar de que el S. Concilio Provincial de Lima act. 2 Cap. 3 tiene mandado á los curas bajo pena de escomunion y se S. obediencia que á los indios se les enseñe la doctrina y catecismo en Quichua sin sea lícito á nadie variar el rezo ó catecismo aprobado por el mismo S. Concilio, el dia de hoy este Idioma tan precioso como útil está del todo desatendido por aquellos mismos quizá que debieran propagarlo á todo trance. (Mossi, 1857, pp. 1-2)

Fiel às diretrizes conciliares do 3CL, Mossi (1857) declara, no fragmento supracitado, a necessidade de acolher, sem variações, os preceitos normativos do referido Concílio que indicava rigorosamente a variante cuzquenha, tal como demonstramos em seções anteriores. O tom essencialmente prescritivo de seu tratado gramatical recusa, da mesma forma, descrições linguísticas de outras formações dialetais, como se observa, por exemplo, no trabalho de Huerta ([1616]1993), relativamente à variante denominada Chinchaysuyo.

De fato, assim como seus predecessores, Mossi (1857) conserva um tipo de discurso gramatical, pautado pela ideia de redenção - à luz do 3CL -, cujas estruturas semânticas fundamentais organizam-se, ainda, pelo binômio vida *versus* morte, fato que o diferencia das demais gramáticas republicanas a serem examinadas na sequência. Nesse contexto, o projeto didático-normativo do missionário italiano, por meio da variante padrão - a variante cuzquenha de prestígio -, apresenta-se como veículo para o progresso da recém-criada nação boliviana e para a salvação de seus povos originais.

4.4.3 Montaño (1864)

Como registramos anteriormente, são pouquísimas as informações disponíveis de Manuel Maria Montaño (s.d.), examinador sinodal e vigário na diocese de Cochabamba (cf. Dietrich, 2000, p. 546) durante o século XIX. Em seu pequeno *Compendio de la gramatica quichua comparata con la latina*, publicado em Santiago do Chile, pela *Imprenta Católica de Manuel Infante*, lê-se o seguinte:

> El idioma Quíchua se halla postergado i sin cultura, ya por su difícil aprendizaje, ya por la prevencion constante en querer estinguirlo. Sin embargo, entre tanto que se jeneralize un solo idioma universal en todo el mundo, hai necesidad de aprender i cultivar los idiomas que existen; pero especialmente la Quichua, que se habla jeneralmente en las Repúblicas Perú i Bolivia i en otras partes de la América, es necesaria [?] cultivarse, ya para las conferencias relijiosas de los Párrocos [?], o ya para el trato familiar i progreso del comercio. (Montaño, 1864, p. 1)

Com efeito, o sucinto proêmio de Montaño (1864), quase integralmente reproduzido no fragmento em questão, sinaliza, ainda uma vez, para a necessidade do ensino e da aprendizagem na língua quéchua como forma de viabilizar "as conferências religiosas", beneficiar o "trato familiar" e fazer "progredir o comércio". A perspectiva universalista e positiva do século XIX, traduzida, nas seções anteriores, pelo ponto de vista de Comte - a partir da leitura de Todorov (cf. Comte em *Système de politique positive*, I, p. 390, *apud* Todorov, 1993, pp. 44-45) -, segue ativa nesse contexto: o viés liberal assumido pelo enunciador, nesse pequeno prefácio, remete à ideia de evolucionismo típica do período, segundo a qual o progresso inevitável da humanidade passa, invariavelmente, pelo cultivo das letras e da erudição.

Assim, "cultivar os idiomas que existem", dentre eles o idioma quéchua, falado por extensas áreas das Repúblicas do Peru e da Bolívia, constitui um meio objetivo para alcançar a modernização almejada, a despeito da globalização linguística imposta por

esse modelo de desenvolvimento (“um único idioma universal se generaliza em todo mundo”). Trata-se, evidentemente, de preparar as populações americanas para os novos tempos: aparelhá-las para os tarefas públicas e burocráticas; iniciá-las nas condutas básicas exigidas pelo comércio; depurá-las para o convívio social, religioso ou familiar. Destaque-se, a esse respeito, a perspectiva conservadora de Montaño (1864) sobre o papel da educação nas sociedades modernas. Tal como sugere Mészáros (2008), em *A educação para além do capital* (texto examinado no Capítulo III), o ponto de vista pragmático do religioso aproxima-o das perspectivas liberais de John Locke (1632-1704), no exame sobre o tema, afastando-o, do mesmo modo, das concepções do revolucionário cubano José Martí (1853-1895), para quem a educação deveria guardar um caráter essencialmente libertário, emancipatório, e não apenas atuar como instrumento de preparação dos homens para o desenvolvimento das atividades mercantis.

De qualquer maneira, no discurso gramatical de Montaño (1864), atenuam-se as estruturas semânticas fundamentais baseadas na oposição vida *versus* morte e emerge outro tipo de estrutura profunda, na retórica gramatical evolucionista da gramaticografia quéchua, no século XIX: a oposição semântica dada pelo binômio liberdade *versus* opressão. De fato, o projeto gramatical ora apresentado não se justifica, como no modelo de Mossi (1857), pela necessidade de redenção dos nativos, pela urgência de iniciá-los nos preceitos do evangelho ou nos mistérios da fé; ao contrário: a intenção do enunciador, nesse proêmio, é contribuir para o desenvolvimento das jovens Repúblicas americanas, segundo os ditames do capitalismo global. A prosperidade do comércio, o saneamento das atividades burocráticas e administrativas, o exercício normatizado da cultura e da língua geral são valores sensibilizados euforicamente, nesse contexto, como expressão da liberdade. Por outro lado, a ideia de opressão é configurada pelos valores

representativos do atraso ou da ausência de desenvolvimento, em âmbito cultural, político ou institucional.

4.4.4 Nodal (1872)

Perspectiva semelhante a de Montaño (1864) pode ser evidenciada nos textos prefaciais de José Fernández Nodal, publicados com seus *Elementos de gramática quichua ó idioma de los Yncas*, no ano de 1872. O prefácio do advogado peruano exalta, inicialmente, a emancipação de toda a América Meridional dos domínios da metrólope castelhana:

> Las tropas del Perú á las órdenes del general D. José de la Mar, unidas á las auxiliares de Colombia, mandadas por el general D. Antonio Sucre, que ejercia el cargo de general en jefe de todo ejército aliado, dieron, en 9 de diciembre de 1824, al pie del cerro Condorcanqui que domina los campos de Ayacucho, una espléndida victoria contra las tropas españolas, mandadas por el virey Laserna y generales Valdez y Canterac; el cual triunfo aseguró á toda la América Meridional la emancipacion completa de la antigua metrópoli castellana. (Nodal, 1872, p. vii)

Com efeito, a data de 9 de dezembro de 1824, conforme registro do autor, marca importante vitória dos militares independentistas americanos sobre as tropas realistas de José de la Serna (1770-1832), nos campos de Ayacucho, passo fundamental para a independência de todos os territórios sul-americanos. A emancipação do Peru concretiza-se, efetivamente, alguns anos antes, pelas mãos de José de San Martín (1778-1850), que, em 28 de julho de 1821, proclama a independência da República peruana. Encerrado o período de domínio espanhol sobre a América, a língua quéchua, tomada como símbolo de identidade nacional, recobra, da perspectiva de Nodal (1872), seu lugar de direito:

> Devuelta al Peru su Independencia Nacional, cesó el monopolio de un pequeño número de privilegiados á ocupar los asientos y destinos gubernamentales. El ciudadano, teniendo de par en par abiertas las puertas del gran teatro de las carreras y destinos públicos, fué convidado á hacer resonar su voz en los tribunales, en las asambleas políticas ó en las cátedras sagradas. Es claro, pues, que es una imperiosa obligacion del Gobierno, una ofrenda la mas grata de todo peruano el consagrar sus mas asiduos cuidados al conocimiento y conservacion del idioma nacional, sabiendo hablar y escribir con perfeccion. (Nodal, 1872, p. vii)

De fato, no excerto em questão, o ilustre gramático e intelectual peruano fala pela perspectiva dos *criollos* da América, verdadeiros beneficiários dos processos de independência: foram os *criollos*, e não os indígenas empobrecidos, que assumiram os "assentos e destinos governamentais", com a expulsão dos espanhóis, e viram abertas, desde então, as "portas do grande teatro das carreiras públicas" para fazerem "ressoar suas vozes nos tribunais, nas assembléias políticas e nas cátedras sagradas" (cf. Prado, 2003). Nesse contexto ideológico, a língua quéchua, como "idioma nacional", deve ser conhecida e preservada, como símbolo arquetípico da identidade peruana:

> Por desgracia, el idioma nacional así como el pueblo indígena en quien está depositado han recibido, por el lapso de cerca de cuatro centurias, los formidables golpes de una sistemada persecucion, empeñada en alcanzar su total proscripcion, lo cual ha hecho que hasta hoy mismo la lengua se haya transformado en una encumbrada muralha de duríssima roca, levantada en el centro mismo del territorio para tener separados, como si no fueran miembros de la asociacion peruana, á los dos tercios de la poblacion, que es la cifra aproximativa de los indígenas. (Nodal, 1872, pp. vii-viii)

E continua:

> El lenguage nacional es el augusto santuario que continuamente escita el alma á las mas gratas reminiscencias patrióticas, y los ciudadanos que forman esa patria deben ser los mas fieles guardianes encargados de la conservacion de ese depósito tan sagrado. (Nodal, 1872, p. viii)

Com efeito, a imagem do nativo americano que emerge do discurso gramatical do autor é a imagen de guardião sagrado do depósito cultural e linguístico dos incas. Compondo dois terços da população peruana, perseguidos e injustiçados pela antiga

metrópole, os indígenas têm, agora, a possibilidade de ver revitalizada sua cultura e sua literatura, pela herança dos trabalhos missionários coloniais:

> Si es cierto que por haber desaparecido y estar bajo ruinas sepultada toda su literatura, no podemos conseguir tener el Quichua con aquel brillo y esplendor que tuvo en sus tiempos de prosperidad, nosotros debemos suplir esas faltas con el estudio y la cultura, adelantando y desenvolviendo los fragmentos que nos han quedado. Las indagaciones, hechas en aquellos momentos que sucedieron á la disolucion del Imperio Tahuantinsuyo, se limitaron al estrecho círculo de la utilidad; pues la necesidad en que se vieron los misioneros de purificar los ritos del sol, sostituyendolos con los correspondientes á los dogmas que proclama el culto cristiano, los pusó en la precision de acopiar datos con los cuales se familiarizaron á ser comprendidos y entender á los peruanos. (Nodal, 1872, pp. viii-ix)

Nomes de gramáticos como Santo Tomás, Diego González Holguín e Martín de Victoria (s.d.) - que teria redigido um trabalho linguístico sobre a língua quéchua cuja publicação foi prejudicada por sua morte prematura - são lembrados pelo autor como referência documental para o idioma andino:

> Los datos mas importantes que han proporcionado el caudal para formar la base de cuantos estudios serios se han emprendido sobre este idioma son los trabajos de tres sacerdotes católicos, de orígen español, á saber: el religioso mercedario F. Martin de Victoria, que fué uno de los primeros que redactó una gramática y vocabulario del Quichua, pero que su muerte prematura impidió su publicacion; el religioso domínico F. Domingo de San Thomas, y el jesuita F. Diego Gonzalez de Holguin, natural de Cáceres en la Extremadura, cerca de Portugal. (Nodal, 1872, p. ix)

Evidentemente, o discurso gramatical do ilustre advogado peruano está contextualizado pelas perspectivas idealistas que marcam a retórica romântica dominante à época. De qualquer maneira, do ponto de vista das estruturas profundas do texto, mantém-se, nesse prefácio, a oposição semântica básica entre os valores de liberdade e opressão, tal como se observa no projeto gramatical de Montaño (1864). Do ponto de vista de Nodal (1872), a recuperação do idioma nacional andino, notadamente em sua variante cuzquenha (privilegiada na descrição do autor), contribui, de forma

decisiva, para o fortalecimento da identidade e da soberania da recém-criada República do Peru.

4.4.5 Anchorena (1874)

O prólogo do advogado peruano José Dionisio Anchorena tem início com uma referência à tipologia aglutinate da língua quéchua registrada por Tschudi & Rivero (1851):

> Los DD. Tshudi y Rivero, Antiguedades Peruanas, Cap. 5º, dicen: "De la mera composicion de voces, esto es, de la union de partículas con la voz primitiva, deriva en las lenguas americanas una inmensa cantidad de palabras que pueden aumentarse hasta el infinito. Esta descomunal riqueza ha dejado atónitos á los filólogos que aseguran que por cada palabra castellana ó inglesa, tienen los indios tres ó cuatro en sus idiomas. La designacion precisa de un objeto ó de una accion, es el carácter esencial de las naciones americanas. Su modo de vivir, sus relaciones inmediatas con la naturaleza, la vigilancia con que tienen que guardarse de los ataques de las fieras ó de sus enemigos vecinos, los obliga á la mayor precision en la diccion [...] No es necesario observar que esta copiosa abundancia de palabras, engendra una variedad en el discurso; sin embargo, se distinguen estas lenguas por la energia y concision, excediendo en estas calidades á las mas perfectas de Europa." (Anchorena, 1874, p. IV)

Com efeito, a citação a Tschudi & Rivero (1851), extraída do quinto capítulo da obra *Antiguedades Peruanas*, menciona a "composição de vozes", a "união de partículas com a voz primitiva" que propicia, nas línguas americanas, a formação de uma "imensa quantidade de palavras que podem aumentar-se até o infinito". Trata-se, claramente, de referência explícita à natureza aglutinante das línguas ameríndias, descrita pela primeira vez em 1836 pelo linguista alemão Wilhelm von Humboldt (cf. Humboldt, 1836). Segundo palavras de Anchorena (1874), tal característica estaria deixando atônitos os filólogos europeus, para quem a estrutura típica das línguas aglutinantes em questão estavam relacionadas ao "caráter essencial das nacionalidades americanas".

De fato, a afirmação de Anchorena (1874) faz alusão ao conceito de *nationalcharaktere* (caracteres nacionais) de Humlboldt, descrito no Capítulo anterior, segundo o qual o *gattungscharakter* da humanidade - o caráter da humanidade como espécie - realizar-se-ia, historicamente, em uma variedade expressiva de *nationalcharaktere* (caracteres nacionais) ou de *volkscharaktere* (caracteres de povos), responsáveis por refletir, diretamente, os costumes, as crenças, as estruturas linguísticas e as artes de cada povo e época (Frank, 2005, p. 565). Assim, a "precisão nas dicções quéchuas", segundo Anchorena - à luz da reflexão de Tschudi & Rivero (1851) -, estaria relacionada ao "modo de viver dos nativos, a suas relações imediatas com a natureza e à vigilância com que tinham de guardar-se dos ataques das feras ou de seus inimigos vizinhos".

Na mesma linha de raciocínio, em citação ao filósofo francês Conde de Volney (1757-1820), Anchorena (1874) destaca a importância arqueológica do idioma andino:

> [...] para estimar su importancia arqueológica **[del quéchua]**, basta la expresion del sabio Volney: "La lengua es el elemento principal arqueológico, el monumento único de reconstruccion, y en ella se halla dispuesta y conservada la esencia de un pueblo." (Anchorena, 1874, p. V. Os grifos são nossos)

Observe-se, nesse outro contexto, que o gramático acentua, uma vez mais, as relações entre língua, nacionalidade e identidade, na esteira do pensamento de Humboldt (1836) e Tschudi & Rivero (1851). Certamente, tais relações conservam, no âmbito do republicanismo peruano, um valor simbólico expressivo: assim como Nodal (1872), Anchorena (1874) retrata a língua quéchua como uma espécie de "depósito cultural sagrado dos incas", que deve ser preservado e cultivado em favor do progresso e da soberania local.

Relativamente às tensas questões sociais que dividiam brancos e indígenas à época, o gramático enuncia:

> Curioso y hasta inexplicable es el fenómeno que se observa en el Perú, á saber: que los individuos de la costa son extranjeros en su proprio pais, cuando se hallan en los pueblos del interior; porque ademas de ignorar el idioma de los indígenas, tienen diversas costumbres, y hasta cierta ojeriza recíproca, cuya extirpacion debe procurarse á toda costa. Los blancos miran con cierto desprecio á los indígenas y éstos con el ódio inmarcesible que profesan á los que llaman mestizos. El conocimiento del quechua estirpará en los blancos ese desprecio y en los indígenas ese ódio: lo primero, porque habiendo comunidad de lenguage, los blancos entrarán en relaciones mas estrechas con los indígenas y tendrán ocasion de conocer la dulzura de su carácter, la sobriedad de su vida y otras cualidades desconocidas hoy, hasta el punto de establecerse casi generalmente, el principio absurdo, de que al indio se le debe tratar cruelmente. Entónces se dará al indígena la estimacion que merece , y éste, no recibiendo el trato duro y cruel de que viene siendo víctima desde la conquista, pospondrá su ódio al blanco y no verá ya en él un opresor sino un conciudadano á quien debe amar (Anchorena, 1874, pp. V-VI)

Com efeito, procurando atenuar os vigorosos conflitos de classe da jovem nação peruana de seu tempo, o enunciador, nesse fragmento, revela os objetivos sociais que busca atingir com seu projeto gramatical: aproximar brancos e índios, rompendo o preconceito e a aversão que se constatam de parte a parte. Os brancos, "estrangeiros em seu próprio país", com o conhecimento da língua e do homem quéchua, saberiam valorizar a "doçura de caráter" e a "sobriedade" dos nativos. Os indígenas, por sua vez, mediante uma convivência efetiva com os brancos, reconheceriam, nestes últimos, "cidadãos a quem pudessem amar". A perspectiva romântica e idealista do autor ignora, em última instância, as desigualdades propriamente materiais que separam brancos e índios no contexto americano, pela sugestão de um projeto político e social pluriclassita, sem rupturas, sem enfrentamente objetivo das diferenças econômicas que marginalizam os ameríndios no século XIX. De todo modo, a imagem que se contrói dos indígenas, nesse contexto, organiza-se, como em Nodal (1872), pelo viés universalista típico do momento, pautado pelas ideias de progresso e evolucionismo.

Atento à produção linguística quéchua, desenvolvida tanto no contexto colonial como no moderno, Anchorena (1874) explicita suas fontes de análise:

> Para la confeccion de estas obras, he empleado cuantos medios he creido conducentes á su perfeccion: el trato frecuente con los indígenas de todas clases, ya como simple ciudadano, ya como abogado, agrimensor, juez, alcalde municipal, subprefecto, etc., que repetidas veces he desempeñado en varias provincias del interior; mis viajes por todo el sur y centro de la República, y finalmente, el estudio detenido y profundo de varias obras relativas al quechua, escritas por autores antiguos y modernos, nacionales ó extranjeros; tales como, las gramáticas y vocabularios de Fr. Domingo de San Tomás, de los PP. Diego Gonzalez de Holguin y Diego Torrez Rubio, de los SS. C. Markhan, Dr. Tschudi y la Gramática del Dr. F. Nonal; varios catecismos de la Doctrina Cristiana, manuales de administracion de Sacramentos, direccion de confesores, Evangelios, las grandes obras de sermones de los DD. Dávila y Avendaño, las de los PP. Arriaga y Patiño sobre idolatria de los indios, diferentes proclamas, dramas y poesias, no pocos manuscritos de varios párrocos de indígenas, las historias de Garcilazo Inca de la Vega y del D. Justo Apu Sahuaraura Inca, y otras muchas referentes al descubrimiento, conquista, crónica y viajes del Perú. (Anchorena, 1874, pp. VI-VII)

De fato, a metodologia empírica desenvolvida pelo gramático, em trato direto com os indígenas, é enriquecida pela consulta a outras fontes sobre o quéchua, antigas e modernas, com autores como Santo Tomás ([1560]1995), González Holguín (1607), Torres Rubio (1619), Markhan (1864), Tschudi (cf. Tschudi & Ross, 1847; Tschudi & Rivero, 1851; Tschudi, 1884), Nodal (1872), Avendaño (1648), Avila (1648), Arriaga (1621), Iturri Patiño (1810), Garcilaso de la Vega ([1609]1985) e Sahuaraura Inca (1850).

O texto gramatical de 1874 é publicado durante o governo do presidente Manuel Justo Pardo y Lavalle (1834-1878), que governou o Peru de 1872 a 1876, como o primeiro presidente civil do país. É o próprio goverdo de Pardo que contribui para a publicação do trabalho de Anchorena (1874), responsabilizando-se pela impressão de mil exemplares da *Gramática quechua ó del idioma del imperio de los Incas*:

> Con el de dar á la impresion de mis obras el menor costo posible, para ofrecerlas al público por un precio módico; de que sean conocidas antes de su publicacion por la junta de instruccion, y confiado en las patrióticas miras del Excmo. Sr. Presidente de la República ciudadano D. Manuel Pardo, cuya proteccion á todo lo que pueda propender al verdadero progreso y engrandecimiento de la nacion peruana está fuera de duda, las presenté al Supremo Gobierno, solicitando su cooperacion para la impresion; y despues de haber sido examinadas detenidamente [...] se ha servido el Supremo Gobierno expedir el decreto siguiente: - "Lima, Marzo 13 de 1874. Visto este expediente, y deseando el Gobierno facilitar el estudio del idioma quechua y difundir el castellano entre los peruanos del interior que no lo poseen toda via [...] se dispone: que por ahora y hasta varien las circunstancias del Erario, se imprima únicamente la gramática por cuenta del Estado, en el número de mil ejemplares [...] (Anchorena, 1874, pp. VII-VIII)

Destaque-se, do fragmento supracitado, a intenção expressa pelo decreto governamental de 13 de março de 1874 que ordena a impressão da gramática de Anchorena (1874): "facilitar o estudo do idioma quéchua e difundir o castelhano entre os peruanos do interior". De fato, as diretrizes normativas e didáticas do projeto gramatical do autor, que incluem, nesse caso, o emprego da variante cuzquenha da língua andina, atuam no sentido da unificação linguística da sociedade peruana. É o espanhol, afinal, que deve penetrar o interior do país, mantendo as condições linguísticas e culturais necessárias para o desenvolvimento da nação nos moldes liberais e conservadores que marcaram, enfim, as políticas públicas americanas no século XIX.

4.4.6 Mossi (1889)

A gramática de Don Miguel Angel Mossi, publicada em Córdoba, Argentina, no ano de 1889, difere consideravelmente de seu trabalho anterior, editado sob a alcunha de Honorio Mossi, em Sucre, Bolívia, no ano de 1857. De fato, o tratado linguístico de 1889, afeito a metodologias comparativas, busca contrastar as estruturas da língua quéchua a demais línguas do "antigo continente", com notas especiais sobre o quéchua de Santiago de Estero e Catamarca, como indica o próprio título da gramática em

questão: *Manual del idioma general del Perú. Gramática razonada de la lengua qíchua. Comparada con las lenguas del antiguo continente; con notas especiales sobre la que se habla en Santiago del Estero y Catamarca*.

O *Manual* de Mossi (1889) segue dedicado a D. Nicolás Leiva (s.d.), ministro de governo da Província de Santiago de Estero, à época:

> Para cumplir con el encargo que V. E. **[D. Nicolás Leiva]** se ha dignado confiarme, de escribir una gramática de la lengua QÍCHUA; lo primero que lo hace difícil es la carencia de tipos propios para exhibir una escritura acomodada á la verdadera ortografía y pronunciacion de dicha lengua, supuesto que en todas las lenguas del mundo conocido ningun alfabeto se aproxíma á la pronunciacion peruana, si se esceptua la lengua aymará, que parece ser su hermana en este particular; aunque su gramática y el uso de las palabras sean diferentes con alguna pequeña variacion de algunas letras. (Mossi, 1889, p. 3. Os grifos são nossos.)

Com efeito, o pequeno prólogo à gramática de 1889 é capaz de registrar, de saída, a especificidade que marca esse texto gramatical relativamente ao anterior, a gramática de 1857. No *Manual* de 1889, as estratégias descritivas do autor não raro partem de uma metodologia comparativa, sobretudo no que diz respeito à língua aymará, considerada como irmã do idioma quéchua. Outra importante característica do trabalho de 1889 está relacionada à focalização específica que o autor assume, nesse contexto, com privilégio para os temas fonéticos, fonológicos e ortográficos:

> La lengua qíchua nunca hace uso de la L simple, como la aymará, sino de la LL doble, cuya pronunciacion es puramente española; sin embargo de que en Santiago ya es muy comunmente recibída, como la demuestra la esperiencia, pero esa L simple, la mas de las veces no es sino un cambio de la R qíchua; así: lantini por RANTINI - yo compro, ó vendo, esto es, yo cambio ó permuto [...] luru por RURU - la fruta [...] lauran por RAURAN - arde, pero esto no es mas que un resto del trato que tuvieron con los aymaristas que poblaron la parte del Sud del Perú ó Bolivia desde la Paz de Ayacuchu hasta mas acá de Huma-huaca [...] (Mossi, 1889, p. 3)

E continua:

> Para facilitar, pues, la lectura y marcar con precision las varias pronunciaciones de una misma palabra, marcando por ellas distintos objetos ó diferentes acciones, me pareció que no seria fuera de razon arbitrar un alfabeto, que no apartándose del uso comun, tuviese cierta distincion para variar la pronunciacion de las letras, y con particularidad las labiales, linguo-dentales y las guturales profundas, para distinguirlas de las palato-guturales, que se forman entre el glotis y la parte inmediata de la bóveda del paladar. Con este medio creo poder facilitar para los aficionados una clara distincion de la verdadera pronunciacion qíchua y marcar con precision su diferencia. (Mossi, 1889, p. 4)

De fato, a identificação de sons "labiais", linguo-dentais", "guturais profundos" e "palato-guturais", com tal precisão terminológica e descritiva, é inédita nessa tradição gramatical, ao menos no que diz respeito aos materiais específicos de análise selecionados para esta Investigação. São abundantes, igualmente, nesse contexto, os exames contrastivos de caráter fonético-fonológico, como já assinalamos, entre o quéchua e demais línguas americanas, como o aymará, tal como se observa nos excertos supracitados, em que os contatos linguísticos entre as duas línguas ameríndias, na argumentação do autor, são mencionados para justificar a variação do L simples, em quéchua, para o R: *lantini* por *rantini*; *luru* por *ruru*; *lauran* por *rauran*.

Quanto à imagem da língua andina que se depreende do discurso gramatical de Mossi (1889), temos o seguinte:

> A V. E. cabe el honor de haber promovido el estudio y aprecío de una lengua de la cual pocos filólogos se han preocupado hasta ahora, creyéndola quizá algun resto de barbarismo, siendo ella la lengua mas perfecta, la mas armoniosa, la mas elegante de cuantas se conocen. En ella no hay irregularidad alguna, ninguna anomalia; ella es muy clara y sencilla, grandemente espresiva, dulce, sentimental y melodiosa, cuya prosa, si se habla con propiedad, es una poesia continuada y se presta con facilidad para cualquier composicion, ya se tenga presente el pié, ya la rima: todas sus particulas son significativas sin que tengan cosa que se oculte á la inteligencia: en fin, es una lengua propia que se maneja por si misma sin mendigar palabras ó frases, como hacen otras: que si el uso ó trato contínuo ha introducido ya varios términos españoles, no es porque ella carezca de modo para espresar dichas palabras, sino que al contrario sabe acomodarlas á su propio estilo con tanta precision, como si fuesen suyas. (Mossi, 1889, p. 4)

A seleção lexical operada pelo enunciador, nesse caso, ilumina a retórica discursiva empregada na construção da imagem consagrada à língua-objeto: adjetivos como “perfeita”, harmoniosa”, “elegante”, “clara”, “simples”, “expressiva”, “doce”, “sentimental” e “melodiosa” não deixam dúvidas quanto à sensibilização eufórica fixada para caracterizar os traços gramaticais típicos do quéchua, nesse contexto específico. Além do mais, a língua andina é descrita, aqui, como um sistema de natureza autônoma (ela se maneja por si mesma), rico do ponto de vista lexical e sintático (sem mendigar palavras ou frases).

Outra importante inferência (cf. Fiorin, 2005, p. 181) que se toma do fragmento em questão é o distanciamento das estratégias descritivas de Mossi (1889) relativamente ao modelo denominado por Hockett ([1954]2004) como *Palavra e Paradigma*, por oposição ao modelo *Item e Arranjo* (cf. Rosa, 2009, pp. 44-48). De fato, no primeiro modelo - dominante na tradição gramatical da Antiguidade, da Idade Média e do Renascimento -, as unidades internas à palavra - chamadas, em geral, *partículas* - são tratadas como elementos não significativos, enquanto o fenômeno da *flexão* organiza o *paradigma da palavra*, por meio da *declinação* (de número, de gênero, de caso). No segundo modelo - evidenciado nos estudos estruturalistas do início do século XX -, o conceito de *morfema* passa a sistematizar a estrutura interna do *vocábulo*, em unidades significativas mínimas, substituindo a antiga perspectiva dada pela *palavra* e pelo *paradigma* pelas ideias de *item* e *arranjo* (distribuição morfológica no interior do vocábulo). Retomaremos essa questão, com maiores detalhes, nos Capítulos posteriores, pela reflexão de Auroux (1992). Por ora, sublinhamos, apenas, fragmentos de enunciado relevante de Mossi (1889), com o objetivo de registrar suas perspectivas de análise linguística: “todas as partículas da língua quéchua são significativas” e nada se mantém “oculto da inteligência”, nas estruturas gramaticais dessa língua-objeto.

Com efeito, ainda que não possamos considerar as análises empreendidas pelo filólogo italiano como plenamente enquadradas no modelo *Item e Arranjo*, a afirmação de Mossi (1889) de que as partícula quéchuas são *significativas* configura um desvio metodológico importante nesse contexto. Frise-se que, durante todo o período colonial, os gramáticos quéchuas insistiram no caráter não significativo das partículas andinas. Como exemplo citamos Santo Tomás ([1560]1995), que chega mesmo a organizar um capítulo, em sua gramática de 1560, cujo título é *De algunas partículas o sillábicas adjectiones no significativas que entran en composición de nombres y verbos* (cf. Santo Tomás, [1560]1995, Capítulo 22, p. 132). Certamente, no século XIX, pela pena de Mossi (1889), a línguística quéchua prepara-se para incorporar, em poucos anos, o conceito de morfema, o que acontecerá, de maneira efetiva, com os estudos estruturalistas do século posterior.

No que tange ao tratamento da variação linguística, no discurso gramatical de Mossi (1899), observamos, no prólogo em questão, a presença de contra-argumentos destinados àqueles que insistem em considerar bárbara a língua geral andina: para o missionário-linguísta, não há "resto algum de barbarismo", na língua-objeto, nem qualquer "irregularidade" ou "anomalia". Da mesma forma, os termos espanhóis incorporados ao léxico do idioma andino não representam carência específica da língua geral, mas um fenômeno gramatical corrente, no qual as palavras anexadas acomodam-se, naturalmente, ao "estilo" próprio da língua-objeto.

Mossi (1889), como Alfonso X, acredita que as línguas verbais humanas derivem da língua adâmica original, portadora de toda a verdade e perfeição divina:

> Con el perfecto conocimiento de esta sola lengua **[língua adâmica original]** encuentra la Iglesia su verdadera luz y perfeccion; con ella tiene toda defensa contra sus calumniadores y enemigos: ni podrá haber teólogo verdadero y perfecto sin que tenga que ocurrir á esta fuente de toda verdad. Si se examina ó medita algun pasaje en su propia fuente, producirá frutos

> inesplicables; porque de ella sacará la mitología la solucion de sus mas intrincadas dificultades; la filologia y las ciencias y cuanto hay de erudicion en lo sagrado y profano, quedará perfectamente esclarecido con sola la luz que emite este lenguaje original. (Mossi, 1864, p. 7. Os grifos são nossos.)

E conclui:

> ¿Qué margarita, pues, qué tesoro, y qué otra lengua podrá compararse con el lenguaje de Adan? Si los idiomas manejados por hombres en tiempos y lugares distintos pueden merecer algun elogio, es porque manifiestan algo de aquel brillo con que resplandece el finísimo oro del lenguaje primitivo. (Mossi, 1864, p. 7)

De fato, em obra anterior, de 1864, intitulada *Clave harmónica; ó, demostracion de la unidad de origen de los idiomas*, Mossi esforça-se por provar a origem comum das línguas naturais, derivadas, todas elas, da linguagem primitiva original, aquela em que as relações entre o signo e o assinalado são capazes de flagar a essência e a verdade da obra do criador. No excerto a seguir, o autor discute as relações entre a dispersão linguística advinda do episódio bíblico da Torre de Babel e a contituição das nacionalidades, em âmbito moderno:

> El objeto, pues, de la creacion de los diferentes idiomas en la dispersion de las naciones, aunque principalmente fué la manifestacion de la divina sabiduría cifrada en ellos, fué sin embargo, la humillacion del hombre vinculada á la debilidad é impotencia que resulta naturalmente de la division de las fuerzas repartidas en muchas familias separadas por forma distinta de gobierno y modo de hablar, cuya principal causa es la diferencia de los idiomas; pues como dice un escritor, el mundo propende naturalmente á la monarquía universal, si no fuese por el embarazo de la variedad de lenguas; de manera que esta variedad de idiomas que choca á primera vista con las ideas de la Providencia, es tal vez la principal garantía de la libertad é independencia de las naciones [...] (Mossi, 1864, p. 10)

Com efeito, orientado por um viés universalista (“o mundo propende naturalmente à monarquia universal”), o autor reconhece, no episódio da Torre de Babel, a justificativa central para a dispersão das nações, a diferenciação dos idiomas e a divisão dos homens em governos distintos, como necessária retaliação divina à

prepotência humana, por meio do ocultamento da verdade e da sabedoria de Deus em línguas decaídas - pálidas estruturas verbais, diante da linguagem adâmica original. Nesse sentido, a argumentação de Mossi (1864) não se distancia em nada do ponto de vista medieval de Alfonso X, como destacamos em seções anteriores. A novidade, aqui, reside no fato de que, para o filólogo italiano, o embaraço causado pela variedade das línguas, que parece chocar-se, à primeira vista, com a perspectiva universalista da Providencia, viabiliza, afinal, a liberdade e a independência das nações.

Certamente, os valores de identidade nacional, traduzidos por Humboldt com os conceitos de *nationalcharaktere* (caracteres nacionais) e *volkscharaktere* (caracteres de povos), são retomados - ainda que de maneira implícita -, no discurso de Mossi (1864), e sensibilizados euforicamente, nesse contexto, como expressão da conveniência da variedade linguística. Páginas à frente, o autor cita, de maneira direta, o filólogo e pensador alemão, fundador da Universidade de Berlim. A citação é longa, mas elucidativa:

> Mr. de Humboldt escribia á Mr. Abel Remusat. "Yo no considero las formas gramaticales como frutos del adelanto que hace una nacion en el análisis del pensamiento, sino mas bien como un resultado de la manera con que una nacion considera y trata su lengua." *Carta sobre la naturaleza de formas gramaticales*, París, 1727, pág. 13. - Añade: tengo la conviccion profunda de que no es posible desconocer esta fuerza verdaderamente divina que revelan las facultades humanas, este génio creador de las naciones, especialmente en el estado primitivo, en que todas las ideas y hasta las mismas facultades del alma adquieren mas viva fuerza por efecto de la novedad de las impresiones en que el hombre logra presentir combinaciones á que no hubiera llegado por la marcha lenta y progresiva del la esperiencia. Este génio creador puede traspasar los límites que parecen prescritos al resto de los mortales, y sino hay medio de señalar su marcha, no por eso es menos evidente su vivificante presencia. En vez de renunciar, en el orígen de las lenguas, de esa causa poderosa y primera, y de señalar á todas una marcha uniforme y mecánica, que las arraste paso á paso, desde su principio mas rudo hasta su perfeccionamiento, adoptaria la opinion de aquellos que atribuyen el orígen de las lenguas á una revelacion inmediata de la Divinidad. Al menos reconocen la chispa divina que fulgura á través de todos los idiomas, sin esceptuar los mas imperfectos y menos cultivados. (Mossi, 1864, pp. 24-25)

Compreendendo as formas gramaticais como manifestação das relações que um povo (uma nacionalidade) estabelece com sua própria língua, mais do que como expressão do pensamento (como acontece, predominantemente, no contexto clássico), Mossi (1864), na esteira do discurso romântico de Humboldt, indaga-se, no excerto supracitado, sobre a diversidade e a variação linguística. Nesse sentido, pergunta-se: a mudança linguística concretiza-se simplesmente por regras uniformes e mecânicas - que arrastam os idiomas, de maneira involuntária, na direção de seus aperfeiçoamentos -, ou, por outra, indica, em perspectiva histórica, as transformações vividas por um povo, no trato com sua língua, de forma a materializar os princípios universais da divindade? Com efeito, do ponto de vista de Mossi (1864) - imerso na ideologia evolucionista e cristã que o fundamenta -, todas as línguas humanas reconhecem a "chispa do criador", por terem uma origem comum no ato de "revelação imediata" da divindade. Por essa razão, a mudança linguística não pode ser considerada, nesse contexto, como resultado mecânico de um processo historicamente regrado. Ao contrário, tal como se observa com o gênio criador - capaz de superar a "marcha lenta e progressiva da experiência" -, a variação linguística expressa uma "força verdadeiramente divina", que enleva todos os idiomas - "sem exceptuar os mais imperfeitos e menos cultivados" - no sentido da evolução e do progresso.

Naturalmente, Mossi (1889) não descarta as conquistas científicas dos comparatistas e neogramáticos do século XIX. Rask (1787-1832), Grimm (1785-1863) e Bopp (1791-1867), à altura da publicação de Mossi (1889), já haviam estabelecido as primeiras leis fonéticas: as conhecidas *Leis de Grimm* foram publicadas pela primeira vez na segunda edição de *Deutsche grammatik*, em 1822, sob forte influência das ideias de Rask (cf. Grimm, 1822); em 1816, editaram-se os reputados estudos comparativos de Bopp, sobre o sistema de conjugação em sânscrito, em comparação com o grego, o

latim, o persa e o alemão (cf. Robins, 1974, pp. 167-169). Mossi (1864) chega mesmo a destacar o "farol de la filología", em *Clave harmónica; ó, demostracion de la unidad de origen de los idiomas* (cf. Mossi, 1864, p. 21), como um instrumento essencial dos estudos gramaticais de seu tempo, e privilegia, por essa razão, como sublinhamos anteriormente, abordagens comparatistas de natureza fonético-fonológica. Entretanto, a intenção do gramático quéchua é tomar o instrumental vindo da filologia como meio de provar a origem comum das línguas humanas.

De fato, diferentemente de Rousseau (1712-1778) - e de outros filósofos ilustrados - que, no século anterior, já haviam questionado a justificativa bíblica para a origem da multiplicidade das línguas, Mossi (1864) aferra-se à perspectiva mítica cristã, compreendendo a diversidade linguística como um fenômeno relacionado à disposição do Criador. Para Rousseau, a linguagem teria evoluído, gradualmente, pela necessidade humana de expressão dos sentimentos, das formas mais simples até as mais complexas e abstratas (cf. Rousseau, [1759]1998). Para Mossi (1864), ao contrário, tal como se evidencia na retórica de Alfonso X (cf. Niederehe, 1983), as línguas naturais teriam derivado da linguagem adâmica original, e essa premissa organiza, certamente, do início ao fim, as estratégias comparatistas do missionário italiano. De qualquer forma, mesmo as mudanças linguísticas - no interior de um sistema específico -, do ponto de vista de Mossi (1864), podem ser lidas, por um lado, como resultado de leis fonéticas uniformes e universais e, por outro, como ato de vontade de Deus, na condução dos povos e na identidade / liberdade das nações (cf. Mossi, 1864, p. 10).

Observe-se, por fim, que o prefácio gramatical de 1889, diferentemente da gramática publicada na Bolívia, em 1857, não enuncia, textualmente, a salvação dos nativos como consequência do trabalho linguístico e apostólico. Em pouco mais de três décadas, saltam aos olhos as distintas retóricas assumidas pelo autor, nesses dois

contextos específicos. De todo modo, ainda que a perspectiva universalista e cristã de Mossi permaneça como pano de fundo no discurso gramatical de 1889 (por influência do estudo de 1864), infere-se, daí, uma abordagem mais técnica e, certamente, menos religiosa, como justificativa para o projeto linguístico em questão.

4.4.7 Paris (1892)

Félix Proaño Castillo (1850-1938), filósofo e literato equatoriano, é o autor do texto prefacial que serve à gramática do padre redentorista Julio Paris (s.d.), *Ensayo de gramatica de la lengua quichua. Tal como se habla actualmente entre los indios de la Republica del Ecuador*, publicada em Quito, no ano de 1892:

> Entre los valiosos servicios que los RR. PP. Redentoristas prestan actualmente á la Iglesia y á la República, no es el de menos importancia la evangelización de los Indios que viven diseminados en los valles y montañas de esta planicie de los Andes Ecuatorianos. (Paris, 1892, p. iii)

A perspectiva de Castillo, tal como se observa no excerto em questão, fundamenta-se pelo respaldo às práticas religiosas, que justificam, enfim, os esforços linguísticos de Paris (1892). Nesse contexto, os indígenas americanos são considerados como homens de "inteligência rude", incapazes, por si próprios, de depurarem suas competências intelectuais e prepararem-se para o convívio em sociedade:

> Es pues evidente que los RR. PP. Redentoristas con sus misiones constantes á los blancos y á los Indios, cultivando con particular esmero y abnegación la inteligencia bastante ruda de los segundos, hablándoles, confesándoles y predicándoles en su propio idioma, y aun estableciendo entre ellos Asociaciones religiosas, para asegurar la perseverancia en el bien, son un poderoso auxilio y un verdadero consuelo para los pobres párrocos que se ven abrumados con la pesada carga de su ministerio. (Paris, 1892, p. iv)

Com efeito, o texto prefacial de Castillo, depois de ressaltar os nobres objetivos morais da gramática de Paris (1892), lança-se a uma série de questionamentos que deixam antever a difícil condição em que se encontra a língua e a cultura quéchua, no final do século XIX. A despeito de suas estruturas vigorosas e ricas, a exemplo do latim e do grego, a língua geral dos Andes, em menos de um século, na opinião de Castillo, deixaria de ser falada pelos americanos, que assumiriam o castelhano como língua materna. Nesse contexto tão desfavorável ao idioma andino, a única motivação para o ensino e a aprendizagem do quéchua, segundo o poeta equatoriano, é a religiosa:

> [...] qué utilidad podría reportarse de un trabajo de esta naturaleza? Qué importancia literaria tiene el idioma de los Incas? Cuáles son los libros de ciencias, de artes y de literatura, que en él se han escrito? Cuál es la nación ó pueblo culto que lo habla? A la verdad, el quichua, no obstante ser una lengua tan hermosa, y en su construcción tan vigorosa y rica como la griega ó la latina, no tiene sin embargo entre nosotros otra importancia que la religiosa, es decir, como medio para la instrucción religiosa de los Indios; porque también éstos, al fin y al cabo, llegarán á hablar todos la lengua castellana, y el quichia, talvez á la vuelta de medio siglo, sólo será un monumento arqueológico, objeto de curiosidad para algunos sabios y nada más. (Paris, 1892, pp. v-vi)

4.4.8 Grimm (1896)

Depois das previsões pessimistas de Castillo, no prefácio que introduz a gramática de Paris (1892), segue-se a produção gramatical de Grimm (1896), como último material específico de análise selecionado para esta Investigação, no século XIX.

A gramática de Grimm (1896) não apresenta quaisquer textos prefaciais. A obra em que se insere o projeto gramatical do autor está constituída, ainda, por um vocabulário espanhol-quéchua / quéchua-espanhol, que exibe, esse sim, como sequência ao tratado gramatical anterior, um pequeno prólogo, somado à reprodução do texto *Pastoral*, publicado originalmente em Quito, em 30 de agosto de 1725, sob autoria de Luis Francisco Romero (1665-1728) - bispo em Santiago do Chile e Equador (em 1717)

e arcebispo em La Plata, Bolívia, a partir de 1725. No prólogo em questão, Grimm (1896) anuncia:

> Hemos procurado en la "Gramática Quichua" y en el "Vocabulario Quichua-Español" presentar á los jóvenes levitas lo más esencial de la analogía y sintaxis quichuas, y los términos lexicológicos en su sentido principal; mas en el "Vocabulario Español-Quichua" nos hemos propuesto ayudar á los Señores Sacerdotes en su alto ministerio; y para esto nos hemos empeñado sobre todo en poner los términos que expresan ideas religiosas y morales; dando definiciones ó descripciones de las palabras puramente cristianas, porque ya no es posible sustituirlas con términos quichuas que, actualmente, los indios entenderían menos, y que tal vez causarían equivocación. (Grimm, 1896, p. I)

E continua:

> Y como es de mucha utilidad una crestomatia quichua, y no nos es posible ponerla en el presente Vocabulario, para que no sea demasiado voluminoso, hemos agregado solamente algunas pláticas tomadas del "Tercero Catecismo" publicado en la lengua del Cuzco, por orden del Concilio Limense de 1583; las que hemos traducido al actual dialecto de Quito. (Grimm, 1896, p. I)

De fato, orientado, parcialmente, pelas diretrizes do 3CL, levado a cabo em Lima, no ano de 1583, Grimm (1896) propõe-se a estabecer o dialeto de Quito, por oposição à variante cuzquenha, empregada, oficialmente, quase três séculos antes. Da perspectiva do autor, o vocabulário espanhol-quéchua (apoiado, certamente, pela gramática de 1896) tem o propósito de auxiliar os sacerdotes equatorianos em seu "alto ministério", por meio da "definição ou descrição" de termos - relacionados a ideias religiosas ou morais - que favoreçam as práticas apostólicas, sobretudo no âmbito do espanhol, já que os termos religiosos quéchuas seriam, na opinião de Grimm (1896), desconhecidos pelos nativos. O gramático reconhece, entretanto, no dialeto de Quito, um instrumento imprescindível para "ganhar as almas" dos ameríndios, no "ministério pastoral":

> Cada idioma tiene sus particularidades que á los extraños parecen, á veces, imperfecciones y aún ridiculices, sobre todo al principio del estudio; pero que con el ejercicio se hacen muy naturales y no causan más extrañez ninguna. Para ganar almas en nuestro ministerio pastoral, debemos apropiarnos estas particularidades del Quichua; y los indios nos entenderán tanto mejor, cuanto más bien hablemos su idioma, no solamente en general, sino empleando los giros propios de la lengua. (Grimm, 1896, p. II)

No fragmento a seguir, Grimm (1896), por meio de um argumento comparativo, aproxima os benefícios das atividades de Cristo, junto a seus apóstolos, àqueles vivenciados pelos indígenas, em contato com os missionários cristãos da América:

> En todo, y por lo mismo, en el trato con los indios, N. S. Jesucristo debe ser nuestro modelo: "Con qué benignidad se conformó al alcance de sus discipulos y oyentes! cuán bien acomodó su sublime doctrina á la rusticidad de ellos, sirviéndose de ejemplos, parábolas, semejanzas tomadas de los usos ordinarios de la vida; valiéndose de estilo familiar, sin falso brillo de palabras, ni vanos adornos de frase! con qué paciencia les sufrió la inconsideración, lo obtuso y tardo de su ingenio: explicándoles á menudo las mismas cosas repondiendo con benignidad á sus rudas é inconsideradas preguntas, enderezando sus torcidas aprehensiones é instruyendo sus inteligencias acostumbradas á las cosas de la tierra, y casi nada al conocimiento de las del Cielo! (Grimm, 1896, pp. II-III)

Com efeito, tal como os seguidores de Cristo, os nativos americanos - de "obtuso ingênio" - devem contar com a paciência, a clareza e a perseverança de seus iniciadores na fé. Para o sucesso de tal empreendimento religioso, entretanto, os sacerdotes necessitam de um conhecimento apurado da variante linguística do quéchua local (e não apenas do dialeto geral - de Cuzco), para que possam atingir, com maior eficácia, seus destacados ouvintes. Grimm (1896) sublinha, por fim, a importância do aprendizado mnemônico (mas não mecânico) da doutrina e das orações cristãs em língua quéchua, por parte dos nativos:

> No solamente hay que predicarles en su idioma, sino que se les ha de explicar el significado de las palabras, de las oraciones y de la doctrina que tienen que aprender de memoria; sean estas palabras quichuas ó castellanas. Todo lo que se aprende de memoria (y siquiera las oraciones ordinarias, como el Padre nuestro, Dios te salve Maria, etc., la doctrina cristiana, el

> catecismo, hay que aprender de memoria) hay que entenderlo; no decimos en su sentido completo, sino que se debe conocer el significado de las palabras, para que no se retengan los textos mecánicamente, sino desde el principio con conocimiento. (Grimm, 1896, p. III)

Assim, no projeto gramatical de Grimm (1896), pelo que se infere dos fragmentos supracitados, mantém-se uma valorização eufórica para a variante equatoriana da língua andina, ainda que a imagem construída dos ameríndios, nesse contexto, seja organizada pela ideia de carência e de privação. Cumpre aos párocos - bem preparados para o serviço religioso (de posse efetiva das estruturas linguísticas do dialeto quitenho) - a tarefa de orientar moralmente os nativos, no contexto republicano.

4.5 Consideraçõe finais

Procuramos destacar, neste quarto Capítulo, três etapas distintas para as condições políticas e institucionais que situam a discurso gramatical quéchua, em exame aos prólogos selecionados, nesta Investigação.

De fato, a primeira dessas etapas diz respeito à gramática de Santo Tomás ([1560]1995) - amigo pessoal e colaborador de Bartolomé de las Casas, fiel ao projeto dominicano que, no primeiro momento da conquista, propõe um estatuto social e político, para o ameríndio, em posição de igualdade aos colonos espanhóis. A segunda etapa está representada pelas rígidas diretrizes do 3CL, organizado sob a liderança dos jesuítas, com a instituição do quéchua cuzquenho como variante padrão. Nesse segundo contexto, por oposição ao anterior, evidencia-se uma maior culpabilização dos nativos, por suas práticas heréticas (cf. Mello e Souza, 1992), e muitas das premissas dominicanas - sobre a necessidade incondicional da defesa do indígena, frente à cobiça dos castelhanos - são consideradas excessivas (do Anônimo [1586] a Nieto Polo

[1753]). O terceiro momento, por sua vez, está caracterizado pelos movimentos políticos e ideológicos que marcam o processo de independência na América do Sul. Embora esse período apresente, ainda, por parte de alguns autores, uma retórica religiosa que justifica os projetos gramaticais em questão (cf. Mossi, 1857; Paris, 1892; Grimm, 1896), vemos eclodir, nessa fase, um discurso de traços evolucionistas, liberais e eurocêntricos (cf. Montaño, 1864; Nodal, 1872; Anchorena, 1874; Mossi, 1889), no sentido da modernização e do progresso.

As continuidades e descontinuidades apresentadas, nesse processo histórico e institucional, serão reposicionadas na Conclusão deste Trabalho, depois de examinadas as obras gramaticais, segundo os parâmetros linguísticos de análise fixados neste contexto.

PARTE II

CAPÍTULO V

CAPÍTULO V

EMERGÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DAS TÉCNICAS GRAMATICAIS E DO TRATAMENTO DA CATEGORIA DE CASO NOMINAL NO OCIDENTE

Sintetizam-se, neste capítulo, em perspectiva longitudinal, alguns dos principais pontos de vista linguísticos que mobilizam a produção teórica e metodológica relativamente aos estudos da linguagem no Ocidente, desde a Antiguidade Clássica até a Idade Contemporânea, tendo em vista a emergência e o desenvolvimento das técnicas gramaticais e do conceito de caso nominal, sobretudo no domínio espanhol. Objetiva-se, aqui, contextualizar informações e análises linguísticas a partir das quais será examinada, *a posteriori*, a produção gramatical quéchua, herdeira da tradição gramatical do Ocidente.

Conforme se destacou anteriormente, para Borges Neto (2004, pp. 44-49), há, em linhas gerais, duas orientações distintas para os estudos linguísticos estabelecidos anteriormente ao século XIX: a orientação nocional e a orientação filológica. Na opção nocional, representada por Platão (428/427-348/347 a.C.), Aristóteles (384-322 a.C.), pelos estoicos (séc. III a.C.) e por modistas como Tomás de Erfurt (séc. XIV), por exemplo, são destacadas as relações entre som e sentido, num quadro teórico universalista em que a linguagem é compreendida como representação do mundo, ou do pensamento, e as línguas são examinadas a partir de modelos lógico-filosóficos. A orientação nocional, tal como estabelecida por Borges Neto (2004, pp. 44-49), alinha-se ao programa de correspondência, na tipologia instituída por Swiggers (2004). Por outro lado, na opção filológica, representada por Prisciano (séc. V) e pelos vernaculistas dos séculos XV e XVI - como Antonio de Nebrija (1444- 1522) e João de Barros (1496-1570), por exemplo -, concebe-se a linguagem em uma perspectiva normativo-

descritiva. Nesse outro contexto, pretende-se preservar formas linguísticas clássicas, de maneira a registrar um passado monumental, documentado, sobretudo, nos textos literários. A orientação filológica enquadra-se no programa descritivista, segundo classificação de Swiggers (2004), tal como discutimos em capítulo anterior.

Certamente, as opções nocionais e filológicas não podem ser tomadas de maneira exclusiva (cf. Borges Neto, 2004, p. 46). A opção nocional adota, em alguma medida, diretrizes normativas, enquanto a opção filológica, por sua vez, não descarta métodos descritivos e, por vezes, perpassados por vieses universalistas. De todo modo, são mais ou menos evidentes os deslizamentos teóricos e/ou metodológicos em uma ou outra direção: a perspectiva nocional alinha-se a disciplinas como a lógica, a metafísica e a epistemologia; a filológica, a áreas como a retórica e a literatura. Pelo viés nocional, são considerados, neste capítulo, os trabalhos de Platão, no *Crátilo* (séc. IV a.C), de Aristóteles, no tratado *De interpretatione* (séc. IV a.C.), de Tomás de Erfurt, em sua *Gramática especulativa* (séc. XIV), de Sánchez de las Brozas (1523-1600), em sua *Minerva o de la propiedad de la lengua latina* (1587). Pelo viés filológico, consideram-se, por outro lado, autores como Dionísio de Trácia (170-90 a.C.), em sua *Téchnē Grammatikḗ* (séc. I a.C.), Apolônio Díscolo (sécs. I-II d.C.), em sua *Sintaxis* (séc. II d.C.), e uma série de vernaculistas dos séculos XV, XVI e XVII com destaque especial para Antonio de Nebrija, em sua *Gramática castellana*, publicada no ano de 1492.

Dos séculos XVIII e XIX, são considerados autores como San Pedro (1769) e Noboa (1839) - como representantes, em maior ou menor grau, da corrente racionalista da gramaticografia espanhola, com importantes desdobramentos para a produção gramatical quéchua, nesse mesmo período. Por fim, no contexto do século XX, examina-se a teoria estruturalista de Hjelmslev (1978), sobre a categoria de caso dos nomes, tendo em vista que o modelo em questão recupera, em boa medida, a descrição

de caso nominal dos medievais, como a de Máximo Planudes (c. 1260-1305) e Tomás de Erfurt (séc. XIV), a partir do critério de "sentido generalizado", tal como definido por Blake (1994, p.36).

Na sequência, preferencialmente em ordem cronológica, são apresentadas as análises indicadas anteriormente, da Antiguidade Clássica à Idade Contemporânea, como forma de introduzir e contextualizar os estudos sobre a gramaticografia quéchua a serem desenvolvidos no capítulo posterior.

5.1 Antiguidade Clássica

As primeiras abordagens sobre a linguagem, no contexto ocidental, foram realizadas da perspectiva filosófica. O objeto de investigação, nesse caso, era, por evidente, a estrutura do pensamento e da razão. As abordagens linguísticas, desse viés, foram tomadas secundariamente, como instrumento pelo qual se alcançava a arquitetura da racionalidade humana. Vejamos, em linhas gerais, como essa perspectiva materializa-se na argumentação de dois dos principais filósofos gregos antigos: Platão e Aristóteles.

5.1.1 Platão (séc. IV a.C.)

Qual a relação entre as palavras e o que elas designam? São as coisas e os objetos do mundo que engendram a palavra, ou, ao contrário, ela é fruto arbitrário de um pacto estabelecido em uma comunidade de falantes de uma determinada língua? As palavras são puro reflexo do plano perfeito das ideias - obra de um supremo legislador que designou palavras adequadas à natureza exata das coisas -, ou, por outro lado,

resultado de uma convenção social específica? No primeiro caso, em que a palavra está vinculada à dimensão ideal do pensamento, ela, a palavra, é imutável: o homem é incapaz de modificá-la, de romper sua inteireza sígnica, seu caráter natural e sua correspondência precisa com os objetos do mundo, a menos que o faça corrompendo a natureza mesma da linguagem. No segundo caso, em que a palavra é compreendida como convenção, a mudança é possível: uma determinada forma linguística não é melhor nem pior que qualquer outra para designar um objeto, um conceito ou um acontecimento; os homens, em sociedade, operam, objetivamente, a mutabilidade dos signos.

A obra clássica que ilustra essa problemática, tão perene na história das ideias linguísticas, é *Crátilo*, escrita aproximadamente no ano 360 a.C., por Platão. Com efeito, o objeto da argumentação desenvolvida, nesse diálogo platônico, é a correção ou a incorreção das palavras, a conveniência, ou não, da linguagem humana às coisas por ela designada, a conexão entre o sinal e o assinalado. A polêmica formaliza, assim, as duas perspectivas dominantes, na Antiguidade, sobre a natureza da linguagem. Crátilo, personagem que defende o ponto de vista naturalista (linguagem como natureza - *phýsis*), opõe-se a Hermógenes, que argumenta de acordo com o ponto de vista convencionalista (linguagem como convenção - *nómos*). Para Crátilo, as palavras emanam das coisas e são sua fiel representação:

> Sóc. - Quizá, Crátilo, sea esto lo que quieres decir: que, cuando alguien conoce qué es el nombre (y éste es exactamente como la cosa), conocerá también la cosa, puesto que es semejante al nombre. Y que, por ende, el arte de las cosas semejantes entre si es una y la misma. Conforme a esto, quieres decir, según imagino, que el que conoce los nombres conocerá también las cosas.
> Crát. - Muy cierto es lo que dices. (Platón, 1987, p. 453)

Para Hermógenes, ao contrário, a adequação entre os nomes e as coisas firma-se por convenção. Os nomes, passivos como os "escravos", na argumentação da personagem, podem mudar, ao sabor das intenções humanas, e um novo nome, atribuído a alguém (ou algo) não será "menos exato" e adequado que a primeiro:

> Herm. - Pues bien, Sócrates, yo [...] no soy capaz de creerme que la exactitude de un nombre sea otra cosa que pacto y consenso. Creo yo, en efecto, que cualquiera que sea el nombre que se le pone a alguien, éste es el nombre exacto. Y que si, de nuevo, se le cambia por otro y ya no se llama aquél - como solemos cambiárselo a los esclavos -, no es menos exacto éste que le sustituye que el primero. Y es que no tiene cada uno su nombre por naturaleza alguna, sino por convención y hábito de quienes suelen poner nombres. (Platón, 1987, pp. 365-366)

Como mediador do debate platônico, Sócrates inclina-se à postura naturalista, conquanto mantenha certo grau de abertura em relação à tese convencionalista (cf. Tusón, 1982, pp. 17-18). Platão inaugura, nesse contexto, pela argumentação de Sócrates, um método bastante produtivo, na Antiguidade Clássica, para justificar a relação de conveniência entre as palavras e as coisas. Trata-se do recurso à etimologia, pela qual um nome grego poderia ser explicado por outros nomes, também gregos, por meio de paráfrases. Desse modo, a palavra *theoús* (deuses) origina-se de *théonta* (aqueles que giram), uma vez que os deuses giravam na esfera celeste (cf. Platón, 1987, p. 389). Da mesma forma, *héroes* (heróis) procede de *érōs* (amor), porque os heróis haviam sido gestados pelo amor (cf. Platón, 1987, p. 391).

Certamente, o interesse pelo recurso à etimologia, em Platão, dá-se menos por seu caráter inusitado - por vezes extravagante - que por sua motivação original: a explicação etimológica, como recurso linguístico, está associada, nesse contexto, à perspectiva naturalista sobre a linguagem humana, segundo a qual as relações entre palavras e coisas, justamente por não serem convencionais, podem e devem ser rastreadas pela reflexão filosófica. Nesse sentido, o conhecimento sobre a palavra

redunda no conhecimento dos objetos do mundo e do próprio pensamento, como produto do trabalho científico.

Com efeito, a linguagem, no quadro platônico, tende a ser compreendida nos limites da perspectiva naturalista, como expressão da invariabilidade e da conveniência entre as palavras e as coisas.

5.1.2 Aristóteles (séc. IV a.C.)

Por oposição a Platão, Aristóteles adota, firmemente, um ponto de vista convencionalista: "Todo enunciado es significativo, pero no como un instrumento <natural>, sino por convención [...]" (Aristóteles, 1988a, p. 41). No início do tratado *De interpretatione* (séc. IV a.C.), em um dos períodos mais reportados da história da filosofia, Aristóteles resume seu ponto de vista sobre a linguagem:

> Así, pues, lo <que hay> en el sonido **(som articulado, isto é, linguagem humana)** son símbolos de las afecciones <que hay> en el alma, y la escritura <es símbolo> de lo <que hay> en el sonido. Y, así como las letras no son las mismas para todos, tampoco los sonidos son los mismos. Ahora bien, aquello de lo que esas cosas son signos primordialmente, las afecciones del alma, <son> las mismas para todos, y aquello de lo que éstas son semejanzas, las cosas, también <son> las mismas. (Aristóteles, 1988a, pp. 35-36. Os grifos são nossos.)

Fundamentado por um viés convencionalista, o estagirita mantém, por outro lado, uma perspectiva universalista para identificar as "afecções da alma" e as "coisas do mundo". Com efeito, a alma humana e os objetos da natureza são os "mesmos para todos", isto é, estruturam-se por um caráter universal. Desde logo, o pensamento (razão), como espelho da linguagem articulada, será o atributo essencial do humano, o traço fundamental que o distingue dos demais seres vivos e irracionais: eis aí outra tese

nuclear aristotélica, desenvolvida no tratado *De anima*, do século IV antes de Cristo (cf. Aristóteles, 2006).

Segue-se a essa premissa a segunda controvérsia linguística da Antiguidade: a analogia, defendida por Aristóteles, frente à anomalia, assumida pelos estoicos (cf. Robins, 1974, p. 31). A polêmica centra-se na importância que a ordem e a regularidade impõem à língua grega, de modo particular, e às demais línguas, de maneira geral. As regularidades, pautadas pelos analogistas, estavam fundamentadas pelos paradigmas formais dados pelas palavras que pertenciam a uma mesma categoria gramatical e apresentavam, por essa razão, estruturas morfológicas e prosódicas semelhantes. Aos anomalistas, por seu turno, não lhes faltaram argumentos que os auxiliassem na defesa de suas teses: destacaram, sobretudo, os desajustes semânticos, observados na sinonímia e na polissemia, e as inúmeras exceções que podem ser constatadas nas regularidades morfológicas dos vocábulos (cf. Tusón, 1982, p. 20). De todo modo, a opção pela analogia, de base aristotélica, organizou os fundamentos da gramática ocidental a partir do agrupamento de palavras em classes distintas.

Segundo Tusón (1982), Platão estabeleceu, ainda que de forma um tanto vaga, a distinção entre *ónoma* (genericamente identificado como nome) e *rhēma* (genericamente identificado como verbo) como os elementos básicos da proposição. Aristóteles, por sua vez, retomou essa classificação e acrescentou a ela o *sýndesmos*, geralmente traduzido como conjunção, embora, na realidade, o *sýndesmos* fosse caracterizado, pelo estagirita, como uma classe heterogênea, incluindo igualmente artigos, pronomes e preposições (cf. Tusón, 1982, p. 22).

Na obra *De interpretatione*, mencionada anteriormente, o filósofo dedica-se à discussão dos conceitos de verdade e falsidade, em diálogo aberto com reconhecida temática platônica desenvolvida em *O Sofista* (séc. IV a.C.) (cf. Paltón, 1988),

analisando a relação entre as palavras escritas e as experiências mentais (pensamentos), das quais as palavras seriam símbolos. Já no primeiro capítulo da obra, intitulado *Escritura, voz, pensamento y realidade. Lo verdadero y lo falso*, o estagirita destaca a importância da análise dos nomes e dos verbos no estudo das proposições: "Antes de nada hay que exponer qué es un nombre y qué es un verbo y, a continuación, qué es una negación, qué una afirmación, qué una declaración y qué un enunciado." (1988a, p. 35). Nesse sentido, observemos, a seguir, a argumentação aristotélica no que diz respeito à composição e à divisão do enunciado lógico:

> [...] así como en el alma hay, a veces, una noción sin que se signifique verdad o falsedad y, otras veces, la hay también, <de modo que> necesariamente ha de darse en ella una de las dos cosas, así también <ocurre> en el sonido: en efecto, lo falso y lo verdadero giran en torno a la composición y la división. Así, pues, los nombres y verbos, por si mismos, se asemejan a la noción sin composición ni división, v.g.: *hombre* o *blanco*, cuando no se añade nada más: pues aún no son ni falsos ni verdaderos. De esto hay un ejemplo significativo: en efecto, el *ciervo-cabrío* significa algo, pero no es verdadero ni falso, a menos que se añada el *ser* o el *no ser* [...] (Aristóteles, 1988a, pp. 36-37)

De fato, os nomes e os verbos são, pela argumentação do filósofo, as duas partes essenciais da proposição: são eles os responsáveis pela "composição" dos enunciados, conquanto que, para interpretá-los, seja igualmente necessária a identificação dessas duas partes, dada pela operação lógica que caracteriza a "divisão". Dizer algo com "verdade" ou "falsidade" exige a presença de nomes e verbos (notadamente do verbo "ser", segundo o excerto anterior), termos que são, em si mesmos, indecomponíveis. Vejamos como essa afirmação se impõe na sequência da exposição aristotélica:

> Nombre, pues, es un sonido significativo por convención sin <indicar> tiempo, y ninguna de cuyas partes es significativa por separado: en efecto, en *Kállippos*, *ippos* no significa nada por sí mesmo, como <sí ocurre> en el enunciado *Kalòs híppos*. Sin embargo, lo que ocurre en los nombres simples no ocurre igual en los compuestos: pues en aquéllos la parte no es significativa en absoluto, en cambio, en éstos tiende <a serlo>, pero por separado no lo es de nada; v.g.: en *epaktrokéles*, *kélēs*. Por convención

> <quiere decir> que ninguno de los nombres lo es por naturaleza, sino solo cuando se convierte en símbolo; puesto que también indican algo los sonidos inarticulados, v.g.: de los animales, ninguno de los cuales es un nombre. (Aristóteles, 1988a, pp. 37-38)

Retomando a perspectiva convencionalista da linguagem, o estagirita, nesse fragmento que introduz o segundo capítulo do *De interpretatione*, sob o título *El nombre. Nombres simples y compuestos. Los casos*, dedica-se à definição dos nomes simples e compostos e de suas marcas essenciais. Inicia afirmando que a marca gramatical de tempo está excluída dos nomes, uma vez que essa marca é o traço identificador do segundo termo da proposição lógica, o verbo. Em seguida, reafirma a impossibilidade da decomposição dos nomes, dado que a palavra, nesse contexto, é considerada como a unidade mínima e indecomponível do enunciado lógico. Nesse sentido, empenha-se na distinção de nomes simples e compostos, argumentando que, nos nomes simples, como no nome próprio *Kállippos*, segmentos isolados, como *ippos*, nada significam, diferentemente do que se observa no enunciado *Kalòs híppos* (o cavalo é formoso), em que *Kalòs* e *híppos* significam, isoladamente. Quanto aos nomes compostos, Aristóteles mantém o argumento da impossibilidade da decomposição. Para o filósofo, nota-se uma peculiaridade nesse tipo de nome que nos leva a imaginar, à primeira vista, uma decomposição interna dos nomes compostos em segmentos significativos. Todavia, os exemplos elencados pelo estagirita provam, uma vez mais, o contrário: em *epaktrokéles* (nave pirata), as partes (segmentos) do nome composto, em separado, "não são de nada", isto é, não contribuem para a formulação do significado específico desse nome composto, muito distinto do significado específico de *kélēs* (nave), enquanto nome simples.

Na sequência, o filósofo analisa, em perspectiva lógica, a categoria de caso nominal, como traço formal identificador das inflexões do nome. Vale a pena

reproduzir, aqui, ainda que por meio de longas citações, os períodos que materializam algumas das primeiras formulações sobre a categoria de caso nominal na Antiguidade:

> [...] *de Filón* o *para Filón* y todas las <expresiones> por el estilo, no son nombres, sino inflexiones del nombre. Su definición consta de las mismas <notas> que las otras <expresiones>, salvo que, unidas a *es* o *era* o *será*, no dicen verdad ni falsedad - el nombre, en cambio, siempre -, v.g.: *de Filón está* o *no está*; en efecto, no dice en ningún momento nada verdadero ni falso. (Aristóteles, 1988a, pp. 38-39)

As expressões gregas *Phílōnos* (genitivo - *de Filón*) e *Phílōni* (dativo - *para Filón*) são tratadas por Aristóteles como "inflexões do nome", exemplos autênticos da flexão de caso nominal em grego. Observe-se, a esse respeito, que tais inflexões não são consideradas efetivamente nomes, tendo em vista que, utilizadas isoladamente, como primeiro termo da proposição (*ónoma*), são incapazes de expressar verdade ou falsidade. De toda maneira, a categoria de caso nominal é empregada, na argumentação aristotélica, como traço distintivo das inflexões dos nomes, assim como a categoria gramatical de tempo marca a especificidade dos verbos: "Verbo es lo que cosignifica tiempo, y ninguna de sus partes tiene significado separadamente; y es signo de lo que se dice acerca de otro" (1988a, p. 39).

Com efeito, a categoria de caso nominal, em Aristóteles, é fundamental para orientar as operações de composição e divisão que organizam a interpretação do enunciado lógico. De um lado, o nome (*ónoma*), simples ou composto, único termo da proposição capaz de apresentar inflexões casuais; de outro, o verbo (*rhēma*), organizado em torno da noção gramatical de tempo: essas, as duas partes indecomponíveis da proposição lógica; unidas, no contexto do enunciado, com a presença ou não de *sýndesmos*, serão responsáveis pela constituição da proposição.

Destaque-se, uma vez mais, que, no quadro lógico e universalista aristotélico, as inflexões dos nomes não caracterizam nomes autênticos, por não poderem expressar,

isoladamente, verdade ou falsidade. Insistamos acerca dessas considerações do filósofo de Estagira. Os historiógrafos da linguística reconhecem, à farta, a importância das categorias aristotélicas na sistematização do que, mais tarde, veio a constituir as classes de palavras nas gramáticas alexandrinas. A substância, para Aristóteles, caracteriza aquele (ou aquilo) de quem se fala, a quem se atribui características ou qualidades, e está classificada como substância primeira e substância segunda: no primeiro caso (substância primeira), encontram-se os seres ou entidades individuais, particulares, realmente existentes (Pedro, Santos, São Paulo); no segundo (substância segunda), os universais resultantes de abstração, enquanto mediações do pensamento e da razão (mesa, cavalo, homem). A substância organiza-se, ainda, pela essência e pelos acidentes: a essência diz respeito à identidade específica, à unidade interna da substância, sem a qual as coisas do mundo seriam indistinguíveis; e o acidente, por outro lado, está relacionado àquilo que não é essencial às coisas, sem o qual as coisas do mundo não deixariam de ser o que são (cf. Aristóteles, 1988b, pp. 34-42). Pois bem, infere-se, do fragmento supracitado de Aristóteles, segundo o qual as inflexões do nome (*Phílōnos,* genitivo - *de Filón*; e *Phílōni,* dativo - *para Filón*) não constituem autênticos nomes, que o filósofo opera, em vários níveis (em cascata), com o método analógico: primeiramente, por semelhança e dessemelhança, identifica nomes e verbos como partes fundamentais da proposição; na sequência, classifica os nomes, fixando o nominativo como forma essencial, como forma básica primeira, ficando os demais casos relegados a acidentes casuais dos nomes. Assim, podemos concluir que o nominativo não se conforma como genuína declinação nominal, na sistematização aristotélica, e as diversas inflexões dos nomes, antes de se caracterizarem como nomes autênticos, correspondem aos acidentes casuais relacionados à forma básica e essencial primeira (nominativo). Essas análises aristotélicas, como veremos, reverberam nos trabalhos de

Dionísio de Trácia e do já citado Apolônio Díscolo. Vejamos, na sequência, com maiores detalhes, como isso se materializa na *Téchnē Grammatikḗ* (a partir de agora TG), uma das obras fundadoras da gramática no Ocidente.

5.1.3 Dionísio de Trácia (séc I a.C.)

A TG, de Dionísio de Trácia, tem quinze páginas e vinte e cinco seções que abarcam um resumo das estruturas do grego clássico. Trata-se de uma peça chave da cultura grega que serviu de base às gramáticas formuladas posteriormente, sobre o próprio grego, o latim e demais línguas europeias até, pelo menos, o início do Renascimento (Robins, 1974, p. 40). A Arte de Dionísio de Trácia inicia-se por uma exposição dos contextos dos estudos gramaticais, tal como concebidos pelos alexandrinos:

> La grammaire est la connaissance empirique de ce qui se dit couramment chez les poètes et le prosateurs. Elle a six parties: premièrement, la lecture experte respectueuse des diacritiques; deuxièmement, l'explication des tropes poétiques présents (dans le texte); troisièmement, la prompte élucidation des mots rares et des récits; quatrièmement, la découverte de l'étymologie; cinquièmement, l'établissement de l'analogie; sixièmement, la critique des poèmes - qui est, de toutes les parties de l'art, la plus belle. (Thrace, [séc. I a.C.]1989, p. 41)

Duas observações impõem-se em relação ao fragmento em questão. A primeira diz respeito ao caráter notadamente filológico da obra: segundo observa Robins (1974, p. 41), a gramática de Dionísio de Trácia "formou parte de um esquema mais amplo de estudos propedêuticos que tinham por objetivo a apreciação adequada da literatura grega clássica". Com efeito, apenas a quinta parte da TG, a análise das regularidades morfológicas da linguagem, ou analogia, constitui o que, mais tarde, considerou-se como matéria própria dos estudos gramaticais. O objetivo do autor, nesse contexto, é a

aprendizagem da leitura em voz alta, da escritura, das relações etimológicas entre as palavras, de tal forma que, como pretendiam os alexandrinos, a gramática se tornasse um instrumento efetivo para ascender, de um lado, ao grego correto e literário e, de outro, à produção intelectual grega clássica de um modo geral. A segunda observação a respeito do excerto está relacionada ao lugar que o autor determina para o conhecimento gramatical dentro da escala dos vários níveis de conhecimento humano na Antiguidade. Como se sabe, os gregos admitiam quatro níveis ascendentes de acesso ao conhecimento: *peîra* ou habilidade; *empeiríā* ou conhecimento prático; *téchnē* ou arte; e *epistḗmē* ou ciência, isto é, conhecimento das causas, específico dos filósofos. Dionísio de Trácia reporta-se à sua própria obra, no fragmento em questão, como *empeiríā*: "connaissance empirique de ce qui se dit couramment chez les poètes et le prosateurs". Pode-se, ainda, certamente, reconhecer o texto alexandrino como *téchnē*, se levarmos em conta o título da obra - *Téchnē Grammatikḗ* (Arte Gramatical). Na leitura de Tusón (1982, p. 25), "será preciso esperar muitos séculos até chegar aos modistas, aos gramáticos de Port-Royal [...] para que a gramática [...] deixe de ser uma taxonomia e trate de alcançar o estatuto de ciência".

Na décima primeira seção da TG, em que Dionísio de Trácia ocupa-se da definição das palavras, observa-se a orientação aristotélica segundo a qual a *léxis* (palavra) é uma unidade indecomponível do *lógos* (frase). Nessa mesma seção, o autor enumera as oito partes que compõe a frase: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio, e conjunção (cf. Thrace, [séc. I a.C.]1989, p. 49). No que diz respeito à categoria gramatical dos nomes, o gramático alexandrino reconhece-lhe cinco acidentes: *génos* - gênero (masculino, feminino e neutro); *eîdos* - espécie (primitivo e derivado); *schēma* - figura (simples ou composta); *arithmós* - número (singular, dual e plural); e ptōsis - caso (nominativo, genitivo, dativo, acusativo e vocativo) (cf. Thrace,

[séc. I a.C.]1989, pp. 49-55). O termo que Dionísio utiliza para os acidentes do nome é *parepónema* (atributos lógicos) e o uso dessa palavra pode ser comparado ao uso aristotélico de *symbebēkóta* (acidentes da lógica). Os *parepónema* fazem referência às particularidades gramaticais relativas às formas das palavras, sejam elas formas flexionais ou derivadas (cf. Robins, 1974, p. 44).

No que diz respeito especificamente à categoria de caso nominal, segundo a leitura de Robins (1974, p. 38), as concepções fundamentais de caso que serviram, de modo geral, aos gramáticos alexandrinos são, fundamentalmente, criação dos estoicos (séc. III a.C.), ainda que Aristóteles tenha introduzido o tema, como vimos anteriormente:

> [...] desde entonces *klísis* se ha usado genéricamente para indicar la variación de la forma de una palabra gramatical. Al limitar *ptōsis* a los nombres y a las palabras que igualmente tuvieran flexión, los estoicos lograron que la flexión del caso fuera la *fundamentum divisiones* entre la *ónoma* y la *rhēma*, la cual permaneció, con el resultado de que los adjetivos griegos (y latinos) formaron parte desde entonces de las classes nominales y entre su *árthra* (caso flexionado) y su *sýndesmoi* (caso sin flexionar). Dentro de cada categoría hicieron extensivo el uso del término, con el fin de que abarcara todas las formas de las palabras flexionadas del caso, y las dividieron en *ptōsis eutheîa* [...], nominativo (en latín *cāsus rectus*), y la *ptōsis plágiai* [...], los casos oblicuos (en griego el acusativo, el genitivo y el dativo). (Robins, 1974, p. 38)

Com efeito, na esteira do pensamento aristotélico, os estoicos diferenciam *klísis*, variação geral de uma palavra gramatical, de *ptōsis*, flexão casual particular dos nomes, mantendo a perspectiva lógica original. Por outro lado, distinguem *ptōsis eutheîa*, caso nominativo (reto), de *ptōsis plágiai*, determinada pelos casos oblíquos.

De modo semelhante opera Dionísio de Trácia, ao apresentar a categoria de caso nominal, na décima segunda seção de sua gramática, dispensando, todavia, o uso de definições e de exemplos, de forma coerente com sua proposta metodológica breve e com o caráter marcadamente instrumental e filológico de sua produção. Para o

alexandrino, o caso nominativo é traduzido pelo termo "droit", na edição francesa consultada da TG (cf. Thrace, [séc. I a.C.]1989, p. 49):

> Il y a cinq cas nominaux: droit, génitif, datif, causatif, vocatif. Le cas droit est appelé 'nominatif' et 'direct', le génitif 'possessif' et 'paternel', le datif 'épistolaire', le causatif †…†, le vocatif 'interpellatif'. (Thace [séc. I a.C.]1989, p. 51)

Segundo Ramajo Caño, (1987, pp. 106-107), Dionísio de Trácia, seguindo de perto a reflexão aristotélica, não considera o caso nominativo como efetivo caso de declinação nominal, embora elenque o nominativo dentre os demais casos dos nomes, tal como se observa no excerto em questão. A justificativa para esse argumento pauta-se, sobretudo, pelo emprego do termo "droit" (reto), para nominativo, por oposição aos demais casos oblíquos - à semelhança das classificações dos estoicos - ainda que não estejam explicitadas, textualmente, as opções descritivas e metodológicas do alexandrino. Interpretação similar encontra-se em Lallot (1989), nas extensas notas à TG recolhidas à tradução francesa da obra de Dionísio de Trácia:

> Le 'cas' (*ptōsis*) s'appelle ainsi parce que le nom passe [...] d'une forme à autre. Le cas est le changement de forme [...] d'un mot casuel, dont la syllabe finale prend tantôt une forme, tantôt une autre. [...] Le (cas) direct (*eutheîa*) n'est pas à propement parler [...] un cas: il ne l'est que par extension [...].(Scholia Vaticana *apud* Lallot, 1989, p. 139)

De fato, se aceitarmos a interpretação dessa nota colhida por Lallot, o nominativo, na gramática do alexandrino, é o caso que materializa a essência mesma dos nomes e, por essa razão, a forma reta organiza-se por oposição às demais formas oblíquas e acidentais. Segundo esse ponto de vista, o nominativo não se caracteriza, propriamente, como um efetivo caso nominal, mas como expressão de um nome "genérico" a partir do qual poderemos reduzir as demais formas "específicas":

> [...] il existe un nom générique (*genikòn ónoma*) qui contient tout forme énonçable du nom [...] comme existe aussi l'homme générique (*ho genikòs ánthrōpos*) -, et à partir du nom générique, il est tombé [...] sur moi, sur toi, sur chaque chose. Pour autant qu'il est tombé du nom générique, c'est un cas (*ptōsis*), mais pour autant qu'il est tombé droit [...] - comme on dit que les dés 'tombent droit' -, on l'appelle <droit et direct>: c'est en droit ligne [...] qu'il signifie l'essence de la chose, et il se construit avec les verbes 'droits' [...], c'est-à-dire actifs. (Scholia Londinensia *apud* Lallot, 1989, p. 139)

Com efeito, segundo a nota em questão, o nominativo, na TG, remete a um nome "genérico" que contém, em si mesmo, "todas as suas formas enunciáveis". Logo, o caso reto configura-se, nesse modelo, como uma forma primeira, essencial, a partir da qual são transmutadas as demais formas acidentais.

Outras considerações à obra de Dionísio de Trácia, recolhidas por Botas (2002a, pp. 119-260), em *Comentarios Antiguos*, trazem revisões dos parâmetros teóricos e metodológicos não explicitados pelo alexandrino. Na argumentação empreendida por Esteban - gramático que escreveu entre o século VII e o século VIII, durante o período bizantino - temos as seguintes ponderações sobre a categoria de caso nominal, tal como estabelecida na TG:

> Los casos de los nombres son cinco: recto, genitivo, dativo, acusativo, vocativo. Se llaman 'casos' porque la forma va 'cayendo' de uno a otro; caso es la transformación de la última sílaba de una palabra flexiva que cambia de una forma a otra. (Esteban *apud* Botas, 2002a, p. 203)

Observe-se, no fragmento em questão, o recurso à analogia, no Mundo Antigo, para explicar a categoria de caso nominal: os casos dos nomes assemelham-se a "caídas de um dado", como informa Hjelmslev em seu estudo de 1978 (p. 23). Assim como acontece no lançamento de um dado, as formas flexionais de caso "vão caindo", de uma a outra, na conformação do paradigma organizado pela palavra casual. Desse modo, pela transformação da última sílaba da palavra, os casos dos nomes mudam a partir da forma base original.

Relativamente ao caso nominativo (reto), em comentário à gramática de Dionísio de Trácia, temos as seguintes considerações de Esteban:

> El caso recto se llama también nominativo y directo. ¿Si es recto, cómo es caso? Porque ha caído de lo incorpóreo y general a lo específico; y recto porque aún no ha cambiado a lo oblicuo, o bien porque con él se construyen los llamados entre los estoicos verbos rectos, que son los activos, como 'Sócrates pega', pues toda oración que lo tiene está firmemente asentada y es recta, mientras que el caso oblicuo ya no hace la oración recta [...] También el vocativo constituye oración, como 'lee, hombre'; luego por su significado también éste es recto; ahora bien, propio del nominativo es la tercera persona, mientras que el vocativo se dirige a la segunda; luego no es recto. (Esteban *apud* Botas, 2002a, pp. 203-204)

Conforme esclarece Esteban, o caso nominativo é aquele que "cai do incorpóreo e geral ao específico", quando empregado concretamente no enunciado e, dessa maneira, configura-se como autêntico caso nominal, diferentemente do que se afirma nas notas de Lallot (1989) transcritas anteriormente. Na argumentação do autor, o plano "incorpóreo e geral" do pensamento articula-se de modo análogo ao plano da linguagem, dito "específico". Por outro lado, a denominação "caso reto", para o nominativo, justifica-se por oposição à denominação "caso oblíquo", ou, de outro modo, por ser a forma reta a constitutiva da "oração reta", isto é, da oração formada por um nominativo e um verbo ativo, devidamente "assentada" do ponto de vista semântico (ou seja, apresentando sentido completo).

Dando continuidade a seus argumentos, Esteban, no fragmento supracitado, distingue o nominativo e o vocativo, afirmando que, embora ambos apresentem a mesma terminação silábica, diferenciam-se quanto à pessoa do discurso, uma vez que os nominativos expressam terceira pessoa e os vocativos expressam segunda. Essa constatação impossibilita, ao vocativo, sua classificação como caso reto. Insistamos, um pouco mais, no conceito de nominativo, tal como o interpreta Esteban, em comentário a Dionísio de Trácia:

> De otra manera para lo mismo: al enumerar los casos nos enseña cómo se llama cada uno, y dice que el recto se llama también nominativo, porque al querer nombrar a alguien nos servimos de él; pues si alguien preguntase de algún otro: ¿cómo se llama éste? Se dirá usando del recto: 'Platón' o 'Sócrates'. ¿Cómo es posible que el mismo se llame recto y caso? Decimos que es posible que el caso se llame también recto por una razón: en efecto, en cuanto que ha caído de lo común a una particularidad puede llamarse caso; y en cuanto que permanece recto después de caer y está como en lo general podría llamarse recto, como diríamos de una pluma de escribir: si se toma una pluma y se clava en el suelo y queda recta, en cuanto que ha caído de la mano parece que ha caído, pero en cuanto que está recta después de haber caído se dice recta. (Esteban *apud* Botas, 2002a, p. 204)

Percebemos, aqui, novamente, o recurso à analogia, como explicação para os fatos gramaticais: o caso reto é aquele que "cai como uma pluma", fixando-se ao solo de forma ereta, sem, digamos, tombar uma segunda vez. A forma reta, nessa alegoria explicativa, é aquela que cai, "do incorpóreo e do geral", como vimos anteriormente, mantendo sua verticalidade original, sem sucumbir a uma nova queda. As formas oblíquas, por sua vez, derivadas da queda primordial, são resultado de um novo movimento descendente que as fundamenta. No primeiro caso, temos a forma reta essencial, capaz de constituir, com os verbos retos (ativos), a oração reta (de sentido completo). No segundo caso, temos as formas oblíquas e acidentais, expressão de duas quedas consecutivas. De toda maneira, para Esteban, o caso nominativo (reto) configura-se como autêntico caso nominal, na obra de Dionísio de Trácia, contrariamente ao que afirmam as notas recolhidas por Lallot (1989) em *Scholia Vaticana* e *Scholia Londinensia*.

Destaque-se, por fim, o critério semântico utilizado por Dionísio de Trácia na metalinguagem que sistematiza a categoria de caso nominal:

> El genitivo se llama también posesivo y paterno. A éste lo llama posesivo y paterno porque, como hace poco se dijo, todo lo posesivo o patronímico lo es a partir del genitivo y en él se resuelve.
> El dativo, epistolar. Con razón se llamó así, puesto que cuando escribimos a los amigos nos servimos de él, como una vez Cleón, el general, escribió a los atenienses: 'Cleón a los atenienses: salud'.

> El acusativo, causativo. De causa, reclamación, puesto que al pedir o sernos reclamado algo lo empleamos; así, decimos: 'te pido que me des el libro': 'te' y 'el libro' están en acusativo; y también: 'acuso a Aristarco'.
> El vocativo, salutatorio. Al vocativo lo llamó salutatorio, pues al dirigirnos a alguien y saludarlo, usamos a su vez de él, como dice el Poeta: [...] 'Complácete, diosa, con esto'. (Esteban *apud* Botas, 2002a, pp. 204-205)

De fato, observa-se, nessa transcrição, um critério nitidamente semântico, empregado pelo gramático alexandrino, para justificar a terminologia utilizada na sistematização da categoria de caso nominal no grego antigo: o genitivo equivale à ideia de posse e de paternidade; o dativo, por ser usado em cartas, associa-se ao termo epistolar; o acusativo, por expressar a ideia de causa, também é chamado causativo; o vocativo, por significar saudação, é denominado como salutatório. Esteban, afinal, expressa textualmente a ideia de que o "significado" constitui a base da categoria de caso: "Hay que tener en cuenta que los cinco casos son de los significados, no de las formas [...]" (Esteban *apud* Botas, 2002a, p. 204).

Conforme assinala Botas (2002, pp. 16-17), Dionísio de Trácia, em sua TG, não pretende desenvolver uma teoria linguística - pautada por questões ligadas aos universais da linguagem -, não se centra nas formas de expressão do pensamento - como antes o fizeram Aristóteles e os estoicos -, nem, tampouco, dedica-se à elaboração de uma gramática descritiva completa, com exemplos e definições, apropriada ao ensino do grego como língua materna. Seu objetivo é alcançar a gramática de uma língua "culta, escrita, de corpus" (Botas, 2002, p. 17), como estratégia filológica para o estabelecimento dos textos clássicos antigos.

De todo modo, foi possível enumerar, nesta seção, com apoio dos comentaristas à TG, alguns traços distintivos das formulações teóricas de base que dão suporte à produção filológica alexandrina. Interessa-nos menos precisar, aqui, dada a ambiguidade das interpretações expressas nos comentários analisados, se o caso

nominativo configura-se como um caso efetivo, em Dionísio de Trácia, como veremos acontecer em gramáticos posteriores, ou, se, apoiado em Aristóteles, o autor rejeita essa classificação, mediante o uso do termo caso reto, tal como destacamos anteriormente. Talvez o caráter conciso e o despojamento teórico da obra em exame tornem, efetivamente, opaca, essa interpretação. Interessa-nos, sim, por outro lado, reconhecer o viés marcadamente filológico que fundamenta a descrição de caso nominal, em Dionísio de Trácia, e identificar a oposição entre caso reto (nominativo) e demais casos oblíquos (genitivo, acusativo e dativo), como estratégia descritiva do alexandrino, à luz das proposições estoicas.

5.1.4 Apolônio Díscolo (séc. II d.C.)

Outro destacado filólogo alexandrino, Apolônio Díscolo ([séc. II d.C.]1987), é autor de um tratado de sintaxe, bastante significativo, na Antiguidade Clássica, organizado em quatro livros. No primeiro, além de expor o assunto e justificar o tema selecionado, o autor desenvolve um estudo sobre o comportamento sintático dos artigos. Nos capítulos posteriores, são investigados, respectivamente, em primeiro plano, aspectos sintáticos que caracterizam o uso dos pronomes, dos verbos e das preposições.

Tal como havíamos mencionado anteriormente, o método de Apolônio é, em muita medida, devedor do método analógico aristotélico. Assim como o filósofo grego, o filólogo alexandrino admite uma ordem metafísica do mundo com primazia da essência sobre o acidente. Desde então, opera a partir de formas básicas primeiras, detentoras do essencial na substância, de maneira a depreender formas segundas, derivadas, acidentais. O nominativo singular constitui-se em uma dessas formas essenciais em Apolônio, na esteira da reflexão aristotélica. Como assinala Botas, em sua

estimulante introdução ao tratado de sintaxe de Apolônio Díscolo ([séc. II d.C.]1987), o conceito fundamental com respeito à formação da linguagem, para o autor alexandrino, é o conceito de "derivação ou transformação a partir de uma forma base" (cf. Botas, 1987, p. 34). Pautando-se pela ideia aristotélica de que o primeiro é o mais perfeito, Apolônio Díscolo fixa as seguintes formas básicas em seu tratado de sintaxe: o nominativo singular, para os casos e números; o masculino, para os gêneros; o indicativo, para os modos; a voz ativa, para as vozes verbais; o verbo intransitivo, para os tipos verbais; o ático, para os dialetos gregos. Tendo como ponto de partida essas formas primeiras, por analogia, serão depreendidas as demais formas gramaticais e dialetais.

O processo analógico, como se sabe, é um processo de dedução lógica a partir do qual uma forma dada pode ser explicada ou reduzida a outra forma por relações de semelhança e/ou dessemelhança, ou seja, as substituições no processo explicativo devem produzir elementos equivalentes. Desse modo, o princípio analógico constitui o "requisito prévio a qualquer intento de classificação e sistematização de uma língua, sobretudo com vistas ao estabelecimento dos modelos ou cânones da flexão e conjugação" (Botas, 1987, p. 17).

Aristóteles parece ressoar, igualmente, na fundamentação do método sintático de Apolônio, baseado em processo duplamente orientado, "por análise e síntese", segundo a leitura de Botas (1987, p. 38). A determinação da oração perfeita, objeto de estudo de Apolônio, organiza-se pela adequação de dois procedimentos básicos: a análise das funções e das formas que organizam as palavras; e a síntese representada pela coerência interna que sustenta a oração. O fenômeno da coerência oracional, que resulta na oração perfeita, sustenta-se nas classes de palavras e no conjunto de categorias e acidentes gramaticais que as definem. O objeto da sintaxe, nesse contexto, é a análise da relação

do conjunto de traços gramaticais, inerentes às classes de palavras, na conformação da frase. Assim, de maneira recorrente, Apolônio segue demonstrando como "a coerência oracional deriva da adequação formal das distintas variáveis ou acidentes que definem os elementos da oração: gêneros, números, casos e pessoas" (Botas, 1987, p. 38).

Precisamente a esse respeito, assumimos, neste trabalho, o posicionamento de Botas (1987) em relação à sintaxe dos antigos, em sua tentativa de fazer ver a anacronia de muitos trabalhos linguísticos modernos e contemporâneos sobre o tema. Com efeito, tornou-se lugar-comum afirmar que as gramáticas e os tratados linguísticos da Antiguidade apresentam, como deficiência, um evidente desprezo pela sintaxe, fato que se lhes observava nas exíguas (ou inexistentes) seções destinadas, exclusivamente, ao estudo da oração[13]. Todavia, como argumenta Botas (1987, p. 45), "la sintaxis no existe, sino teorias sintácticas con princípios y objetivos muy distintos". Da perspectiva do autor, os objetivos legítimos da sintaxe de Apolônio visam à "construção da oração empiricamente perfeita", o que, por seu turno, justifica toda a complexidade da obra, uma vez que o filólogo tem de se haver com "inúmeras e imprevisíveis possibilidades de conexão entre as diferentes partes da oração" (cf. Botas, 1987, p. 45). Botas refuta, ainda, aqueles que criticam o tratado de Apolônio por não apresentar uma distinção clara entre formas e funções ou não discriminar, de maneira sistemática, relações sintáticas de concordância e regência[14]. Contrariamente a essa posição, Botas defende que não se deve "desqualificar a obra de um autor antigo desde pressupostos modernos,

[13] Botas (1987, p. 36) destaca dois autores que, em sua leitura, seriam responsáveis pela negação da sintaxe antiga: Steinthal (1891), na obra *Geschichte der Sprachwissenschaft bei den Griechen und Römern*; e Collart (1954), em *Varron, Grammairien Latin*. No contexto brasileiro, Martins (2006), em seu texto *Visão Panorâmica da História da Linguistica - da Antiguidade Grega ao Renascimento* (In: CUNHA, Valesca Guimarães. *Letras - Português/Inglês* (Vol. 1). Uberaba: Universidade de Uberaba, 2006), constata, igualmente, a omissão da sintaxe nos textos linguísticos da Antiguidade. Note-se que, nesse último caso, a constatação da autora serve de referência à página da Wikipédia, em português, sobre a *Téchnē Grammatikḗ, de* Dionísio de Trácia (Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Dion%C3%ADsio,_o_Tr%C3%A1cio. Acesso em 12 de junho de 2013).

[14] A esse respeito, Botas (1987, p. 42) cita especificamente o trabalho de E. Egger (1854), *Apollonius Dyscole. Essai sur l'histoire des théories grammaticales dans l'antiquité*, Paris, 1854.

igualmente criticáveis" (1987, p. 48). Com efeito, Apolônio, fiel representante da tradição filológica alexandrina, move-se pela "necessidade da interpretação dos poemas", notadamente dos poemas homéricos, em busca da "oração perfeita":

> En los estudios que anteriormente hemos hecho públicos, se trató, como la razón de las mismas exigía, la doctrina relativa a las palabras. La exposición presente comprenderá la construcción que de ellas se hace con vistas a la coherencia de la oración perfecta; lo que me he propuesto exponer con todo detalle por ser de la más absoluta necesidad para la interpretación de los poemas. (Díscolo, [séc. II d.C.]1987, Libro I, p. 73)

Sem dúvida, resta patente, no excerto em questão, a finalidade filológica do tratado sintático de Apolônio. Para Botas, quando Apolônio fala de *lógos*, não se refere à razão do sujeito gnoseológico, ou às suas categorias mentais, como o fizeram Platão, Aristóteles e os estoicos, mas à racionalidade de seu próprio método (cf. 1987, p. 46). Por outro lado, não se faz justiça aos antigos quando se diz que eles desprezam a investigação sintática, uma vez que o próprio estudo das classes de palavras é denominado estudo das partes da "oração".

Quanto à categoria gramatical de caso, Apolônio, tal como Dionísio de Trácia, menciona os cinco casos do grego clássico antigo: nominativo, genitivo, dativo, acusativo e vocativo. A diferença, nesse contexto, é que a orientação sintática específica do filólogo alexandrino faz com que essas categorias sejam examinadas, prioritariamente, como função (perspectiva sintática) e não como forma (perspectiva morfológica), daí a utilização preferencial, em Apolônio, dos termos reto e oblíquo, no lugar de nominativo e acusativo (cf. Botas, 1987, p. 41). Na voz ativa, o nominativo é o caso agente e o acusativo, o caso paciente. Por essa razão, pode-se manter essa relação quando se muda a disposição verbal na voz passiva (Díscolo, [séc. II d.C.]1987, Libro III, p. 178). O caso reto (nominativo) ordena-se em concordância com a pessoa verbal (cf. Díscolo, [séc. II d.C.]1987, Libro IV, p. 389), enquanto os casos oblíquos (acusativo,

dativo e genitivo) são alheios a tal concordância: "los casos oblicuos, al estar más desligados del verbo, son también diferentes en cuanto a su configuración, pues adotan, por el contrario, la aposición en lugar de la composición" (Díscolo, [séc. II d.C.]1987, Libro IV, p. 377). O vocativo, como os demais casos oblíquos, é tratado igualmente como uma aposição, todavia, nesse caso específico, como uma aposição do nome.

Destaquem-se, a esse respeito, dois fatores fundamentais para a compreensão do método sintático empregado por Apolônio Díscolo. Em primeiro lugar, as noções de composição e aposição, no tratado alexandrino, revelam-nos a posição do autor no que diz respeito ao seu conceito de oração. De fato, como afirmamos anteriormente, a oração perfeita, objeto da exposição do filólogo, é um fenômeno linguístico duplamente articulado: de um lado, importa determinar a coerência oracional, ou seja, os contextos semânticos nos quais uma oração configura-se como um enunciado completo (exato); de outro, é necessário avaliar as relações funcionais e formais das partes da oração (com precedência das primeiras em relação às segundas), em suas conformações essenciais e acidentais, de modo a tornar possível a descrição desse mesmo enunciado perfeito (cf. Botas, 1987, p. 38) . Os conceitos de composição e aposição, nessa linha de raciocínio, são empregados justamente para demonstrar os distintos modos de construção da oração perfeita. Por composição, entende-se, na argumentação de Apolônio Díscolo, a oração perfeita constituída por sua forma básica (primeira). Trata-se, aqui, da oração mínima, formada por um nominativo-sujeito (nome ou pronome) e um verbo intransitivo, ou, ainda, apenas por um verbo intransitivo, quando esse trouxer elíptico o sujeito da ação verbal[15]. Tudo o mais, na oração perfeita, é aposição, isto é, elemento adicional e não essencial à composição do enunciado. Botas destaca, a esse respeito, que o termo aposição, na argumentação do filólogo, possui significado literal: "posto junto a" (1987,

[15] Para um estudo sobre o conceito de elipse em Apolônio Díscolo, ver Lallot (1983).

p. 87), o que confirma, uma vez mais, o caráter acidental das aposições frente ao caráter essencial das composições. Apolônio Díscolo relaciona vários exemplos de composições, dadas por formulações sintáticas de base (com verbos intransitivos), e de aposições, concebidas como derivação de segunda ordem (com verbos transitivos):

> [...] los verbos de que he hecho mención anteriormente, construidos con un nominativo-sujeto, expresan un pensamiento completo: "Trifón pasea", "Platón vive", "Dionisio respira" o "navega, corre" [...] si bien verbos como "pasea", "vive" [...], y similares, a pesar de su sentido pleno, pueden llevar a veces añadidos como "vive en el gimnasio" o "en casa". Por el contrario, los otros verbos [los transitivos], construidos con un nominativo, dejan el sentido sólo a medias completo, como sucede con "Trifón daña", "Trifón ama". Por eso los estoicos los llamaron "infrapredicados", por oposición a los verbos que encierran sentido completo y no precisan en absoluto un caso oblicuo. (Díscolo, [séc. II d. C.]1987, Libro III, pp. 345-346)

Embora o fragmento transcrito retrate o empirismo descritivo de Apolônio, no quadro geral de suas ambições filológicas, é possível igualmente observar, aqui, um diálogo aberto com a perspectiva filosófica dos antigos: os "infrapredicados", tal como os denominavam os estoicos, caracterizavam o elemento verbal (*rhēma*) da proposição lógica incapaz, por si só, de estabelecer uma oração perfeita (um enunciado coerente, de sentido completo). Nesse contexto, como parece indicar o próprio termo, os "infrapredicados" (verbos transitivos) são reconhecidos como verbos de segunda ordem, quer dizer, como verbos derivados, por analogia, dos verbos de base (verbos intransitivos), capazes de compor, esses últimos, isoladamente, uma oração perfeita. Eis a ordenação metafísica do mundo, com primazia da essência (verbos intransitivos) sobre os acidentes (verbos transitivos), transmutada na perspectiva filológica do alexandrino.

Nesse ponto, chegamos à segunda consideração, sobre o método sintático de Apolônio, referida anteriormente. O tratamento dispensado ao segundo termo da composição (verbo) mantém-se para o primeiro (nome), com a diferença de que o nome, na perspectiva metafísica do filólogo, sempre há de preceder o verbo. Desse modo, pelo

encadeamento sistemático de séries dedutivas e analógicas, dadas a partir de um elemento de base primeiro (essencial), vemos erguer-se o método sintático em questão:

> El nombre ha de preceder necesariamente al verbo, ya que el ser agente y ser paciente es cosa propia de los cuerpos, y a los cuerpos es a lo que se impone los nombres, de los que nace la propiedad del verbo, esto es, la acción o la pasión. Por tanto, el nominativo-sujeto está implícito en los propios verbos [...] De ahí que prevaleciese la denominación de ovομα (*nombre y palabra*) para ser aplicada a todas las partes de la oración, debido a su precedencia sobre las demás. (Díscolo, [séc. II d. C.]1987, Libro I, p. 82)

Resta patente o viés ontológico como fio condutor do método sintático do alexandrino: o nominativo-sujeito, caso essencial de base dentre os demais casos gramaticais que configuram a declinação nominal, em grego, determina as propriedades dos verbos e define a pessoa verbal, por representarem o corpo, a essência mesma das coisas do mundo.

Uma última nota, sobre a categoria gramatical de caso, em Apolônio, merece destaque nessa seção: a ideia de deslocamento associada aos casos nominais na perspectiva sintática do alexandrino. Pelas palavras do autor:

> Los casos oblicuos se conectan con los rectos por medio de un verbo inserto entre ambos, la acción del cual pasa de dicho nominativo [recto] al oblicuo: "Teón maltrató al hombre", "un caballo coceó al hombre". (Díscolo, [séc. II d. C.]1987, Libro I, p. 147)

De fato, percebe-se, no excerto, que a conexão entre o caso reto e os oblíquos é dada por um deslocamento operado por verbo transitivo: "a ação passa do caso reto ao caso oblíquo". Tal deslocamento, desde logo, garante uma ideia de movimento, expressa pelos casos de natureza sintática, deslocamento esse que, mais tarde, será fundamental para a descrição da categoria de caso nominal em Hjelmslev (1899-1965), como veremos posteriormente. Se levarmos em conta a ordenação metafísica e ontológica que serve ao método analógico de Apolônio, poderemos afirmar,

dedutivamente, que tal movimento sintático é conduzido pelo caso reto, caso que determina, igualmente, as propriedades verbais. Hjelmslev (1978) leva às últimas consequências a perspectiva localista dos casos nominais, dada, fundamentalmente, pela ideia de deslocamento. De todo modo, tal ideia já se desenha, de alguma maneira, na reflexão de Apolônio, ainda que o alexandrino, mais preocupado com o uso adequado da "oração perfeita", como instrumento para a "interpretação dos poemas", dê uma conformação muito mais filológica às suas análises, frente ao caráter estruturalista, efetivamente teórico, que anima as descrições do linguista dinamarquês.

Nessa mesma linha de raciocínio, Colombat (2003) afirma que o conceito de transitividade, originalmente, é um conceito empregado, sobretudo, no campo da sintaxe, entre autores gregos e latinos, como Prisciano:

> La transitivité (transitio) est en effet une notion ancienne. Héritière de la metabasis grecque [...], elle est transférée au latin par Priscien qui en fait un concept fondamental de sa syntaxe. Les *Institutions grammaticales* seront donc la source principale des développements ultérieurs dans la syntaxe latine. (Colombat, 2003, p. 153)

Colombat (2003) identifica o conceito de transitividade como um conceito essencialmente semântico, na Antiguidade, que expressa uma "passagem de uma pessoa a outra", por meio de um processo verbal:

> C'est une notion sémantique au départ. Il s'agit initialement de la transitio, c'est-à-dire du 'passage' qui s'effectue, ou qui ne s'effectue pas, d'une persona (personne) à une autre à l'occasion du procès exprimé par le verbe (ex. Aristophanes Aristarchum docuit, 'Aristophane a instruit Aristarque'). (Colombat, 2003, p. 153)

Com efeito, tal como se observa para a obra de Prisciano, a partir da leitura de Colombat (2003), temos, em Apolônio Díscolo, o conceito de transitividade, associado à ideia de deslocamento, como um conceito fundamental para enquadrar a categoria de

caso nominal no âmbito dos estudos da sintaxe. Confrontado, por outro lado, à proposta mais normativa de Dionísio de Trácia, em sua TG, o modelo sintático proposto por Apolônio tem o mérito inequívoco de ampliar o tratamento empírico dos fenômenos relacionais da linguagem sem desviar-se da orientação filológica que o constitui. Veremos, posteriormente, como esse viés filológico, organizado pelo trabalho linguístico dos alexandrinos, ressoa na gramaticografia quéchua, a partir do século XVI.

Não nos ocuparemos, aqui, tendo em vista os limites específicos deste trabalho, das contribuições romanas à produção linguística da Antiguidade. Para Tusón (1982, pp. 30-31), os romanos não se limitaram a traduzir os clássicos gregos, como frequentemente se destaca, mas acumularam sistematizações, à luz dos paradigmas formais do grego, preparando as condições para o surgimento, séculos mais tarde, das análises especulativas dos modistas medievais e dos tratados gramaticais do Renascimento. Parece evidente, nesse contexto, que os esforços filológicos romanos, sobretudo de Donato (séc. IV d.C) e Prisciano (séc. V d.C.), colaboraram, de maneira decisiva, para a manutenção e a difusão do trabalho linguístico dos alexandrinos, tendo como ponto de partida a TG, de Dionísio de Trácia, e o Tratado de *Sintaxe*, de Apolônio Díscolo, considerado, por Prisciano, como um "mestre supremo e autoridade gramatical indiscutível" (cf. Tusón, 1982, p. 35)[16].

5.2 Idade Média

Conforme argumenta Yllera (1983), o pensamento linguístico medieval - tal como observamos acima, para a produção linguística romana - tem sido erroneamente

[16] Para mais informações sobre a contribuição dos gramáticos romanos à manutenção e difusão dos estudos filológicos alexandrinos: Arens (1975, pp. 51-55) / Koerner & Asher (1995, pp. 103-110) / Mounin (1989, pp. 99-104) / Robins (1974, pp. 53-71) / Swiggers & Wouters (2004, pp. 1579-1590).

julgado pela modernidade: a convencional divisão entre Alta Idade Média (do século V ao século X) e Baixa Idade Média (do século XI ao século XV) levou-nos a considerar que a primeira dessas etapas não produziu mais que "rotineiras repetições das teorias da baixa latinidade" (Yllera, 1983, p. 11). Contrariamente a esse ponto de vista, Yllera (1983) afirma que a produção linguística medieval, sobretudo na Baixa Idade Média, fundamentou-se pelo uso da metodologia gramatical antiga como instrumento para a exegese bíblica e não apenas como meio de preservação dos estudos clássicos. Com efeito, a São Jerônimo (347-420), tradutor oficial da Bíblia para o Latim - a serviço da Igreja Católica Romana - e a Santo Agostinho de Hipona (354-430), em suas teses linguísticas sobre os sinais[17], devem-se importantes considerações sobre a linguagem e as línguas, em perspectiva cristã, apenas para citar dois exemplos contextualizados à porta de entrada do período medieval. Destacam-se, ainda, na Baixa Idade Média, os trabalhos de Isidoro de Sevilha (c. 559-636), como as *Etimologías*, escritas entre os anos 627 e 630, em que todo o primeiro livro é dedicado ao exame da gramática (Yllera, 1983, p. 12). No século XII, já bem entrada a Alta Idade Média, um autor anônimo islandês, de surpreendente originalidade e destacado vigor intelectual, apresenta-nos um pequeno texto, sobre a ortografia e a fonologia da língua islandesa de então, antecipando, em muita medida, referenciais metodológicos da Escola de Praga e princípios da fonologia contemporânea, como o princípio de comutação[18].

De um modo geral, o pensamento cristão favoreceu os estudos gramaticais na Idade Média: a necessidade de ascender às traduções latinas das Escrituras e a utilização do latim como língua oficial da Igreja e como instrumento de acesso ao saber ilustram, certamente, a importância da gramática, notadamente da gramática latina, no período

[17] Sobre a teoria dos sinais em Santo Agostinho, ver Horn (2006).
[18] Sobre o anônimo islandês do século XII: ROBINS (1974, pp. 78-79); TUSÓN (1982, pp. 44-52).

em questão. Conforme explicita Arens (1975, p. 56), a obra de Prisciano - na qual sobreviveram as ideias de Apolônio Díscolo e Dionísio de Trácia - juntamente com a *Ars grammatica* (séc. IV) de Donato foram os pontos de partida para a produção linguística medieval. O latim, considerado como filho do grego (cf. Arens, 1975, p. 57) e tratado como língua sagrada por veicular os textos religiosos, foi o objeto preferencial dos estudos linguísticos do período. O hebraico, por sua vez, durante toda a Idade Média e início da Idade Moderna, foi identificado como a língua mãe de todas as línguas, à luz da tradição judaica alexandrina (Yllera, 1983, p. 13), tal como observamos em capítulo anterior.

Todavia, para além do tratamento filológico dos elementos da linguagem - indispensável à normatização típica das práticas disciplinares cristãs - verificam-se, igualmente, na Idade Média, abordagens linguísticas de cunho especulativo (nocional, filosófico ou teórico, como preferem alguns historiógrafos) formalizadas na esteira dos métodos analógicos aristotélicos. A esse respeito, permitamo-nos duas interessantes citações de segunda mão a partir do texto de Arens (1975): a primeira retirada de um manuscrito anônimo do século IX; a segunda colhida de Esmaragdo (805-824), abade de Verdun, do mesmo período. Para o anônimo do século IX: "el vierbo tiene tres personas. Sostengo yo que esto ha sido inspirado por Dios para que nuestra creencia de la Trinidad se refleje incluso en las palabras" (Arens, 1975, p. 57). Segundo a exposição de Esmaragdo:

> Unos han afirmado que las partes de la oración son más de ocho, otros menos. Pero la Iglesia, extendida por el mundo, sólo comprende ocho. Yo estoy convencido de que esto obedece a inspiración divina. Como por el conocimiento del latín los elegidos llegan los primeros a la creencia en la Trinidad y bajo su guía caminan a la patria celestial por el camino real, era necesario que la lengua latina fuese completada con este número de partes. También se encuentra el número 8 en los libros santos como número sagrado. (Arens, 1975, p. 57)

De fato, percebe-se, claramente, nos dois excertos anteriores, a produtividade da metodologia analógica aristotélica - traduzida pela ideologia cristã - segundo a qual a linguagem configura-se como representação da racionalidade constitutiva da obra divina: no primeiro caso, extraído do texto anônimo do século IX, observa-se a analogia entre as três pessoas verbais e a Santíssima Trindade; no segundo, conforme enuncia o abade Esmaragdo, ratificam-se as relações de semelhança entre a estrutura da língua latina, dada pelas oito partes do discurso, e o caráter sagrado do número oito - "encontrado frequentemente nos livros santos". Esses argumentos comprovam, para ambos os autores, a concepção de espelhamento ideal da faina divina na estrutura própria da linguagem humana, em especial na estrutura da língua latina: ideia bastante peculiar no contexto da produção linguística medieval.

A gramática dita especulativa, aquela elaborada pelos modistas, sob um viés de análise nocional, marca outro importante desdobramento dos estudos da linguagem no período em questão. Segundo afirmações de Yllera (1983), os modistas partem da crença em uma gramática universal, dependente da estrutura da realidade, tida como única. Nesse modelo, busca-se construir uma teoria da gramática, derivada dos princípios gramaticais de Prisciano, Donato e dos escolásticos, de um modo geral (cf. Yllera, 1983, p. 15). Distinguem, os modistas, a realidade das coisas, sua conceptualização, pela mente, e sua formulação em conceitos. O objeto da gramática especulativa é, nesse contexto, investigar essa formulação em conceitos, por meio da linguagem, no quadro universalista em que operam. Utilizando a metalinguagem típica de seus métodos, pode-se dizer que a propriedade das coisas, ou modo de existência (*modi essendi*), é captada pela mente, por meio dos modos de compreensão (*modi intelligendi*), correspondentes, estes últimos, aos modos de significar típicos da

linguagem verbal (*modi significandi*). Por meio da linguagem, o entendimento atribui às *voces* (sons orais) uma *significatio* (significado semântico), traduzida por signos ou palavras (*dictiones*), e uma *consignificatio* (significado gramatical), pela qual os signos ou palavras transformam-se em partes da oração. A *significatio* diz respeito aos modos de significar passivos (*modi significandi passivi*), dados pela relação entre a palavra e o conceito; a *consignificatio*, por seu turno, está associada aos modos de significar ativos (*modi significandi activi*) e designa as relações, sobretudo morfossintáticas, entre as partes do discurso. O objeto das gramáticas especulativas são os modos de significar ativos, daí o título genérico que receberam essas obras, *Tractatus de Modis Significandi*, e a denominação de modistas (*modistae*), aplicada a seus autores. Dessa feita, como assegura Yllera (1983, p. 15), a gramática integra-se aos demais estudos filosóficos: ela, a gramática, examina os modos de significar (*modi significandi*), enquanto a lógica analisa os modos de conceber (*modi intelligendi*) e a metafísica, por sua vez, detém-se nos modos de ser (*modi essendi*).

Como se observa, os modistas consideram as partes da oração como correlatos da realidade. Assim, a distinção metafísica entre o *ente* e o *fiere*, corresponde à distinção entre nome e verbo: "el modo de significar del nombre es un modo de significar en cuanto *ente* que expressa *hábito y permanencia* mientras que el verbo expressa lo *que fluye y la sucesión*" (Yllera, 1983, p.15). Os tratados dos modistas apresentam, normalmente, três seções fundamentais: um capítulo introdutório, no qual explicitam os princípios em que se baseiam; uma seção destinada à descrição das partes da oração (chamada de Etimología, por Tomás de Erfurt); e outra, dedicada à sintaxe das partes da oração (chamada de Diasintética, por Erfurt). Dessa maneira, a gramática especulativa deixa de examinar a prosódia e a ortografia, uma vez que, nesse contexto, interessa, fundamentalmente, o trabalho com os signos. Conforme interpretação de

Yllera (1983, p. 16), as contribuições dos modistas foram maiores no terreno da sintaxe, dividida, por Tomás de Erfurt, em três partes distintas: a *constructio*, ou combinação dos elementos que organizam a oração, sobretudo em seus aspectos flexionais; a *congruitas*, ou conguência, exigida na aceitabilidade semântica dada pela união dos elementos que compõem o discurso, bem como a concordância necessária entre eles; e a *perfectio*, ou perfeição da construção sintática, responsável por garantir um sentido exato ao ouvinte de determinada oração.

Vejamos, a seguir, algumas contribuições linguísticas sobre a categoria de caso nominal, em Tomás de Erfurt, no quadro universalista e especulativo medieval.

5.2.1 Tomás de Erfurt

Tomás de Erfurt é, provavelmente, o modista mais significativo da Idade Média. As abordagens linguísticas efetivadas sobre a categoria de caso, em perspectiva nocional, fundamentam-se, para esse autor, como se afirmou anteriormente, numa orientação teórica que concebe a linguagem como representação do mundo e do pensamento. Para exemplificar esse tipo de tratamento linguístico, apresenta-se, a seguir, a teoria casual de Tomás de Erfurt, tal como desenvolvida em sua *Gramática especulativa*[19].

São dois, os critérios essenciais que organizam a teoria casual de Erfurt (cf. Beccari, 2012; Beccari, 2013; Covington, 1984), tomados de conceitos presentes na *Metafísica* aristotélica (séc. IV a.C.): o primeiro opõe a noção de "princípio" à noção de "término"; o segundo opõe as categorias "substância" e "ação". Vejamos como o

[19] A primeira tradução da *Gramática especulativa* de Tomás de Erfurt para o português foi feita por BECCARI (2013).

modista apresenta a categoria gramatical de caso nominal no capítulo XIX de sua gramática:

> [...] hablemos del caso. Acerca de lo cual se ha de notar que en las cosas se encuentran ciertas propiedades comunes, esto es: propriedad de principio, y propiedad de término. También se encuentran ciertas propiedades genéricas, esto es: propiedad como lo que es algo en sí, o lo que es otro; y propiedad de quien es otro; y propiedad para quien es, y a quien se otorga otro; y así de otros semejantes, que se representan por estas inflexiones quod (que), cuius (de que) y cui (a que), etc.; de las primeras propiedades se origina el caso, que es un modo de significar del nombre. Pero de las segundas propiedades, agregadas a las primeras, se originan las diferencias del caso o de los casos. Por lo tanto, el caso es un modo accidental de significar del nombre, mediante el cual significa simultáneamente la propiedad de principio y la propiedad de término [...] Y según la diversidad de estas propiedades, agregando otras, el caso se divide en seis especies, esto es: Nominativo, Genitivo, Dativo, Acusativo, Vocativo y Ablativo. (Erfurt, [séc. XIV]1947, pp. 74-75)

Observe-se que, para definir a categoria de caso nominal, em latim, Erfurt reconhece, como propriedade comum a todos os casos, as noções de princípio e término. Essa propriedade, segundo o autor, é a primeira propriedade da categoria casual. A segunda propriedade dos casos, conforme indica o excerto, é formalizada pelas inflexões - quod, cuius, cui etc. - quando associadas ao nome. Nessa segunda dimensão da teoria casual, na *Gramática especulativa*, são determinantes, ainda, os conceitos de substância e ação.

Assim, o nominativo é o caso que expressa o princípio de uma ação:

> Caso nominativo es un modo de significar en cuanto principio, añadiendo a la cosa aquella propiedad, que es otro o diverso, como diciendo Sócrates corre o ama. Este nominativo Sócrates significa en cuanto principio, respecto del acto de amar en cuanto es otra propiedad; el nominativo es una propiedad que es algo en sí como principio activo de un verbo que se le adhiere. (Erfurt, [séc. XIV]1947, p. 75)

O genitivo é o caso que expressa princípio ou término, indiferentemente, de uma ação, ou término de uma substância:

> Genitivo es un modo de significar en cuanto principio, o término diferente, agregando la propiedad, como de quien es otro; como al decir: es de interés de Sócrates; este genitivo de Sócrates significa la cosa en cuanto principio, respecto del verbo es de interés de Sócrates; este genitivo de Sócrates significa la cosa en cuanto principio, respecto del verbo es de interés, añadiendo la propiedad, como de quien es otro. Igualmente al decir: me compadezco de Sócrates, o: es hijo de Sócrates, el genitivo de Sócrates significa la cosa en cuanto término, con relación a este verbo, me compadezco, o de este nombre, hijo [...] (Erfurt, [séc. XIV]1947, p. 76)

O dativo indica princípio ou término, indiferentemente:

> El caso dativo es un modo de significar en cuanto principio o término indiferentemente, añadiendo la propiedad, para quien se adquiere lo otro [...] (Erfurt, [séc. XIV]1947, p. 77)

Segundo Beccari (2012, p. 580), na teoria casual de Erfurt ([séc. XIV]1947), quando se associa sintaticamente a um nome adjetivo, o dativo comporta-se como término de uma substância (semelhante a Sócrates); quando se associa sintaticamente a um verbo, o dativo comporta-se como término de uma ação (favoreço a Sócrates):

> Igualmente al decir, favorezco a Sócrates, o semejante a Sócrates; en estas proposiciones este dativo, a Sócrates, significa en cuanto término, agregando la propriedad, para quien o a quien se adquiere o da lo otro. (Erfurt, [séc. XIV]1947, p. 77)

O acusativo, por sua vez, expressa o término de uma ação:

> El acusativo, siguiendo la inflexión, es un modo de significar la cosa en cuanto término, agregando la propiedad a quien (quem), como al decir: amo a Dios, este acusativo, a Dios, significa en cuanto termina el acto y la dependencia del verbo, amo, añadiendo la propiedad, a quien. Y se dice acusativo, como término del acto [...] (Erfurt, [séc. XIV]1947, p. 77)

O ablativo indica, como o dativo, princípio ou término, indiferentemente. Segundo Beccari (2012, p. 580), o ablativo, no modelo de Erfurt, expressa término de ação quando se relaciona a um verbo (uso de uma toga); quando se relaciona a um nome adjetivo, o ablativo expressa término de uma substância (rápido com os pés):

> El caso ablativo es un modo de simplificar la cosa en cuanto principio o término indiferentemente, agregando la propiedad, como de quien o de que; por ejemplo al decir, uso de pan, este ablativo significa en cuanto término, agregando la propiedad, de que; y a este modo equivale el modo de dependencia de otro. Igualmente al decir es leído por Sócrates, este ablativo significa en cuanto principio, agregada la propiedad, como por quien. Y este modo se dice ablativo, porque es um modo de significar, como de quien tomamos algo. (Erfurt, [séc. XIV]1947, p. 79)

Por fim, o vocativo expressa o término de um ato concreto de expressão verbal:

> El vocativo es un modo de significar la cosa en cuanto término dependiente de un acto ejercido o ejercitado, no agregando ninguna diferencia a las antedichas propiedades, como al decir: oh Enrique, este vocativo se refiere al tema como término, solamente en cuanto depende de aquel acto ejercido o ejercitado. (Erfurt, [séc. XIV]1947, p. 78)

Como se observa pelas transcrições anteriores, a perspectiva nocional organiza o tratamento da categoria de caso nominal, em Tomás de Erfurt, a partir de dois preceitos metafísicos: um preceito de movimento (deslocamento), que opõe as noções de princípio e término; um preceito ontológico, que opõe as noções de substância e ação. A linguagem é compreendida, nesse contexto, como representação da estrutura lógica do pensamento, de sorte que categorias filosóficas, empregadas na Metafísica aristotélica, podem e devem ser utilizadas como princípios organizadores da gramática latina.

Não nos interessa, aqui, aprofundar o exame do sistema casual, em Erfurt, dados os limites objetivos deste Trabalho. Importa destacar, nesse contexto, o "sentido generalizado" da teoria de caso nominal em questão, organizada pela distinção princípio-término, ou origem-destino, tal como assinala Blake (1994, p.36). Segundo Blake (1994, p. 38), a ideia de "sentido generalizado" para o tratamento da categoria de caso dos nomes aparece, durante a Idade Média, em dois gramáticos bizantinos: Máximo Planudes (c. 1260-1305) e Teodoro Gaza (c. 1398-1475). A mesma ideia de "sentido generalizado" - segundo a qual um sistema de caso nominal específico é examinado pelo critério de princípio-término (ou origem-destino) - ocorre na linguística

histórico-comparativa do início do século XIX, em autores como o dinamarquês Rasmus Rask (1787-1832) e o alemão Franz Bopp (1791-1867). Blake destaca, ainda, a perspectiva dita localista, em Hjelmslev (1978), na descrição da categoria de caso nominal na língua esquimó (cf. Blake, 1994, pp. 38-40). A perspectiva localista de Hjelmeslev (1978), nesse sentido (a ser examinada em seção posterior), aproxima-se da teoria casual de Tomás de Erfurt: ambas partem da ideia de "sentido generalizado" como forma de sistematização global da categoria de caso dos nomes.

Observe-se, por fim, a respeito da *Gramática especulativa*, que a categoria de caso não se confunde com o conceito de declinação. Se os nomes latinos apresentam caso mediante declinação, o mesmo não ocorre com as preposições:

> Donato denomina a estos tres modos esenciales subalternos, *casos de la preposición*. [...] la preposición definida generalmente se divide en preposiciones que solamente rigen *acusativo*, en preposiciones que rigen solamente *ablativo*, y en preposiciones que rigen entrambos casos. (Erfurt, [séc. XIV]1947, pp. 130-131)

Acompanhando Donato, Erfurt assume que os casos das preposições, em latim, são dois: acusativo e ablativo. Assim, pode-se afirmar, para esse modelo, que o caso da preposição é o caso sem declinação, já que a preposição configura-se como uma das partes indeclináveis do discurso.

De toda maneira, resta clara a mudança de perspectiva analítica, nesse contexto, no que diz respeito à descrição da categoria de caso nominal. Diferentemente do viés filológico de Dionísio de Trácia e Apolônio Díscolo, examinados nas seções anteriores, Erfurt não se ocupa, como seus antecessores, das descrições de cunho mais ou menos normativo, destinadas à leitura e à exegese dos textos clássicos, ou, por outra, ao estabelecimento da "oração perfeita", tendo em vista as regularidades do latim escrito. Por oposição à perspectiva filológica alexandrina, o modista assume, em seu tratado

gramatical, uma postura nitidamente teórica - especulativa / nocional - no que se refere à categoria de caso dos nomes, postura essa que pode ser recuperada, igualmente, dos estudos de Sánches de las Brozas sobre o latim, sistematizados em sua *Minerva* (1587), em pleno Renascimento europeu.

5.3 Renascimento

Segundo Tusón (1982, p. 53), no campo específico dos estudos da linguagem, podemos enquadrar o Renascimento entre a obra do italiano Lorenzo Valla (1406/1407-1457), *Elegantiae latini sermonis* (1444), e a *Grammaire générale et raisonnée* (1660), de Port-Royal, no âmbito dos séculos XVI e XVII. Para o autor, esses dois séculos se caracterizam, num primeiro momento, pela elaboração de gramáticas latinas de cunho tradicional, evidenciando um movimento tipicamente renascentista de redescobrimento e revalorização do mundo clássico greco-romano (cf. Robins, 1974, p. 97). Em uma segunda etapa, o Renascimento é perpassado, na visão do historiógrafo, pela eclosão das gramáticas de línguas vulgares e, finalmente, num terceiro momento, por um longo período de especulação linguística realizada, agora, não sobre o latim, mas sobre outras línguas naturais.

Como se sabe, o Renascimento produz a integração entre o clássico e o vulgar. No caso da linguística, o estudo de línguas como o grego, o latim e o hebreu se aproxima do estudo de outras línguas que aspiram, igualmente, ao reconhecimento de línguas clássicas. Primeiramente, como informa Tusón (1982, p. 53), os renascentistas trabalham pela recuperação do latim de Cícero (106-43 a.C.), descartando aquele barbarizado pelos autores medievais; defendem uma língua literária pautada pelo uso, e não pelas causas lógicas, e substituem as velhas gramáticas especulativas (ou dialéticas)

por obras de humanistas, como *Elegantiae latini sermonis*, de Valla, em 1444, até *De causis linguae latinae*, de Escalígero (1484-1558), em 1540, passando por outras setenta e nove obras de gramática latina, dentre elas as de Nebrija, em 1480, Erasmo (s.d), em 1511, Despauterius (1480-1520), em 1512, Linacre (1460-1524), também em 1512, e Melanchthon (1497-1560), em 1526 (cf. Tusón, 1982, pp. 53-54).

As línguas vulgares, por seu turno, são descritas, como afirma Auroux (1992), sobre a base metodológica utilizada para o latim. A primeira gramática renascentista de uma língua românica é a *Gramática castellana*, de Antonio de Nebrija, publicada em 1492. No contexto da língua portuguesa, Fernão de Oliveira (1507-1581) encarrega-se de elaborar a primeira gramática do idioma lusitano, *Gramática da linguagem portuguesa*, publicada no ano de 1536.

Segundo dados disponíveis em Tusón:

> En total, y sólo en los primeros cien años del período que estudiamos **[o período do Renascimento]** [...] serán setenta y dos las gramáticas de la lengua italiana, cincuenta y cinco de la francesa y treinta y siete de la castellana [...] cosa que constituye una muestra del interés que suscitaron algunas lenguas vulgares en el Renascimiento. (Tusón, 1982, p. 54. Os grifos são nossos.)

A maior parte dessas obras, tanto no contexto latino quanto no românico, apresenta uma orientação prática, de cunho marcadamente filológico, e, por essa razão, podem ser alinhadas às produções linguísticas de Dionísio de Trácia, Apolônio Díscolo, Donato e Priscino. Trata-se, aqui, principalmente no que diz respeito às línguas vulgares, de reduzí-las à *Arte*, isto é, de fazê-las passar por esquemas gramaticais determinados pelo repertório gramatical greco-romano, como forma de garantir, às línguas românicas, o estatuto de língua clássica. Dessa maneira, os gramáticos renascentistas tratam de identificar, nos vernáculos por eles examinados, um número de partes da oração em torno de oito, tal como fizeram antes seus antecessores. Do mesmo

modo, empreendem a busca por cinco ou seis casos nominais, sistematizando os paradigmas formais da flexão dos nomes à semelhança dos gramáticos clássicos.

Outra importante característica na gramatização dos vernáculos europeus corresponde, evidentemente, à função didática dessas descrições gramaticais. Por um lado, as gramáticas das línguas vulgares possibilitam uma normatização específica do vernáculo, de maneira a resgatar-lhes a pureza original (oriunda do latim) e poupar-lhes a corrupção linguística advinda das diversas variantes orais, sujeitas, no mais das vezes, a empréstimos duvidosos de vocabulário estrangeiro. Por outro lado, tal como afirma Nebrija, em sua *Gramática castellana* de 1492, a gramática vernacular cumpre papel decisivo na aprendizagem do latim, crucial, ainda nesse período, para o exercício litúrgico e cientítfico. O argumento desenvolve-se de forma clara: se o aprendiz domina as regras gramaticais de sua língua materna, tem menos dificuldades de ascender às sistematizações linguísticas do latim, a partir do seu idioma original.

Paulatinamente, entretanto, o Renascimento contribui para a derrocada gradativa do latim como língua de ciência e de religião. Os eventos sócio-históricos relacionados ao fenômeno da globalização, com as conquistas europeias além-mar, fazem, da Idade Moderna, a "era das línguas estrangeiras", como bem assinala Tusón (1982, pp. 55-56). No mesmo sentido, Auroux (1992) defende que o início da Modernidade circunscreve uma etapa importantíssima para o desenvolvimento dos estudos da linguagem com o advento da segunda revolução técnico-linguística, baseada no que o autor concebe como gramatização:

> [...] o Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente dos vernáculos europeus) na base da tradição greco-latina. Esse processo de 'gramatização' mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento / dominação sobre as outras culturas do planeta. Trata-se propriamente de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para a

> história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX. (Auroux, 1992, pp. 8-9)

Com efeito, a partir do Renascimento europeu, as línguas do mundo passam por um processo radical de gramatização: línguas européias e ameríndias são gramatizadas quase que simultaneamente, o que se observa por uma profusão vertiginosa das *Artes gramaticais* elaboradas sobre línguas indígenas e, muitas vezes, associadas à produção de dicionários e catecismos destinados ao auxílio das tarefas apostólicas de franciscanos (O.F.M.), dominicanos (O.P.), agostinianos (O.S.A.) e jesuítas (S. J.). Nesse contexto, a gramática representa uma técnica pedagógica de aprendizagem das línguas e um meio de descrevê-las, distanciando-se, progressivamente, da filologia e filosofia antigas. Trata-se, aqui, da especialização gradativa e vertical do saber linguístico, que tende a encerrar os métodos e procedimentos teóricos em universos discursivos mais autônomos.

Certamente, os projetos de colonização europeus impõem, nesse período, a necessidade de desenvolvimento de tecnologias linguísticas que deem conta da nova diversidade. O conhecimento das línguas do mundo é essencial, nesse contexto, como forma de sistematizar a rede homogênea de comunicação que garantirá, à Europa, o domínio efetivo das regiões mais longínquas do planeta. A fixação de uma metalinguagem gramatical latina, viabilizada pelo acúmulo de práticas pedagógicas desenvolvidas durante a Antiguidade Clássica e a Idade Média, possibilitará o trabalho da gramatização:

> Foi necessário primeiro que a gramática de uma língua já gramaticalizada fosse massivamente empregada para fins de pedagogia lingüística, porque esta língua se tornou progressivamente uma segunda língua, para que a gramática se tornasse – o que tomará um tempo considerável – uma técnica geral de aprendizagem, aplicável a toda língua, aí compreendida a língua materna. (Auroux, 1992, p. 42)

Organiza-se, efetivamente, no Renascimento, uma unificação teórica sem precedentes, na história dos estudos da linguagem, por meio de uma metalinguagem gramatical de fundo latino. O quadro teórico que se constitui, em decorrência desse processo, corresponde, segundo Auroux (1992), a uma descrição bastante homogênea das línguas do mundo. Nesse sentido, o autor refere-se a uma *gramática latina estendida* (Auroux, 1992, p. 44), garantida segundo vários interesses práticos: acesso a uma língua de administração; relações comerciais e políticas; implantação e exportação de uma doutrina religiosa; colonização; etc.

Nesse contexto, assistimos a um dos fenômenos centrais da modernidade e do desenvolvimento do capitalismo: os métodos científicos vão, pouco a pouco, organizando o eixo da produção do conhecimento e da produção dos bens de consumo. A tecnologia, como produto científico, elaborada a partir de uma metalinguagem altamente sistematizada, constitui a base sobre a qual o capitalismo se desenvolve: em primeiro lugar o capitalismo comercial, no qual as primeiras redes de comunicação cumprem o papel de ligar o Velho e o Novo Mundo, através do impulso dado aos processos de gramatização; na sequência, o capitalismo industrial, quando, já no século XIX, essas redes de comunicação passam por um processo de refinamento, através do método histórico-comparativo.

Conforme assinala Auroux, é a alteridade que "faz deslanchar, verdadeiramente, a reflexão linguística" (1992, p. 22), compreendida, aqui, como o saber sobre a linguagem que se afirma com a Linguística Comparativa do século XIX. Essa alteridade é garantida, sem dúvida, em território americano, pelos movimentos de colonização, que exigem a produção de um grande número de gramáticas missionárias. Para Todorov (2003), em *A conquista da América*, não devemos nos surpreender com o fato dos europeus, os especialistas da comunicação humana, terem subjugado, com relativa

facilidade, as grandes culturas ameríndias do Novo Mundo. Dentre outros fatores, é justamente o caráter pragmático desse código linguístico estrangeiro e sua incrível capacidade de adaptação que favorecem a posição dos invasores.

De fato, as técnicas gramaticais greco-latinas asseguram, a partir do Renascimento, que os europeus estruturem uma forte rede de comunicação humana, ordenada por sistemas metalinguísticos cada vez mais específicos e auto-regulados. De todo modo, a elaboração renascentista ocidental para o tratamento das partes do discurso, ou partes da oração, pressupõe, como nas escolas anteriores, a decomposição da linguagem verbal, na cadeia falada, em palavras. São três as exigências que definem a palavra, nesse contexto, tal como explicitamos em Capítulo anterior:

1ª – as palavras devem ser signos, ou seja, devem possuir significação, ainda que determinada pelo uso concreto na frase;

2ª – a cadeia linguística é um arranjo de palavras; assim, as palavras possuem certa autonomia, são como "átomos da expressão lingüística" (Auroux, 1992, p. 102), tal como se dá no atomismo físico de Demócrito (460 a.C. - 370 a.C.) ou Epicuro (341 a.C.- 271 a.C.);

3ª – toda expressão linguística que necessite de algo para além do simples arranjo das palavras, será alcançada por uma modificação interna da própria palavra; para Auroux (1992, p. 102), essa terceira exigência é essencial e visa ao fenômeno da flexão.

Eis, aqui, as principais diretrizes teórico-metodológicas, de modelos linguísticos renascentistas, que fundamentam a gramatização de línguas sul-americanas, no período colonial. Nebrija[20] - provavelmente o mais destacado dos gramáticos espanhóis -

[20] Nebrija é, sem dúvida, um dos autores mais estudados na historiografia linguística espanhola. São inúmeros os trabalhos, nesse contexto, que examinam a produção linguística do sevilhano, a partir de diferentes temáticas: - Nebrija e a gramatização de línguas não-europeias (Alvar, 1994; Calvo Pérez, 1994; Galeote, 2001); - Nebrija e a língua latina (García García, 1994); - ideias linguísticas de Nebrija, no quadro geral renascentista (Esparza Torres, 1995; García-Macho, 1994; Hernández Terréz, 1994; Nebot,

estabelece o modelo gramatical responsável por guiar a descrição das línguas ameríndias, no domínio espanhol (cf. Auroux, 1992; Calvo Pérez, 1994; Koerner, 1994; Cerrón-Palomino, 1995; Cerrón-Palomino, 2003). Examinemos, a seguir, alguns traços estruturais da produção gramatical do sevilhano.

5.3.1 Nebrija (1488)

Segundo informações de Esparza-Torres & Calvo Fernández (1996, p. viii), no início de julho de 1475, Nebrija firma contrato de cinco anos com a Universidade de Salamanca como professor leitor. Antes da conclusão desse prazo, entretanto, em janeiro de 1476, o humanista toma posse da Cátedra de Gramática, nessa mesma Universidade, onde começa a ensinar gramática latina. Desde então, o exercício da docência leva o sevilhano a dedicar-se, fortemente, ao problema da renovação dos métodos didáticos relacionados ao ensino do latim. Com efeito, os primeiros passos em busca dessa nova metodologia são dados com as *Introductiones latinae*, publicadas pela primeira vez em Salamanca, no ano de 1481. A obra ganha, nos anos subsequentes, o estatuto de gramática latina escolar mais difundida na era moderna: a primeira edição, de 1481, passa por duas reimpressões, em 1482 e 1483; a segunda, em 1485, sofre reimpressões em 1491, 1493 e 1494.

Durante o inverno de 1486, frei Hernando de Talavera (1428-1507), confessor e conselheiro dos Reis Católicos - Fernando II de Aragão (1452-1516) e Isabel I de Castela (1451-1504) -, aproveitando uma visita dos monarcas à Salamanca, em regresso

---

1994; Percival, 1994; Quilis, 2001; Ridruejo, 1994; Roldán Pérez, 1994; Sánchez, 1994; Sarmiento González, 2000); e, sobretudo, - Nebrija e a língua espanhola (Braselmann, 1994; Calvo Pérez, 1994a; Escavy Zamora, 1994; Esparza Torres, 1993; Esparza Torres, 1999; Esparza Torres, 2002; García Martín, 1994; Henríquez Salido, 2000; Hernández, 1994; Hormigo, 1994; Martínez, 1994; Niederehe, 1994; Ruiz, 1994; Torres, 1994; Zas, 1994; Zwartjes, 1994). Vários desses artigos foram editados em comemoração ao V Centenário de Nebrija, por ocasião do *Congreso Internacional de Historiografía Lingüística*, realizado em Murcia, no ano de 1992. Para um levantamento completo das obras do gramático espanhol, ver Esparza-Torres & Niederehe (1999).

de uma peregrinação a Santiago de Compostela, pede a Nebrija que componha, para a rainha, um poema sobre a temática das romarias cristãs. Conforme atestam os historiógrafos (cf. Esparza-Torres & Calvo Fernández, 1996, p. ix), é possível que, justamente nesse contexto, o sevilhano tenha apresentado, à rainha Isabel, mostras de sua *Gramática castellana*, publicada posteriormente, em 1492. De todo modo, no ano de 1488, a rainha solicita a Nebrija que componha uma versão bilíngue da gramática latina, fato que traz à luz a obra de que nos ocupamos nesta seção - as *Introduciones latinas contrapuesto el romance al latín* (Nebrija, [1488]1996).

A versão bilíngue das *Introduciones latinas* voltou a ser editada uma única vez, em 1773, com importantes adaptações para os fins didáticos estabelecidos no século XVIII. Como era de se esperar, o texto gramatical *nebrissensis* está dedicado à rainha católica, conforme se observa no excerto a seguir:

> Ala muy alta & muy esclarecida Princesa doña Isabel la tercera deste nombre, Reyna & Señora natural de España & las islas de nuestro mar. Comiençan las Introduciones Latinas del maestro Antonio de Nebrissa contrapuesto el romance al latin por mandado de su alteza. (Nebrija, [1488]1996, p. 3)

Na interpretação de Esparza-Torres & Calvo Fernández (1996, p. xiii), o sevilhano considerou, muito provavelmente, que a versão bilíngue das *Introduciones latinas* pudesse representar um passo a mais em direção a seu projeto de elaboração da primeira gramática vernacular europeia. Da perspectiva de Iannuzzi (2008, p. 38), a presença, em âmbito hispânico, de muitas comunidades distintas, no plano político e religioso, colaborou para que surgisse, nesse contexto, mais rapidamente do que no restante da Europa, uma forte necessidade de acomodar a diferença, como maneira de garantir um poder estável, hegemônico, que estabelecesse as bases para um renovado conceito de governo, fundamentado pela monarquia absolutista. Para Iannuzzi (2008, p.

38), unificar e reconquistar foram palavras de ordem para os Reis Católicos, empenhados em edificar uma forte estrutura monárquica que controlasse as mudanças sociais e econômicas típicas do período. Para o bom andamento desse ambicioso projeto, segundo a autora, tornaram-se essenciais os investimentos no campo cultural, em concordância com as estratégias políticas reais. Desse modo, foram decisivas as atuações de figuras como Hernando de Talavera, que impulsionaram tal projeto na esfera simbólica:

> Pudieron operar **[homens como Hernando de Talavera]** gracias a la 'cultura y acción' de toda la sociedad sobre la que se edificó la monarquía de los Reyes Católicos, y en particular por la acción de pensadores e maestros de la talla de Alonso de Madrigal 'el Tostado', de Pedro Martínez de Osma, de Antonio de Nebrija. Estamos hablando de hombres que reflexionando sobre la traducción, la utilización y la interpretación de la palabra, ya fuera palabra sagrada o discurso político, subrayaban perfectamente la creciente importancia que tenía, a nivel midiático, la transmisión de un discurso, de una ideología, a la hora de controlar y guiar a la sociedad. (Iannuzzi, 2008, p. 38. Os grifos são nossos.)

De fato, não há como negar a representatividade dos trabalhos de Nebrija, sobretudo dos trabalhos com apelo ao castelhano - como é o caso da versão bilíngue das *Introduciones latinas* e, mais propriamente, da *Gramática Castellana* - no processo de unificação do estado espanhol e de constituição da monarquia absolutista de Castela. Certo é que, no momento de publicação dessas obras, tal processo está em franca evolução, pela iniciativa dos Reis Católicos de levar a cabo a reconquista de territórios na Península Ibérica. O espaço efetivo que se abre para a edição dos textos castelhanos de Nebrija comprova, ainda uma vez, a configuração de algo novo, nesse contexto, em âmbito político e cultural: passamos, agora, à modernidade, período em que as estratégias "midiáticas", para usar a terminologia de Iannuzzi (2008), garantem o manejo do "discurso" e da "ideologia", como forma de "controle social". Nesse sentido, as técnicas didáticas de Nebrija serão alçadas, no século seguinte, a objetivos que

escapam ao controle e à decisão do próprio autor, no momento de produção de suas obras: a língua castellhana, como símbolo da unidade monárquica de Castela, elevada à condição de língua reduzida à *Arte*, como o latim e o grego, representará, enfim, a "língua companheira do império", incluindo aí o império além-mar.

No que diz respeito à conformação gramatical da versão das *Introduciones latinas* que aqui nos ocupa, conforme assinala Esparza-Torres & Calvo Fernández (1996, pp. xv-xvi), o novo método *nebrissensis*, encorajado por decisão da própria coroa, oferecia a possibilidade de transmissão de preceitos teórico-gramaticais com vistas a uma assimilação facilitada do latim como língua estrangeira. Com efeito, em um tempo em que o latim, paulatinamente, desvia-se da experiência acadêmica de boa parte do alunado, as *Introduciones latinas contrapuesto el romance al latín* têm o mérito de auxiliar o aprendizado dessa língua estrangeira por meio de referências muito mais acessíveis em forma vernacular.

Além de representar uma transição do paradigma de gramática geral - sintetizado pelos modistas da Idade Média - para uma concepção quintiliânica de gramática - pautada por um viés eminentemente filológico -, o novo método *nebrissensis* sistematiza-se à luz das *gramaticae proverbiandi* (cf. Esparza-Torres & Calvo Fernández, 1996, pp. xvii-xviii), um gênero gramatical escolar do período imediatamente anterior ao Humanismo. A tradução, nas gramáticas do gênero *proverbiandi*, organiza-se por dois movimentos distintos: de um lado, a tradução direta (do latim ao romance), incrementada, muitas vezes, por listas de verbos latinos e sua tradução correspondente em vulgar; de outro, a tradução inversa, dada a partir de frases em romance com as quais o mestre explica a construção latina.

Como complemento ao método gramatical *proverbiandi*, Nebrija faz uso, na versão bilíngue das *Introduciones latinas*, da ordem da doutrina, como opção para

sequenciar os conteúdos gramaticais apresentados. De fato, enquanto na *Gramatica castellana* o sevilhano assume a ordem natural (ou método natural) de organização dos temas gramaticais, observa-se, na gramática latina, o método da doutrina, para esse mesmo fim, segundo o qual, numa ordenação muito mais próxima ao ideário gramatical greco-latino, a gramática principia com noções rudimentares sobre letra, sílaba, palavra e oração, seguidas por paradigmas - da declinação dos nomes e da flexão dos verbos - que serão tomados como modelo exemplar da variação das palavras - espinha dorsal do intento filológico-linguístico que caracteriza esse contexto. Observe-se, no quadro da página a seguir, a ordenação dos conteúdos gramaticais nas *Introduciones latinas* e na *Gramatica castellana*, como representação da ordem da doutrina e da ordem natural, respectivamente.

Com efeito, o método natural sistematiza os quatro primeiros livros da *Gramática castellana* (ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe) e a ordem da doutrina é seguida nas *Introduciones latinas* e no livro cinco da *Gramática castellana* (Rudimentos / Paradigmas e noções sobre os casos / Formação dos verbos). Conforme interpretação de Esparza-Torres & Calvo Fernández (1996, p. xxiv), Nebrija considera mais eficaz, do ponto de vista didático, a exposição em ordem natural da gramática de uma língua materna, uma vez que, nesse caso, o aprendiz pode contar com um conhecimento relativo sobre sua própria língua, sedimentado por longo período de uso. A ordem da doutrina, por sua vez, adequa-se melhor ao ensino de uma língua estrangeira, para o qual esse uso prolongado do idioma não se coloca em questão. Veremos, no próximo capítulo, qual dos métodos é utilizado, prioritariamente, pelos gramáticos do quéchua, em suas descrições linguísticas no contexto colonial.

Quadro1: estrutura da *Gramatica castellana* comparada à estrutura das *Introductiones latinae* (Esparza-Torres & Calvo Fernández, 1996, p. xxiii)

Gramatica castellana	*Introductiones latinae*
ORTOGRAFIA	PARADIGMAS Exemplos de declinação Irregularidades Exemplos de conjugação Irregularidades CONSTRUÇÃO DAS PARTES DA ORAÇÃO
PROSÓDIA	FORMAÇÃO DO NOME Distribuição de gênero e declinação FORMAÇÃO DO VERBO Pretéritos e supinos
ETIMOLOGIA	QUESTÕES TEÓRICAS DEFINIÇÃO DE GRAMÁTICA DIVISÃO DA GRAMÁTICA Ortografia e letra Prosódia e sílaba Etimologia e dicção: partes da oração
SINTAXE	REGRAS PARA A CONSTRUÇÃO DAS PARTES DA ORAÇÃO
RUDIMENTOS Letras e sílabas, palavras e oração PARADIGMAS E NOÇÕES SOBRE OS CASOS Exemplos de declinação Irregularidades Exemplos de conjugação Irregularidades FORMAÇÃO DO VERBO Indicativo, imperativo infinitivo, particípio, nome participial infinito	PROSÓDIA Quantidade silábica, pés, versos acentos

No que se refere à descrição da categoria de caso nominal, diferentemente da orientação especulativa de Tomás de Erfurt, Nebrija adota uma perspectiva notadamente filológica em suas *Introduciones latinas* ([1488]1996). Para o autor, uma gramática justifica-se, sobretudo, por estabelecer o uso padrão de uma dada língua, segundo a autoridade dos homens letrados:

> - Que cosa es Grammatica? Sciencia de bien hablar & bien escriuir, cogida del uso & autoridad delos muy enseñados varones.
> - De donde se dize Grammatica? De ‘grammatis’, que quiere dezir letras, como sciencia de letras. (Nebrija, [1488]1996, p. 94)

Nesse contexto, importa fixar e preservar as formas linguísticas tidas como clássicas, por intermédio, basicamente, do texto escrito. Destacam-se, então, como maneira de atender a esses objetivos e favorecer a memorização das formas linguísticas de prestígio, os paradigmas de declinação nominal, ausentes no modelo da *Gramática especulativa* de Erfurt:

> PRIMERA DECLINACION DEL NOMBRE
> En nominatiuo *la tierra.*
> En genitiuo *de la tierra.*
> En datiuo *ala tierra.*
> En accusatiuo *la tierra.*
> En vocatiuo *o tierra.*
> En ablatiuo *dela tierra.*
> (Nebrija, [1488]1996, p. 8)

O *caso* dos nomes é compreendido, aqui, como o caso com declinação, e identificado como um dos acidentes da dicção nominal:

> - ¿Quantos accidentes son del nombre?
> Seys: qualidad, specie, gênero, numero, figura, caso con declinacion. (Nebrija, [1488]1996, p. 101)

Pelo acidente qualidade, classificam-se os nomes como próprios ou comuns; pelo acidente espécie, os nomes são classificados como primitivos ou derivados; pelo gênero, os nomes são divididos como masculinos, femininos, neutros, comuns de dois, comuns de três, duvidosos e mesclados; pelo número, como singular e plural; pela figura, como simples e compostos; e, finalmente, pelo acidente caso, os nomes são classificados como nominativos, genitivos, dativos, acusativos, vocativos, ablativos e efetivos (cf. Nebrija, [1488]1996, pp. 101-105):

> - ¿Que cosa es caso enel nombre?
> Vnos grados dela declinacion por los quales el nombre se declina.
> - ¿Quantos son los casos delos nombres?
> Siete: nominatiuo, genitiuo, datiuo, accusatiuo, vocatiuo, ablatiuo, effectiuo, siempre semeiante al ablatiuo. (Nebrija, [1488]1996, p. 105)

No terceiro livro de sua versão bilíngue das *Introduciones latinas*, acompanhando outro método gramatical bastante difundido na Idade Média - o método das gramáticas erotemáticas (feitas por perguntas e respostas) - Nebrija define, assim, cada um dos casos nominais identificados na língua latina:

> - ¿Por que se llama nominatiuo?
> Por que por el nos nombramos; y llama se derecho, por que no cae de otro.
> - ¿Por que se llama genitiuo?
> Por que por el somos nombrados cuyos hijos somos, como *Antonio de Iuan*.
> - ¿Por que se llama datiuo?
> Por que en tal caso ponemos a quien algo damos, como *yo do a ti los dineros*.
> - ¿Por que se llama accusatiuo?
> Por que en tal caso ponemos aquel a quien accusamos, como *yo accuso a Cesar*.
> - ¿Por que se llama vocatiuo?
> Por que en tal caso ponemos aquel a quien llamamos, como *o Musa, dime las causas*.
> - ¿Por que se llama ablatiuo?
> Por que en tal caso ponemos aquel de quien algo quitamos, como *yo quito de ti los libros*.
> - ¿Por que se llama effectiuo?
> Por que en tal caso ponemos el instrumento con que algo se haze, como *yo te hiero con la piedra*.
> [...]
> - ¿Que cosa es declinacion?
> Diuersidad dela boz la qual solo se mira cerca del fin.
> (Nebrija, [1488]1996, pp. 105-106)

No excerto em questão, o gramático utiliza um critério semântico (como observamos, antes, em Apolônio Díscolo) para definir a metalinguagem relativa à categoria de caso nominal: o caso acusativo chama-se assim porque, com ele, acusamos alguém; o termo vocativo justifica-se pelo ato de chamar (invocar) outra pessoa; e, assim, seguidamente. Nebrija inclui, entre os casos dos nomes, o caso efetivo, que indica "o instrumento com o qual se faz algo", como em "*yo te hiero con la piedra*",

embora, como vimos em fragmento anterior, mantenha o efetivo como um caso sempre "semelhante ao ablativo". Sánches de las Brozas, como destacaremos em seção posterior, recusa a identificação do caso efetivo, assumindo seis casos para o latim, e não sete, como faz Nebrija. Quanto ao caso nominativo, o sevilhano, na transcrição supracitada, mantém a postura de seus antecessores, considerando-o como o caso direto (reto, "derecho", na terminologia do humanista), uma vez que tal caso "não cai (deriva) de nenhum outro". Dessa forma, o gramático preserva os contornos essencialistas que, já entre os estoicos, delimitam o caso primeiro dos nomes (caso nominativo).

De todo modo, a declinação, para uma língua flexional como o latim, segue descrita, nesse contexto, como "diuersidad dela boz la qual solo se mira cerca del fin". Observe-se, entretanto, que não são os nomes a única parte da oração a apresentarem caso como um acidente constitutivo. Além dos pronomes e dos particípios, que também apresentam caso com declinação, as preposições, em Nebrija, apresentam caso sem declinação, por constituírem uma das partes indeclináveis da oração:

> - ¿Quantos son los acidentes dela preposicion?
> Tres: figura, orden, caso.
> - ¿Quantas son las figuras dela preposicion?
> Dos: Simple, **[como *abs, circum*]**. Compuesta **[como *absque, circumcirca*]**.
> [...]
> - ¿En quantas maneras es la orden dela preposicion?
> En tres: enel que se prepone, & enel que se pospone, & enel comum.
> [...]
> - ¿Quantos son los casos delas preposiciones?
> Tres: genitiuo, accusatiuo, ablatiuo. (Nebrija, [1488]1996, pp. 118-119. Os grifos são nossos.)

Incorporando o genitivo como um dos casos da preposição, Nebrija parece distinguir, em suas descrições, o conceito de caso e o conceito de declinação, tal como se verificou anteriormente na *Gramática especulativa*. O sevilhano reconhece, portanto,

o caso dado por declinação (acidente dos nomes, dos pronomes e dos particípios) e o caso dado sem declinação (acidente das preposições).

As estratégias filológicas de Nebrija - nas *Introduciones latinas* - menos afeitas às investigações nocionais típicas dos modistas medievais, alcançam, como afirmamos anteriormente, a produção gramatical das línguas ameríndias, no contexto da primeira mundialização. A gramaticografia quéchua traz bons exemplos disso, tal como demonstraremos em capítulo posterior.

5.3.2 Nebrija (1492)

A *Gramática castellana*, publicada no ano de 1492, é a primeira gramática, como dissemos, produzida sobre uma língua românica. Tal como acontece com a versão bilíngue das *Introduciones latinas* - composta, esta última, por encomenda real - a gramática castelhana de Nebrija é dedicada à rainha católica, Dona Isabel:

> Ala mui alta & assi esclarecida princesa doña Isabel la tercera deste nombre Reina & señora natural de españa & las islas de nuestro mar. Comiença la gramatica que nueva mente hizo el maestro Antonio de lebrixa sobre la lengua castellana. (Nebrija, [1492]1992, p. 99)

O período a seguir é um dos mais reportados na historiografia linguística espanhola:

> Cuando bien comigo pienso mui esclarecida Reina: i pongo delante los ojos el antiguedad de todas las cosas: que para nuestra recordacion & memoria quedaron escriptas: una cosa hállo & sáco por conclusion mui cierta: que siempre la lengua fue conpañera del imperio: & de tal manera lo siguió: que junta mente començaron, crecieron, & florecieron [...] (Nebrija, [1492]1992, p. 99)

De fato, a proposta inicial de Nebrija, desbaratando amarras para futuras gramatizações vernaculares, em toda a Europa, fala da "língua companheira do

Império", como aquela que "nasce, cresce e florece", paralelamente ao fortalecimento dos Reinos de Aragão e de Castela, unidos pelo casamento dos Reis Católicos - Fernando e Isabel. O excerto em questão não pode ser relacionado, diretamente, às conquistas ultramarinas do império ibérico sobre a América, já que Cristóvão Colombo alcança os territórios americanos, pela primeira vez, no mesmo ano de publicação da *Gramática Castellana*, em 1492. De todo modo, a refererência de Nebrija à língua vulgar como "língua companheira do Império" está evidentemente relacionada ao longo processo de formação do Estado espanhol e à reconquista de territórios - tomados pelos mouros - sob a liderança dos Reis Católicos. Lembremo-nos, a esse respeito, da região de Granada, ao sul da atual Espanha, reconquistada nessa mesma data, em 1492, quando os mouros são definitivamente expulsos pela coroa de Castela.

São três as justificativas de Nebrija para o seu ousado empreendimento, à época, de elaboração da primeira gramática vulgar românica. A primeira está descrita no fragmento que se segue:

> I por mi pensamiento & gana siempre fue engrandecer las cosas de nuestra nacion: & dar a los ombres de mi lengua obras en que mejor puedan emplear su ocio: que agora lo gastan leiendo novelas o istorias embueltas en mil mentiras & errores: acorde ante todas las otras cosas reduzir en artificio este nuestro lenguaje castellano: para que lo que agora & de aqui adelante enel se escriviere pueda quedar en un tenor: & estender se en toda la duracion delos tiempos que estan por venir. Como vemos que se a hecho enla lengua griega & latina: las cuales por aver estado debaxo de arte: aun que sobre ellas an passado muchos siglos: toda via quedan en una uniformidad. (Nebrija, [1492]1992, p. 105)

Trata-se, nesse caso, da normatização da língua castelhana, para que todos que a utilizem, a partir de então, façam-no "en un tenor", "em uma uniformidade", evitando, assim, "mentiras e erros" praticados por seus contemporâneos no manuseio da língua

vulgar. A segunda justificativa para o intento linguístico do sevilhano diz respeito à aprendizagem do latim:

> I seguir se a otro no menor provecho que aqueste alos ombres de nuestra lengua: que queran estudiar la gramatica del latin. Por que despues que sintieren bien el arte castellano: lo cual no sera mui dificile por que es sobre la lengua que ia ellos sienten: cuando passaren al latin no avra cosa tan escura: que no se les haga mui ligera: maior mente entreveniendo aquel arte dela gramatica que me mandó hazer vuestra alteza contraponiendo linea por linea el romance al latin. (Nebrija, [1492]1992, p. 108)

Com efeito, legitimando a importância acentuada do conhecimento da língua latina, no contexto cultural e científico renascentista, Nebrija compreende que sua *Gramática Castellana* caracteriza-se como um bom instrumento para aqueles que queiram estudar o latim: uma vez "sentida" a *Arte* da língua materna, não será difícil ascender à língua latina, não haverá ali "coisa escura que não se torne muito ligeira", principalmente se o aprendiz puder contar com as *Introduciones latinas contrapuesto el romance al latín,* primeiro passo no esforço didático do gramático em aproximar o latim ao castelhano.

Por fim, como terceiro "proveito" para seu projeto de gramatização do vulgar, Nebrija destaca o seguinte:

> El tercero provecho deste mi trabajo puede ser aquel: que cuando en Salamanca di la muestra de aquesta obra a vuestra real majestad: & me pregunto que para que podia aprovechar: el mui reverendo padre obispo de avila me arrebató la respuesta: & respondiendo por mi dixo. Que despues que vuestra alteza metiesse debaxo de su iugo muchos pueblos barbaros & naciones de peregrinas lenguas: & con el vencimiento a quellos ternian necessidad de recebir las leies: quel vencedor pone al vencido & con ellas nuestra lengua: entonces por esta mi arte podrian venir enel conocimiento della como agora nos otros deprender el arte dela gramatica latina para deprender el latin. I cierto assi es que no sola mente los enemigos de nuestra fe que tienen ia necessidad de saber el lenguaje castellano: mas los vizcainos. navarros. franceses. italianos. & todos los otros que tienen algun trato

> & conversacion en españa & necessidad de nuestra lengua [...] (Nebrija, [1492]1992, pp. 108-109)

Se o latim, no início da modernidade, ainda se configura como língua de prestígio, sobretudo nos âmbitos acadêmicos, não é menos verdade que, no mesmo período, tal como afirmamos anteriormente, as demais línguas européias conquistam, pouco a pouco, um espaço de maior representatividade. Dessa feita, o conhecimento do castelhano, como enuncia Nebrija, no trecho anterior, justifica-se pelos propósitos imperialistas da coroa, responsável por transmitir suas leis e sua língua aos povos subjugados, ou, por outra, por garantir um bom trânsito comunicacional entre nações amigas, como a francesa e a italiana, por exemplo, que possuem "trato e conversação com a Espanha e necessidade da língua espanhola".

Quanto à conformação propriamente gramatical do texto do sevilhano, o gramático organiza sua descrição linguística postulando dez partes da oração para o espanhol: "Assi que seran por todas diez partes dela oracion enel castellano. Nombre. pronombre. articulo. verbo. participio. gerundio. nombre participial infinito. preposicion. adverbio. conjuncion (Nebrija, [1492]1992, p. 207)". Diferentemente do que se observa na versão bilíngue das *Introduciones latinas*, pautadas por oito partes do discurso (nome, pronome, verbo, particípio, preposição, advérbio, interjeição e conjunção), temos, aqui, a exclusão das interjeições, como parte da oração, e a inclusão dos artigos, dos gerúndios e dos nomes infinitivos, nesse mesmo contexto. Sobre a categoria gramatical dos nomes, o sevilhano afirma o seguinte:

> Nombre es una delas diez partes dela oracion: que se declina por casos sin tiempos: & significa cuerpo o cosa. Digo cuerpo como ombre. piedra. arbol. Digo cosa como dios. anima. gramatica. Llamase nombre: por que por el se nombran las cosas. & assi como de onoma en griego los latinos hizieron nomen: assi de nomen nos otros hezimos

> nombre. Los acidentes del nombre son seis. Calidad. especie. figura. genero. numero. declinacion por casos. (Nebrija, [1492]1992, p. 207)

Embora a gramatização de Nebrija desenvolva-se num quadro nitidamente filológico, observa-se, no excerto em questão, que alguns dos principais parâmetros utilizados pela lógica aristotélica e estóica, na definição dos nomes, continuam presentes, de alguma maneira, na *Gramática castellana*. De fato, os nomes, para o sevilhano, são aqueles que "declinam por casos, sem tempos", tal como definira antes Aristóteles, relativamente ao primeiro termo da proposição. Da mesma forma, a perspectiva essencialista que configura essa parte da oração, ainda que de maneira menos incisiva que nos contextos filosóficos anteriores, permanece, ao menos, desenhada, na constatação do gramático de que *onoma*, em grego, *nomen*, em latim, e *nombre*, em espanhol, significa "corpo ou coisa". Como acidentes dos nomes, Nebrija reconhece seis: qualidade (comum e próprio); espécie (primitivo e derivado); figura (simples e composto); gênero (masculino, feminino, neutro, comum de dois, comum de três, duvidoso e mesclado); número (singular e plural); e declinação por casos.

Sobre a declinação do nome, em espanhol, segue-se a constatação de que: "Declinacion del nombre no tiene la lengua castellana salvo del numero de uno al numero de muchos. pero la significacion delos casos distingue por preposiciones" (Nebrija, [1492]1992, p. 231). Interpretando declinação como mudança na forma final das palavras, Nebrija assume que os nomes, em castelhano, declinam em número, e não em caso, uma vez que a "significação" de caso nominal organiza-se por meio das preposições, no vernáculo:

> Los casos enel castellano son cinco. el primero llaman los latinos nominativo: por que por el se nombran las cosas & se pone quien alguna cosa haze solamente con el articulo del genero como el ombre. El segundo llaman genitivo: por que en aquel caso se pone el nombre

> del engendrador. & cuia es alguna cosa con esta preposicion de como hijo del ombre. El tercero llaman dativo por que en tal caso se pone aquien damos o aquien se sigue daño o provecho con esta preposicion a como io do los dineros ati. El cuarto llaman acusativo: por que en tal caso ponemos aquien acusamos & generalmente aquien padece por algun verbo con esta preposicion a o sin ella como io amo al proximo o amo el proximo. El quinto llaman vocativo: por que en aquel caso se pone aquien llamamos con este adverbio o sin articulo como o ombre. (Nebrija, [1492]1992, p. 233)

A definição dos casos nominais, nesse contexto, seguindo a tradição, é estabelecida por critério semântico: o caso genitivo é aquele em que "se põe o nome do engendrador"; o dativo, aquele em que se põe a o nome da pessoa "a quem damos algo"; e assim por diante. Todavia, um novo critério, de natureza formal, suporta a descrição dos casos nominais, na *Gramática castellana*, aquele relativo ao uso do artigo, da preposição e do advérbio, como recurso para fazer "significar" os casos dos nomes, nesse novo contexto. Com efeito, o "artigo de gênero" é a marca formal dos nominativos, como se vê em "o homem". Eis, aqui, a importância dessa parte da oração na sistematização de Nebrija, fato que, muito provavelmente, tenha contribuído para que o sevilhano incluísse os artigos como uma das partes do discurso, em sua gramática do vulgar. Do mesmo modo, as preposições "de" e "a" são as marcas formais que distinguem o genitivo, de um lado, e o dativo e o acusativo, de outro, respectivamente. Observe-se que o acusativo também pode ser empregado sem a mediação da preposição, na descrição do humanista, mas sempre corresponderá a um complemento verbal. O vocativo, por sua vez, resta identificado pela presença ou não do advérbio (e não da interjeição) quando "chamamos" alguém, tal como se observa no exemplo indicado, "oh, homem".

Como se vê, Nebrija operou significativas adaptações do modelo gramatical greco-latino, de modo a adaptá-lo à descrição de uma língua como o espanhol, que não

apresenta, para a categoria dos nomes, flexão morfológica de caso. Para isso, foi fundamental, no método do gramático, o recurso às preposições, como parte da oração responsável pela determinação dos casos nominais:

> Preposicion es una delas partes dela oracion: la cual se pone delante delas otras por aiuntamiento o por composicion. como diziendo io vo a casa .a. es preposicion & aiunta se con casa. mas diziendo io apruevo tus obras. a. compone se con este verbo pruevo & haze con el un cuerpo de palabra. I llama se preposicion por que siempre se antepone alas otras partes dela oracion. Los accidentes dela preposicion son tres figura. orden. & caso. (Nebrija, [1492]1992, p. 263)

Por "ajuntamento" ou "composição", a preposição, no vernáculo, é um dos elementos fundamentais, assim como o artigo, para a delimitação formal da categoria de caso dos nomes. Por essa razão, Nebrija inclui o caso como um dos acidentes da preposição.

Da mesma maneira, outros gramáticos do espanhol, no Renascimento, descrevem o caso nominal, em castelhano, formalizado pelo uso das preposições. Segundo atesta Ramajo Caño (1987, p. 109), torna-se lugar comum, entre os gramáticos da língua espanhola na Modernidade, a constatação de que o castelhano não apresenta casos à moda latina ou grega. Para Juan de Valdés (1509-1541), por exemplo, em seu *Diálogo de la lengua*, escrito em 1533 e publicado pela primeira vez em 1737, o castelhano conforma-se à língua hebraica, por não variarem os casos dos nomes, tendo todos eles uma só terminação no singular e outra no plural (cf. Valdés, [1737]1964, p. 23).

Da perspectiva do Anônimo de 1555, em *Util y breve institutión para aprender los principios y fundamentos de la lengua Hespañola* [sic], o castelhano distingue os casos por meio do "artículo". Segundo observa Ramajo Caño (1987, p. 109), o conceito de "artículo", nesse contexto, equivale ao conceito de preposição. O Anônimo de 1555,

além do mais, apresenta a novidade de incluir o caso ablativo no paradigma casual dos nomes, caso que havia sido excluído da proposta gramatical de Nebrija ([1492]1992), levada a cabo anteriormente.

Da mesma forma, Cristóbal de Villalón (princípio do séc XVI - depois de 1588), em sua *Gramática castellana*, publicada em 1558, distingue os casos espanhóis por meio dos "artículos", termo empregado de maneira muito vaga, em Villalón, por permuta com o termo igualmente vago "partículas". De todo modo, as preposições continuam responsáveis, na descrição do autor, por organizar a categoria de caso nominal em castelhano, fato que se lhe observa pelo paradigma de declinação nominal apresentado: nominativo - *Pedro*; genitivo - *de Pedro*; dativo - *para Pedro*; acusativo - *a Pedro*; vocativo - *O Pedro*; abalativo - *esto quité a Pedro* (cf. Ramajo Caño, 1987, p. 109).

Para o Anônimo de 1559 (*Gramática de la lengua vulgar de España*), Giovanni Miranda (s.d.), em 1565 (*Osservationi della lingua castigliana*), e Richard Percyvall (1550-1620), em 1591 (*Bibliotheca hispanica, containing a grammar, whit a dictionarie in spanish, english, and latine*), o caso nominal em espanhol sistematiza-se por meio das preposições, denominadas, igualmente, como "artículos", no Anônimo (1559) e em Percyvall (1591) (cf. Ramajo Caño, 1987, pp. 109-110).

Charpentier (s.d.), por seu turno, afirma, em trabalho de 1597 - *La parfaite methode pour entendre, escrire, et parler la langue espagnole* - que a gramática castelhana, assim como a francesa e a italiana, não apresenta, efetivamente, diversidade de casos, mas que estes são explicitados a partir dos "artículos", tal como atesta seu paradigma de caso nominal: nominativo e acusativo - *el Planeta*; genitivo e ablativo - *del Planeta*; dativo - *al Planeta*; vocativo - *O Planeta* (cf. Ramajo Caño, 1987, p. 110).

Finalmente, Bartolomé Jiménez Patón (1569-1640), em *Instituciones de la gramática española*, publicada em 1614, informa que, em castelhano, apenas os pronomes pessoais apresentam casos verdadeiros: *yo, de mí, para mí, conmigo; tú, de ti, para ti, contigo; aquél, para sí, consigo*. Como seus antecessores, Jiménez Patón afirma, ainda, que, na língua espanhola, diferentemente do que se dá em grego e em latim, os nomes variam em caso por meio das preposições (cf. Ramajo Caño, 1987, p. 111).

Na sequência, passemos ao exame da gramática nocional renascentista, notadamente da gramática latina de Sánchez de las Brozas, outro importante gramático espanhol, a quem a historiografia linguística, no contexto hispânico, dedica numerosos estudos[21].

5.3.3 Sánchez de las Brozas (1587)

Os autores que se inscrevem na corrente teórica - dita especulativa ou nocional -, no período do Renascimento, não pretendem elaborar gramáticas com objetivo fundamentalmente didático. Nesses casos, como assinalamos anteriormente, tais autores indagam-se sobre as estruturas da linguagem humana. A produção gramatical, nesse contexto, segue adjetivada com termos como racional, lógica, filosófica ou universal:

> No olvidemos la energía con que el Brocense defendía sus propias tesis 'contra todos los gramáticos' (es decir, los de la tradición práctica) cuyas teorías calificaba de 'ridículas' y 'necias e insolentes', propias de autores que estaban 'cegados por las tinieblas de la ignorancia', faltos de los más rudimentarios conocimientos filosóficos, 'extravagentes', incapaces de

[21] Sobre a produção linguística de Sánches de las Brozas no contexto da historiografia espanhola: Álvarez Martínez (2001); Breva-Claramonte (1973; 2001; 2002; 2004); Colombat (1983); Escavy Zamora (2002); Núñez (1999); Ponce de León Romeo (2004).

> seeguir los pasos de Prisciano; 'caterva de gramáticos', en definitiva. (Tusón, 1982, p. 58)

De fato, afirmações enérgicas desse tipo podem ser encontradas, à farta, em vários capítulos da *Minerva*, de Sánches de las Brozas (publicada em 1587), como um índice bastante evidente da ruptura dos métodos gramaticais filosóficos em relação aos métodos linguísticos práticos, que determinam, estes últimos, a produção filológica renascentista. No novo modelo de análise linguística sistematizada pelo Brocense, uma vez restaurado o latim clássico e sedimentado o terreno para sua aprendizagem, deve-se investigar a razão das estruturas gramaticais da língua latina, reposicionando, desse modo, as contribuições de Prisciano, Donato e Quintiliano para além das conformações normativas habituais.

Certamente, observam-se, aqui, notáveis intersecções da perspectiva especulativa medieval, matizada, nesse novo contexto, pela experiência descritiva dos humanistas europeus. Do mesmo modo, como lembra Tusón (1982, p. 58), a reação do gerativismo chomskyano - às análises puramente práticas e à suposta ausência de uma teoria global que fundamente as descrições de certos estruturalistas norte-americanos - guarda um paralelo interessante, nos nossos dias, com a atitude dos gramáticos filósoficos frente aos gramáticos normativos, na Europa dos séculos XVI e XVII. Em ambos os casos, detectamos uma guinada teórico-metodológica em favor das perspectivas universalistas[22].

Conforme assinala Cárdenas (1976, p. 16), a palavra-chave para a interpretação do método do Brocense, na *Minerva*, é *rátio*, vocábulo que encontra paralelo com o termo *causa*: "todo que constituye el mundo encierra unas causas y el objeto del estudioso ha de consistir en la investigación de ellas".

[22] Para uma interessante reflexão sobre as convergências dos trabalhos de Sánches de las Brozas e de Noam Chomsky, ver Zamora Munné (1993).

De fato, introduzindo o primeiro capítulo do primeiro livro de sua extensa gramática latina - composta ao todo por quatro livros - lê-se a seguinte declaração de Sánches de las Brozas: "[...] ¿acaso el hombre, dotado de inteligencia, hará, dirá, ejecutará ingeniosamente algo sin deliberación y sin razón?" (Sánchez de las Brozas, [1587]1976, p. 43). Como antes fizeram os filósofos gregos, o Brocense defende o recurso à razão, isto é, à investigação das causas responsáveis pelas existências dos objetos do mundo, como forma de ascender ao verdadeiro conhecimento sobre a linguagem:

> Puede uno oír a los filósofos, quienes prueban con firmeza que nada sucede sin causa, a Platón mismo, que afirma que los hombres y los verbos existen por naturaleza, que sostiene que la lengua toma su origen en la naturaleza, no en el arte. Sé que los aristotélicos piensan de otro modo, pero nadie negará que los nombres son como instrumentos de las cosas y señal de ellas; pero un instrumento de cualquier arte se ajusta de tal manera a aquella arte, que parece que es inapropiado para todas las demás [...] (Sánchez de las Brozas, [1587]1976, pp. 43-44)

Em referência explícita à polêmica clássica sobre a natureza da linguagem - que opunha o ponto de vista naturalista (linguagem como natureza - *phýsis*) ao ponto de vista convencionalista (linguagem como convenção - *nómos*) - tal com formalizada no *Crátilo*, de Platão - Sánchez de las Brozas reafirma, claramente, a primazia do estudo das causas no exame da linguagem verbal, perfilando-se entre aqueles que, como Crátilo, concebem um ponto de vista naturalista para a origem da linguagem humana:

> En efecto, quienes sostienen que los nombres fueran hechos al azar son muy audaces; evidentemnte, son los que intentaban convencernos de que el orden y la arquitectura del mundo entero nació por azar y por casualidad. De muy buen grado declararía con Platón que los nombres y los verbos indican la naturaleza de las cosas, si él hibiese declarado esto solamente acerca de la primera de todas las lenguas. Así leemos en el *Génesis*, 2,20: "formados, pues, de barro todos los animales de la tierra y todos los volátiles del cielo, los condujo el Señor Dios a la presencia de Adán para que viera cómo los llamase: en efecto, todo lo que llamó Adán a alma viviente, ese mismo es el nombre de ésta". Puede uno ver que los nombres y las etimologías fueron sacadas de la misma naturaleza de las cosas en aquella primera lengua,

> cualquiera que ella fuese. Pero así como no puedo asegurar esto en las otras lenguas, así también tendría con facilidad la convicción de que puede exponerse una causa en toda lengua, cualquiera que sea su nomenclatura [...] (Sánchez de las Brozas, [1587]1976, p. 44)

À semelhança de Alfonso X, tal como destacamos em capítulo anterior, o Brocense reconhece apenas para a língua adâmica original um caráter naturalista definitivo, segundo o qual os nomes representam a essência mesma do objeto assinalado. Declara, desse modo, que de bom grado uniria-se a Platão, contra Aristóteles, posicionando-se em favor da linguagem como *phýsis* e salvaguardando, muitos séculos à frente, a pertinência da etimologia enquanto método verdadeiramente científico. Todavia, assim como o pensador medieval espanhol (Alfonso X), Sánches de las Brozas acredita que a multiplicidade das línguas, depois de Babel, tenha comprometido a relação ideal entre o signo e o assinalado, fato que justifica, uma vez mais, na argumentação do Brocense, a investigação das causas nas estruturas das diversas línguas existentes:

> Se puede decir: "cómo puede suceder que sea verdadera la etimología de un nombre si una misma cosa se denomina con variados nombres por el orbe de la tierra?". Respondo que de una misma cosa existen causas diversas, unos se fijan en una, nosostros en otra; así los griegos pusieron por nombres *ánemos*, los latinos *ventum*, los unos a partir de *soplar*, los otros a partir de *venio "venir"*. El latín sacó *fenestra* de *faineszai*, nosotros la llamamos *ventana*, los lusitanos *ianella*, como si se dijera pequeña *ianua "puerta"*. Además de esto, la lengua latina sacó de los griegos muchas palabras, cuyas razones entregarán los griegos; hemos, pues, de reírnos de quienes investigan en su propia lengua la razón de un nombre que pertenece a otra [...] No se ha de dudar, por tanto, de que se ha de dar una razón a todas las cosas, incluso de las palabras, y, si consultados la hubiéramos ignorado, confesemos que nosotros no la sabemos antes que afirmar que no existe ninguna constantemente. (Sánchez de las Brozas, [1587]1976, pp. 44-45)

Com efeito, embora o Brocense dedique-se à elaboração de uma gramática do latim, é bastante significativa, nesse excerto, sua afirmação de que "de uma mesma coisa existem causas diversas". Dessa contatação, justifica-se o fato de uma mesma

coisa ser nomeada de maneiras distintas em línguas diferentes, tal como se observa nos termos "*fenestra*", do latim, "*ventana*", do espanhol, e "*ianella*", do português. A investigação das causas, segundo a argumentação do autor, não deve prescindir, ainda, de uma perspectiva necessariamente diacrônica sobre a constituição das diversas línguas. Observadas as relações de parentesco entre o latim e o grego, por exemplo, uma boa análise etimológica de uma palavra latina que tenha sua origem no grego deve ser buscada na própria língua grega, e não se restringir, apenas, ao contexto linguístico latino.

Outros argumentos do Brocense, em pleno Renascimento europeu do século XVI, parecem desafiar as perspectivas filológicas de seu tempo. Trata-se, aqui, da recusa do gramático em aceitar o princípio da autoridade como fundamento metodológico para o trabalho linguístico. De fato, em âmbito filológico, foi corrente, pelo menos desde a Baixa Latinidade, o apelo a gramáticos clássicos, como Dionísio de Trácia, Apolônio Díscolo, Donato, Prisciano e Quintiliano, como forma de referendar e justificar tal e qual descrição gramatical. Contra esse posicionamento, levanta-se, uma vez mais, o espírito inquieto e polêmico do Brocense:

> De mala gana reuní tan numerosos ejemplos para ciertos impertinentes que, cuando rechazan las causas en la Gramática, pieden insistentemente sólo los testimonios de los maestros. ¿Acaso no leyeron a Quinct. 1,6, que escribió que la lengua consta de razón, antigüedad, autoridad y uso? Así pues, él no excluye la razón, sino que la enumera en primer lugar [...] Finalmente, el uso no se cambia sin la razón; de no ser así, abuso se ha de llamar, no uso. La autoridad tomó su origen en el uso; cuando se aleja de él, deja de ser autoridad [...] (Sánchez de las Brozas, [1587]1976, p. 45)

Longe de descartar a importância da produção linguística levada a cabo por seus antecessores (cf. Tusón, p. 59), Sánches de las Brozas, no fragmento supracitado, reposiciona os argumentos de Quintiliano, para quem "a língua consta de razão, antiguidade, autoridade e uso". Para o Brocense, tal declaração, ao enumerar a razão

como o primeiro fator constitutivo das línguas, ratifica seu método de trabalho centrado na investigação profunda das causas das estruturas linguísticas ao mesmo tempo em que nega a prática da maioria dos gramáticos de sua época equivocados por um apelo excessivo ao princípio da autoridade. Conforme sublinha Cárdenas (1976, p. 18), para o Brocense, "sobre a razão se levanta o uso, sobre o uso, a autoridade", e essa hierarquia de princípios é central na metodologia efetivada pelo gramático. Por outro lado, Sánches de las Brozas parece antecipar, no fragmento anterior, pontos de vista sobre a linguagem que serão plenamente desdobrados somente em séculos posteriores: "el uso no se cambia sin la razón; de no ser así, abuso se ha de llamar, no uso". De fato, a intuição do Brocense, aqui, é a de que a mudança linguística, pautada pelo uso, é um fenômeno regrado, ideia que será plenamente desenvolvida, como sabemos, apenas no contexto historicista do século XIX.

Em referência à deusa romana das artes e da sabedoria - a deusa Minerva - Sánches de las Brozas justifica o título de sua gramática, ao final do primeiro capítulo, em observância continuada a seus métodos nocionais:

> Este es el motivo de que en nuestras vigilias escribiéramos *Minerva o De causis linguae latinae*, pues intentamos sacar a la luz las causas y verdaderos principios de cualquier asunto [...] Agustín Saturnio llamó *Mercurius* a sus muy agudas disertaciones de Gramática; porque estamos a veces menos de acuerdo con él, le mostramos la *Minerva* como leal consejero. (Sánchez de las Brozas, [1587]1976, p. 45)

No capítulo II do primeiro livro de sua *Minerva*, o Brocense opõe-se a Quintiliano por ter dividido a gramática em histórica e metódica. O argumento empregado, nesse caso, deixa visível o contexto moderno racionalista em que se move Sánches de las Brozas:

> [...] **[Quintiliano]** llamó histórica a aquella gramática que examina todo género de escritores, la cual no puede darse por acabada sin alcançar la

> música, ni debe desconocer la filosofía y tampoco debe faltarle la elocuencia. Por tanto, él encierra todas las disciplinas en esta gramática[...] Para mí, el perfecto y consumado gramático es aquel que en los libros de Cicerón o Virgilio entienda qué vocabulario es nombre, cuál verbo, y las restantes cosas que competen sólo a la gramática [...] la lectura de los oradores y poetas se refiere a variadas artes y, si ese maestro las conoce a fondo, no se la ha de llamar ya gramático; en tanto que explique astronomía, astrónomo; en tanto que la historia, historiador; en tanto que los preceptos de la retórica, retórico [...] (Sánches de las Brozas, [1587]1976, p. 47. Os grifos são nossos.)

Com efeito, a especialização do saber, a ser constituída, gradualmente, como marca distintiva da modernidade e da produção do conhecimento científico, a partir de então, resta desenhada na argumentação do Brocense: ao gramático interessa conhecer nomes, verbos e demais categorias linguísticas que são da competência exclusiva da gramática; outros campos do conhecimento, alheios à investigação de caráter eminentemente linguístico, como a retórica, por exemplo - incluída por Quintiliano na gramática dita histórica - devem ser desvinculados dos estudos gramaticais. Dessa feita, a divisão da gramática como histórica e metódica, à luz de Quintiliano, não se ajusta à *Minerva*.

Mais significativas, talvez, sejam as refutações do Brocense endereçadas aos gramáticos práticos - como Nebrija, no século anterior - que dividiam a gramática em ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe:

> Otros dividen la gramática en letra, sílaba, palabra y oración, o lo que es lo mismo, en ortografía, prosodia, etimología y sintaxis. Pero la oración o sintaxis es el fin de la gramática, por tanto no es parte de ella [...] entonces, la letra es parte de la sílaba, la sílaba de la palabra y las palabras mismas partes de la oración [...] Nosotros, desechada la división de la gramática (porque ninguna se presentaba bastante apropiada), así comenzamos a hablar. La gramática es el *ars* "arte" de hablar correctamente [...] cuyo fines la oración correcta [...] Dividimos, pues, la oración en palabras o vocablos, y los llamamos partes de la oración. (Sánches de las Brozas, [1587]1976, p. 48)

Descartando definitivamente qualquer divisão tradicional da gramática, já que nenhuma se lhe apresenta adequada, Sánches de las Brozas afirma, na transcrição supracitada, sua concepção de gramática: "a gramática é a arte de falar corretamente" e tem como fim a "oração correta", subdividida em palavras ou vocábulos, aos quais denomina, na esteira de seus predecessores, "partes da oração".

Examinando as partes da oração, o Brocense estabelece uma categorização fundamentada por parâmetros lógicos (racionais). São três as partes da oração na *Minerva* - os nomes, entidades de tipo estático; os verbos, entidades de tipo dinâmico; e as partículas, elementos responsáveis por laços de união entre as proposições:

> Por tanto, siendo la oración el objetivo del gramático, examinemos de qué elementos pueda constituirse de manera que no haya nada que no pueda enunciarse por medio de una oración. Estos elementos son tres: nombre, verbo y partícula [...] (Sánches de las Brozas, [1587]1976, p. 49)

Seguindo Platão, no texto *Sofista* (*De ente*), Sánches de las Brozas justifica seu argumento:

> [...] razonamos aquí según Platón; él (*De ente*) dice: [...] "cualquier cosa que se enuncia, o es permanente, como *arbor, durum,* o es algo que fluye como *currit, dormit.* Llamamos cosas permanentes o constantes a aquellas cuya naturaleza persiste; a esta clase la llamaron nombre. Decimos que fluyen aquellas cuya naturaleza existe en tanto en cuanto ellas existen; a esta clase la llamaron verbo [...] Finalmente, las oraciones necesitan de ataduras entre sí, por lo que se inventó la conjunción". (Sánches de las Brozas, [1587]1976, pp. 49-50)

Com efeito, alterando o termo "conjunção" por outro mais genérico, "partícula", o Brocense segue de perto, nessa questão, os preceitos enunciados pelo platonismo. De todo maneira, tal como ressaltamos anteriormente, também Aristóteles determina três partes essenciais da proposição lógica, à semelhança de Platão: *ónoma* (genericamente identificado como nome); *rhēma* (genericamente identificado como verbo); e *sýndesmos* (geralmente traduzido como conjunção, mas, efetivamente, incorporando categorias como artigos,

pronomes e preposições). Trata-se, nesse caso, de operar uma divisão e uma categorização interna, dos elementos que constituem a oração, de forma racional, universalista, de sorte que as análises empreendidas possam ser aplicadas a todas as línguas existentes (cf. Cárdenas, 1976, p. 21).

No modelo filosófico da *Minerva*, o particípio é integrado aos nomes e os advérbios, aos verbos. Os pronomes, organizados por um caráter dêitico primitivo, foram substituídos - na história da constituição da linguagem verbal humana - pelos nomes, detentores de uma nomenclatura muito mais complexa. Por essa razão, os pronomes devem ser chamados de protonomes e não se caracterizam, igualmente, como parte da oração. As interjeições, por sua vez, situam-se na natureza mesma da linguagem e tampouco são consideradas como parte do discurso, "puesto que estas partes deben existir, siguiendo a Aristóteles, por convención, no por naturaleza" (Sánches de las Brozas, [1587]1976, p. 50).

Quanto à categoria de caso nominal, o Brocense reconhece-lhe seis casos. No fragmento a seguir, o gramático latino enumera alguns tratamentos descritivos feitos sobre a categoria de caso no eixo histórico:

> La diferencia primera y específica del nombre, según declara Escalígero (cap. 80) es el caso [...] Suele preguntarse, en primer lugar, por qué, si la palabra *caso* viene de *caer*, pues los casos caen del recto, se dice *caso recto*. Esto lo examina por extenso Escalígero y, finalmente, llega a esta conclusión: se dice *caso oblicuo (casus obliqui)* porque caen del recto y también se llama caso al mismo recto por tomar la palabra caso en un sentido lato [...] Varrón [...] intenta probar [...] la denominación de los casos con estas palabras: [...] "los casos se declinan para que al hablar éste del otro, pueda distinguir cuándo llama o da o acusa. Hay también otras distinciones que a nosotros y a los griegos nos llevaron a declinar"; también dice en el capítulo segundo del mismo libro que el vocativo no es recto, aunque sea semejante a él. Donato llama rectos al nominativo y al vocativo; eso no es correcto; Prisciano trató ampliamente el orden de los casos y explica por qué cada uno se llama así y, al mismo tiempo, refuta a los que inventaron el caso séptimo, entre quienes se cuenta Quintiliano. (Sánches de las Brozas, [1587]1976, p. 59)

Partindo de Escalígero (1484-1558), Sánches de las Brozas retoma a antiga distinção, formalizada pelos estoicos, na Antiguidade, entre o caso reto e os casos oblíquos: do caso reto, "caem" os demais casos oblíquos. Nesse contexto, apenas num "sentido lato", o caso reto pode ser considerado como um caso efetivo, uma vez que materializa a forma essencial primeira dos nomes. Na sequência, refere-se à definição de cunho notadamente semântico de Varrão (116-27 a. C.): "los casos se declinan para que al hablar éste del otro, pueda distinguir cuándo llama o da o acusa". Opondo Varrão a Donato (séc. IV d. C.), assume o posicionamento do primeiro em detrimento do segundo, ao afirmar que o vocativo não é um caso reto e não se confunde, portanto, com o nominativo. Em seguida, observando os argumentos contrários de Prisciano (séc. V d. C.) e Quintiliano (35-95 d. C.) sobre a existência ou não do sétimo caso latino, refuta Quintiliano, admitindo, com Prisciano, seis casos para o latim: nominativo, genitivo, acusativo, dativo, vocativo e ablativo (denominado como caso sexto, pelo Brocense)[23]. Vejamos, a seguir, de que maneira o Brocense define os casos nominais, no capítulo VI do primeiro livro de sua *Minerva*:

> En todos los nombres la naturaleza estableció seis partes: en el primer lugar, aquella nomenclatura a la que por su importancia se le dio el nombre de rectus "reto", que es verdaderamente un nombre, pues los demás, como piensa Aristóteles, no son nombres, sino casos del nombre; después, qué cosa engendre o posea; tercero, a qué fin o trabajo se destine; cuarto, hacia que fin tiende la acción; quinto, el oficio de llamar; finalmente, el modo en que pésimamente llaman *ablatiuus* "ablativo", estando en él la comparación, así *doctior Cicerone* "más sabio que Cicerón", el modo, así *lentu quadrato* "de ladrillo", la causa eficiente, como *amore patris* "por el amor del padre" y el instrumento, así *lapide ictus* "golpeado con una piedra"; si Quintiliano advirtiera que el sexto depende por completo de la preposición [...] (Sánches de las Brozas, [1587]1976, pp. 59-60)

[23] Para um interessante estudo sobre as intersecções entre a obra gramatical de Sángues de las Brozas e de Quintiliano, ver: Mesa Sanz (1991).

Com efeito, preocupado em estabelecer as causas da língua latina, pautado por um quadro descritivo nitidamente universalista, Sánches de las Brozas destaca, no fragmento em questão, o caráter "natural" dos casos nominais, que se apresentam em número idêntico em todas as línguas. Dos seis casos universais identificados, seguem-se as seguintes definições: o nominativo (caso reto) - na esteira do pensamento de Aristóteles, é aquele que "es verdaderamente un nombre, pues los demás [...] no son nombres, sino casos del nombre"; o genitivo - é o caso que indique "qué cosa engendre o posea"; o dativo - aquele que assinale "a qué fin o trabajo se destine"; o acusativo - o que determine "hacia que fin tiende la acción"; o vocativo - o caso marcado pelo "oficio de llamar"; e, por fim, o ablativo (caso sexto) - é o caso definido a partir dos valores semânticos correspondentes à "comparación", ao "modo", à "causa eficiente" e ao "instrumento". Desdobrando seus critérios universalistas para a descrição da categoria de caso nominal, o Brocense argumenta o seguinte:

> Por ser natural esta división de los casos será necesario hallar en todas las lenguas igual número de casos; por esta razón, sostengo contra el parecer de todos los gramáticos que los griegos no carecen del sexto: [...] el dativo se usa para significar la adquisición en todas las lenguas, por medio de él no significamos ni el precio, ni la materia, ni el lugar, ni ninguna otra cosa [..] (Sánches de las Brozas, [1587]1976, p. 60)

De fato, uma vez adotado o viés universalista no tratamento da categoria de caso nominal, admitir, com a maioria dos gramáticos, a existência de apenas cinco casos na língua grega, configuraria uma incoerência metodológica intransponível. Desse modo, o Brocense argumenta em favor da existência do sexto caso nominal em grego, dado que as ideias de comparação e lugar, por exemplo, são expressas, de maneira corrente, nessa língua. Observemos, a esse respeito, um importante desdobramento das análises de Sánches de las Brozas: a categoria de caso nominal não se confunde, na *Minerva*, com a

declinação dos nomes, ao contrário. Por dedução lógica, podemos inferir que o argumento utilizado pelo Brocense, para defender a existência do sexto caso (ablativo) em grego (não marcado morfologicamente), supõe que a formalização casual, nesses contextos, seja organizada independentemente da declinação dos nomes, por meio de outros recursos linguísticos que não a flexão morfológica da palavra. Assim, distinguindo caso nominal de declinação, tal como o fizera, antes, Nebrija, o Brocense apresenta o seguinte comentário relativamente à declinação dos nomes:

> Mejor se entiende por el uso qué es la declinación entre los gramáticos, que mediante una definición. Declinación, dicen, es la variación de los casos. Nosotros decimos que no puede darse ninguna definición satisfactoria: de las diferencias de los nombres nace la declinación [...] (Sánches de las Brozas, [1587]1976, p. 60)

Por não confundir o conceito de declinação nominal com o conceito de caso nominal, o Brocense pode, enfim, postular a existência do sexto caso latino, aquele dado exclusivamente mediante o uso das preposições, segundo critério formal:

> El caso sexto no tiene propiamente un nombre y tampoco significa siempre la acción de llevar *(ablativo)* para que, por ello, se llame ablativo *(ablatiuus)* [...]. Nosotros lo llamaremos "caso sexto" o "caso de la preposición", porque siempre está regido por ella. (Sánches de las Brozas, [1587]1976, p. 128)

Detenhamo-nos um pouco mais sobre o dito sexto caso, na *Minerva*. Tal como afirmamos anteriormente, o gramático renascentista diverge de Quintiliano em relação ao ablativo (caso sexto). Para este último, havia sete casos nominais em latim, visto que o caso ablativo desdobrava-se em dois: o sexto e o sétimo casos nominais latinos, dados pela presença ou ausência da marca preposicional. Com efeito: Quintiliano reconhecia dois tipos casuais para o ablativo, o ablativo preposicionado e o ablativo não preposicionado (ablativo absoluto) (cf. Mesa Sanz, 1991, pp. 21-22). O Brocense, por

sua vez, refuta essa análise de Quintiliano, argumentando que o caso ablativo é o caso regido pela preposição, em todos os contextos, impreterivelmente. Quando a marca preposicional não estiver materializada no enunciado, deveremos entender que houve elipse da preposição, que se mantém, entretanto, na estrutura gramatical subjacente da oração. Pelas palavras do autor:

> La preposición es una voz que carece de número, que se coloca ante los casos y que se encuentra en composición. Es, pues, propio de la preposición que vaya delante del caso [...] es necesario que todo ablativo dependa de una preposición. (Sánches de las Brozas, [1587]1976, p. 283)

E, na sequência, arremata:

> La elipsis de la preposición se contiene en dos reglas. Primera: todos los ablativos dependen de una preposición. Segunda: el acusativo que no sea sujeto de infinitivo, ni objeto de los activos depende de una preposición. (Sánches de las Brozas, [1587]1976, p. 395)

De fato, assim como observa Breva Claramonte (1983), as elipses são utilizadas, pelo Brocense, como forma de identificar estruturas gramaticais abstratas e subjacentes responsáveis pelos elementos expressos objetivamente nos enunciados[24]. Breva-Claramonte examina, por exemplo, a questão dos relativos, na *Minerva*, explicados por meio da elipse. Segundo a definição do Brocense, "el relativo **[es la partícula que]** se coloca entre dos casos de un solo nombre" (Sánches de las Brozas, [1587]1976, p. 137.

[24] Tais estruturas abstratas e subjacentes da linguagem verbal podem ser consideradas como antecedentes do conceito de estrutura profunda, no *Aspects of the theory of syntax*, de Chomsky (1965), segundo interpretação de Breva-Claramonte (1983) e Zamora Munné (1993). Para esses autores, a *Grammaire générale et raisonnée*, de Arnauld & Lancelot ([1660]1997), da mesma forma, não deve ser reconhecida como a antecessora do pensamento chomskyano: é a gramática latina de Sánches de las Brozas ([1587]1976) que deve assumir, por direito, esse papel. Pela argumentação dos autores, enquanto a *Gramática de Port-Royal* ([1660]2001) apresenta, ainda, uma estrutura abstrata do pensamento como estrutura subjacente que fundamenta a linguagem humana, a *Minerva*, do Brocense, postula, efetivamente, uma estrutura gramatical, como forma de estruturação profunda da sentença, dada por meio de elipses. Há, portanto, aqui, uma ruptura: da fundamentação abstrata das estruturas linguísticas, por meio da estrutura profunda do pensamento (da razão), passamos, com Sánches de las Brozas, a um tipo de fundamentação mais concreta da linguagem verval, dada por meio de uma estrutura profunda propriamente gramatical.

Os grifos são nossos). Em continuidade ao argumento, o gramático admite, de modo coerente com sua definição, que, muito frequentemente, "en el relativo suele faltar el caso primero, a veces el segundo, nunca ambos al mismo tiempo" (Sánches de las Brozas, [1587]1976, p. 139).

Com efeito, como assinala Breva-Claramonte (1983), a regra que define o comportamento dos relativos, para Sánches de las Brozas, é a seguinte:

C1 + relativo + C2 (C = caso)
(cf. Breva-Claramonte, 1983, p. 212)

Dada a regra geral, Sanctius propõe que o fenômeno linguístico da elipse garantirá a mesma estrutura para os relativos, num nível abstrato, quando "faltar" o primeiro ou o segundo elemento casual (C1 ou C2). Essa análise permite ao Brocense dizer que, em um enunciado como *vidi hominem qui dormiebat* (vi um homem que dormia), a estrutura subjacente (elíptica) da oração deve apresentar a palavra *homo* entre *qui* e *dormiebat* (cf. Sánches de las Brozas, [1587]1976, p. 140).

Do mesmo modo, organizam-se, aqui, as elipses das preposições que regem o ablativo. Quando tais preposições não se materializam objetivamente nas orações, nem por isso o ablativo (caso sexto), em Santius, deve ser considerado como um ablativo não preposicionado (como um ablativo absoluto, assim como pregava Quintiliano). O que se evidencia, nesses contextos, é que a estrutura gramatical abstrata que caracteriza o ablativo permanece intacta, por meio da elipse da preposição no nível imediato da oração. Assim, as preposições, por composição, são as partículas responsáveis por reger, de um lado, os casos acusativos (que não sejam sujeito de infinitivos nem objeto de verbos ativos) e, de outro, todos os ablativos, sem exceção:

> La preposición es la más importante de las partículas por el hecho de regir los casos, ya que las demás no pueden hacer esto, aunque parezca de otro modo a los gramáticos. Existe un argumento absurdo:

> que el verbo rija a algún caso estando de por medio una preposición, po ejemplo: *abstineo me a pecuniis* “me aparto de las riquezas”; como ya hemos dicho, es necesario que todo ablativo dependa de una preposición. (Sánches de las Brozas, [1587]1976, p. 283)

Eis aqui outra afirmação bastante contemporânea do gramático, em relação às preposições: segundo o que ilustra o excerto, são elas (as preposições), e não os verbos, as responsáveis por reger os casos nominais preposicionados. De maneira semelhante, como sabemos, os gerativistas contemporâneos destacam a importância das preposições como núcleo e termo regente dos sintagmas preposicionados, um pouco ao modo do Brocense, por oposição à tradição gramatical anterior.

O tratamento da categoria de caso nominal, em Sánches de las Brozas, será decisivo para o exame da categoria casual em González Holguín (c. 1552-1618), em sua gramática quéchua de 1607. Veremos que, a exemplo do Brocense, o gramático quéchua proporá, igualmente, o uso das preposições e das elipses como critério descritivo formal do ablativo na língua geral andina.

5.4 Idade Moderna - Século das Luzes

No que diz respeito ao século XVIII, é importante destacar que, nesse período, tem inicio uma série de investigações, de cunho filosófico sobre a linguagem, na esteira do pensamento enciclopedista típico do Século das Luzes. De fato, trabalhos como os de Condillac (1715-1780) - *Essai sur l’origine des connoissances humaines*, de 1746 -, e de Rousseau (1712-1778) - *Essai sur l’origine des langues*, de 1782 - procuram organizar hipóteses para o surgimento das línguas, no quadro geral da Ilustração. O processo que nos leva do surgimento da expressão espontânea à gramatização das línguas, nesse contexto, visto em decurso histórico por um viés cumulativo, configura,

na perspectiva de Tusón (1982, p. 77), um antecedente da tipologia linguística e da classificação genética das línguas a ser desenvolvido em plenitude apenas no século posterior. Assim, para o ilustrado Condillac, as palavras teriam surgido posteriormente aos gestos e gritos humanos, na seguinte ordem: primeiro expressou-se o objeto (fruta); depois, os verbos (fruta querer); e, finalmente, o sujeito (fruta querer Pedro), em uma linha de complicação crescente (cf. Tusón, 1982, p. 77). Rousseau, por sua vez, em consonância com a filosofia romântica, desenvolve a seguinte hipótese para o surgimento da linguagem humana: "no fueron el hambre, ni la sed, sino el amor, el odio, la piedad y la cólera, los que nos arrancaron a los hombres las primeras voces". Para Rousseau, as necessidades físicas dos homens teriam-no levado aos gestos, enquanto as necessidades passionais encaminharam-no às palavras.

Certamente, tais especulações de cunho filosófico estão, ainda, a léguas de distância da ciência empírica e positiva que se desenvolverá, no século XIX, em busca da classificação genética das línguas naturais. Todavia, esses trabalhos representam uma problemática dominante, no século XVIII, no que diz respeito à história da linguagem, problemática essa que, em boa medida, antecipa os estudos comparatistas do século posterior.

De um modo geral, o século XVIII, como destaca Lázaro Carreter (1985), é o século em que predominam ideias linguísticas associadas à razão, ao enciclopedismo e a um historicismo linear e evolucionista. É nesse século que se fixa a expressão "língua espanhola", como a língua mais prestigiada dentre todas as línguas peninsulares. Igualmente nesse século, surgem estudos contrastivos das línguas naturais, como os de Ernesto Frayer (s.d.), entre o galego e o português (cf. Lázaro Carreter, 1985, p. 188), e os de Martín Sarmiento (1695-1772), entre o castelhano, o galego e o latim (cf. Lázaro Carreter, 1985, p. 13).

Outra importante referência nesse esforço de compilação típico do Século das Luzes é Hervás y Panduro (1735-1809). Segundo informa Altman (2009, p. 119), o *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas* (Hervás y Panduro, [1800-1805]1979), escrito pelo jesuíta na passagem do século XVIII ao XIX, traz 218 designações distintas relativas a línguas e a dialetos hoje situados no território sul-americano. Trata-se de obra monumental, com 260 páginas dedicadas aos reis da Espanha e centenas de enumerações e classificações de inúmeras línguas e povos do mundo (cf. Sueiro Justel, 2004, p. 187). Para Sueiro Justel (2004, pp. 188-189), Hervás y Panduro representa um nexo importante entre os estudos filológicos de caráter missionário, realizados nos primeiros séculos da colonização, e a filologia europeia, quer por seu influxo em autores como Humboldt (1767-1835), Adelung (1732-1806) e Vater (1771-1826), quer por seu rigor compilatório e classificatório. Em 1767, o erudito espanhol migra para Roma, depois da expulsão dos jesuítas decretada por Carlos III. Em Roma, como bibliotecário no Palácio do Quirinal, o autor encontra condições ideais para reunir e examinar uma série de manuscritos de obras gramaticais e lexicográficas que circulavam entre os missionários de terras americanas e asiáticas. Muitas dessas gramáticas e vocabulários de línguas indígenas foram dadas pelo jesuíta diretamente a Humboldt, embaixador prussiano à época, e trazidas ao conhecimento geral pelos trabalhos do próprio Humboldt, Adelung e Vater (cf Sueiro Justel, 2004, p. 189).

Como veremos a seguir, o esforço compilatório e classificatório típico do século XVIII ganhará proporções distintas com o decorrer do século XIX. De todo modo, é inegável a contribuição dos Séculos das Luzes e de trabalhos como os de Hervás y Panduro nesse processo.

5.5 Idade Contemporânea

Relativamente à Idade Contemporânea, na primeira metade do século XIX, consolidam-se, na gramaticografia espanhola, avanços consideráveis, no campo da sintaxe, que repercutem, de maneira sistemática, no tratamento da categoria de caso dos nomes substantivos. Trata-se do advento da análise lógica, que, segundo Iglesias Bango (2010, p. 443), provoca a instalação definitiva de conceitos como "oração principal", "oração subordinada", "complemento", "objeto direto" e "objeto indireto".

Para Iglesias Bango (2010), o impulso dado à sintaxe, com o surgimento da análise lógica, deve-se, na Espanha, a dois fatores institucionais: de um lado, a política linguística do reinado dos Bourbons, que favoreceu, em grande medida, a produção gramatical espanhola (por meio da Real Cédula de 23 de junho de 1768, segundo a qual se considera obrigatório o ensino das primeiras letras, da gramática latina e da retórica em castelhano); de outro, as contínuas reformas educativas impelidas pela expulsão dos jesuítas, em 1767. Assim, o período que vai de San Pedro (1769) a Noboa (1839) marca um aumento considerável das obras linguísticas produzidas sobre o castelhano, bem como a "transcendência das reflexões sintáticas nelas contidas" (Iglesias Bango, 2010, p. 444). Nesse mesmo período, convivem, na gramaticografia espanhola, ao menos duas orientações distintas no que diz respeito ao terreno da sintaxe: na primeira delas, a oração continua tendo como unidade de análise a palavra - a oração é examinada, dessa perspectiva, como uma unidade construída a partir de palavras, a exemplo das propostas clássicas de Nebrija (1492) -; na segunda orientação, por influência da nova corrente racionalista (herdeira dos estudos ilustrados do século XVIII), a oração deixa de ser examinada como uma unidade construída por meio de palavras e passa a ser concebida como unidade que pode ser analisada em elementos menores, como decorrência da

análise lógica (cf. Iglesias Bango, 2010, p. 445). Essa nova forma de tratar os elementos linguísticos tem como decorrência, na interpretação de Bango (2010), um emprego metalinguístico igualmente renovado, dado pelo uso de metatermos gramaticais como "complemento", "objeto direto" e "objeto indireto", tal como se assinalou anteriormente.

5.5.1 Noboa (1839)

Assim é que San Pedro (1769) e Noboa (1839) examinam, ambos, a sua maneira, a relação entre nomes e verbos, no contexto do que aqui se designa como análise lógica. Para San Pedro (1789):

> De dos modos se puede concebir esta relacion entre el nombre i verbo, es a saber directa o indirectamente. Un verbo se refiere o termina directamente a un nombre, cuando por èl se puede responder a la pregunta *a quièn* o *què cosa*? V. gr. *El hijo ama,* a *quièn*? *A su padre. Yo conozco, què cosa*? la *verdad* [...]. Si no se puede reponder a estas preguntas se terminarà entonces la accion indirectamente; v. gr. El mendigo carece *de què cosa*? de sustento. (San Pedro, 1769, pp. 107-108)

Do ponto de vista de Noboa (1839):

> El verbo puede regir al nombre como objeto directo é indirecto [...]. El verbo transitivo rije al objeto directo de dos modos: 1º con preposicion, v. g. *amar á Dios*; 2º sin ella, v. g. *amar la virtud*. [...] Al objeto indirecto, le rije con la preposicion *á* ó *para*, v. g. *pedir* á Deus *misericordia*: *tengo carta* para el correo. (Noboa, 1839, pp. 219-220)

Segundo Iglesias Bango (2010, p. 453), ainda que a gramática castelhana de San Pedro (1769) apresente ecos da corrente racionalista que caracteriza a análise lógica, o método racionalista está perfeitamente desenvolvido no texto gramatical de Noboa (1839), o que se evidencia, dentre outros fatores, pelo uso concreto dos termos "objeto direto" e "objeto indireto", tal como se observa no excerto acima.

Com efeito, para Noboa (1839, p. 13), "La primera parte de la Gramática se llama Análisis, porque su objeto es examinar las palabras separadamente una de otras, para esplicar su naturaleza e propiedades, classificarlas i definirlas". Empregando o termo "Análisis", no lugar de "Etimologia" ou "Analogia", Noboa (1839, pp. 13-14) reconhece oito espécies distintas de palavras: nomes artigos, pronomes, verbos, advérbios, preposições, conjunções e interjeições. O dado mais significativo, entretanto, da análise lógica de Noboa (1839) - pelo menos do ponto de vista que aqui nos interessa -, é a absoluta ausência da categoria gramatical de caso como traço definidor dos nomes substantivos. De fato, na seção da "Análisis" destinada à descrição dos nomes substantivos, não são empregados, sistematicamente, quaisquer dos metatermos que organizam a rede terminológica da categoria gramatical em questão: nominativo, acusativo, dativo, genitivo, ablativo ou vocativo. Tampouco observamos a categoria de caso como marca acidental da preposição, como propõe Nebrija, em sua *Gramática castellana* (1492). Acompanhemos, a seguir, a definição de Noboa (1839) para a classe das preposições:

> Las preposiciones son una clase de palabras invariables, que sirven para espresar las relaciones que puede haber entre dos ideas sueltas; asi, por ejemplo, *libro* i *Pedro* son dos palabras que significan cada una por sí una idea suelta é independiente de la otra; pero si yo quiero espresar que media entre las dos una relacion de pertenencia, por ejemplo, me valdré de la preposicion *de*, que es la que significa esta clase de relaciones i diré: *libro de Pedro*; del mismo modo, si se quiere espresar una relacion de sitio ó lugar, se hará con la preposicion *en*, v. g. *Pedro está en Madrid*. (Noboa, 1839, pp. 167-168)

No contexto da análise lógica do século XIX, para mantermos a terminologia de Iglesias Bango (2010), os metatermos gramaticais relativos à categoria de caso nominal restam improdutivos. O fragmento supracitado atesta que as relações sintáticas (funções) expressas pela categoria de caso estão descritas, para o genitivo (libro de

Pedro) e para o ablativo - locativo - (Pedro está em Madrid). De todo modo, a terminologia clássica que sistematiza a categoria de caso nominal, na tradição gramaticografia espanhola, permanece ausente. No seu lugar, termos como "sujeito", "objeto direto", "objeto indireto" e "complemento modificativo" (para os diversos tipos de ablativo dados por meio de preposições) descrevem as relações sintáticas entre os elementos menores da sentença que organizam a oração (cf. Noboa, 1839, p. 190).

A metodologia empregada por Noboa (1839), ao omitir a metalinguagem tradicional relativamente à categoria de caso dos nomes, assume um tipo de descrição gramatical muito mais próxima da gramática normativa, assim como a conhecemos no século XX. De todo modo, afirma-se, no que diz respeito aos casos nominais, nesse contexto, uma ruptura evidente em relação aos métodos filológicos e/ou nocionais tal como os descrevemos anteriormente. Com Noboa (1839), estamos nos domínios de outra técnica gramatical: a técnica da análise lógica, que marca, definitivamente, a gramaticografia espanhola, no século XIX.

5.5.2 Hjelmslev (1978)

Deixam de ser examinados, neste capítulo, autores do século XX com estudos diferenciados sobre a categoria de caso nominal[25]. Certamente, além de ultrapassar, em muito, os limites deste Trabalho, tais autores representam menor interesse, neste contexto, por afastarem-se do horizonte de retrospecção (cf. Auroux, 1992, pp. 11-12) dos gramáticos selecionados nos materiais específicos de análise. Exceção feita, aqui, à teoria casual localista de Hjelmslev (1978), por dois motivos: 1º - o dinamarquês adota autores da Idade Média, como Máximo Planudes, como forma de sistematizar seu

[25] Para uma análise da categoria de caso nominal no contexto gerativista, por exemplo, ver: Chomsky (1986) e Mioto (2007, pp.171-214).

tratamento sobre a categoria de caso nominal, reposicionando o critério de "sentido generalizado", tal como definido por Blake (1994, p.36); 2º - em franco diálogo com os estudiosos do passado, o linguista avalia a descrição de caso dos nomes nos antigos, como estratégia para estabelecer suas próprias análises. Certamente, a dimensão histórica das abordagens de Hjelsmlev ajusta-se aos objetivos desta Investigação.

De fato, Hjelmslev (1978) aplica as diretrizes da teoria estruturalista na análise da categoria de caso nominal manipulando, como os demais autores do século XX, o conceito de morfema, plenamente sistematizado a essa altura. Para o autor, a teoria tradicional, de origem greco-latina, comete sérios equívocos ao tratar a teoria casual como teoria desinencial:

> El hecho mismo de que los casos hayan sido concebidos como la declinación por excelencia, y de que declinación quiera decir en griego, en latin y en sánscrito declinación mediante desinencias, ha provocado inmediatamente la teoria desinencial [...] (Hjelmslev, 1978, p. 108)

Do ponto de vista de Hjelmslev, uma categoria gramatical só pode ser definida por seu valor e nunca por sua expressão, uma vez que a forma gramatical é diferente da expressão gramatical. A forma gramatical é dada pelo valor expressado pela categoria, pelos traços gramaticais constitutivos dessa categoria no sistema linguístico em questão. Por outro lado, a expressão gramatical é materializada diferentemente em cada sistema linguístico:

> A experiencia mostra efectiva y evidentemente que la categoría de los valores llamados casuales recibe una expresión lingüística tanto en las lenguas analíticas como en las lenguas sintéticas. Una forma lingüística es un *valor expresado*. Las relaciones que aquí estudiamos son en toda lengua valores expresados. (Hjelmslev, 1978, p. 112)

Assim, é possível, para Hjelmslev, que a ordem fixa dos componentes sintáticos da oração, em línguas analíticas, expresse a categoria de caso tanto quanto a declinação,

de natureza morfológica, em línguas sintéticas, como o latim, o grego e o sânscrito. Contrariamente aos gramáticos tradicionalistas, segundo o autor, obstinados em negar a expressão casual observada na ordem fixa dos elementos da sentença (cf. Hjelmslev, 1978, p. 109), Hjelmslev afirma o seguinte:

> No se deja de admitir que las relaciones que en las lenguas tenidas por sintéticas se expresan mediante desinencias, se expresan en las lenguas consideradas analíticas, de una parte, por el orden de los elementos en la serie, y de otra, por ciertos elementos que la tradición greco-latina y consideraciones diacrónicas nos fuerzan a considerar como preposiciones. Pero a lo largo del desarrollo de las lenguas estas preposiciones se vuelven cada vez más abstractas, cada vez más semicasuales, soldándose cada vez más íntimamente con el formativo al que pertenecen. (Hjelmslev, 1978, p. 111)

Referindo-se ao conhecido processo de gramatização, que envolve diferentes preposições em línguas naturais, Hjelmslev, no excerto anterior, destaca importante relação entre os formantes responsáveis por expressar a categoria de caso: o formante desinencial, o formante preposicional e o formante de sequência. A relação entre esses formantes evidencia-se, na perspectiva do autor, no eixo histórico:

> Las importantísimas investigaciones de Jespersen (1891) han mostrado que en este desarrollo hay un verdadero *reemplazo*. Las relaciones expresadas mediante las desinencias casuales son gradualmente transportadas a los otros formantes, el formante de secuencia y los formantes-preposiciones, y este proceso culmina antes de que se pierdan las desinencias casuales; de este modo la lengua asegura en cada instante de su evolución la expresión neta de las relaciones en cuestión. Hay un vínculo intrínseco y necesario entre la pérdida de las desinencias casuales y la aparición de un orden fijo de los elementos. (Hjelmslev, 1978, p. 111)

Dessa maneira, o exame histórico da evolução da categoria de caso, num sistema linguístico determinado, assegura, ao analista, possibilidade efetiva de capturar o valor específico dessa categoria gramatical em suas diversas expressões. Tal como Saussure ([1916]1995), Hjelmslev compreende as línguas naturais como entidades essencialmente autônomas organizadas por dependências internas, ou, de outro modo,

como estruturas sistêmicas (cf. Hjelmslev, 1971, p. 28). Não obstante, pretende que seu estudo sobre a categoria dos casos sirva como modelo de análise estrutural desenvolvido no âmbito da gramática geral:

> Este estudio **[de la categoria de los casos]** servirá para mostrar nuestra forma de entender la gramática general. En nuestra opinión, se impone abandonar la distinción entre morfología y sintaxis, así como la división de la lingüística en una parte comparativa y una parte general. Hay que abarcar, mediante un sintético modo de hacer, el conjunto de los hechos. De esta forma la <gramática general> servirá para elucidar los problemas evolutivos que en el dominio <sintáctico> quedaron inexplicados por el método clásico. En adelante la lingüística indoeuropea se fundará sobre la lingüística general, y la lingüística evolutiva sobre la lingüística sincrónica. (Hjelmslev, 1978, p. 9. Os grifos são nossos.)

Buscando descrever a categoria de caso a partir das chamadas dicotomias saussureanas (sincronia versus diacronia; paradigma versus sintagma), por meio de um método nitidamente dialético, Hjelmslev (1978) apresenta-nos, então, rigoroso levantamento de diferentes abordagens feitas sobre o caso ao longo da história dos estudos da linguagem. Identifica-se com a perspectiva localista de Máximo Planudes, sobre o grego antigo - pautada pelo princípio de "sentido generalizado", na terminologia de Blake (1994, p.36). Para Planudes, são dois os critérios que circunscrevem, pelo viés nocional (cf. Borges Neto, 2004, pp. 44-45), a categoria de caso: o primeiro é a direção (critério local) e diz respeito às ideias de afastamento e aproximação; o segundo é o critério que opõe os três casos dependentes (oblíquos) ao caso independente (reto), conforme esquema a seguir (cf. Hjelmslev, 1978, p. 31):

Quadro 2: teoria casual de Máximo Planudes para o grego antigo

(to) +	0	- (from)
dependência: Acusativo	Dativo	Genitivo
independência	Nominativo	

Máximo Planudes descreve o acusatico, em grego antigo, como o caso da aproximação, associado por Blake (1994, p. 39) à preposição inglesa to (bringing nearer). Por oposição ao acusativo, temos, no modelo de Planudes, o genitivo, associado à preposição from (taking away). Em posição de repouso, entre o termo positivo (acusativo) e o termo negativo (genitivo), aparece o dativo, termo neutro no que diz respeito ao critério da direção. Por outro lado, da perspectiva que organiza a segunda dimensão do sistema, o nominativo, caso reto e independente, é tomado em oposição aos demais casos, todos oblíquos e dependentes: acusativo, dativo e genitivo.

Hjelmslev (1978) rechaça a segunda dimensão do modelo de Máximo Planudes, desconsiderando, assim, a motivação essencialista e ontológica que leva à oposição entre caso reto e casos oblíquos, na tradição descritiva clássica e medieval do grego antigo. No entanto, assume vivamente a perspectiva localista de Planudes, reconhecendo o traço de direção como um traço distintivo para delimitar a forma do caso linguístico.

Empenhado em comprovar sua tese de que há diferentes formantes com a função de expressar a categoria casual, Hjelmslev dedica-se ao estudo das preposições (cf. Hjelmslev, 1978, p. 175) fazendo uso de outro critério localista para a sistematização do formante preposicional. Para o autor, além do critério de direção, dado pelas ideias de afastamento e aproximação, as preposições das línguas naturais organizam-se, em perspectiva sistêmica, pelo critério do grau de intimidade, obtido pelas noções de coerência e incoerência. Coerência indica contato ou penetração, enquanto incoerência indica meramente proximidade. Blake apresenta bom exemplo do inglês para ilustrar o critério do grau de intimidade tal como descrito por Hjelmslev: “She went **into** the building (coherent); she went **to** the building (incoherent); she went **between** the buildings (indifferent to coherence)” (Blake, 1994, p. 39).

Por fim, Hjelmslev apresenta uma sistematização para a categoria de caso em língua esquimó (cf. Hjelmslev, 1978, pp. 321-332). A partir do viés localista, identificam-se oito casos no sistema linguístico em questão: nominativo, ergativo-genitivo, predicativo, instrumental, ablativo, alativo, locativo e perlativo. O esquimó conta com formante desinencial para expressar caso. No quadro a seguir, podem ser observadas as duas dimensões localistas de Hjelmslev organizadas pelos critérios de direção e de grau de intimidade (cf. Blake, 1994, p. 40; Hjelmslev, 1978, p. 331):

Quadro 3: teoria casual de Hjelsmev para o esquimó da Groelândia

[- coerente]	[+ coerente]	
Ergativo-genitivo (-p)	Ablativo (-mit)	[+ from / - to]
Predicativo (-tut)	Alativo (-mut)	[+ to / - from]
Instrumental (-mik)	Perlativo (-kut)	[+ from / + to]
Nominativo (Ø)	Locativo (-me)	[- from / - to]

Nessa estrutura linguística em particular, observado o fato de que cada língua organiza as dimensões e os formantes do sistema casual de maneira específica, Hjelmslev faz uso da dimensão vertical (grau de intimidade) para diferenciar os casos locais dos casos sintáticos, embora assuma que os casos locais sejam ao mesmo tempo sintagmáticos e os casos sintáticos (abstratos, lógicos) admitam oposições típicas dos casos propriamente locais (cf. Hjelmslev, 1978, p. 325). Para o autor, os casos locais, em esquimó, são indiferentes quanto à distinção do grau de intimidade e estão

representados, no quadro anterior, pelo termo positivo do sistema (+ coerente). Os casos lógicos ou sintáticos, por sua vez, são tomados como incoerentes, e representados pelo termo negativo do sistema (- coerente).

Na dimensão horizontal do sistema, os casos locais organizam-se da seguinte maneira: ablativo - associado à noção expressa pela preposição from; alativo - associado à noção expressa pela preposição to; locativo - indiferente às noções expressas pelas preposições from e to; e perlativo - associado às noções expressas pelas preposições from e to ao mesmo tempo, uma vez que esse caso marca uma ideia semelhante à evidenciada pela preposição through, em inglês. Ainda na dimensão horizontal do sistema, Hjelmslev alinha: o nominativo e o locativo, como indiferentes às ideias de afastamento (from) e aproximação (to); o predicativo e o alativo, por assumirem a ideia de aproximação (to); o ergativo-genitivo e o ablativo, por incorporarem a ideia de afastamento (from); e o instrumental e o perlativo, por designarem, ambos, as noções de afastamento (from) e aproximação (to), o que evidencia, para o caso instrumental, que a ação passa através do instrumento ao paciente (objeto), a exemplo do que acontece com a preposição through, em inglês, como se afirmou acima (saindo de - from - e chegando a - to).

Pelos alinhamentos efetivados na dimensão horizontal do sistema, dada pelo critério de direção, o autor garante que mesmo os casos tidos como sintáticos ou lógicos expressem algum tipo de designação de caráter local. Por essa razão, Hjelmslev é tratado, frequentemente, como um localista (cf. Blake, 2004, p. 38). Parece bastante coerente, de qualquer maneira, assumir que um caso sintático como o predicativo expresse uma noção de aproximação, assim como o acusativo, e que o caso genitivo, ou o caso ergativo-genitivo, em esquimó, expresse noção de afastamento, tal como antevia Máximo Planudes para o grego antigo, na Idade Média.

De todo modo, são bastante evidentes os critérios estruturalistas empregados pelo autor para a formalização de sua teoria casual: oposição sistêmica de traços gramaticais distintivos da categoria (afastamentento versus aproximação; coerência versus incoerência); diferenciação das noções de forma e expressão (a forma incorpora a ideia de valor e designa um valor expressado); aceitação de diferentes formantes capazes de expressar, segundo os mesmos valores, a categoria casual - formante desinencial, formante preposicional e formante de sequência.

5.6 Considerações finais

Embora as análises expostas neste capítulo organizem-se por uma apresentação de corte linear (longitudinal), reassuminos, a esta altura, a perspectiva descontínua - não teleológica - que anima nossa proposta historiográfica. Com efeito, nenhuma interpretação de fatos históricos deixa de estruturar-se, de algum modo, por um discurso minimamente narrativo (cf. Ricoeur, 1984-1988 *apud* Burke, 1992, p. 328); todavia, não é a dimensão propriamente narrativa que faz deslanchar a reflexão que aqui se propõe: o exame das continuidades e das descontinuidades do pensamento linguístico, no eixo histórico, reafirma nossas intenções de ascender a um modelo historiográfico complexo, dinâmico, mais afeito às diretrizes da Nova História de Braudel, tal como descrevemos em capítulo anterior.

Nesse sentido, há que se pensar em que medida as estratégias filológicas e nocionais, sistematizadas no tratamento dos dados linguísticos concretos aqui avaliados, reposicionam-se na gramaticografia quéchua estabelecida entre os séculos XVI e XIX: o viés filológico típico dos programas descritivistas, tomado (em continuidade) de Dionísio de Trácia e Antonio de Nebrija, encontra eco na produção gramatical andina?

Por outro lado, a metodologia de caráter nocional - dominante no programa de correspondência -, representada por Tomás de Erfurt e Sánchez de las Brozas, encontra ressonância nos textos gramaticais em questão? A técnica racionalista (herdeira do pensamento ilustrado do Ocidente) que fundamenta a análise lógica de Noboa, no século XIX, contribui, por sua vez, para o desenvolvimento gramatical quéchua no período republicano? Constatamos, a respeito da categoria de caso nominal dos substantivos, que o critério localista, traduzido descontinuamente no eixo temporal, assenta as bases para a descrição da categoria em Erfurt, Planudes e Hjelmslev. O mesmo critério pode ser evidenciado para o tratamento do caso nominal em quéchua, no período indicado? Ou será a perspectiva essencialista e ontológica, na descrição dessa categoria, iniciada por Aristóteles e pelos estoicos (e reposicionada por Apolônio Díscolo e pelo Brocense), que justificará, ainda, a descrição de caso dos nomes na língua andina?

Essas são algumas perguntas, construídas neste capítulo, que preparam as análises que se farão no capítulo posterior.

CAPÍTULO VI

CAPÍTULO VI

A PRODUÇÃO GRAMATICAL QUÉCHUA E O CASO DOS NOMES SUBSTANTIVOS EM PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA

Neste Capítulo, examinam-se, sistematicamente, a produção gramatical quéchua, estabelecida entre os séculos XVI e XIX, e o tratamento descritivo da categoria de *caso nominal*, na língua andina, tendo em vista os materiais específicos de análise apresentados no Capítulo II.

De maneira sintética, reapresentamos, nesta pequena introdução, os dois conjuntos de parâmetros linguísticos de análise que orientam nossas investigações sobre os textos indicados: o primeiro deles diz respeito à conformação do projeto gramatical dos autores - à *visão*, à *focalização* e à *técnica* que fundamentam os trabalhos linguísticos em questão; o segundo refere-se ao tratamento metalinguístico da categoria de *caso nominal* notadamente nas seções gramaticais dedicadas à análise dos *nomes substantivos* como uma das partes da oração.

No que concerne ao projeto gramatical dos autores, examinaremos: a concepção de língua e o objetivo geral que alimentam os trabalhos empreendidos (*visão*); os recortes temáticos e documentais tratados como prioridade em cada texto gramatical (*focalização*); e a metodologia específica que se desenha em cada contexto (*técnica*). Desse modo, poderemos associar as gramáticas analisadas a um dos dois programas de investigação propostos por Swiggers (2004): ao programa de investigação *descritivista* (pautado por um viés fundamentalmente filológico, até o século XIX); ou ao programa de *correspondência* (organizado por uma perspectiva eminentemente nocional, nesse mesmo período). No que se refere à sistematização da categoria de *caso* nos *nomes substantivos*, adotaremos dois parâmetros extraídos do conceito de *calibragem*

terminológica, tal como formulado por Swiggers (2010): o parâmetro denominado *conteúdo focal* e o parâmetro de *incidência*. No primeiro, buscaremos o significado específico assumido pelo metatermo examinado (bem como pela rede relacional de metatermos que o enquadra) em seus contextos particulares. Nesse sentido, serão considerados os metatermos *caso, nominativo, acusativo, dativo, genitivo, ablativo, vocativo e efetivo*. Em relação ao parâmetro de *incidência*, levaremos em conta a atualização da rede terminológica sob exame no projeto gramatical que a sistematiza em cada caso. Feito isso, estaremos em condições de mapear eventuais mudanças que alcançam as definições, os exemplos e os procedimentos metodológicos que estruturam o tratamento metalinguístico da categoria de *caso nominal* em quéchua, no eixo histórico.

6.1. Quatro séculos de gramaticografia quéchua - informações iniciais

Antes de fixarmo-nos, propriamente, na análise das gramáticas selecionadas para este Trabalho, oferecemos, nesta pequena seção, uma breve síntese da abordagem descritiva, de matiz estruturalista, que o quechuísta Cerrón-Palomino (2003) propõe para o nome quéchua, como forma de aproximação primeira a algumas das temáticas a serem desenvolvidas neste Capítulo. Segundo o autor, o vocábulo quéchua está formado por raízes e sufixos, com os quais se delimitam o sentido básico da palavra (raízes) e a rede de funções que essa palavra desempenha relativamente à oração, frase ou discurso em que ocorre (sufixos) (cf. Cerrón-Palomino, 2003, p. 263). Levando em conta a distribuição dos sufixos na estrutura do vocábulo, bem como o tipo de relações que eles estabelecem, os sufixos quéchuas podem ser classificados em três grandes grupos: os derivativos, os flexionais e os independentes. O quadro a seguir ilustra a estrutura

morfológica de um vocábulo quéchua, a partir das informações de Cerrón-Palomino (2003):

Quadro 1: estrutura do vocábulo quéchua
(cf. Cerrón-Palomino, 2003, p. 267)

Raiz	Sufixos derivativos	Sufixos flexionais	Sufixos independentes

Os sufixos derivativos ocorrem imediatamente após a raiz e apresentam a especificidade de modificar a significação nuclear do vocábulo, formando um novo lexema. Segundo informações do autor, os sufixos flexionais também podem aparecer depois da raiz, apenas quando o vocábulo não apresentar sufixos derivativos. E os sufixos independentes, por sua vez, estão dispostos sempre ao final da palavra, designando uma função referencial própria do âmbito discursivo. São exemplos de sufixos independentes, na língua quéchua, os validadores *-mi* e *-si*, que indicam, respectivamente, que o sentido daquilo que é expresso pelo falante é formulado com base em seu conhecimento e vivência direta (*-mi*), ou, por outro lado, com base em sua experiência indireta, por meio da comunicação com outras pessoas (*-si*).

Quanto aos sufixos ditos flexionais, na terminologia de Cerrón-Palomino (2003), temos a seguinte classificação:

Quadro 2: distribuição dos sufixos flexionais no vocábulo nominal quéchua
(cf. Cerrón-Palomino 2003, p. 271)

Sufixos de pessoa	Sufixos de número	Sufixos de caso

Com efeito, o sufixo de *caso* é descrito, no modelo estruturalista de Cerrón-Palomino (2003), a partir do conceito de valor - em Saussure ([1916]1995) -, dado pela relação diferencial e negativa que tal sufixo apresenta mediante os demais tipos de

sufixos quéchuas (o sufixo de *caso* é aquilo que os demais sufixos não são). Nessa perspectiva, o autor reconhece os seguintes sufixos de *caso*, para a língua andina:

Quadro 3: sufixos de caso em quéchua (cf. Cerrón-Palomino, 2003, pp. 270-271)

CASOS	MARCADORES
Nominativo	-Ø
Genitivo	-pa
Acusativo	-ta
Ilativo	-man
Ablativo	-piqta (QI), -manta (QII)
Locativo	-ĉaw (QI), -pi (QII)
Instrumental-Comitativo	-wan
Benefactivo	-paq
Limitativo	-kama
Causal	-rayku
Interactivo	-pura
Comparativo	-naw (QI), -hina (QII)

As designações QI e QII dizem respeito a dois grupos dialetais distintos, na língua quéchua, assumidos por Cerrón-Palomino (2003) em concordância com os estudos de reconstrução linguística, de Alfredo Torero (2005), para o proto-quéchua (cf. Cerrón-Palomino, 2003, p. 98): o grupo QI (central) compreende os departamentos peruanos de Ancash, Huánuco, Cerro de Pasco, Junín e parte de Lima; o grupo QII (ao norte e ao sul da zona central) atinge territórios do Equador, da Colômbia e de Santiago de Estero, na Argentina.

Com esses dados preliminares, passemos ao exame das gramáticas quéchuas segundo os parâmetros listados anteriormente.

6.1.1 Santo Tomás (1560)

A primeira gramática quéchua, como já mencionamos, foi publicada em Valladolid, no ano de 1560, pelo dominicano Domingo de Santo Tomás, amigo e colaborador direto de Bartolomé de Las Casas. Ao iniciar sua Arte, Santo Tomás

([1560]1995) explicita, de saída, a *técnica* que fundamenta suas metodologias descritivas - a *técnica* reconhecida, desde a Antiguidade Clássica, como o exame das *partes da oração (ou do discurso)*:

> [...] es de notar que en esta lengua, como en la latina y en las demás, ay todas las ocho partes de la oración o habla: porque en ella ay nombres que significan las cosas y pronombres que se ponen en lugar de los nombres; ay preposiciones, que determinan los nombres y pronom / [fol. 2v.] bres a ciertos y determinados casos de la declinación; ay también interjectiones, que declaran los affectos humanos interiores del ánima; ay verbos, que explican y significan sus actiones y passiones, y participios que en la significación, cuyos son participios, se ponen en su lugar. Ay assí mismo adverbios que modifican y limitan las significaciones de los nombres y verbos. También ay conjunctiones, que ayuntan las partes dichas de la oración y habla entre sí. Por manera que en esta lengua ay todas las ocho partes de la oración, y en ella se usa de todas ellas, como claramente parecerá en el presente tratado y discurso de él. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 19)

Com efeito, associando-se ao método que funda a gramática ocidental, empregado por Dionísio de Trácia ([séc. I a.C.]2002) e realimentado por vernaculistas de seu tempo - como Antonio de Nebrija ([1492]1992; [1488]1996) -, o dominicano elenca as oito partes da oração em quéchua: nomes, pronomes, preposições, interjeições, verbos, particípios, advérbios e conjunções. Por meio de um critério eminentemente semântico e funcional, as partes da oração, nesse contexto, são apresentadas e definidas a partir de seus significados e das relações que estabelecem, umas com as outras, no seio da oração. A adoção da *técnica* filológica de Nebrija ([1492]1992; [1488]1996) resta, enfim, explicitada, pelas próprias palavras do autor:

> [...] porque, como está dicho, esta arte principalmente se haze y ordena para personas ecclesiásticas y latinas, que se presupone que ya de la grammática del Antonio de Nebrixa y de la lengua latina saben la diffinición y declaración de cada una de las dichas ocho partes [...] (Santo Tomás, [1560]1995, p. 19)

Determinando, de forma clara, o público a que se destina seu tratado gramatical - "las personas ecclesiásticas y latinas" - Santo Tomás ([1560]1995) utiliza, no excerto a seguir, outro importante argumento dos filólogos humanistas do Renascimento - o argumento da *auctoritas* - segundo o qual uma determinada língua estaria sempre conformada pela aceitação, pela aprovação e pelo uso de seus primeiros falantes, os mais sábios conhecedores desse código linguístico específico:

> [...] como lo principal de las lenguas consista en la imposición de los términos de los que primero los impusieron a significar, y de la acceptación, aprovación y uso de los que después dellos vinieron y cobraron reputación de sabios en ello [...] (Santo Tomás, [1560]1995, p. 13)

De fato, em texto de 179 páginas, a gramática dominicana, em perspectiva (*visão*) filológica, estabelece diretrizes normativo-descritivas sobre a língua andina com vistas à facilitação do trabalho catequético e ao uso concreto, desse código linguístico, pelos eclesiásticos espanhóis. Segundo Cerrón-Palomino (2003), Santo Tomás ([1560]1995) descreve uma situação linguística tipicamente pluridialetal, correspondente ao quéchua denominado *chinchaisuyo* (próprio da região incaica conhecida como Tahuantinsuyana), bem como à variante dita, à época, general, não necessariamente identificável com a variante cuzquenha (cf. Cerrón-Palomino, 2003, pp. 84-85).

Quanto à seleção e disposição (*focalização*) dos temas gramaticais em questão, temos o seguinte (na ordem apresentada pelo dominicano): ortografia (4 páginas); exame das oito partes da oração (106 páginas); sintaxe, ordenação ou prática (3 páginas); exame de partículas não significativas (5 páginas); exame de termos particulares dos índios (7 páginas); figuras e modos particulares de falar (10 páginas); prosódia ou acento (12 páginas). Nesse contexto, 118 páginas são destinadas ao exame das partes da oração e apenas 13 páginas estão dedicadas ao estudo da sintaxe, com

franco privilégio (*focalização*) das primeiras em relação às segundas. Por outro lado, conquanto a seção reservada ao exame da prosódia esteja deslocada para o final da gramática dominicana, a ordem aí observada aproxima-se, evidentemente, da ordem natural empregada por Nebrija ([1492]1992) em sua *Gramática castellana* - (ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe).

Sem usar o termo etimologia (ou analogia), para designar o estudo das partes da oração, o gramático apresenta-nos, da seguinte maneira, o nome quéchua:

> ACERCA de la primera parte de la oración (que es nombre) es de notar que en esta lengua general de los indios, como en las demás lenguas, el nombre tiene su diversa manera de significar, de tal manera que unos son substantivos y otros adjectivos, v. g.*: álli*, que quiere dezir 'cosa buena', es adjectivo; y *cári*, que quiere dezir 'varón', es substantivo. Assí mismo tiene sus propriedades que le convienen. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 21)

Na sequência, o dominicano elenca as seis propriedades do nome na língua andina, de maneira idêntica ao que faz Nebrija ([1492]1992, p. 207), para o espanhol: qualidade (comum e próprio); espécie (primitivo e derivado); gênero (propriedade inexistente em quéchua); número (singular e plural); figura (simples e composto); caso (propriedade inexistente em quéchua) (cf. Santo Tomás, [1560]1995, pp. 21-25). Observe-se, a esse respeito, que o arcabouço metodológico grego-latino permanece como técnica descritiva, nas estratégias dominicanas, mesmo quando uma propriedade dos nomes está ausente na língua-objeto. Dessa forma, as propriedades de gênero e de caso, embora ausentes para o nome quéchua, mantêm-se enumeradas como critério de análise gramatical, nesse modelo.

Ao retratar o caráter indeclinável do nome quéchua, Santo Tomás inicia uma polêmica descritiva que atravessa todo o período colonial e alcança a fase republicana:

> Cerca de la sexta y última propriedad, que es declinación, es de notar que no ay en esta lengua declinación ninguna sino que todos los nombres son

> indeclinables en sí, como en nuestra lengua española, en la qual ningún nombre se declina: y de una misma manera haze en todos los casos, como en este nombre 'hombre', dezimos en el nominativo *hombre*, y en el genitivo dezimos *del hombre,* y en el dativo dezimos *para el hombre*. De manera que todos los casos son invariables & indeclinables, y se profieren de una misma manera; pero conoscemos ser la significación del nominativo, o genitivo, o dativo, no en la variación dél, que ninguna ay como está claro, sino en los artículos que se les añaden a los casos. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 24)

Com efeito, para o autor, o nome quéchua é indeclinável, isto é, não apresenta variação final da palavra como resultado da flexão nominal. Não obstante, tais nomes, como na língua espanhola, podem ser associados a *artículos* responsáveis, efetivamente, por dar a conhecer a significação casual:

> Assí, acá en esta lengua general de los indios todos los nombres en sí son invariables, y no ay en ellos variación alguna, sino que por ciertas partículas o artículos que se añaden a los casos se conoscen si es nominativo o genitivo. Y aunque esto sea assí verdad, que el nombre en sí sea indeclinable, pero porque los artículos que se le añaden paresce que se hazen un mismo término con él, y éstos entre sí son diversos como abaxo se verá, me paresce se puede y debe dezir que todos los nombres y demás partes de la oración declinables tengan una declinación, no por parte dellos, sino por razón de la diversidad de los artículos. (Santo Tomás, [1560]1995, pp. 24-25)

Por permuta com o metatermo *artículo*, o metatermo *partícula*, nesse contexto, segue identificando o componente formal responsável por estabelecer o caso dos nomes substantivos, tidos como invariáveis. Dessa maneira, dado que os *artículos* ou *partículas casuais*, em quéchua, se "añaden" aos nomes e como que fazem, com eles, "un mismo término", Santo Tomás pode apresentar-nos um paradigma da categoria casual para o substantivo singular (cf. Santo Tomás, [1560]1995, p. 27):

Nominativo → yayánc → el señor
Genitivo → yayáncpa → del señor
Dativo → yayáncpac → para el señor
Accusativo → yayáncta / yayáncman → al señor
Vocativo → xé, o xay yayánc → ¡o, señor!
Ablativo → yayáncpi / yayáncmanta → en el señor / del señor
Effectivo → yayáncguan / con el señor

Não há definições textuais, na gramática dominicana, para os metatermos da rede terminológica da categoria de caso nominal. Nominativo, genitivo, dativo e demais casos identificados são descritos, apenas, como no paradigma anterior, por meio das *partículas* que os caracterizam, segundo critérios semânticos e funcionais, como mencionamos há pouco: *-Ø*, para o nominativo; *-pa*, para o genitivo; *-pac*, para o dativo; *-ta* e *-man*, para o acusativo (a primeira empregada com verbos que indiquem quietude e a segunda como verbos que indiquem movimento); *xé* e *xay*, para o vocativo; *-pi* e *-manta*, para dois tipos distintos de ablativo; e, finalmente, *-guan*, para o efetivo. Ao adotar o efetivo como o sétimo caso, em quéchua, o dominicano segue a proposta de Nebrija, que identifica exatamente os mesmos sete casos para a declinação nominal em latim (cf. Nebrija, [1488]1996, p. 105), tal como demonstramos no Capítulo anterior. Gramáticos posteriores a Santo Tomás ([1560]1995) refutam, todavia, a existência do efetivo em quéchua, considerando-o um tipo específico de ablativo. Destaque-se, ainda, sob o parâmetro do *conteúdo focal*, a menção de duas formas distintas para o acusativo, no excerto supracitado, uma utilizada com verbos de quietude e outra com verbos de movimento. Essa estratégia descritiva dominicana será, por outro lado, mantida, em grande parte, pela geração ulterior de gramáticos quéchuas, como veremos na sequência.

Santo Tomás apresenta-nos, por fim, na seção destinada ao exame dos nomes, o paradigma da categoria de caso para o substantivo plural:

Nominativo → yayanccóna → los señores
Genitivo → yayanccónap → de los señores
Dativo → yayanccónapac → para los señores
Accusativo → yayáncconácta / yayánccónaman → a los señores
Vocativo → xé, o xáy yayánccóna → ¡o, señores!
Ablativo → yayánccónapi / yayánccónamanta → en los señores / de los señores
Effectivo → yayánccónagúan → con los señores
(cf. Santo Tomás, [1560]1995, p. 28)

Com efeito, a partícula *cóna*, marca de plural em quéchua, antecipa-se aos *artículos de caso*, que encerram, nesses exemplos, o nome substantivo - *yayanc*. A única particularidade, sobre esse paradigma, encontra-se na forma do genitivo, que passa de *-pa*, no singular, para *-p*, no plural. Segundo o dominicano, o fenômeno, caracterizado como uma "exceção" (cf. Santo Tomás, [1560]1995, p. 25), explica-se porque, no genitivo plural, nomes terminados em vogal, como *yayanccóna* (senhores), perdem a vogal final da *partícula de caso*, *-pa*, expressa, nesses contextos, por *-p*.

Na seção dedicada ao estudo das preposições, Santo Tomás ([1560]1995) revela-nos, enfim, a classe gramatical que efetivamente sistematiza a categoria de caso dos nomes em quéchua:

> [...] acerca de la preposición, que se antepone en la lengua latina a los casos, rigiendo y determinando los nombres y las demás partes declinables a casos determinados, y al verbo y a las demás partes de la oración, componiéndose con ellas, como consta de la lengua latina, es de notar que en esta lengua estas preposiciones se hallan solamente en la primera manera conviene a saber: rigiendo y determinando casos en lo nombres, pronombres y participios, pero nunca se hallan juntas con verbos ni con las otras partes de la oración por composición. Las quales son todas las partículas dichas en la declinación del nombre; porque todas ellas de tal manera son artículos de aquellos casos, que son juntamente preposiciones dellos, conviene a saber: el *pa* es preposición de genitivo; *pac* del dativo; y assí de todas las demás arriba dichas en la declinación del nombre [...] (Santo Tomás, [1560]1995, p. 106)

De fato, as preposições quéchuas, em composição com os nomes substantivos, regem e determinam os casos nominais no modelo dominicano. Como o caso é uma marca definidora (acidente) dos nomes, por oposição à marca temporal, definidora dos verbos (no método das oito partes do discurso, desde a Antiguidade), Santo Tomás ([1560]1995) postula, no excerto em questão, que as preposições estejam associadas apenas aos nomes, na língua andina, e nunca aos verbos, de forma a salvaguardar os princípios básicos dos referenciais metodológicos greco-latinos que sustentam suas análises. Todavia, o texto gramatical do dominicano explicita, já na página seguinte,

uma importante incongruência. A preposição *cama* (até), que se compõe com o nominativo para expressar caso - como em *caycama* (até aqui) e *camcama* (até ti) - compõe-se, igualmente, em alguns contextos, com verbos - como em *micungaycama* (até que eu coma) - pondo em xeque a lógica interna da sistematização apresentada:

> Item esta dictión *cama*, que significa lo que en latín *usque* y en romance *hasta*, en la significación es preposición, aunque en el regir del caso se junta con el nominativo,v.g.: dezimos *caycama* 'hasta aquí', *camcama* 'hasta ti', &c. Y algunas vezes de junta con verbo, como diziendo 'hasta que yo coma' dezimos *micungaycama*, 'hasta que tú comas' *micungayquicama*. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 107)

Bem se vê, no fragmento anterior, a dificuldade de se adaptar um modelo descritivo pensado sobre línguas flexionais, como o latim e o grego, a línguas de natureza aglutinante, como o quéchua, em que as chamadas *partículas*, na terminologia habitual dos gramáticos coloniais, apresentam-se massivamente, em contextos variados.

De toda forma, como as preposições sempre se pospõem aos nomes, e nunca se antepõem a eles, são designadas, pelo dominicano, como *posposições*:

> Y aunque lo son en la significación / [fol. 51] y officio, pero en el sitio son postposiciones que siempre se postponen a los tales casos, como arriba se dixo: assí, no dezimos *pac ñoca* sino *ñocapac*, que significa 'para mi'. Y assí en todos los demás. (Santo Tomás, [1560]1995, p. 106)

Apresentamos, a seguir, as ocorrências dos metatermos designativos da categoria de caso nominal, em Santo Tomás ([1560]1995), tendo em vista cada um dos capítulos que compõem sua gramática. O objetivo, aqui, é examinar, sob o critério da *incidência*, a contextualização da metalinguagem relativa à categoria de caso dos nomes no projeto gramatical dominicano:

Quadro 4: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Santo Tomás [1560]1995

Capítulos	Caso	Nom	Geni	Dati	Acu	Voc	Abla	Effe
Prólogos	1	-	-	-	-	-	-	-
Ortografia	1	-	-	-	-	-	-	-
Nomes	8	9	13	9	11	5	4	4
Pronomes	1	8	17	13	4	2	2	2
Verbos	2	4	1	-	4	-	3	-
Particípios	1	-	3	-	-	-	4	-
Infinitivo	-	-	-	1	1	-	1	1
Gerúndios	-	-	1	-	5	-	5	-
Preposições	6	1	1	1	-	-	-	-
Advérbios	1	-	-	-	3	1	3	-
Comparativos e superlativos	-	2	-	-	2	-	4	-
Sintaxe ou ordenação	3	3	1	2	3	1	4	1
Figuras e modos particulares de falar	4	-	-	-	4	-	-	2
Prosódia ou acento	9	3	-	1	3	-	2	1
Ocorrências totais	37	30	37	27	40	9	32	11

De um total de 223 ocorrências, para a rede terminológica que sistematiza a categoria de caso dos nomes, em quéchua, 174 delas estão empregadas em seções destinadas ao exame das partes da oração e 28 em seções dedicadas ao estudo da sintaxe. Do ponto de vista do *conteúdo focal*, certamente, embora o gramático prescinda de definições detalhadas para os metatermos designativos dessa rede categorial, podemos afirmar que a metalinguagem que sistematiza a categoria de caso nos nomes substantivos expressa (por meio de um *artículo*, de uma *partícula* ou de uma *preposição*) a *função* que esses nomes substantivos assumem na oração. Assim, o caso é uma propriedade nominal, no modelo de Santo Tomás ([1560]1995) (apesar das incoerências suscitadas em relação à preposição *cama*), embora os nomes, na sistematização dominicana, sejam, efetivamente, *invariáveis* quanto à declinação casual. Do ponto de vista do parâmetro da *incidência*, deve-se observar que a metalinguagem em questão atualiza-se por um processo metodológico pautado pelo exame das partes da oração, num viés claramente filológico, com nítido predomínio das abordagens morfossintáticas sobre as sintáticas.

De toda maneira, cabe perguntar, ao final desta seção, o que teria motivado o gramático dominicano a postular a invariabilidade do nome quéchua em relação à declinação de caso nominal, assegurando, à classe das preposições, a responsabilidade por determinar o caso dos nomes. A hipótese que levantamos, a esse respeito, relaciona-se a um traço específico da língua-objeto, associado à metodologia descritiva a ele empregada. De fato, como demonstram os dados de Cerrón-Palomino (2003), dispostos na introdução deste Capítulo, o vocábulo quéchua organiza-se a partir dos seguintes morfemas, nesta ordem: raiz - sufixos derivativos - sufixos flexionais - sufixos independentes (cf. Cerrón-Palomino, 2003, p. 267). Dentre os morfemas flexionais, encontram-se, nesta ordem: os sufixos de pessoa - os sufixos de número - e os sufixos de caso (cf. Cerrón-Palomino, 2003, p. 271). Segundo Cerrón-Palomino (1995, pp. XXIV-XXV), apoiado nas observações de Inca Garcilaso de la Vega (1539-1616) - ilustre intelectual peruano e falante nativo do quéchua colonial - a língua andina não apresenta flexão sistemática de número nesse período, conquanto que a ideia de pluralidade seja garantida, nesse contexto, por outros recursos linguísticos, notadamente de ordem lexical (cf. Garcilaso de la Vega, [1609]1985, Libro IV, Cap. XI, p. 146). Para o quechuísta peruano, a marca *cóna* foi se especializando, gradualmente, como marca flexional de número, em quéchua, a partir da gramatização empreendida por missionários espanhóis. Se assim for, resta evidente, pelo menos nesse contexto, a conformação dos dados da língua-objeto aos rígidos moldes técnicos humanistas tomados à luz das estruturas de línguas europeias.

Com efeito, por essa interpretação, Santo Tomás ([1560]1995) engendra, para o quéchua, uma marca flexional sistemática de número tal como se reconhece para o espanhol. Ora, essa marca - *cóna* - não encerra o vocábulo andino, assim como os morfemas de número encerram o vocábulo castelhano: ao contrário, a partícula de

número (*cóna*) antepõe-se às partículas casuais na língua-objeto. Daí, provavelmente, a opção dominicana por considerar como preposição (como outra classe gramatical) as formas linguísticas que ultrapassam os limites distributivos dos sufixos de número no interior do vocábulo quéchua. Quanto aos chamados sufixos independentes, Cerrón-Palomino (1995, pp. XLIII-XLIV) afirma que, via de regra, foram examinados como *partículas de ornato*, pelos gramáticos coloniais, que, com boa frequência, deram a eles uma importância e uma presença menor do que a que eles efetivamente guardavam na língua andina.

Não há, entretanto, na gramática dominicana, quaisquer referências textuais objetivas que atestem a hipótese descrita acima. De todo modo, parece-nos coerente imaginar que, à luz das estruturas linguísticas do espanhol, Santo Tomás ([1560]1995) tenha compreendido como preposições as *partículas* casuais - que se pospunham à marca de número (cóna) - ao cabo do nome quéchua. Tanto mais porque essa marca de número, pelos dados de Garcilaso de la Vega ([1609]1985), não constava da estrutura morfológica usual do nome andino.

6.1.2 Anônimo (1586)

A segunda gramática quéchua, publicada na segunda metade do século XVI, seguindo a lógica pragmática e fundamentalmente normativa do Terceiro Concílio Limenho, organiza-se em apenas 80 páginas, quase 100 páginas a menos que sua antecessora. A ordem de apresentação dos temas gramaticais é, nesse novo contexto, fiel à ordem natural adotada por Nebrija ([1492]1992), em sua *Gramática castellana*: ortografia (desenvolvida em 1 página); acento (1 página); exame das partes da oração (76 páginas); sintaxe (2 páginas). Desde logo, ficam patentes a *focalização* e a *visão* do

projeto gramatical do Anônimo (1586): estabelecer uma gramática essencialmente normativa, numa visão de língua orientada por nítido viés filológico, com vistas ao trabalho catequético, e predomínio dos estudos das partes da oração sobre os estudos de natureza sintática, que, como se sabe, são tomados, de maneira mais autônoma (um tanto mais desvinculados das perspectivas morfossintáticas clássicas), apenas com o decorrer do século XIX.

A novidade, nesse contexto, em relação ao texto gramatical precedente, fica por conta da variante linguística adotada pelo Anônimo (1586) - a variante de Cuzco - que inaugura, no período colonial, por palavras de Cerrón-Palomino (2003, p. 87), "la campaña procuzqueñista que desde entonces persiste hasta la fecha!".

De qualquer forma, o exame das partes da oração configura, nesse caso, como no caso anterior, a essência e a *técnica* fundamental das atividades descritivas do Anônimo (1586): "Esta lengua tiene las ocho partes de la oracion que la Latina, es a saber. Nombre. Pronombre. Verbo. Participio. Prepositio. Aduerbio. Interiectio. Coniunctio" (Anônimo, 1586, p. 1v). Enumerando as mesmas oito partes do discurso, igualmente destacadas pelo dominicano, o Anônimo (1586) deixa de elencar, entretanto, as propriedades (ou acidentes) dos nomes, limitando-se a enunciar que a língua andina carece de gênero, mas apresenta uma única declinação de caso nominal:

> La declinacion es vna sola para todos los nõbres pronombres participios, y finalmente para todas las dictiones que se pueden declinar como nombres […] todas ellas se reduzen a vna, no se haze por variacion de casos como en la Latina, sino por addicion de ciertas particulas sobre el Nominatiuo, las quales siempre se posponen al nombre en la variacion, y oracion. (Anônimo, 1586, p. 2r)

No fragmento em questão, podemos observar, inicialmente, certa ambiguidade na descrição do Anônimo (1586) que não parece deixar muito clara sua interpretação sobre a declinação casual dos nomes em quéchua: de um lado, afirma-se que há uma

(única) declinação na língua andina, para nomes, pronomes e partícipios; de outro, ratifica-se que tal declinação não se dá como "en la Latina", por variação, mas por adição de certas partículas sobre o nominativo. Os critérios do gramático tornam-se mais visíveis, entretanto, nas considerações tecidas à classe das preposições, em que são arroladas diversas partículas casuais, como as de genitivo, *-pa* e *-p*, a de acusativo, *-man*, e as de ablativo, *-pi* e *-manta*, por exemplo (cf. Anônimo, 1586, pp. 35r-35v).

De fato, se as preposições, no modelo do Anônimo (1586), permanecem responsáveis por formalizar a categoria casual dos nomes, devemos entender declinação, nesse contexto, como declinação preposicional, sem efetiva flexão ("variação") dos nomes; nesse sentido, o nome substantivo quéchua apresenta declinação, diferentemente do que determina Santo Tomás (1560), mas uma declinação distinta da latina, dada por meio de preposições (partículas): para Santo Tomás, o conceito de declinação casual confunde-se com *variação final* das dicções (palabras) e, nesse sentido, o nome quéchua não declina; para o Anônimo (1586), o conceito de declinação não se confunde com *variação final* da palavra - portanto, a língua-objeto pode declinar a partir das preposições.

É significativo destacar, a esse respeito, a evidente *calibragem terminológica* que sofre o termo *declinação* no modelo gramatical do Anônimo (1586). Com efeito, em toda a tradição gramatical clássica, o conceito de *declinação nominal* sempre esteve associado à ideia de *flexão*, por oposição ao conceito de *derivação*, tal como se discutiu no Capítulo anterior. A flexão, dentre elas a *flexão casual*, era compreendida como a *variação interna* ao paradigma formado pela palavra; a derivação, por sua vez, era concebida como um processo de formação de novas palavras (derivadas) a partir de dicções primitivas (cf. Auroux, 1992, p. 102). De fato: se, para o Anônimo (1586), conforme demonstramos, o nome quéchua declina ("la declinacion es vna sola para

todos los nõbres"), mas declina independentemente do fenômeno da flexão, temos, aqui, algo novo, em relação à terminologia em questão. Mesmo Nebrija ([1488]1996), como salientamos anteriormente, ditingue o *caso dos nomes*, dado por *declinação*, e o *caso das preposições*, formalizado sem efetiva *declinação* (flexão nominal) (cf. Nebrija, [1488]1996, pp. 118-119).

De toda maneira, o paradigma de declinação casual para o nome substantivo, mediante o emprego das posposições, é assim representado pelo Anônimo (1586):

Nominativo → runa → el hombre
Genititivo → runap → del hombre
Dativo → runapac → para el hombre
Acusativo → runacta / runaman → al hombre
Vocativo → runa → o hombre
Ablativo → runapi / runamanta / runahuan → en el hombre / del hombre / con el hombre (effectivo)
(cf. Anônimo, 1586, p. 3r)

À exceção do caso efetivo, incorporado ao caso ablativo, e da alteração do registro escrito da partícula *-huan* (grafada como *-guan*, pelo dominicano), observamos razoável continuidade entre o paradigma casual de Santo Tomás (1560) e do Anônimo (1586). Os exemplos do plural seguem modelo semelhante:

Nominativo → runacuna → los hombres
Genititivo → runacunap → de los hombres
Dativo → runacunapac → para los hombres
Acusativo → runacunacta / runacunaman → a los hombres
Vocativo → runacuna → o hombres
Ablativo → runacunapi / runacunamanta / runacunahuan → en los hombres / de los hombres / con los hombres (effectivo)
(cf. Anônimo, 1586, p. 3r)

O quadro a seguir expõe as ocorrências dos metatermos relativos à categoria de caso nominal nos diferentes capítulos da segunda gramática quéchua. Do total de 141

ocorrências dos metatermos designativos da rede terminológica em questão, 129 são alocados nas seções dedicadas ao exame das partes da oração e apenas 12 na seção que analisa a sintaxe. Desse modo, do ponto de vista do critério da *incidência*, verificam-se, igualmente, nesse novo modelo, continuidades relativas para a metalinguagem examinada: ambos os autores, Santo Tomás (1560) e o Anônimo (1586), descrevem o caso dos nomes, na língua andina, por meio de uma metodologia marcadamente filológica, com foco para o tratamento das partes da oração. No que diz respeito, todavia, ao critério do *conteúdo focal*, é preciso destacar que o metatermo *declinação*, nos dois contextos, é empregado de maneira diversa, fato que provoca, certamente, ajustes metalinguísticos consideráveis na sistematização proposta em cada gramática: o caso nominal substantivo, para o dominicano, é o caso dado sem declinação; para o Anônimo (1586), todavia, os substantivos declinam, na língua-objeto, ainda que por meio de preposições (declinação não flexional).

Quadro 5: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso no Anônimo (1586)

Seções	Caso	Nom	Geni	Dati	Acu	Voc	Abla	Effe
Nomes	3	13	9	9	9	11	9	1
Pronomes		1	3	2	4	-	2	-
Verbos		2	1	-	12	-	11	-
Particípios		-	-	-	1	-	-	-
Advérbios		-	-	-	1	1	-	-
Relativos		2	2	2	2	-	2	-
Comparativos		-	-	-	-	-	2	-
Superlativos		-	-	-	-	-	1	-
Nombres cardinales		-	-	-	-	-	2	-
Preposições	1	-	3	-	-	-	-	-
Partículas diversas		-	-	1	4	-	-	-
Construção (sintaxe)	1	3	2	1	4	-	1	-
Ocorrências totais	5	21	20	15	37	12	30	1

6.1.3 González Holguín (1607)

González Holguín é frequentemente apontado, por historiógrafos e quechuístas (cf. Calvo Pérez, 1994, p. 77), como um autor diferenciado. Sua obra monumental sobre a língua geral andina foi amadurecida, como afirmamos no Capítulo II, por mais de 25 anos de trabalho empírico e representa, inequivocamente, muito mais do que um esforço normativo devotado a atividades pedagógicas e clericais. Assim é que o jesuíta organiza seu texto gramatical em quatro livros: nos dois primeiros, desenvolve sua *Arte*, objetivando a descrição de todo o necessário à compreensão do idioma e aos ofícios didáticos e evangelizadores de seus pares; nos dois últimos, amplia suas estratégias analíticas e seus recortes temáticos, de forma a contribuir para o aprofundamento descritivo da língua-objeto.

De fato, pelas palavras do próprio autor:

> Auiendo pues yo juntado con alguna curiosidad por mas de veynte y cinco años, todas las cosas curiosas substanciales y elegantes que he hallado en esta Lengua, viendolas primero puestas todas en vso, y repreguntando de nueuo a muchos Indios grandes lenguas, y enterado enla pratica y uso de todo, porque salieron las cosas muchas, y tantas, que excedian el justo tamaño de Arte: mas por ser todas cosas importantes para la perfecta inteligencia dela Lengua no se podian dexar, tome este acuerdo, que las reparti en quatro libros, haziendo la Arte delos dos primeros, y reduziendo a ellos todo lo necessario para saber bien la Lengua y todo lo que pertenece a grammatica. Y a los dos postreros, tercero y quarto, lo que es mas para erudicion y perfeccion enla Lengua [...] (González Holguín, 1607, p. 4r - El avtor al pio lector)

A divisão proposta, em quatro livros, acomoda-se da seguinte maneira: “Libro primero - que trata del nombre y su declinacion, y delas de mas partes declinables” (48 páginas); “Libro segundo - que trata dela conjugacion de todos los verbos, y del sintaxi, o construccion” (152 páginas); “Libro tercero - que trata de la copia y abundancia necessaria para la elegancia y perfeccion desta lengua” (36 páginas); “Libro quarto -

que trata dela elegancia y propriedad della lengua qquichua" (51 páginas). Nas 302 páginas da gramática jesuítica, podemos observar, de saída, uma configuração diferente para a descrição linguística de González Holguín (1607), no que diz respeito à *focalização* de suas temáticas.

Com efeito, ao contrário das duas propostas anteriores, o jesuíta investe, consideravelmente, em seus estudos sobre a sintaxe da língua andina, deslocando a classe gramatical dos verbos para as seções dedicadas ao exame das construções. Nesse novo contexto, os verbos assumem papel central na análise das orações, um pouco à semelhança do que fizera Apolônio Díscolo ([séc. II d. C.]1987), em seu tratado sobre *Sintaxe*, cujos desdobramentos ampliaram, em muito, as considerações de Dionísio de Trácia ([séc. I a.C.]1989) sobre as partes do discurso. Assim como se verifica em Díscolo ([séc. II d. C.]1987), a *focalização* sintática do modelo gramatical do jesuíta propicia uma abordagem renovada e, sem dúvida, original, da categoria de caso dos nomes em quéchua, como demonstraremos na sequência.

Quanto à *visão* é à *técnica* empreendida por González Holguín (1607), mantêm-se, de um modo geral, as perspectivas filológicas sobre a língua-objeto (já fixadas pelos gramáticos anteriores), num cenário marcadamente descritivo pautado pelo exame das partes da oração: "La materia de que trata toda esta Arte, es, todas las partes de que se compone vna oraciõ o razonamiento, que son ocho. Nombre, Pronombre, Participio, Verbo, Preposicion, Aduerbio, Interjeccion y Conjuncion" (González Holguín, 1607, p. 1r).

A partir da variante cuzquenha (cf. Cerrón-Palomino, 1995, p. XI), o jesuíta apresenta-nos, então, a primeira parte do discurso - os nomes - em quéchua, iniciando pela declinação dos nomes substantivos:

> DISCIPVLO. Que cosa es declinar nõbres? MAESTRO. Es mostrar de quantas maneras puede vn nombre acabarse, y quantas terminaciones tiene, que se llamã casos, los quales son seys, cada vno conocido por su propria terminacion, que son estas particulas, que no significan nada, sino señalar cada vna su caso. (González Holguín, 1607, p. 1r)

Em seguida, dá a conhecer seu paradigma de declinação para o nome substantivo, mediante a presença de *partículas* e *preposições*:

Nominativo → ccari → el varon
Genititivo → ccarip → del varon
Dativo → ccaripac → para el varon
Acusativo → ccaricta → al varon
Vocativo → A, ccari ya → o varon
Ablativo → ccarihuan → con el varon
(cf. González Holguín, 1607, pp. 1v-2r)

No plural, temos a seguinte:

Nominativo → ccaricuna → los varones
Genititivo → ccaricunap → de los varones
Dativo → ccaricunapac → para los varones
Acusativo → ccaricunacta → a los varones
Vocativo → A, ccaricuna ya → ò varones
Ablativo → ccaricunahuan → con los varones
(cf. González Holguín, 1607, p. 2r)

Duas observações impõem-se, inicialmente, do ponto de vista do *conteúdo focal*, aos paradigmas do jesuíta. A primeira diz respeito à declinação do acusativo: para González Holguín (1607), não pode haver dois acusativos - um associado a verbos de movimento e outro a verbos de quietude - como antes se afirmou. A partícula de acusativo para o quéchua é *-cta*. A preposição *-man*, nesse novo contexto, é uma preposição de ablativo:

> Discipulo. Como no se pone aqui el otro acusatiuo de mouimiento con la preposicion man? Maest. Porque no puede auer dos acusatiuos, sino vno: y porque en esta lengua, man que es, a, no es preposicion de acusatiuo, sino de ablatiuo [...] (González Holguín, 1607, p. 2r)

A segunda observação a ser feita diz respeito às formas gramaticais associadas ao vocativo:

> [...] y esso mismo basta para conocer que es Nominatiuo el no tener particula ni señal ninguna, porque el Vocatiuo puede tener vna A. antes de si, quãdo exclamamos, o llamamos en nuestro sabor, como, à Dios! ó Dios! y puede tener (va) antes o despues de si para quando llamamos, ya, hola, mas es para amos o mayores [...] (González Holguín, 1607, p. 1v)

As interjeições *xé* ou *xay*, indicadas por Santo Tomás para marcar o vocativo (cf. Santo Tomás, [1560]1995, p. 28), são substituídas, na gramática jesuítica, pelos sinais *A* e *ya*: o primeiro sempre anteposto à forma nominal empregada e o segundo anteposto ou posposto a ela, denotando maior grau de formalidade.

O mais significativo, entretanto, no caso do jesuíta, é que apenas as terminações de genitivo, dativo e acusativo são consideradas, verdadeiramente, marcas de declinação nominal, dadas por partículas flexionais (cf. González Holguín, 1607, p. 1v). Para o autor, o que identifica o caso ablativo são as preposições simples e não uma autêntica declinação dos nomes, como acontece com o genitivo, o dativo e o acusativo:

> [...] lo primero que se ofrece disputar delas preposiciones, es, de que caso sean, o que caso rijan, y si emos de seguir la regra que dan los gramaticos en todas las Artes para que vna preposicion sea de algun caso, ole rija, ha se de poner el caso con su particula propria (p) o (pac) o (cta) y luego la preposicion, como para ser (ad) en Latin preposicion de acusatiuo, dezimos (ad Deum) y no (ad Deus), y assi para ser de acusatiuo la preposicion (man) auia de ponerse sobre la particula de acusatiuo (cta) como, yglesiactaman, a la yglesia. Mas no es assi, ni tal se puede dezir, sino (yglesiaman) e por esso (man) no es preposiciõ de acusatiuo, porque yglesia, no es acusatiuo, que lo avia de ser para que lo llamase de acusatiuo, y dezir que es otro acusatiuo de mouimiento, no ay tal acusatiuo para mouimiento en ninguna lengua, ni dos acusatiuos […] assi como en Latin (ad) es de acusatiuo, no porque diga mouimiento, sino porque cae sobre la particula de acusatiuo (Deum) y no (Deo) ni (Deus) assi aca (man) es de ablatiuo porque cae sobre el caso que no tiene particula, que es el ablatiuo, ni ay otra preposicion ninguna que sea de acusatiuo ni de datiuo, porque no se puede poner con ninguna preposicion el (pac) de datiuo, ni el (cta) de acusatiuo; mas guardando esta regla yo hallo que las preposiciones se diuiden en dos casos no mas; vnas que son de genitiuo, y otras de ablatiuo, porque ay muchas, como se vee abaxo, que

> piden genitiuo con su particula (p) o (pa) y sobre el genitiuo se pone la preposiciõ. (González Holguín, 1607, p. 133v)

O fragmento evidencia que, para González Holguín (1607), o nome quéchua declina, efetivamente, e *preposições* e *partículas* são conceitos muito distintos, na terminologia própria do autor (cf. Swiggers, 2010): a *partícula* marca a declinação (flexão) nominal, o caso com declinação, típico do nome substantivo, tal como descreve Nebrija para o latim (cf. Nebrija, [1488]1996, p. 101) e, excetuando-se o caso nominativo e o caso vocativo, registram-se, em quéchua, segundo o autor, três casos concretos de declinação nominal – genitivo, dativo e acusativo; por outro lado, a *preposição* simples marca o caso ablativo, caso este para o qual os nomes substantivos não apresentam partícula de declinação (flexão) específica. Desse modo, o caso ablativo, em quéchua, em relação aos nomes substantivos, é dado como um caso sem declinação, o mesmo tipo de caso que Nebrija descreve para as preposições (cf. Nebrija, [1488]1996, p. 118). O excerto demonstra, ainda (tal como expusemos anteriormente), que a oposição dada pelas ideias de quietude e movimento, para justificar a identificação de duas posposições de acusativo, nas gramáticas anteriores (Santo Tomás, [1560]1995; Anônimo, 1586), é igualmente negada pelo jesuíta, que considera *-man* como preposição simples de ablativo.

Observe-se, portanto, nesse contexto, a maior proximidade do autor em relação aos referenciais teórico-metodológicos das *Introduciones Latinas* (1488), de Nebrija. Em oposição às estratégias originais dominicanas, que indiferenciam partículas e preposições (posposições) e assumem a não declinação do nome quéchua, González Holguín (1607) afirma a existência do *caso com declinação*, para os nomes substantivos declinados em genitivo, acusativo e dativo, e do *caso sem declinação*, para o ablativo e

o genitivo, mediante, respectivamente, as preposições simples e as preposições compostas.[26]

Além da maior filiação do autor ao modelo latino de referência, poder-se-iam destacar, ainda, outras motivações descritivas relacionadas a esses deslizamentos metodológicos e metalinguísticos na gramática de 1607: muito provavelmente, o fenômeno da declinação nominal genitivada - nomeado hoje como sobredeclinação (cf. Calvo Pérez, 1993, p. 335) e descrito de maneira sistemática, pela primeira vez, por González Holguín (1607) - tenha contribuído para efetivar tais alterações. A declinação genitivada é aquela em que um genitivo é tomado como nominativo e declinado uma segunda vez:

> Para hazer esta significacion, lo que es de alguno, o lo que es suyo: de aquel nombre que possee, toman el genitiuo y declinãlo otra vez; y esto no de vna, sino de muchas maneras galanas […] (González Holguín, 1607, p. 6v)

O paradigma da declinação genitivada apresentado pelo autor ajuda a compreender o fenômeno linguístico em questão:

Nominativo → runap → lo que es del hombre
Genititivo → runappa → de lo que es del hombre
Dativo → runappac → para lo que es del hombre
Acusativo → runapta → a lo que es del hombre
Ablativo → runaphuan → con el que es del hombre
(cf. González Holguín, 1607, p. 6v)

No plural, temos o seguinte:

Nominativo → runacunap → lo que es de los hombres
Genititivo → runacunappa → de lo que es de los hombres
Dativo → runacunappac → para lo que es de los hombres
Acusativo → runacunapta → a lo que es de los hombres

[26] As preposições de genitivo, ditas compostas, associam-se, no mais das vezes, a pronomes possessivos, segundo González Holguín (1607). Em contrapartida, as preposições de ablativo, na sistematização do autor, ligam-se diretamente aos nomes, sem composição com outras partículas ou partes da oração, e por isso são chamadas simples.

Ablativo → runacunaphuan → con el que es de los hombres
(cf. González Holguín, 1607, p. 6v)

Com efeito, a declinação nominal genitivada justifica, da perspectiva interna, a motivação de González Holguín (1607) em considerar dois tipos de caso genitivo em quéchua: o caso genitivo com declinação, dado pelas partículas *-p* (para nomes substantivos terminados por vogal) e *-pa* (para nomes substantivos terminados por consoante); e o caso genitivo sem declinação, dado pelas preposições compostas de genitivo, como *ccayllan* (que significa *junto a*). O caso genitivo dado por declinação (com *-p* ou *-pa*) é, justamente, aquele que se presta, nesse contexto, a estabelecer a declinação genitivada, por oposição ao caso genitivo preposicionado, no qual um nome já declinado no genitivo liga-se a uma preposição composta de genitivo, como em *iglesiap ccaylan* (próximo à sua igreja) (cf. González Holguín, 1607, p. 134r).

Detenhamo-nos, um pouco mais, no caso genitivo preposicionado, segundo a sistematização do jesuíta. No exemplo dado anteriormente, *iglesiap ccaylan*, temos as seguintes subdivisões internas das palavras: *iglesia-* (igreja); *-p* (partícula indicativa de genitivo); *ccaylla-* (preposição de genitivo); *-n* (pronome possessivo de 3ª pessoa do singular). González Holguín (1607) afirma, sobre esse exemplo, que ele pode ser expresso, na língua andina, de três maneiras diferentes: *yglesiap ccaylan* - tal como o transcrevemos anteriormente; *yglesia ccaylan* - sem apresentar, explicitamente, a partícula de genitivo (*-p*); e *yglesia ccayla* - sem apresentar, explicitamente, a partícula de genitivo (*-p*) e o possessivo de 3ª pessoa do singular (*-n*) (cf. González Holguín, 1607, p. 134r). Ora, se há três modos distintos para a expressão do mesmo exemplo, com o mesmo significado, é porque o jesuíta está fazendo uso da ideia de elipse para dar coerência interna ao seu sistema descritivo. De fato, a partícula de genitivo (*-p*) e o possessivo de 3ª pessoa (*-n*) devem ser subentendidos pelo leitor/ouvinte, ainda que não

expressos textualmente pelo escritor/falante. Assim como fizera, antes, Sánchez de las Brozas ([1587]1976), a elipse, nesse novo contexto, representa uma estratégia de descrição linguística produtiva, a partir da qual se justificam expressões que, aparentemente, poderiam corromper (invalidar) as regras gramaticais suscitadas. Sendo assim, poderemos deduzir que, também em González Holguín (1607), há estruturas gramaticais abstratas e subjacentes, na linguagem verbal, que podem ser consideradas como antecedentes do conceito de estrutura profunda de Chomsky (1965), tal como apontamos, em nota ao Capítulo anterior, destinada à análise da gramática latina do Brocense ([1587]1976). Com efeito, à semelhança da leitura de Breva-Claramonte (1983) e Zamora Munné (1993) - no que diz respeito ao conceito de elipse, na *Minerva* ([1587]1976), como um antecedente para o conceito de estrutura profunda no *Aspects of the theory of syntax* (Chomsky, 1965) - consideramos, aqui, que González Holguín (1607) lança mão de expediente similar, pela via filológica, para fundamentar suas análises. Nesse sentido, a gramática quéchua de 1607 não prevê como estrutura subjacente à linguagem verbal apenas a ordenação abstrata do pensamento, tal como se verifica no método analógico dos antigos, mas uma sistematização gramatical efetiva, dada por meio das elipses.

Por outro lado, no que se refere às preposições simples de ablativo, o gramático quéchua mantém, como vimos, o caso sem declinação. Essa escolha descritiva justifica-se, muito provavelmente, pelo fato de serem muitas as preposições (posposições) de ablativo, na língua andina. De fato, em seção em que se examina a construção do ablativo, o jesuíta reconhece diferentes tipos desse caso gramatical: ablativo de instrumento, dado pela preposição *huan*; ablativo de causa ou culpa, dado pelas preposições *manta* ou *raycu*; ablativo local, dado pela preposição *pi* (cf. González Holguín, 1607, pp. 95r-95v). O autor é o primeiro a empregar a expressão *casos locais*,

para designar, de modo efetivo, o caráter local de muito ablativos, dados exclusivamente por preposições (cf. González Holguín, 1607, p. 95v).

Perseguindo uma descrição econômica para a categoria de caso nominal, o jesuíta não chega, entretanto, a organizar, pelo método do *sentido generalizado* (cf. Blake, 1994, p.36), uma sistematização descritiva de cunho propriamente localista para o caso dos nomes, tal como se observa em Hjelmslev (1978), Máximo Planudes (cf. Hjelmslev, 1978, p. 31) ou Tomás de Erfurt ([séc. XIV]1947). De todo modo, pela perspectiva filológica, é possível reconhecer traços da ideia de deslocamento (de movimento e/ou espacialidade) no projeto gramatical de González Holguín (1607). Além da terminologia *casos locais*, mencionada anteriormente, termos como *verbo de movimento* - que designa "verbo que [...] signifique algun mouimiento a lugar" (cf. González Holguín, 1607, p. 45r) - e *transição* - como a transição dos verbos ativos (cf. González Holguín, 1607, p. 69r) - seguem garantido um traço de mobilidade entre os elementos que compõem a oração quéchua, no modelo do jesuíta. A ideia de *transição*, associada aos verbos ativos, está tratada no capítulo XXXIII do segundo livro da Arte jesuítica, denominado da seguinte maneira: "Delas transiciones delos verbos actiuos, o dela conjugacion transitiua que traspassa su significacion en otra persona inclusa en vna misma voz persona que haze y que padece" (González Holguín, 1607, p. 69r).

Com efeito, em conformidade relativa com Apolônio Díscolo ([séc. II d. C.]1987), para quem, no verbo transitivo, "a ação passa do caso reto ao caso oblíquo" (cf. Díscolo, [séc. II d. C.]1987, Libro I, p. 147), verificamos, no texto gramatical do jesuíta, a mesma disposição em correlacionar a categoria casual dos nomes à ideia de movimento espacial no interior da oração quéchua. Certamente, esse fenômeno linguístico configura-se como traço distintivo da categoria gramatical de caso, quando

examinada em âmbito sintático, tal como afirma Colombat (2003), em análise ao conceito de transitividade em Prisciano.

De qualquer maneira, as ocorrências dos metatermos relativos à categoria de caso nominal, em González Holguín (1607), atestam um dado interessante: das 812 ocorrências registradas - incluindo-se aí todas as ocorrências da rede terminológica sob análise - 466 delas estão situadas em seções destinadas ao estudo das partes da oração e 346 localizam-se em capítulos dedicados à sintaxe. Estamos, sem dúvida, diante de algo novo: o modelo gramatical de 1607 amplia, diferentemente dos seus antecessores, o tratamento da categoria de caso nominal em âmbito sintático, o que favorece, em grande medida, o refinamento descritivo da categoria em questão:

Quadro 6: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em González Holguín (1607)

	Caso	Nom.	Gen.	Acu.	Dat.	Abl.	Voc.	Efe.
Textos prefaciales	-	1	1	-	-	-	-	-
Libro primero, que trata del nombre y su declinacion, y delas de mas partes declinables	35	83	85	25	29	30	11	3
Libro segundo, que trata dela conjugacion de todos los verbos, y del sintaxi, o construccion	28	43	73	116	27	59	-	-
Libro tercero, que trata de la copia y abundancia necessaria para la elegancia y perfeccion desta lengua	8	-	-	15	-	2	-	-
Libro quarto, que trata dela elegancia y propriedad della lengua qquichua	21	17	43	28	5	21	3	-
Total de ocorrências	92	144	202	184	61	112	14	3

As estratégias metalinguísticas de González Holguín (1607) revelam, de fato, no que diz respeito à declinação do nome quéchua, enorme esforço metodológico adicional para manter uma coerência descritiva objetiva segundo as diretrizes teóricas do modelo latino de referência. Todavia, se, de um lado, o autor mantém-se cioso quanto às adaptações do modelo latino ao repertório gramatical próprio da língua-objeto, de outro, é inegável seu empenho descritivo em formalizar novo tratamento metodológico (e metalinguístico) para a declinação nominal na língua andina. Certamente, do ponto de vista do parâmetro aqui designado como *conteúdo focal*, o caso dos nomes substantivos, no modelo sistematizado pelo jesuíta, pauta-se pela especialização do termo *partícula*, que indica, nesse contexto, as marcas flexionais de caso observadas para o genitivo, o dativo e o acusativo. O metatermo *preposição*, por sua vez, na proposta descritiva de González Holguín (1607), está associado apenas aos casos genitivo e ablativo, tal como demonstramos anteriormente, e singulariza a variação de caso expressa sem efetiva declinação flexional. Restam claros, portanto, os deslizamentos metalinguísticos operados pelo autor em suas *calibragens terminológicas*, no que diz respeito à rede relacional dos termos em questão.

Do ponto de vista do critério da *incidência*, o caso dos nomes substantivos, na gramática jesuítica, enquadra-se em um contexto discursivo e metodológico que atribui um tratamento mais equilibrado entre os estudos das partes da oração e os estudos da sintaxe. Diferentemente do que se observa em Santo Tomás ([1560]1995) e no Anônimo (1586), a insistência em enquadrar a categoria de caso no âmbito da sintaxe, propicia, ao jesuíta, renovadas perspectivas metodológicas que aprofundam, de fato, o conhecimento linguístico sobre a declinação nominal na língua andina. Não é à toa que quechuístas contemporâneos, como Cerrón-Palomino (1995; 2003) e Calvo Pérez

(1993; 1994), consideram o trabalho linguístico de González Holguín (1607) como um trabalho decisivo na descrição do quéchua cuzquenho colonial.

6.1.4 Huerta (1616)

A gramática do clérigo Alonso de Huerta ([1616]1993), catedrático da Universidade de Lima, retoma os traços fundamentais da descrição do Anônimo (1586), como veremos a seguir, destacando, em sua introdução, duas variantes do quéchua colonial:

> Aunque la lengua Quechua, y general de el Inga, es vna, se ha de aduertir primero, que esta diuidida en dos modos de vsar de ella, que son, el vno muy pulido y congruo, y este llaman de el Inga, que es la lengua que se habla enel Cuzco, Charcas, y demas partes dela Prouincia de arriua, que se dize Incasuyo. La otra lengua es corrupta, que la llaman Chinchaysuyo, que no se habla con la pulicia y congruydad que los Ingas la hablan. Y aunque hasta aqui no se han enseñado documentos para hablar la lengua Chinchaysuyo, eneste Arte yre enseñando algunos para que se entienda la diferencia que ay de hablar entre las dos Prouincias, que empieçan, la del Inga desde Guamanga arriua, y la Chinchaysuyo desde alli abajo hasta Quito. (Huerta, [1616]1993, p. 18)

De fato, o fragmento transcrito atesta a *visão* essencialmente normativa e filológica de língua que garante o projeto gramatical em questão. Por oposição ao Anônimo (1586), que descarta qualquer referência às variantes linguísticas observadas à época (reservando o exame de tais variantes a demais textos conciliares, como demonstramos no Capítulo IV), Huerta ([1616]1993) informa, explicitamente, a presença de dois dialetos quéchuas, ao norte e ao sul de Cuzco: o dialeto conhecido como *Incasuyo* - falado em Cuzco e ao norte; e o dialeto denominado *Chinchaysuyo*, falado ao sul de Cuzco, "desde alli abajo hasta Quito". As avaliações disfóricas que descrevem a variante Chinchaysuyo, tida como corrompida - sem "pulicia" ou "congruydad" - reforçam, ainda uma vez, o objetivo normativo do jesuíta, que, tal como

orienta o Anônimo (1586), elege a variante cuzquenha como a variante de prestígio a ser considerada, nesse contexto. Desse modo, e de maneira negativa, as descrições relativas à variante Chinchaysuyo seguem como antimodelo, isto é, como exemplos do uso inadequado da língua-objeto.

Quanto à *focalização* da obra gramatical de Huerta ([1616]1993) - além da já mencionada documentação, em primeiro plano, do dialeto cuzquenho - podemos assinalar um destaque absoluto aos temas relativos ao exame das partes da oração. Com efeito, nas 81 páginas em que se desenvolvem as análises e descrições linguísticas do jesuíta, não reconhecemos nenhuma seção dedicada, exclusivamente, ao estudo do discurso, da construção, ou da ordem, em quéchua. Certo é que, como observa Botas, (1987) em relação à *Sintaxe* de Apolônio Díscolo ([séc. II d.C.]1987), o conceito de construção, nesse contexto, é particular: a oração, nesse caso, é compreendida como uma somatória de palavras indivisíveis - dadas por paradigmas flexionais - cujos acidentes (propriedades) delimitam e disciplinam a ordenação das dicções no interior da oração. A sintaxe dos antigos é, dessa maneira, intrínseca à dimensão da palavra, fato que justifica, em parte, o privilégio assumido pelo exame das partes da oração em detrimento do estudo da sintaxe, em muitos contextos. De todo modo, em Huerta ([1616]1993), observa-se uma *focalização* exclusiva dos temas gramaticais de natureza morfossintática, diferentemente do que se registrou em González Holguín (1607), anteriormente.

Assim, estruturando-se pela *técnica* gramatical das oito partes da oração (nome, pronome, particípio, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição), apresentadas em *ordem natural* (cf. Nebrija, [1492]1992), o jesuíta descreve os nomes substantivos como classe de palavra identificada por uma única declinação, assegurada por *letras* ou *partículas*:

> La declinacion en esta lengua es vna para todo nombre, pronombre, o participio declinable. Hazese, no por variacion de casos, como en la lengua Latina sino por addicion de letras, o particulas […] (Huerta, [1616]1993, p. 21)

O modelo central de Huerta ([1616]1993) é, sem dúvida, o Anônimo (1586): nos dois contextos, embora o nome substantivo, em quéchua, apresente efetiva declinação casual (não flexional), ele não varia por casos como na língua latina, isto é, não declina por variação final da palavra (por flexão morfológica). São as *letras*, as *partículas* ou as *preposições* (*posposições*) as verdadeiras responsáveis por fazer declinar o nome substantivo na língua-objeto.

> La proposición (sic) es cierta particula indeclinable, que se puede llamar mejor en esta lengua posposición, o interposicion, que proposicion (sic), por posponerse y interponerse, y no anteponerse, la qual particula llegada al nombre, o verbo le declara y varia su significacion. Son vnas proposiciones (sic) de todos los casos, que son las con que se haze la declinacion; […] Las otras **[preposiciones]** son de composiciones de verbos, con que se forman los deriuativos. (Huerta, [1616]1993, pp. 77-78. O grifo é nosso.)

Em relação às posposições, Huerta ([1616]1993) repete, no excerto em questão, o comentário dominicano, afirmando que as posposições (preposições) entram em composição com verbos, e não apenas com nomes, pronomes e particípios, o que acentua a complexidade do comportamento dessa classe gramatical, que não se limita, está claro, pela determinação casual dos nomes substantivos. Com pequenas alterações relacionadas, principalmente, ao vocativo e ao ablativo, com a introdução, para este último, de uma posposição típica do dialeto chinchaysuyo - *chau*, em substituição à *pi* -, mantêm-se, em linhas gerais, o *conteúdo focal* para a categoria gramatical de caso, tal como sistematizado pelo Anônimo (1586). O paradigma dos nomes substantivos, mediante a marcação de casos dada pelas posposições, nesse contexto, é o seguinte:

Nominativo → yaya → el padre
Genitivo → yayap → del padre
Dativo → yayapac → para el padre
Acusativo → yayacta / yayaman → al padre
Vocativo → a yaya / yayaya → oh el padre! hola padre
Ablativo → yayapi → en el padre
Ablativo → yayamanta → del padre o segun el padre
Ablativo → yayahuan → con el padre
Ablativo → yayaraycu → por amor del padre
Ablativo → yayachau → en el padre (na região de Chinchaysuyo)
(cf. Huerta, [1616]1993, p. 23)

No Plural, apresentam-se os exemplos a seguir:

Nominativo → yayacuna → los padres
Genitivo → yayacunap → de los padres
Dativo → yayacunapac → para los padres
Acusativo → yayacunacta / yayacunaman → a los padres
Vocativo → a yayacuna / yayacunaya → o los padres
Ablativo → yayacunapi → en los padres
Ablativo → yayacunamanta → de los padres o segun los padres
Ablativo → yayacunahuan → con los padres
Ablativo → yayacunaraycu → por amor de los padres
Ablativo → yayacunachau → en los padres (na região de Chinchaysuyo)
(cf. Huerta, [1616]1993, p. 23)

Tal como os gramáticos anteriores, o *conteúdo focal* da categoria de caso dos nomes substantivos, em Huerta ([1616]1993), organiza-se por critérios semânticos e funcionais, a partir dos quais cada metatermo objetivo (dessa rede relacional terminológica) expressa uma função gramatical específica, da palavra, no interior da oração.

Quanto ao critério da *incidência*, constatamos a ocorrência de 52 metatermos designativos da categoria gramatical em questão nos diversos capítulos que compõem a gramática quéchua de 1616:

Quadro 7: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Huerta [1616]1993

Capítulos	Caso	Nom	Geni	Dati	Acu	Voc	Abla	Effe
Textos prefaciales	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras	-	-	-	-	-	-	-	-
Números	-	-	-	-	-	-	-	-
Géneros	-	-	-	-	-	-	-	-
Declinación	1	2	8	3	3	3	3	
Partes de la oración	-	-	-	-	-	-	-	-
Nombre	-	-	-	-	-	-	1	-
Pronombre	-	-	1	-	-	-	-	-
Verbo	-	3	4	-	12	-	6	-
Participio	-	-	-	-	-	-	-	-
Preposición	-	-	-	-	-	-	-	-
Adverbio	1	-	-	-	-	1	-	-
Interjección	-	-	-	-	-	-	-	-
Conjunción	-	-	-	-	-	-	-	-
Otras partículas	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2	5	13	3	15	4	10	-

De fato, levando em conta o parâmetro da *incidência*, podemos afirmar que os tratamentos metalinguísticos e as *calibragens terminológicas* efetuadas por Huerta ([1616]1993), relativamente à categoria de caso nominal, contextualizam-se por meio de um projeto gramatical francamente normativo, de traço filológico, orientado pelo exame morfossintático das partes da oração, como se observa no quadro acima. Não causa admiração, nesse contexto, que as seções destinadas à declinação e ao verbo sejam aquelas em que mais se empregam os metatermos aqui examinados: por não constituir um capítulo específico para a sintaxe, o jesuíta lança mão da classe dos verbos para atualizar o emprego da categoria casual dos nomes no seio mesmo da oração quéchua.

6.1.5 Torres Rubio (1619)

A breve Arte quéchua, do jesuíta Torres Rubio (1619), editada em Lima por Francisco Lasso (s.d.), está complementada, como se informou no Capítulo II, por um confessionário e um vocabulário da língua andina. Disposto em 88 páginas, o projeto gramatical em questão estrutura-se, como o anterior, por três diretrizes básicas: por uma

visão filológica de cunho descritivo-normativo da língua-objeto, tendo em vista a evangelização dos nativos; por uma *focalização* do dialeto cuzquenho e de abordagens linguísticas morfossintáticas, com privilégio para os critérios de análise semânticos e funcionais; e por uma *técnica* dirigida pelo método das oito partes da oração.

O modelo do Anônimo (1586), resgatado, em boa medida, por Huerta ([1616]1993), é recuperado, ainda uma vez, por Torres Rubio (1619), no que diz respeito à declinação dos nomes substantivos, em quéchua:

> En esta lengua no ay mas que vna declinacion, por la qual se declinan todos los nombres, y las demas partes declinables. Enella los casos no se conocen por la terminacion como en la latina, sino por ciertas particulas, o notas que se postponen a cada caso. (Torres Rubio, 1619, p. 1r)

De fato, verifica-se, nesse contexto, a declinação não flexional (declinação preposicional) dos nomes substantivos, dada por meio de *partículas* ou *notas*, à semelhança do que se prescreveu no Anônimo (1586). Quanto ao comportamento morfossintático das preposições, em coerência com seu econômico formato gramatical, Torres Rubio (1619) reafirma, tão somente, que as preposições, em quéchua, pospõem-se aos nomes, em todas as situações, além de encarregarem-se da sistematização da categoria de caso nominal:

> Lo que ay que notar en la preposicion es que siempre se postpone […] se varian con las particulas de acusatiuo e ablatiuo […] otras que se varian con estas de acusativo e ablativo, y juntamente con las particulas de possession […] (Torres Rubio, 1619, p. 33r-33v)

Com efeito, pode-se evidenciar uma significativa continuidade nas estratégicas descritivas e metalinguísticas que alinham o *conteúdo focal* e o criterio de *incidencia* - para os metatermos relativos à categoria de caso nominal, na língua andina - se comparados os trabalhos do Anônimo (1586), de Huerta ([1616]1993) e de Torres

Rubio (1619). O paradigma de declinação nominal, nesse caso, é, do mesmo modo, similar à gramática produzida em decorrência do Terceiro Concílio Limenho:

Nominativo → runa → el hombre
Genititivo → runap → del hombre
Dativo → runapac → para el hombre
Acusativo → runata / runaman → al hombre
Vocativo → runay → o hombre
Ablativo → runapi / runamanta → en el hombre / del hombre
Effectivo → runahuan → con el hombre
(cf. Torres Rubio, 1619, p. 1v)

No plural, da seguinte maneira:

Nominativo → runacuna → los hombres
Genititivo → runacunap → de los hombres
Dativo → runacunapac → para el hombre
Acusativo → runacunata / runacunaman → a los hombres
Vocativo → runacunay → o hombres
Ablativo → runacunapi / runacunamanta → en los hombres / de los hombres
Effectivo → runacunahuan → con los hombres
(cf. Torres Rubio, 1619, p. 2r)

O quadro apresentado à página posterior demonstra quais seções da gramática jesuítica de 1619 empregam, com maior frequência, os metatermos designativos da categoria gramatical em questão: aquelas dedicadas à declinação nominal, às transições verbais, ao estudo da disposição das partes da oração (sintaxe) e ao exame das preposições, com *focalização* evidente para os tratamentos linguísticos de natureza morfossintática:

Quadro 8: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Torres Rubio (1619)

Capítulos	Caso	Nom	Geni	Dati	Acu	Voc	Abla	Effe
Textos prefaciales	-	-	-	-	-	-	-	-
De la declinacion del nombre	3	4	4	4	7	4	5	4
Del pronombre	-	-	1	-	2	-	2	-
Del verbo	-	-	-	1	1	-	2	-
Delas transiciones	-	-	-	-	9	-	6	-
Delas particulas de ornato	-	-	-	-	-	-	-	-
Annotaciones al verbo y disposicion delas partes de la oracion	2	-	1	1	4		4	-
Participios	-	-	-	1	-	-	1	-
Gervndios	-	-	-	2	-	-	1	-
De los nombres numerales	-	-	-	-	-	-	-	-
De los comparativos	-	-	-	-	1	-	2	-
De los svperlativos	-	-	1	-	-	-	1	-
De los relativos	-	-	-	-	-	-	-	-
De los diminvtivos	-	-	-	-	-	-	-	-
De los nombres verbales	-	-	-	1	-	-	-	-
De las particulas interpuestas al verbo	-	-	-	-	-	-	-	-
De los verbos irregvlares y defectiuos	-	1	-	-	-	-	-	-
De la preposición	-	-	-	-	8	-	10	-
De los adverbios	-	1	-	-	2	-	4	-
De la interieccion	-	-	-	-	-	-	-	-
De la conivncion	-	-	-	-	-	-	1	-
Total	5	6	7	10	34	4	39	4

6.1.6 Roxo Mexia y Ocón (1648)

A gramática do cuzquenho Roxo Mexia y Ocón (1648), cura paroquial e catedrático da língua quéchua na Universidade da *Ciudad de Los Reyes*, está constituída por cinco livros: o primeiro dedicado à declinação dos nomes e à conjugação dos verbos (49 páginas); o segundo, ao exame dos nomes, pronomes e participios (65 páginas); o terceiro, ao estudo exclusivo dos verbos (26 páginas); o quarto está destinado às posposições, advérbios, interjeições e conjunções (10 páginas); e o quinto, à colocação, acento, pronúncia e ortografia (8 páginas). Das 174 páginas que compõem o trabalho linguístico de Roxo Mexia y Ocón (1648) - incluídos aí os textos prefaciais - apenas uma pequena seção do quinto livro (desenvolvida em menos de 5 páginas) tem o objetivo de analisar

diretamente a sintaxe (construção). Três páginas organizam-se sobre os temas da prosódia e da ortografia e 150 páginas estão destinadas ao exame dos temas propriamente morfossintáticos, com uma *focalização* típica para as Artes da época.

Note-se, entretanto, que Roxo Mexia y Ocón (1648) abandona a *ordem natural* (ou *método natural*) de apresentação dos temas gramaticais, que, preferencialmente, vinha sendo adotada até então, para acompanhar a *ordem da doutrina*: a *ordem natural* (ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe), como já mencionamos, estrutura a gramática vernacular de Nebrija ([1492]1992); a *ordem da doutrina* (ou *método da doutrina*), por outro lado, inicia com paradigmas da declinação dos nomes e da conjugação dos verbos (tomados como modelo exemplar para a variação das palavras, nesse contexto) e, apenas na sequência, examina as partes da oração, a sintaxe, a ortografia e a prosódia. No *método da doutrina*, portanto - utilizado por Nebrija ([1488]1996) em sua gramática latina - temos uma *focalização* maior para a declinação dos nomes, tema nuclear do intento filológico-linguístico que anima a *visão* e a *técnica* do projeto gramatical de Roxo Mexia y Ocón (1648).

Com efeito, os parágrafos introdutórios da gramática de 1648 tematizam a declinação dos nomes substantivos:

> Los casos de los nombres, excepto el nominatiuo (que le constituye el nombre solo) se varian por adicion de particulas […] Y con ellas siempre pospuestas (excepto la A del vocativo) se declinan los dichos nombres […] (Roxo Mexia y Ocón, 1648, p. 2r)

De maneira similar ao verificado anteriormente, o cuzquenho aceita a declinação do nome quéchua por adição de *partículas* ou *preposições*, em conformidade com o ditado pelo Anônimo (1586):

> Hallanse en esta lengua las ocho partes de la oracion, nombre, pronombre, verbo, participio, posposicion, adverbio, interjeccion, y conjuncion. Dixe

> posposicion porque las particulas, que en Latin, y Español se anteponen (de donde se llamaron preposiciones) las que en esta lengua les corresponden siempre se posponen, como se ha visto en la declinacion de los casos de los nombres. (Roxo Mexia y Ocón, 1648, p. 25r-25v)

De qualquer forma, para Roxo Mexia y Ocón (1648), a classe das preposições, por não se ligar exclusivamente aos nomes na indicação de *caso*, mas também a verbos, em outros contextos, parece constituir uma anomalia significativa para o modelo greco-latino de referência, como já assinalamos, anteriormente, em relação a Santo Tomás ([1560]1995). É o que se observa no fragmento a seguir, relativamente às *notas -ta* e -*raycu*:

> No ay en esta lengua, como en la Latina, preposiciones que rigen los casos. Ay si, vnas particulas, que los denotan […] Las quales no son siempre constantes, en regir siempre vn caso. Pues como alli, se podrà ver vnas vezes rigen vno, y otras otro. Como *Ta*. Que es nota de acusatiuo, vnas vezes significa *Por*, Y *Raycu.*Que lo es de ablatiuo, otras vezes es solo causal, que corresponde al adverbio *Cuia* […] (Roxo Mexia y Ocón, 1648, p. 72r-72v)

O paradigma da declinação do nome substantivo, para o cuzquenho, organiza-se da seguinte maneira:

Nominativo → ccoya → la princesa
Genitivo → ccoya-p → de la princesa
Dativo → ccoya-pacc → para la princesa
Acusativo → ccoya-cta → a la princesa
Acusativo → ccoya-ta → a la princesa
Acusativo → ccoya-man → a la princesa
Vocativo → A-ccoya / ccoya-ya → o princesa
Ablativo → ccoya-pi → en la princesa
Ablativo → ccoya-raycu → por amor o por causa de la princesa
Ablativo → ccoya-huan → con la princesa
Ablativo → ccoya-manta → de, o segun, o conforme la voluntad de la princesa
(cf. Roxo Mexia y Ocón, 1648, p. 2r-2v)

Optando por uma disposição mais visual (didática) como estratégia para apresentar seu paradigma de declinação nominal (por meio dos hifens), o autor enumera três *notas* ou *partículas* para o acusativo: *-cta* ou *-ta* (para o acusativo com verbos que indiquem quietude); e -man (usado com verbos de movimento). A forma *-ta*,

compreendida como variação de *-cta*, aparece igualmente em Torres Rubio (1619, p. 1v). No mais, não se verificam, nesse contexto, alterações significativas quanto ao *conteúdo focal* e ao critério de *incidência*, na sistematização específica de Roxo Mexia y Ocón (1648) em relação à categoria de caso nominal.

Seguindo os passos de González Holguín (1607), o cuzquenho apresenta-nos o fenômeno da declinação genitivada, nos mesmos moldes descritivos de seu antecessor:

Nominativo → incap → lo que es del rey
Genitivo → incap-pa → de lo que es del rey
Dativo → incap-pacc → para lo que es del rey
Acusativo → incap-ta → a lo que es del rey
Acusativo → incap-man → a lo que es del rey
Vocativo → A-incap / incap-ya → o lo que es del rey
Ablativo → inacap-pi → en lo que es del rey
Ablativo → incap-raycu → por amor o por causa de lo que es del rey
Ablativo → incap-huan → con lo que es del rey
Ablativo → incap-manta → de, o segun, o conforme la voluntad de lo que es del rey
(cf. Roxo Mexia y Ocón, 1648, p. 3v)

O quadro, na página seguinte, registra as ocorrências da terminologia designativa da categoria gramatical de caso nas seções que comportam a gramática de 1648. De fato, por meio de uma *técnica* particular - pautada pelo *método da doutrina* -, o autor mantém, ainda com maior destaque (*focalização*), a sistematização da categoria de caso nominal no âmbito das abordagens morfossintáticas, a partir do exame das partes da oração. Das 140 ocorrências dos metatermos relacionados à declinação casual dos nomes, apenas 14 delas situam-se no capítulo dedicado à construção. Também aqui os termos designativos da categoria gramatical em questão são *calibrados* e sistematizados por critérios semânticos e funcionais, à luz dos gramáticos anteriores. Tal como o Anônimo (1586), Roxo Mexia y Ocón (1648) assume efetiva declinação dos nomes substantivos, em quéchua - por meio de *partículas*, *notas* ou *preposições* -,

compreendendo declinação, nesse contexto, como declinação preposicional (não flexional):

Quadro 9: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Roxo Mexia y Ocón (1648)

	Caso	Nom.	Gen.	Acu.	Dat.	Abl.	Voc.
Textos Prefaciales	1	-	-	-	-	-	-
Libro Primero de la declinacion del nombre	4	7	14	5	6	5	5
Libro Primero de la conjugacion del verbo	2	3	5	6	6	7	-
Libro Segvndo nombre, pronombre, participio	8	4	1	7	1	1	-
Libro Tercero del verbo	3	3	-	5	2	3	-
Libro Qvarto posposicion, aduerbio, interieccion, conjuncion	5	1	-	2	3	1	-
Libro Qvinto de la colocacion, acento, pronunciacion,y ortographya	4	3	4	1	1	1	-
Total	27	21	24	26	19	18	5

6.1.7 Aguilar (1690)

No final do século XVII, a sucinta Arte de Aguilar (1690) conserva, em linhas gerais, a *visão* didática e filológica, de traços essencialmente normativo-descritivos, para o tratamento da variante cuzquena do quéchua colonial. De fato, a *técnica* empregada, nesse contexto, acompanha a metodologia clássica das oito partes da oração, com *focalização* evidente para o exame morfossintático das categorias gramaticais: num total de 99 páginas em que se desenvolvem o trabalho linguístico do autor, 28 delas dedicam-se ao estudo da oração e dos romances, na língua andina, circunscritos, explicitamente, em âmbito sintático; as demais exploram as abordagens morfossintáticas clássicas típicas do método em questão.

No primeiro parágrafo de sua gramática, Aguilar (1690) enuncia:

> Las partes de la oracion en esta lengua delos Indios son ocho. Nombre. Pronombre. Verbo. Participio. Posposicion. Adverbio. Interjecion. Y Conjuncion. Digo posposicion, porque las particulas, que en Latin se

> anteponen (de donde se llamaron Preposiciones) las que enesta lengua les corresponden, se llaman posposiciones, porque siempre se posponen. Como se vera en la declinacion de los nombres. (Aguilar, 1690, p. 3)

Percorrendo, igualmente, o caminho talhado pelo Anônimo (1586), Aguilar (1690) acolhe a declinação dos nomes substantivos, na língua-objeto, organizando o *conteúdo focal* da categoria de caso, em quéchua, conforme o paradigma a seguir, mediante o emprego das posposições:

Nominativo → ccoya → la reyna
Genitivo → ccoyap → de la reyna
Dativo → ccoyapacc → para la reyna
Acusativo → ccoyacta → a la reyna
Acusativo → ccoya cama → hasta la reyna
Acusativo → ccoyaman → a la reyna
Vocativo → a ccoya / ccoyaya → o reyna
Ablativo → ccoyapi → en la reyna
Ablativo → ccoyamanta → de, o segun, o conforme la reyna
Ablativo → ccoyahuan → con la reyna
Ablativo → ccoyaraycu → por amor o por causa de la reyna
Ablativo → ccoyanacc → sin la reyna
(cf. Aguilar, 1690, p. 4-5)

Como Roxo Mexia y Ocón (1648), distingue, nosso gramático, vários tipos de ablativo, conforme demonstra o paradigma acima, além de identificar outra forma para o acusativo de movimento - a posposição *cama* (com sentido de *até*) - sem maiores justificativas para suas escolhas descritivas. Quanto ao critério da *incidência* - relativamente à contextualização da rede relacional de termos aqui sob exame -, das 244 ocorrências localizadas, apenas 41 são empregadas nas seções de sintaxe, enquanto 203 restringem-se ao âmbito morfossintático, em análise às partes da oração:

Quadro 10: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Aguilar (1690)

	Caso	Nom.	Gen.	Acu.	Dat.	Abl.	Voc.
De la lengua quichua	-	-	-	-	-	-	-
Tratado del nombre substantivo	-	-	-	-	-	-	-
Explicase la declinacion de los nombres	1	3	25	14	3	11	4
Tratado del numero plural	-	2	2	-	2	-	-
Explicanse la significacion de las particulas	-	-	1	2	1	-	-
Explicacion del nombre substantivo	1	-	1	-	-	1	-
Del nombre quasi adjetivo	-	2	2	-	2	-	-
Tratado del verbal	-	1	-	-	1	-	-
Tratado delos nombres numerales	-	-	-	-	-	-	-
Del numero ordinal	-	-	2	-	-	-	-
Delos numeros distributivos	-	-	-	-	-	-	-
Delos adverbiales	-	-	-	-	-	-	-
Tratado del nombre compuesto	-	-	1	-	-	-	-
Del modo de suplir los generos	-	-	-	-	-	-	-
Tratado del pronombre	-	5	5	4	5	5	2
Delos pronombres demonstrativos	-	3	3	-	3	-	-
Tratado delos posesivos	-	11	12	-	11	-	-
Tratado del relativo	-	13	15	-	15	-	-
Tratado del verbo	-	-	-	-	-	-	-
Del verbo substantivo y su conjugacion	-	-	-	-	-	-	-
Modo optativo	-	-	-	-	-	-	-
Modo subjuntivo	-	-	1	1	1	1	-
Conjugacion del verbo activo	-	-	-	-	-	-	-
Conjugacion del verbo passivo	-	-	-	-	-	-	-
Conjugacion del verbo con trancitivos por sus quatro modos	-	-	-	-	-	-	-
Dela passiva del verbo trancitivo	-	-	-	-	-	-	-
Tratado dela oracion	2	3	3	6	-	1	-
Tratado delos romances	-	1	14	2	7	2	-
Tratado del comparativo superlativo	-	-	-	-	-	-	-
Tratado delos nombres diminutivos	-	-	-	-	-	-	-
Tratado del verbo neutro	-	-	-	-	-	-	-
Tratado del verbo compuesto	-	-	-	-	-	-	-
Delos verbos defectivos e impersonales	-	-	-	-	-	-	-
Tratado del participio	-	-	1	-	-	-	-
Tratado dela posposicion	-	-	-	-	-	-	-
Tratado del adverbio	-	-	-	-	-	1	-
Tratado dela interjecion	-	-	-	-	-	-	-
Tratado dela conjuncion	-	-	-	-	-	-	-
Total	4	44	88	29	51	22	6

6.1.8 Melgar (1691)

A gramática quéchua de 1691 foi publicada em Lima e, como suas antecessoras, adota a variante cuzquenha como a variante de prestígio recomendada, sob o risco de pena pecuniária, desde o Terceiro Concílio Limenho. O texto gramatical em questão está organizado em três partes: a primeira dedicada à declinação dos nomes e à conjugação dos verbos (33 páginas); a segunda destinada ao estudo das oito partes da oração (44 páginas); e a terceira, ao exame da sintaxe (29 páginas). Desse modo, tal como Roxo Mexia y Ocón (1648), Melgar (1691) assume a *ordem* ou (*método*) *da doutrina*, como forma de organizar sua temática linguística.

De fato, são significativas as continuidades apresentadas relativamente à *visão*, à *focalização*, e à *técnica* que estruturam o trabalho gramatical de Melgar (1691) no contexto colonial. Como prova dessa continuidade, destacamos, logo no início da Arte de 1691, o tratamento dado à categoria gramatical de caso nos nomes substantivos, a exemplo do que se observa no Anônimo (1586): "Una sola declinacion hay en esta lengua, y por ella se declinan substantivos, y adjetivos, pronombres, y participios. Hazese, no por variacion de casos, sino por adicion de particulas pospuestas" (Melgar, 1691, fol. 1r).

Assim como seus antecessores, pautado por um projeto normativo no tratamento da linguagem, com finalidade pedagógica, Melgar (1691) acolhe a declinação dos nomes, na língua andina, ressalvando que a declinação específica da língua-objeto, nesse contexto, não se organiza por genuína declinação flexional, mas por adição de partículas pospostas ao substantivo.

O paradigma da declinação dos nomes substantivos, tal como apresentado por Melgar (1691), emprega exemplos em latim, como se observa a seguir:

Nominativo → churi → filius
Genitivo → churi-p → filij
Dativo → churi-pacc → filio
Acusativo → churi-cta → filium
Acusativo → churi-man → in filium
Acusativo → churi-raycu → propter filium
Vocativo → aa churi / churi-ya → o fili
Ablativo → churi-pi → in filio
Ablativo → churi-uuan → cum filio
Ablativo → churi-manta → vel de filio
(cf. Melgar, 1691, fol. 1r)

No plural, temos o seguinte:

Nominativo → churi-cuna → filij
Genitivo → churi-cuna-p → filiorum
Dativo → churi-cuna-pacc → filijs
Acusativo → churi-cuna-cta → filios
Acusativo → churi-cura-man → in filios
Acusativo → churi-cuna-raycu → propter filios
Vocativo → aa churi-cuna / churi-cuna-ya → o filij
Ablativo → churi-cuna-pi → in filijs
Ablativo → churi-cuna-uuan → cum filijs
Ablativo → churi-cuna-manta → vel de filijs
(cf. Melgar, 1691, fol. 1v)

O destaque, nos paradigmas apresentados por Melgar (1691), diz respeito, sem dúvida, à forma *-raycu*, de acusativo. De fato, sem explicitar as razões que o levam a considerar a forma em questão como uma forma do acusativo, Melgar (1691) contradiz gramáticos anteriores, como Huerta ([1616]1993) e Roxo Mexia y Ocón (1648), para quem a partícula *-raycu* (que significa *por amor a* ou *por causa de*) é uma posposição de ablativo.

De todo modo, em seção denominada "Del modo con que se corresponde en esta lengua a las preposiciones latinas", o autor expõe, de maneira clara, seus referenciais metodológicos greco-latinos, citando, diretamente, Antonio de Nebrija:

> No hago question de si se hande llamar las de esta lengua: preposiciones o posposiciones. Solo digo que todas se posponen. Tampoco aueriguo de que caso son, quando veo tanta distancia en el corresponder. Solo pretendo

> enseñar aqui lo que en esta lengua corresponde a cada una de las latinas, y el modo de usarlas: pues todas se reducen a los dos breves arancelillos que delas nos hace Antonio Nebrixa. (Melgar, 1691, fol. 51v)

Uma vez mais, as afirmações de Melgar (1691), no excerto em questão, parecem colocar às claras as dificuldades em comparar as preposições latinas com aquelas descritas para a língua quéchua e compreender as segundas pelo comportamento das primeiras. De toda maneira, as posposições, ou preposições, nesse modelo, seguem responsáveis pela expressão do caso nominal, na língua andina, em contexto dominado, abertamente, pelo tratamento morfossintático e funcional da rede relacional de termos sob exame. Das 172 ocorrências dos metatermos designativos da categoria de caso nominal, em Melgar (1691), apenas 20 delas situam-se na seção destinada ao estudo da sintaxe:

Quadro 11: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Melgar (1691)

Capítulos	Caso	Nom	Geni	Dati	Acu	Voc	Abla	Effe
Textos prefaciales	1	-	-	-	2	-	-	-
De la declinación	1	3	8	2	6	2	2	-
Del pronombre	-	3	8	2	1	-	-	-
De la conjugacion	1	1	-	1	1	-	-	-
Del verbo actiuo	2	9	5	3	4	-	1	-
Del modo de formar transiciones	-	4	-	-	4	-	-	-
En que se enseña el vso de algunas particulas muy frequẽtes en las oraciones	-	3	2	-	2	-	-	-
Del vso de los casos	3	2	7	13	20	2	14	-
De las particulas que componen verbos	-	-	-	-	-	-	-	-
De los verbos defectiuos	-	-	-	-	1	-	-	-
Del comparatiuo, y superlatiuo	-	-	1	-	2	-	1	-
De los numerales	-	-	-	-	-	-	-	-
De la preposición	-	-	-	-	-	-	-	-
Del aduerbio	-	-	-	-	-	-	-	-
De la interjecion	1	-	-	-	-	-	-	-
De la conjuncion	-	1	-	-	-	-	-	-
De la oración	2	5	2	5	3		3	
Total	11	31	33	26	46	4	21	-

6.1.9 Nieto Polo (1753)

A última gramática quéchua do período colonial, a *Breve instruccion o Arte para entender la lengua comum de los indios segun se habla en la Provincia de Quito*, do padre jesuíta Nieto Polo (1753), dedica-se, como o próprio nome indica, à variante equatoriana da língua andina:

> [...] por superior orden, me dedique à componer este Arte de la Lengua comum de los Indios de estas partes de Quito, y Maynas, para cuya composicion, me informe primero de alguno otro, que avia estado en Maynas, de algunas cosas particulares, y dignas de apuntarse, para los que desean ir por allà, llevados de su zelo, y fervor. (Nieto Polo, 1753, Texto Prefacial *Al Lector*)

Quanto à *visão* e à *técnica* que estruturam o trabalho linguístico do autor, observa-se uma notável continuidade das perspectivas do jesuíta em relação a seus predecessores. Também aqui, o método das oito partes do discurso, com *focalização* incontestável para o tratamento morfossintático dos fenômenos gramaticais, tomados preferencialmente de contextos semânticos e funcionais, organiza a tônica do projeto didático em questão: "El methodo, que sigo, es claro pues bajo de las ocho partes de la Oracion, que señalo, explico todo lo necesario, paraque con solidez se entienda la Lengua" (Nieto Polo, 1753, Texto Prefacial *Al Lector*). As oito partes da oração, do ponto de vista de Nieto Polo (1753), são aquelas já identificadas na tradição descritiva colonial: "Hallanse en esta Lengua todas las ocho partes de una Oracion, es a saber, Nombre, Pronombre, Verbo, Participio, Preposicion, Adverbio, Interjeccion, y Conjunccion" (Nieto Polo, 1753, fol. 2r).

Nesse modelo gramatical, seguindo a perspectiva dominante desde o século XVI - materializada pelas estratégias do Anônimo (1586) -, o nome substantivo apresenta "uma mesma declinação", "sem variação de casos", como a língua latina: "Todos los

Nombres en esta Lengua tienen una misma declinacion, y no tienen la variacion de casos, que tienen la Latina, sino por ciertas particulas, que se posponen al Nombre". (Nieto Polo, 1753, fol. 2r). De fato, como nos casos anteriores, as preposições, nesse contexto, também chamadas partículas, garantem a declinação dos nomes quéchuas: *-pi*, *-huan* e *–manta* (para o ablativo), *-ta* (para o acusativo), *-pac* (para o dativo), tal como descreve o jesuíta, na seção dedicada ao exame das posposições (cf. Nieto Polo, 1753, fols. 22r-23r). Como forma de determinar o *conteúdo focal* da categoria de caso dos nomes, em quéchua, Nieto Polo (1753), em franca continuidade com a tradição precedente, faz uso de paradigmas representativos da declinação preposicional dos nomes, tomados, aqui, ainda uma vez, em contextos marcadamente semânticos e funcionais:

Nominativo → puncha → el dia
Genitivo → punchapac → del dia
Dativo → punchapac → para el dia
Acusativo → punchata → al dia
Acusativo → punchaman → al dia
Vocativo → puncha → o dia
Ablativo → punchapi → en el dia
Ablativo → punchahuam → con el dia
Ablativo → punchamanta → del dia
(cf. Nieto Polo, 1753, fol. 3v)

No plural:

Nominativo → punchacuna → los dias
Genitivo → punchacunapac → de los dias
Dativo → punchacunapac → para los dias
Acusativo → punchacunata → a los dias
Acusativo → punchacunaman → a los dias
Vocativo → punchacuna → o dias
Ablativo → punchacunapi → en los dias
Ablativo → punchacunahuam → con los dias
Ablativo → punchacunamanta → de los días
(cf. Nieto Polo, 1753, fol. 4r)

Com efeito, o destaque em relação aos paradigmas da declinação casual, em Nieto Polo (1753), recai sobre a partícula *-pac*, de genitivo. Pelas palavras do autor:

> El genitivo propriamente tiene una (p) sola en los acabados en vocal, (pa) en los acabados en dos vocales, ò consonante; pero ya no usan por estas partes de esta particula, sino de esta otra *pac*. (Nieto Polo, 1753, fols. 2r-2v)

Registra desse modo, o jesuíta, uma particularidade, segundo sua interpretação, da variante quéchua equatoriana, no que diz respeito à partícula *-pac* de genitivo. Quanto ao caso acusativo, como vimos, restam mantidas as duas formas relacionadas anteriormente: *-ta*, utilizada com verbos de quietude; e *-man*, empregada com verbos de movimento. O quadro a seguir apresenta as ocorrências da rede terminológica da categoria de caso nominal nas diversas seções da gramática de 1753:

Quadro 12: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Nieto Polo (1753)

	Caso	Nom.	Gen.	Acu.	Dat.	Abl.	Voc.
Del nombre	7	2	1	1	2	1	1
Declinaciones de los nombres	1	2	2	2	2	2	2
Del pronombre	2	1	3	-	-	-	-
Del verbo	1	1	-	8	4	1	-
De los nombres, que salen de verbos	-	-	-	-	-	-	-
De los relativos interrogativos	-	1	-	-	-	-	-
De los relativos en caso obliquo	2	-	2	-	-	-	-
De los comparativos	-	-	-	2	-	3	-
De los superlativos	-	-	-	-	-	-	-
Numeros	-	-	-	-	-	-	-
De los nombres ordinales	-	-	-	-	-	1	-
De la preposicion	-	-	-	-	-	-	-
De los advérbios	-	-	-	-	-	-	-
De las interjecciones	-	-	-	-	-	-	-
De las conjunciones	-	-	-	-	-	-	-
Particulas diversas	-	-	-	-	-	-	-
Nombres de consanguinidad, y afinidad	-	-	-	-	-	-	-
De la orthographia	-	-	-	-	-	-	-
Del acento	-	-	-	-	-	-	-
Explicacion de oraciones	-	5	-	4	1	2	-
Total	13	12	8	17	9	10	3

Em sua breve Arte, desenvolvida em apenas 60 páginas, Nieto Polo (1753) privilegia, como demonstra o quadro acima, o tratamento morfossintático para os metatermos designativos da categoria de caso nominal, na língua andina, circunscrevendo a maioria das ocorrências da terminologia em questão no capítulo destinado ao exame da declinação nominal. De fato, das 72 ocorrências registradas, 60 encontram-se nas seções dedicadas ao estudo das partes da oração e apenas 12 no capítulo exclusivo que desenvolve a sintaxe. Tal *incidência* para a atualização da metalinguagem de caso em quéchua configura-se de modo claramente dominante, como demonstramos até aqui, no que diz respeito ao contexto colonial. No século XIX, entretanto, assistiremos a uma inversão desse quadro, com uma *focalização* maior para os temas sintáticos.

6.1.10 Mossi (1857)

A primeira gramática quéchua editada no século XIX foi publicada em Sucre (Bolívia), no ano de 1857, pelo padre Honorio Mossi que, à época, atuava no Colégio de *Propaganda Fide* da cidade de Potosí (Bolívia). Trata-se de um projeto linguístico marcadamente normativo, devotado à variante cuzquenha, em conformidade com os preceitos do Terceiro Concílio Limenho, realizado quase três séculos antes dele (cf. Mossi, 1857, p. 1). A definição de gramática em Mossi (1857) é a seguinte:

> [..] el conjunto ordenado de las reglas del lenguage que vemos observadas en los escritos, ó conversacion de las personas doctas [...] y siendo el objeto de la gramática el lenguage, ante todo se han de considerar sus propiedades, y accidentes, su filiacion, ó variaciones de sus partes separadas; y despues el modo de ordenar dichas partes para formar con ellas las proposiciones [...] (Mossi, 1857, p. 2)

Em conformidade com os principais vernaculistas do Humanismo, Mossi (1857) mantém o argumento da *auctoritas* como forma de legitimar sua proposta gramatical de cunho essencialmente prescritivo e filológico. Assim, preserva, em linhas gerais, em relação aos autores que o antecedem, a *visão*, a *focalização* e o *método* que sustentam seu projeto linguístico, partindo da análise das oito partes da oração (as mesmas identificadas por seus antecessores), como forma de organizar e sistematizar seus temas gramaticais, com destaque para as abordagens morfossintáticas sobre as sintáticas. Com efeito, nas 72 páginas em que se distribuem a gramática quéchua de 1857, temos as seguintes seções, nesta ordem: ortografia (5 páginas); analogia - ou estudo das partes da oração - (52 páginas); sintaxe (13 páginas); e prosódia (2 páginas).

Quanto à categoria gramatical de caso nos nomes substantivos, Mossi (1857) declara, acompanhando Santo Tomás ([1560]1995), que o nome quéchua não declina. Pelas palavras do autor:

> En la lengua jeneral del Perú, el nombre sustantivo y adjetivo, masculino y feminino, y el pronombre cualquiera que sea no tiene declinacion, sino por las particulas y posposiciones de que hemos hablado en el capítulo anterior [...] (Mossi, 1857, p. 8)

De fato, segundo o fragmento em questão, o nome quéchua não declina - não apresenta efetiva flexão casual, como na língua latina - a não ser pelas *partículas* ou *posposições* que o acompanham. O argumento de Mossi (1857), na esteira de Santo Tomás ([1560]1995), ratifica que o *caso dos nomes*, na língua andina, é sistematizado pela composição dos nomes com as posposições (preposições), verdadeiras responsáveis, estas últimas, pela expressão casual, nesse contexto. O paradigma que organiza a categoria de caso nominal para os substantivos, em Mossi (1857), apresenta-se da seguinte maneira:

Nominativo → Dios → Dios
Genitivo → Diospa → de Dios
Dativo → Diospac → para Dios
Acusativo → Diosta → á Dios
Vocativo → Diosniy → ó Dios
Ablativo → Diosmanta → de Dios
(cf. Mossi, 1857, p. 8)

No plural:

Nominativo → dioscuna → los dioses
Genitivo → dioscunac → de los dioses
Dativo → dioscunapac → para los dioses
Acusativo → dioscunacta → á los dioses
Vocativo → dioscunay → ó dioses
Ablativo → dioscunamanta → de los dioses
(cf. Mossi, 1857, p. 8)

A primeira observação relativa aos paradigmas supracitados diz respeito ao genitivo plural: o autor afirma (acertadamente) que os gramáticos da língua quéchua postulam, antes dele, para o genitivo, a partícula *-p*, para palavras terminadas em vogal simples, e a partícula *-pa*, para palavras terminadas por dupla vogal ou por consoante. Da perspectiva de Mossi (1857), entretanto, a partícula *-p* teria evoluído para *-c*, fato que explicaria a alteração observada no genitivo plural *Dioscunac* (*de los dioses*). A segunda observação pertinente, nesse contexto, diz respeito às formas do acusativo: de fato, para Mossi (1857), a partícula de acusativo, *-ta*, liga-se a nomes terminados por duplas vogais ou por consoantes, enquanto *-cta* associa-se a nomes terminados por vogais simples. Enfim, sobre o caso vocativo, Mossi (1857) apresenta-nos, nos paradigmas transcritos anteriormente, outras alterações: as partículas *-niy* (para o vocativo singular) e *-y* (para o vocativo plural), conformem atestam os exemplos em questão.

No capítulo em que trata dos *artículos*, o gramático enumera, ainda, outras partículas ou posposições de ablativo: *-huan* (*con él*); *-raycu* (*por él*); e *-pi* (*en él*) (cf.

Mossi, 1857, p. 7). Com efeito, afora as pequenas alterações transcritas acima, o *conteúdo focal* da categoria de caso dos nomes substantivos, em Mossi (1857), segue aproximado à perspectiva colonial, sobretudo a Santo Tomás ([1560]1995), para quem não há efetiva declinação casual em quéchua. O caso dos nomes substantivos expressa, aqui, do viés morfossintático, as funções que esses nomes designam nas orações em que são empregados. Trata-se de uma propriedade ou acidente dos nomes (tal como compreendiam os gramáticos clássicos) que torna possível (por meio das partículas, *artículos* ou posposições) a ordenação desses mesmos nomes na linearidade da oração.

Do ponto de vista do critério da *incidência*, por sua vez, observam-se, certamente, outras continuidades: a metalinguagem relativa à categoria gramatical em questão assenta-se em um projeto linguístico filológico, normativo e com predomínio das abordagens morfossintáticas, como já mencionamos anteriormente. É o que se evidencia pelo quadro a seguir, segundo o qual, das 681 ocorrências dos termos relativos à rede terminológica em questão, pouco mais de um terço, 237 termos, estão situados em capítulos dedicados ao estudo da sintaxe. Os demais 444 termos atualizam-se no âmbito das abordagens morfossintáticas, agrupadas, aqui, nas seções destinadas ao exame da Analogia.

De fato, o texto gramatical de 1857 inaugura, dentre os materiais de análise selecionados para esta Investigação, a produção gramatical quéchua em âmbito republicano. Mossi (1857), como destacamos no Capítulo IV, dedica seu trabalho linguístico ao então presidente da Bolívia, à época - o caudilho José María Linares Lizarazu -, de forma incensada e eloquente, embandeirando o autoritário chefe militar em sua glória pessoal. Todavia, de uma perspectiva estritamente linguística, não podemos registrar, na gramática em questão, ruptura significativa em relação à producão linguística colonial: ao contrário, como afirma o próprio autor, a intenção,

ainda neste contexto, é reproduzir as estratégias linguísticas gestadas pelo Terceiro Concílio Limenho (cf. Mossi, 1857, p. 1) de maneira a disponibilizar uma norma clara e eficiente do quéchua oficial (variante cuzquenha) que auxilie os clérigos, do período, na difícil tarefa de "salvar" as almas nativas americanas (cf. Mossi, 1857, Texto Prefacial – *El Su Excelencia el Sr. Dr. José Maria Linares Presidente actual de la República Boliviana*).

Quadro 14: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Mossi (1857)

	Caso	Nom.	Gen.	Acu.	Dat.	Abl.	Voc.
Textos prefaciales	-	-	-	-	-	-	-
Ortografia	-	-	-	-	-	-	-
Analogia (del artículo)	3	4	6	7	6	12	3
Analogia (de la declinacion)	1	4	4	4	4	6	4
Analogia (declinacion del participio)	2	25	31	28	26	26	15
Analogia (declinacion del pronombre)	5	33	36	33	31	32	2
Analogia (del verbo)	9	6	9	19	-	7	-
Sintaxis (de la especie de los verbos)	-	2	7	6	-	2	-
Sintaxis (de la construccion de los verbos)	11	27	30	45	23	16	-
Sintaxis (de la construccion comum para todos los verbos)	2	8	18	18	5	16	-
Prosodia	-	-	1	1	-	-	-
Total	33	109	142	161	95	117	24

6.1.11 Montaño (1864)

O pequeno *Compendio de la gramatica quichua comparata con la latina*, de Manuel María Montaño, é o primeiro, no século XIX, a assumir traços característicos da *técnica* conhecida como análise lógica, examinada, no capítulo anterior, relativamente às gramáticas espanholas de San Pedro (1789) e Noboa (1839).

De fato: embora Montaño (1864) desenvolva uma metodologia ainda bastante aproximada ao repertório descritivo dos humanistas, seu compêndio gramatical, refletindo o clima de opinião de sua época (cf. Koerner, 1996), desliza em direção à corrente racionalista - herdeira dos estudos ilustrados do século XVIII -, o que redunda numa *focalização* muito mais sintática dos temas linguísticos examinados, como demonstraremos na sequência.

No que diz respeito, entretanto, à *visão* que estrutura o projeto gramatical de Montaño (1864), é preciso reconhecer a continuidade expressiva das perspectivas filológicas e normativo-descritivas que enquadram essa obra, como as anteriores, no *programa descritivista*, segundo tipologia oferecida por Swiggers (2004): "La Gramática Quichua, es, el conjunto de reglas que enseñan a hablar i escribir esta lengua. Tiene cuatro partes: Ortografia, Analojia, Sintaxis i Prosodia" (Montaño, 1864, p. 2).

Com efeito, mantendo o *método natural* (ou *ordem natural*) como forma de apresentação de seus temas gramaticais, Montaño (1864) compreende a gramática como um "conjunto de regras", orientadas no sentido da normatização da fala e da escrita. A diferença, aqui, reside, certamente, na ampliação do público-alvo a que se destina o trabalho do autor: todos aqueles interessados nas conferências religiosas, no trato familiar ou no desenvolvimento do comérico, tal como destacamos no Capítulo IV (cf. Montaño, 1864, p. 1).

Outra importante alteração que marca a gramática quéchua de 1864 diz respeito à identificação das partes da oração: "Las partes de la oracion son nueve: Nombre, Adjetivo, Pronombre, Verbo, Participio, Adverbio, Posposicion, Interjeccion i Conjuncion. (Montaño, 1864, p. 3). Contrariando todos os autores que o precederam, Montaño (1864) subdivide a classe dos nomes em substantivos (*nombres*) e adjetivos, reconhecendo, dessa maneira, 9 classes de palavras para a língua andina, e não 8, como

propunham os gramáticos missionários do período colonial. Eis, aqui, outra estratégia descritiva característica do século XIX, que diferencia a produção gramatical quéchua, nesse contexto, das diretrizes metodológicas assumidas em séculos anteriores.

Quanto aos nomes substantivos, na língua andina, o autor emprega a seguinte definição: "El nombre, indica las personas, objetos o cosas. Se declina por los seis casos a semejanza del Latin i Castellano" (Montaño, 1864, p. 3). Com efeito, de modo similar ao Anônimo (1586), o gramático sustenta a declinação do nome quéchua por meio das posposições (declinação preposicional), descrevendo o *conteúdo focal* da categoria de caso por meio de paradigmas da declinação nominal:

Nominativo → runa → el hombre
Genititivo → runap → del hombre
Dativo → runapac → para el hombre
Acusativo → runata / runaman → al hombre
Vocativo → A runa → oh hombre
Ablativo → runaraicu → por el hombre
Ablativo → runapi → en el hombre
Ablativo → runahuan → con el hombre
Ablativo → runamanta → segun o conforme la voluntad del hombre
(cf. Montaño, 1864, p. 4)

No plural:

Nominativo → runacuna → los hombres
Genititivo → runacunap → de los hombres
Dativo → runacunapac → para los hombres
Acusativo → runacunata / runacunaman → a los hombres
Vocativo → A runanacu → oh hombres
Ablativo → runacunaraicu → por los hombres
Ablativo → runacunapi → en los hombres
Ablativo → runacunahuan → con los hombres
Ablativo → runacunamanta → segun o conforme la voluntad de los hombres
(cf. Montaño, 1864, pp. 4-5)

Além de retomar o exemplo empregado no modelo do Anônimo (1586) - o vocábulo *runa* (homem) -, os paradigmas de Montaño (1864) recuperam, ainda, a distinção entre um acusativo com verbos de quietude (*-ta*) e outro com verbos de movimento (*-man*), tal como se observa no texto de 1586, por oposição a Mossi (1857).

A definição das posposições, da mesma forma, segue o padrão dominante estipulado pelos gramáticos coloniais: "Las preposiciones, que en latin se anteponen rigiendo los casos respectivos, en la quichua se posponen ya al acusativo, ya al ablativo, ya a los demas casos [...]" (Montaño, 1864, p. 79).

A grande novidade, nesse contexto, reside numa *focalização* sintática para o tratamento dos metatermos relativos à categoria de caso nomial. Permitimo-nos, a esse respeito, uma citação um pouco mais alongada do texto gramatical de 1864:

> En este tratado se esplicarán analíticamente las diversas frases i modos, por los que deben variarse las oraciones latinas llamadas romanses por los gramáticos, i que en la mayor parte son conformes con la Quichua que tambien admite variaciones segun su índole. [...]
> Regla 1ª. El nombre puesto en nominativo, concuerda con el verbo, i el adjetivo que sirve de atributo, se antepone al verbo; p e, Pedro ama, *Pedro munan*, Petrus amat [...]
> Regla 2ª. El jenitivo indica posesion pertenencia [...] Nótese que el jenitivo en la quichua, siempre se antepone al nominativo [...]
> Regla 3ª. El dativo indica probecho, adquisicion o daño, segun las oraciones o proposiciones ; p e, Compraré un libro para Pedro, *Pedropac uc librota rantisac*. Emam Petro Librum.
> Regla 4ª. El acusativo indica unas veces objeto, i entónces se usa de la posposicion *ta* como en el ejemplo precedente *librota*. Otras veces indica movimiento i se usa de la posposicion *man*; p e, Iré a la Iglesia, *Iglesiaman risac*, Ibo ad vel in ecclesiam. (Montaño, 1864, pp. 52-53)

De fato, o excerto supracitado demonstra a atualização dos termos relativos à categoria gramatical de caso no âmbito próprio da sintaxe, a partir de critérios semânticos e funcionais. Nesse sentido, a metodologia e os exemplos explorados por Montaño (1864) não divergem significativamente das estratégias anteriores, embora se

utilize, nesse contexto, o termo "analíticamente", ligado à corrente racionalista que expressa a *técnica* da análise lógica.

Com efeito, tal como destacamos no Capítulo V, a partir da leitura de Iglesias Bango (2010), o método racionalista encontra-se totalmente desenvolvido, na tradição gramatical espanhola, na obra de Noboa (1839), em que a terminologia clássica da categoria gramatical de caso é praticamente toda substituída por termos outros que sublinham maior critério formal das análises: *sujeito*, no lugar de *nominativo*; *objeto direto*, em vez de *acusativo*; *objeto indireto*, e não *dativo*; *complemento modificativo*, como referência ao *ablativo*. Ademais, em Noboa (1839), como ressalva Iglesias Bango (2010), a unidade de análise na sintaxe deixa de ser a *palavra*, como se evidencia na tradição gramatical clássica, e passa a constituir-se por *elementos menores da oração*, tomados, agora, a partir das relações de complementariedade entre termos regentes e termos regidos (cf. Noboa, 1839, p. 190). De fato, na sistematização de Noboa (1839), a *palavra* perde, em prespectiva morfossintática, toda a profundidade que a caracteriza no modelo greco-latino: o princípio da analogia, que garante, aos nomes, acidentes específicos (como o acidente de gênero, número e caso) responsáveis, em profundidade, por atualizar a diccção na linearidade da oração, são, no novo modelo, tratados em perspectiva bastante mais *formal*, em detrimento das perspectivas *semânticas* e *funcionais* anteriores.

No que compete especificamente a Montaño (1864), é forçoso reconhecer, entretanto, que suas *técnicas* descritivas alinham-se, em escala, muito mais às metodologias filológicas empregadas pelos humanistas, visto que a metalinguagem designativa da categoria gramatical de caso, para os nomes substantivos, apresenta-se, de maneira bastante produtiva, tanto nas seções destinadas ao exame das partes da oração quanto naquelas dedicadas ao estudo da sintaxe. Nos fragmentos a seguir,

destacamos outras abordagens sintáticas para a terminologia em questão, relativas aos verbos ativos:

> Cuando el verbo activo, ademas del término de la accion u objeto, señala persona o cosa de daño o provecho, este último se pone en dativo i el término de la accion en acusativo; p. ej. Yo hago casa para Pedro. *Pedropac huasita rurani*. (Montaño, 1864, p. 62)

Ou, então:

> Si el verbo activo indica dos acusativos, uno de cosa u objeto, i otra de persona o término de la accion del verbo; como yo enseño la quichua a Pedro, el acusativo de cosa, se pone con la posposicion *ta*, i el de persona con la posposicion *man*; i se harà la construccion así: lenhuata (sic) Pedroman yachachini. (Montaño, 1864, p. 62)

De fato, em concordância com os gramáticos anteriores, Montaño (1864) aplica a terminologia da rede gramatical de caso na descrição da estrutura da oração quéchua, tal como demonstram os excertos supracitados. Todavia, em descontinuidade com os projetos que o antecederam, o autor privilegia a atualização da rede terminológica de caso nominal no âmbito da sintaxe. Não é pouco. Trata-se de uma tendência dominante, no século XIX, dada por influência do clima de opinião, da época, fundamentado nos princípios da análise lógica.

Com efeito, das 258 ocorrências totais dos termos relacionados à categoria de caso nominal, em Montaño (1864), 105 delas acomodam-se em seções pautadas pelo estudo morfossintático das partes da oração e 153 (a maior parte) em capítulos dedicados ao exame da sintaxe:

Quadro 15: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Montaño (1864)

Seções	Caso	Nom	Geni	Dati	Acu	Voc	Abla	Effe
Proemio	-	-	-	-	-	-	-	-
Ortografia	-	-	-	-	-	-	-	-
Del nombre	2	7	9	6	7	5	5	-
Del adjetivo	-	4	4	4	4	4	4	-
Del pronombre	1	10	10	10	9	-	-	-
Del verbo	-	-	-	-	-	-	-	-
Conjugacion de las oraciones transitivas	-	-	-	-	-	-	-	-
Del participio	-	-	-	-	-	-	-	-
Del adverbio	-	-	-	-	-	-	-	-
De la posposicion	-	-	-	-	-	-	-	-
De la interjeccion	-	-	-	-	-	-	-	-
De la conjuncion	-	-	-	-	-	-	-	-
De la sintaxis	3	4	2	1	1	1	1	-
Constuccion del verbo sustantivo	-	15	4	1	3	-	3	-
Construccion del verbo activo	-	2	1	1	5	-	3	-
Del relativo	3	4	11	3	4	-	2	-
Del *que* conjuntivo	-	-	1	-	1	-	-	-
Del gerundio simple i compuesto	-	2	-	-	3	-	3	-
De los gerundios mistos	-	-	1	-		-	1	-
Gerundios de genitivo, dativo, acusativo i ablativo	1	-	2	2	2	-	3	-
Romance	-	-	2	4	2	-	7	-
Construccion del adverbio	1	1	-	-	1	-	5	-
Construccion de las posposiciones	2	-	-	-	8	-	8	-
Construccion de la interjecciones	-	1	-	-	-	1	1	-
Construccion de las conjunciones	-	-	-	-	-	-	-	-
Prosodia	2	4	2	-	-	1	-	-
De las figuras	-	-	-	-	´-	-	-	-
Ocorrências totais	15	54	49	32	50	12	46	-

Nasce, aqui, um ponto de inflexão importante na trajetória da produção gramatical quéchua, no que diz respeito à *focalização* do projeto linguístico de Montaño (1864) e ao parâmetro de *incidência* que contextualiza a metalinguagem designativa da categoria de caso dos nomes, na língua andina. Veremos, na sequência, que essa virada metodológica, com amplo destaque para a sintaxe, mostrar-se-á dominante nos gramáticos subsequentes.

6.1.12 Nodal (1872)

José Fernandez Nodal, notável advogado peruano, publica em Cuzco, no ano de 1872, uma obra fascinante, sobre a língua quéchua, composta por 5 livros, tal como assinalamos no Capítulo II: o primeiro livro (pp. 1-92) desenvolve temas relacionados à filosofia da linguagem; o segundo (pp. 95-140) apresenta uma gramática quéchua; o terceiro (pp. 143-236) dedica-se ao exame da sintaxe; o quarto (pp. 239-332), à análise da ortografia; e, finalmente, o quinto (pp. 335-441), ao estudo da prosódia.

Nos textos prefaciais aos livros que organizam sua obra, Nodal (1872) explicita suas referências bibliográficas para o quéchua:

> Los datos mas importantes que han proporcionado el caudal para formar la base de cuantos estudios serios se han emprendido sobre este idioma son los trabajos de tres sacerdotes católicos, de orígen español, á saber: el religioso mercedario F. Martin de Victoria, que fué uno de los primeros que redactó una gramática y vocabulario del Quichua, pero que su muerte prematura impidió su publicacion; el religioso domínico F. Domingo de San Thomas, y el jesuita F. Diego Gonzalez de Holguin, natural de Cáceres en la Extremadura, cerca de Portugal. (Nodal, 1872, p. ix)

De fato, dois dos mais destacados gramáticos da língua quéchua, Santo Tomás ([1560]1995) e González Holguín (1607), aparelham o repertório descritivo de Nodal (1872), segundo informações do próprio republicano. O excerto transcrito anuncia, além do mais, outra gramática quéchua, anterior a Santo Tomás (1560), do religioso F. Martin de Victoria[27] (s.d.), que não teria vindo à publicação, em decorrência do falecimento prematuro de seu autor.

Nodal (1872) introduz seu trabalho linguístico, no Livro I, com reflexões filosóficas, sobre a linguagem, diferenciando, inicialmente, *gramática geral* de

[27] ESPARZA-TORRES & NIEDEREHE (2012, p. 456) citam, da mesma forma, a *Arte y vocabulario de la lengua del Inca*, escrita por F. Martin de Victoria, no século XVI, anteriormente à gramática dominicana de Santo Tomás, publicada em 1560.

gramática particular. A definição para *gramática geral*, na perspectiva do autor, é a seguinte:

> [...] *gramática general* es la ciencia razonada de las leyes y principios inmutables y generales de la palabra pronunciada ó escrita en todas lenguas. Por *ley* entendemos aquí, el modo constante y uniforme como un fenómeno se presenta siempre en las mismas circunstancias. *Principio* es la causa, el motivo, el elemento generador de esta uniformidad [...] Se dice *ciencia*, porque su objeto no es mas que la especulacion razonada de los principios inmutables y leyes generales de la palabra. (Nodal, 1872, pp. 4-5)

Como definição para *gramática particular*, por outro lado, temos os seguintes enunciados:

> *Gramática particular* es el arte de hacer concordar los principios inmutables y generales de la palabra pronunciada ó escrita con las instituciones arbitrarias y usuales de una lengua particular. Se dice *arte*, por ser un conjunto de *reglas* que forman un método de perfeccionamiento, y que es indispensable seguir, so pena de no ser comprendido. Por *regla* entendemos aquí, el uso atentamente considerado y metódicamente espresado por autoridad competente, esto es, por el cuerpo de sabios y parte de literatos del pueblo. (Nodal, 1872, p. 5)

Com efeito, Nodal (1872) distigue, perfeitamente, uma *gramática geral - ciência* das *leis imutáveis* e dos *principios causais* que regem a linguagem verbal humana - de uma *gramática particular - arte* que expressa o *conjunto de regras* empregado pelos *doutos usuários* de uma língua específica. A *Ciência Gramatical*, nesse contexto, representada por Tomás de Erfurt, em sua *Gramática especulativa* ([séc. XIV]1947), e por Sánchez de las Brozas, em sua *Minerva o de la propiedad de la lengua latina* ([1587]1976), tal como demonstramos no Capítulo V, está orientada por nítido *viés nocional* (cf. Borges Neto, 2004, pp. 44-49) e situada no campo de investigação do *programa de correspondência* (cf. Swiggers, 2004). A *Arte Gramatical*, por sua vez, figura os trabalhos linguísticos de Dionísio de Trácia, em sua *Téchnē Grammatikḗ* ([séc. I a.C.]2002), e dos vernaculistas do humanismo, como Antonio de Nebrija - em suas *Introduciones latinas* ([1488]1996) ou em sua *Gramática castellana* ([1492]1992) -, e

está conduzida por notável *viés filológico* (Borges Neto, 2004, pp. 44-49), incorporada ao *programa de investigação descritivista*, na tipologia empregada por Swiggers (2004).

De fato, Nodal (1872) é o único autor, na gramaticografia quéchua compreendida entre os séculos XVI e XIX, que estabelece um estudo de corte *nocional* (filosófico) para a língua andina, no Livro III, da obra de 1872, denominado *Sintáxis quichua* (desenvolvido às páginas de 143 a 236). Não obstante, o Livro II, nessa mesma obra (desenvolvido às páginas de número 95 a 140), apresenta-nos uma *gramática particular* para a língua-objeto, intitulada, simplesmente, como *Gramática quichua*. Será necessário, portanto, em relação ao texto de Nodal (1872) - *Elementos de gramática quichua ó idioma de los Yncas* - considerar, separadamente, essas duas abordagens: a abordagem filológica, da *Gramática quichua* (Livro II), e a abordagem nocional (filosófica, geral), da *Sintáxis quichua* (Livro III), para podermos analisar, em perspectiva contrastiva, as diferentes *visões* e *técnicas* que sustentam os projetos linguísticos em questão.

Antes, porém, voltemos ao Livro I, no qual o republicano, no âmbito próprio da filosofia da linguagem, identifica as analogias universais, invariáveis, para qualquer língua natural:

> [...] por mas diferencias que se hallen en los idiomas, todos tienen un rasgo característico comun, que, en cierto modo, es la base fundamental del lenguage en general. Estos rasgos son: 1º, en todo idioma las letras estan clasificadas en dos grupos grandes, las vocales y las consonantes; 2º, la mayor parte de esas letras se encuentran en las lenguas, y sufren alteraciones demasiado regulares en la misma nacion por el lapso de los siglos ó por el tránsito de palabras de una nacion á otra; 3º, muchas partes del discurso, tales como el nombre, verbo, preposicion y adverbio son comunes á todas las lenguas; 4º, en las partes del discurso unas son constantemente invariables, y otras casi por todas partes variables; 5º, casi todas las lenguas tienen tiempos, y la mayor parte de ellas tienen tambien modos; 6º, en cada proposicion hai un sugeto, un predicado y ademas un verbo ó por lo menos un giro que haga veces de tal; 7º, mientras mas rica es una lengua en sus

> formas, tanto mas libre es su construccion, acomodada mas bien á la espresion de los sentimientos, que á la exigencia de la inteligencia. Estas analogías son hechos universales observados en toda asociacion humana en medio de las circunstancias y bajo el imperio de las costumbres las mas distintas. (Nodal, 1872, p. 4)

Com efeito, 7 analogias (causas) são enumeradas, por Nodal (1872), como componentes universais que organizam todo e qualquer código linguístico: presença de vogais e consoantes; mudança regrada das línguas naturais, no tempo e no espaço; presença das mesmas classes gramaticais em língua particulares (nome, verbo, preposição e advérbio); presença de palavras variáveis e invariáveis; estrutura linguística designativa da noção de tempo; existência de três partes específicas para a proposição (o sujeito, o predicado e verbo que os liga); maior ou menor liberdade (flexibilidade) sintática das línguas, como consequência direta da riqueza de suas formas (sobretudo lexicais).

Nesse primeiro Livro (*Filosofía del lenguaje*), os objetivos de Nodal (1872) visam a estabelecer e diferenciar critérios e métodos de análise, a partir dos quais a língua quéchua será examinada, objetivamente, nos livros posteriores. Nesse sentido, são fartas e detalhadas as definições de várias categorias gramaticais - como as da categoria de caso nominal - reproduzidas, no fragmento a seguir, a despeito de sua extensão:

> En las lenguas de los Griegos y Romanos, y las formadas sobre estos modelos, así como tambien otras antiguas, tales como el Quichua, los nombres, fuera de las terminaciones destinadas para representar *el género* y *el número*, tienen otras para espresar la idea accesoria llamada comunmente *caso*. Se dice este *nominativo*, cuando simplemente se enuncia el nombre de un objeto; *genitivo*, cuando designa la descendencia, pertenencia ó posesion; *dativo*, para señalar la persona á quien se da ó recomienda alguna cosa; *acusativo*, para marcar la persona á quien se acusa; *vocativo*, para saludar á alguno ó dirigirle la palabra; *ablativo*, para señalar la persona de quien se toma ó arranca alguna cosa. El conjunto de estas diversas modificaciones tanto en el singular como en el plural es lo que se llama *declinacion*. Las diferentes lenguas varían en cuanto al número de los casos, algunas, tales como el francés, el español, el inglés, carecen de los casos enteramente; otras cuentan tres ó cuatro; el latin tiene seis, y el Quichua podría tener tantos

> casos como son las partículas que van agregandose al nombre para imprimirle el significado accesorio, y al cual se enlazan como otros tantos ramos al tronco de su árbol. Bacon opina que, la abundancia de los casos en las lenguas antiguas revelan que los pueblos de esas épocas tuvieron el talento mas agudo y penetrante que los actuales modernos. El elemento fonético ó material de los casos puede variar con el uso, ni mas ni menos como los géneros ó las piezas de moneda se alteran ó gastan al roce ó frotamiento. Esto nos hace sospechar que las terminaciones de los casos fueron en su orígen palabras separadas, cuya significacion era capaz de indicar tal ó tal relacion, y con el uso frecuente esas palabras se redujeron á fragmentos, adhiriendose á la palabra precedente para solo formar una sola, al convertirse en terminaciones llamadas casos. De lo espuesto resulta que, el caso, segun la terminacion que lleve, pudiendo espresar diversas significaciones, debería tener tantas denominaciones de casos como fueran aquellas. Mas en Quichua para esplicar los fenómenos gramáticales, se ha adoptado, por ahora, la nomenclatura seguida por el Latin. (Nodal, 1872, pp. 13-14)

O longo excerto tem o mérito de sintetizar, da perspectiva filosófica de Nodal (1872), as concepções que regem a categoria gramatical de caso para o nome substantivo. De fato, partindo de definições marcadamente semânticas para os diversos tipos de caso nominal (genitivo indica a ideia de descendência ou posse; nominativo, a ideia de ação, por meio da pessoa que faz; acusativo, a ideia de passividade, por meio da pessoa que padece; e, assim por diante), o republicano inicia, à moda clássica, associando o conceito de caso à ideia de declinação, e afirmando que línguas como o francês, o espanhol e o inglês carecem de caso, completamente. Em seguida, revisa a perspectiva clássica que compreende, com frequência, caso como declinação nominal e admite que, originalmente, *palavras separadas* (dicções autônomas), nas línguas naturais, podem ter sido responsáveis por materializar a categoria gramatical em questão, de maneira similar ao que concebemos hoje como gramaticalização. Por outras palavras: o argumento de Nodal (1872), à semelhança de Hjelmslev (1978), postula que, de modo regrado no tempo, dicções independentes podem ter se desgastado e se agregado aos nomes substantivos, transmutando-se, ponto de vista formal, nos elementos flexionais dos vocábulos, como se oberva no latim ou no grego.

Destaque-se que, do ponto de vista de Hjelmslev (1987), as preposições configuram estapa decisiva na gramaticalização dos elementos flexionais da categoria de caso nominal, o que não é observado por Nodal (1872). Segundo leitura de Hjelmslev (1987, p. 9), o fenômeno que hoje designamos gramaticalização é determinante para identificar e analisar os casos dos nomes, sem que dissociemos o eixo diacrônico e o eixo sincrônico e as *técnicas* ditas comparativas daquelas denominadas gerais, tal como explicitamos no Capítulo anterior. Assim, da perspectiva de Hjelmslev (1987), garante-se que línguas como o espanhol, o português e o latim, sejam, todas elas, marcadas pela categoria gramatical de caso, expressa por diferentes formantes gramaticais (preposições e morfemas flexionais, por exemplo), fato que se prenuncia, de maneira peculiar, nos estudos de Nodal (1872).

Por fim, observemos, relativamente ao fragmento supracitado, que a presença das marcas flexionais de caso pode indicar, segundo a posição de Bacon (cf. Nodal, 1872, p. 14), maior *talento* dos povos antigos em comparação aos povos modernos, cujos códigos linguísticos prescindem das formas flexionais, como o espanhol e o português. De fato, parece persistir, no modelo de Nodal (1872), uma avaliação hierárquica para os diversos tipos de línguas naturais, sinalizada, nesse contexto, por uma deteriorização particular das línguas modernas destituídas de declinação nominal.

De qualquer forma, tal como anunciamos anteriormente, a abordagem filológica de Nodal (1872) - nos *Elementos de gramática quichua ó idioma de los Yncas* - está formalizada no Livro II - *Gramática quichua*. De fato, a definição de gramática, nesse contexto, apresenta-se da seguinte maneira:

> Gramatica Quichua es el arte de hacer concordar los principios generales é inmutables de la palabra, pronunciada ó escrita, con las instituciones y usos del Quichua, ó idioma nacional del Perú, cuando fué el imperio Tahuantinsuyo bajo la dominacion de los Yncas. (Nodal, 1872, p. 95)

Orientado-se pelas diretrizes filológicas que encaminham as análises linguísticas, no Livro II, Nodal (1872) identifica, como vários de seu predecessores, as oito partes da oração (ou discurso), em quéchua:

> Las partes del discurso ú oracion reconocidas en el Quichua son ocho, á saber nombre (sutina), pronombre (ransutina), verbo (ñnina), adverbio (hahuanina), participio (chayquena), preposicion (cazcatina), interjecion (huacyana), y conjuncion (tincullina). (Nodal, 1872, p. 96)

Na sequência, reporta-se, o gramático, aos nomes substantivos, identificando-os como aqueles que representam as substâncias, em quéchua, bem ao gosto da tradição gramatical antiga: "El nombre representa las sustancias. Por sustancia entendemos aquí las personas, los animales, todos los seres y cuanto existe en la naturaleza" (Nodal, 1872, p. 97). Os acidentes dos nomes, nesse contexto, são três: "el *género*, el *número* y la *declinación*" (Nodal, 1872, p. 98).

De fato, assumindo efetiva declinação para a língua andina, à luz do modelo descritivo latino, Nodal (1872) enumera as modificações finais das palavras quéchuas que formalizam a flexão casual dos nomes substantivos:

> Las modificaciones, que el nombre recibe bajo los distintos modos en que se le considera, se llaman casos, cuyas terminaciones en Quichua se representan del modo siguiente.
> *Nominativo*: (carece de terminacion, y basta el radical)
> *Genitivo*: *p* (si la voz acabare en vocal); *pa* (si la voz acabare por dos vocales ó por consonante)
> *Dativo*: *pac*
> *Acusativo*: *ta* (si la voz acabare por dos vocales ó por consonante); *cta* (se la voz acabare por una sola vocal)
> *Vocativo*: *ya* (se coloca al fin de la palabra, dividida por un guion); *â* (se coloca antes de la palabra, y se usa solo en las esclamaciones)
> *Ablativo*: *huan* (con); *pi* (en); *manta* (de - nocion de procedencia) (Nodal, 1872, p. 99)

Os paradimas de declinação casual, no modelo em questão, sintetizando o *conteúdo focal* da categoria de caso, na língua andina, são os seguintes:

Nominativo → contor → el condor
Genititivo → contorpa → del condor
Dativo → contorpac → para el condor
Acusativo → contorta → al condor
Vocativo → â contor / contor-ya → o condor
Ablativo → contorhuan → con el condor
Ablativo → contorpi → en el condor
Ablativo → contormanta → del condor
(cf. Nodal, 1872, p. 100)

No plural:

Nominativo → contorcuna → los condores
Genititivo → contorcunap → de los condores
Dativo → contorcunapac → para los condores
Acusativo → contorcunacta → a los condores
Vocativo → â contorcuna / contorcuna-ya → o condores
Ablativo → contorcunahuan → con los condores
Ablativo → contorcunapi → en los condores
Ablativo → contorcunamanta → de los condores
(cf. Nodal, 1872, p. 100)

Com efeito, o critério filológico organiza, de ponta a ponta, a sistematização da categoria gramatical de caso dos nomes substantivos, no segundo Livro de Nodal (1872) - *Gramática quíchua* - conforme atestam os paradigmas anteriores. No que diz respeito ao parâmetro da *incidência*, é preciso registrar, nesse contexto, uma *focalização* exclusivamente morfossintática, para o tratamento da metalinguagem em questão, a partir dos exame estrito das oito partes do discurso.

De fato, não existem seções dedicadas exclusivamente ao estudo da sintaxe, no Livro II de Nodal (1872); consequentemente, todas as 51 ocorrências dos metatermos designativos da categoria de caso nominal, nesse contexto, atualizam-se em âmbito morfossintático, circunscritos ao exame das partes da oração, tal como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 16: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Nodal (Libro II - *Gramática quichua*, 1872)

Seções	Caso	Nom	Geni	Dati	Acu	Voc	Abla	Effe
Analisis	-	-	-	-	-	-	-	-
Del alfabeto	-	-	-	-	-	-	-	-
Del nombre	1	6	5	5	5	6	5	-
Del adjetivo	2	-	1	-	-	-	2	-
De los nombres numerales	-	-	-	-	-	-	-	-
De los pronombres	4	-	1	-	-	-	-	-
Del verbo	-	-	2	1	1	-	2	-
Del participio	-	-	-	-	-	-	-	-
Del adverbio	-	-	-	-	1	-	1	-
De la interjecion	-	-	-	-	-	-	-	-
De la conjugacion	-	-	-	-	-	-	-	-
Ocorrências totais	7	6	9	6	7	6	10	-

Cenário bastante diverso pode ser observado, entretanto, no Livro III - *Sintáxis quichua* - em que toda a análise gramatical empreendida desenvolve-se em ambiência sintática. Termos como *análise*, *razão*, *juízo* e *proposição* são determinantes, no Livro III de Nodal (1872), para depreendermos a *visão*, a *técnica* e a *focalização* que gestam esta outra abordagem linguística do autor:

> El *análisis* ha considerado las palabras bajo su aspecto meramente elemental, encerradas en la órbita del aislamiento. Una palabra es, pues, le espresion de una idea, y al ser esta comparada con otra, produce un resultado, que comunicamos á aquellos á quienes hablamos, ó nos sirve á nosotros mismos para satisfacer la razon de las sensaciones que esperimentamos. Este modo de comparar las ideas, para cerciorarnos de la conveniencia ó discrepancia que en sí tienen, se llama *juzgar*. Cuando el resultado que así obtenemos, no pasa del límite del círculo intelectual, lo llamamos entonces *juicio*. Luego que este se reviste de la forma de la espresion pronunciada ó escrita, toma el nombre de *proposicion* ú *oracion*. En toda proposicion hai tres partes esenciales: 1ª, el objeto sobre que recae el juicio para afirmar ó negar algo de él, y se llama el sujeto ó la persona que hace; 2ª, la cosa comparada con el sujeto, y se llama atributo, régimen ó complemento; 3ª, la que fija ó enlaza esa relacion del atributo ó complemento al sujeto, y se le llama verbo ó cópula. (Nodal, 1872, p. 143)

Com efeito, de maneira semelhante ao que descrevemos para Sánchez de las Brozas ([1587]1976), no Capítulo V (cf. Cárdenas, 1976, p. 16), as *razões* (ou *causas*) mantêm-se como chave para a interpretação do método de Nodal (1872) em sua *Sintáxis*

quichua. Em continuidade relativa a princípios já estabelecidos por autores como Aristóteles (1988a; 1988b), Erfurt ([séc. XIV]1947) e o Brocense ([1587]1976), o gramático peruano defende o recurso à *razão* (ao *juízo*) como forma de investigação das *causas* profundas que levam ao verdadeiro conhecimento sobre a linguagem. Nesse sentido, a *proposição*, pronunciada ou escrita - meio objetivo pelo qual alcançamos o *juízo* - reveste-se de suas três partes essenciais: o *sujeito*, ou *pessoa que faz*; a *coisa comparada com o sujeito* (*atributo*, *regime* ou *complemento*); e o *verbo* ou *cópula*, que enlaça o *atributo* ao *sujeito*. De fato, os três elementos basilares da proposição ressurgem, na sintaxe de Nodal (1872), como estratégia de retomada dos critérios (*técnicas*) *nocionais*, tal como demonstramos, no Capítulo V, em relação a Aristóteles e ao Brocense: o primeiro indica *ónoma, rhēma* e *sýndesmos* com estruturas capitais da *proposição*; o segundo aponta *nomes* (ou entidades de tipo estático), *verbos* (ou entidades de tipo dinâmico) e *partículas* (responsáveis pelos laços de união entre nomes e verbos) com a mesma função. O estudo das três partes essenciais da proposição lógica configura, em todos esses contextos, uma disposição em considerar a linguagem verbal como um fenômeno *universal*, capaz de refletir a regularidade típica do pensamento, numa *visão* notadamente *filosófica*, por oposição às metodologias *filológicas* que caracterizam os esforços empreendidos no Livro anterior (Livro II - *Gramática quichua*).

Há, entretanto, na sintaxe proposta por Nodal (1872), elementos que identificam o trabalho descritivo do autor com a produção linguística específica do século XIX (clima de opinião da época). Destaque-se, a esse respeito, o emprego de termos como *análise*, *sujeito* e *complemento*, no excerto anterior, que, segundo Iglesias Bango (2010), traduzem a perspectiva *racionalista* da *análise lógica*, típica dos estudos linguísticos do período. Como outros gramáticos quéchuas de seu século, Nodal (1872)

vacila entre expressões metalinguísticas utilizadas preferencialmente entre os clássicos (pessoa que faz) e aquelas empregadas entre os racionalistas modernos (sujeito). De fato, como estabelecem os clássicos, o republicano distingue três partes principais para o estudo da sintaxe - *concordância*, *construção* e *regime*. Sobre a *concordância* e a *construção*, o autor nos diz o seguinte:

> SINTÁXIS es el arte de estabelecer el órden conveniente entre los términos ó palabras reunidas para la espresion del pensamiento. Las relaciones de las palabras solo pueden hacerse sensibles por dos medios, á saber: 1º, por alguna forma accidental, esto es, la CONCORDANCIA; 2º, por el lugar que dichas palabras ocupan en la frase ó proposicion, esto es, la CONSTRUCCION. (Nodal, 1872, p. 144)

Na sequência, o gramático apresenta-nos sua definição para o conceito de *regime*:

> Para espresar un pensamiento no basta acumular indistintamente las palabras, sino que es preciso haya entre ellas una correlacion universal que concurra á la espresion del sentido total. Esto se consigue con la determinacion del RÉGIMEN, el cual consiste en la forma particular que debe tomar el complemento gramatical de una palabra, por resultado de la relacion particular bajo la cual está entonces tomado. COMPLEMENTO de una palabra es todo lo que se le agrega para determinar su significacion de cualquier manera que sea. (Nodal, 1872, p. 145)

Além da *concordância* e da *construção*, há que se observar, pelo que se afirma no fragmento acima, o *regime* segundo o qual as palavras se relacionam no interior da oração. O *regime*, nesse contexto - processo sintático formalizado pela categoria de caso nominal -, é definido como uma "correlação universal que concorre para a expressão do sentido total", determinando a forma específica que cada palavra deve assumir, em cada oração particular. O *complemento*, por sua vez, é identificado como "tudo o que se agrega para determinar a significação de uma palavra, de qualquer maneira que seja".

Com efeito, Nodal (1972) reconhece dois tipos de complementos, em quéchua, um direto e outro indireto:

> El atributo puede estar representado ó por un adjetivo, ó por un participio, ó por un sustantivo, ó por un pronombre, ó por un infinitivo y á veces por una proposicion entera. Por *régimen* ó *complemento* se entiende la palabra que, inmediatamente despues de un verbo ó de una preposicion ó partícula, esplica ó completa el sentido de las palabras que constituyen la proposicion [...] El régimen ó complemento se llama *directo*, cuando la accion del verbo recae inmediatamente sobre él, como el objeto próximo de esa accion. *Indirecto* se dice, aquel sobre el cual esta accion no recae directamente. [...] Yo llevo agua á la cordillera = *Punaman unucta apany* [...] Aqui la palabra *unucta* es lo complemento directo; *punaman* es lo indirecto. (Nodal, 1872, p. 143)

Na esteira de Noboa (1839), o gramático peruano emprega a terminologia *complemento direto* e *complemento indireto*, o que denuncia sua filiação às *técnicas* racionalistas da análise lógica, tal como indicamos anteriormente. Nessa metodologia, a *focalização* dos estudos gramáticais prioriza a sintaxe e toma como unidade de análise não mais a palavra, mas elementos menores no interior da oração, em suas relações formais e semânticas de complementaridade. Diferentemente de Noboa (1839), entretanto, que abandona (quase que por completo) a rede terminológica da categoria de caso nominal, observa-se, na *Sintáxis quichua*, de Nodal (1872), um emprego recorrente dessa rede terminológica, como atesta o quadro a seguir.

De fato, do ponto de vista do *conteúdo focal*, podemos assegurar que o caso dos nomes, na sintaxe de Nodal (1872), comporta-se como uma *categoria universal* que determina a regência dos nomes quéchuas, atribuindo, a eles, formas específicas dependo da relação (função) estabelecida em cada oração em particular. Do ponto de vista do parâmetro da *incidência*, por sua vez, é possível afirmar que o tratamento metalinguístico dos termos em questão estão condicionados, principalmente, à ambiência sintática, ainda que, nos contextos morfossintáticos e filológicos

estabelecidos no Livro II (*Gramática quichua*), o emprego dessa terminologia seja igualmente proficiente:

Quadro 17: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Nodal (Libro III - *Sintáxis quichua*, 1872)

Seções	Caso	Nom	Geni	Dati	Acu	Voc	Abla	Effe
Fundamentos de la sintáxis	-	-	-	-	-	-	-	-
De la concordancia	-	-	-	-	-	-	-	-
De la construccion	3	1	1	-	2	-	-	-
Del régimen	-	-	-	-	-	-	-	-
Del nombre	2	1	7	-	1	1	-	-
Del pronombre	6	-	1	-	-	-	-	-
Del verbo	11	3	3	2	4	-	9	-
Transiciones	-	-	-	-	1	-	-	-
De la interrogacion	-	-	-	-	-	-	-	-
De la negacion	1	-	-	-	-	-	-	-
De los quichuismos	5	-	2	-	3	-	3	-
Verbos de régimen particular	-	2	4	2	3	-	1	-
Participios	-	-	-	-	-	-	-	-
Preposiciones ó partículas	5	-	1	1	2	-	9	-
Combinacion y preferencia de las partículas	-	-	-	-	-	-	-	-
Del adverbio	-	-	-	-	1	-	-	-
Interjecion	-	-	-	-	-	-	-	-
Conjuncion	-	-	-	-	-	-	-	-
Comprobantes gramaticales	-	-	-	-	-	-	-	-
Ocorrências totais	33	7	19	5	17	1	22	-

Como demonstra o quadro acima, registram-se 104 metatermos relativos à categoria de caso nominal, na *Sintáxis quichua* (Livro III), de 1872, contra 51 ocorrências dessa mesma terminologia na *Gramática quichua*, fixada no Livro II de Nodal (1872). Com efeito, os levantamentos atestam maior proficiência e atualização da metalinguagem de caso dos nomes em contextos reconhecidos e denominados como sintáticos, pelo republicano. Às abordagens filológicas e morfossintáticas da *Gramática* (Livro II), impõem-se as abordagens nocionais (filosóficas) da *Sintáxis* (Livro III) de

Nodal (1872), consagrando a categoria gramatical de caso, na língua andina, como uma categoria universal (natural), assim como se verifica em Sánches de las Brozas, em sua Minerva ([1587]1976, p. 60). Dessa maneira, Nodal (1872) é o primeiro e o único autor a nos apresentar um modelo essencialmente filosófico de análise das estruturas gramaticais quéchuas, tendo em vista, ao menos, os materiais selecionados para esta Investigação. Os recursos metodológicos característicos da análise lógica, todavia, serão retomados com frequência pelos gramáticos posteriores, a exemplo de Anchorena (1874), a seguir.

6.1.13 Anchorena (1874)

A quarta gramática republicana a ser examinada neste Capítulo - *Idioma del imperio de los Incas* - é de autoria de outro advogado ilustre, José Dionisio Anchorena, e foi publicada em Lima, no ano de 1874.

O texto gramatical de Anchorena estrutura-se da seguinte maneira: analogia (69 páginas); sintaxe (75 páginas); exercícios e análise gramatical (7 páginas). Desde logo, observa-se, nesse contexto, uma *focalização* distinta daquela operada pelos gramáticos coloniais, com maior equilíbrio entre as abordagens sintáticas e morfossintáticas. A presença de exercícios e análises gramaticais, por sua vez, ao final do trabalho linguístico de Anchorena (1874), marca outra importante característica das gramáticas do século XIX, quando surgem, efetivamente, estratégias didáticas, de cunho prático, com vistas à fixação de conteúdos apreendidos.

Em relação à *visão* que sustenta o projeto gramatical do autor, mantêm-se, todavia, as perspectivas descritivo-normativas, sobre a variante cuzquenha, atualizadas, nesse novo contexto, por uma metodologia (*técnica*) que, como em Nodal (1872) e Montaño (1864), desliza em direção aos princípios da análise lógica.

Anchorena (1874) não enuncia, textualmente, no início de sua Analogia - como fazem seus antecessores - as partes da oração em quéchua que devem organizar suas abordagens morfossintáticas introdutórias. Contudo, as seções que organizam seu texto gramatical explicitam as classes de palavras levadas em conta pelo autor em seu trabalho linguístico (nesta ordem): nome (substantivo e adjetivo), pronome, verbo, advérbio, posposição, conjunção, interjeição. O partícipio é examinado na seção dedicada aos nomes verbais e naquela destinada ao estudo dos verbos, não constituindo, dessa maneira, uma seção independente no projeto gramatical de Anchorena (1874).

Com efeito, tal como destacamos anteriormente - em relação à presença dos adjetivos como classe de palavra independente dos nomes substantivos, em Montaño (1864) -, aqui, outra disjunção significativa afasta Anchorena (1874) dos gramaticos coloniais. De fato, se, para estes últimos, segundo o repertório metodológico clássico, o fenômeno da flexão nominal é decisivo na identificação das classes gramaticais - o que os leva a agrupar adjetivos e substantivos numa mesma classe e considerar o particípio como classe independente -, para o primeiro, ao contrário – de uma perspectiva mais aproximada ao viés racionalista -, tem maior importância o arranjo das palavras em elementos menores, no interior da oração, o que propicia um tratamento diferenciado para o exame do particípio, nesse contexto. Em outras palavras: os gramaticos coloniais do quéchua – mais afeitos às *técnicas* descritivas greco-latinas e ao ideário metodológico dos vernaculistas do Humanista (como Nebrija) -, têm, no fenômeno da flexão nominal (sobretudo na flexão de caso), como indica Robins (1974, p. 38), um critério determinante para o reconhecimento das classes de palavras - termos com o mesmo padrão flexional compõem, assim, uma mesma classe de palavras; por outro lado, se a *focalização* do gramático muda, se o autor, em vez de deter-ser, essencialmente, no paradigma flexional das palavras (por oposição ao evento da

derivação), passa a compreender a ordem da oração em seus elementos menores como prioritária, o critério do padrão flexional perde importância na identificação das partes do discurso. Assim é que, em Anchorena (1874), não há que se preocupar em isolar os particípios, por seu comportamento flexional diferenciado, como classe gramatical independe: ele pode ser considerado de maneira um tanto mais pulverizada, com nomes e verbos, objetivamente.

Em respeito aos nomes substantivos, Anchorena (1874) afirma o seguinte:

> Este idioma carece de los artículos determinados *el, la, lo, los, las*; y tiene uma sola declinacion para todos sus nombres sustantivos, que se forma agregándoles ciertas terminaciones. (Anchorena, 1874, p. 7)

Assumindo a declinação casual na língua andina - por comparação com a determinação de caso dada, particularmente pelos artigos, em castelhano -, o gramático apresenta-nos, então, seu paradigma de declinação nominal, na língua-objeto, constituindo, desse modo, o *conteúdo focal* para a categoria de caso dos nomes substantivos:

Nominativo → huasi → la casa
Genititivo → huasip → de la casa
Dativo → huasipak → para la casa
Acusativo → huasita → a la casa
Vocativo → huasi → casa
Ablativo → huasipi → en la casa
(cf. Anchorena, 1874, p. 7)

No plural:

Nominativo → huasicuna → las casas
Genititivo → huasicunap → de las casas
Dativo → huasicunapak → para las casas
Acusativo → huasicunata → a las casas
Vocativo → huasicuna → casas
Ablativo → huasicunapi → en las casas
(cf. Anchorena, 1874, p. 7)

Prescindindo de definições mais detalhadas para os diversos tipos de caso dos nomes (como seus predecessores), e fixando-se nos componentes semânticos e funcionais como forma de sistematizar a categoria em questão (do ponto de vista do *conteúdo focal*), Anchorena (1874) demonstra boa continuidade descritiva para o fenômeno da declinação nominal em quéchua. De fato, ainda nesse contexto, são as posposições as responsáveis por circunscrever a declinação nominal, na língua andina, tida, aqui, como declinação preposicional (não flexional):

> En quechua no existen las preposiciones que en otros idiomas se emplean para fixar las relaciones entre dos partes del discurso. En su lugar se usa de ciertas partículas que [...] se agregan en unos casos á las palabras cuya relacion se trata de determinar, formando con ellas una sola diccion; y en otros, son palabras separadas que se posponen aquellas. (Anchorena, 1874, p. 44)

Com efeito, do ponto de vista de Anchorena (1874), são as posposições que regulam a determinação casual em quéchua, formando com os nomes substantivos, por composição, uma única palavra (diccção). Um pouco mais a frente, em exame mais aprofundado sobre as posposições, o gramático declara:

> Algunos gramáticos con el Dr. Tschudi llaman caso locativo al ablativo con la posposicion *pi*; adventivo, al ablativo con la posposicion *manta*; instrumental al con *huan*, etc. formando de cada uno de ellos um caso distinto de la declinacion [...] hace sesaltar mas la incompetencia de esta especcialidad (sic), que sin concluir á nada, solo haria mas embarazosa la declinacion. (Anchorena, 1874, p. 44)

Refutando gramáticos (seus contemporâneos) que tomam por modelo as descrições propostas por Tschudi (1818-1889), ao quéchua, Anchorena (1874) rejeita a especialização do caso ablativo (locativo, adventivo, instrumental etc.) que, já no século XIX, aproxima a sistematização da categoria de caso, na língua andina, ao formato atual (cf. Cerrón-Palomino, 2003, pp. 270-271; Calvo Pérez, 1993, p. 308). Em texto editado

uma década mais tarde, é possível evidenciar tal especialização proposta por Tschudi (1884, pp. 299-302) segundo a qual aspectos semânticos dos diversos tipos de ablativo devem ser considerados de modo a aprofundar o exame da categoria em questão. Os argumentos de Anchorea (1874) contra Tschudi são os seguintes:

> [...] 1º. que la posposicion *pi*, no es terminacion exclusiva que determina una relacion del sustantivo para formar un caso especial, sino diccion independiente que se combina tambien, con el adverbio, con las otras posposiciones y con la conjuncion, que son indeclinables [...] 2º. que para formar lo sustantivo con pi un caso especial locativo, debiera comprender su expresion todas las relaciones de lugar; lo que no sucede, puesto que para cada relacion se necesita distinta posposicion; como, la de *manta* para expresar de donde, de *man* para indicar á donde [...] de *hanak* para indicar arriba [...] así es que resultarian tantos casos locativos, como posposiciones con que se puede expresarse la relacion de lugar; porque *pi*, solo determina la relacion en; 3º que por outra parte la posposicion *pi*, no solo sirve para expresar lugar; sino tiempo, precio ocupacion ó ejercicio en alguna accion, dependencia ó poder etc.; como, *huatapi* en el año, *huc huarcupi* en el peso, *seraypi* en coser [...] etc., y no por eso se formaria un caso de la declinacion de cada una de estas otras relaciones. (Anchorena, 1874, p. 79)

Com efeito, em primerio lugar, a contra-argumentação de Anchorena (1874) diz respeito à composição da partícula *pi* com demais classes de palavras (advérbios, conjunções e outras posposições), em quéchua, e não apenas com substantivos: por se ligar a outras partes da oração, inclusive a partes indeclináveis do discurso (conjunções e posposições, por exemplo), tal partícula deve ser considerada como classe independente (como posposição) e não como sufixo dependente indicador de caso, na terminologia empregada preferencialmente por Tschudi (cf. 1884, p. 299-302). Em segundo lugar, Anchorena (1874) argumenta que, idealmente, o caso ablativo deve expressar, de maneira genérica, a ideia de lugar, na língua-objeto, presente também nas posposições *manta* (*de donde*), *man* (*á donde*) e *hanak* (*arriba*), uma vez que a posposicion *pi* determina, exclusivamente, *la relacion en*. Como terceiro e último

argumento o autor defende que a partícula *pi*, em contextos distintos, pode estar associada à ideia de tempo ou peso, por exemplo - como nas expressões *huatapi* (*en el año*) e *huc huarcupi* (*en el peso*) -, e, nesses casos, não indicaria uma declinação efetiva de cada uma dessas relações, ao contrário, ratificaria a condição de independência da posposição em questão, como uma classe de palavra específica, capaz de ligar-se, formalmente, a distintas classes gramaticais estabelecendo, com elas, distintas relações semânticas.

A insistência, no modelo de Anchorena (1874), em considerar as posposições, notadamente a posposição *pi*, como uma classe de palavra independente, na língua-objeto, e não como um sufixo exclusivo marcador de caso, é coerente com a compreensão do tipo de declinação que o gramático estabelece para o quéchua. De fato, como, nesse contexto, o fenômeno da declinação (por oposição aos referenciais metodológicos clássicos) é considerado independentemente do fenômeno da flexão - desde o Anônimo (1586) -, faz-se necessário afirmar a natureza independente, como classe de palavra específica, das partículas que materializam a sistematização casual. Com afirmamos anteriormente, essa estratégia descritiva assumida por vários gramáticos da língua andina, desde o período colonial até a fase republicana, opera uma *calibragem terminológica* específica para o termo *declinação*, admitindo um tipo de *declinação preposicional*, contrariamente à *declinação flexional* dos antigos.

De todo modo, no que se refere ao parâmetro da *incidência* como critério para examinar a atualização da rede terminológica da categoria de caso nominal, no projeto linguístico de 1874, devemos reconhecer que, aqui, a *técnica* empregada por Anchorena (1874) desliza em direção à metodologia racionalista, típica da análise lógica do século XIX. Com efeito, observemos, a seguir, em seção dedicada ao exame das construções, em quéchua, a ordem da colocação das palavras no seio da oração andina:

> El órdem sucessivo de las partes de la oracion cuyo verbo es activo, es como sigue: ocupa el primer lugar el sugeto ó persona agente de la oracion precedido de sus casos oblicuos, el segundo, el complemento indirecto del verbo si lo tiene, el tercero, el complemento directo precedido de sus casos oblicuos y finalmente el verbo. (Anchorena, 1874, p. 81)

Oscilando, ainda, entre uma terminologia clássica - humanista (*pessoa agente* da oração com verbos ativos) - e uma terminologia própria da *técnica* racionalista (*sujeito*), Anchorena (1874) deixa antever, claramente, sua disposição em tomar a oração quéchua em seus elementos menores, segundo interpretação de Iglesias Bango (2010). De fato, termos como *complemento direto* e *complemento indireto*, no excerto anterior, no lugar de *acusativo* e *dativo*, por exemplo, denotam a opção analítica do autor no que diz respeito à atualização da rede terminológica em questão.

Na lição oitava de sua gramática, destinada ao estudo dos *complementos*, o autor atesta o seguinte:

> El complemento directo puede expresarse por un nombre sustantivo, un pronombre ó un infinitivo y se coloca en acusativo.
> *Huaminkam ayahuiricunata camachin*. El capitan manda á los soldados.
> El sugeto es *huaminka* el capitan, el nombre sustantivo *ayahuiricunata* á los soldados en acusativo, es el complemento directo y *camachin* manda es el verbo. (Anchorena, 1874, p. 74)

Relativamente ao *complemento indireto*, Anchorena afirma que:

> El complemento indirecto se halla expresado del mismo modo, y se coloca en genitivo, dativo, acusativo ó ablativo y puede serlo yá del sugeto, yá del objeto, yá de la oracion. (Anchorena, 1874, p. 74)

É significativo observar, em relação ao complemento indireto, no fragmento supracitado, a incoerência do modelo descritivo de Anchorena (1874), tomado comparativamente às estruturas linguísticas do espanhol. Ora, no castelhano, faz sentido distinguir entre um *complento direto* (dado sem a presença da preposição) e um

complemento indireto (dado com a presença da preposição). Na língua quéchua, por outro lado, se, como afirma Anchorena (1874), a categoria gramatical de caso é determinada integralmente pelas posposições, não há lógica em discernir um complemento direto (acusativo) de um complemento indireto (genitivo, dativo, acusativo ou ablativo), uma vez que toda a rede terminológica em questão, em todos os contextos, estará sempre sistematizada por meio das posposições. De toda forma, termos como *complento direto*, *complemento indireto* e *sujeito*, no texto gramatical de 1874, reiteram a perspectiva racionalista da *técnica* aí empregada, ainda que os metatermos de caso nominal sigam produtivos, nesse modelo, diferentemente do que se descreveu para Noboa (1839), no Capítulo anterior:

Quadro 18: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Anchorena (1874)

	Caso	Nom.	Gen.	Acu.	Dat.	Abl.	Voc.
Prológo	-	-	-	-	-	-	-
Analogia - de la pronunciacion	-	-	-	-	-	-	-
Analogia - del nombre	-	8	11	9	8	8	7
Analogia - del pronombre	2	16	24	16	16	16	-
Analogia - del verbo	-	-	-	-	-	-	-
Analogia - de las palabras indeclinables	-	-	-	-	-	-	-
Analogia - de la composicion	-	-	-	-	-	-	-
Sintaxis - de la concordância	6	2	-	1	1	2	-
Sintaxis - del complemento	9	-	9	7	7	35	-
Sintaxis - de la construccion	38	16	37	10	5	22	6
Sintaxis - de la versificacion	-	-	-	-	-	-	-
Sintaxis - de la escritura	1	-	1	-	-	-	-
Ejercicios y análisis gramatical	-	3	-	-	-	8	1
Total	56	45	82	43	37	91	14

Acompanhando a tendência registrada para o século XIX - a partir de Montaño (1864) -, das 368 ocorrências totais para a terminologia relativa à categoria de caso, em Anchorena (1874), 214 encontram-se em seções relacionadas à sintaxe e 142 no âmbito dos estudos da analogia, tal como se evidencia no quadro anterior.

6.1.14 Mossi (1889)

O primeiro fato a sublinhar sobre o texto gramatical de 1889 diz respeito a sua filiação ao projeto linguístico de 1857. De fato, Zwartjes & Hovdhaugen (2004, p. 103) afirmam não estar claro, para os historiógrafos da linguística, se Don Miguel Angel Mossi (autor da gramática de 1889) e Honorio Mossi (autor do texto de 1857) são a mesma pessoa. Honório Mossi é a alcunha associada à publicação de *Gramática de la lengua general del Perú llamada comunmente quichua*, em 1857, em Sucre, na Bolívia, enquanto o conhecido presbítero Don Miguel Angel Mossi assina a publicação de *Manual del idioma general del Perú. Gramática razonada de la lengua qíchua compararada con las lenguas del antiguo continente*, em Córdoba, Argentina, no ano de 1889.

Tal incerteza, entretanto, alcança solução inequívoca (como apontamos no Capítulo II) em uma passagem da gramática de 1889, em que Don Miguel Angel Mossi afirma ser autor do *Ensayo filosófico sobre las escelencias y perfeccion del idioma qíchua*, assinado por Honorio Mossi, e publicado em Sucre, na Bolívia, no ano de 1857: "En nuestro 'Ensayo filosófico' sobre la escelencia y perfeccion del idioma qíchua, hemos probado que este idioma no tiene sino quatro casos [...]" (Mossi, 1889, p. 194). Pelo que se observa, sem dúvida alguma, Honorio Mossi e Don Miguel Angel Mossi são a mesma pessoa, ainda que as duas gramáticas em questão (a de 1857 e a de 1889) guardem, como veremos, características bastante particulares e as cirscuntâncias históricas dos deslocamentos do missionário italiano, da Bolívia (Potossi) à Argentina (Santiago de Estero), sejam, em grande parte, desconhecidas pela literatura oficial disponível.

De todo modo, Don Miguel Angel Mossi é célebre por seus estudos - de ótica universalista - sobre a origem única de todos os idiomas conhecidos, tal como se evidencia em *Clave harmónica; ó, demostracion de la unidad de origen de los idiomas*, publicada em 1864:

> La diversidad ó multiplicidad de lenguas supone una unidad de la misma naturaleza [...] Efectivamente, el estudio de las lenguas prueba que entre los idiomas mas diferentes hay ciertas analogías fundamentales por las cuales somos conducidos á cierta unidad filosófica ó de principio, y la consideracion de varias lenguas conduce á la suposicion de una lengua madre una y universal. (Mossi, 1864, p. 21)

Com efeito, a partir do conceito de *analogia*, tão perene na história dos estudos da linguagem no Ocidente (de Platão e Aristóteles, na Antiguidade, aos modistas medievais e aos autores da magia natural, no Renascimento), Mossi (1864) defende que a estrutura da língua universal primeira, mãe de todos os idiomas conhecidos, era similar à natureza das coisas do mundo, expressão própria da vontade divina, traduzida nas ideias fundamentais que sustentam as sociedades e a civilização:

> Existe, pues, un idioma que la tradicion como la historia tienen cubierto bajo el polvo de sus carcomidos archivos y que sacaremos á luz con la antorcha y farol de la filología del cual podemos afirmar con seguridad ser, por su forma y construccion análoga á naturaleza de las cosas y de los dos términos de comunicacion *Dios* y el *hombre*; y que así divino por su sentido, por su espíritu, por la idea, es necesariamente humano por sus signos, por sus caractéres, por su espresion; y bajo este punto de vista podemos asegurar que los elementos de las lenguas son de orígen divino como las ideas fundamentales que ellos espresan, bases de la sociedad y de la civilizacion. (Mossi, 1864, p. 21)

Na esteira de boa parte da reflexão medieval sobre a linguagem, segundo a qual as línguas humanas tinham uma origem divina - determinada pela relação natural (essencial) entre o signo e o assinalado, na língua adâmica -, Mossi (1864) reafirma, no excerto supracitado, que o sentido produzido pela linguagem manifesta, efetivamente, a natureza de Deus, a ideia e a obra do criador - "bases da sociedade e da civilização" -,

ainda que os signos linguísticos, em seus caracteres, em sua expressão, sejam, de fato, humanos, em sua profunda diversidade. Tal como discutimos no Capítulo IV - relativamente a Alfonso X (cf. Niederehe, 1983; 1999; 2008) e aos autores da Magia Natural do Renascimento (cf. Foucault, 2002) - Mossi (1864), em *Clave harmónica*, reposiciona a questão da origem universal e comum para os idiomas conhecidos, buscando, nos recursos clássicos do método analógico, justificativas que fundamentem sua perspectiva.

A novidade, no contexto do século XIX, é o uso do método comparativo - ou do "farol da filologia" comparativa, na expressão própria do gramático, no excerto anterior -, como estratégia linguística descritiva a ser adotada para o estudo das diversas línguas naturais. De fato, como o próprio título da gramática de 1889 indica - *Manual del idioma general del Perú. Gramática razonada de la lengua qíchua compararada con las lenguas del antiguo continente* -, o trabalho descritivo do autor está fundamentalmente conduzido por perspectivas contrastivas, que salpicam, aqui e ali, em toda a extensão de seu texto gramatical. Não se trata, nesse caso específico, de comparações do quéchua com o espanhol e o latim, como também o fizeram os gramáticos coloniais. Não. Nesse novo contexto, assistimos a outro tipo de comparação, que contrasta, por exemplo, estruturas linguísticas do quéchua, do quarani e do aymará, em busca de elementos universais que atestem a irmandade desses idiomas.

A definição de gramática de Mossi (1889) está explicitada na seção *De la gramática y su division*, à página de número 8:

> La gramática, pues, de la actual lengua qíchua, no es otra cosa que: *el conjunto ordenado de las reglas del lenguage, que vemos observadas en los escritos ó conversacion de las personas doctas que hablan la lengua qíchua*. Y, siendo el objeto de la gramática, el lenguage, ante todo se han de considerar sus propiedades y accidentes, su filiacion ó variacion de sus partes separadas, y despues el modo de ordenalas para formar con ellas las

> proposiciones con sus incisos y con estos los periodos ó cláusulas que constituyen el discurso ó habla completa. (Mossi, 1889, p. 8)

De fato, segundo o fragmento em questão, há que se considerar a norma linguística empregada pelas "*personas doctas que hablan la lengua qíchua*" para a elaboração de uma gramática objetiva da língua andina: o argumento da *auctoritas*, tal como empregado por autores coloniais e pela gramática de 1857, expressa, aqui, uma concepção (*visão*) de gramática como instrumento filológico, de caráter normativo-descritivo, que assegura o uso adequado (correto) da língua-objeto. Para tanto, Mossi (1889) divide sua gramática em onze partes, a saber: primeira - *Del alfabeto hispano-qíchua* (22 páginas); segunda - *Del nombre sustantivo, adjetivo y participio* (47 páginas, em que o gramático examina, ainda, os nomes numerais e os pronomes); terceira - *Del verbo* (49 páginas); quarta - *Del verbo activo* (46 páginas); quinta - *Sintácsis* (12 páginas); sexta - *Del adverbio* (10 páginas); sétima - *De la posposicion* (9 páginas); oitava - *De la interjeccion* (4 páginas); nona - *De la conjuncion* (5 páginas); décima - De las particulas (4 páginas); e, finalmente, décima primeira - *De la oracion* (5 páginas). Tal como se constata em Anchorena (1874), observa-se, ainda, no projeto de Mossi (1889), a presença de muitos exercícios gramaticais, ao final de cada seção do autor, com a finalidade de aperfeiçoar a domínio linguístico de seus leitores relativamente à língua descrita.

Com efeito, o missionário italiano desenvolve, na gramática de 1889, um inédito e detalhado estudo sobre o alfabeto quéchua, à luz da ortografia espanhola. Suas seções explicitamente dedicadas à sintaxe, a quinta e a décima primeira (*Sintácsis* e *De la oracion*, respectivamente), não se dispõem, ambas, ao final da obra, como costumeiramente se observa, e somam apenas 17 páginas no exame das construções quéchuas. Por outro lado, os capítulos destinados à analogia agrupam os temas e

análises mais aprofundadas neste trabalho do autor, totalizando, em perspectiva morfossintática (*focalização*), 174 páginas dedicadas ao estudo das diversas classes gramaticais, na língua-objeto.

No que diz respeito à declinação nominal, em quéchua, Mossi (1889) afirma o seguinte: "[...] la qíchua no tiene verdadera declinacion como la lengua latina ó griega ó alemana, sino simplemente como la huarani y aymará" (Mossi, 1889, p. 31). Descrevendo a língua andina como uma "língua pospositiva" (cf, Mossi, 1889, p. 31), como demais línguas americanas, o gramático complementa:

> De aquí se colige que el estudio de la lengua del Perú es muy sencillo; no tiene género, ni caso propiamente hablando; con una so particula se forman todos los plurales, y las particulas que indican el régimen en la oracion son ínvariables tanto en singular como en plural y siempre se posponen al nombre principal. (Mossi, 1889, p. 32)

De fato, acompanhando Santo Tomás ([1560]1995), Mossi (1889) rejeita a declinação efetiva dos nomes substantivos, tal como firmara em seu projeto anterior (cf. Mossi, 1857), acolhendo que a categoria de caso nominal seja materializada, no regime próprio das orações, pelas partículas ou posposições que se agregam aos nomes. Nesse quadro descritivo específico, o presbítero italiano apresenta-nos paradigmas de caso nominal, para os substantivos, que resumem o *conteúdo focal* da referida categoria, no contexto da língua andina. Os paradigmas que se seguem são tomados do exercício de número 2 (sobre os nomes), à página 39:

Nominativo → runa → el hombre
Genititivo → runap → del hombre
Dativo → runaman → al hombre
Acusativo → runacta → al hombre
Vocativo → ah runa! → oh! hombre
Ablativo → runamanta → del hombre
(cf. Mossi, 1889, p. 39)

No plural:

Nominativo → runacuna → los hombres
Genititivo → runacunap → de los hombres
Dativo → runacunaman → á los hombres
Acusativo → runacunacta → á los hombres
Vocativo → ah runacuna! → oh! hombres
Ablativo → runacunamanta → de los hombres
(cf. Mossi, 1889, p. 39)

Mossi (1889) refere-se à categoria de caso nominal como uma categoria bastante regular, dada, invariavelmente, pelas posposições das mesmas partículas. As únicas variações para os paradigmas em questão, segundo Mossi (1889), apresentam-se no genitivo e no acusativo:

> La única variacion que sufren las particulas de la declinacion es que el articulo de genitivo en singular cuando le precede una vocal es *p* sola, que en algunas partes se pronuncia como *ph-f*, en otras como *c-k*, algo gutural: mas cuando le precede una consonante se pone *pa* [...] En cuanto á la particula del acusativo, si precede vocal se pone *cta* y si consonante *ta* solamente así: *runacta* - al hambre (sic.); *mamanta* á su madre, no poniendo la *c* por causa de la *n* consonante ó de cualquier otra que fuese. (Mossi, 1889, p. 33)

Com efeito, a gramática de Mossi (1889) apresenta *focalização* diferenciada, pela primeira vez nessa tradição, para as temáticas envolvendo questões fonético-fonológicas, como se observa no fragmento anterior. As formas variantes para o genitivo (*-p* e *-pa*) eram descritas, até então, pela presença da consoante ou da vogal ao final da palavra (*-p* - para palavras terminadas em vogal; e *-pa* - para palavras terminadas em consoante). Nesse novo modelo, são apresentados, ainda, dois alofones para o fonema *-p* (*ph-f* e *c-k*), pronunciados em partes distintas da região andina, segundo o autor. Esses dados descritivos de Mossi (1889) configuram, sem dúvida, rico acervo das estruturas prosódicas da língua quéchua, no século XIX, sobretudo no que

diz respeito às variantes argentinas de Santiago de Estero e Catamarca, cidades em que o filólogo italiano residiu e trabalhou.

De qualquer forma, a ênfase nas *técnicas* comparativas, no projeto gramatical do italiano, não para de nos render interessantes análises contrastivas em praticamente todas as seções e subdivisões da obra:

> El modo de posponer las particulas no es solo propio de la qíchua, sino de otras muchas lenguas, como aymará, huaraní, vasco; hebreo-árabe en el verbo, por último el latin mismo; pues la declinacion latina se compone de puras particulas equivalentes á las de la qíchua, v. gr: *ser-mon* - el discurso; Genit. *ser-mon-is*; la particula *is*, ó es de anglo-sajon y el *es* ó el *ez* de los vascos equivalen á *de* v. g: Gonzál-es - de Gonzalo; Rodrigu ez de Rodrigo, y así de los demás. En huarani se forma el genitivo con sola la aposícion de dos nombres sustantivos y lo mismo se puede hacer en la qíchua v. g: *khara-huasi* - la casa de cuero: *inti-huasi* - la casa del sol, ó con articulo v. gr: *intip-sunca* - cabello del ángel, propié la barba del sol, nombre de una especie de enredadera que viene entre los *yúyus* ó yerbas. (Mossi, 1889, p. 33)

De fato, a partir da constatação de que muitas línguas naturais - como o aymará, o guarani e o basco - são línguas pospositivas, como o quéchua, nas quais as partículas responsáveis pela variação nominal pospõem-se à base das palavras (radical), Mossi (1889), no fragmento em questão, trata, comparativamente, distintos *artículos* de genitivo: *-is* - em latim; *-es* - em anglo-saxão; *-es* ou *-ez* - em basco (todos indicando posse). A proximidade (na forma e no conteúdo) entre os *artículos* examinados parece ratificar, enfim, a tese do autor, segundo a qual todas as línguas do mundo teriam uma origem comum, herdeiras da linguagem adâmica primeira (cf. Mossi, 1864). Relativamente ao quéchua e ao guarani, o filólogo afirma, ainda, que, ambas as línguas podem estabelecer um tipo de genitivo dado pela aposição de dois substantivos, com ou sem o *artículo* específico de genitivo: *inti-huasi* - a casa do sol (*inti* - sol; *huasi* - casa); ou *intip-sunca* - cabelo de anjo (ou barba do sol) (*inti* - sol; *p* - partícula de genitivo; *sunca* - cabelo).

Na seção dedicada às posposições, o autor retoma a descrição da categoria de caso nominal, na língua andina, aprofundando a questão:

> El idioma qichua no tiene una verdadera declinacion como la lengua latina y la griega, porque carece de artículo precedente como la castellana y sus parecidas italiana y francesa; y aunque las particulas finales de la declinacion se parezcan en algo á los artículos declinantes, no son empero una verdadera declinacion; ó variaciones del nombre segun el caso en que se coloca el régimen propio, y le inclinan; ni se podrá decir que el nombre está en tal caso si no llevare la caracteristica final que lo señala. Mas porque los casos de la declinacion se parecen á los casos del régimen de las posposiciones, porque se afijan al nombre y no se preponen como en griego y latin, algunos autores han pensado que las posposiciones qichuas, regian ciertos casos de genitivo, dativo, ó acusativo, y aun de ablativo, como: Torres Rubio: Arte qíchua, pag. 5ª; y Diego Gonzales Holguin: Arte qíchua; lib. 4º cap. 5º. (Mossi, 1889, p. 194)

E complementa:

> En nuestro 'Ensayo filosófico' sobre la escelencia y perfeccion del idioma qíchua, hemos probado que este idioma no tiene sino cuatro casos que son genitivo, dativo, acusativo fuera del nominativo que no tiene característica propia, ni la precisa; que el vocativo no es sino el nominativo con una interjeccion que no píde caso, como tampoco lo piden las posposiciones, ni los tienen en la qichua, porque no se pone la posposicion sobre el caso declinado, sino desnudo de toda característica casual, y además se ponen tambien los advérbios en lugar de las posposiciones que no piden caso en la declinacion; que si alguna vez se halla algun adverbio, ó posposicion con genitivo de posesion, como: Iglesiap Khayllanpi - cerca de la Iglesia, esto no proviene de que el adverbio, ó posposicion *pi* cargue sobre el outro adverbio Khaylla, sino por que hace las veces del substantivo que falta, esto es, *pacha* lugar, el cual pide genitivo por via de régimen, como es muy sabido, y no como adverbio que no lo pide; es pues, el sentido: en el lugar vecino de la Iglesia: y en este sentido solamente puede llamarse caso regido por adverbio, ò posposicion. (Mossi, 1889, p. 194)

De fato, pela leitura de Mossi (1889), a língua quéchua apresenta um *regime de posposição* - assemelhado ao *caso da declinação*, observado em latim ou grego, - que teria levado autores como Torres Rubio e González Holguín a postular uma efetiva declinação nominal, na língua-objeto, embora ela não se materialize, de modo objetivo. O *regime de posposição*, nesse contexto, garante, à língua andina, três casos concretos (genitivo, dativo e acusativo), uma vez que o nominativo (não marcado) e o vocativo

(dado pelas interjeições que se antepõem ao nome, como a interjeição *ah*) não expressam posposição. Relativamente ao ablativo, Mossi (1889) parece dialogar com González Holguín (1607). Com efeito, para este último, os casos genitivo, dativo e acusativo são configurados por partículas específicas que, como vimos, garantem efetiva declinação nominal aos substantivos. O ablativo, na interpretação do jesuíta, não está sistematizado por partícula, mas por preposições, que entram em composição com os nomes substantivos. Dessa maneira, conforme indicamos em seção anterior, González Holguín (1607) distingue o termo *partícula* e o termo *preposição*: a primeira sistematiza o caso flexional, constituído por efetiva declinação (no genitivo, no acusativo e no dativo); a segunda materializa o caso não flexional (caso preposicional), por meio da composição dos nomes com as diversas preposições de ablativo[28]. Da perspectiva de Mossi (1889), entretanto, não é possível assumir caso ablativo, em quéchua, dado por preposição (ou posposição), uma vez que, à luz do que ocorre no latim, as preposições de ablativo devem ser associadas aos nomes substantivos apenas quando estes já se encontram flexionados em ablativo. Desse modo, a flexão de um nome ablativo reitera (espelha), invariavelmente, em latim, preposições de ablativo, sempre que tais preposições são utilizadas na oração. Como não há partículas de ablativo (flexão de ablativo), mas apenas posposições de ablativo, na língua andina, Mossi (1889) tende a considerar que não existe, objetivamente, caso ablativo, em quéchua, uma vez que "[…] no se pone la posposicion **[de ablativo]** sobre el caso declinado, sino desnudo de toda característica casual" (cf. Mossi, 1889, p. 194. Os grifos são nossos.).

Com efeito, o exemplo empregado - com a expressão *Iglesiap Khayllanpi* (*cerca de la Iglesia*) - é elucidativo. A posposição *-pi* - normalmente descrita como posposição

[28] González Holguin (1607) emprega preferencialmente o termo *preposição*, no lugar de *posposição*.

de ablativo - em composição com o advérbio *Khayllan*, não indica, segundo interpretação de Mossi (1889), presença de caso ablativo, no exemplo transcrito, tanto mais porque advérbios, como *Khayllan*, são palavras invariáveis. Tal posposição (*-pi*), na leitura do italiano, é descrita como um advérbio, associado, nesse caso específico, a outro advérbio. Da mesma forma, Mossi (1889) considera como advérbios (como partículas adverbiais) outras posposições tratadas, predominantemente, como posposições de ablativo, como *-huan* ou *-manta* (cf. Mossi, 1889, pp. 184-193).

De qualquer maneira, em que pesem as dificuldades descritivas do autor sobre a categoria de caso nominal - dificuldades essas evidenciadas no *Ensayo sobre las escelencias y perfeccion del idioma llamado comunmente quichua* (cf. Mossi, 1857a) -, o viés filológico e normativo sobrepõe-se, na gramática de 1889, às especulações ditas filosóficas sobre a categoria de caso nos nomes substantivos. Essa perspectiva filológica é o que justifica, afinal, como na gramática de 1857, a adoção de paradigmas da variação casual dos nomes, tal como apresentados anteriormente.

Observa-se, da mesma forma, no texto gramatical de 1889, uma diretriz filológica - de natureza normativo-descritiva - no que diz respeito à atualização (*incidência*) da metalinguagem designativa da categoria de caso nominal, nas seções destinadas à sintaxe:

> El verbo sustantivo *cani* tiene en esta lengua todos los casos que en latin *sum, es, est*: 1º tiene un nominativo solo, como *ñokhacani* - yo soy; 2º, tiene dos nominativos ambos antes cuando ambos pertenecen á una sola persona ó cosa, y el uno declara y esplica el outro, puesto primero el declarado y despues el que declara, como: *ñokhayuyácmi cani* - yo soy hombre de razon, ó pensador [...] (Mossi, 1889, pp. 172-173)

Em relação aos verbos ativos:

> Todo verbo activo de cualquier especie que sea lo 1º ha de tener la persona que hace ya espresa, ya sobre entendida que preceda la oracion en

> nominativo, y despues de la persona que hace se pone la persona que padece en acusativo, y en seguida el verbo, y nunca por delante como hacen los que no saben hablar la qíchua con elegância sino á lo castellano [...] (Mossi, 1889, p. 174)

De fato, em continuidade com as estratégias descritivas do modelo gramatical de 1857, Mossi (1889), relativamente à contextualização da categoria de caso nominal no âmbito da sintaxe, segue o padrão descritivo colonial, empregando a terminologia da rede categorial em questão para explicar a ordenação (contrução das orações) em quéchua. Desse modo, falo-nos de *persona que hace en nominativo*, e não em *sujeito*; de *persona que padece en acusativo*, e não em *complemento* ou *objeto direto*, como atestam os fragmentos supracitados. Restam ausentes, pois, nos dois modelos gramaticais de Mossi (1857 e 1889), exemplos sistemáticos de tratamento metalinguístico - para a categoria de caso dos nomes - que representem o método da análise lógica. Nos dois contextos (Mossi, 1857; Mossi, 1889), a incidência sobre a metalinguagem em questão é garantida por um viés filológico típico, à semelhança dos autores coloniais, em que a *focalização* da rede relacional de termos examinados dá-se com privilégio das abordagens morfossintáticas sobre as sintáticas.

O quadro a seguir confirma essas análises. Com efeito, das 540 ocorrências de metatermos relacionados à categoria de caso nominal, na língua andina, 170 delas situam-se nas duas seções que examinam a sintaxe (*Sintácsis* e *De la oracion*), enquanto 370 ocorrências encontram-se em capítulos dedicados à analogia (estudo das classes gramaticais).

De toda maneira, é preciso reconhecer, tal como se verifica para o período colonial, que as gramáticas de Mossi (1857; 1889) fazem uso bastante proficiente da rede terminológica de caso, com um grande número de ocorrências concretas na sistematização e descrição das diversas funções que os nomes substantivos assumem na

oração quéchua. O mesmo não se pode dizer para o autor subsequente (Paris, 1892) que, como veremos, emprega pouquíssimo a terminologia em questão, aproximado que está dos métodos racionalistas que definem a análise lógica, a exemplo de Noboa (1839).

Quadro 19: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Mossi (1889)

Seções	Caso	Nom	Geni	Dati	Acu	Voc	Abla	Effe
Del alfabeto hispano-qíchua	-	-	-	-	-	-	-	-
Del nombre sustantivo, adjetivo y participio	16	51	63	26	44	20	39	-
Del verbo / Del verbo activo	1	3	8	2	28	-	8	-
Sintácsis	4	35	14	16	34	-	18	-
Del adverbio	-	-	-	-	1	-	-	-
De la posposicion	10	2	16	3	3	1	4	-
De la interjeccion	-	-	-	-	-	-	-	-
De la conjuncion	-	-	-	-	-	-	-	-
De las particulas	1	-	-	-	1	-	-	-
De la oracion	10	15	7	1	12	1	3	-
Ocorrências totais	42	106	108	66	124	22	72	-

6.1.15 Paris (1892)

O *Ensayo de gramatica de la lengua quichua. Tal como se habla actualmente entre los indios de la Republica del Ecuador* - redigido pelo padre Julio Paris -, como o próprio nome indica, documenta a variante do quéchua falada em Quito, no Equador.

No modelo gramatical de Paris (1892), são 10 as partes que organizam a oração:

> En quichua, las partes de la oración son diez, á saber: 1. Artículo.-2. Sustantivo.-3. Adjetivo.-4. Pronombre.-5. Verbo.-6. Participio.-7. Adverbio.-8. Posposición.-9. Conjunción.-10. Interjección. (Paris, 1892, p. 3)

Além de subdividir a classe dos nomes em substantivos e adjetivos, como propusera Montaño (1864), Paris (1892) identifica, ainda, uma décima classe de palavras em quéchua, a classe dos *artículos*, composta por partículas que, segundo o autor, determinam ou indeterminam os substantivos (cf. Paris, 1892, p. 3).

O ensaio gramatical de Paris (1892) está dividido, em linhas gerais, em duas partes: uma denominada Analogia, em que o autor examina, em perspectiva morfossintática, as partes da oração (52 páginas); outra designada Sintaxe, em que são estudadas a concordância, o regime e a construção (15 páginas). Um capítulo dito *preliminar*, que introduz a gramática de 1892, descreve as letras (ortografia) e o acento (prosódia) da variante em questão, em apenas duas páginas. Ao final do *Ensayo*, temos um apêndice (4 páginas) que apresenta, basicamente, problemas relacionados à versão do castelhano ao quéchua. Como conclusão de cada capítulo da obra, encontram-se, ainda, alguns exercícios práticos, com os quais o aprendiz, no contexto republicano e liberal que enquadra o texto gramatical de Paris (1892), pode aprimorar-se no uso efetivo da língua andina, a exemplo do que se verifica em Anchorena (1874).

A *visão* que estrutura o projeto gramatical de 1892 mantém as perspectivas filológicas, de contornos descritivo-normativos, que contextualizam esse trabalho linguístico no *programa descritivista*, segundo tipologia oferecida por Swiggers (2004). Estamos diante de um breve estudo gramatical, com *focalização* evidente para os temas de natureza morfossintática, estruturado por uma *técnica* que, como veremos, mescla elementos da metodologia descritiva dos humanistas (fundamentada pelo exame das partes da oração) com princípios da análise lógica, típica do século XIX.

Quanto aos nomes quéchuas, na esteira de Santo Tomás ([1560]1995), Paris (1892) considera-os invariáveis, isto é, sem efetiva declinação casual:

> Los nombres son invariables; en nada se alteran las letras de que constan. Las relaciones de número y caso se expresan por medio de unas partículas que se añaden al nombre. (Paris, 1892, Introducción - p. xi)

Com efeito, no modelo gramatical de 1892, apenas os verbos são variáveis; a "modificação" dos nomes, o que inclui a "modificação casual", sistematiza-se por meio das posposições:

> Sólo el verbo es variable. El sustantivo, en ciertos casos, el adjetivo, el pronombre y el adverbio sufren ciertas modificaciones, para indicar sus accidentes y relaciones, con el aditamento de ciertas partículas, que hacen las veces de preposiciones, y que en quichua llamamos posposiciones, porque van siempre pospuestas al vocablo. (Paris, 1892, p. 3)

De todo modo, Paris (1892) apresenta-nos, da seguinte maneira, seus paradigmas de caso para o nome substantivo, em quéchua, como forma de estabelecer o *conteúdo focal* da categoria em questão, no contexto da variante equatoriana:

Nominativo → runa → el hombre
Genititivo → runapag → del hombre
Dativo → runaman → al, ó para el hombre
Acusativo → runata → al hombre
Vocativo → runa / runalla → oh hombre
Ablativo → runahuan / runamanta / runaraicu / runapi / runajahua / runahuasha → con el hombre / de, desde, por el hombre / por, á causa del hombre / en el hombre / sobre el hombre / tras del hombre
(cf. Paris, 1892, p. 5)

No plural:

Nominativo → runacuna → los hombres
Genititivo → runacunapag → de los hombres
Dativo → runacunaman → á, ó para los hombres
Acusativo → runacunata → á los hombres
Vocativo → runacuna / runacunalla → oh hombres
Ablativo → runacunahuan / runacunamanta / runacunaraicu / runacunapi / runacunajahua / runacunahuasha → con los hombres / de, desde, por los hombres / por, á causa de los hombres / en los hombres / sobre los hombres / tras los hombres
(cf. Paris, 1892, pp. 5-6)

De fato, chamam atenção as partículas *-pag*, para o genitivo, *-lla*, para o vocativo, além de formas diferenciadas do ablativo, como as formas *runa-jahua* (sobre o homem) e *runa-huasha* (atrás do homem). De resto, as posposições, responsáveis pela formalização de caso na língua-objeto, seguem incumbidas da regência no âmbito das orações:

> Lo que son en otras lenguas las preposiciones, son en quichua las posposiciones: sirven para indicar el régimen ó dependencia de las palabras entre sí. En quichua las llamamos posposiciones, porque van siempre pospuestas al vocablo que afetan. (Paris, 1982, p. 40)

Embora Paris (1982), como demonstramos anteriormente, mantenha uma *focalização* morfossintática para o tratamento de seus temas gramaticais (52 páginas para a Analogia contra 15 para a Sintaxe), as abordagens mais significativas de seu trabalho linguístico são, efetivamente, aquelas contextualizadas em ambiência sintática. Com efeito, termos como *sujeito* e *predicado*, detratores de um maior amadurecimento das *técnicas* racionalistas empregadas pelo autor - segundo a perspectiva de Iglesias Bango (2010) - podem ser evidenciados em passagens como esta: "En quichua, no hay otra concordancia entre las partes de la oración, sino la de persona entre sujeto y el verbo" (Paris, 1892, p. 55). Expressões como *regime direto* e *regime indireto* ratificam, do mesmo modo, esse argumento:

> El verbo rige al nombre. Cuando es régimen directo lleva siempre la partícula *ta*: Ama al hijo: *Churita cuyan*. Cuando es régimen indirecto, lleva una de las posposiciones, según lo requiere el término de la acción del verbo [...] Vengo de Quito: *Quitumanta shamuni*. (Paris, 1982, p. 58)

As regras que organizam a *construção* em quéchua, por sua vez, segundo descrição sistematizada por Paris (1892), deixam antever que, nesse contexto específico, a unidade de análise da sintaxe desliza em direção aos elementos menores da oração

(sujeitos, predicados, complementos), e afasta-se das *palavras* (na verticalidadede de suas estruturas acidentais):

> La construcción de las partes de la oración en quichua está sujeta á las reglas siguientes:
> 1ª Regla - Todo complemento ó palabra dependiente debe preceder á la palabra principal que la rige: La casa de Pedro: Pedropag huasi.
> 2ª Regla - Colócase en primer lugar el sujeto, precedido de todo cuanto le modifica: en segundo lugar el régimen ó predicado: en tercer lugar el verbo, precedido del adverbio.
> [...]
> 3ª Regla - El vocativo puede colocarse en primer lugar ó en el último. (Paris, 1982, pp. 64-65)

Não causa estranheza, desse modo, que a metalinguagem designativa da rede categorial de caso, em Paris (1892), seja pouco proficiente, segundo atestam os levantamentos a seguir. De fato, são apenas 21 ocorrências para os metatermos relacionados à categoria de caso nominal na gramática de 1892. A maioria delas, pelo que se observa no quadro a seguir, disposta na seção que descreve o nome substantivo, na língua-objeto. Esse fato certamente justifica-se, segundo o parâmetro da *incidência*, pela *técnica* que orienta o trabalho gramatical em questão - a *técnica* da análise lógica -, a exemplo do texto gramatical de Noboa (1839).

Quadro 20: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Paris (1892)

Seções	Caso	Nom	Geni	Dati	Acu	Voc	Abla	Effe
Prólogo	-	-	-	-	-	-	-	-
Dedicatoria	-	-	-	-	-	-	-	-
Introducción	2	-	-	1	2	-	-	-
División	-	-	-	-	-	-	-	-
De las letras	-	-	-	-	-	-	-	-
Del acento	-	-	-	-	-	-	-	-
De las partes de la oración	1	-	-	-	-	-	-	-
Del artículo	-	-	-	-	-	-	-	-
Del nombre sustantivo	-	2	2	2	2	2	2	-
Del nombre adjetivo	-	-	-	-	-	-	-	-
Del pronombre	-	-	-	-	-	-	-	-
Del verbo	-	-	-	-	-	-	-	-

Del participio	-	-	-	-	-	-	-	-
Del adverbio	-	-	-	-	-	-	-	-
De la posposición	-	-	-	-	1	-	-	-
De la conjunción	-	-	-	-	1	-	-	-
D e la interjección	-	-	-	-	-	-	-	-
De la concordancia	-	-	-	-	-	-	-	-
Del régimen	-	-	-	-	-	-	-	-
De la construcción	-	-	-	-	-	1	-	-
Apéndice	-	-	-	-	-	-	-	-
Ocorrências totais	3	2	2	3	6	3	2	-

6.1.16 Grimm (1896)

La lengua quichua (dialecto da la República del Ecuador), de Juan María Grimm, publicada em Friburgo (Brisgóvia), na Alemanha, é a última gramática da língua andina (dentre aquelas que compõem nossos materiais sistemáticos de análise) a ser editada no século XIX. Conforme demonstramos no Capítulo IV, o texto de 1896 propõe-se a examinar o dialeto de Quito (único dialeto da República do Equador, segundo Grimm), fazendo referência, ainda, a dois outros dialetos da língua-objeto: o dialeto de Cuzco e o dialeto de Chinchaisuyu. O dialeto do Equador (ou dialeto de Quito), na descrição de Grimm (1896), configura-se, à época, como uma forma primitiva da variante cuzquenha, que se manteve em franca evolução, após a separação original dos três dialetos quéchuas. Dessa maneira, segundo o autor, as formas gramaticais da variante cusquenha são mais variadas que as formas equivalentes no dialeto do Equador (cf. Grimm, 1896, p. vi), o que evidencia, da perspectiva de Grimm (1896), uma concepção evolucionista sobre os fatos da linguagem, bem ao gosto do clima intelectual do século em questão.

Pois bem, o projeto gramatical de Grimm (1896), desenvolvido em 26 páginas, vem acompanhado de um Vocabulário Espanhol-Quichua, distribuído em 65 páginas. A

sucinta gramática de 1896 divide-se, por sua vez, em duas partes, a *Analogía* e a *Sintaxis*: a primeira dedicada ao estudo das partes da oração (21 páginas); a segunda, ao exame da construção, da concordância e do regime, em quéchua (26 páginas). De fato, ainda nesse contexto, como de regra em todas as gramáticas precedentes, muito do estudo morfossintático das partes da oração (ou do discurso) revela análises de natureza propriamente sintática, sobre a língua-objeto, e, de maneira análoga, parte do que se desenvolve nas seções nomeadas como sintáticas ocupa-se de propriedades típicas das classes gramaticais, próprias de capítulos associados à analogia. Em menor ou maior grau, todavia, o que se observa, no desenvolvimento dos estudos do século XIX, é uma *focalização* maior para o campo da sintaxe, o que inclui, certamente, uma *incidência* diferenciada para o tratamento metalinguístico da rede terminológica de caso nominal, como se demonstrou até aqui.

De fato, no projeto gramatical de Grimm (1896), como nos anteriores (à exceção da *Sintáxis quichua*, de Nodal, 1872), permanece uma *visão* de gramática como instrumento filológico a serviço de práticas pedagógicas específicas. Nesse contexto, em particular, como discutimos no Capítulo IV, o objetivo é, em conformidade ao Quarto Concílo Quitenho (1885), fixar a variante equatoriana da língua andina, de forma a facilitar o trabalho dos jovens levitas em seus seminários diocesanos, ordenados em quéchua local (cf. Grimm, 1896, *Introducción* - p. ix). Justifica-se, dessa maneira, a *focalização* dos temas morfossintáticos, apoiada por *técnica* descritivo-normativa que toma por base a *Analogía*, nesse modelo específico.

Relativamente à declinação do nome quéchua, Grimm (1896) declara-nos o seguinte: "No hay declinación propiamente dicha, solo se da la impropria, cuyos casos se forman con las partículas (sufijos) [...] pospuestas al nombre" (Grimm, 1896, p. 2). Dito isso, o autor apresenta-nos seus paradigmas da declinação imprópria (não

flexional) dos nomes quéchuas, configurando, desse modo, o *conteúdo focal* para a categoria de caso nominal na língua andina:

Genititivo → umapac → de la cabeza
Dativo → umaman → á la cabeza
Acusativo → umata → la cabeza
Ablativo → umapi → en la cabeza
Ablativo → umahuan → con la cabeza
Ablativo → umamanta → desde la cabeza
Ablativo → umaraicu → á causa de la cabeza
(cf. Grimm, 1896, p. 2)

No plural:

Genititivo → umacunapac → de las cabezas
Dativo → umacunaman → á las cabezas
Acusativo → umacunata → las cabezas
Ablativo → umacunapi → en las cabezas
Ablativo → umacunahuan → con las cabezas
Ablativo → umacunamanta → desde las cabezas
Ablativo → umacunaraicu → á causa de las cabezas
(cf. Grimm, 1896, p. 2)

Observe-se, nos paradigmas acima transcritos, que Grimm (1896) não considera as formas do nominativo e do vocativo, visto que configuram formas não marcadas, na língua-objeto. Ao final da seção destinada aos nomes substantivos, o gramático faz referencia à declinação genitivada, sem empregar a terminologia (declinação genitivada) estabelecida por González Holguín (1607, p. 6v):

> Finalmente se forman sustantivos con la desinencia del genitivo, como *yayapac*, lo que pertenece al padre. Estos sustantivos pueden recibir los demás sufijos del singular y la partícula *cuna* del plural, siendo por lo mismo declinables. (Grimm, 1896, p. 4)

Com efeito, variando entre os termos *partícula*, *desinência* e *sufixo*, Grimm (1896) postula a declinação imprópria (não flexional) em quéchua, e aproxima-se das

técnicas da análise lógica do século XIX como estratégia para descrever as estruturas linguísticas da língua-objeto:

> En cuanto á la construcción obsérvense las reglas siguientes:
> 1º. Todo complemento ó palabra dependiente va delante de la principal; p.e.: *hatun puma chaqui*, el pie del león grande; *puma hatun chaqui*, el pie grande del león.
> 2º. En toda oración, el primer lugar ocupa el sujeto, precedido de sus calificativos; después el complemento, precedido también de adjetivos ó de las palabras que de él van regidas; luego viene el adverbio y últimamente el verbo; la aposición sigue á la palabra explicada por ella [...]
> Se puede omitir el verbo ser entre el sujeto y el predicado; p. e.: *chai yayai*, aquél es mi padre; pero regularmente se lo expresa por la partícula *mi* y no por *cana*, que significa existir; p. e.: *allcu piñami*, el perro es bravo [...] (Grimm, 1896, p. 25)

De fato, na segunda parte de sua gramática, dedicada ao estudo da sintaxe - em perspectiva racionalista -, o autor emprega termos como *sujeito*, *predicado* e *complemeto*, como estratégia para descrever as construções quéchuas, conforme demonstra o fragmento supracitado. Relativamente ao regime verbal, o autor afirma o seguinte:

> Generalmente hablando, los verbos quichuas siguen el régimen de los castellanos; de modo que los transitivos rigen acusativo; p. e.: *cullquita munani*, quiero dinero; pero también los intransitivos pueden tener acusativo, y en tal caso la desinencia *ta* indica localidad; p. e.: *rumita samani*, descanso sobre una piedra; *huasita puñuni*, duermo en casa; *pambata puricuni*, paso por el llano. Todo verbo intransitivo puede regir en acusativo á su propio infinitivo, como al de otro verbo; p. e.: *purinata purini*, ando el camino; *mishqui puñuita puñurcani*, he dormido un sueño dulce; *huañuita puñunayani*, estoy muy soñoliento (literalmente: tengo gana de dormir para morir); y también al simple nombre; p. e.: *huiñaita causana*, vivir eternamente (literalmente: vivir vida eterna). (Grimm, 1896, p. 24)

O fragmento acima atesta, uma vez mais, o emprego da metalinguagem gramatical de caso com a finalidade de descrever o regime dos verbos, a partir do qual se organizam as relações (funções) no interior da oração. Todavia, um levantamento

exaustivo das ocorrências da terminologia de caso nominal demonstra a improficuidade dessa terminologia no modelo em questão:

Quadro 21: ocorrências de metatermos relativos à categoria de caso em Grimm (1896)

Seções	Caso	Nom	Geni	Dati	Acu	Voc	Abla	Effe
Analogía - del alfabeto	-	-	1	-	1	-	-	-
Analogía - del nombre sustantivo	2	-	2	1	1	-	1	-
Analogía - del adjetivo	-	-	-	-	-	-	-	-
Analogía - del pronombre	-	-	-	-	-	-	-	-
Analogía - del numeral	-	-	-	-	-	-	-	-
Analogía - del verbo	-	-	-	-	-	-	-	-
Analogía - partículas	1	-	-	-	-	-	-	-
Analogía - advérbios	-	-	-	-	-	-	-	-
Analogía - conjunciones	-	-	-	-	-	-	-	-
Analogía - interjecciones	-	-	-	-	-	-	-	-
Analogía - partículas finales	-	-	-	-	-	-	-	-
Sintaxis - de la concordancia de sujeto y predicado	-	-	-	-	-	-	-	-
Sintaxis - del pronombre relativo	-	-	-	-	-	-	-	-
Sintaxis - del verbo	-	-	-	-	-	-	-	-
Sintaxis - del régimen de los verbos	1	-	-	-	5	-	-	-
Sintaxis - de la construcción	-	-	-	-	-	-	-	-
Sintaxis - idiotismos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ocorrências totais	4	-	3	1	7	-	1	-

Com efeito, registram-se apenas 16 ocorrências, em todo o texto gamatical de 1896, para os metatermos relativos à categoria de caso nominal, na língua andina, com 7 ocorrências situadas na seção que estuda os nomes substantivos e 6 ocorrências circunscritas ao exame do regime verbal. Nesse sentido, podemos concluir que, em decorrência do emprego da *técnica* racionalista (advinda da análise lógica), temos um decréscimo significativo na *incidência* dos metatermos em questão, a exemplo do que demonstramos relativamente à gramática castelhana de Noboa (1839).

6.2 Considerações finais

As análises empreendidas neste Capítulo atestam continuidades e descontinuidades descritivas e metodológicas no que diz respeito à produção gramatical quéchua estabelecida entre os séculos XVI e XIX. De fato, uma das continuidades mais evidentes, nesse contexto, está relacionada à perspectiva (*visão*) filológica (cf. Borges Neto, 2004) que fundamenta os projetos gramaticais em questão em cada um dos três períodos fixados para este Trabalho: o período dominicano, representado pelo texto inaugural de Santo Tomás (1560); o período jesuítico - introduzido com o Terceiro Concílio Limenho (1582-1583) - e representado pela *produção gramatical em cascata* (cf. Hernández de León-Portilla, 2007; Suárez 2007; Cuevas Alonso, 2011, p. 109) a partir do texto anônimo de 1586; o período republicano, em que, apesar das significativas alterações metodológicas observadas, mantêm-se, em boa medida, as diretrizes filológicas e normativas iniciais.

Com efeito, à exceção da *Sintáxis quichua* de Nodal (1872 - Livro III) - ajustada ao *programa de correspondência*, segundo tipologia proposta por Swiggers (2004) - as demais gramáticas, examinadas neste Capítulo, inscrevem-se no *programa descritivista* (Swiggers, 2004), no qual predomina uma concepção de língua como estrutura descritivo-normativa de caráter regulador. O modelo de Nodal (*Sintáxis quichua*, 1872), todavia, organiza-se por uma compreensão de língua como estrutura universal correlacionada ao pensamento, sintetizando, dessa maneira, uma *visão* nitidamente filosófica (nocional) sobre a língua andina.

Relativamente à produção serial típica do contexto missionário, que compreende os textos gramaticais publicados nos séculos XVI, XVII e XVIII, é possível reconhecer - como sugere Cuevas Alonso para a gramatização das línguas filipinas, nesse mesmo

período (2011, pp. 109-141) - um encadeamento de Artes gramaticais quéchuas vinculadas à tradição greco-latina e à produção linguística do humanismo, especialmente aos trabalhos de Antonio de Nebrija ([1492]1992; [1488]1996). De fato, a produção serial, nos três séculos indicados, caracteriza-se por uma continuidade expressiva das *técnicas* e da *focalização* empregadas: exame (método) das oito partes da oração; emprego regular de paradigmas da declinação nominal e da conjugação verbal, em viés filológico; assunção da palavra (dicção) como unidade de análise, tanto nas seções dedicadas ao estudo das classes gramaticais quanto naquelas em que se focaliza a sintaxe; predomínio das abordagens morfossintáticas, tomadas em contextos semânticos e funcionais; e, de um modo geral, privilégio para a descrição da variante cuzquenha da língua andina, adotada como dialeto padrão a partir do Terceiro Concílio Limenho.

No século XIX, entretanto, registram-se consideráveis descontinuidades em relação ao período precedente, traduzidas, sobretudo, pela maior ou menor adesão às *técnicas* racionalistas da análise lógica que, como demonstramos nas seções anteriores, consolidam, nessa etapa, novas abordagens gramaticais, pautadas pela relação de complementaridade entre elementos menores da oração (e menos pela palavra, pela dicção) como estratégia linguística de análise, em ambiência sintática. Observa-se, nesse contexto, segundo interpretação de Swiggers (2004), um maior nível de formalização das *técnicas* em uso, por meio de recurso a diferentes categorias gramaticais - como sujeito, predicado, objeto direto, objeto indireto, dentre outras - em que as relações sintáticas e formais entre os elementos complementares da oração são *focalizadas*. No século XIX, deixa de ser unânime, ainda, o reconhecimento de oito classes de palavras para a língua andina: Montaño (1864) reconhece-lhe 9; Nodal (1892), em sua *Sintáxis quichua*, fala-nos das 3 partes da proposição; Anchorena (1874) identifica-lhe 7; e Paris (1892), 10. Tal oscilação representa, em boa medida, as

flexibilizações vividas, nesse contexto, pelo *paradigma da palavra* (cf. Auroux, 1992, p. 102) que, pouco a pouco, deixa de ser concebido como entidade autônoma, em sua profundidade semântica e flexional, o que contribui, por exemplo, para a diferenciação entre substantivos e adjetivos, tal como se evidencia em Montaño (1864), em Paris (1892) ou em Grimm (1896).

Quanto à categoria de caso nominal, na língua andina, identificamos, inicialmente, uma polêmica descritiva que perpassa todo o período colonial e alcança a fase republicana. De fato: "há ou não declinação dos nomes substantivos em quéchua?", perguntam-se todos os gramáticos examinados, sem exceção. A posição dominante, no contexto colonial, à luz das estratégias descritivas do Anônimo (1586), é a de que existe um tipo de declinação, em quéchua - dada por meio de posposições -, que não se confunde com a declinação flexional típica do latim e de demais línguas flexivas. No período republicano, sem dúvida, há menor consenso: 4 dos 7 gramáticos estudados aceitam a declinação posposicional, na língua andina, denominada por Grimm (1896) como *declinação imprópria*.

O quadro a seguir sintetiza algumas informações que organizam o *conteúdo focal* da rede terminológica em questão - nos diversos autores considerados - segundo parâmetros traçados por Swiggers (2010, pp. 19-24):

Quadro 22: a categoria gramatical de caso sob o parâmetro do *conteúdo focal*

	Paradigmas da categoria gramatical de caso dos nomes substantivos (singular)	Declinação dos nomes substantivos
Santo Tomás (1560)	Nominativo → yayánc → el señor Genitivo → yayáncpa → del señor Dativo → yayáncpac → para el señor Accusativo → yayáncta / yayáncman → al señor Vocativo → xé, o xay yayánc → ¡o, señor! Ablativo → yayáncpi / yayáncmanta → en el señor / del señor Effectivo → yayáncguan / con el señor	Não há declinação (flexional). Os nomes substantivos são invariáveis. A variação de casos materializa-se por meio das posposições.

Anônimo (1586)	Nominativo → runa → el hombre Genititivo → runap → del hombre Dativo → runapac → para el hombre Acusativo → runacta / runaman → al hombre Vocativo → runa → o hombre Ablativo → runapi / runamanta / runahuan → en el hombre / del hombre / con el hombre	Há declinação (não flexional), por meio das posposições.
González Holguín (1607)	Nominativo → ccari → el varon Genititivo → ccarip → del varon Dativo → ccaripac → para el varon Acusativo → ccaricta → al varon Vocativo → A, ccari ya → o varon Ablativo → ccarihuan → con el varon	Há efetiva declinação flexional para o genitivo, o acusativo e o dativo. O genitivo e o ablativo também variam (sem efetiva flexão) por meio das preposições.
Huerta (1616)	Nominativo → yaya → el padre Genitivo → yayap → del padre Dativo → yayapac → para el padre Acusativo → yayacta / yayaman → al padre Vocativo → a yaya / yayaya → oh el padre! h Ablativo → yayapi → en el padre Ablativo → yayamanta → del padre Ablativo → yayahuan → con el padre Ablativo → yayaraycu → por amor del padre Ablativo → yayachau → en el padre (na região de Chinchaysuyo)	Há declinação (não flexional), por meio das posposições.
Torres Rubio (1619)	Nominativo → runa → el hombre Genititivo → runap → del hombre Dativo → runapac → para el hombre Acusativo → runata / runaman → al hombre Vocativo → runay → o hombre Ablativo → runapi / runamanta → en el hombre / del hombre Effectivo → runahuan → con el hombre	Há declinação (não flexional), por meio das posposições.
Roxo Mexia y Ocón (1648)	Nominativo → ccoya → la princesa Genitivo → ccoya-p → de la princesa Dativo → ccoya-pacc → para la princesa Acusativo → ccoya-cta → a la princesa Acusativo → ccoya-ta → a la princesa Acusativo → ccoya-man → a la princesa Vocativo → A-ccoya / ccoya-ya → o princesa Ablativo → ccoya-pi → en la princesa Ablativo → ccoya-raycu → por amor o por causa de la princesa Ablativo → ccoya-huan → con la princesa Ablativo → ccoya-manta → de, o segun, o conforme la voluntad de la princesa	Há declinação (não flexional), por meio das posposições.
Aguilar (1690)	Nominativo → ccoya → la reyna Genitivo → ccoyap → de la reyna Dativo → ccoyapacc → para la reyna Acusativo → ccoyacta → a la reyna Acusativo → ccoya cama → hasta la reyna Acusativo → ccoyaman → a la reyna Vocativo → a ccoya / ccoyaya → o reyna Ablativo → ccoyapi → en la reyna Ablativo → ccoyamanta → de, o segun, o conforme la reyna Ablativo → ccoyahuan → con la reyna Ablativo → ccoyaraycu → por amor o por causa de la reyna Ablativo → ccoyanacc → sin la reyna	Há declinação (não flexional), por meio das posposições.

Melgar (1691)	Nominativo → churi → filius Genitivo → churi-p → filij Dativo → churi-pacc → filio Acusativo → churi-cta → filium Acusativo → churi-man → in filium Acusativo → churi-raycu → propter filium Vocativo → aa churi / churi-ya → o fili Ablativo → churi-pi → in filio Ablativo → churi-uuan → cum filio Ablativo → churi-manta → vel de filio	Há declinação (não flexional), por meio das posposições.
Nieto Polo (1753)	Nominativo → puncha → el dia Genitivo → punchapac → del dia Dativo → punchapac → para el dia Acusativo → punchata → al dia Acusativo → punchaman → al dia Vocativo → puncha → o dia Ablativo → punchapi → en el dia Ablativo → punchahuam → con el dia Ablativo → punchamanta → del dia	Há declinação (não flexional), por meio das posposições.
Mossi (1857)	Nominativo → Dios → Dios Genitivo → Diospa → de Dios Dativo → Diospac → para Dios Acusativo → Diosta → á Dios Vocativo → Diosniy → ó Dios Ablativo → Diosmanta → de Dios	Não há efetiva declinação (flexional) para os nomes substantivos. A variação dos casos materializa-se pelas posposições.
Montaño (1864)	Nominativo → runa → el hombre Genititivo → runap → del hombre Dativo → runapac → para el hombre Acusativo → runata / runaman → al hombre Vocativo → A runa → oh hombre Ablativo → runaraicu → por el hombre Ablativo → runapi → en el hombre Ablativo → runahuan → con el hombre Ablativo → runamanta → segun o conforme la voluntad del hombre	Há declinação (não flexional), por meio das posposições.
Nodal (*Gramática quichua*, 1872)	Nominativo → contor → el condor Genititivo → contorpa → del condor Dativo → contorpac → para el condor Acusativo → contorta → al condor Vocativo → â contor / contor-ya → o condor Ablativo → contorhuan → con el condor Ablativo → contorpi → en el condor Ablativo → contormanta → del condor	Há declinação (não flexional), por meio das partículas.
Anchorena (1874)	Nominativo → huasi → la casa Genititivo → huasip → de la casa Dativo → huasipak → para la casa Acusativo → huasita → a la casa Vocativo → huasi → casa Ablativo → huasipi → en la casa	Há declinação (não flexional), por meio das posposições.
Mossi (1889)	Nominativo → runa → el hombre Genititivo → runap → del hombre Dativo → runaman → al hombre Acusativo → runacta → al hombre Vocativo → ah runa! → oh! hombre Ablativo → runamanta → del hombre	Não há efetiva declinação (flexional) para os nomes substantivos. A variação dos casos materializa-se pelas posposições.

Paris (1892)	Nominativo → runa → el hombre Genititivo → runapag → del hombre Dativo → runaman → al, ó para el hombre Acusativo → runata → al hombre Vocativo → runa / runalla → oh hombre Ablativo → runahuan / runamanta / runaraicu / runapi / runajahua / runahuasha → con el hombre / de, desde, por el hombre / por, á causa del hombre / en el hombre / sobre el hombre / tras del hombre	Não há declinação (flexional). Os nomes substantivos são invariáveis. A variação de casos materializa-se por meio das posposições.
Grimm (1896)	Genititivo → umapac → de la cabeza Dativo → umaman → á la cabeza Acusativo → umata → la cabeza Ablativo → umapi → en la cabeza Ablativo → umahuan → con la cabeza Ablativo → umamanta → desde la cabeza Ablativo → umaraicu → á causa de la cabeza	Há declinação imprópria (não flexional) para os nomes substantivos. A formalização dos casos é dada por meio de partículas, desinências ou sufixos.

Com efeito, no período colonial, é possível constatar relativa continuidade do *conteúdo focal* da rede terminológica em questão, conforme demonstra o quadro acima. Santo Tomás (1560) e Torres Rubio (1619) são os únicos autores a considerarem o efetivo como um caso específico em quéchua (a exemplo de Nebrija, [1488]1996), identificando, ambos, 6 casos para a língua andina. Os demais gramáticos incluem o efetivo como uma variação do ablativo e sustentam a existência de 5 casos nominais para a língua-objeto. Os diversos casos dos nomes substantivos, nesse contexto, materializam, em geral, uma propriedade (acidente) dos nomes (expressa por meio de posposições ou partículas casuais), responsável por determinar a função desses nomes no âmbito das orações. Tomados de contextos semânticos e funcionais, os casos dos nomes substantivos, entre os gramáticos do período colonial, são atualizados (*incidência*) preferencialmente em abordagens morfossintáticas circunscritas ao estudo das classes gramaticais (partes variáveis da oração), tal como se observa no quadro apresentado a seguir:

Quadro 23: ocorrências de metatermos da rede categorial de caso sob o parâmetro da *incidência*

	Partes da oração / Analogia	Sintaxe
Santo Tomás (1560)	174	28
Anônimo (1586)	129	12
González Holguín (1607)	466	346
Huerta (1616)	52	0
Torres Rubio (1619)	97	12
Roxo Mexia y Ocón (1648)	126	14
Aguilar (1690)	203	41
Melgar (1691)	152	20
Nieto Polo (1753)	60	12
Mossi (1857)	444	237
Montaño (1864)	105	153
Nodal (1872)	51 (Livro II - *Gramática quichua*)	104 (Livro III - *Sintáxis quichua*)
Anchorena (1874)	142	214
Mossi (1889)	370	170
Paris (1892)	20	1
Grimm (1896)	10	6

A exceção, no período colonial, está a cargo de González Holguín (1607), que distingue entre os metatermos *partícula* (de genitivo, dativo e acusativo) e *preposição* (apenas de genitivo e ablativo), como demonstramos anteriormente. Do ponto de vista do critério da *incidência*, a categoria gramatical de caso, no modelo de 1607, enquadra-se em uma perspectiva metodológica que atribui maior ênfase às abordagens sintáticas, conforme indica o quadro anterior.

Na fase republicana, por outro lado, assistimos a uma inversão dos critérios coloniais por meio de uma *focalização* maior para a sintaxe, na atualização da terminologia de caso dos nomes, na língua andina, em decorrência dos métodos racionalistas da análise lógica. É o que se observa dos textos gramaticais de 1864 e 1874, em que as ocorrências em ambiência sintática são mais numerosas que aquelas situadas em âmbito morfossintático. No período republicano, encontra-se a única descrição filosófica para a categoria em questão, considerada, nesse contexto, como um universal linguístico (cf. Nodal, Livro III - *Sintáxis quichua*, 1872): a categoria de caso nominal expressa, na *Sintáxis* de Nodal (1872), uma estrutura linguística comum a todos os nomes, em todas as línguas naturais.

Por fim, registre-se que, por amadurecimento das *técnicas* da análise lógica, as gramáticas do final do século XIX tornam muito menos produtiva a rede terminológica de caso nominal, como se observa nos textos de Paris (1892) e Grimm (1896). De fato, para esses autores, metatermos como sujeito, objeto direto e objeto indireto, por exemplo, substituem termos como nominativo, acusativo e dativo.

No Capítulo a seguir, serão apresentadas, a título de conclusão, outras considerações sobre a produção gramatical quéchua, no período selecionado, tendo em vista os desenvolvimentos efetuados na Parte I deste Trabalho.

CONCLUSÃO

Ainda que as análises empreendidas nos Capítulos anteriores - em perspectiva externa (contextual/institucional) e interna (linguística) - obriguem-nos, inevitavelmente, a um tratamento mais linear dos temas aqui propostos, sugerimos, nesta Conclusão, uma retomada das diretrizes metodológicas gerais que orientam este Trabalho, notadamente no que se refere ao parâmetro da *circularidade* e à apreensão dinâmica (complexa) da mudança histórica nos materiais selecionados. Nesse contexto, retomamos, nesta seção final, os *domínios* estabelecidos por Swiggers (2004), como estratégia para interpretar as continuidades e descontinuidades evidenciadas nos projetos gramaticais sob exame.

Com efeito, a avaliação dos *domínios contextuais e institucionais* que situam a produção gramatical quéchua entre os séculos XVI e XIX atesta, inicialmente, um lugar de destaque para a gramática dominicana de 1560, que inaugura - no primeiro momento da colonização espanhola sobre a América - essa tradição descritiva. Santo Tomás (1560), imbuído do projeto lascasiano, não se limita a uma retórica salvacionista em relação aos ameríndios; ao contrário, como amigo e colaborador de Las Casas, defende igualdades de condições políticas e econômicas para os nativos relativamente aos colonos espanhóis. Esse é, de fato, o ponto que nos permite destacar a produção dominicana das demais produções gramaticais do período colonial. Lembremos, a esse respeito, que Las Casas chegou a organizar (de forma experimental) uma espécie de comunidade mista, em território americano (em região da atual Venezuela), em que indígenas e espanhóis dividiam o mesmo estatuto político e a mesma condição econômica, dada, esta última, pela partilha equânime do fruto do trabalho com a terra (cf. Barnadas, 1998). Lembremos, ainda, que a edição de parte da obra de Las Casas - bem como a circulação da gramática de Santo Tomás (1560) - foi desestimulada pela

coroa espanhola, como vimos acontecer com a *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*, que conhece, em território castelhano, apenas uma edição no século XVI, em 1552, enquanto os holandeses - inimigos figadais da Espanha - souberam explorá-la com avidez, com três publicações da obra no século XVI e outras 12, no século XVII. Do mesmo modo, a gramática dominicana, publicada em 1560, reconhece uma segunda publicação apenas em 1891, em Leipizig, por Julio Platzman.

Tais argumentos são corroborados, ainda, pela interpretação de Mello e Souza (1992) sobre as distintas concepções de Las Casas e Acosta no que tange ao fenômeno da idolatria: para o primeiro, a idolatria, vista como natural, prepara o indígena para a recepção da fé católica e, por conseguinte, justifica o projeto colonizador missionário; para o segundo, a idolatria representa uma ação demoníaca, um subterfúgio do Anticristo refugiado nas Índias, uma prática diabólica e não natural. Por isso, da perspectiva da autora, é o demônio, e não a Torre de Babel, que explica a diversidade de divindades e de cultos indígenas do ponto de vista de Acosta (cf. Mello e Souza, 1992, p. 94).

Ora, esses diferentes projetos de Las Casas e Acosta para a colonização do Novo Mundo são perfeitamente detectáveis no discurso gramatical de Santo Tomás (1560) e do Anônimo (1583), como vimos no Capítulo IV. O dominicano, endereçando sua gramática a Felipe II, condena a escravização indígena, contrói uma imagem marcadamente eufórica para a língua e o homem ameríndio e trata o fenômeno da diversidade linguística de forma natural, de modo a não estigmatizar os nativos, comparando-o com fenômenos linguísticos semelhantes observados no próprio contexto espanhol. O segundo, orientado pelas rígidas sanções (inclusive pecuniárias) do Terceiro Concílio Limenho - à luz das diretrizes do Concílio Tridentino -, expurga de seu discurso gramatical qualquer caracterização eufórica para o homem e a língua

andina e desconsidera a diversidade linguística, numa perspectiva muito mais normativa e pragmática. Ao contrário, as referências à variação linguística, no discurso jesuítico do Terceiro Concílio Limenho, são observadas não na gramática quéchua de 1586, mas nos decretos conciliares que tomam tais variações como exemplo de barbarismos (cf. *Doctrina Christiana*, 1584, pp. 83r-83v).

É verdade que Las Casas arrefeceu quanto à escravização dos negros africanos. É verdade, ainda, que seu projeto indigenista e missionário tinha por premissa a justificação dos domínios da coroa espanhola sobre a América. Não temos a pretensão, aqui, de resolver a complexidade do ideário lascasiano, tão-pouco de ocultá-la, o que favoreceria uma mistificação indevida de nossas análises. Por outro lado, também é verdade que, nos séculos XVII e XVIII, parte dos jesuítas que predicavam na América alcançou um trabalho verdadeiramente humanista, que resultou, no contexto espanhol, na *Pragmática Sanción* de 1767, por Carlos III, segundo a qual a Companhia de Jesus via-se expulsa de todos os domínios da coroa castelhana. De qualquer maneira, sem desconsiderar tais complexidades próprias do processo histórico - importantes, sem dúvida, para que humanizemos nossas investidas historiográficas - assumimos, nesta Investigação, que o Peru colonial vive, no século XVI, dois períodos bastante distintos, limitados pelo advento do Terceiro Concílio Limenho e traduzidos pelos discursos gramaticais de Santo Tomás (1560) e do Anônimo (1586). O segundo, certamente, do ponto de vista político, cultural e linguístico, está perpassado por nítidas restrições aos direitos dos nativos.

As gramáticas coloniais posteriores ao Terceiro Concílio Limenho representam, em perspectiva institucional, uma boa continuidade da Política Linguística instituída em 1583. A exceção fica a cargo de Nieto Polo, que, em 1753 (quase dois séculos depois do Terceiro Concílio Limenho), obtém permissão para editar uma gramática do dialeto

quéchua equatoriano (da região de Quito), a despeito das orientações anteriores, que obrigavam, sistematicamente, o uso da variante cuzquenha. Temos, nesse período, aquilo que Hernández de LeónPortilla (2007), Suárez (2007) e Cuevas Alonso (2011) chamam de *produção gramatical em cascata*, ou seja, produções linguísticas assemelhadas, editadas em série, com metodologias e objetivos similares, nesse caso, o apoio técnico e linguístico necessário para o empreendimento colonial. Assim compreendemos os trabalhos gramaticais de González Holguin (1607), Alonso de Huerta (1616), Torres Rubio (1619), Roxo Mexia y Ocon (1648), Juan de Aguilar (1690) e Sancho de Melgar (1691), com destaque especial para o monumental tratado linguístico de González Holguin (1607), a ser considerado a seguir.

No contexto republicano, a retórica salvacionista do missionário italiano Honorio Mossi (1857) atualiza, para a América independente, perspectivas discursivas típicas do período colonial, como demonstramos no Capítulo IV. No mais, o discurso gramatical dos autores do século XIX propõe, de um modo geral, uma valorização do homem e da língua andina enquanto representantes autênticos da genuína identidade nacional incaica. Isso é particularmente válido para os projetos gramaticais dos ilustres advogados americanos José Fernández Nodal (1872) e José Dionisio Anchorena (1874). No quadro liberal e conservador que marcou os processos de independência na América do Sul (cf. Dalfré, 2001; Prado, 2003), entretanto, a defesa do homem e da língua quéchua, para esses autores, resume-se à perspectiva culturalista, a justificar, nesse novo contexto, o ideário independentista que, na prática, marginalizou os nativos e priviligiou a já empoderada elite *criolla* (cf. Prado, 2003).

De fato, nenhum projeto gramatical do século XIX pode ser associado, como o de Santo Tomás (1560), a um propósito objetivo de garantias materiais aos indígenas. Fala-se, do ponto de vista republicano, da importância da educação dos ameríndios, da

aproximação entre brancos e índios, do progresso das recém-criadas nações americanas, mas, efetivamente, não há constestação à institucionalidade constituída, sob o controle de uma pequena parcela da população. O culto à educação e à língua nativa, nesse contexto, assume um contorno pragmático, à luz do modelo liberal e positivista europeu, mais afeito ao amestramento de mão de obra para os novos postos de trabalho instaurados pela República que ao caráter emancipatório que as práticas educacionais podem evocar (cf. Mészáros, 2008).

Quanto ao segundo *domínio* proposto por Swiggers (2004), relativamente ao acervo *documental* registrado pelas gramáticas, observamos um acentuado privilégio para a variante cuzquenha, indicada, pelo Terceiro Concílio Limenho, como dialeto oficial a ser empregado nas atividades catequéticas. No contexto colonial, apenas Nieto Polo (1753) propõe uma descrição para a variante quitense, enquanto Huerta (1616), ainda que privilegie o quéchua cuzquenho (denominado pelo autor como Incasuyo), apresenta-nos outra variante da língua andina, a variante Chinchaysuyo, considerada inferior ao dialeto de Cuzco. No contexto republicano, por sua vez, mantém-se a distinção para a variante cuzquenha em Mossi (1857), Montaño (1864), Nodal (1872) e Anchorena (1874). Mossi (1889) documenta o quéchua argentino, da região de Santiago de Estero e Catamarca. Paris (1892) e Grimm (1896) registram, ambos, o dialeto do Equador.

Relativamente ao *domínio metodológico*, tal como indicamos no final do Capítulo VI, apenas a *Sintáxis quichua* - Livro III da obra de Nodal (1872) - pode ser considerada como pertencente ao *Programa de Correspondência*. Nesse contexto, o autor encaminha uma abordagem filosófica para a língua andina, a partir das três partes da oração, em uma gramática dita *geral*, por oposição à gramática *particular* desenvolvida no Livro II (*Gramática quichua*), em que são *focalizados* os temas

morfossintáticos centrados no estudo das oito partes da oração. Todas as demais gramáticas examinadas enquadram-se no *Programa Descritivista*, pautadas por um viés filológico, de cunho descritivo-normativo.

No que diz respeito às *técnicas* utilizadas, vimos que, no século XIX, o modelo clássico das oito partes do discurso, tomado por Santo Tomás (1560) de Nebrija ([1488]1996) (o dominicano afirma, textualmente, apoiar-se no trabalho do humanista), sofre algumas alterações oriundas das técnicas racionalistas da análise lógica. De qualquer modo, não se pode falar, para os materiais examinados, notadamente para aqueles circunscritos ao *Programa Descritivista*, em superação do modelo latino de referência. Como assinala Auroux (1992a, p. 108), há que se considerar certa flexibilidade na Teoria Tradicional (a Teoria das Partes do Discurso, ou da Oração), que garantiu, durante vinte séculos (e até hoje), uma formulação econômica e bastante estável para um número inestimável de informações gramaticais, em diversos contextos linguísticos. Na tradição descritiva quéchua, dá-se o mesmo: temos, nesse caso, adaptações do modelo clássico de referência, em decorrência da tipologia linguística do quéchua, ou em decorrência dos métodos da análise lógica, no século XIX, mas não se pode afirmar que o modelo latino original tenha sido superado.

Por outro lado, ressalte-se, igualmente, que não se pode falar em adaptação mecânica dos referenciais clássicos no contexto em questão, como imaginam alguns autores (cf Mattoso, 1977). Ao contrário, as análises aqui apresentadas demonstram, à farta, os investimentos metodológicos dos gramáticos do idioma andino no sentido de acomodar, de maneira criativa, o repertório descritivo greco-latino a uma língua de tipologia aglutinante.

É o que se verifica, por exemplo, com a categoria de *caso nominal dos substantivos*, em que o termo *posposição* é adaptado para designar a marca casual, nos

nomes quéchuas. Outra importante acomodação, nesse contexto, refere-se ao metatermo *declinação*, em respeito à *declinação de caso mominal*. Nebrija ([1488]1996) assume que existem *casos* para os nomes e para as preposições, entretanto, a referência à *declinação casual* é empregada exclusivamente, nesse autor, como índice da *flexão* dos nomes. As preposições, para o sevilhano, apresentam *caso*, mas não *declinam* (cf. Nebrija ([1488]1996), p. 118). Ao sustentarem um tipo de declinação, para a língua andina, dada pelo fenômeno da *composição* entre um substantivo e uma posposição (preposição), em que o nome efetivamente *declina*, como avalia o Anônimo (1586) e muitos outros autores que seguem essa descrição específica (cf. Huerta, 1616; Torres Rubio, 1619; Roxo Mexia y Ocón, 1648; Aguilar, 1690; Melgar, 1691; Nieto Polo, 1753; Montaño, 1864; Anchorena, 1874), esses gramáticos estão, sem dúvida, operando uma *calibragem terminológica* (Swiggers, 2010) importante, de modo a ajustar as estratégias descritivas originais (greco-latinas) à nova realidade. De fato, estamos, aqui, diante de uma *declinação não flexional*, dos nomes quéchuas, algo totalmente distinto daquilo que se observa no modelo de referência.

O projeto gramatical de González Holguín (1607), sem dúvida, oferece-nos uma descrição alternativa para a categoria de *caso nominal* no contexto da colonização. O jesuíta é o único, dentre todos os autores examinados, a diferenciar, como ressaltamos anteriormente, o metatermo *partícula* e o metatermo *preposição*, para indicar diferentes aspectos da sistematização da *categoria de caso*. Com essa distinção, o missionário introduz, de maneira mais evidente, a ideia de *deslocamento* (o componente *local*) - que parece acompanhar o conceito de *caso* desde a Antiguidade - ainda que a relacione, de maneira privilegiada, aos *casos adverbiais*, únicos a formalizarem a variação de *caso* tão somente por meio das *preposições*. A perspicácia e a criatividade do autor, no que diz respeito à descrição dos *casos nominais* da língua-objeto, estão fundamentadas,

certamente, pela *incidência* sintática que o jesuíta impõe ao tratamento da categoria em questão, o que o difere, uma vez mais, dos outros autores do período colonial. De todo modo, para González Holguín (1607), as *partículas casuais*, como as demais *partículas* quéchuas, são unidades *não significativas*. Teremos de esperar mais de dois séculos e meio para que Mossi (1889) assuma, nessa tradição descritiva, o caráter *significativo* das *partículas andinas* (cf. Mossi, 1889, p. 4), a um passo, portanto, da ideia de morfema.

No que compete ao século XIX, como assinalamos, as técnicas da análise lógica imprimem, ao tratamento metalinguístico da categoria de *caso nominal*, uma *inciência* sintática diferenciada. Nesse contexto, segundo informações de Iglesias Bango (2010), o conceito de sintaxe sofre mudança: a oração deixa de ser compreendida como uma sucessão (combinação) de *palavras autônomas* - tal como se observa, de maneira exemplar, no modelo *Palavra e Paradigma* (cf. Hockett, [1954]2004) - e, aos poucos, passa a ser concebida como uma articulação entre segmentos menores que constituem a ordenação sintática. Aqui ganham destaque metatermos como *sujeito, complemento/objeto direto, complemento/objeto indireto*, dentre outros, que indicam, certamente, que a unidade de análise da sintaxe vai deixando de ser a *palavra*. A gramática espanhola de Noboa (1839), pela leitura de Iglesias Bango (2010), é o exemplo acabado das técnicas racionalistas da análise lógica aplicadas à descrição da língua castelhana. Em Noboa (1839), são praticamente inexistentes os metatermos da rede relacional da categoria de *caso dos nomes* (nominativo, acusativo, dativo etc.), substituídos, nesse contexto, por termos como *sujeito, complemento verbal, objeto* e assim por diante.

De forma semelhante, como demonstramos no Capítulo VI, a produção gramatical quéchua, no século XIX, incorpora essa nova terminologia e propõe, para a

categoria de *caso nominal*, uma *incidência* notadamente sintática. Os últimos autores examinados, Paris (1892) e Grimm (1896), como ressaltamos, fazem uso restrito dos metatermos relativos à rede terminológica de *caso*, com pouquíssimas ocorrências observadas. Está claro, portanto, que as relações sintáticas entre os elementos menores da oração, nesse contexto, não são expressas, de modo privilegiado, como no período colonial, pela categoria de *caso* dos nomes. Aqui, tais relações alcançam uma descrição mais formal, dadas menos pela profundidade paradigmática da *palavra* e mais pelas articulações entre partes menores da sentença. Nesse sentido, podemos dizer, com Swiggers (2010), que a categoria de *caso* dos nomes, nas gramáticas quéchuas do período republicano, deixa, paulatinamente, de representar uma *meta-noção* (isto é, uma noção de caráter geral - oriunda da Teoria das Partes do Discurso - que expressa, na verticalidade paradigmática da *palavra*, seu comportamento sintático) e passa a ser substituída por *conceitos operatórios* (sujeito, objeto indireto etc), que manifestam, do ponto de vista formal, as relações sintáticas no novo contexto.

Por fim, gostaríamos de retomar, nesta Conclusão, uma reflexão de Auroux (1992a), fortalecida palas proposições de Borges Neto (2012), como forma de encaminhar, de maneira prospectiva, uma reflexão sobre a categoria de *caso nominal* em quéchua. De fato, para Auroux (1992a, p. 103), há uma correlação intransponível, na *Teoria das partes do dicurso*, entre o conceito de *classe de palavras* e a oposição *flexão/derivação*: a *flexão* é a propriedade que caracteriza uma dada *classe de palavra* (uma parte do discurso, ou da oração), em sua profundidade paradigmática própria, enquanto a *derivação* é um processo de formação de novas *palavras*. Borges Neto (2012), de forma semelhante, distingue, para a *Gramática tradicional*, um processo *flexivo* - "intraparadigmático, de variação de uma mesma palavra" - de um processo *derivacional* - "interparadigmático, de obtenção de uma palavra a partir da outra" (cf.

Borges Neto, 2012, p. 94). Desse modo, para ambos os autores, a oposição *flexão/derivação* tem sentido, fundamentalmente, no modelo *Palavra e Paradigma*, em que o paradigma da *palavra* é a unidade de análise gramatical por excelência (cf. Hockett, [1954]2004). No modelo *Item e Arranjo*, por sua vez, que irrompe a unidade interna da *palavra* por meio do conceito de morfema, tal oposição (a oposição *flexão/derivação*) é, na verdade, inadequada.

Em exame a autores contemporâneos, entretanto, Borges Neto (2012) observa a relativa continuidade da terminologia (e mesmo da metodologia) tradicional em contextos em que não mais dominam o modelo *Palavra e Paradigma*. Em análise a livro de Gonçalves (2011), por exemplo (*Iniciação aos estudos morfológicos*: *flexão e derivação em português*), o epistemólogo demonstra como a oposição *flexão/derivação*, em vez de contribuir com uma descrição das estruturas morfológicas do português, causa problemas desnecessários. Contrariamente a Joan Bybee (1985), para quem a *flexão* e a *derivação* são apenas polos de um mesmo processo linguístico - de um mesmo "contínuo", nas palavras de Borges Neto (2012, p. 93) -, Gonçalves (2011) insiste na referida oposição, mantendo, dessa forma, uma continuidade questionável com os métodos da *Gramática tradicional*. Trata-se, nesse caso, de uma "naturalização" indevida, isto é, de um processo que considera parte da "língua" aquilo que, em verdade, faz parte de uma "teoria da língua" (Borges Neto, 2012, p. 96).

É preciso reconhecer, de fato, a enorme dificuldade imposta aos linguistas contemporâneos submetidos a tal multiplicidade teórica, metodológica e epistemológica e, ademais, ao império da gramática clássica, que vigorou (e vigora) por séculos a fio, com um sucesso estrondoso de suas propostas categoriais. Para Auroux (1992a) - com quem certamente concordamos a esse respeito -, a gramática clássica, ao propor a natureza categorial das expressões linguísticas - por meio das *classes de palavras* -

inseriu, na história científica da humanidade, "algo tão importante quanto o são, no domínio das matemáticas, os teoremas de Tales ou Pitágoras" (Auroux, 1992a, p. 103).

Com efeito, nada resiste, em linguística (e em nenhum outro campo do conhecimento humano), à sutileza da análise categorial - entre nós, herdada dos métodos clássicos, desde Platão e Aristóteles. De qualquer forma, em tempos contemporâneos, preferimos acolher, com Lakatos (1999), a complexidade da fragmentação teórica, como estratégia de aproximação plural a um determinado objeto, também ele fruto de uma mirada teórico-metodológica específica.

Nesse sentido, do nosso ponto de vista, a historiografia e a epistemologia linguística podem viabilizar um diálogo produtivo com o presente, como querem Altman (2004), Auroux (1992) e Koerner (1996, 1996a). Tratar, no contexto contemporâneo, a categoria de *caso nominal* como um fenômeno *flexional* do vocábulo por oposição ao fenômeno *derivacional*, fora dos limites do modelo *Palavra e Paradigama*, é algo que, talvez, possa ser evitado, embora essa seja uma prática corrente na descrição da língua quéchua contemporânea (cf. Cerrón-Palomino, 2003, pp. 261-289).

Por outro lado, parece-nos bastante oportuna a consideração do componente *local*, como método para a descrição do *caso* dos nomes. Vimos, na Parte II deste Trabalho, que a ideia de *deslocamento* acompanha, de maneira persistente, a compreensão da categoria de *caso nominal*, desde a Antiguidade Clássica até nossos dias: com Prisciano e Apolônio Díscolo, por meio do conceito de *transitividade* (incorporado por gramáticos quéchuas, como González Holguín); com Máximo Planudes, e seu modelo *localista* para a descrição da categoria de *caso* do grego antigo; com Erfurt, a partir da descrição filosófica e universalista para o *caso* dos nomes

latinos; e com Hjelmslev, em seu modelo, igualmente *localista*, para a descrição de *caso nominal* na língua esquimó.

Saímos desta Investigação convencidos de que os esforços de Hjelmslev, à luz das ideias de Maxímo Planudes, podem render, ainda, resultados significativos, se estendidos a línguas como à língua quéchua. Trata-se, aqui, de associar o critério de *deslocamento*, não apenas aos *casos adverbiais*, mas, sobretudo, aos *casos lógicos*, *abstratos*, como o *nominativo*, o *acusativo* e o *dativo*, por exemplo. Talvez assim, possamos alcançar uma descrição mais econômica e sistemática do *caso dos nomes*, na língua andina, perguntando-nos quais os parâmetros aí organizados para a formalização da categoria de *caso*, evitando descrições de caráter *metonímico* (pelas palavras de Hjelmslev), nas quais tais parâmetros não são explicitados. Lembremos-nos de que Hjelmslev propõe dois critérios (parâmetros) como estratégia para descrever o *caso* em esquimó, o critério de *deslocamento* e o critério de *coerência* (*grau de intimidade*), que, todavia, organizam-se de maneira diferente em cada sistema linguístico particular.

De todo modo, pelo que revelam os autores examinados, o diálogo criativo com o passado pode iluminar, ao pesquisador do presente, análises renovadas que potencializem seus estudos linguísticos. A historiografia e a epistemologia linguística, nesse sentido, têm muito, ainda, a contribuir com os trabalhos a serem realizados sobre o quéchua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA, José de. [1588]1984. *De Procuranda Indorum Salute*. Madrid: CSIC.

ACOSTA, P. Joseph de. [1577]1999. *Predicación del Evangelio en las Indias*. Edición digital a partir de *Obras del P. José de Acosta,* Madrid, Atlas, 1954, pp. 388-608. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Disponível em http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=602. Acesso em: 18 de dezembro de 2013.

ACOSTA, P. Joseph de. [1590]1961. *Historia natural y moral de las Indias* (com prólogo de Edmundo O' Gorman). México – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

ACUÑA, Francisco de. [1586]1965. *Relación fecha por el Corregidor de los Chunbibilcas.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. *RGI* (Tomo I). Madrid: Ediciones Atlas, pp. 310-325.

ADAMO, Erani. 2003. *O projeto holandês no Brasil seiscentista - para uma historiografia da Linguística Brasileira*. Tese de Doutoramento apresentada à FFLCH-USP.

AGNOLIN, Adone. 2007. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (Séculos XVI-XVII).* São Paulo: Humanitas Editorial.

AGUILAR, Juan de. 1690. *Arte de la lengua quichua general de Indios del Peru. Compuesto por el Licenciado D. Ivan de Aguilar.* Tucumán: por Radamés Altieri.

ALBORNOZ, Cristóbal de. [1582]1984. Instrucción para descubrir todas las guacas del Pirú y sus camayos y haziendas (edición de DUVIOLS, Pierre. Albornoz y el espacio ritual andino prehispánico). Cuzco: Revista Andina, Cuzco, Nº 3, pp. 169-222.

ALTMAN, Cristina (coord.). 2006-2009. *Documenta grammaticae et historiae: projeto de documentação linguística e historiográfica (sécs. XVI-XIX).* São Paulo, CEDOCH-DL-USP/CNPq.

ALTMAN, Cristina. 2004. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)* (2ª edição). São Paulo: Humanitas.

ALTMAN, Cristina. 2009. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística (RAHL).* Vol. I, Nº 2, pp. 115-136. Disponível em http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202009/altman-RAHL-%282%292009.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2013.

ALVAR, Manuel. 1994. *Nebrija y la Gramática Totocana de 1752*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. II). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 5-15.

ÁLVAREZ MARTÍNEZ, María Ángeles & SERRANO MERCHÁN, Melisa. 2001. *Sobre la Minerva de ¨el Brocense¨: el concepto de verbo*. In: MAQUIEIRA RODRÍGUEZ, Marina; GAVILÁN, María Dolores Martínez; LLAMAZARES, Milka Villayandre (eds.). *Actas del II Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (León, 2-5 de marzo de 1999). Madrid: Editorial Arco/Libros, pp. 197-206.

ANCHORENA, José Dionisio. 1874. *Gramática quechua ó del idioma del imperio de los Incas; compuesta por el Dr. José Dionisio Anchorena, abogado de los Tribunales de Justicia de la Republica*. Lima: Imprenta del Estado. Disponível em http://archive.org/stream/quechuagramatica/quechua_gramatica#page/n19/mode/2up. Acesso em 17 de janeiro de 2014.

ANÔNIMO (Blas Valera?). [1594]1968. *Relación de las costumbres antiguas de los naturales del Pirú.* In: ESTEVE BARBA, Francisco. 1968. *Crónicas peruanas de interés indígena* (Biblioteca de Autores Españoles). Madrid: Ediciones Atlas, pp. 153-189.

ANÔNIMO. 1586. *Arte, y vocabulario en la lengua general del Peru llamada Quichua, y en la lengua Española: el mas copioso y elegante que hasta agora se ha impresso*. Lima: En los Reyes, por Antonio Ricardo. Biblioteca Digital Hispánica. Disponível em http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?application=DIGITOOL3&owner=resourcediscovery&custom_att_2=simple_viewer&pid=185020. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

ARENS, Hans. 1975. *La lingüística: sus textos y su evolución desde la Antigüedad hasta nuestros días* (Tomo I - versión española de José María Díaz-Regañón López). Madrid: Editora Gredos.

ARISTÓTELES. 1988a. *Sobre la interpretación*. In: *Tratados de lógica (Órganon) II - Sobre la Interpretación - Analíticos primeros - Analíticos segundos* (traducciones, introducciones y notas por Miguel Candel Sanmartín). Madrid: Editorial Gredos.

ARISTÓTELES. 1988b. *Categorías*. In: *Tratados de lógica (Órganon) I - Categoría - Tópicos - Sobre las refitaciones sofísticas* (traducciones, introducciones y notas por Miguel Candel Sanmartín). Madrid: Editorial Gredos.

ARISTÓTELES. 2005. *Órganon. Texto integral: Categorias, Da interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofísticas*. Tradução de Edson Bibi). Bauru: Edipro.

ARISTÓTELES. 2006. *De anima* (tradução de Maria Cecícila Gomes dos Reis). São Paulo: Editora 34.

ARNAULD, Antoine & LANCELOT, Claude. [1660]1997. *Grammaire générale et raisonnée* (présentation de Jean-Marc Mandosio). Paris: Allia.

ARNAULD, Antoine & LANCELOT, Claude. [1660]2001. *Gramática de Port-Royal* (tradução de Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco). São Paulo: Martins Fontes.

ARRIAGA, Pablo José de. 1621. *Extirpacion de la idolatria del Piru. : Dirigido al Rey N.S. en su Real Conseio de Indias. Por el padre Pablo Ioseph de Arriaga de la Compañia de Iesus*. Lima: por Geronymo de Contreras impressor de libros. Disponível em https://archive.org/details/extirpaciondelai00arri. Acesso em 9 de janeiro de 2014.

ASSUNÇÃO, Carlos. 2002. *As classes de palavras: dos primórdios a Cunha & Cintra*. In: ESPARZA-TORRES, Miguel Ángel; FERNÁNDEZ SALGADO, Benigno; NIEDEREHE, Hans-Joseph (eds.). *SEHL 2001. Actas del III Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (Vigo, 7-10 de febrero de 2001 – Tomo I). Hamburg: Helmut Buske Verlag, pp. 15-24.

AUROUX, Sylvain. 1992. *A revolução tecnológica da gramatização* (tradução de Eni Puccinelli Orlandi). Campinas: Editora da Unicamp.

AUROUX, Sylvain. 1992a. *Apêndice 1 (A teoria das partes do discurso)*. In: AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização* (tradução de Eni Puccinelli Orlandi). Campinas, SP: Editora da Unicamp, pp. 101-110.

AVENDAÑO, Fernando de. 1648. *Sermones de los misterios de nuestra santa fe catolica, en lengua castellana, y la general del Inca. : Impugnanse los errores particulares que los indios han tenido. Por el doctor don Fernando de Avendaño, arcediano de la Santa Iglesia Metropolitana de Lima, calificador del Santo Oficio, catedratico de prima de teologia, y examinador sinodal* (2 volumes). Lima: por Iorge Lopez de Herrera, impressor de libros, en la Calle de la carcel de Corte. Disponível em https://archive.org/details/sermonesdelosmis00aven. Acesso em 12 de janeiro de 2014.
AVILA, Francisco de. 1648. *Tratado de los euangelios, : que nuestra madre la Iglesia propone en todo el año desde la primera dominica de Aduiento, hasta la vltima missa de difuntos, santos de España, y añadidos en el nueuo rezado. Explicase el Euangelio, y se pone vn sermon en cada vno en las lenguas castellana, y general de los indios deste Reyno del Perù, y en ellos donde dà lugar la materia, se refutan los errores de la gentilidad de dichos indios. Por el doctor D. Francisco Davila, natural de la ciudad del Cuzco, canonigo, y massescuela de la Metropolytana de la Plata, y aora canonigo desta de los Reyes. Tomo primero, que contiene desde la primera dominica de Aduiento, hasta el sabado de la octaua de Pentescostes*. Lima: Imprenta de Pedro de Cabrera. Disponível em https://archive.org/details/tratadodeloseuan00avil. Acesso em 9 de janeiro de 2014.

BAKHTIN, M. 1992. *Marxismo e filosofia da linguagem* (trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira). São Paulo: Hucitec.

BAKHTIN, M. [1965]1999. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François de Rabelais*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora da Universidade de Brasília.

BARNADAS, Josep M. 1998. *A Igreja Católica na América Espanhola Colonial*. In: BETHELL, Leslie (org.). *América Latina Colonial I – Volume I* (tradução Maria Clara Cescato). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, pp. 521-551.

BARZANA, Alonso de. [1576]1954. *Carta anua al Provincial.* In: ACOSTA, José de. *Obras* (Biblioteca de Autores Españoles). Madrid: Ediciones Atlas, pp. 266-268.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. 2002. *As línguas dificultosas e as línguas dos peritos: arte de gramática jesuítica no Brasil colonial dos séculos XVI e XVII.* Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-USP.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. 2007. *A recepção à Gramática Gerativa no Brasil (1967-1983): um estudo historiográfico*. Tese de Doutoramento apresentada à FFLCH-USP.

BECCARI, Alessandro Jocelito. 2012. A teoria do caso de Tomás de Erfurt (c. 1310): um exemplo de progresso relativo na história dos estudos da linguagem. Estudos Linguísticos. In: *Estudos Linguísticos*, Vol. 41, Nº 2, pp. 572-587. Disponível em http://gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/41/el.2012_v2_t15.red6.pdf. Acesso em 8 de julho de 2013.

BECCARI, Alessandro Jocelito. 2013. *Uma tradução da Grammatica Speculativa de Tomás de Erfurt para o português: acompanhada de um estudo introdutório, notas e glossário*. Tese de doutoramento apresentada à UFPR.

BERTONIO, Ludovico. [1603]1879. *Arte de la lengua aymara* (publicada de nuevo por Julio Platyzmann en edición facsimilar). Leipzig: B. G. Teubner.

BERTONIO, Ludovico. [1612]1984. *Vocabulário de la lengva aymara (*edición facsimilar baseada en la de 1956). Cochabamba: Ediciones CERES.

BLAKE, Barry J. 1994. *Case*. New York: Cambridge University Press.

BORGES NETO, José. 2004. *Ensaios de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial.

BORGES NETO, José. 2010. *A Analyse Logica de Carneiro Ribeiro em seus Serões Grammaticaes (1890)*. In: ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo; LOUREIRO, Marlene (eds.). *Ideias lingüísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX). Projeção da lingüística ibérica na América Latina e Ásia. (Vol. II)* [VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografia Lingüística (SEHL) - Vila Real, Portugal, del 3 al 6 de noviembre de 2009]. Müster: Nodus Publikationen, pp. 649-656.

BORGES NETO, José. 2012. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura? *Revista Todas as Letras*, Vol. 14, Nº 1, pp. 87-98. Disponível em http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/viewFile/4549/3529. Acesso em 25 de janeiro de 2014.

BOTAS, Vicente Bécares. 1987. *Introducción*. In: DÍSCOLO, Apolônio. *Sintaxis* (introducción, traducción y notas por Vicente Bécares Botas). Madrid: Editorial Gredos, pp. 9-66.

BOTAS, Vicente Bécares. 2002. *Introducción*. In: TRACIO, Dionisio. *Gramática - Comentarios Antiguos* (introducción traducción y notas de Vicente Bécares Botas). Madrid: Gredos, pp. 11-32.

BOTAS, Vicente Bécares. 2002a. *Comentarios Antiguos*. In: TRACIO, Dionisio. *Gramática - Comentarios Antiguos* (introducción traducción y notas de Vicente Bécares Botas). Madrid: Gredos, pp. 119-260.

BRASELMANN, Petra. 1994. *Antonio de Nebrija: viajero entre tradición e innovación. Algunas observaciones sobre metodología historiográfica y método nebrisense en la Gramática de la Lengua Castellana*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 149-163.

BRAUDEL, Fernand. [1958]2011. *História e ciências sociais: a longa duração*. In: NOVAIS, Fernando A. & SILVA, Rogerio F. (orgs.). 2001. *Nova história em perspectiva.* São Paulo: Cosac Naify, pp. 87-121.

BREVA-CLARAMONTE, Manuel. 1973. Orígenes y evolución de la noción de estructura profunda. *Revista Española de Lingüística*. Fasc. 1, pp. 1-22. Disponível em http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=40931. Acesso em 14 de julho de 2013.

BREVA-CLARAMONTE, Manuel. 1983. *Sanctius' theory of language*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

BREVA-CLARAMONTE, Manuel. 2001. *El signo en el nacimiento de la gramática ¨general¨: de Platón al Brocense*. In: MAQUIEIRA RODRÍGUEZ, Marina; GAVILÁN, María Dolores Martínez; LLAMAZARES, Milka Villayandre (eds.). *Actas del II Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (León, 2-5 de marzo de 1999). Madrid: Editorial Arco/Libros, pp. 17-33.

BREVA-CLARAMONTE, Manuel. 2002. *La lógica interna como método historiográfico. Su aplicación a la Minerva (1587) del Brocense*. In: ESPARZA-TORRES, Miguel Ángel; FERNÁNDEZ SALGADO, Benigno; NIEDEREHE, Hans-Joseph (eds.). *SEHL 2001. Actas del III Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (Vigo, 7-10 de febrero de 2001 – Tomo I). Hamburg: Helmut Buske Verlag, pp. 25-33.

BREVA-CLARAMONTE, Manuel. 2004. *La interpretación de metatérminos en historiografía lingüística: ¨causa¨ en la Minerva (1587) del Brocense*. In: CORRALES ZUMBADO, C.; DORTA LUIS, J.; CORBELLA DÍAZ, D.; TORRES GONZÁLEZ, A. N.; PLAZA PICÓN, F. M.; IZQUIERDO GUZMÁN, L.; MARTÍN DÍAZ, M. A.; MEDINA LÓPEZ, J.; HERNÁNDEZ DÍAZ, B. (eds.). *Nuevas aportaciones a la*

historiografía lingüística (Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL - La Laguna, Tenerife, 22 al 25 de octubre de 2003 – Vol. I). Madrid: Editorial Arco/Libros, pp. 301-315.

BURKE, Peter (org.). 1992. *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp.

BURKE, Peter. 1992a. *A história dos acontecimentos e o renascimento das* narrativas. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, pp. 327-348)

BYBEE, Joan. 1985. *Morphology: the relations between meaning and form*. Amsterdam: John Benjamins.

CALANCHA, Antonio de la. [1638]1977. *Crônica moralizada* (transcripción, estúdio crítico, notas bibliográficas e índices de Ignacio Prado Pastor; Vol. IV). Lima: Imprenta de la UNMSM.

CALVO PÉREZ, Julio. 1993. *Pragmática y gramática del quéchua cuzqueño*. Cuzco, Peru: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas.

CALVO PÉREZ, Julio. 1994. *Las gramáticas de Nebrija y las primeras gramáticas del quechua*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. II). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 63-80.

CALVO PÉREZ, Julio. 1994a. *Valdés contra Nebrija: el otro fondo de la polémica.* In: ESCAVY, ZAMORA R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. III). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 141-162.

CANTOS DE ANDRADA, Rodrigo de. [1586]1965. *Relación de la Villa Rica de Oropesa y minas de Huancavelica.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. *RGI* (Tomo I). Madrid: Ediciones Atlas, pp. 303-309.

CARBAJAL, Pedro de. [1586]1965. *Descripción fecha de la provincia de Vilcas Guaman.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. *RGI* (Tomo I). Madrid: Ediciones Atlas, pp. 205-219.

CÁRDENAS, Fernando Riveras. 1976. *Intoducción*. In: SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. [1587]1976. *Minerva o de la propiedad de la lengua latina* (introducción y traducción por Fernando Riveras Cárdenas). Madrid: Cátedra, pp. 7-33.

CARRERA, Fernando de la. [1644]1939. *Arte de la lengua yunga* (edición de Radames A. Altieri). Tucumán: Publicaciones especiales del Instituto de Antropologia, Universidad Nacional de Tucumán.

CASTELLÓ, Vidal Abril. 1986. *Bartolome de Las Casas, abogado defensor del pueblo indio. Razones y sinrazones de la estrategia indigenista lascasiana*. In: PEREÑA, Luciano (org.). 1986. *Doctrina Cristiana y catecismo para instruccion de los indios. Introduccion: del genocidio a la promocion del indio* (volumen XXVI – 1). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, pp. 81-116.

CAVALIERE, Ricardo. 2010. *A corrente racionalista da gramática brasileira no século XIX*. In: ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo; LOUREIRO, Marlene (eds.). *Ideias lingüísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX). Projeção da lingüística ibérica na América Latina e Ásia. (Vol. I)* [VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografia Lingüística (SEHL) - Vila Real, Portugal, del 3 al 6 de noviembre de 2009]. Müster: Nodus Publikationen, pp. 107-118.

CERRÓN-PALOMINO, Rodolfo. 1985. Sobre el nombre ¨Quechua¨. *LEXIS*, Vol. 9, Nº 1, pp. 87-99. Disponível em http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/lexis/article/view/5354/5351. Acesso em 21 de agosto de 2013.

CERRÓN-PALOMINO, Rodolfo. 1995. *Estudio introductorio*. In: TOMÁS, Fray Domingo de Santo. [1560]1995. *Grammatica o arte de la lengua general de los incas de los reynos del Peru.* Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas, pp. VII-LXVI.

CERRÓN-PALOMINO, Rodolfo. 2003. *Lingüística quechua*. Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de Las Casas.
CIEZA DE LEON, Pedro. [1550]1967. *El señorío de los Inca*s. Introducción de Carlos Araníbar. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

CIEZA DE LEON, Pedro. [1553]1962. *La crônica del Peru*. Madrid: Espasa-Calpe, S.A.

COBO, Bernabé. [1653]1956. *Historia del Nuevo Mundo* (estudio preliminar y edición del P. Francisco Mateos; 2 Vols.). Madrid: Ediciones Atlas.

COELHO, Olga (coord.). 2010-2014. *Documenta grammaticae et historiae - Português. Projeto de tratamento historiográfico de gramáticas da língua - séculos XVI a XIX*. São Paulo, CEDOCH-DL-USP/CNPq.

COELHO, Olga. 1998. *Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a filologia brasileira. Um ensaio historiográfico saobre o papel da liderança na formação de um paradigma*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH-USP.

COELHO, Olga. 2003. *A anguzada lexicográfica luso-bundo-americana: língua e identidade nacional na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutoramento apresentada à FFLCH-USP.

COELHO, Olga. 2010. *Metalinguagem e descrição linguística: breve análise de uma gramática do português*. In: ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo; LOUREIRO, Marlene (eds.). *Ideias lingüísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX). Projeção da lingüística ibérica na América Latina e Ásia. (Vol. I)* [VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografia Lingüística (SEHL) - Vila Real, Portugal, del 3 al 6 de noviembre de 2009]. Müster: Nodus Publikationen, pp. 119-127.

COELHO, Olga & HACKEROTT, Mercedes. 2012. *Historiografia linguística*. In: GONÇALVES, Adail Vieira & GÓIS, Lúcio de Souza (orgs.). *O fazer científico nas ciências da linguagem*. Campinas: Editora Mercado de Letras, Vol. 1, pp. 381-407.

COLOMBAT, Bernard. 1983. L'ellipse et la syntaxe du relatif latin dans la grammaire "causiste". Histoire, Épistemologie, Langage. Vol. 5, Nº 1, pp. 57-65. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hel_0750-8069_1983_num_5_1_1142. Acesso em 13 de agosto de 2013.

COLOMBAT, Bernard. 2003. La problématique de la «transitivité» dans la tradition grammaticale latine. Quelques Jalons de Priscien aux premiers humanistes. *Histoire, Épistemologie, Langage*. Tomo 25, Fascículo 1, pp. 151-172. Disponível em http://kaali.linguist.jussieu.fr/HEL_public_domain/HEL_25_1/HEL_25_1_pp151-172.pdf. Acesso em 21 de agosto de 2013.

COUTINHO, Telma Maria Barrias Maio. 2010. *O século XVIII na historiografia gramatical portuguesa: de Fernão de Oliveira a Pedro José de Figueiredo*. In: ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo; LOUREIRO, Marlene (eds.). *Ideias lingüísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX). Projeção da lingüística ibérica na América Latina e Ásia. (Vol. I)* [VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografia Lingüística (SEHL) - Vila Real, Portugal, del 3 al 6 de noviembre de 2009]. Müster: Nodus Publikationen, pp. 147-156.

COVINGTON, M. A. 1984. *Syntactic theory in the high middle ages: modistic models of sentence structure*. Cambridge: Cambridge University Press.

CRUZ, Aline. 2005. *O resgate da língua geral. Modos de representação das unidades linguísticas da língua geral brasílica e do tupi austral na obra de Martius (1794-1868).* Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH-USP.

CUEVAS ALONSO, Miguel. 2011. *Las ideas lingüísticas en las gramáticas misionero-coloniales de Filipinas (Siglos XVII y XVIII)*. Tese de doutoramento apresentada à Universidad de Vigo, Espanha.

CHOMSKY, Noam. 1965. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press.

CHOMSKY, Noam. 1986. *Knowledge of language: its nature, origin, and use*. New York: Praeger.

CHRISTINO Beatriz. 2002. *Português de gente branca: Certas relações entre língua e raça na década de 20*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH-USP.

CHRISTINO Beatriz. 2007. *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa-hu-ni-ku~i em face da sul-americanística dos anos 1890-1929*. Tese de Doutoramento apresentada à FFLCH-USP.

DALFRÉ, Liz Andréa. 2001. *Algumas reflexões sobre a Independência da América: uma comparação entre Francisco Adolfo de Varnhagen e Domingo Faustino Sarmiento*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, julho de 2001, pp. 1-14. Disponível em http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300851519_ARQUIVO_anpuhlizandrea.pdf. Acesso em 16 de dezembro de 2013.

DAVILA BRICEÑO, Diego. [1586]1965. *Descripción y relación de la provincia de los Yauyos toda, Anan Yauyos y Lorin Yauyos.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. *RGI* (Tomo I). Madrid: Ediciones Atlas, pp. 155-165.

DE LA MATA, Pedro. [1748]1923. Arte de la lengua cholona. In: *Inca* (por Julio Tello), Trujillo, Vol. 1, Nº 3.

DIETRICH, Bruno Staib Wolf (ed.). 2000. *Linguistica Romanica et Indiana*. Tübingen: Narr.

DÍSCOLO, Apolônio. [séc. II d.C.]1987. *Sintaxis* (introducción, traducción y notas por Vicente Bécares Botas). Madrid: Editorial Gredos.

DOCTRINA CHRISTIANA (1584), y catecismo para instruccion de los indios, y de las de mas personas, que han de ser enseñadas en nuestra sancta fé. Con vn confessionario, y otras cosas necessarias para los que doctrinan, que se contienen en la pagina siguiente. Compuesto por auctoridad del Concilio Prouincial, que se celebro en la Ciudad de los Reyes, el año de 1583. Y por la misma traduzido en las dos lenguas generales, de este reyno, quichua, y aymara. 1584. Ciudad de los Reyes: Por Antonio Ricardo, primero impressor en estos reynos del Piru. Disponível em https://archive.org/stream/doctrinachristia00cath#page/n165/mode/2up. Acesso em 18 de dezembro de 2013.

ECHEVARRÍA, Juan Antonio Hevia. 2003. La polémica de auxiliis y la Apologia de Bañez. *El Catoblepas, revista crítica del presente*, Oviedo: Biblioteca Filosofía en español, n. 13, março de 2003. Disponível em http://www.nodulo.org/ec/2003/n013p01.htm. Acesso em: 13 de dezembro de 2008.

ELLIOTT, J. H. 1998. *A conquista espanhola e a colonização da América*. In: BETHELL, Leslie (org.). *América Latina Colonial I – Volume I* (tradução Maria Clara Cescato). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, pp. 135-194.

ERFURT, Tomás de. [séc. XIV]1947. *Gramática especulativa* (tradução de Luis Farré). Buenos Aires: Editora Losada S.A.

ESCAVY ZAMORA, Ricardo. 1994. *El orden de palabras en la Gramática de Nebrija*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A.

(eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 221-235.

ESCAVY ZAMORA, Ricardo. 2002. *El Brocense y su teoría del pronombre en el contexto renacentista*. In: ESPARZA-TORRES, Miguel Ángel; FERNÁNDEZ SALGADO, Benigno; NIEDEREHE, Hans-Joseph (eds.). *SEHL 2001. Actas del III Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (Vigo, 7-10 de febrero de 2001 – Tomo I). Hamburg: Helmut Buske Verlag, pp. 77-92.

ESPARZA-TORRES, Miguel Ángel. 1995. *Las ideas lingüísticas de Antonio de Nebrija*. Münster: Nodus Publikationen.

ESPARZA-TORRES, Miguel Ángel. 1999. *Gramática e diccionario en las primeras descripciones del español*. In: GONDAR, Francisco García; RODRÍGUEZ, Mauro Fernández; VEIGA, Nancy Vázquez (eds.). *Actas del I Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* [A Coruña, 18-21 de febrero de 1997]. A Coruña: Arco Libros, pp. 245-255.

ESPARZA-TORRES, Miguel Ángel. 2002. Antiguas gramáticas del castellano. *Boletín de la Sociedad Española de Historiografia Lingüística (BSEHL)*. Nº 3, pp. 158-161.

ESPARZA-TORRES, Miguel Ángel. 2008. *Bibliografía temática de historiografía lingüística española. Fuentes secundarias* (Tomo I). Hamburg: Helmut Buske Verlag, pp. 15-131.

ESPARZA-TORRES, Miguel Ángel. 2008a. *Bibliografía temática de historiografía lingüística española. Fuentes secundarias* (Tomo II). Hamburg: Helmut Buske Verlag, pp. 529-618.

ESPARZA-TORRES, Miguel Ángel. 2010. *Dimensiones de la lingüística misionera española*. In: ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo; LOUREIRO, Marlene (eds.). *Ideias lingüísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX). Projeção da lingüística ibérica na América Latina e Ásia. (Vol. I)* [VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografia Lingüística (SEHL) - Vila Real, Portugal, del 3 al 6 de noviembre de 2009]. Müster: Nodus Publikationen, pp. 201-214.

ESPARZA-TORRES, Miguel Ángel & CALVO FERNÁNDEZ, Vicente. 1993. Una interpretación de la Gramática Castellana de Nebrija a la luz de la tradición gramatical escolar. *Cuadernos de Filología Clásica: Estudos Latinos*, Nº 5, pp. 149-180. Disponível em http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=165827. Acesso em 14 de julho de 2013.

ESPARZA-TORRES, Miguel Ángel & CALVO FERNÁNDEZ, Vicente. 1996. *Introducción*. In: NEBRIJA, Antonio de. [1488]1996. *Introduciones latinas contrapuesto el romance al latín* (c. 1488) [introducción por Miguel Ángel Esparza-Torres & Vincente Calvo Fernández (eds.)]. Münster: Nodus Publikationen, pp. vii-xxxii.

ESPARZA-TORRES, Miguel Ángel & NIEDEREHE, Hans-Joseph. 1999. *Bibliografía nebrisense: las obras completas del humanista Antonio de Nebrija desde 1481 hasta nuestros días*. Amsterdam: John Benjamins, pp. 1-41.

ESPARZA-TORRES, Miguel Ángel & NIEDEREHE, Hans-Joseph. 2012. *Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español (BICRES). Desde el año 1801 hasta el año 1860.* Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

FAVERO, Leonor Lopes Fávero. 2010. *O discurso do poder em gramáticas da língua portuguesa dos séculos XVI a XIX*. In: ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo; LOUREIRO, Marlene (eds.). *Ideias lingüísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX). Projeção da lingüística ibérica na América Latina e Ásia. (Vol. I)* [VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografia Lingüística (SEHL) - Vila Real, Portugal, del 3 al 6 de noviembre de 2009]. Müster: Nodus Publikationen, pp. 215-222.

FEBVRE, Lucien. [1952]2011. *Contra o vento: manifesto dos novos Annales*. In: NOVAIS, Fernando A. & SILVA, Rogerio F. (orgs.). 2001. *Nova história em perspectiva.* São Paulo: Cosac Naify, pp. 75-85.

FIORIN, José Luiz. 1999. *As astúcias da enunciação* (2ª edição). São Paulo: Ática.

FIORIN, José Luiz. 2004. *Elementos de análise do discurso* (12ª edição). São Paulo: Contexto.

FIORIN, José Luiz. 2005. *A linguagem em uso*. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à linguística. I - Objetos teóricos* (4ª edição). São Paulo: Contexto, 2005.

FOUCAULT, M. 1994. *Qu'est-ce qu'un auteur?* In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits I (1954-1969)*. Paris: Gallimard, pp. 789-821.

FOUCAULT, Michel. 2002. *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas* (tradução de Salma Tannus Muchail). São Paulo: Martins Fontes.

FRANÇA, Angela. 1998. *Texto e contexto nos escritos linguísticos de Mattoso Câmara (1938-1954)*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH-USP.

FRANK, Erwin H. 2005. Viajar é preciso: Theodor Koch-Grünberg e a Völkerkunde alemã do século XIX. *Revista de Antropologia*. São Paulo, Vol. 48, Nº. 2, pp. 525-558. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27218/28990. Acesso em 16 de dezembro de 2013.

GALEOTE, Manuel. 2001. *Proyección lingüística de Nebrija en las Indias: la obra de Alonso de Molina*. In: MAQUIEIRA RODRÍGUEZ, Marina; GAVILÁN, María Dolores Martínez; LLAMAZARES, Milka Villayandre (eds.). *Actas del II Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (León, 2-5 de marzo de 1999). Madrid: Editorial Arco/Libros, pp. 423-433.

GARCÍA GARCÍA, Cristina. 1994. *Explicación de la syntaxis o del libro Quarto y Quinto del Arte de Nebrixa (una edición escolar)*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 249-256.

GARCÍA MARTÍN, José María. 1994. *La interferencia entre dativo y acusativo en la gramática castellana de Nebrija*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 257-270.

GARCÍA, Antonio. 1986. *La reforma Del concilio tercero de Lima*. In: *Doctrina cristiana y catecismo para instruccion de los índios. Introduccion: del genocidio a la promocion del indio.* Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Cientificas.

GARCÍA-MACHO, María Lourdes & DWORKIN, Steven N. 1994. *Actitud de Nebrija frente a los cultismos y neologismos utilizados por los escritores del siglo XV*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 237-248.

GARCILASO DE LA VEGA, Inca. [1609]1985. *Comentarios reales de los Incas*. Lima: Biblioteca Peruana.

GERBI, Antonello. 1960. *La Disputa del Nuevo Mundo*. México: D.F. Fondo de Cultura Económica.

GIMENES, Luciana. 1999. *As formas de saber sobre as línguas do Brasil no século XVI. Uma contribuição para a historiografia lingüística brasileira colonial*. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-USP.

GIMENES, Luciana. 2005. *Fronteiras entre léxico e gramática na descrição do tupinambá e do guarani nos séculos XVI e XVII*. Tese de Doutoramento apresentada à FFLCH-USP.

GINZBURG, Carlo. [1976]1987. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição* (tradução de José Paulo Paes). São Paulo: Companhia das Letras.

GÓMARA, Francisco López de. [1554]1852. *História General de las Indias*. Madrid: M. Rivadeneyra.

GÓMEZ ASENCIO, José J. 2007. *La edición de textos clásicos y su contribución al desarrollo de la Historiografía Lingüística*. In: DORTA, Josefa; CORRALES, Cristóbal; CORBELLA, Dolores (eds.). *Historiografía de la Lingüística en el ámbito hispánico. Fundamentos epistemológicos y metodológicos.* Madrid: Arco Libros, pp. 479-499.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. 2001. *Iniciação aos estudos morfológicos*: *flexão e derivação em português*. São Paulo: Contexto.

GONZÁLEZ HOLGUÍN, Diego. 1607. *Gramatica y Arte nveva de la lengua general de todo el Peru, llamada lengua Qquichua, o lengua del Inca*. *Añadida y cumplida en todo lo que faltaua de tiempos, y dela Grammatica, y recogido en forma de Arte lo mas necessario enlos dos primeros libros. Con mas otros dos libros postreros de addiciones al Arte para mas perficionarla, el vso para alcançar la copia de vocablos, y el outro para la elegancia y ornato.* En la Ciudad de los Reyes (Lima): por Francisco del Canto. Disponível em http://www.archive.org/details/gramaticayartenu00gonz. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

GREENBERG, J. 1966. *Universals of language* (2ª ed.). Cambridge: MIT Press.

GRIMM, Jacob. 1822. *Deutsche grammatik* (2ª edição). Göttingen: Dieterichsche buchhandlung. Disponível em https://archive.org/details/deutschegrammat04grimgoog. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

GRIMM, Juan María. 1896. *La lengua quichua: (dialecto de la República del Ecuador)*. Friburgo de Brisgovia: B. Herder. Disponível em http://archive.org/details/lalenguaquichuad00grim. Acesso em 17 de janeiro de 2014.

GRUZINSKI, Serge. 1999. *A passagem do século: 1480-1520.* In: *A passagem do século: 1480-1520. As origens da globalização* (Coleção Virando Séculos). São Paulo: Companhia das Letras, pp. 9-51.

GUAMAN POMA DE AYALA, Felipe. [1614]1980. *El primer nueva corónica y buen gobierno*. (edición crítica de John V. Murra y Rolena Adorno; traducción y análisis textual del quechua por Jorge L. Urioste; 3 Vols.). México: Siglo Veintiuno.

HENRÍQUEZ SALIDO, Maria do Carmo. 2000. *Língua e poder na Gramática de la Lengua Castellana de Elio Antonio de Nebrixa.* In: BAGOLA, Beatrice (ed.). *La lingüística en la época de los descubrimientos* (Actas del Coloquio en honor del profesor Hans-Joseph Niederehe – Tréveris, 16 a 17 de junio de 1997). Hamburg: Helmut Buske Verlag, pp. 73-84.

HERNÁNDEZ DE LEÓN-PORTILLA, Ascención. 2007. *Misioneros gramáticos. Tradición clásica y modernidad mesoamericana*. In: SUÁREZ, Mercedes (ed.) *Paradigmas de la palabra. Gramáticas indígenas de los siglos XVI, XVII, XVIII*. Madrid: Turner Publicaciones, pp. 37-58.

HERNÁNDEZ TERRÉS, José Miguel. 1994. *Gramática y retórica en Nebrija*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds).

Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 303-310.

HERNÁNDEZ, María Elisa Daher & RODRÍGUEZ, José Juan Batista. 1994. *Nebrija como ejemplo de la tradición gramatical española*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 191-200.

HERVÁS Y PANDURO, Lorenzo. [1800-1805]1979. *Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas*. Madrid: Atlas.

HJELMSLEV, Louis. 1978. *La categoría de los casos. Estudio de gramática general*. Madrid: Editorial Gredos.

HOCKETT, Charles. [1954]2004. *Two models of grammatical description*. In: KATAMBA, Francis (ed.). *Morphology. Critical concepts in linguistics* (Vol. 1). USA/Canadá: Routledge, 2004, pp. 110-136.

HORMIGO, María Tadea Díaz. 1994. *La definición de ¨sustantivo¨ de la Gramática de la Lengua Castellana de E. A. de Nebrija y su influencia en la tradición gramatical española*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 201-209.

HORN, Christoph. 2006. Agostinho - teoria linguística dos sinais (tradução de Roberto Hofmaister Pich). *Veritas - Revista de Filosofia da PUCRS*, Vol. 51, Nº 1. Disponível em http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/viewFile/1879/1400. Acesso em 26 de junho de 2013.

HUERTA, Alonso de. [1616]1993. *Arte breve de la lengua quechua* (Estudio introductorio de Ruth Moya e transcripción de Eduardo Villacís – Proyecto Educacion Bilingüe Intercultural). Quito: Corporacion Editora Nacional.

HUMBOLDT, Wilhelm von. 1836. *Über die Verschiedenheit des menschlichen Sprachbaus und seinen Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts* (Sobre las diferencias de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo intelectual de la humanidad). Berlim: Bonn, F. Dümmler. Disponível em https://archive.org/details/berdieverschied00humbgoog. Acesso em 9 de janeiro de 2014.

HUMBOLDT, Alexander Von & BONPLAND, Aimé. 1825. *Relation historique du voyage aux régions équinoxiales du nouveau continente*. Stuttgart: F. A. Brockhaus.

Disponível em https://archive.org/details/relationhistoriq03humb. Acesso em 15 de dezembro de 2013.

HUMBOLDT, Alexander Von & BROMME, Traugott. 1845. *Kosmos. Entwurf einer physischen Weltbeschereibung* (Vol. 1). Stuttgart Tübingen: Cotta. Disponível em https://archive.org/details/kosmosentwurfein01humb. Acesso em 16 de dezembro de 2013.

IANNI, Octavio. 1988. A questão nacional na América Latina (Texto apresentado no Simpósio 'Interpretações Contemporâneas da América Latina', realização do Instituto de Estudos Avançados - Universidade de São Paulo - São Paulo, 24 e 25 de junho de 1987 - Sala do Conselho Universitário). *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, Vol. 2, Nº 1, pp. 5-40. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141988000100003&script=sci_arttext. Acesso em 16 de dezembro de 2013.

IANNUZZI, Isabella. 2008. Talavera y Nebrija: lenguaje para convencer, gramática para pensar. In: *Hispania - Revista Espanhola de Historia*, Vol. 68, Nº 228, pp. 37-62. Disponível em http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2701065. Acesso em 24 de julho de 2013.

IGLESIAS BANGO, Manuel. 2010. *Sobre el origen de los términos complemento/objeto directo y complemento/objeto indirecto en la gramática española*. In: ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo; LOUREIRO, Marlene (eds.). *Ideias lingüísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX). Projeção da lingüística ibérica na América Latina e Ásia. (Vol. I)* [VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografia Lingüística (SEHL) - Vila Real, Portugal, del 3 al 6 de noviembre de 2009]. Müster: Nodus Publikationen, pp. 443-455.

ITURRI PATIÑO, Francisco Xavier. 1810. *Proclama del mas perseguido americano á sus paysanos de la noble, leal, y valerosa ciudad de Cochabamba*. Buenos-Ayres: en la Real Imprenta de Niños Expósitos. Disponível em https://archive.org/details/proclamadelmaspe00itur. Acesso em 9 de janeiro de 2014.

KEMMLER, Rolf. 2007. *A academia orthográfica portugueza na Lisboa do Século das Luzes: vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811).* Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea.

KEMMLER, Rolf. 2010. *O compendio de grammatica latina portugueza (1829) de José Vicente Gomes de Moura (1769-1854)*. In: ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo; LOUREIRO, Marlene (eds.). *Ideias lingüísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX). Projeção da lingüística ibérica na América Latina e Ásia. (Vol. II)* [VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografia Lingüística (SEHL) - Vila Real, Portugal, del 3 al 6 de noviembre de 2009]. Müster: Nodus Publikationen, pp. 469-481.

KOERNER, E. F. Konrad. 1989. *Models in linguistic historiography*. In: KOERNER, E. F. Konrad. *Practing linguistic historiography. Selected essasys*. Amstedam / Philadelphia: John Benjamins, pp. 47-59.

KOERNER, E. F. Konrad. 1994. *Gramática de la lengua castellana de Antonio de Nebrija y el estudio de las lenguas indígenas de las Américas; o, hacia una historia de la lingüística amerindia*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. II). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 17-36.

KOERNER, E. F. Konrad. 1996. O problema da metalinguagem em Historiografia Linguística. *Revista DELTA*, Vol. 12, Nº 1, pp. 95-124.

KOERNER, E. F. Konrad. 1996a. Questões que persistem em historiografia linguística. *Revista da ANPOLL*, Nº 2, pp. 45-70.

KOERNER, E. F. K. & ASHER, R. E. (eds.). 1995. *Concise history of the language sciences. From the sumerians to the cognitivists*. London: Pergamon.

KUHN, Thomas S. [1962]2005. *A estrutura das revoluções científicas* (tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira). São Paulo: Perspectivas.

LAGORIO, Consuelo Alfaro. 2003. *Elementos de política Linguística colonial hispânica: o Terceiro Concílio Limense*. In: FREIRE, José Ribamar Bessa & ROSA, Maria Carlota. *Línguas Gerais. Política linguística e catequese na América do Sul no período colonial*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, pp. 43-55.

LAKATOS, Imre. 1999. *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica* (trad. Emília Picado Tavares Marinho Mendes). Lisboa: Edições 70.

LALLOT, Jean. 1983. L'ellipse chez Apollonius Dyscole. *Histoire, Épistemologie, Langage*. Vol. 5, Nº 1, pp. 9-16. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/hel_0750-8069_1983_num_5_1_1137. Acesso em 13 de agosto de 2013.

LALLOT, Jean. 1989. *Notes*. In: THRACE, Denys le. [séc. I a.C.]1989. *La grammaire de Denys le Thrace* (traduit et annotée par Jean Lallot). Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 67-251.

LAS CASAS, Bartolomé de. [1552]1993. *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*. Madrid: Ediciones Cátedra, S.A.

LAS CASAS, Bartolomé de. [1552]2007. *Fray Bartolomé de Las Casas, disputa o controversia com Ginés de Sepúlveda contendiendo acerca de la licitud da las conquistas de las Indias* (edición digital a partir de la de Madrid: Revista de Derecho Internacional y Política Exterior, 1908, reproducida literalmente de la edición de Sevilla de 1552 y cotejada com la de Barcelona de 1646, pp. 1-169). Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Disponível em http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/68093408906351839600080/index.htm. Acesso em 17 de outubro de 2013.

LÁZARO CARRETER, Fernando. 1985. *Las ideas linguísticas en España durante el siglo XVIII*. Barcelona: Editorial Crítica.

LE GOFF, Jacques. [1978]2011. *A história nova*. In: NOVAIS, Fernando A. & SILVA, Rogerio F. (orgs.). 2001. *Nova história em perspectiva.* São Paulo: Cosac Naify, pp. 129-176.

LEHMANN, W. P. 1973. A structural principle of language and its implications. In: *Language*, 49: pp. 47-66.

LEITE, Marli Quadros. 2010. *Uma "teoria da tradução" no Methodo Gramatical para todas as línguas, de Amaro de Roboredo*. In: ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo; LOUREIRO, Marlene (eds.). *Ideias lingüísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX). Projeção da lingüística ibérica na América Latina e Ásia. (Vol. II)* [VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografia Lingüística (SEHL) - Vila Real, Portugal, del 3 al 6 de noviembre de 2009]. Müster: Nodus Publikationen, pp. 495-509.

LEVINSON, Stephen C. 2007. *Pragmática* (tradução de Luís Carlos Borges e Aníbal Mari). São Paulo: Martins Fontes.

LIMA, Fernando de. 2009. *Visão e representação nas gramáticas de língua Tupi (sécs. XVI-XIX). Historiografia da descrição dos sistemas de posse*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH-USP.

LISBOA, Karen Macknow. 1999. *Humboldt e os viajantes no Brasil na primeira metade do século XIX*. In: ZEA, Leopoldo & MAGALLÓN, Mario (compiladores). *El mundo que encontró Humboldt*. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia / Fondo de Cultura Económica.

MACHONI DE CERDEÑA, Antonio. [1732]1877. *Arte y vocabulario de la lengua lule y tonocoté*. Buenos Aires: por Pablo E. Coni (reimpressão da edição de Madrid: por los herederos de Juan Garcia Infanzon, ano de 1732). Disponível em https://archive.org/details/arteyvocabulario01mach. Acesso em 16 de janeiro de 2014.

MANNHEIM, Bruce. 1991. *The language of the Inka since the european invasion*. Texas: University of Texas Press. Disponível em http://books.google.com.br/books?id=fdmGAAAAQBAJ&pg=PT192&lpg=PT192&dq=juan+de+aguilar+quichua+1690&source=bl&ots=RxM_0bmnZr&sig=94XYa6ooamb1_8wuOeZ0IbuV9e0&hl=en&sa=X&ei=JXDBUo7gGIjtkQfVmIGoCw&ved=0CEQQ6AEwBA#v=onepage&q=juan%20de%20aguilar%20quichua%201690&f=false. Acesso em 30 de dezembro de 2013.

MARKHAM, Clements Robert. 1856. *Cuzco: a journey to the ancient capital of Peru; with an account of the history, language, literature, and antiquities of the Incas. And Lima: a visit to the capital and provinces of modern Peru; with a sketch of the vice regal government, history of the republic, and a review of the literature and society of Peru. With illustrations and a map.* Disponível em http://archive.org/details/cuzcoajourneyto01markgoog. Acesso em 30 de abril de 2013.

MARKHAM, Clements Robert. 1864. *Contributions towards a grammar and dictionary of Quichua*. London: Trübner. Disponível em http://archive.org/details/contributionsto00markgoog. Acesso em 9 de janeiro de 2014.

MARTÍ, José. 1991. Libros (Vol. 18). In: Obras completas. Havana: Editorial de Ciências Sociales.

MARTÍNEZ, Jesús Montoya. 1994. *El prólogo a la Gramática Castellana de E. Antonio de Nebrija.* In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 377-388.

MATTOSO CÂMARA JR. [1965]1977. *Introdução às línguas indígenas brasileiras* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.

MEDINA, José Toribio. 1930. *Bibliografía de las lenguas quechua y aymará*. New York: Museum of the American Indian, Heye Foundation. Disponível em http://archive.org/details/bibliografadelas00medi. Acesso em 16 de janeiro de 2014.
MELGAR, Esteban Sancho de. 1691. *Arte de la lengua general del Yinga llamada Qquechhua compuesto por el Bac. Etevan Sancho de Melgar natural de esta Ciudad de los Reyes Cthedratico de dichia lengua en esta Santa Iglesia Metropolitana, y Examinador Synodal de ella en este Arçobispado.* Lima: por Diego de Lyra. Disponível em http://www.archive.org/details/artedelalenguage00melg. Acesso em 17 de janeiro de 2014.

MELLO E SOUZA, Laura de. 1992. América diabólica: demonologia e imaginário do descobrimento à colonização. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro: julho – setembro de 1992, pp. 85-100.

MESA SANZ, Juan Francisco. 1991. Quintilianus in Sanctii - Minerva seu de causis linguae latinae. In: *BERCEO*, Nº 121, pp. 7-25. Disponível em http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=61775. Acesso em 18 de julho de 2013.

MÉSZÁROS, István, 2008. *A educação para além do capital* (tradução de Isa Tavares, 2ª edição). São Paulo: Boitempo Editorial.

MEXIA Y OCÓN, Ivan Roxo. 1648. *Arte de la Lengva General de los Indios del Perv por el Doctor Ivan Roxo Mexia y Ocon, Natural de la Ciudad del Cuzco, Cura Rector de la Iglesia Parroquial del señor S. Sebastian desta Ciudad de los Reye, Catedratico de dicha Lengua en su Real Vniuersidad, Examinador General en ella por su Magestad*. Lima: por Iorge Lopez de Herrera. Disponível em http://www.archive.org/details/artedelalenguage00roxo. Acesso em 17 de janeiro de 2014.

MIOTO, Carlos. 2007. *Novo manual de sintaxe* (Carlos Mioto, Maria Cristina Figueiredo Silva, Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes - 3ª edição). Florianópolis: Editora Insular.
MOLINA, Diego de. [1649]1928. Sermones de la quaresma en lengua Quechua (edición partial de ROMERO, Carlos A. *Un libro interesante*). In: *Revista Histórica*, IX. Nº 1, pp. 51-87.

MONTAÑO. Manuel María. 1864. *Compendio de la gramatica quichua*. Santiago de Clile: Imprenta Católica de Manuel Infante.

MONZON, Luis de. [1586]1965. *Descripción de la tierra del Repartimiento de Atunsora.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. *RGI* (Tomo I). Madrid: Ediciones Atlas, pp. 220-225.

MONZON, Luis de. [1586]1965a. *Descripción de la tierra del Repartimiento de San Francisco de Atunrucana y Laramati.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. *RGI* (Tomo I). Madrid: Ediciones Atlas, pp. 226-236.

MONZON, Luis de. [1586]1965b. *Descripción do la tierra del Repartimiento de los Rucanas Antamarcas de la Corona Real.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. *RGI* (Tomo I). Madrid: Ediciones Atlas, pp. 237-248.

MORALES, Leiko. 2009. *100 anos de imigração japonesa no Brasil: o japonês como língua estrangeira*. Tese de Doutoramento apresentada à FFLCH-USP.

MOSCOSO Y PERALTA, Juan Manuel de. [1781]1983. *Carta del Obispo del Cuzco al Visitador General D. José Antonio Areche* (publicada por el Comité Arquidiocesano del Bicentenario Túpac Amaru). Lima: EDUBANCO, pp. 270-278.

MOSSI, Honorio. 1857. *Gramática de la lengua general del Peru llamada comunmente quichua* (por el R. P. Fr. Honorio Mossi misionero apostólico del Colejio de Propaganda Fide de la esclarecida y opulenta ciudad de Potosí). Sucre (Bolívia): Imprenta de Lopez.

MOSSI, Honorio. 1857a. *Ensayo sobre las escelencias y perfeccion del idioma llamado comunmente quichua* (por el R. P. Fr. Honorio Mossi misionero apostolico del Colejio de Propaganda Fide de la esclarecida y opulenta ciudad de Potosí). Sucre: Imprenta de Lopez.

MOSSI, Miguel Angel. 1864. *Clave harmónica; ó, Demostracion de la unidad de origen de los idiomas* (por R. P. Fr. Honorio Mossi de Cambiano, segunda edicion). Madrid: Impr. de P. Monteiro. Disponível em http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.hwagg4;view=1up;seq=1. Acesso em 24 de novembro de 2013.

MOSSI, Miguel Angel. 1889. *Manual del idioma general del Perú. Gramática razonada de la lengua qíchua. Comparada con las lenguas del antiguo continente; con notas especiales sobre la que se habla en Santiago del Estero y Catamarca.* Córdoba: Imprenta La Minerva de A. Villafañe.

MOUNIN, Georges. 1989. *Historia de la lingüística: desde los orígenes al siglo XX* (versión española de Felisa Marcos). Madrid: Editora Gredos.
MOYA, Ruth. 1993. *Estudio Introductorio*. In: HUERTA, Alonso de. [1616]1993. *Arte breve de la lengua quechua* (introdução de Ruth Moya e tradução de Eduardo Villacís). Quito: Corporación Editora Nacional, pp. XIII-XXXII.

MURRAY, Stephen O. 1994. *Theory Groups and the Study of Language in North America. A social history*. Amsterdam: John Benjamins.

MURUA, Fray Martín de. [1590]1962. *Historia general del Perú, origen y descendencia de los Incas [...]*. (introducción y notas de Manuel Ballesteros-Gabrois - 2 Vols). Madrid: Bibliotheca Americana Vetus.

NEBOT, Francisco Abad. 1994. *La mentalidad y las ideas de Nebrija en la tradición renacentista*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 121-138.

NEBRIJA, Antonio de. [1488]1996. *Introduciones latinas contrapuesto el romance al latín* (c. 1488) [introducción por Miguel Ángel Esparza-Torres & Vincente Calvo Fernández (eds.)]. Münster: Nodus Publikationen.

NEBRIJA, Antonio de. [1492]1992. *Gramática castellana* (introducción y notas de Miguel Angel Esparza-Torres & Ramón Sarmiento). Madrid: Fundación Antonio Nebrija.

NIEDEREHE, Hans-Joseph. 1983. Alfonso X el Sabio y el ambiente lingüístico de su tiempo. In: *Revista Española de Lingüística*. Nº 13, pp. 217-239. Disponível em http://www.sel.edu.es/pdf/jul-dic-83/Niederehe.pdf. Acesso em 28 de junho de 2013.

NIEDEREHE, Hans-Joseph. 1994. *Los ejemplos de la Gramática de la Lengua Castellana de Elio Antonio de Nebrija*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 413-423.

NIEDEREHE, Hans-Joseph. 1995. *Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español (BICRES). Desde el año 1701 hasta el año 1800.* Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

NIEDEREHE, Hans-Joseph. 1995a. *Bibliografía cronológica de la lingüística, la gramática y la lexicografía del español (BICRES II). Desde el año 1601 hasta el año 1700.* Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

NIEDEREHE, Hans-Joseph. 1999. *La lingüística española en el contexto internacional: centros de irradiación y periferias*. In: GONDAR, Francisco García; RODRÍGUEZ, Mauro Fernández; VEIGA, Nancy Vázquez (eds.). *Actas del I Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* [A Coruña, 18-21 de febrero de 1997]. A Coruña: Arco Libros, pp. 91-107.

NIEDEREHE, Hans-Joseph. 2008. Lenguas peninsulares en tiempos de Alfonso X. In: *Boletín de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*. Nº 6, pp. 13-28. Disponível em dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2917625.pdf. Acesso em 28 de junho de 2013.

NIETO POLO, Tomás. 1753. *Breve instruccion o Arte para entender la lengua comum de los indios segun se habla en la Provincia de Quito*. Lima: Imprenta de la Plazuela de San Christoval. Disponível em http://archive.org/details/breveinstruccion01niet. Acesso em 17 de janeiro de 2014.

NOBOA, Antonio Martínez de. 1839. *Nueva gramática de la lengua castellana: segun los principios de la filosofía gramatical: con un apéndice sobre el arreglo de la ortografía / por el Dr. A.M. de Noboa*. Madrid: Imprenta de Eusebio Aguado. Disponível em http://galiciana.bibliotecadegalicia.xunta.es/gl/consulta/registro.cmd?id=4205. Acesso em 14 de agosto de 2013.

NODAL, José Fernández. 1872. *Elementos de gramática quichua ó idioma de los Yncas*. Cuzco: en el Depósito del Autor. Disponível em https://archive.org/details/elementosdegramt00fern. Acesso em 17 de janeiro de 2014.

NOVAIS, Fernando A. & SILVA, Rogerio F. (orgs.). 2001. *Nova história em perspectiva.* São Paulo: Cosac Naify.

NÚÑEZ, María Dolores Muñoz. 1999. *La herencia aristotélica en la conceptualización de los fenómenos de homonimia y polisemia*. In: GONDAR, Francisco García; RODRÍGUEZ, Mauro Fernández; VEIGA, Nancy Vázquez (eds.). *Actas del I Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* [A Coruña, 18-21 de febrero de 1997]. A Coruña: Arco Libros, pp. 515-524.

O'GORMAN, Edmundo. 1961. *Prólogo*. In: ACOSTA, P. Joseph de. [1590]1961. *Historia natural y moral de las Indias* (com prólogo de Edmundo O'Gorman). México – Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

ORE, Luis Gerónimo de. 1598. *Symbolo catholico indiano*. Lima: por Antonio Ricardo (ed.). Disponível em http://pt.scribd.com/doc/155480309/Simbolo-Catolico-Indiano-1598. Acesso em 16 de janeiro de 2014.

ORTEGA Y MEDINA, Juan Antonio. 1960. *Humboldt desde México.* México: Universidad Nacional Autónoma de México.

PAEZ, Rafael Aguilar (ed.). [1586]1970. *Gramática quechua y vocabularios* (adaptación de la obra de Antonio Ricardo – *Arte y vocabulario en la lengua general*

del Peru llamada quichua, y en la lengua española – Lima, 1586). Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos.

PAEZ, Rafael Aguilar. 1970. *Notas ; Prologo a la presente edicion ;* Cuarta *parte – antecedentes y adiciones ilustrativas*. In: PAEZ, Rafael Aguilar. [1586]1970. *Gramática quechua y vocabularios* (adaptación de la obra de Antonio Ricardo – *Arte y vocabulario en la lengua general del Peru llamada quichua, y en la lengua española* – Lima, 1586). Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, pp. 5-16; pp. 193-232.
PARADA, Vânia. 2002. *A classificação das línguas da América do Sul no século XVII - Catálogo de las Lenguas de las Naciones Conocidas de Lorenzo Hervás (1735-1809).* Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH-USP.

PARIS, Julio. 1892. *Ensayo de gramática de la lengua quichua tal como se habla actualmente entre los indios de la República del Ecuador.* Quito: Imprenta del Clero.

PERCIVAL, W. Keith. 1994. *La obra gramatical de Nebrija en el contexto de la hegemonía mundial europea.* In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 59-84.

PEREZ BOCANEGRA, Juan. 1631. *Ritval formvlario e institvcion de cvras*. Lima: por Gerónimo Contreras.

PLATÓN. 1987. *Crátilo*. In: *Diálogos II - Gorgias - Menéxeno - Eutidemo - Menón - Crátilo* (traducciones, introducciones y notas por J. Calonge Ruiz, E. Acosta Méndez, F. J. Olivieri, J. L. Calvo). Madrid: Editorial Gredos.

PLATÓN. 1988. S*ofista* (traducciones, introducciones y notas por Mª Isabel Santa Cruz, Álvaro Vallejo Campos, Néstor Luis Cordero). In: *Diálogos V - Parménides - Teeteto - Sofista - Político*. Madrid: Editorial Gredos.

POLACHINI, Bruna Soares. 2013. *O tratamento da sintaxe em gramáticas brasileiras da segunda metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH-USP

POMER, Leon. 1981. *As independências na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense.

PONCE DE LEÓN ROMEO, Rogelio. 2004. *Contra el Brocense. En torno a la teoría sintáctica de Juan de García Vargas*. In: CORRALES ZUMBADO, C.; DORTA LUIS, J.; CORBELLA DÍAZ, D.; TORRES GONZÁLEZ, A. N.; PLAZA PICÓN, F. M.; IZQUIERDO GUZMÁN, L.; MARTÍN DÍAZ, M. A.; MEDINA LÓPEZ, J.; HERNÁNDEZ DÍAZ, B. (eds.). *Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística* (Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL - La Laguna, Tenerife, 22 al 25 de octubre de 2003 – Vol. II). Madrid: Editorial Arco/Libros, pp. 1295-1304.

PORRAS BARRENECHEA, Raúl. 1999. *Indagaciones peruanas. El legado quechua*. Lima: Universidad Macional Mayor de San Marcos. Disponível parcialmente em

http://books.google.com.br/books?id=g3Y59_azAqwC&printsec=frontcover&hl=es&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 18 de dezembro de 2013.

PORTUGAL, Ana Raquel. 2009. *O ayllu andino nas crônicas quinhentistas*. São Paulo: Cultura Acadêmica.

PRADO, Maria Ligia Coelho. 2003. Esperança radical e desencanto conservador na Independência da América Espanhola. *História.* São Paulo, Vol. 22, Nº 2, pp. 15-34. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742003000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 15 de dezembro de 2013.

PRAXEDES, Silvana. 2008. *O período dos estudos linguísticos brasileiros dito científico na questão da colocação pronominal (1880-1920).* Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH-USP.

QUILIS, Antonio. 2001. *Las tres gramáticas de Antonio de Nebrija*. In: MAQUIEIRA RODRÍGUEZ, Marina; GAVILÁN, María Dolores Martínez; LLAMAZARES, Milka Villayandre (eds.). *Actas del II Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (León, 2-5 de marzo de 1999). Madrid: Editorial Arco/Libros, pp. 125-147.

RAGI, Roberta. 2009. *Dominicanos e jesuítas na emergência da tradição gramatical quéchua (século XVI-XIX).* Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH-USP. Disponível em http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-17092009-163345/pt-br.php. Acesso em 16 de dezembro de 2013.

RAMAJO CAÑO, Antonio. 1987. *Las gramáticas de la lengua castellana desde Nebrija a Correas*. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca.

RICOEUR, Paul. 1984-1988. *Time and narrative* (tradução de Kathleen Blamey e David Pellauer - 3 Volumes). Chicago/Londres: University of Chicago Press.

RIDRUEJO, Emilio. 1994. *De las Introductiones Latinae a la Gramática Castellana*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 485-498.

ROBINS, R. H. 1974. *Breve historia de la lingüistica* (traducido por Enrique Alcaraz Varo). Madrid: Paraninfo.

ROLDÁN PÉREZ, Antonio. 1994. *Las Introductiones Latinae y la Gramática Castellana: una propuesta romance de metalinguaje retórico*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia:

Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 85-118.

RORTY, Richard. 2005. *A historiografia da filosofia: quatro gêneros*. In: RORTY, Richard. *Verdade e progresso*. Barueri, SP: Manole, pp. 305-338.

ROSA, Maria Carlota. 2009. *Introdução à morfologia* (5ª edição). São Paulo: Contexto.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. [1759]1998. *Ensaio sobre a origem das línguas* (tradução de Fulvia M. L. Moretto). Campinas: Editora da Unicamp. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/viewFile/5904/5584. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

ROWE, John. 1954. El movimiento nacional del siglo XVIII. In: *Revista Universitária*. Cuzco, Nº 107, pp. 17-47.

RUIZ, Ramón González. 1994. *Apuntes sobre el tratamiento de la formación de palabras en las primeras gramáticas españolas*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 271-287.

SAHUARAURA INCA, Justo Apu. 1850. *Recuerdos de la monarquía peruana, ó, Bosquejo de la historia de los incas*. Paris: Librería de Rosa, Bouret y Cia. Disponível em https://archive.org/details/recuerdosdelamon00sahu. Acesso em 9 de janeiro de 2014.

SAN PEDRO, Benito de. 1769. *Arte del romance castellano dispuesta segun sus principios generales i el uso de los mejores autores*. Valencia: B. Monfort. Disponível em https://archive.org/details/artedelromanceca00beniuoft. Acesso em 11 de novembro de 2013.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. [1587]1976. *Minerva o de la propiedad de la lengua latina* (introducción y traducción por Fernando Riveras Cárdenas). Madrid: Cátedra.

SÁNCHEZ, Virginia Bonmatí. 1994. *Sermo Latinus, Sermo Hispaniensis y Sermo Hispanus en la obra gramatical de Antonio de Nebrija*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 139-148.

SANTA CRUZ PACHACUTI YAMQUI, Joan de. [1613]1968. *Relación de antigüedades deste reyno del Perú*. In: ESTEVE BARBA, Francisco. 1968. *Crónicas*

peruanas de interés indígena (Biblioteca de Autores Españoles). Madrid: Ediciones Atlas, pp. 281-319.

SANTO TOMÁS, Fray Domingo de. [1560]1951. *Lexicón o vocabulario de la lengua general del Perv*. Edición facsimilar, con prólogo de Raúl Porras Barrenechea. Lima: lmprenta Santa María.

SANTO TOMÁS, Fray Domingo de. [1560]1995. *Grammatica o arte de la lengua general de los incas de los reynos del Peru.* Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casa.

SARMIENTO GONZÁLEZ, Ramón. 2000. *Antonio de Nebrija y la lingüística en la época del descubrimiento*. In: BAGOLA, Beatrice (ed.). *La lingüística en la época de los descubrimientos* (Actas del Coloquio en honor del profesor Hans-Joseph Niederehe – Tréveris, 16 a 17 de junio de 1997). Hamburg: Helmut Buske Verlag, pp. 157-173.

SAUSSURE, Ferdinand de. [1916]1995. *Curso de linguística geral* (tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein). São Paulo: Cultrix.

SCHÄFER-PRIEβ, Barbara. 2002. *Entre a gramática filosófica e a linguística histórico-comparativa: Francisco Solano Constâncio e a sua Grammatica Analytica da Lingua Portugueza de 1831*. In: KEMMLER, Rolf; SCHÄFER-PRIEβ, Barbara; SCHÖNBERGER, Axel (eds.). *Estudos de história da gramaticografia e lexicografia portuguesas*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea, pp. 159-175.

SHARPE, Jim. 1992. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter (org.). 1992. *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, pp. 39-62.

SIMMONS, Merle Edwin. 1983. *Los escritos de Juan Pablo Viscardo y Guzmán, precursor de la independencia hispanoamericana*. Caracas (Venezuela): Universidad Catolica Andres Bello / Intituto de Investigaciones Historicas. Disponível em http://books.google.com.pe/books?id=WkIzJ41dACcC&printsec=frontcover&hl=es#v=onepage&q&f=false. Acesso em 15 de dezembro de 2013.

SUÁREZ, Mercedes. 2007. *Paradigmas de la palabra*. In: SUÁREZ, Mercedes (ed.) *Paradigmas de la palabra. Gramáticas indígenas de los siglos XVI, XVII, XVIII*. Madrid: Turner Publicaciones, pp. 4-36.

SUEIRO JUSTEL, Joaquín. 2002. *Aspectos generales de la política lingüística española en América y Filipinas*. In: ESPARZA-TORRES, Miguel Ángel; FERNÁNDEZ SALGADO, Benigno; NIEDEREHE, Hans-Joseph (eds.). *SEHL 2001. Actas del III Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (Vigo, 7-10 de febrero de 2001 – Tomo II). Hamburg: Helmut Buske Verlag, pp. 695-707.

SUEIRO JUSTEL. Joaquín. 2002a. *La política lingüística española en América y Filipinas (siglos XVI-XIX)*. Lugo: Editorial Tris Tram.

SUEIRO JUSTEL, Joaquín. 2004. Lorenzo Hervás y Panduro: puente entre los misioneros lingüístas y la lingüística europea. *Hesperia: Anuario de Filología Hispánica*, Nº 7, pp. 185-206. Disponível em http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=998331. Acesso em 14 de agosto de 2013.

SWIGGERS, Pierre. 2004. *Modelos, métodos y problemas en la historiografía de la lingüística.* In: CORRALES ZUMBADO, C.; DORTA LUIS, J.; CORBELLA DÍAZ, D.; TORRES GONZÁLEZ, A. N.; PLAZA PICÓN, F. M.; IZQUIERDO GUZMÁN, L.; MARTÍN DÍAZ, M. A.; MEDINA LÓPEZ, J.; HERNÁNDEZ DÍAZ, B. (eds.). *Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística* (Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL - La Laguna, Tenerife, 22 al 25 de octubre de 2003 – Vol. I). Madrid: Editorial Arco/Libros, pp. 113-145.

SWIGGERS, Pierre. 2009. La historiografia de la lingüística: apuntes y reflexiones. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística*. Vol. I, Nº 1, pp. 67-76. Disponível em http://www.rahl.com.ar/Revistas/I%20-%202009/swiggers-RAHL-(1)2009.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2014.

SWIGGERS, Pierre. 2009a. La terminologia del pronombre en la gramática española, de Nebrija (1942) a Bello (1847): algunos apuntes. *Res Diachronicae*. Vol. 7, pp. 263-292. Disponível em http://www.ajihle.org/resdi/docs/Numero7/Seminario/SeminarioPronombre.pdf. Acesso em 2 de outubro de 2013.

SWIGGERS, Pierre. 2009b. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística (RAHL).* Vol. I, Nº 1, pp. 67-76. Disponível em http://www.rahl.com.ar/Revistas/I%20-%202009/swiggers-RAHL-%281%292009.pdf. Acesso em 13 de agosto de 2013.

SWIGGERS, Pierre. 2010. Le métalangage de la linguistique: reflexions à propos de la terminologie e de la terminographie linguistiques. *Revista do GEL*, Vol. 7, Nº 2, pp. 9-29. Disponível em http://www.gel.org.br/revistadogel/volumes/7/gel_7.2_t01.pdf. Acesso em 2 de julho de 2013.

SWIGGERS, Pierre. 2010a. História e historiografia da linguística: *status*, modelos e classificações. *Revista Eutomia*, Ano III, Vol. II, dezembro de 2010. Disponível em http://www.revistaeutomia.com.br/volumes/Ano3-Volume2/especial-destaques/destaques-linguistica/destaque_historia_e_historiografia_da_linguistica.pdf. Acesso em 14 de janeiro de 2014.

SWIGGERS, Pierre. 2012. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. In: *Revista Todas as Letras*, Vol. 14, Nº 1, pp. 38-53. Disponível em http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/download/4527/3489. Acesso em 13 de janeiro de 2014.

SWIGGERS, Pierre & WOUTERS, Alfons. 2004. *Grammatica: disciplina y doctrina en el mundo romano*. In: CORRALES ZUMBADO, C.; DORTA LUIS, J.; CORBELLA DÍAZ, D.; TORRES GONZÁLEZ, A. N.; PLAZA PICÓN, F. M.;

IZQUIERDO GUZMÁN, L.; MARTÍN DÍAZ, M. A.; MEDINA LÓPEZ, J.; HERNÁNDEZ DÍAZ, B. (eds.). *Nuevas aportaciones a la historiografía lingüística* (Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL - La Laguna, Tenerife, 22 al 25 de octubre de 2003 – Vol. II). Madrid: Editorial Arco/Libros, pp. 1579-1590.

TASHIRO, Eliza. 2003. *Documentação missionária e tradição autóctone sobre a língua japonesa: padrões em língua e padrões em historiografia linguística*. Tese de Doutoramento apresentada à FFLCH-USP.

TERCERO CATHECISMO Y EXPOSICION DE LA DOCTRINA CHRISTIANA, POR SERMONES. 1583. (*Para que los curas y otros ministros prediquen y enseñen a los yndios y a las demas personas. Conforme a lo que en el sancto Concilio Prouincial de Lima se proueyo*. Editado por Ricardo, 1583). Disponível em http://archive.org/details/tercerocathecism01cath. Acesso em 18 de dezembro de 2013.

THRACE, Denys le. [séc. I a.C.]1989. *La grammaire de Denys le Thrace* (traduit et annotée par Jean Lallot). Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.

TODOROV, Tzvetan. 1993. *Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana* (tradução de Sergio Goes de Pula). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

TODOROV, Tzvetan. 2003. *A conquista da América – a questão do outro* (tradução Beatriz Perrone-Moisés). São Paulo: Martins Fontes.

TORERO, Alfredo. 2005. *Idiomas de los Andes. Lingüística e historia* (segunda edición). Peru: Editorial Horizonte.

TORRES RUBIO, Diego de. 1619. *Arte de la lengva qvichva compuesto por el Padre Diego de Torres Rubio de la Compañia de Iesvs con licencia del Señor Principe de Esquilache Virrey destos Reynos.* Lima: por Francisco Lasso. Disponível em http://archive.org/details/artedelalenguaqu04torr. Acesso em 17 de janeiro de 2014.

TORRES, Amadeu. 2010. *O gramaticalismo filosófico de Jerónimo Soares Barbosa (1822) e os seus primeiros discípulos no Brasil*. In: ASSUNÇÃO, Carlos; FERNANDES, Gonçalo; LOUREIRO, Marlene (eds.). *Ideias lingüísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX). Projeção da lingüística ibérica na América Latina e Ásia. (Vol. II)* [VII Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografia Lingüística (SEHL) - Vila Real, Portugal, del 3 al 6 de noviembre de 2009]. Müster: Nodus Publikationen, pp. 851-864.

TORRES, Pilar Díez de Revenga. 1994. *Nebrija e su gramática: norma y uso*. In: ESCAVY ZAMORA, R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. I). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 211-220.

TRÁCIA, Dionísio de. [séc. I a.C.]2002. *Gramática - Comentarios Antiguos* (introducción traducción y notas de Vicente Bécares Botas). Madrid: Gredos.

TSCHUDI, Johann Jakob Von. 1884. *Die Ketchua-Sprache*. Leipzig: F. A. Brockhaus. Disponível em http://www.archive.org/details/organismusderkh01tschgoog. Acesso em 24 de abril de 2013.

TSCHUDI, Johann Jakob von & RIVERO Y USTÁRIZ, Mariano Eduardo de. 1851. *Antiguedades peruanas*. Viena: Impr. Imperial de la Corte y del Estado. Disponível em http://books.google.com.br/books?id=PrUCAAAAYAAJ&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 9 de janeiro de 2014.

TSCHUDI, Johann Jakob von & ROSS, Thomasina. 1847. *Travels in Peru, during the years 1838-1842, on the coast, in the Sierra, across the Cordilleras and the Andes, into the primeval forests*. New York: Wiley & Putnam. Disponível em https://archive.org/details/perutravels00tschrich. Acesso em 9 de janeiro de 2014.

TUSÓN, Jesús. 1982. *Aproximación a la historia de la linguística*. Barcelona: Editora Teide.

ULLOA MOGOLLON, Joan de. [1586]1965. *Relación de la provincia de los Collaguas.* In: JIMENEZ DE LA ESPADA, Marcos. *RGI* (Tomo I). Madrid: Ediciones Atlas, pp. 326-333.

VALDÉS, Juan de. [1737]1964. *Diálogo de la lengua* (edición de José F. Montesinos - Clásicos Castellanos, Nº 86). Madrid: Espasa-Calpe.

VELASCO, Juan de. [1787]1964. Vocabulario de la lengua índica. In: *Número Especial de Llacta*, Quito, Instituto Ecuatoriano de Antropología y Geografía y Biblioteca Ecuatoriana "Aurelio Espinoza Polit", 6: 22.

VELASCO, Juan de. [1789]1946. *Historia del Reino de Quito en la América Meridional*. Quito: Imprenta de Gobierno.

VENTURA, Roberto. 1991. *Estilo tropical*. São Paulo: Companhia das Letras.

WIENER, Charles. 1874. *Essai sur les institutions politiques, religieuses, économiques et sociales de l'empire des Incas.* Paris: Maisonneuve. Disponível em http://archive.org/details/essaisurlesinst00wiengoog. Acesso em 16 de janeiro de 2014.

WIENER, Charles. 1880. *Pérou et Bolivie. Récit de voyage suivi d'études archéologiques et ethnographiques et de notes sur l'écriture et les langues des populations indiennes.* Paris: Hachette & Cie. Disponível em http://archive.org/details/prouetbolivierc00wiengoog. Acesso em 16 de janeiro de 2014.

YLLERA, Alicia. 1983. *Las etapas del pensamiento lingüístico occidental*. In: ABAD, Francisco & GARCÍA BERRIO, Antonio (eds.). *Introducción a la lingüística*. Madrid: Alhambra.

ZAMORA MUNNÉ, Juan Clemente. 1993. *Racionalismo, universales lingüísticos y autonomía de la gramática en la Edad Media y el Renascimiento*. In: *Historiografía*

lingüística. Edad Media y Renascimiento. Salamanca: Ediciones Colegio de España, pp. 61-75.

ZAS, Luz. 1994. *La herencia de la gramática de Nebrija en la consideración de las clases de palabras de algunas gramáticas españolas del primer tercio del siglo XVII.* In: ESCAVY, ZAMORA R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. III). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 639-649.

ZIMMERMANN, Klaus. 2004. *La construcción del objeto de la historiografía de la lingüística misionera.* In: ZWARTJES, Otto & HOVDHAUGEN, Even (eds.). 2004. *Missionary Linguistics / Lingüística Misionera* (Selected Papers from the First International Conference on Missionary Linguistics, Oslo, 13-16 march 2003). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 7-32.

ZWARTJES, Otto. 1994. *Tradición e innovación en las gramáticas pioneras de A. de Nebrija y P. de Alcalá: la categoría del pronombre.* In: ESCAVY, ZAMORA R.; HERNÁNDEZ TERRÉS, J. M.; ROLDÁN PÉREZ, A. (eds). *Nebrija V Centenario: Actas del Congreso Internacional de Historiografía Lingüística* (Congreso Internacional de Historiografía Lingüística, 1992, Murcia, Vol. III). Murcia: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico / Universidad de Murcia, pp. 651-665.

ZWARTJES, O. & ALTMAN, C. (eds.). 2005. *Missionary Linguistics II / Lingüística Misionera II. Orthography and Phonology.* Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

ZWARTJES, O. & HOVDHAUGEN, E. (eds.). 2004. *Missionary Linguistcs / Lingüística Misionera. Selected papers from the first international conference on Missionary Linguistics, Oslo, 2003.* Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.

ZWARTJES, O.; MARÍN, A.; SMITH-STARK, T. (eds.) 2009. *Missionary Linguistics IV/ Lingüística Misionera IV*. Lexicography. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

ZWARTJES, O; JAMES, G.; RIDRUEJO, E. (eds). 2007. *Missionary linguistics = Lingüística misionera III: morphology and syntax: selected papers from the Third and Fourth International Conferences on Missionary Linguistics, Hong Kong/Macau, 12-15 March 2005, Valladolid, 8-11 March 2006.* Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins.

ANEXOS

ANEXO 1

FICHA DESCRITIVA - SANTO TOMÁS (1560)

Grammatica o arte de la lengua general de los incas de los reynos del Peru

Acesso ao texto	http://archive.org/details/grammaticaoarted00domi. Acesso em 20 de janeiro de 2014.
Nome do autor	Domingo de Santo Tomás, O. P.
Datas do autor	1499-1570
Percurso vital do autor	Natural de Sevilha, Santo Tomás embarca para o Peru em 1540, onde, por 15 anos, dedica-se às tarefas de evangelização, à fundação de escolas e conventos e, especialmente, à aprendizagem da língua quéchua. O trabalho com os nativos torna-o, sem dúvida, um perito na língua andina. Em 12 de maio de 1551, data da fundação da Universidade de São Marcos (a primeira Universidade fundada na América do Sul), o dominicano consagra-se seu primeiro catedrático em teologia. No final de 1555, retorna à Espanha para cuidar, pessoalmente, da impressão de sua arte e vocabulário quéchua. Em 1567, regressa a Lima, convocado ao Segundo Concílio Limenho (1567-1568), onde lhe cabe posição de destaque, como decorrência de sua longa experiência com a língua geral (cf. Cerrón-Palomino, 1995, p. IX). Santo Tomás é amigo e colaborador direto de outro ilustre dominicano, Bartolomé de las Casas (1484-1566), e, com ele, idealiza um projeto de colonização para o Peru do século XVI em que espanhóis e indígenas têm o mesmo estatuto político diante da coroa castelhana (cf. Castelló, 1986).
Título original	*Grammatica o arte de la lengua general de los incas de los reynos del Perú, nuevamente compuesta por el Maestro fray Domingo de Sancto Thomás, de la Orden de Sancto Domingo, morador en los dichos reynos.*
Dados da 1ª edição	1560. Em Valladolid, por Francisco Fernandez de Córdova.
Século	XVI
Edição consultada	SANTO TOMÁS, Fray Domingo de. [1560]1995. *Grammatica o arte de la lengua general de los incas de los reynos del Peru.* Cuzco: Centro de Estudios Regionales Andinos ‘Bartolome de las Casa’.

Variante linguística descrita

Descrição de uma situação linguística tipicamente pluridialetal (cf. Cerrón-Palomino, 2003, p. 85), não identificável, plenamente, com a variante cuzquenha.

Reproduções

Por informações de Cerrón-Palomino (1995, p. LVII), a primeira reedição da gramática de Santo Tomás, em 1891, se faz em reprodução fac-similar sob os cuidados de Julio Platzmann (Leipizig: B.G. Teubner). Uma segunda edição, organizada por José Maria Vargas, organiza-se por entregas sucessivas à revista equatoriana *El Oriente Dominicano*, até o começo de 1940, para finalmente aparecer em único volume em 1947 (Quito: Instituto Histórico Dominicano). A terceira edição da referida gramática, também em versão fac-similar, é coordenada pelo historiador Raúl Porras Barrenechea, em 1951 (Lima: Imprenta Santa María), baseada em microfilme da Biblioteca do Congresso de Washington. Em 1992, a arte dominicana é reeditada uma vez mais, por Ruth Moya (Quito: Corporación Editora Nacional). Em 1994, Cerrón-Palomino reedita, pela primeira vez, o texto de Santo Tomás, tanto em forma fac-similar como em versão transliterada (Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica), em volume conjunto com o *Lexicon o Vocabulario de la lengua general del Peru*. Em 1995, Cerrón-Palomino encarrega-se de uma segunda reedição da gramática dominicana, com poucas variações em relação à de Madrid, feita a partir da edição de Lima (1951) e contando com uma reprodução ampliada da *princeps editio* da Biblioteca Nacional de Madrid, que se encontra na seção de libros raros sob o número 14332.

Sumário da obra

Summa del privilegio (p. 3)
Prólogo a S.M. del Rey nuestro señor (p. 5)
In Autoris, & operis commendationem (p. 11)
Prólogo del autor al christiano lector (p. 13)
CAPÍTULO PRIMERO: De la orthographía (p. 17)
CAPÍTULO SEGUNDO: Del nombre y sus propriedades (p. 21)
CAPÍTULO TERCERO: De la sengunda parte principal de la oración, que es pronombre (p. 30)
CAPÍTULO QUARTO: De la tercera parte principal de la oración, que es verbos, y de sus prorpiedades (p. 41)
CAPÍTULO QUINTO: De la formación del verbo (p. 74)
CAPÍTULO SEXTO: De alguna maneras de hablar particulares que ay por el verbo y conjugación dél (p. 81)
CAPÍTULO SÉPTIMO: De la sexta propriedad del verbo, que es specie, O derivación dél (p. 85)
CAPÍTULO OCTAVO: De la quarta parte de la oración, que es participio y de sus propriedades (p. 93)
CAPÍTULO NONO: Del modo del infinitivo (p. 100)
CAPÍTULO DÉCIMO: De los gerundios (p. 102)
CAPÍTULO UNDÉCIMO: De la quinta parte de la oración, que es preposición (p. 106)

CAPÍTULO DUODÉCIMO: De la sexta parte de la oración, que es advérbio (p. 108)
CAPÍTULO TERCIODÉCIMO: De la séptima parte de la oración, que es interjectión (p. 111)
CAPÍTULO QUARTODÉCIMO: De la octava parte de la oración, que es conjunctión (p. 112)
CAPÍTULO QUINTODÉCIMO: De los relativos (p. 113)
CAPÍTULO DECIMOSEXTO: De los comparativos y superlativos (p. 115)
CAPÍTULO DECIMOSÉPTIMO: De los nombres diminutivos (p. 117)
CAPÍTULO DÉCIMO OCTAVO: De los nombres patronímicos (p. 118)
CAPÍTULO DIEZ Y NUEVE: De los adverbios locales y modos de hablar por ellos (p. 120)
CAPÍTULO VEINTE: De los nombres numerales (p. 123)
CAPÍTULO VEINTE Y UNO: De la postrera y última parte de la grammática (p. 128)
CAPÍTULO VEINTE Y DOS: De algunas partículas o sillábicas adjectiones no significativas (p. 132)
CAPÍTULO VEINTE Y TRES: De algunos términos particulares de que los índios desta tierra usavan (p. 138)
CAPÍTULO 24: De algunas figuras generales y modos de hablar particulares que ay en esta lengua (p. 146)
CAPÍTULO 25: De la última propriedad de las ocho partes de la oración que es prosodia o accento (p. 157)
CAPÍTULO ÚLTIMO en que se pone una plática en esta lengua, y el exercício y prática de las reglas dichás en el arte (p. 170)

ANEXO 2

FICHA DESCRITIVA - ANÔNIMO (1586)

Arte y vocabulario en la lengua general del Peru llamada quichua

Acesso ao texto	http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?application=DIGITOOL3&owner=resourcediscovery&custom_att_2=simple_viewer&pid=185020. Acesso em 30 de abril de 2012.
Nome do autor.	Anônimo
Título original	*Arte, y vocabulario en la lengua general del Peru llamada Quichua, y en la lengua Española: el mas copioso y elegante que hasta agora se ha impresso*.
Dados da 1ª edição	Lima: En los Reyes, por Antonio Ricardo (s.d.). A gramática surgiu como produto das atividades do Terceiro Concílio Limenho (1582-1583), sob decisiva influência dos jesuítas. Estrutura da obra original: Prohemio — pp. 3-6 Provision real — pp. 7-13 Al lector (prólogo) — pp. 14-16 Vocabvlario y phrasis de la lengva general, de los indios del Peru llamada quichua — pp. 17-367 Arte de la lengva general del Peru, llamada quichua — pp. 1r-40v
Século	XVI
Edição consultada	ANÔNIMO. 1586. *Arte, y vocabulario en la lengua general del Peru llamada Quichua, y en la lengua Española: el mas copioso y elegante que hasta agora se ha impresso*. En los Reyes (Lima), por Antonio Ricardo. Disponível em <http://bibliotecadigitalhispanica.bne.es:80/webclient/DeliveryManager?application=DIGITOOL3&owner=resourcediscovery&custom_att_2=simple_viewer&pid=185020>. Acesso em 20 de dezembro de 2014.
Variante linguística privilegiada	Quéchua cuzquenho
Reproduções	Segundo Paez (1970), a gramática anônima e o vocabulário de 1586 conheceram três edições apenas no período colonial: a

primeira, em 1603, feita em Sevilha, sob os cuidados de Clemente Hidalgo (s.d.) (PAEZ, 1970, p. 219); a segunda, em 1604, *en los Reyes*, publicada por Frei Juan Martínez (s.d.), pároco de Santiago de Chuco y Santo Toríbio de Mogrovejo (PAEZ, 1970, p. 221); e a terceira, de 1614, novamente *en Los Reyes*, ao que parece indicar Paez (1970, p. 223), uma cópia da edição anterior. O texto anônimo reaparece somente em 1951, em Lima, com uma edição do Instituto de História da Faculdade de Letras de São Marcos, contando com prólogo e notas de Guillermo Escobar Risco (s.d.). Trata-se da quinta edição da obra original de 1586, organizada em comemoração ao Quarto Centenário da Fundação de São Marcos, por iniciativa de Raúl Porras Barrenechea. Risco utilizou, em sua publicação, microfilmes do único original de que se tinha notícia à época, localizado na Biblioteca da Universidade Central de Madrid (Paez, 1970, p. 230). Paez ([1586] 1970) organiza a sexta edição da gramática e do vocabulário anônimo, editados originalmente por Ricardo (1586).

ANEXO 3

FICHA DESCRITIVA - GONZÁLEZ HOLGUÍN (1607)

Gramatica y Arte nveva de la lengua general de todo el Peru, llamada lengua Qquichua, o lengua del Inca

Acesso ao texto	http://www.archive.org/details/gramaticayartenu00gonz. Acesso em 20 de janeiro de 2014
Nome do autor	Diego González Holguín, S. J.
Datas do autor	c. 1552-1618
Percurso vital do autor	Diego González Holguín nasceu em Extremadura, Espanha, e faleceu em Lima. Chegou ao Peru como missionário jesuíta em 1581 e estudou o quéchua cuzquenho por 25 anos, antes da publicação de sua gramática (1607). Foi reitor do colégio jesuíta de Chuquisaca, atual Bolívia.
Título original	*Gramatica y Arte nveva de la lengua general de todo el Peru, llamada lengua Qquichua, o lengua del Inca. Añadida y cumplida en todo lo que faltaua de tiempos, y dela Grammatica, y recogido en forma de Arte lo mas necessario enlos dos primeros libros. Con mas otros dos libros postreros de addiciones al Arte para mas perficionarla, el vso para alcançar la copia de vocablos, y el outro para la elegancia y ornato.*
Dados da 1ª edição	1607. En la Ciudad de los Reyes, por Francisco del Canto.
Século	XVII
Edição consultada	GONZÁLEZ HOLGUÍN, Diego. 1607. *Gramatica y Arte nveva de la lengua general de todo el Peru, llamada lengua Qquichua, o lengua del Inca. Añadida y cumplida en todo lo que faltaua de tiempos, y dela Grammatica, y recogido en forma de Arte lo mas necessario enlos dos primeros libros. Con mas otros dos libros postreros de addiciones al Arte para mas perficionarla, el vso para alcançar la copia de vocablos, y el outro para la elegancia y ornato.* En la Ciudad de los Reyes (Lima): por Francisco del Canto. Disponível em http://www.archive.org/details/gramaticayartenu00gonz. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

Variante linguística privilegiada	Quéchua cuzquenho
Reproduções	Em 1842, Gênova: Pagano. Em 1975, Vaduz & Georgetown: Cabildo, por Bernard Pottier (ed.).
Sumário da obra	APROBACION DE ESTA ARTE Y LICENcia para imprimirla del Padre Prouincial desta Prouincia del Peru (p. 1v) APROBACION DE ESTA ARTE COMETIda por la Real Audiencia de Lima al Padre Iuan Vazquez (p. 1v) SVMMA DEL PRIVILEGIO (p. 1v) DEDICATORIA (pp. 2r-3v) EL AVTOR AL PIO LECTOR (pp. 3v-4v) LIBRO PRIMERO, QUE TRATA del nombre y su declinacion, y delas de mas partes declinables (pp. 1r-24v) CAPITVLO I. DE LA DECLINACION delos nombres substantiuos (pp. 1r-3r) CAP. II. DE LA DECLINACION ADIETIVADA y dela composicion con adiectiuos (pp. 3r-4v) CAP. III. DE LA DECLINACION DE LOS participios adjectiuados (pp. 4v-6v) CAP. IIII. DE LA DECLINACION GENITIVAda, la qual tiene por nominatiuo el genitiuo de los nobres y sobre el recibe otro genitiuo, y los demas casos (pp.6v-8r) CAP. 5. DELA DIFERENTE DECLINACION que causan muchos plurales que tiene esta lengua (pp. 8r-10r) CAPITVLO SEXTO DELOS PRONOMBRES y declinacion, y composicion de ellos (pp. 10r-10v) CAP. VII. DELA DECLINACION DEL PRImer pronombre primitiuo, ñoca. yo. (pp. 11r-13r) CAP. OCTAVO DE ADIECTIVAR LOS PROnombres con adjectiuos y substantiuos (pp. 13r-13v) CAPITVLO NOVENO DEL PLVRAL delos pronombres que se vsa para reprehender a muchos, o dar en cara con sus hechos malos (pp. 13v-15r) CAPIT. DECIMO DELOS PRONOMBRES POSSESSIVOS (pp. 15r-17r) CAPIT. VNDECIMO DELA COMPOSICION delos possessiuos con todos los participios, y primero con el acttiuo (sic) (munac.) (pp. 17r-18v) CAP. DVODECIMO DELA COMPOSICION que hazen los pronombres possessiuos con pronombres primitiuos y demonstratiuos (pp. 18v-20r) CAP. DECIMOTERCIO DELOS PRONOMBRES relatiuos, y de sus compuestos, y de sus declinaciones (pp. 20r-21v) CAP. DECIMOQVINTO (SIC) DELA DECLINACION de algunos con particulas finales pronombres relatiuos (pp. 21v-22r) CAP. DECIMOSEXTO DEL GENERODELOS nombres,

pronombres, y participios (pp. 22r-24v)
LIBRO SEGUNDO DESTA ARTE QQVICHUA, QVE TRATA DELA conjugacion de todos los verbos, y del sintaxi, o construccion (pp. 25r-100v)
CAP. I. DEL VERBO SVBSTANTIVO CANI canqui, y su conjugacion y formacion de sus modos y tiempos (pp. 25r-26r)
CAP. SEGVNDO DELA FORMACION DEL VERbo (cani) y de todos los verbos para actiua y passiua, aca-das (sic) en forma de tabla todas las terminaciones para tomarlas mejor de memoria (pp. 26r-26v)
CAP. TERCERO DELA CONIVGACION DEL verbo (cani) actiua para solas las significaciones de ser y estar (pp. 26v-28v)
CAP. QVARTO DEL PRIMERO PRETERITO perfecto de indicatiuo, suy, o, estuue, que es la boz simple no mas de preterito (pp. 28v-31r)
CAPIT. QVINTO DELOS VERBOS QVE SON actiuos y passiuos con vna sola voz con que se suplen los romances compuestos (pp. 31r-34r)
CAP. SEXTO DEL MODO IMPERAtivo para mandar o vedar (pp. 34r-35r)
CAP. SEPTIMO DEL OPTATIVO MODO que es para dessear (pp. 35r-37r)
CAP. 8 DEL VERBO OPTATIVO INDICATIuado, que tiene la terminacion de optatiuo, y la significacion de indicatiuo (pp. 37r-38r)
CAP. 9. De otro preterito perfecto indicatiuado yo auia de ser (pp. 38r-38v)
CAP. 10. DEL VERBO OPTATIVO IMPERAtiuado, que tiene la terminacion de optatiuo, y la significacion de imperatiuo (pp. 38v-39v)
CAP. XI. DEL MODO SVBIUNCTIVO DE (cani) (pp. 39v-41v)
CAP. XII. DEL MODO INFINITIVO DE (cani) (pp. 41v-43r)
CAP. 13 DELOS PARTICIPIOS DE (cani) (pp. 43r-44r)
CAP. 14. DELOS GERVNDIOS DEL VERBO (cani) del gerundio de genitiuo (pp. 44r-45r)
CAP. XV. DELOS SVPINOS DEL VERBO CANI (pp. 45r-46r)
CAP. XVI. DELOS NOMBRES VERBALES DE (CANI) (p. 46r)
CAP XVII DELA PASSIVA DEL VERBO (cani) y de todos los verbos neutros, diferente enla significacion dela del verbo actiuo, y no enla boz (pp. 46r-46v)
CAP. XVIII. DEL INDICATIVO MODO QVE Afirma y concluye y determina las oraciones delos otros modos (pp.46v-49r)
CAP. XIX. DEL VERBO FVTVRO, DE QVE SE suplen los futuros compuestos de todo el verbo (pp. 49r-49v)
CAP. XX. DEL VERBO PRETERITO Y DEL verbo comum, que con passiua significan accion, y con estos se suplen los tiempos que faltauan al arte (pp. 49v-50r)

CAP. XXI. DEL IMPERATIVO DEL VERBO actiuo para mandar y prohibir o vedar (pp. 50r-50v)
CAP. XXII. DEL IMPERATIVO PERMISSIVO para permitir o aprouar, o consentir, o dar licencia, por bien o por mal (pp. 50v-51v)
CAP. XXIII. DEL IMPERETIVO (sic) EXECRATIVO que es del modo de maldiciones que vsa la lengua (pp. 51v-52r)
CAP. XXIIII. DEL OPTATIVO MODO DEL verbo actiuo para dessear (pp. 52r-53r)
CAP. XXV. DEL OTRO OPTATIVO indicatiuado que tiene la terminacion de optatiuo (pp. 53r-54v)
CAPITVLO XXVI. DE ESTE MISMO VERBO de optatiuo indicatiuado, sacado del verbo preterito (pp. 54v-55v)
CAP. XXVII. DEL OPTATIVO IMPERATIVAdo, que teniendo la terminacion de optatiuo, tiene los romances de imperatiuo (pp. 55v-56v)
CAP. XXVIII. DEL OPTATIVO SVBIVNTIVAdo, que con boz o terminacion de optatiuo tiene los romances del subjuntiuo (pp. 56v-57r)
CAP.XXIX. DEL MODO SVBIVNTIVO del verbo actiuo (pp. 57r-59r)
CAP. XXX. DEL MODO INFINITIVO del verbo actiuo (pp. 59r-60v)
CAP. 31. DELOS PARTICIPIOS DEL VERBO actiuo que son tres vno Actiuo, y dos passiuos (pp. 60v-62v)
CAP. XXXII. DELOS GERVNDIOS DEL verbo Actiuo (pp. 62v-63r)
CAP. 33. DE VNA CONIVGACION MVY COPIOsa en significacion y muy vsada que se haze con la segunda terminacion destos gerúndios (Munaypac y cani) conjugado por todos sus tiempos (pp. 63r-63v)
CAP. XXXIIII. DELOS SVPINOS DEL Verbo Actiuo (pp. 63v-66v)
CAP. XXXV. DELOS NOMBRES VERBALES del verbo actiuo (pp. 66v-67v)
CAP. XXXVI. DELA CONIVGACION delos verbos pareados (pp. 67v-69r)
CAP. XXXIII. (sic) DELAS TRANSICIONES DELOS verbos actiuos, o dela conjugacion transitiua que traspassa su significacion en otra persona inclusa en vna misma voz persona que haze y que padece (pp. 69r-72r)
CAP. XXXVIII. DELA SEGVNDA TRANSICION (ssunqui) que es de tercera a segunda persona (pp. 72r-74r)
CAP. 39. DELA TERCERA TRANSICION (huanqui) que es de segunda persona a primera, que en todos los modos y tiempos la ay, y notese el primer plural que solamente en esta transicion loa y, y contra las reglas de plurales de transiciones, que sola ala persona que padece dan transicion en plural, y esta lo da ala persona que haze tambien (pp. 74r-76r)

CAP. XL. DELA QVARTA TRANSICION (huan) que es de tercera persona a primera, y se haze tambin en todos los modos y tiempos con dos plurales, ambos de persona que padece (pp. 76r-77v)
CAP. XXXXI DELA FORMACION DELAS TRANsiciones por tabla para decorarlas en breue, y pa (sic) cotejarlas [deprõto] vna con otras ponẽse aqui enlo alto todos los tiempos de singular, al pie los plurales (pp. 77v-79v)
CAP. XXXXII. DELA PASSIVA COMVM DEL verbo actiuo y de todos los verbos (pp. 79v-81r)
LA TERCERA PARTE DESTE SEGVNDO LIbro que trata del Sintaxi, o constuccion de todos los verbos y nombres en que se declaran todas las especies que ay de verbos, y todas sus passiuas de cada vno, y lo q rigen actiua y passiua y del regimen de participios y nombres (pp. 80v-110v)
CAP. XXXXIIII. (sic) DELAS ESPECIES O NATVRALEzas delos verbos que se sacan de sus terminaciones y significaciones ordenadas ala construccion y sintaxi (pp. 81r-82v)
CAP. XLIIII. (sic) DEL VERBO ACTIVO Y DELAS conjugaciones que son actiuas, y tienen passiua propriamente, con la significacion de (ser) (pp. 82v-84r)
CAP. XXXXV. DEL VERBO NEVTRO QVAL ES Y que significa y quantas maneras de neutros ay (pp. 84r-85v)
CAP. XLVI. DEL VERBO PASSIVO Y DE todas las prssiuas (sic) que se reduzen a el (pp. 85v-86r)
CAPITVLO QVARENTA Y SIETE DEL VLTImo verbo que es el impersonal, y los modos de impersonales que se le reduzen (pp. 86r-87r)
CAP XLVIII. DELA CONSTRVCCION DEL verbo substantiuo (cani) (pp. 87r-89r)
CAP. XLIX. DELA CONSTRVCCION DEL VERbo actiuo, con todos los casos obliquos despues y de mas del acusatiuo (pp. 89r-91r)
CAPITVLO. L. DELA CONSTRVCCION DE los verbos neutros (pp. 91r- 95v)
CAPITVLO. 51. DEL ACCENTO Y PRONVNciacion accentual (pp. 95v-96r)
CAP. LII. DELOS NOMBRES DE PARENTESCO (pp. 96r-99v)
CAP. LII. (sic) DELOS NOMBRES numerales simples (pp. 99v-110v)
LIBRO TERCERO DESTA ARTE QQVICHVA, QVE trata de la copia y abundancia necessaria para la elegancia y perfeccion desta lengua (pp. 101r-118v)
CAP. I. DELA PRIMERA PARTE DESTE libro, que trata del hallar copia de bocablos facilmente con la composicion delos nombres y participios con nombres y particulas (pp. 101r-110r)
SEGUNDA PARTE DELA COPIA DELOS VERBOS
CAP. 2. DEL AVMENTO DE VERBOS, QVE se saca por composicion con particulas entremetidas enellos (pp. 110r-116v)

TERCERA PARTE DELA COPIA
CAP. III. DELA COPIA DE VARIOS ADVERbios que se sacan con diez formas, o diez maneras que ay differentes de componer aduerbios (pp. 116v-118v)
LIBRO QVARTO DE ESTA ARTE QQVICHUA QVE trata dela elegancia y propriedad della (pp. 119r-143r)
CAP. I. DELA DISPOSICION Y ORDEN DELAS partes dela oracion entre si, y de toda la oracion, o razonamiento (pp. 119r-121v)
CAP II. DELAS PARTICVL'AS (sic) FINALES (pp. 121v-124r)
CAP. III. DELOS NOMBRES COMPARATIVOS y superlatiuos en vna voz, y delas oraciones comparatiuas, que con ellos se hazen (pp. 124r-125v)
CAP. IIII. DELA FORMACION DELOS nombres superlatiuos y diferencia que tienen con los comparatiuos (pp. 125v-126v)
CAP. V. DELAS COMPARACIONES QVE se hazen con los nombres comparatiuos, de ygualdad, o de menos a mas (pp. 126v-127r)
CAP. VI. DELAS VARIAS MANERAS QVE AY de hazer oraciones comparatiuas (pp. 127r-128r)
CAP. VII. DELAS COMPARACIONES POR defecto, o por menos (pp. 128r-128v)
CAP. VIII. DELAS ORACIONES COMparatiuas de ygualdad (p. 128v)
CAP. IX. DELOS NOMBRES RELATIVOS, y delas oraciones relatiuas (pp. 128v-130r)
CAP. X. DELOS NOMBRES RELATIVOS DE cosas que no son persona, y de todos los compuestos de (yma) interrogatiuos (pp. 130r-131r)
CAP. X. (sic) DELA FORMACION Y COMPOSICION delas oraciones relatiuas (pp. 131r-132v)
CAP. XII. DELOS NOMBRES NVMERALES compuestos (pp. 132v-133v)
CAP. V. (sic) Dela quinta parte dela oracion, que es la preposicion del caso que rijen, y su numero y significacion (pp. 133v-136r)
CAP. IIII. (sic) Delas preposiciones simples de ablatiuo (pp. 136r-136v)
CAP. V (sic) Del aduerbio, que es la sexta parte de la oracion (pp. 136v-139r)
CAP. VII. (sic) Dela septima parte dela oracion que es la interjectiõ (pp. 139r-140v)
CAP. VIII. (sic) DELA OCTAVA PARTE DELA oracion, que es la conjuncion (pp. 141r- 143r)
TABLA DELA ARTE QQVICHUA DELAS COSAS QVE VAN AÑAdidas, o enmẽdadas mas notables, fuera delas notas menudas del comento, que no se ponen aqui

ANEXO 4

FICHA DESCRITIVA - HUERTA (1616)

Arte breve de la lengua quechua

Acesso ao texto	Microfilme e cópia digitalizada do CEDOCH
Nome do autor	Alonso de Huerta
Datas do autor	?-1640
Percurso vital do autor	O peruano huanuquenho Alonso de Huerta foi o primeiro *criollo* a produzir uma gramática sobre o quéchua. Huerta - mestre em artes e teologia, cura e capelão em diversas igrejas limenhas e catedrático na língua geral andina - foi quem empregou, originalmente, o termo *quechua*, substituindo a variante *i* pela *e*, por oposição às designações anteriores (*quichua*, no Anônimo, 1586; *qquichua*, em González Holguín, 1607) (cf. Cerrón-Palomino, 1985, p. 89; Porras Barrenechea, 1999, p. 170). Em seu trabalho linguístico e missionário, foi protegido por Lobo Guerrero (1546-1622), arcebispo de Lima entre 1609 e 1622.
Título original	*Arte dela lengua quechua general delos Yndios de este Reyno del Piru. Dirigido al Illustrissimo Señor Don Bartholome Lobo Guerrero Arcebispo Tercero del. Compuesto por el Doctor Alonso de Huerta Clerigo Presbytero Predicador dela dicha Lengua enesta Sancta Yglesia Cathedral, y Cathedratico proprietario della, enla insigne y Real Vniversidad desta Ciudad delos Reyes, natural dela muy noble y muy leal Ciudad de Leõ de Huanuco.*
Dados da 1ª edição	1616. En los Reyes, por Francisco del Canto.
Século	XVII
Edição consultada	HUERTA, Alonso de. [1616]1993. *Arte breve de la lengua quechua* (Estudio introductorio de Ruth Moya e transcripción de Eduardo Villacís – Proyecto Educacion Bilingüe Intercultural). Quito: Corporacion Editora Nacional.
Variante linguística privilegiada	Quéchua cuzquenho - denominado por Huerta como Incasuyo - com informações adicionais sobre a variante Chinchaysuyo (cf. (cf. Huerta, [1616]1993, p. 18).
Reproduções	Em 1993, em Quito: Corporacion Editora Nacional.

Sumário da obra

Presentación (pp. IX-XI)
Estudio introductorio (pp. XIII-XXXII)
Arte breve de la lengua quechua (pp. 1-81)
Epigrama (p.2)
Privilegio (pp. 3-4)
El Doctor Alonso de Huerta, al Excelentísimo Señor Marqués de Montes Claros (p. 5)
Soneto (p. 5)
Aprobación (p. 6)
Dedicatoria al Ilustrísimo Señor don Bartotomé Lobo Guerrero, meritísimo arzobispo tercero de este reino del Pirú, del Consejo de su Majestad (pp. 7-10)
Al Doctor Alonso de Huerta, el Bachiller Francisco de Virves su discípulo (p. 11)
Soneto (p. 11)
Al Doctor Alonso de Huerta, el Bachiller Francisco Sedeño Fariñas, su discípulo (p. 11)
Al Doctor Alonso de Huerta, el Bachiller Francisco de Virves su discípulo (p. 12)
Al Doctor Alonso de Huerta, Don Luis Arias Bezerra su discípulo (p. 13)
Soneto (p. 13)
Canción del mismo autor (pp. 13-14)
Al Doctor Alonso de Huerta, el Maestro Pedro de Ressa Saldaña su discípulo (p. 14)
Soneto (p. 14)
Al Doctor Alonso de Huerta, el Bachiller Martín de Mena Godoy su discípulo (p. 15)
Soneto (p. 15)
Otro de Don Juan de Bela Oxtegui, discípulo del autor (p. 15)
Al Doctor Alonso de Huerta, el Bachiller Juan Rodríguez de León, capellán de la Encarnación de Lima (p. 16)
Introducción (pp. 17-18)
Letras (pp. 18-19)
Números (p. 19-20)
Géneros (p. 21)
Declinación (pp. 21-24)
Partes de la oración (p. 24)
Nombre (pp. 24-32)
Pronombre (pp. 32-35)
Verbo (pp. 35-76)
Participio (pp. 76-77)
Proposición (pp. 77-78)
Adverbio (pp. 78-79)
Interjección (p. 79)
Conjunción (pp. 79-80)
Otras partículas (pp. 80-81)

ANEXO 5

FICHA DESCRITIVA - TORRES RUBIO (1619)

Arte de la lengva qvichva

Acesso ao texto	http://archive.org/details/artedelalenguaqu04torr. Acesso em 17 de janeiro de 2014.
Nome do autor	Diego de Torres Rubio, S. J.
Datas do autor	1547-1638
Percurso vital do autor	Diego de Torres Rubio chega ao Peru, em Lima, e, logo em seguida, desloca-se para os territórios da atual Bolívia, onde trabalha até sua morte. Foi reitor dos colégios de Potos, La Paz e Chuquisaca. Aprende quéchua e aymará. Em Chuquisaca, ocupa a cátedra de aymará por 30 anos.
Título original	*Arte de la lengva qvichva compuesto por el Padre Diego de Torres Rubio de la Compañia de Iesvs con licencia del Señor Principe de Esquilache Virrey destos Reynos.*
Dados da 1ª edição	1619. Em Lima, por Francisco Lasso.
Século	XVII
Edição consultada	TORRES RUBIO, Diego de. 1619. *Arte de la lengva qvichva compuesto por el Padre Diego de Torres Rubio de la Compañia de Iesvs con licencia del Señor Principe de Esquilache Virrey destos Reynos.* Lima: por Francisco Lasso. Disponível em http://archive.org/details/artedelalenguaqu04torr. Acesso em 17 de janeiro de 2014.
Variante linguística privilegiada	Quéchua cuzquenho.
Reproduções	Em 1700, Lima: por Joseph de Contreras. Em 1754, nova reimpressão da gramática em Lima (cf. Niederehe, 1995a).
Sumário da obra	Licencia del Padre Provincial (pp. 2r-2v) Licencia (p. 3r) Prologo (p. 3v)

Letania de Nvestra Señora en la lengua Quichua (pp. 4r-4v)
De la declinacion del nombre (pp. 1r-2r)
Del pronombre (pp. 2r-4v)
Del verbo (pp. 4v-7v)
Delas transiciones (pp. 8r-12v)
Delas particulas de ornato (pp. 12v-15v)
Annotaciones al verbo y disposicion delas partes de la oración (pp. 15v-21v)
Participios (pp. 21v-23r)
Gervndios (p. 23r)
De los nombres numerales (23r-25r)
De los nombres abstractos (p. 25r)
De los comparativos (pp. 25r-25v)
De los svperlativos (pp. 25v-26r)
De los relativos (pp. 26r-27r)
De los diminvtivos (p. 27r)
Propiedad de otros nombres (pp. 27r-28v)
De los nombres verbales (pp. 28v-29r)
De las particulas interpuestas al verbo (pp. 29r-31v)
De los verbos irregvlares y defectiuos (pp. 31v-33r)
De la preposición (pp. 33r-36r)
De los adverbios (pp. 36r-39r)
De la interieccion (pp. 39r-40r)
De la conivncion (pp. 40r-41v)

ANEXO 6

FICHA DESCRITIVA - MEXIA Y OCÓN (1648)

Arte de la Lengva General de los Indios del Perv

Acesso ao texto	http://www.archive.org/details/artedelalenguage00roxo. Acesso em 17 de janeiro de 2014
Nome do autor	Ivan Roxo Mexia y Ocón
Datas do autor	(s.d)
Percurso vital do autor	*Criollo*, natural de Cuzco, cura e reitor da Igreja Paroquial de São Sebastião, em Lima, e catedrático em quéchua pela Universidade de São Marcos.
Título original	*Arte de la Lengva General de los Indios del Perv por el Doctor Ivan Roxo Mexia y Ocon, Natural de la Ciudad del Cuzco, Cura Rector de la Iglesia Parroquial del señor S. Sebastian desta Ciudad de los Reye, Catedratico de dicha Lengua en su Real Vniuersidad, Examinador General en ella por su Magestad*.
Dados da 1ª edição	1648. Em Lima, por Iorge Lopez de Herrera.
Século	XVII
Edição consultada	MEXIA Y OCÓN, Ivan Roxo. 1648. *Arte de la Lengva General de los Indios del Perv por el Doctor Ivan Roxo Mexia y Ocon, Natural de la Ciudad del Cuzco, Cura Rector de la Iglesia Parroquial del señor S. Sebastian desta Ciudad de los Reye, Catedratico de dicha Lengua en su Real Vniuersidad, Examinador General en ella por su Magestad*. Lima: por Iorge Lopez de Herrera. Disponível em http://www.archive.org/details/artedelalenguage00roxo. Acesso em 17 de janeiro de 2014.
Variante linguística privilegiada	Quéchua cuzquenho
Reproduções	-

Sumário da obra

APROVACION DEL M. R. P. M. Fr. Agustin de Berrio, de Orden de San Agustin, Prior del Conuento de la Ciudad de Lima, y Calificador del S. Oficio
Suma de la Licencia
APROVACION DEL M. R. P. Presentado Fr. Iuan Escudero, Predicador General del Orden de Predicadores, Catedratico de la Lengua en su Conuento de Lima
Licencia del Ordinario
A SV EXCELENCIA. EL AVTOR
A LA REAL VNIVERSIDAD de Lima
AL LECTOR
LIBRO PRIMERO DE LA DECLINACION del Nombre, Conjugacion del Verbo (pp. 1r-25r)
TRATADO PRIMERO (pp. 1r-8v)
§ 1. De las letras que se Vsan en esta Lengua (pp. 1r-1v)
§ 2. De la Declinacion del Nombre (pp. 1v-3r)
§ 3. De la Declinacion Genitivada (pp. 3v-4r)
§ 4. Del Numero Plural (pp. 4r-4v)
§ 5. De otras Particulas, que Pluralizan (pp. 4v-5v)
§ 6. Explicacion de las Particulas de los casos (pp. 5v-8r)
§ 7. Del Modo de suplir los Generos (pp. 8r-8v)
TRATADO SEGVNDO (pp. 8v-17r)
§ 1. De su Diuison, Terminacion, y Romances (pp. 8v-10r)
§ 2. De la Terminacion de los Verbos (pp. 10r-11v)
§ 3. Del Verbo Substantiuo (pp. 11v-17r)
TRATADO TERCERO Del Verbo Actiuo (pp. 17r-25r)
§ 1. Qual sea, y su Conjugacion (pp. 17r-19r)
§ 2. Como Corresponden en esta Lengua las Oraciones de Subjuntiuo (pp. 19r-22r)
§ 3. Del Infinitiuo (pp. 22r-23v)
§ 4. De la Passiua del Verb. Actiuo (pp. 23v-24v)
§ Vltimo. De otro Modo de Passiua (pp. 24v-25r)
LIBRO SEGVNDO DE LAS PARTES DE LA Oracion (pp. 25r-58r)
TRATADO PRIMERO Del Nombre (pp. 25v-27v)
§ 1. De su diuision (p. 25v)
§ 2. Del Vso del Nombre e Substantiuo (pp. 25v-26v)
§ 3. Del Nombre Quasi Ajetiuo (sic) (pp. 26v-27r)
§ 4. Del Nombre Verbal (pp. 27r-27v)
TRATADO SEGVNDO Del Nombre Numeral (pp. 27v-30r)
§ 1. De su Diuision (pp. 27v-28v)
§ 2. De las Particulas que se vsan con estos Nombres (pp. 28v-29r)
§ 3. Del Numeral Ordinal (pp. 29r-29v)
§ 4. Del Numeral Distributiuo (pp. 29v-30r)
TRATADO TERCERO Del Nombre Compuesto (pp. 30r-32v)
§ 1. De los que se componem de Participio (pp. 30r-30v)

§ 2. De otras Particulas con que se componen los Substantiuos (pp. 30v-32v)
TRATADO QVARTO Del Modo con que se Forman los Comparatiuos (pp. 32v-34r)
§ Vnico. (pp. 32v-34r)
TRATADO QVINTO Del Modo con que se Forman los Superlatiuos (pp. 34r-35v)
§ Vnico. (pp. 34r-35v)
TRATADO SEXTO De los Diminutiuos (pp. 36r-37r)
§ Vnico. (pp. 36r-37r)
TRATADO SEPTIMO Del Pronombre (pp. 37r-40r)
§ 1. De su diuision (p. 37r)
§ 2. Del Plural destos Pronombres (pp. 37v-38r)
§ 3. De los Pronombres Possessiuos (pp. 38r-39r)
§ 4. De los Pronomb. Demõstratiuos (pp. 39r-40r)
§ 5. De algunas Particulas, que se vsan con los Pronombres Primitiuos, y Demonstratiuos (pp. 40r-40v)
TRATADO OCTAVO Singular, necessarissimo del Nombre Relatiuo (pp. 41r-48r)
§ 1. De los Relatiuos, que ay en esta Lengua (pp. 41r-42r)
§ 2. Del Modo de vsar, y suplir a Qui. Qæ. Quod. (pp. 42r-43v)
§ 3. Prosiguese la propria Materia (pp. 43v-46r)
§ 4. Suplemento al Participio (pp. 46r-48r)
TRATADO NONO De los Romances de Circunloquio (pp. 48r-58r)
§ 1. Del Circunloquio en Rus (pp. 48r-49r)
§ 2. De los Romances en Dus (pp. 49r-50r)
§ 3. De los Romances Me. Te. Se. (pp. 50r-50v)
§ 4. De los Romances Impersonales (p. 50v)
§ Vlt. Grauissimo del vso del Infiniti. (pp. 50v-58r)
LIBRO TERCERO DE OTRA CONSTRVCCION del Verbo Actiuo, y de los Neutros Compuestos, y Defectiuos (pp. 58v-72r)
TRATADO PRIMERO Del Verbo Transitiuo (pp. 58v-66r)
§ 1. Qual sea el Verbo Transitiuo, y del Numero de las Transiciones (pp. 58v-61v)
§ 2. De Las Particulas con que se forman los Transitiuos (pp. 61v-62r)
§ 3. Del Modo con que se han de vsar con los Verbos (pp. 62r-64r)
§ 4. De la Passiva del Verb. Transitiuo (pp. 64r-66r)
TRATADO SEGVNDO Del Verbo Neutro (pp. 66r-67r)
§ Vnico. (pp. 66r-67r)
TRATADO TERCERO Del Verbo Compuesto (pp. 67r-70r)
§ 1. Qual sea. Y de quantas maneras se componga (pp. 67r-68v)
§ 2. De algunas Particulas con que ordinário se componen

los Verbos (pp. 68v-70r)
TRATADO QVARTO De los Verbos defectiuos, que ay en esta Lengua (pp. 70r-72r)
§ Vnico. (pp. 70r-72r)
LIBRO QVARTO DE LAS QVATRO PARTES restantes de la Oracion (pp. 72r-77v)
TRATADO PRIMERO De la Posposicion (pp. 72r-73r)
TRATADO SEGVNDO Del Aduerbio (pp. 73r-76r)
§ 1. De los de Lugar (pp. 73r-73v)
§ 2. Particulares Construcciones de Aduerbios (pp. 73v-75r)
§ 3. De otros Aduerbios (pp. 75r-76r)
TRATADO TERCERO De la Interieccion (p. 76v)
TRATADO QVARTO De la Conjuncion (pp. 77r-77v)
LIBRO QVINTO De la Colocacion, Acento, Pronunciacion, y Ortographya (pp. 77v-88r)
§ 1. De la Colocacion (pp. 77v-79v)
§ 2. Del Acento (pp. 79v-80r)
§ 3. De la Pronunciacion (pp. 80r-81v)
§ 4. Del Modo de suplir algunos Vocablos que dela Española faltã en esta Lengua (pp. 81v-85r)
§ Final. Aduertencias para tarducir los Euangelios (pp. 85r-88r)

ANEXO 7

FICHA DESCRITIVA - AGUILAR (1690)

Arte de la lengua quichua general de Indios del Peru

Acesso ao texto	Microfilme e cópia digitalizada do CEDOCH
Nome do autor	Juan de Aguilar (s.d)
Percurso vital do autor	Pouquíssimas informações estão disponíveis sobre Juan de Aguilar. Sabe-se que era cura da Catedral de Lima no momento em que publica sua gramática, sob a vigência do Terceiro Concílio Limenho e a proteção do arcebispado de Lima - à época dirigido pelo arcebispo Melchor de Liñán y Cisneros (1629-1708).
Datas do autor	-
Título original	*Arte de la lengua quichua general de Indios del Peru. Compuesto por el Licenciado D. Ivan de Aguilar*.
Dados da 1ª edição	1690.
Século	XVII
Edição consultada	AGUILAR, Juan de. [1690]1939. *Arte de la lengua quichua general de Indios del Peru. Compuesto por el Licenciado D. Ivan de Aguilar*. Tucumán: por Radamés Altieri, Instituto de Antropologia da Universidade Nacional de Tucumán, na Argentina.
Variante linguística privilegiada	Quéchua cuzquenho
Reproduções	Em 1939, Radamés Altieri (1903-1942) encarrega-se de uma edição facsimilar da Arte de Aguilar (1690), editada pelo Instituto de Antropologia da Universidade Nacional de Tucumán, na Argentina.
Sumário da obra	De la lengua quíchua (p. 3) Tratado del nombre substantivo (p. 3) Explicase la declinacion de los nombres (p. 3)

Tratado del numero plural (p. 6)
Explicanse la significacion de las partículas (p. 8)
Explicacion del nombre substantivo (p. 11)
Del nombre quali adjetivo (p. 12)
Tratado del verbal (p. 13)
Tratado delos nombres numerales (p. 14)
Del numero ordinal (p. 16)
Delos numeros distributivos (p. 16)
Delos adverbiales (p. 17)
Tratado del nombre compuesto (p. 18)
Del modo de suplir los gêneros (p. 21)
Tratado del pronombre (p. 22)
Delos pronombres demonstrativos (p. 24)
Tratado delos posesivos (p. 24)
Tratado del relativo (p. 27)
Tratado del verbo (p. 30)
Del verbo substantivo y su conjugacion (p. 31)
Modo optativo (p. 33)
Modo subjuntivo (p. 33)
Conjugacion del verbo activo (p. 35)
Conjugacion del verbo passivo (p. 38)
Conjugacion del verbo con trancitivos por sus quatro modos (p. 43)
Dela passiva del verbo trancitivo (p. 50)
Tratado dela oracion (p. 50)
Tratado delos romances (p. 52)
Tratado del comparativo superlativo (p. 78)
Tratado delos nombres diminutivos (p. 81)
Tratado del verbo neutro (p. 83)
Tratado del verbo compuesto (p. 83)
Delos verbos defectivos e impersonales (p. 87)
Tratado del participio (p. 89)
Tratado dela posposicion (p. 89)
Tratado del advérbio (p. 92)
Tratado dela interjecion (p. 96)
Tratado dela conjuncion (p. 96)

ANEXO 8

FICHA DESCRITIVA - MELGAR (1691)

Arte de la lengua general del Ynga llamada Qquechhua

Acesso ao texto	http://www.archive.org/details/artedelalenguage00melg. Acesso em 17 de janeiro de 2014
Nome do autor	Esteban Sancho de Melgar (s.d.)
Datas do autor	-
Percurso vital do autor	*Criollo*, natural de la *Ciudad de los Reyes*, catedrático em quéchua pela Igreja Metropolitana de Lima.
Título original	*Arte de la lengua general del Yinga llamada Qquechhua compuesto por el Bac. Etevan Sancho de Melgar natural de esta Ciudad de los Reyes Cthedratico de dichia lengua en esta Santa Iglesia Metropolitana, y Examinador Synodal de ella en este Arçobispado.*
Dados da 1ª edição	1691. Em Lima, por Diego de Lyra.
Século	XVII
Edição consultada	MELGAR, Esteban Sancho de. 1691. *Arte de la lengua general del Yinga llamada Qquechhua compuesto por el Bac. Etevan Sancho de Melgar natural de esta Ciudad de los Reyes Cthedratico de dichia lengua en esta Santa Iglesia Metropolitana, y Examinador Synodal de ella en este Arçobispado.* Lima: por Diego de Lyra. Disponível em http://www.archive.org/details/artedelalenguage00melg. Acesso em 17 de janeiro de 2014.
Variante linguística privilegiada	Quéchua cuzquenho
Reproduções	-
Sumário da obra	Textos prefaciales Primera parte (pp. 1r-17r) Capitulo 1 De la declinación (pp. 1r-3r)

Capitulo 2
Del pronombre (pp. 3r-5r)
Capitulo 3
De la conjugacion (pp. 5r-8r)
Capitulo 4
Del verbo actiuo, su passiua, vso de sus tiempos, y suplemento de los que le faltan (pp. 8r-17r)
Segvnda parte (pp. 17v-40r)
Capitulo 1
Del modo de formar transiciones (pp. 17v-20r)
Capitulo 2
En que se enseña el vso de algunas particulas muy frequẽtes en las oraciones (pp. 20r-23v)
Capitulo 3
Del vso de los casos (pp. 24v-28v)
Capitulo 4
De las particulas que componen verbos (pp. 29r-33r)
Capitulo 5
De los verbos defectiuos (pp. 33r-34v)
Capitulo 6
Del comparatiuo, y superlatiuo (pp. 34v-35r)
Capitulo 7
De los numerales (pp. 35r-36r)
Capitulo 8
De la preposición (p. 36r)
Capitulo 9
Del aduerbio (pp. 36r-36v)
Capitulo 10
De los aduerbios de lugar (pp. 36v-37v)
Capitulo 11
De la interjecion (pp. 37v-38v)
Capitulo 12
De la conjuncion (pp. 38v-40r)
Tercera parte
Capitulo 1
De los romances de *do*, de *si*,de *auinendo*, de *como*, de *quando*, de *aunque*, y *luego que (*pp. 40r-41v)
Capitulo 2
Del modo de traducir oraciones latinas de subjuntiuo regido de particulas (pp. 41v-44r)
Capitulo3
Del modo de traducir oraciones infinitiuas de latin (pp. 44r-46v)
Capitulo 4
Del modo de hazer los romances que en latin se dizen con *rus*, y *dus (*pp. 47r-47v)
Capitulo 5
Del modo de hazer oraciones relatiuas (pp. 48r-49v)
Capitulo 6
De los romances sin supuesto, ó impersonales (pp. 49v-50r)

Capitulo 7
De las preguntas, y respuestas de cuenta, tiempo, y mensura (pp. 50r-51v)
Capitulo 8
Del modo con que se corresponde en esta lengua a las preposiciones
Latinas (pp. 51v-55r)

ANEXO 9

FICHA DESCRITIVA - NIETO POLO (1753)

Breve instruccion o Arte para entender la lengua comum de los indios segun se habla en la Provincia de Quito

Acesso ao texto	http://archive.org/details/breveinstruccion01niet. Acesso em 17 de janeiro de 2014.
Nome do autor	Tomás Nieto Polo S.J. (s.d)
Datas do autor	-
Percurso vital do autor	Jesuíta colombiano que residiu em Quito desde os 20 anos de idade. Sua Arte é realizada para a Província de Quito e para a Missão de Maynas.
Título original	*Breve instruccion o Arte para entender la lengua comum de los indios segun se habla en la Provincia de Quito*.
Dados da 1ª edição	1753. Lima, na Imprenta de la Plazuela de San Christoval.
Século	XVIII
Edição consultada	NIETO POLO, Tomás. 1753. *Breve instruccion o Arte para entender la lengua comum de los indios segun se habla en la Provincia de Quito*. Lima: Imprenta de la Plazuela de San Christoval. Disponível em http://archive.org/details/breveinstruccion01niet. Acesso em 17 de janeiro de 2014.
Variante linguística privilegiada	Variante do quéchua equatoriano
Reproduções	Reimpressões em 1927, 1936, 1964 (cf. Niederehe, 1995)
Sumário da obra	AL LECTOR ARTE DE LA LENGUA comum de los Indios de esta Provincia de Quito (pp. 1r-2r) DEL NOMBRE (pp. 2r-3v) DECLINACIONES DE LOS Nombres (pp. 3v-4r)

DEL PRONOMBRE (pp. 4r-5v)
DEL BERVO (pp. 5v-6r)
CONJUNCION (sic) DEL VERBO Substantivo (pp. 6r-9r)
CONJUGACION DEL VERBO Activo (pp. 9v-12v)
VERBO TRANSITIVO (pp. 12v-17r)
DE LOS NOMBRES, QUE SALEN de Verbos (pp. 17r-18r)
DE LOS RELATIVOS INTERROgativos, *Pi, y Ima* (pp. 18r-18v)
DE LOS RELATIVOS EN CASO Obliquo (pp. 18v-19r)
DE LOS COMPARATIVOS (pp. 19r-19v)
DE LOS SUPERLATIVOS (pp. 19v-21r)
NUMEROS (p. 21v)
DE LOS NOMBRES Ordinales (pp. 21v-22r)
DE LA PREPOSICION (pp. 22r-23r)
DE LOS ADVERBIOS (pp. 23r-23v)
DE LAS INTERJECCIONES (pp. 23v-24r)
DE LAS CONJUNCIONES (p. 24r)
PARTICULAS DIVERSAS (pp. 24v-25v)
NOMBRES DE CONSANGUINIDAD, y Afinidad (pp. 25v-26v)
DE LA ORTHOGRAPHIA (pp. 26v-27r)
DEL ACENTO (p. 27r)
EXPLICACION DE ORACIONES (pp. 27r-30r)

ANEXO 10

FICHA DESCRITIVA - MOSSI (1857)

Gramática de la lengua general del Perú llamada comunmente quichua

Acesso ao texto	Cópia digitalizada do CEDOCH
Nome do autor	Honorio Mossi
Datas do autor	1819-1895
Percurso vital do autor	O missionário e filólogo italiano - com conhecimentos em sânscrito e hebraico - publica sua primeira gramática quéchua em 1857, em Sucre (Bolívia). Posteriormente, publica outra gramática sobre a língua andina, em 1889, com notas especiais ao quéchua de Santiago de Estero e Catamarca (Argentina). Falece em Santiago de Estero, no ano de 1895. Foi páraco de Copo, Choya e Atamisqui (Argentina), professor no Colégio Nacional e capelão do Hospital Mixto (Argentina). Em Potossi (Bolívia), quando da publicação de sua primeira gramática quéchua, atuava como missionáro apostólico do Colégio de Propaganda *Fide*.
Título original	*Gramática de la lengua general del Peru llamada comunmente quichua* (por el R. P. Fr. Honorio Mossi misionero apostólico del Colejio de Propaganda Fide de la esclarecida y opulenta ciudad de Potosí).
Dados da 1ª edição	1857. Em Sucre (Bolívia), pela *Imprenta de Lopez*.
Século	XIX
Edição consultada	MOSSI, Honorio. 1857. *Gramática de la lengua general del Peru llamada comunmente quichua* (por el R. P. Fr. Honorio Mossi misionero apostólico del Colejio de Propaganda Fide de la esclarecida y opulenta ciudad de Potosí). Sucre (Bolívia): Imprenta de Lopez.
Variante linguística privilegiada	Quéchua cuzquenho

Reproduções -

Sumário da obra

El Su Excelencia el Sr. Dr. D. José Maria Linares Presidente actual de la República Boliviana
De la gramática e su division (pp. 1-2)
Parte primera: ortografia (pp. 2-6)
Capitulo unico: de la ortografia e pronunciacion (pp. 3-6)
Parte segunda: analogia y valor de las ocho partes de la oracion (pp. 7-58)
Capitulo 1º: del artículo (pp. 7-8)
Capitulo 2º: de la declinacion (pp. 8-9)
Capitulo 3º: declinacion del participio (pp. 9-15)
Del participio en composicion (p. 10)
Declinacion del participio adjetivado (p. 10)
Declinacion del participio como verbo activo (pp. 10-12)
Declinacion de dos nombres substantivos por aposicion cuando el uno se pone para declarar el otro (p. 12)
Declinacion jenitivada, la cual tiene por nominativo el jenitivo y sobre él recibe otro jenitivo y demas casos (p. 13)
Tercera declinacion jenitivada con *chaynin* (pp. 13-14)
Cuarta declinacion jenitivada con su adjetivo (p. 14)
Quinta declinacion jenitivada con adverbios locales (p. 14)
Sesta declinacion jenitivada sin jenitivo (pp. 14-15)
Capitulo 4º: de la declinacion del pronombre (pp. 15-23)
Declinacion segunda del pronombre (p. 15)
Declinacion tercera del pronombre primitivo *pay* él y de todos los demostrativos y relativos (p. 16)
Del pronombre posesivo (pp. 16-17)
Del pronombre *quiqui* mismo (p. 17)
De los pronombres relativos compuestos (p. 17)
De los pronombres relativos compuestos con los posesivos de dos maneras (p. 18)
Declinacion de algunos pronombres con varias partículas finales; y primeramente con la partícula *ch* para los acabados en vocal y *cha* para los acabados en consonante (pp. 18-20)
La misma declinacion con *chum* ó *chuch* (pp. 20-21)
La misma declinacion con *s* para las vocales y *si* para las consonantes con su adjetivo (p. 21)
La misma declinacion con posesivos (p. 21)
La misma con partículas *rac mi* (p. 22)
Del plural de los nombres que se usa para reprehender á muchos, ó dar en cara con sus hechos malos (p. 22)
De los pronombres compuestos con la partícula *ka* reprehendiendo ó mostrando ira (pp. 22-23)
Del plural salen otros tantos (p. 23)
De estos pronombres adjetivados con sus propios substantivos de oprobio ó injuria (p. 23)

Capitulo 5º: del verbo (pp. 23-58)
Parte tercera: sintaxis (pp. 59-71)
Capitulo 1º: de la especie de los verbos (pp. 59-63)
Capitulo 2º: de la construccion de los verbos (pp. 63-69)
Capitulo 3º: de la construccion comum para todos los verbos (pp. 69-71)
Parte cuarta: prosodia (pp. 71-72)
De la cantidad y acento (pp. 71-72)

ANEXO 11

FICHA DESCRITIVA - MONTAÑO (1864)

Compendio de la gramatica quichua

Acesso ao texto	Cópia digitalizada do CEDOCH
Nome do autor	Manuel María Montaño (s.d)
Datas do autor	-
Percurso vital do autor	Examinador sinodal e vigário na diocese de Cochabamba (cf. Dietrich, 2000, p. 546).
Título original	*Compendio de la gramatica quichua*
Dados da 1ª edição	1864. Em Santiago de Chile, Imprenta Católica de Manuel Infante.
Século	XIX
Edição consultada	MONTAÑO. Manuel María. 1864. *Compendio de la gramatica quichua*. Santiago de Clile: Imprenta Católica de Manuel Infante.
Variante linguística privilegiada	Quéchua cuzquenho
Reproduções	Outra impressão no mesmo ano de 1864, Cochabamba: Imprenta del Siglo.
Sumário da obra	Proemio - p. 1 Ortografia - p. 2 Analojia Del nombre e sus declinaciones - p. 3 Del adjetivo - p. 6 Del pronombre - p. 11 Del verbo sustantivo i su conjugacion - p. 18 Del verbo activo i su conjugacion - p. 26 Verbos compuestos del verbo Munami, Munanqui - p. 39 Conjugacion de las oraciones transitivas - p. 42 Del participio - p. 49 Del adverbio - p. 50

De la posposicion - p. 51
De la interjeccion - p. 51
De la conjuncion - p. 52
Sintaxis
Construccion del verbo sustantivo - p. 54
Construccion del verbo activo, i verbos irregulares - p. 61
Del relativo, activo i pasivo - p. 63
Del *que* conjuntivo i oraciones de infinitivo - p. 67
Del gerundio simple i compuesto - p. 70
De los gerundios mistos - p. 72
Gerundios de genitivo, dativo, acusativo i ablativo - p. 74
Romance de movimiento - p. 75
Romance de Dignus - p. 76
Romance de obligacion - p. 76
Romance de Videor, videris - p. 77
Construccion del adverbio - p. 78
Construccion de las posposiciones - p. 79
Construccion de la interjecciones - p. 81
Construccion de las conjunciones - p. 81
Prosodia - p. 82
De las figuras Hipérbaton, Anàstrofe, Pleonasmo, Enâlaje - p. 84
De la Elipsis, Zeugma, Silepsis i Metaplasmo - p. 85
Diccionario abreviado de castellano a quichua - pp. 87-94

ANEXO 12

FICHA DESCRITIVA - NODAL (1872)

Elementos de gramática quichua ó idioma de los Yncas

Acesso ao texto	https://archive.org/details/elementosdegramt00fern. Acesso em 17 de janeiro de 2014.
Nome do autor	José Fernández Nodal
Datas do autor	1822-?
Percurso vital do autor	Advogado peruano.
Título original	*Elementos de gramática quichua ó idioma de los Yncas*
Dados da 1ª edição	1872. Cuzco, en el depósito del autor.
Século	XIX
Edição consultada	NODAL, José Fernández. 1872. *Elementos de gramática quichua ó idioma de los Yncas*. Cuzco: en el Depósito del Autor. Disponível em https://archive.org/details/elementosdegramt00fern. Acesso em 17 de janeiro de 2014.
Variante linguística privilegiada	Quéchua cuzquenho.
Reproduções	Reedição em 2010, nos Estados Unidos, por Nabu Press.
Sumário da obra	¡Al Perú! (pp. vii-xii) Catálogo (pp. xiii-xvi) Libro I. Filosofía del lenguage. (pp. 1-92) Libro II. Gramática quichua. (pp. 95-140) Libro III. Sintáxis quichua. (pp. 143-236) Libro IV. Ortografía. (pp. 239-332) Libro V. Prosodia. (pp. 335-441)

Libro II. Gramática quichua. (pp. 95-140)
Capítulo I. Analisis - p. 95
Artículo I. Del alfabeto - p. 96
Artículo II. Del nombre - p. 97
Artículo III. Del adjetivo - p. 101
Artículo IV. De los nombres numerales - p. 104
Artículo V. De los pronombres - p. 108
Artículo VI. Del verbo - p. 111
Artículo VII. Del participio - p. 133
Artículo VIII. De la preposicion - p. 134
Artículo IX. Del adverbio - p. 134
Artículo X. De la interjecion - p. 137
Artículo XI. De la conjuncion - p. 139

Libro III. Sintáxis quichua. (pp. 143-236)
Capítulo I. Fundamentos de la sintáxis - p. 143
Artículo I. De la concordancia - p. 144
Artículo II. De la construccion - p. 144
Capítulo II. Del régimen - p. 145
Artículo I. Del nombre - p. 145
Artículo II. Del pronombre - p. 153
Artículo III. Del verbo - p. 157
Artículo IV. Transiciones - p. 168
Artículo V. De la interrogacion - p. 175
Artículo VI. De la negacion - p. 175
Artículo VII. De los quichuismos - p. 177
Artículo VIII. Verbos de régimen particular - p. 184
Artículo IX. Participios - p. 188
Artículo X. Preposiciones ó partículas - p. 191
Artículo XI. Combinacion y preferencia de las partículas - p. 226
Artículo XII. Del adverbio - p. 227
Artículo XIII. Interjecion - p. 228
Artículo XIV. Conjuncion - p. 228
Artículo XV. Comprobantes gramaticales - p. 229

ANEXO 13

FICHA DESCRITIVA - ANCHORENA (1874)

Gramática Quechua ó del Idioma del Imperio de los Incas

Acesso ao texto	http://archive.org/stream/quechuagramatica/quechua_gramatica#page/n19/mode/2up. Acesso em 17 de janeiro de 2014.
Nome do autor	José Dionisio Anchorena (s.d.)
Datas do autor	-
Percurso vital do autor	Advogado peruano.
Título original	*Gramática quechua ó del idioma del imperio de los Incas; compuesta por el Dr. José Dionisio Anchorena, abogado de los Tribunales de Justicia de la Republica*.
Dados da 1ª edição	1874. Lima, Imprenta del Estado.
Século	XIX
Edição consultada	ANCHORENA, José Dionisio. 1874. *Gramática quechua ó del idioma del imperio de los Incas; compuesta por el Dr. José Dionisio Anchorena, abogado de los Tribunales de Justicia de la Republica*. Lima: Imprenta del Estado. Disponível em http://archive.org/stream/quechuagramatica/quechua_gramatica#page/n19/mode/2up. Acesso em 17 de janeiro de 2014.
Variante linguística privilegiada	Quéchua cuzquenho
Sumário da obra	Prológo (pp. III-VIII) Analogia (pp. 1-69) Leccion primera (pp. 1-6) De la pronunciacion (pp. 1-6) Leccion segunda – del nombre (pp. 7-19) Art. 1º. Declinacion del nombre substantivo (pp. 7-8) Art. 2º. Del número (p. 8) Art. 3º. Del género (pp. 9-10) Art. 4º. Del adjetivo (p. 11)

Art. 5º. De los numerales (pp. 12-14)
Art. 6º. De los diminutivos, aumentativos y patronímicos (pp. 15-16)
Art. 7º. De los comparativos (pp. 16-17)
Art. 8º. De los superlativos (pp. 17-18)
Art. 9º. De los verbales (pp. 18-19)
Leccion tercera – del pronombre (pp. 20-28)
Art. 1°. Pronombres personales (pp. 20-21)
Art. 2°. Pronombres posesivos (pp. 21-25)
Art. 3°. Pronombres demostrativos (pp. 25-26)
Art. 4°. Pronombres relativos é (sic) interrogativos (pp. 26-28)
Art. 5°. Pronombres indefinidos (p. 28)
Leccion cuarta – del verbo (pp. 28-39)
Art. 1°. De la conjugacion (pp. 28-37)
Art. 2°. Del modo (pp. 37-38)
Art. 3°. De los tiempos (p. 38)
Art. 4°. De las personas y número (p. 39)
Leccion quinta – de las palabras indeclinables (pp. 39-53)
Art. 1°. Del adverbio (pp. 39-44)
Art. 2°. De la posposicion (pp. 44-46)
Art. 3°. De la conjunction (pp. 46-49)
Art. 4°. De la interjeccion (pp. 49-53)
Leccion sexta (pp. 53-69)
De la composicion (pp. 53-69)
Sintaxis (pp. 69-144)
Leccion setima (pp. 69-73)
De la concordancia (pp. 69-73)
Leccion octava (pp. 74-81)
Del complemento (pp. 74-81)
Leccion novena (pp. 81-118)
De la construccion (pp. 81-87)
Art. 1°. Del nombre (pp. 87-91)
Art. 2°. Del pronombre (pp. 91-96)
Art. 3°. Del verbo (pp. 96-112)
Art. 4°. Palabras indeclinables (pp. 112-116)
Art. 5°. Figuras y vicios de la oracion (pp. 116-118)
Leccion decima (pp. 118-141)
De la versificacion (pp. 118-141)
Leccion undecima (pp. 142-144)
De la escritura (pp. 142-144)
Ejercicios y análisis gramatical (pp. 145-152)
Tabla de contar (pp. 153-154)
Tabla de nombres compuestos (pp. 155-156)
Tabla de verbos compuestos de un nombre sustantivo (pp. 156-163)
Tabla de verbos compuestos de un verbo (pp. 163-177)
Tabla de verbos compuestos de un adverbio (pp. 177-179)

ANEXO 14

FICHA DESCRITIVA - MOSSI (1889)

Manual del idioma general del Perú. Gramática razonada de la lengua qíchua; comparada con las lenguas del antigo continente

Acesso ao texto	Cópia digitalizada do CEDOCH
Nome do autor	Miguel Angel Mossi
Datas do autor	1819-1895
Percurso vital do autor	O missionário e filólogo italiano - com conhecimentos em sânscrito e hebraico - publica sua primeira gramática quéchua em 1857, em Sucre (Bolívia). Posteriormente, publica outra gramática sobre a língua andina, em 1889, com notas especiais ao quéchua de Santiago de Estero e Catamarca (Argentina). Falece em Santiago de Estero, no ano de 1895. Foi páraco de Copo, Choya e Atamisqui (Argentina), professor no Colégio Nacional e capelão do Hospital Mixto (Argentina).
Título original	*Manual del idioma general del Perú. Gramática razonada de la lengua qíchua. Comparada con las lenguas del antiguo continente; con notas especiales sobre la que se habla en Santiago del Estero y Catamarca.*
Dados da 1ª edição	1889. Córdoba, Imprenta La Minerva de A. Villafañe.
Século	XIX
Edição consultada	MOSSI, Miguel Angel. 1889. *Manual del idioma general del Perú. Gramática razonada de la lengua qíchua. Comparada con las lenguas del antiguo continente; con notas especiales sobre la que se habla en Santiago del Estero y Catamarca*. Córdoba: Imprenta La Minerva de A. Villafañe.
Variante linguística privilegiada	Quéchua de Santiago de Estero e Catamarca
Reproduções	-

Sumário da obra

Del alfabeto hispano-qíchua (p. 9)
Del nombre sustantivo, adjetivo y participio (p. 31)
Del verbo (p. 77)
Del verbo activo (p. 126)
Sintácsis (p. 172)
Del advérbio (p. 184)
De la posposicion (p. 194)
De la interjeccion (p. 202)
De la conjuncion (p. 205)
De las partículas (p. 210)
De la oracion (p. 213)

ANEXO 15

FICHA DESCRITIVA - PARIS (1892)

Ensayo de gramática de la lengua quichua tal como se habla actualmente entre los indios de la República del Ecuador

Acesso ao texto	Cópia digitalizada do CEDOCH.
Nome do autor	Julio Paris (s.d.)
Datas do autor	-
Percurso vital do autor	Padre redentorista do Equador.
Título original	*Ensayo de gramática de la lengua quichua tal como se habla actualmente entre los indios de la República del Ecuador*.
Dados da 1ª edição	1892. Quito, Imprenta del Clero.
Século	XIX
Edição consultada	PARIS, Julio. 1892. *Ensayo de gramática de la lengua quichua tal como se habla actualmente entre los indios de la República del Ecuador*. Quito: Imprenta del Clero.
Variante linguística privilegiada	Variante do quéchua equatoriano
Reproduções	-
Sumário da obra	Prólogo - p. III Dedicatoria - p. VII Introducción - p. XI División - p. XII Capitulo Preliminar - p. 1 1. De las letras del alfabeto quichua y del modo de pronunciarlas - p. 1 2. Del acento - p. 2 Parte I - Analogía Capitulo I. De las partes de la oración - p. 3

Capitulo II. Del artículo - p. 3
Capitulo III. Del nombre sustantivo - Género - p. 4
Número - Declinación - p. 5
Ejercicios sobre el nombre - p. 6
Capitulo IV. Del nombre adjetivo - p. 6
Ejercicios - p. 7
1. De las varias especies de adjetivos determinativos - p. 8
Adjetivos posesivos - Adjetivos demostrativos - p. 8
Adjetivos numerales - p. 9
Indefinidos - p. 10
2. Comparativos y superlativos - p. 11
Ejercicios - p. 12
3. Nombres y adjetivos derivados - p. 13
4. Aumentativos - Diminutivos - p. 13
Ejercicios - p. 15
Capitulo V. Del pronombre - p. 16
1. Personales - p. 16
2. Demostrativos. Posesivos. Indefinidos - p. 17
3. Relativos - p. 17
Ejercicios - p. 19
Capitulo VI. Del verbo - p. 20
1. Ejemplo de la conjugación, *Cuyana* amar - p. 21
2. Uso de los tiempos - p. 25
3. Voz pasiva - p. 27
4. De las varias especies de verbos - p. 27
Ejercicios - p. 32
Capitulo VII. Del participio - p. 33
Ejercicios - p. 33
Capitulo VIII. Del adverbio - p. 36
División de los adverbios. De lugar. De tiempo - p. 36
De modo - p. 37
Ejercicios - p. 38
De cantidad. De comparación - p. 38
De duda - p. 39
Ejercicios - p. 40
Capitulo IX. De la posposición - p. 40
1. De las posposiciones inseparables - p. 40
Ca. Chu. Lla - p. 41
Manta - p. 42
Mi. Ndin. Nta. Pish ó *Pash* - p. 43
Pura. Rag. Raycu. Shi. Ta - p. 44
Tag. Yug - p. 45
Ejercicios - p. 45
2. De las posposiciones separables - p. 45
Capitulo X. De la conjunción - p. 47
Conjunciones copulativas. Disyuntivas - p. 47
Conjunciones adversativas - p. 48

Ejercicios - p. 50
Conjunciones condicionales. Causales - p. 51
Conjunciones continuativas. Comparativas. Finales - p. 52
Conjunciones ilativas ó consecuenciales - p. 53
Ejercicios - p. 53
Capitulo XI. De la Interjección - p. 53
Ejercicios - p. 55
Parte II. Sintaxis
Capitulo I. De la concordancia - p. 55
Capitulo II. Del Régimen - p. 56
1. Régimen del sustantivo - p. 56
2. Régimen del adjetivo - p. 57
Ejercicios - p. 57
3. Régimen del verbo - p. 58
4. Régimen del participio - p. 61
Ejercicios - p. 62
Atahuallpapac huañuy (poesía) - p. 63
Capitulo III. De la construcción - p. 64
Apéndice
1. De los hispanismos - p. 66
2. De la versión del castellano al quichua - p. 66
Ejercicios - p. 67
Rinimi llagta (poesía) - p. 68 (até p. 70)
Vocabulario de las palabras quichuas usadas en esta gramatica (pp. 75-106)

ANEXO 16

FICHA DESCRITIVA - GRIMM (1896)

La lengua quichua: (dialecto de la República del Ecuador)

Acesso ao texto	http://archive.org/details/lalenguaquichuad00grim. Acesso em 17 de janeiro de 2014
Nome do autor	Juan María Grimm (s.d.)
Título original	*La lengua quichua: (dialecto de la República del Ecuador).*
Dados da 1ª edição	1896. Friburgo de Brisgovia, publicado por B. Herder.
Século	XIX
Edição consultada	GRIMM, Juan María. 1896. *La lengua quichua: (dialecto de la República del Ecuador).* Friburgo de Brisgovia: B. Herder. Disponível em http://archive.org/details/lalenguaquichuad00grim. Acesso em 17 de janeiro de 2014.
Variante linguística privilegiada	Variante quéchua equatoriana
Sumário da obra	Analogía - del alfabeto (p. 1) Analogía - del nombre sustantivo (p. 1) Analogía - del adjetivo (p. 4) Analogía - del pronombre (p. 5) Analogía - del numeral (p. 7) Analogía - del verbo (p. 8) Analogía – partículas (p. 15) Analogía – advérbios (p. 18) Analogía – conjunciones (p. 19) Analogía – interjecciones (p. 20) Analogía - partículas finales (p. 20) Sintaxis - de la concordancia de sujeto y predicado (p. 22) Sintaxis - del pronombre relativo (p. 22) Sintaxis - del verbo (p. 23) Sintaxis - del régimen de los verbos (p. 24) Sintaxis - de la construcción (p. 25) Sintaxis – idiotismos (p. 25)